

RELATÓRIO & CONTAS 2018



2018

O Banco Económico manteve-se focado em satisfazer as necessidades dos seus Clientes, procurando disponibilizar produtos e serviços cada vez mais personalizados. Neste contexto, o Banco continuou o investimento no seu Programa de Transformação Digital, disponibilizando uma proposta de valor cada vez mais próxima, dinâmica e digital, e possibilitando a realização de operações à distância e em diferentes plataformas.

Em 2019, e tendo por base os seus pilares estratégicos (Clientes, Colaboradores, Tecnologia e Digitalização, e Risco e Deontologia), o Banco Económico dará seguimento à sua estratégia, reforçando o seu posicionamento, enquanto instituição de referência no mercado bancário Angolano.

Somos Banco Económico.
Somos Futuro!

Índice

MENSAGEM DA COMISSÃO EXECUTIVA pag. 4-7

1 DESTAQUES EM 2018 pag. 10-37

- 1.1. Principais Acontecimentos
- 1.2. Principais Indicadores
- 1.3. Quem Somos
- 1.4. Governação Corporativa

2 ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO pag. 38-62

- 2.1. Economia Mundial
- 2.2. Economia de Angola

3 O BANCO ECONÓMICO pag. 63-145

- 3.1. Actividades em 2018
- 3.2. Capital Humano
- 3.3. Marketing e Comunicação
- 3.4. Responsabilidade Social
- 3.5. Prémios e Reconhecimento
- 3.6. Tecnologia, Transformação e Inovação

4 SISTEMA DE CONTROLO INTERNO pag. 146-167

- 4.1. Visão Geral
- 4.2. Função *Compliance*
- 4.3. Função de Auditoria Interna
- 4.4. Função Risco

5 MODELO DE GESTÃO DE RISCO pag. 168-210

- 5.1. Visão Geral
- 5.2. Risco Estratégico
- 5.3. Risco Reputacional
- 5.4. Risco Operacional
- 5.5. Risco de *Compliance*
- 5.6. Risco de Crédito
- 5.7. Risco de Contraparte
- 5.8. Risco de Liquidez
- 5.9. Risco de Mercado
- 5.10. Risco de Concentração

6 INFORMAÇÃO FINANCEIRA pag. 214-245

- 6.1. Informação Financeira Individual
- 6.2. Informação Financeira Consolidada

7 ESTRATÉGIA E EVOLUÇÃO DA ACTIVIDADE PARA 2019 pag. 246-251

- 7.1. A Nossa Estratégia
- 7.2. Perspectivas de Evolução

8 APROVAÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO pag. 252-255

- 8.1. Proposta de aplicação de Resultados

9 DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS, NOTAS ANEXAS E PARECERES pag. 256-441

- 9.1. Demonstrações Financeiras
- 9.2. Anexo às Demonstrações Financeiras
- 9.3. Relatório e Parecer do Conselho Fiscal
- 9.4. Relatórios do Auditor Independente

Mensagem da Comissão Executiva



O ano 2018, apesar dos passos firmes para a recuperação da estabilidade macroeconómica, foi pautado por um conjunto de desafios que condicionaram de forma relevante o desempenho do sector financeiro angolano.

Com efeito, a elevada depreciação do Kwanza que atingiu no final do ano aproximadamente 86%, contribuiu para uma diminuição do poder de compra, do investimento local, bem como, dos níveis de poupança dos agentes económicos, impactando, em particular, a sua capacidade de fazer face aos compromissos junto das instituições financeiras. Angola continuou, neste sentido, a enfrentar um nível de crescimento limitado. Apesar do petróleo representar um valor superior a 90% das exportações e da recuperação do preço registada nos mercados internacionais, esta foi insuficiente

para promover uma recuperação sustentada da economia, reforçando a sentida necessidade de promover uma maior diversificação da base económica nacional, a qual se encontra a ser endereçada pelo Governo Angolano.

A par com os constrangimentos sentidos por via da envolvente económica, o sector bancário deparou-se com inúmeros desafios. O aumento dos níveis de incumprimento do crédito, consequente da degradação das condições económicas, a introdução de nova regulação para o sector bancário, dando continuidade ao alinhamento às melhores práticas internacionais, e os desafios impostos pela inovação da banca digital, foram questões que obrigaram e continuarão a exigir às instituições do sector bancário uma elevada capacidade de adaptação e resiliência.

Uma Viragem de Página

Apesar dos condicionalismos impostos pela difícil envolvente externa, 2018 representou para o Banco Económico um ano de viragem de página, e o início de um novo capítulo que se pautará pelo fortalecimento do seu posicionamento, assumindo claramente o seu papel de pilar fundamental de apoio ao desenvolvimento da economia angolana.

Em 2018, registou-se um forte crescimento do volume de negócios. A nível operacional, sublinha-se um aumento de 15% do número de clientes face ao ano transacto, com uma carteira de 162.542 clientes. No exercício de 2018 registou-se um incremento de 62% do volume de depósitos captados, situando-se nos 1.059 mil milhões de AOA. Este comportamento espelha a aposta numa oferta diversificada e inovadora em linha com as reais necessidades dos clientes do Banco.

Através do diferenciador posicionamento estratégico do Banco com a proximidade aos cidadãos e empresas, verificou-se uma valorização notável na sua carteira de activos, demarcando-se um aumento substancial no montante de crédito concedido, assinalando uma valorização de 39% face ao período homólogo. Assim, em 2018, e apesar das condições económicas adversas, o Banco Económico contribuiu claramente para o financiamento à economia, com o crescimento da sua carteira de crédito ao consumo (+124%) e crédito à habitação (+22%).

No mercado de capitais, o Banco Económico registou uma evolução sustentada no volume de negócios e um aumento da carteira de Clientes. Observou-se um crescimento

substancial no montante de activos sob custódia, tendo duplicado este valor face a 2017. A actividade no mercado secundário de dívida pública está cada vez mais proeminentemente, tendo realizado operações de intermediação em títulos de dívida soberana no valor de 46,7 mil milhões de AOA.

A performance financeira do Banco evidencia claramente o seu bom desempenho em 2018, tendo alcançado um resultado líquido significativamente superior ao valor registado no ano de 2017, totalizando 36.374 milhões de AOA, conseguindo igualmente melhorar os seus indicadores de rentabilidade e solvabilidade:

- A margem financeira registou um valor de 32.262 milhões de AOA, com um acréscimo de 181% relativamente ao ano anterior;
- O produto bancário registou um aumento de 413% face ao ano transacto;
- O rácio *cost-to-income* situou-se nos 17%, evidenciando um crescimento das receitas mais significativo do que a evolução na rubrica de custos, situando-se em níveis adequados;
- A rentabilidade dos capitais próprios do Banco aumentou, apresentando um *return-on-equity* de 50%, variando 45 pp face ao ano anterior;
- O rácio de solvabilidade situou-se nos 21%;
- Os capitais próprios atingiram 72.856 milhões de AOA, exibindo um crescimento de 64% face a 2017.

A preocupação do Banco com a inovação e a digitalização dos seus serviços e meios de pagamento foi uma realidade, tendo sido dado passos que garantam que o Banco se encontra cada vez mais alinhado com as melhores práticas internacionais, acompanhando as tendências de disrupção digital e tecnológica e assumindo-se como referência nesta matéria em Angola. Foi feito um investimento na actualização de *home* e *mobile banking*, *EconomicoNet* e *EconomicoNet App*, contribuindo para a atribuição do prémio “*Best Mobile Application Angola*” pelo *Global Banking & Finance Review Awards*.

Estes resultados traduzem a sinergia positiva do Banco com os seus Clientes, assentando numa estratégia que assume como foco o desenvolvimento de soluções adaptadas às suas reais necessidades, bem como a qualidade de serviço prestado, e a procura por uma segmentação que potencie a criação de valor.

O capital humano do Banco assume uma importância primordial e transversal, sendo os colaboradores os vasos condutores que garantem a devida implementação da estratégia definida. Neste sentido, o Banco manteve como prioridade o investimento na valorização dos mesmos. A oferta de acções de capacitação como o projecto “Balcão Escola” e “Programa +Talento” têm o objectivo de fortalecer o *know-how* dos colaboradores e contribuir para um crescimento profissional acelerado. Em 2018, registou-se assim um forte aumento de 73% no volume de horas de formação.

Paralelamente, o Banco Económico aloca especial foco aos temas de Responsabilidade Social, existindo uma consciência positivamente moldada pelos valores da instituição, oferecendo um papel central à economia e à sociedade angolana. Em 2018, o Banco teve um impacto positivo nas áreas da Saúde,

Educação, Desporto, Meio Ambiente, Cultura e Artes. De realçar, que em média, cada área foi financiada em 25 milhões de AOA, tendo sido, só na área da educação, disponibilizadas pelo Banco 100 bolsas de estudo num total de 40 milhões de AOA. O Banco Económico não pretende estar somente presente no mercado, mas sim ter um papel fundamental e integrador num caminho partilhado com o Cliente e a Sociedade.

Olhar para o Futuro

O ano de 2019 continuará, segundo as projecções económicas, a ser um ano de ajustamento que acarretará desafios para os bancos angolanos. Por outro lado, a elevada concorrência que se faz sentir continuará a desafiar as instituições financeiras a fortalecerem o seu posicionamento. Neste sentido, o Banco Económico definiu um conjunto de objectivos estratégicos que assumem como fundamentais as seguintes premissas para fortalecer o posicionamento do Banco enquanto instituição financeira de referência em Angola:

- Foco no cliente e no desenvolvimento de soluções criadoras de valor para os mesmos
- Inovação digital
- Qualidade de serviço
- Capital humano de excelência
- Criação de valor para os accionistas

Neste âmbito, o Banco assume como objectivo alcançar uma taxa de crescimento superior à do sector, com o foco no crescimento do crédito concedido, mantendo simultaneamente a qualidade dos activos do Banco, procurando um posicionamento comercial que suporte o alcance das premissas acima referidas.

Acreditamos que a concorrência, a sofisticação do cliente, a constante necessidade de optimização dos custos operacionais e a facilidade na abordagem ao cliente podem ser variáveis decisivas na transformação digital do Banco. Neste sentido, a aposta na transformação digital continuará a alavancar operacionalmente o Banco, reforçando continuamente a facilidade e a qualidade do serviço aos Clientes.

2019 será o ano em que o Banco irá reforçar a sua posição de Banco de referência e de verdadeiro parceiro dos seus clientes, contribuindo para o crescimento, desenvolvimento e modernização da economia angolana. Teremos ainda a oportunidade de afirmar a nossa imagem disruptiva no sector bancário, e de Banco líder na oferta de serviços com recurso a canais digitais.

entidades reguladoras, accionistas e fornecedores pelo voto de confiança e amizade numa relação que se avizinha muito duradoura. Existe o compromisso por parte do Banco Económico em fortalecer a relação com todos os agentes económicos e continuar a deixar o seu cunho pessoal na economia angolana, num futuro de transformação digital, onde o Banco se pretende posicionar como um dos maiores competidores em Angola.

Agradecimento Especial

A Comissão Executiva do Banco Económico quer deixar o seu especial agradecimento a todos os colaboradores, que de forma única e pessoal, deixaram gravada a sua marca durante 2018. O seu compromisso, empenho e resiliência fez transparecer os valores do banco no sector bancário e contribuiu exponencialmente para a consolidação do banco no sector. Agradecemos, igualmente, a todos os Clientes,

SIMPLICIDADE

A simplicidade será a expressão mais apurada do requinte, por um lado, ou do despojamento, por outro. Tomemos uma nobre peça de arte primitiva: um objecto íntegro, sóbrio, acessível, fonte de afinidades e sintonias, gerador de sentimento de pertença. Assim se pode determinar a relação de um cliente com o seu banco, como a extensão da sua própria vontade.



DESTAQUES EM 2018

- 1.1. Principais Acontecimentos
- 1.2. Principais Indicadores
- 1.3. Quem Somos
- 1.4. Governação Corporativa

1.1. Principais Acontecimentos

Em 2018, o Banco Económico manteve uma dinâmica de actuação sólida, quer em termos operacionais quer estratégicos. O Banco focou as suas actividades no lançamento de produtos inovadores, no envolvimento em iniciativas de promoção das actividades económicas nacionais e na realização de diversas acções para o desenvolvimento de sinergias comerciais.



“Best mobile banking application Angola”
Global Banking & Finance Review Awards

162 542

Total de Clientes

+15% face a 2017

3 385

ATM's Activos

+16% face a 2017

87 542

Cartões Activos

+28% face a 2017

Activo Total

1 357 610

Milhões de AOA

+47% face a 2017

Resultado Líquido

36 374

Milhões de AOA

+505% face a 2017

13 786

Horas de Formação

+73% face a 2017

225

Milhões de AOA

Investimento em iniciativas de Responsabilidade Social

Em 2018, o Banco Económico tornou-se na segunda instituição financeira angolana a deter notação de risco atribuída pela Moody's.

Rating Moody's de Médio e Longo Prazo

	ANGOLA	BANCO ECONÓMICO
DEZ 2018	B3 Stable outlook	B3 Stable outlook
ABR 2018	B3 Stable outlook	B3 Stable outlook
FEV 2018	B2 Stable outlook	
OUT 2017	B2 Stable outlook	

1.2.

Principais Indicadores

Montantes expressos em Milhares de AOA	Dez 2017	Dez 2018	Var. 17-18	Var. % 17-18
Activo Total	920 655 858	1 357 610 391	436 954 533	47%
Crédito sobre Clientes	151 725 509	210 620 981	58 895 472	39%
Depósitos de Clientes	651 833 602	1 059 122 420	407 288 819	62%
Capitais Próprios	44 417 999	72 855 605	28 437 606	64%
Produto Bancário	27 923 814	143 294 911	115 371 097	413%
Produto Bancário/ Colaboradores	27 868	140 073	112 205	403
Margem Financeira	11 471 934	32 262 429	20.790.495	181%
Margem Complementar	12 662 709	13 146 382	483 673	4%
Custos com Pessoal	9 146 276	12 668 298	3 522 022	39%
Custos de Estrutura	19 172 684	23 839 224	4 666 539	24%
Resultado Líquido	6 012 325	36 374 286	30 361 961	505%
Rentab. do Activo Total (ROA)	0,2%	2,7%	-	2 p.p.
Rentab. de Fundos Próprios (ROE)	4,5%	49,9%	-	45 p.p.
Cost-to-Income	68,7%	16,7%	-	-52 p.p.
Activo Total/ Colaboradores	918 818	1 325 791	406 973	44%
Rácio de Transformação	21,0%	20,0%	-	-1 p.p.
Rácio de Solvabilidade Regulamentar	15,5%	20,8%	-	5 p.p.
Crédito Vencido	24 276 081	40 860 470	16 584 389	68%
% Crédito Vencido	16%	19%	-	3 p.p.
% Cobertura Total	14%	41%	-	27 p.p.
Número de Agências	79	80	+1	+1%
Número de ATMs Activos	88	92	4	5%
Número de TPAs Activos	2 907	3 385	478	16%
Número de Cartões Activos	68 512	87 542	19 030	28%
Número de Colaboradores	1 009	1 023	14	2%
Número de Clientes	141 947	162 542	20 595	15%

Montantes expressos em Milhares de USD	Dez 2017	Dez 2018	Var. 17-18	Var. % 17-18
Activo Total	5 548 660	4 399 156	-1 149 504	-21%
Crédito sobre Clientes	914 428	682 489	-231 938	-25%
Depósitos de Clientes	3 928 507	3 431 946	-496 561	-13%
Capitais Próprios	267 701	236 079	-31 622	-12%
Produto Bancário	168 293	464 328	296 035	176%
Produto Bancário/ Colaboradores	168	454	286	170%
Margem Financeira	69 140	104 542	35 402	51%
Margem Complementar	76 316	42 599	-12 524	-23%
Custos com Pessoal	55 123	41 050	-14 073	-26%
Custos de Estrutura	115 551	77 248	-38 303	-33%
Resultado Líquido	36 235	117 866	81 631	225%
Rentab. do Activo Total (ROA)	0,7%	2,7%	-	2 p.p.
Rentab. de Fundos Próprios (ROE)	4,5%	49,9%	-	45 p.p.
Cost-to-Income	68,7%	16,7%	-	-52 p.p.
Activo Total/ Colaboradores	5 538	4 295	-1 242	-22%
Rácio de Transformação	21,0%	20,0%	-	-1 p.p.
Rácio de Solvabilidade Regulamentar	15,5%	20,8%	-	5 p.p.
Crédito Vencido	146 308	132 403	-13 906	-10%
% Crédito Vencido	16%	19%	-	3 p.p.
% Cobertura Total	14%	41%	-	27 p.p.
Número de Agências	79	80	+1	+1%
Número de ATMs Activos	88	92	4	5%
Número de TPAs Activos	2 907	3 385	478	16%
Número de Cartões Activos	68 512	87 542	19 030	28%
Número de Colaboradores	1 009	1 023	14	2%
Número de Clientes	141 947	162 542	20 595	15%

1.3. Quem Somos

Membros do Conselho de Administração



— António Paulo Kassoma

Presidente do Conselho de Administração

Formação

Engenharia Electrónica

Experiência Profissional

- Secretário-Geral do Partido MPLA
- Presidente da Assembleia Nacional da República de Angola
- Governador da Província do Huambo
- Primeiro-Ministro da República de Angola

— António Ramos da Cruz

Vice-Presidente do Conselho de Administração

Formação

Economia

Experiência Profissional

- Consultor do Governador do BNA
- Administrador Executivo do BNA
- Administrador Provisório nomeado pelo BNA para o BESA
- Director do Departamento de Meios Circulantes do BNA

Pedro Pombo Cruchinho

Presidente da Comissão Executiva

Formação

Gestão de Empresas

Experiência Profissional

- Director: Controlo de Riscos de Mercados Financeiros do BES
- Director: Divisão de Títulos do BES
- Auditor na PWC (Portugal)

Inocêncio Francisco Miguel

Administrador Executivo

Formação

Direito

Experiência Profissional

- Administrador Executivo da Imprensa Nacional
- Conselheiro do Secretariado do Conselho de Ministros de Angola

Eduardo Augusto Pinto

Administrador Executivo

Formação

Gestão e Organização de Empresas

Experiência Profissional

- Director Geral Adjunto/ Director Geral de Meios do Aman Bank Commerce
- Director da Unidade Desenvolvimento Internacional, Departamento Internacional do BES
- Director Geral de Meios do BES (Espanha)

Henda Nzinga Teixeira

Administradora Executiva

Formação

Gestão e Controlo de Empresas

Experiência Profissional

- Assessora/ Directora Executiva para as Áreas Comerciais do Banco Económico
- Directora Comercial da SONAIR

- Chefe de Departamento de Gestão e Contratos da Direcção Comercial da SONAIR
- Técnica de Controlo de Custos da Direcção de Economia das Concessões da Sonangol

José Alves do Nascimento

Administrador Executivo

Formação

Gestão e Controlo de Empresas

Experiência Profissional

- Consultor Financeiro/ QSL: Bases Logísticas e Instalações Petrolíferas
- CEO interino/ BPPH – Banco de Poupança e Promoção Habitacional
- Administrador Executivo/ BDP - Banco de Promoção e Desenvolvimento
- Administrador Executivo: Sonangol Limited

Alberto Cardoso Pereira

Administrador Não Executivo

Formação

Contabilidade e Finanças

Experiência Profissional

- Membro do Conselho Fiscal do Banco Angolano e Investimentos
- Director de Gestão de Riscos, Sonangol E.P.
- Presidente Executivo do BDP - Banco de Promoção e Desenvolvimento
- Administrador Executivo da Sonangol Holding

Arlindo das Chagas Rangel

Administrador Não Executivo

Formação

Gestão de Empresas

Experiência Profissional

- Presidente Executivo do Banco Keve
- Administrador Executivo do Banco Económico
- Director de Tesouraria e Mercados do Banco de Poupança e Crédito
- Administrador Executivo do Grupo Score

Missão

O Banco Económico tem como propósito central da sua actividade a geração de valor para os seus Clientes e Accionistas, através da adopção de estratégias que garantam o seu crescimento e a sua sustentabilidade no longo prazo.

É igualmente um objectivo do Banco Económico, contribuir para o progresso das pessoas e das empresas de Angola, para a valorização do seu capital humano e para o desenvolvimento económico, social, cultural e ambiental de Angola e das comunidades em que exerce a sua actividade, em estreito respeito pelas regras de ética e deontologia profissional.

Assumimos o compromisso de continuar a antecipar tendências de mercado e a investir na inovação, na transformação digital e na criação de produtos e serviços exclusivos, em linha com os mais elevados padrões da indústria bancária, a nível nacional e internacional.

A Nossa Missão é:

- **Servir os nossos Clientes promovendo um serviço de excelência**
- **Contribuir para o desenvolvimento da economia angolana e do seu capital humano**
- **Ter os melhores profissionais e soluções financeiras de referência**
- **Criar valor para todos os *stakeholders*, de forma sustentável**

Visão

O Banco Económico ambiciona ser o parceiro de eleição do consumidor, a referência dos reguladores, o impulsionador dos seus colaboradores, um exemplo para os accionistas, interveniente na comunidade e responsável para com a sociedade.

Com foco no factor de diferenciação, o Banco Económico assume como visão: ser parceiro financeiro de referência no presente e no futuro.

Valores

—
Estamos sempre disponíveis para o Cliente

—
Fazemos sempre bem feito

—
Cumprimos sempre a missão até ao fim

—
Agimos sempre com ética

—
Investimos sempre na Comunidade

Identidade

O sector bancário angolano estava, genericamente, indiferenciado e apresentava uma necessidade de diferenciação e segmentação.

O Banco Económico compreendeu essa necessidade e potenciou-a, surgindo com uma imagem corporativa fortemente inovadora e exclusiva, composta por um símbolo sólido. O banco apostou numa sigla forte, imperativa e positiva, realçada pelas cores escolhidas. A elegância da combinação dos dois tons é distinta de todos os operadores e diferencia o Banco Económico no mercado bancário angolano.



Edifício Sede do Banco

Tendo sido inaugurado no final de 2015, o Edifício Sede do Banco Económico mantém-se até hoje como uma construção de referência, quer a nível nacional quer internacional.

Este edifício concentra os serviços centrais do Banco e permite uma melhor optimização de recursos através da interligação de todas as áreas de operação da instituição.

A Sede é um edifício ultramoderno, inteligente, dotado das mais avançadas soluções tecnológicas e de eficiência energética e sistemas integrados de gestão de edifícios, que permitem potenciar as sinergias operacionais das equipas do Banco.

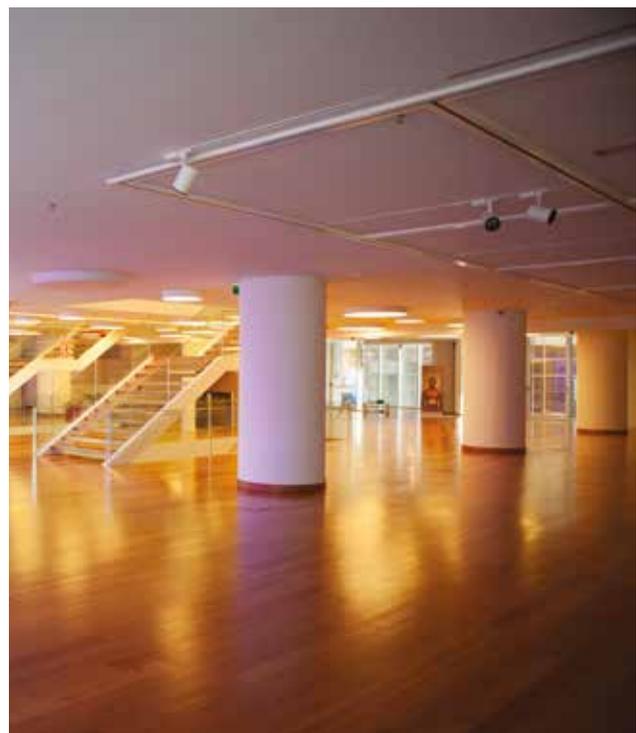
Adicionalmente aos espaços típicos de ambiente de trabalho e escritórios, o edifício dispõe ainda de outras infra-estruturas, como salas de reunião, *foyers*, uma cafetaria, a agência Sede do Banco, o Centro de Formação, a Galeria Banco Económico e o Auditório Banco Económico.

A Galeria Banco Económico é um espaço contemporâneo e sofisticado, sendo uma das melhores salas de exposições de Angola, com características arquitectónicas à altura dos melhores espaços expositivos, a nível mundial. A Galeria expande-se ao longo de 763 metros quadrados e possui uma enorme adaptabilidade, permitindo que seja utilizada na sua totalidade ou sejam criados espaços mais pequenos, adaptados para ambientes específicos.

O Auditório Banco Económico, equipado com sistemas da mais avançada tecnologia, tem capacidade para 206 pessoas,

e é um espaço privilegiado, que permite a realização de uma vasta tipologia de encontros, nomeadamente, cimeiras, congressos, concertos, conferências, colóquios, *workshops* e acções de formação.

O Centro de Formação vem dar continuidade ao investimento do Banco na capacitação e qualidade do seu capital humano, proporcionando planos de formação específicos para a integração de novos Colaboradores, novos módulos temáticos para reciclagem de conhecimentos e desenvolvimento de outras competências, essenciais para a capacitação e gestão de carreira dos quadros do Banco.



A Nossa Presença

 80
Pontos de Atendimento

 Clientes
162 542

80 244
 Cartões
Débito
Multicaixa

7 298
 Cartões
Crédito
VISA

92
ATMs


3 385
TPAs


Posicionamento

O Banco Económico assenta a sua estratégia de abordagem ao mercado em cinco vectores principais:

01. Segmentação

O Banco Económico adopta um modelo matricial na abordagem ao mercado, através da oferta de produtos e serviços financeiros orientados para os seus segmentos alvo e do desenvolvimento de uma oferta especializada e personalizada para determinados sectores de actividade. Actualmente, o Banco Económico disponibiliza a sua oferta de produtos e serviços aos segmentos e sectores de actividade de maior valor acrescentado e com maior contributo para o crescimento e desenvolvimento de Angola.

Empresas

- Pequenos Negócios
- Médias Empresas
- Grandes Empresas
- Abordagem especializada para o segmento institucional e Oil & Gas

Particulares

- retalho
- Umoxi (*Affluent*)
- *Private Banking*

02. Oferta

O Banco Económico posiciona-se como um Banco multidisciplinar, com uma oferta abrangente de produtos e serviços financeiros, capaz de responder de forma distintiva e efectiva às necessidades dos seus Clientes. Principais produtos e serviços: *Leasing*, Trade Finance, Banca de Investimento, Banca Electrónica, Produtos de Investimento e Poupança, Produtos de Cobertura Cambial, Seguros, Fundos Imobiliários, Fundos de Pensões.

03. Valores

O completo respeito pelo cumprimento das regras de ética e deontologia profissional são valores que todos os Colaboradores do Banco Económico têm de respeitar, garantindo a observância pela absoluta independência entre os interesses do Banco, dos Clientes e dos Accionistas. O Banco Económico distingue-se pelos seus valores bem definidos, nomeadamente: i) Estamos sempre disponíveis para o Cliente, ii) Fazemos sempre bem feito, iii) Cumprimos sempre a missão até ao fim, iv) Agimos sempre com ética, v) Investimos sempre na Comunidade.

04. Marketing

O Banco Económico tem vindo a desenvolver uma sólida estratégia de marketing, para comunicar os projectos do Banco aos diferentes segmentos de Clientes, parceiros, *stakeholders* e à sociedade angolana.

Com recurso a uma equipa especializada e multidisciplinar, o marketing do Banco Económico activa diversos instrumentos de comunicação para divulgação de campanhas institucionais, programas de responsabilidade social corporativa, lançamento de novos produtos e serviços. É também no departamento de marketing que se estruturam e desenvolvem as actividades de âmbito cultural, que são apresentadas na Galeria e no Auditório Banco Económico.

05. Qualidade

Proporcionar uma boa experiência no contacto dos Clientes com o Banco, superando as suas expectativas é um dos desígnios do Banco Económico. Para o alcance deste objectivo, o Banco desenha produtos e serviços adaptados às necessidades dos Clientes e capacita os seus Colaboradores para que proporcionem um atendimento excepcional, respondendo a todos os pedidos dos Clientes de forma célere e eficaz. Para auxiliar o incremento da qualidade de serviço e da satisfação dos Clientes, o Banco Económico realiza acções de monitorização do serviço prestado através de inquéritos de satisfação, programas de Cliente mistério e medição de tempos de resposta às diferentes solicitações.

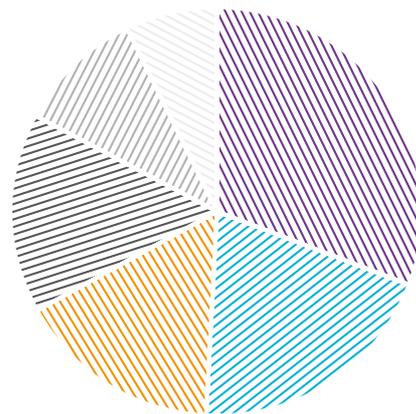
Estrutura Accionista

O Banco Económico é uma instituição sólida, dinâmica, competitiva e estrategicamente preparada para enfrentar os actuais desafios do contexto económico do país e do sector bancário angolano, sempre com o objectivo de ser considerada como uma referência de excelência e sucesso.

Formalmente constituído a 29 de Outubro de 2014, o Banco tem a estrutura accionista composta por seis entidades, residentes e não residentes cambiais.

Entre estes accionistas distribuem-se setenta e cinco milhões de acções. A todos é atribuído o direito ao voto em Assembleia Geral, na medida que, pelos Estatutos, a cada grupo de cem acções corresponde um voto. Caso no futuro venham a existir accionistas que não possuam o número necessário de acções para terem direito de voto, poderão agrupar-se por forma a perfazê-lo, devendo designar por acordo, um só de entre eles para os representar na Assembleia Geral.

Todas as acções representativas do capital social são nominativas e a sua transmissão a terceiros, de forma onerosa, gratuita ou permuta, carece do prévio consentimento da sociedade, a ser prestado pelo Conselho Administração, gozando os accionistas não transmitentes do direito de preferência relativamente à totalidade das acções a transmitir (artigo 12º, nº 1 dos Estatutos do Banco).



Estrutura Accionista

31% Lektron Capital, S.A.	16% Sonangol Vida, S.A.
20% Geni Novas Tecnologias, S.A.	10% Novo Banco, S.A.
16% Sonangol, E.P.	7% Sonangol Holding, Lda.

Participadas

O Banco Económico complementa a sua actividade através da participação em duas Sociedades Gestoras de Fundos, uma relacionada com a gestão de fundos de investimento e outra com a gestão de fundos de pensões, e na Companhia de Seguros Tranquilidade.

Económico Fundo de Pensões

A Económico Fundos, Sociedade Gestora de Fundos de Pensões iniciou a sua actividade em Abril de 2009 e tem como finalidade a criação, desenvolvimento e gestão de fundos de pensões.

Económico Fundo de Investimento

A Económico Fundos, Sociedade Gestora de Organismos de Investimento Colectivo S.A. iniciou a sua actividade a 21 de Abril de 2008 e tem como finalidade a criação, desenvolvimento e gestão de fundos de investimento distribuídos através do Banco Económico.

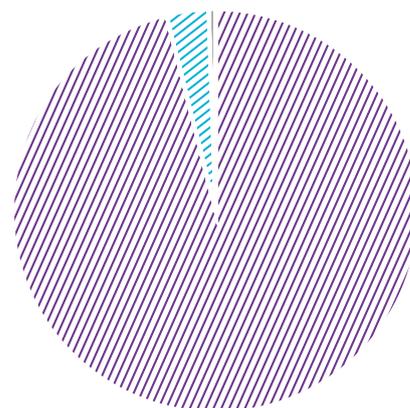
Tranquilidade

A Tranquilidade, Corporação Angolana de Seguros S.A. é uma Companhia Seguradora que opera em Angola desde 2011 nos ramos vida não financeiro e não vida, com a distribuição dos seus produtos assegurada através dos canais do Banco Económico.

96,2%
Banco Económico

3,7%
GNB Gestão de Activos

0,1%
Individuais

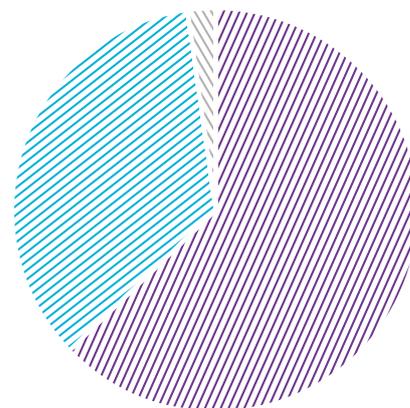


Participação no Económico Fundos de Investimento

64%
Banco Económico

35%
GNB Gestão de Activos

1%
Individuais



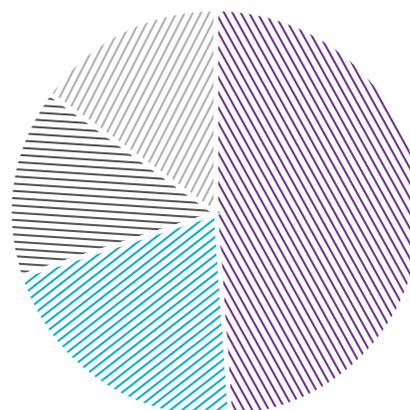
Participação no Económico Fundos de Investimento

49%
Tranquilidade Portugal

21%
Banco Económico

15%
Hipergesta

15%
GSF



Participação na Tranquilidade

1.4.

Governança Corporativa

Modelo de Governança

Ao longo dos últimos anos, o Banco tem dado passos significativos no sentido de fortalecer e melhorar a sua estrutura de governança, alinhada com a sua estratégia de longo prazo e com os mais elevados padrões regulamentares internacionais, com o objectivo de aumentar a confiança dos seus Accionistas, Clientes, Colaboradores e demais partes interessadas.

O sistema de Governança Corporativa está em fase de consolidação, permitindo enfrentar de forma eficaz, robusta e com confiança, os desafios de um ambiente de negócios e regulamentar cada vez mais exigente.

O Conselho de Administração encontra-se determinado em respeitar os valores, cultura e estratégia do Banco, empregando a sua experiência, conhecimento e dedicação, para, de acordo com a visão e missão do Banco, promover uma cultura de gestão de risco sólida e garantir um perfeito alinhamento entre a Governança Corporativa, o plano estratégico, o plano financeiro e de capital e as políticas de remuneração.

Durante o exercício de 2018, registaram-se as seguintes principais evoluções:

I. Revisão estatutária que instituiu:

A recomposição do número de membros do órgão de Administração, e a criação das Comissões especializadas, cujo início de actividade decorreu em Janeiro de 2019;

A extensão dos mandatos dos membros dos órgãos sociais de três para quatro anos, de modo a permitir uma maior possibilidade de planificação a médio/longo prazo;

A imposição, aos membros dos órgãos sociais, de um limite de exercício de dois mandatos seguidos, podendo haver novo exercício após um intervalo de, pelo menos, quatro anos.

II. Criação das Comissões do Conselho de Administração, nomeadamente:

A Comissão de Controlo Interno;

A Comissão de Gestão de Risco;

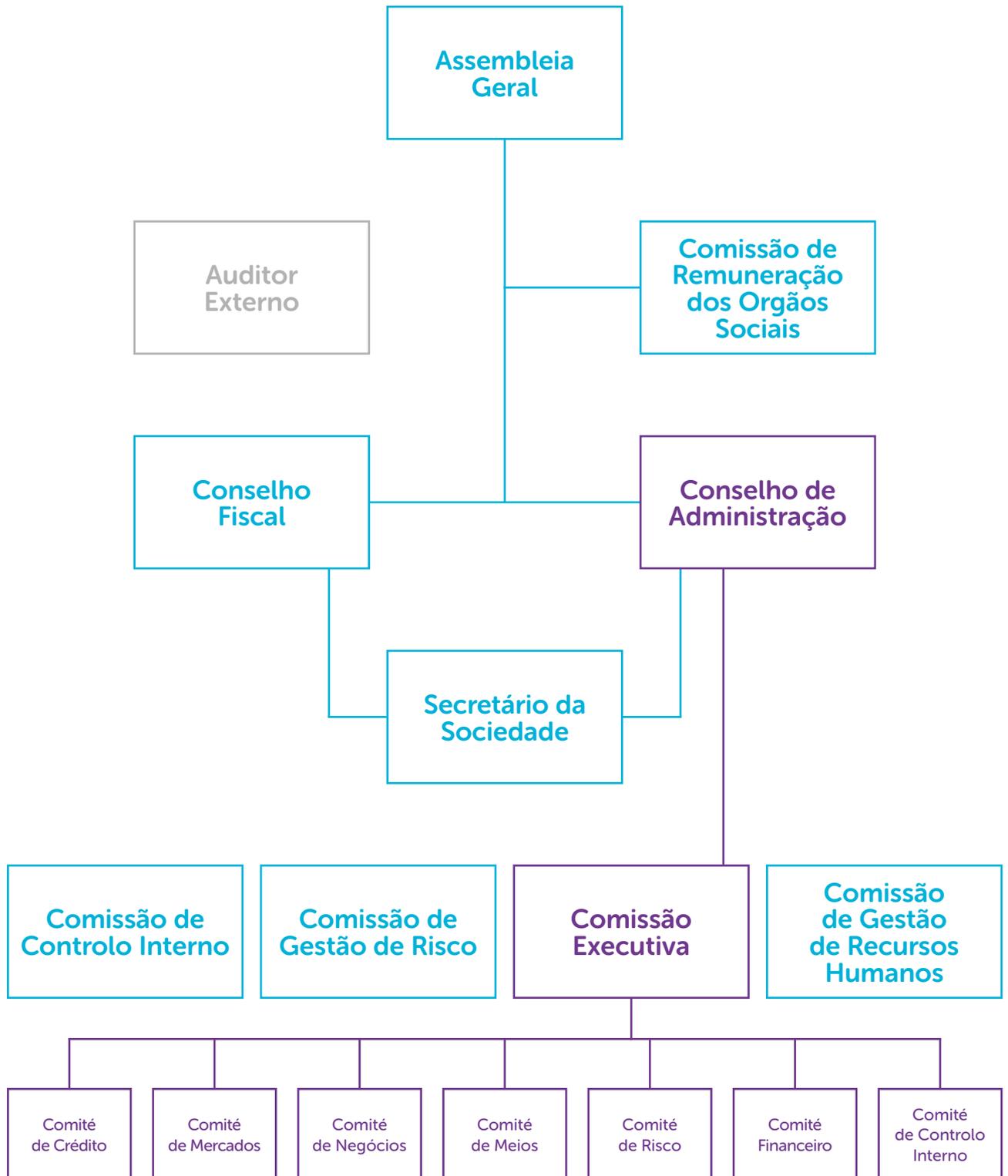
A Comissão de Gestão de Recursos Humanos.

III. Aprovação dos regulamentos das respectivas Comissões

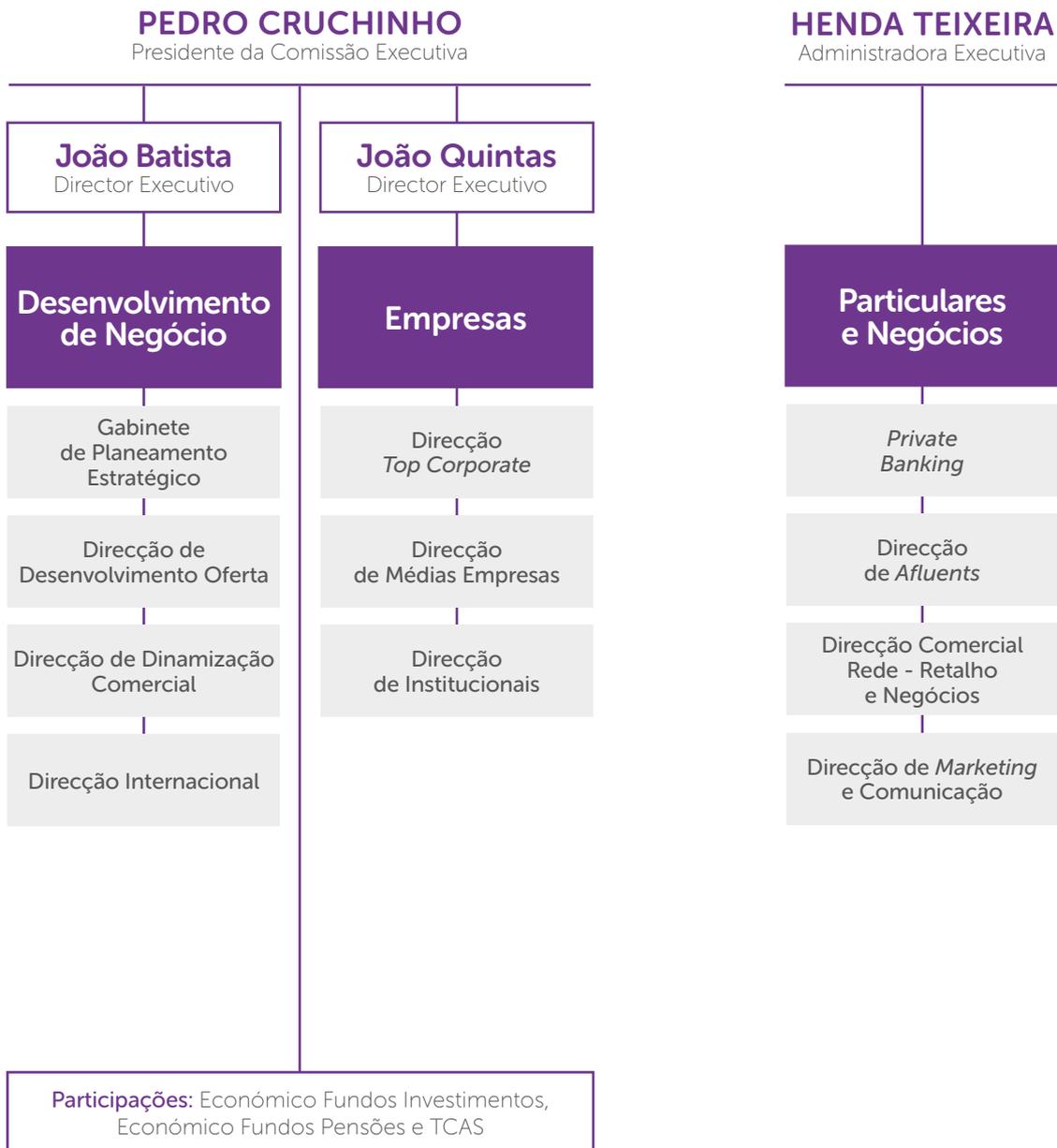
IV. Aprovação/actualização de um conjunto e Políticas e Manuais

Contudo, apesar disto, o Banco Económico entende que existe ainda um caminho a percorrer, visando a consolidação integral da sua Governança Corporativa.

A estrutura do Modelo de Governação do Banco Económico foi desenhada no sentido de responder às exigências que se impõem a uma instituição com a sua dimensão, relevância e posicionamento.



A Governação Corporativa do Banco Económico, e a forma como esta interage com o seu Sistema de Controlo Interno, é igualmente determinada pela actuação das suas direcções, quer sejam estas de negócio, de suporte ou de controlo.



Todas as direcções do Banco Económico têm o dever de assegurar a boa governação do Banco, respeitando uma cultura de transparência, honestidade e cumprimento de todos os diplomas regulamentares relevantes emitidos pelo regulador nacional.

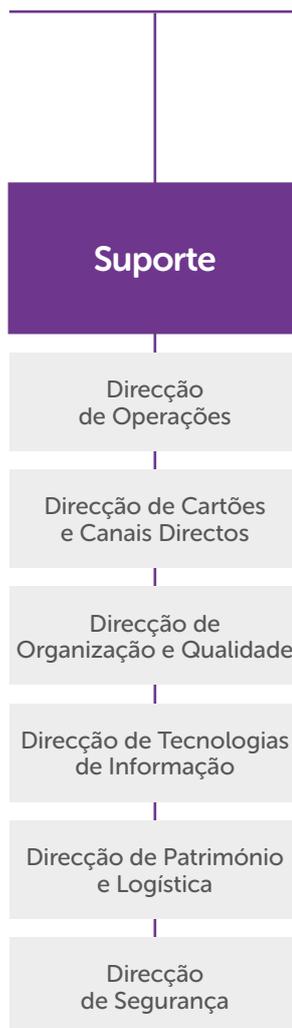
JOSÉ ALVES NASCIMENTO

Administrador Executivo



EDUARDO PINTO

Administrador Executivo



INOCÊNCIO MIGUEL

Administrador Executivo



Órgãos Sociais e Comitês

A estrutura do Modelo de Governação do Banco Económico proporciona a delegação de competências e responsabilidades num conjunto alargado de Órgãos Sociais, nomeadamente: Assembleia Geral e a sua Comissão de Remunerações dos Órgãos Sociais, Conselho de Administração e as suas comissões e Conselho Fiscal.

Assembleia Geral

A Assembleia Geral é constituída por todos os accionistas com direito a voto. As deliberações são tomadas por maioria dos votos emitidos na proporção de um voto por cada cem acções, salvo os casos previstos nos Estatutos do Banco e na legislação aplicável.

Responsabilidades

- Apreciar o Relatório e Contas do Conselho de Administração
- Deliberar sobre a aplicação dos resultados do exercício
- Eleger os membros da Mesa da Assembleia Geral e Órgãos da Sociedade
- Deliberar sobre qualquer alteração de estatutos
- Eleger uma Comissão de Remunerações dos Órgãos Sociais, composta por um ou mais accionistas

A Mesa da Assembleia Geral é constituída por um Presidente, um Vice-Presidente e por um Secretário, eleitos por períodos de quatro anos, sendo permitida a sua reeleição. Actualmente é constituída pelos seguintes elementos:

Ana Paula Godinho Marques da Conceição

Presidente

Januário Capita Vicente

Vice-Presidente

Desidério Albano César

Secretário

Conselho de Administração

O Conselho de Administração é eleito pela Assembleia Geral, que indica na mesma sessão o seu Presidente e Vice-Presidente.

Responsabilidades

- Monitorizar a gestão corrente da Comissão Executiva
- Deliberar sobre assuntos da sua exclusiva competência, conforme regulamentação e estatutos
- Submeter o Relatório e Contas anual à aprovação da Assembleia Geral

O Conselho de Administração é o órgão de gestão da sociedade, a quem compete a prática de todos os actos de administração e representação societária, e reúne-se de forma ordinária, uma vez a cada trimestre e, extraordinariamente, sempre que houver necessidade. O Conselho de Administração é composto por administradores executivos e não executivos.

Em caso de impossibilidade permanente de um membro do Conselho de Administração cumprir o seu mandato, tem este órgão a competência de cooptar um substituto para a conclusão do mandato.

De acordo com os Estatutos recentemente alterados, o Conselho de Administração é composto por um número ímpar de membros, no mínimo de três e no máximo de onze, eleitos por um período de quatro anos, sendo permitida a sua reeleição até ao limite de dois mandatos seguidos.

No exercício de 2018, integraram este órgão sete Administradores, a saber:

António Paulo Kassoma

Presidente

Sanjay Bhasin

Vice-presidente

Inocêncio Francisco Miguel

Vogal

Pedro Filipe Pedrosa Pombo Cruchinho

Vogal

Eduardo Araújo Nunes Pinto

Vogal

Henda N'zinga Pires Teixeira

Vogal

António Ramos da Cruz

Vogal

Considerando o fim dos mandatos dos membros dos órgãos sociais, em geral e do Conselho de Administração, em particular, os accionistas, reunidos em Assembleia Geral a 8 de Novembro de 2018, elegeram, para o período 2019/2022, a seguinte composição do Conselho:

António Paulo Kassoma

Presidente, Não Executivo

António Manuel Ramos da Cruz

Vice-Presidente, Não Executivo/Independente

Pedro Filipe Pedrosa Pombo Cruchinho

Vogal, Executivo/PCE

Inocêncio Francisco Miguel

Vogal, Executivo

Eduardo Araújo Nunes Pinto

Vogal, Executivo

Henda N'zinga Pires Teixeira

Vogal, Executivo

José Alves do Nascimento

Vogal, Executivo

Alberto Cardoso Severino Pereira

Vogal, Não Executivo

Arlindo das Chagas Rangel

Vogal, Não Executivo

No âmbito das suas atribuições, e para além da Comissão Executiva, o Conselho de Administração dispõe ainda de três comissões especializadas. Estas comissões foram constituídas na reunião do Conselho de Administração de 20 de Novembro de 2018, e iniciaram as suas funções no dia 1 de Janeiro de 2019.

Comissões de Conselho de Administração

Comissão de Controlo Interno

A Comissão é composta por administradores não executivos, nomeadamente:

António Manuel Ramos da Cruz

Presidente, Não Executivo

Alberto Cardoso Severino Pereira

Vogal, Não Executivo

Arlindo das Chagas Rangel

Vogal, Não Executivo

Os membros são designados pelo órgão de Administração por um período de quatro anos civis, coincidentes com o mandato do Conselho de Administração, que lhe delega as seguintes competências:

- Avaliar se as políticas, processos e procedimentos implementados são os adequados à dimensão, natureza e complexidade da actividade do Banco;
- Assegurar a formalização e operacionalização de um sistema de prestação de informação eficaz e devidamente documentado, incluindo o processo de preparação e divulgação das demonstrações financeiras;
- Supervisionar a formalização e operacionalização das políticas e práticas contabilísticas do Banco Económico;
- Rever todas as informações de cariz financeiro para publicação ou divulgação interna, designadamente as contas anuais da Administração;
- Fiscalizar a independência e eficácia da auditoria interna, aprovar e rever o âmbito e a frequência das suas acções e supervisionar a implementação das medidas correctivas propostas;
- Supervisionar a actuação da função *Compliance*;
- Supervisionar a actuação da função de Controlo Cambial;

- Apreciar as transacções com partes relacionadas e emitir parecer;
- Supervisionar a actividade e a independência dos auditores externos, comunicando com os mesmos com o objectivo de conhecer as conclusões dos exames efectuados e os relatórios emitidos.

Comissão de Gestão e Controlo de Risco

Os membros da Comissão são designados pelo órgão de Administração, cuja indicação recai sobre os seguintes:

Alberto Cardoso Severino Pereira

Presidente

António Manuel Ramos da Cruz

Vogal

Arlindo das Chagas Rangel

Vogal

Inocêncio Francisco Miguel

Vogal

Eduardo Araújo Nunes Pinto

Vogal

Estes são designados por um período de quatro anos civis, coincidentes com o mandato do Conselho de Administração, tendo como principal competência aconselhar o órgão de administração no que respeita à estratégia do risco tomando em consideração:

- Situação financeira da instituição;
- A natureza, dimensão e complexidade da sua actividade;
- A sua capacidade para identificar, avaliar, monitorizar e controlar os riscos;
- O trabalho realizado pela auditoria externa e pela delegação de competências de acompanhamento do Sistema de Controlo Interno;
- Todas as categorias de riscos relevantes na instituição, designadamente os riscos de crédito, de mercado, de liquidez, operacional, de estratégia e reputação, tomados na acepção prevista no Aviso n.º 02/2013, sobre o Sistema de Controlo Interno;

- Supervisionar a implementação da estratégia do risco por parte da instituição;
- Supervisionar a actuação da função de gestão do risco como prevista no Aviso n.º 02/2013.

Comissão de Gestão de Recursos Humanos

A Comissão de Gestão de Recursos Humanos é composta por administradores que desempenham funções executivas e não executivas, nomeadamente:

António Paulo Kassoma

Presidente

António Manuel Ramos da Cruz

Vogal

Pedro Filipe Pedrosa Pombo Cruchinho

Vogal

Inocêncio Francisco Miguel

Vogal

Henda N'zinga Pires Teixeira

Vogal

Estes têm as seguintes competências:

- Definir, formalizar, implementar e revisar a política de renumerações para a instituição;
- Definir as políticas e processos de renumerações para os Colaboradores, adequados à cultura e estratégia de longo prazo, considerando as vertentes de negócio, risco e condições do mercado;
- Apoiar e supervisionar a definição e condução da política e dos processos de avaliação dos Colaboradores;
- Definir a política de contratação de novos Colaboradores;
- Recomendar ao órgão de administração a nomeação de novos Colaboradores para as funções de direcção, para as quais deve elaborar uma descrição detalhada de funções, tomando em consideração as competências internas existentes.

Comissão Executiva

A Comissão Executiva é formada por um número ímpar de membros, sendo a sua composição neste momento:

Pedro Filipe Pedrosa Pombo Cruchinho

Presidente

Inocêncio Francisco Miguel

Vogal

Eduardo Araújo Nunes Pinto

Vogal

Henda N'zinga Pires Teixeira

Vogal

José Alves do Nascimento

Vogal

Exerce todos os poderes de gestão corrente do Banco, salvo os que, por acto de delegação de competências do Conselho de Administração, por força da lei e dos Estatutos, são exclusivos do Conselho de Administração. A Comissão Executiva do Banco reúne-se com uma periodicidade mensal.

O desempenho dos Administradores Executivos é avaliado em duas instâncias; primeiro pelo Conselho de Administração e segundo, pela Comissão de Remuneração dos Órgãos Sociais, mediante critérios definidos nos respectivos regulamentos.

O funcionamento da Comissão Executiva é auxiliado em grande medida pela existência de Comitês especializados, organizados pelas Direcções do Banco, para abordagem técnica de temas transversais a um conjunto de áreas. Nestes comitês são discutidos planos, programas, políticas, estratégias e actividades, e são tomadas deliberações relevantes, validadas pela participação de membros da Comissão Executiva em número suficiente para garantir a vinculação do Banco.

Auditor Externo

O auditor externo do Banco é a Ernest & Young, desde Dezembro de 2016. A contratação do auditor externo segue as regras estipuladas pelo Aviso 1/2013 do BNA, e é aprovada pela Assembleia Geral, mediante parecer do Conselho Fiscal.

A Política para o efeito foi aprovada pelo Conselho de Administração a 20 de Novembro de 2018. Neste sentido, adicionalmente ao serviço de auditoria externa, a Ernest & Young, não presta nenhum outro serviço à sociedade ou participada.

Comités do Conselho de Administração

Comité de Crédito

Analisa e aprova propostas de crédito, sob coordenação da Comissão Executiva.

Atribuições: Analisar e aprovar propostas de crédito, sob coordenação da Comissão Executiva.

Direcções: Direcção de Crédito; Direcções Comerciais.

Reuniões realizadas em 2018: 30 reuniões.

Comité de Negócios

Analisa o desenvolvimento do negócio do Banco e aprovação dos planos de acção nos segmentos e linhas de produto sob coordenação da Comissão Executiva.

Atribuições: Acompanhamento da actividade comercial do Banco (evolução e grau de cumprimento de objectivos); Definição das prioridades de acção comercial; Análise do contexto de negócio e proposta de acções de natureza comercial.

Direcções: Direcção de Dinamização Comercial; Direcção de Desenvolvimento de Oferta; Direcções Comerciais; Direcção de Cartões e Canais Directos; Direcção da Banca de Investimento; Direcção de Organização e Qualidade.

Reuniões realizadas em 2018: 9 reuniões.

Comité de Mercados

Analisa as condições dos mercados, fluxos financeiros e a posição de tesouraria, sob coordenação da Comissão Executiva.

Atribuições: Perceber as tendências do mercado e potenciais impactos sobre a actividade da instituição; Avaliar as condições de transaccionalidade da instituição; Avaliar os fluxos de pagamentos e os impactos sobre a tesouraria; Perceber as expectativas de Clientes quanto à realização de

novos negócios ou sobre determinada realidade económica e empresarial; Aprovar a execução dos pagamentos tendo em conta a ordem de prioridades comerciais.

Direcções: Direcção Financeira; Direcções Comerciais; Direcções de Operações; Gabinete de Controlo Cambial.

Reuniões realizadas em 2018: 24 reuniões.

Comité Financeiro

Analisa a evolução da estrutura de balanço e resultados, sob coordenação da Comissão Executiva.

Atribuições: Analisar o contexto macroeconómico e as tendências dos mercados, identificando, recomendando e aprovando as melhores opções de investimento tendo em consideração os limites de risco que a instituição está disposta a aceitar; Aprovar e fazer o acompanhamento da implementação da política de Investimento da Instituição, tendo em consideração a conjuntura de mercado vigente e o potencial de oportunidades existentes; Aprovar as opções de cobertura de risco tendo em conta a política de gestão de risco em vigor; Decidir sobre as alterações da Estrutura de Funding do Banco, tendo em conta as várias alternativas de financiamento disponíveis no mercado; Acompanhar a evolução da margem financeira do Banco e aprovar alterações de *pricing* dos Activos/ Passivos de forma a garantir que sejam cumpridos os objectivos de margem fixados;

Direcções: Direcção Financeira; Direcção de Dinamização Comercial; Direcção de Desenvolvimento de Oferta; Direcção de Banca de Investimento; Direcção de Crédito; Direcção de Risco; Direcção de Contabilidade e Controlo Orçamental; Direcções Comerciais;

Reuniões realizadas em 2018: 4 reuniões.

Comité de Meios

Analisa o modelo organizativo do Banco, alterações dos processos, avaliação da qualidade e desempenho operacional, evolução do sistema e iniciativa de redução de custos, sob coordenação da Comissão Executiva.

Atribuições: Acompanhar a execução do Plano de Transformação Operacional; Monitorar a evolução do portfólio

de projectos informáticos e organizativos; Acompanhar KPIs relacionados com Recursos Humanos; Acompanhar a evolução dos custos do Banco e a execução das iniciativas para optimização de custos; Acompanhar os KPIs associados aos principais processos; Acompanhar os projectos e KPIs da qualidade de serviço; Acompanhar a manutenção do Plano de Continuidade de Negócio e exercícios de *Disaster Recovery*; Acompanhar indicadores relativos à segurança física, nomeadamente assaltos a agências, e criminalidade em geral e a evolução dos serviços de recolha e transporte de valores; Acompanhar a execução dos principais projectos e planos de actividade das Direcções de Informática, Operações, Organização, Recursos Humanos, Segurança, Património.

Direcções: Direcção de Organização e Qualidade; Direcções de Operações; Direcção de Tecnologia de Informação; Direcção de Segurança; Direcção de Capital Humano; Direcção de Património e Logística; Direcção de Cartões e Canais Directos; Direcção de Contabilidade e Controlo Orçamental.

Reuniões realizadas em 2018: 5 reuniões.

Comité de Risco

Analisa a carteira de crédito e do capital, monitoriza as principais operações em situação de imparidade e assegura a implementação de modelos de risco, sob coordenação da Comissão Executiva.

Atribuições: Monitorizar a adequação do Sistema de Gestão de Risco do Banco; Analisar a evolução da carteira de crédito e do crédito vencido; Acompanhar a exposição a cada tipologia de risco, através dos respectivos indicadores de monitorização; Analisar a evolução das provisões e imparidades; Analisar as principais operações de reestruturação; Aprovar as linhas gerais dos processos relacionados com as fontes de risco do Banco.

Direcções: Direcção de Risco; Direcção de Crédito; Direcção de *Compliance*; Direcção de Contabilidade e Controlo Orçamental; Direcção Financeira.

Reuniões realizadas em 2018: 2 reuniões.

Conselho Fiscal

O Conselho Fiscal do Banco Económico possui as seguintes responsabilidades:

- Acompanhar o processo de prestação e divulgação de informação financeira e apresentar recomendações ou propostas para garantir a sua integridade;
- Verificar se as políticas contabilísticas e os critérios valorimétricos adoptados pela sociedade conduzem a uma correcta avaliação do património e dos resultados;
- Elaborar anualmente relatório sobre a acção fiscalizadora e dar parecer sobre relatórios (contas, governação corporativa, sistema de controlo interno e propostas apresentadas pela Administração).

O Conselho Fiscal é constituído por um Presidente e por dois Vogais, sendo todos os membros do Conselho Fiscal independentes. Por independência, entende-se a não associação a qualquer grupo de interesses específicos em relação ao Banco, nem se encontre em alguma circunstância susceptível de afectar a sua isenção de análise ou de decisão.

No exercício de 2018, integraram este órgão:

Carlos Freitas

Presidente, em representação da Sociedade Mazars Angola

Mário Bruno da Conceição Ferreira Lourenço

Vogal

Adilson Humberto de Sá Nogueira

Vogal

Comissão de Remuneração dos Órgãos Sociais

A Comissão de Remuneração dos Órgãos Sociais tem como objectivo definir, implementar e rever a política de remuneração dos membros dos órgãos sociais nos termos do artigo nº17 do Aviso nº1/13 do Banco Nacional de Angola.

Principais Políticas de Ética e Deontologia

1. Regulamento Recursos Humanos

O Banco Económico reconhece que o sucesso a longo prazo depende da sua capacidade para atrair, reter e desenvolver Colaboradores capazes de garantir a continuidade e o crescimento sustentável. Esta visão está transposta na Política de Recursos Humanos, definida e orientada em função da estratégia do Banco, que passa por contratar Colaboradores com atitudes pessoais e competências profissionais de excelência, garantindo um forte alinhamento entre os valores do candidato e a cultura do Banco.

Enquanto instituição financeira, o Banco Económico garante aos Colaboradores excelentes condições de trabalho, um ambiente seguro e saudável, formação periódica e políticas de flexibilidade que proporcionam um equilíbrio entre a vida profissional e pessoal.

2. Código de Conduta

O Banco Económico tem como missão criar valor para os seus Clientes, através da oferta de produtos e serviços financeiros de qualidade, observando rigorosos padrões de conduta e responsabilidade corporativa, aprofundando assim uma gestão transparente e isenta de conflitos de interesse.

No âmbito desta cultura de responsabilidade foi instituído um Código de Conduta, onde estão descritos os princípios e regras de conduta fundamentais a observar no exercício da actividade profissional dos membros dos Órgãos de Administração e de Fiscalização, enquanto promotores de uma cultura de ética na instituição, e demais Colaboradores, no relacionamento com Clientes, Fornecedores, Prestadores de Serviços e Concorrentes.

Os Colaboradores devem ser profissionais competentes, diligentes, leais, íntegros, bem como comportar-se de forma correcta, conscienciosa, cortês, acessível e disponível.

O acompanhamento do Código de Conduta, no que se refere ao esclarecimento dos Colaboradores relativamente

ao respectivo conteúdo e aplicação, é efectuado pela Direcção de *Compliance*, que pode, sempre que necessário, recorrer a outras Direcções, designadamente a Direcção de Auditoria Interna e a Direcção de Capital Humano.

3. Política de Conflito de Interesses

Considerando a susceptibilidade de ocorrência de eventuais conflitos de interesses, o Banco Económico tem estabelecido regras e procedimentos internos, que obriga que o comportamento dos seus Colaboradores e Membros dos Órgãos Sociais, sejam orientados por princípios de natureza Ética e Deontológica, que traduzem os mais elevados padrões de conduta moral e profissional.

Esta Política considera como prioridade na condução e gestão dos seus negócios, a imparcialidade e independência na sua actuação, visando a prevenção e a gestão de conflitos de interesses, nos termos da legislação em vigor, quer entre os interesses do Banco e os dos Clientes, quer entre os interesses dos seus diferentes Clientes.

4. Política de Partes Relacionadas

De forma a garantir a independência da instituição face aos seus accionistas, atendendo às melhores práticas de Governança Corporativa, o Banco Económico tem estabelecido regras e consolidado procedimentos para as transacções com partes relacionadas, com vista a mitigar os riscos envolvidos e identificar formas de garantir a Segurança Jurídica e a Ordem Económica.

5. Comunicação de Irregularidades

O Banco Económico tem instituída uma política e procedimentos no âmbito da comunicação interna e externa de operações suspeitas. Todos os Colaboradores têm o dever de comunicar as operações suspeitas à Direcção de *Compliance*, que por sua vez tem de as comunicar à Unidade de Informação Financeira – UIF.

Para além das operações suspeitas, todas as operações acima de USD 15.000,00, ou valor equivalente em AOA, são sujeitas ao preenchimento de uma declaração de origem e destino de fundos e reportadas à UIF, inclusive transacções repartidas por tranches cujo somatório atinja aquele limite.

6. Política de Prevenção ao Branqueamento de Capitais

A capacidade de detectar e prevenir actividades passíveis de constituírem Branqueamento de Capitais e Financiamento ao Terrorismo decorre directamente do conhecimento, por parte dos Bancos, de determinados elementos chave relativos às suas contrapartes e respectivas transacções. Por esse facto, o Banco Económico desenvolve a sua actividade comercial seguindo políticas e critérios de prevenção de branqueamento de capitais e de combate ao Financiamento do Terrorismo, em conformidade com a legislação em vigor.

O Banco Económico encontra-se focado nos mais altos padrões de Prevenção ao Branqueamento de Capitais (AML). A sua Administração e os demais Colaboradores, observam as melhores práticas para prevenir o uso dos nossos serviços e produtos para fins de branqueamento de capitais, reconhecendo assim a importância do combate a esta tipologia de crime financeiro e os danos que podem advir pelo risco do não cumprimento destas práticas.

Face à crescente relevância do combate a estes fenómenos, o Banco tem tido uma atenção acrescida na identificação de fragilidades e de áreas de maior exposição, por forma a assegurar a existência de adequados métodos de controlo e mitigação de riscos inerentes a transacções e contrapartes, identificando dois momentos em que esse conhecimento deve ser especialmente aplicado:

- Abertura de contracto ou alterações de titularidade de contracto existente, através do que é referenciado por KYC ("Conheça o seu Cliente") ou seja, assegurar comprovadamente a identificação dos titulares, representantes e beneficiários efectivos.
- Acompanhamento da transaccionalidade do contrato, nomeadamente identificando situações atípicas, tanto antecipadamente, como por contacto com o Cliente após detecção da situação.

O Banco analisa as suas estratégias de Prevenção ao Branqueamento de Capitais, metas e objectivos numa base contínua e mantém um programa de AML eficaz para os negócios do Banco, que reflecte as melhores práticas para uma instituição financeira. São regularmente promovidas acções de formação, no sentido de serem identificadas potenciais situações suspeitas de Branqueamento de Capitais, sendo igualmente útil para o cumprimento dos deveres legais e regulamentares a que o Banco se encontra sujeito.

A prevenção do Branqueamento de Capitais e combate ao Financiamento do Terrorismo é um dos alicerces da confiança no sistema financeiro e como tal, este tema continuará a merecer uma atenção permanente por parte do Banco Económico.



ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO

2.1. Economia Mundial

2.2. Economia de Angola

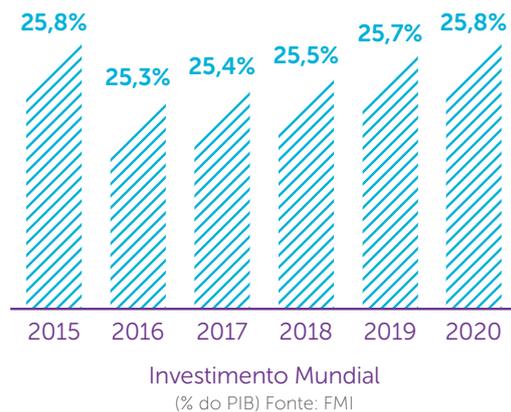
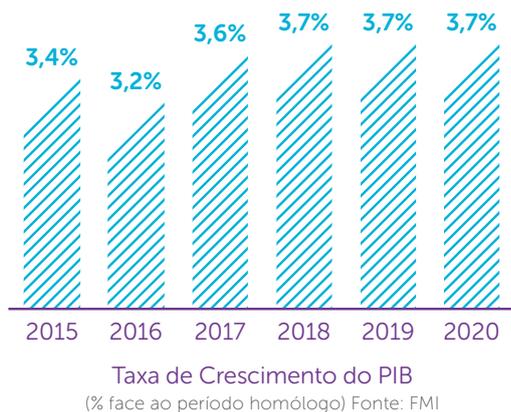
2.1. Economia Mundial

De acordo com as projecções do Fundo Monetário Internacional (FMI), o ritmo de crescimento da economia mundial para o período entre 2017 e 2019 deverá ter estabilizado em torno dos 3,7%.

Relativamente às economias mais desenvolvidas, é expectável que tenham atingido em 2018 uma taxa de crescimento do PIB na ordem dos 2,4%, embora se antecipe uma ligeira quebra deste ritmo de crescimento em 2019 e 2020 para aproximadamente 2,1% e 1,7%, respectivamente.

Crescimento da Economia Mundial

A evolução da economia mundial estará dependente da resposta a um conjunto de questões estruturais que afetarão nas apenas economias desenvolvidas, mas também os mercados emergentes e em desenvolvimento: qual o impacto da retirada dos estímulos fiscais por parte do governo dos EUA? Qual o impacto do abrandamento do ritmo de crescimento dos EUA? Qual o impacto da reversão do programa de compra de activos por parte do BCE? Tendo em conta a actual política monetária expansionista, quais as perspectivas para a evolução do nível geral de preços? Quais os riscos da desaceleração da economia chinesa e do exponenciar dos desequilíbrios do seu modelo de crescimento?



As taxas de crescimento previstas pelo FMI reflectem uma ligeira desaceleração face a estimativas anteriores, que apontavam para uma taxa de crescimento global próxima dos 4,0%, sendo fundamentalmente justificado pelo agravamento das tensões comerciais a nível internacional, e em particular entre os Estados Unidos da América e a China. Esta revisão das projecções mundiais ficou também a dever-se a factores como a introdução na Alemanha de novas exigências relativamente à indústria automóvel, riscos e incertezas sobre a dívida soberana em Itália, quebra do sentimento de confiança nos mercados financeiros ou ainda a contracção económica da Turquia que foi superior ao expectável. Por fim, todas as dúvidas e incertezas em torno da saída do Reino Unido da União Europeia, tem igualmente prejudicado a estabilidade e o crescimento destas regiões.

A crescente aversão ao risco, juntamente com a deterioração da confiança sobre as perspectivas de crescimento económico e as expectativas de política monetária, contribuíram para uma queda no valor dos títulos da dívida soberana, nomeadamente dos EUA, Alemanha e Reino Unido.

A taxa de juro sobre a dívida italiana foi igualmente pressionada no decurso do impasse orçamental entre o governo do país e a Comissão Europeia.

Este arrefecimento do clima económico mundial foi igualmente sentido por parte das economias emergentes, tendo o FMI revisto em baixas taxas de crescimento para o grupo das economias emergentes e em desenvolvimento, quer para o ano de 2018 quer para 2019. Os índices bolsistas nos mercados emergentes registaram fortes movimentos de venda num contexto de tensões comerciais e maior aversão ao risco. Preocupações sobre pressões inflacionistas fundamentalmente provocadas por aumentos no preço do petróleo e a desvalorização da moeda nacional conduziu muitos bancos centrais de economias emergentes (por exemplo: Chile, Indonésia, México, Filipinas, Rússia, África do Sul, Tailândia) a aumentarem as suas taxas de juro de referência.

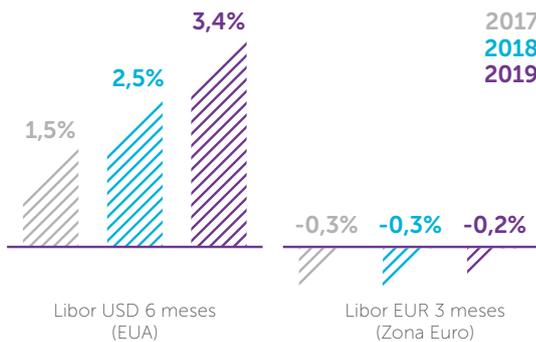
De acordo com o FMI, o crescimento das economias emergentes e em desenvolvimento deverá fixar-se em 4,5% em 2019, depois de ter registado 4,6% em 2018. Em 2020, é esperada uma ligeira recuperação das taxas de crescimento para 4,9%.

Taxas de Juro

Relativamente aos Estados Unidos da América, o país enfrenta um cenário de grande pressão ao nível do saldo da sua balança de conta corrente. Apesar das medidas comerciais proteccionistas adoptadas ao longo de 2018, a Reserva Federal Norte-Americana (FED) tem vindo, de forma faseada, a normalizar a política monetária, tendo aumentado a taxa de juro dos fundos federais. Em 2019, será expectável que se verifiquem novos aumentos das taxas de juro por parte da FED.

Na Zona Euro, o Banco Central Europeu reduziu o seu Programa de Compra de Activos de 30 mil milhões de euros para 15 mil milhões de euros, tendo mantido inalterada a taxa de juro de referência.

Relativamente às principais economias emergentes e em desenvolvimento (por exemplo: Índia, Indonésia, México, Argentina, Turquia), os seus bancos centrais promoveram um aumento das taxas de juro de referência, em resultado de pressões inflacionistas e cambiais, e de forma a evitar a fuga de capitais dos seus países.



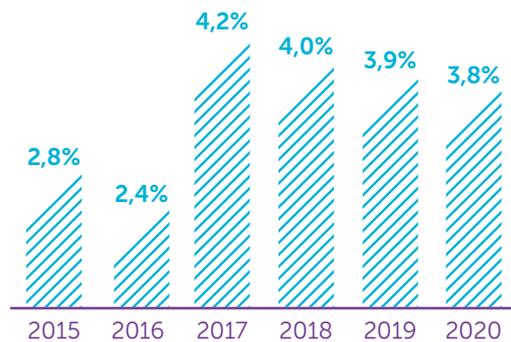
Taxas de Juro de Referência (%)

Fonte: FMI

Comércio Internacional

Como consequência das previsões menos animadoras para o crescimento do comércio de bens e serviços tanto para as economias avançadas como para as economias emergentes e em desenvolvimento, o FMI reviu em baixa as projecções de crescimento do volume de comércio de bens e serviços, passando de 4,8% e 4,5% em 2018 e 2019, respectivamente, para 4,2% em 2018 e 4,0% em 2019.

Para este cenário contribui em grande medida o conflito comercial, com sucessivas medidas retaliatórias, verificado entre os EUA e a China. Não obstante, a nova política comercial dos EUA teve impactos igualmente negativos sobre um conjunto alargado de economias como Japão, União Europeia e os países pertencentes à NAFTA (*North American Free Trade Agreement*).



Comércio Mundial

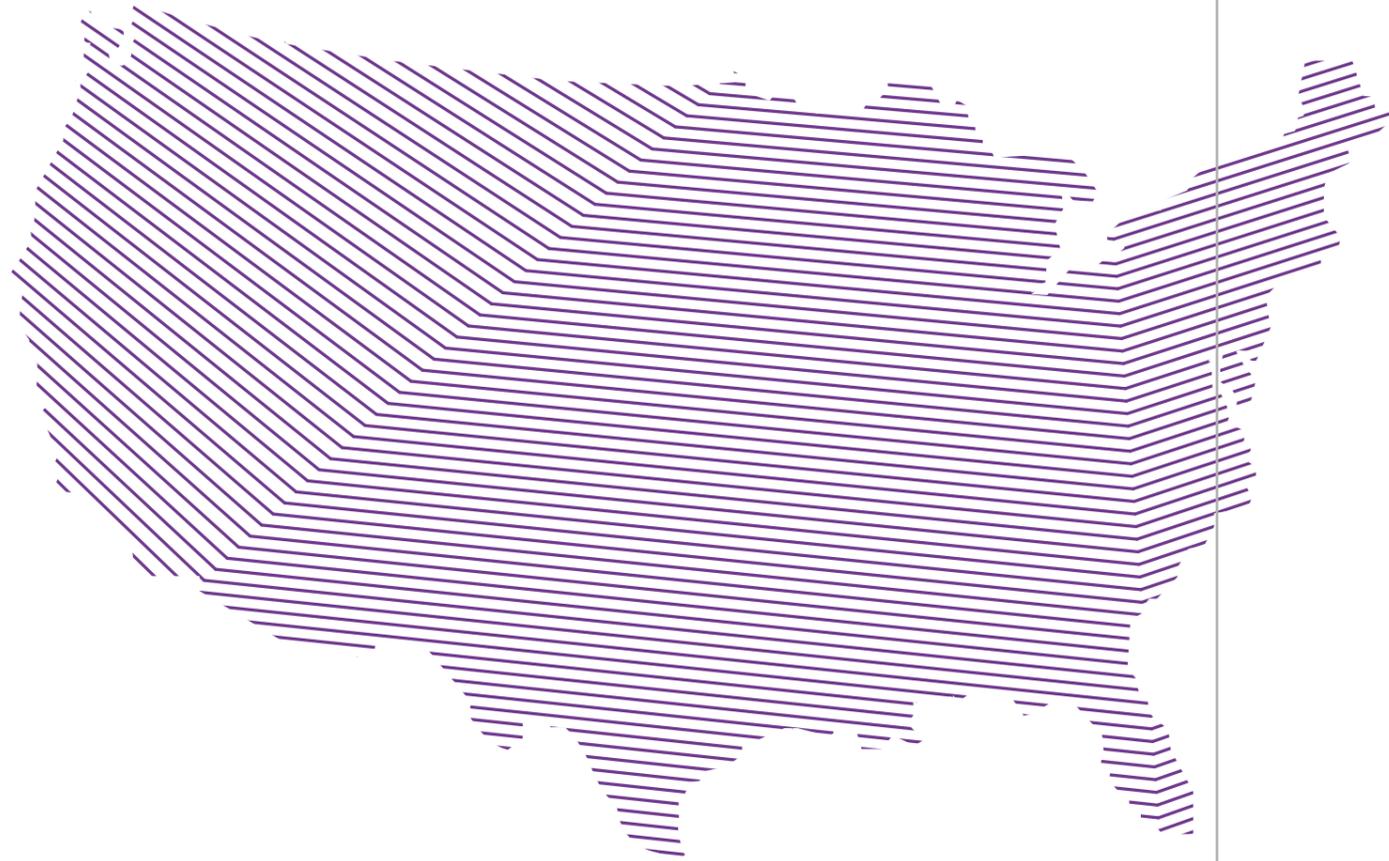
(% face ao período homólogo) Fonte: FMI

Evolução do Sector Petrolífero

Em 2018, o preço médio do barril de petróleo rondou os 72 USD, significando um aumento de 30% face ao ano transacto. De acordo com o FMI, o crescimento dos preços do petróleo em 2018 são sobretudo explicados pela maior carência do lado da oferta.

Embora o aumento do consumo global tenha conduzido ao aumento dos preços, é do lado da oferta que residem as principais razões para este movimento em 2018. O declínio da capacidade de produção por parte da Venezuela e as sanções impostas pelos EUA ao Irão, levaram a que o preço do barril de petróleo atingisse os 86 USD em Outubro de 2018. A partir desta data, os preços começaram a diminuir em resultado do acordo entre países da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP) e países produtores de petróleo não pertencentes à OPEP, acordando aumentar a produção de petróleo em cerca de 1 milhão de barris por dia.

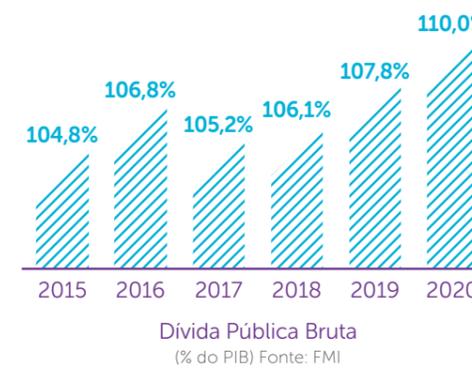
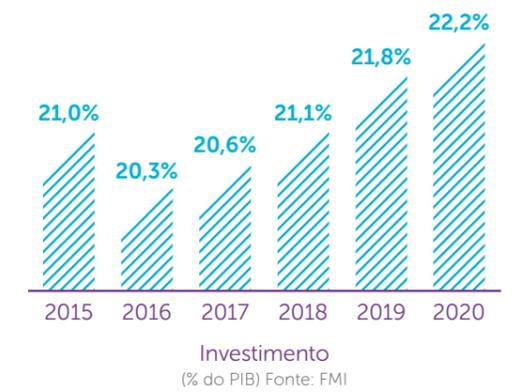
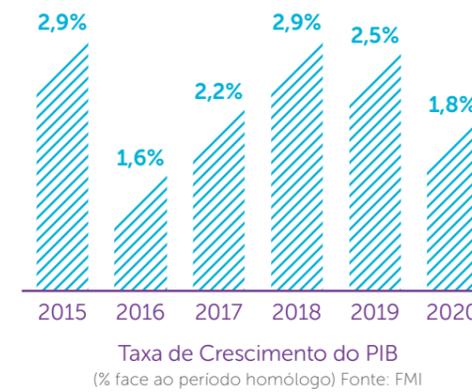
Adicionalmente, de acordo com os mercados de futuros, o preço do barril de petróleo deverá decrescer ao longo dos próximos quatro a cinco anos, fundamentalmente devido ao aumento substancial da produção de xisto por parte dos EUA.



ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA

No que se refere à economia dos EUA, o seu crescimento em 2018 é essencialmente explicado por uma política fiscal pró-cíclica, sendo expectável que atinja uma taxa de crescimento na ordem dos 2,4%, de acordo com o FMI. Contudo, existem algumas preocupações relativamente à sustentabilidade do crescimento da economia norte-americana, na medida em que esta parece estar fortemente alavancada na procura interna, a qual por sua vez advém das baixas taxas de juro.

Neste contexto, o FMI reviu em baixa as projecções para a economia dos EUA em 2019, perspectivando um crescimento na ordem dos 2,5%. Esta revisão em baixa do crescimento é igualmente explicada pela "guerra" comercial com a economia chinesa, que aplicou medidas retaliatórias face às barreiras tarifárias introduzidas pelos EUA.



ZONA EURO



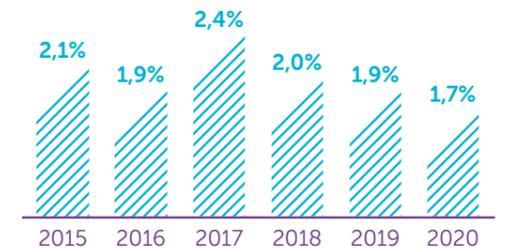
O crescimento na área do euro deverá passar de 1,8% em 2018 para 1,6% em 2019 e 1,7% em 2020. As taxas de crescimento foram revistas em baixa nas últimas projecções do FMI, principalmente para a economia alemã (redução da produção industrial em resultado de maiores exigências sobre a indústria automóvel e enfraquecimento da procura interna), italiana (redução da procura interna e maior custo da dívida) e francesa (impacto negativo sobre a produção industrial, em resultado das sucessivas greves e protestos nas ruas).

A introdução das economias asiáticas (em particular, a China) e do seu perfil de exportações nos mercados internacionais, justificam a quebra do valor do comércio mundial, não obstante o aumento do ritmo de trocas a nível mundial. Esta situação tem implicado a erosão da quota de mercado do velho continente.

No caso dos EUA, a sua economia está fortemente sustentada no consumo interno, sendo que o peso dos EUA no comércio internacional se mantém idêntico nos últimos 10 anos.

Apesar das taxas de juro que remuneram as reservas dos Bancos junto do BCE estarem abaixo de 0%, as reservas dos Bancos aumentaram, estando ainda bem presentes as dificuldades sentidas no período subsequente ao colapso do Lehman Brothers.

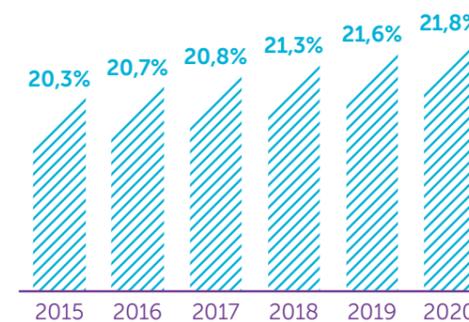
Adicionalmente, aumentam os receios em torno da saída do Reino Unido da União Europeia (Brexit) sem um acordo entre as partes. É expectável que a saída do Reino Unido provoque uma quebra nas relações comerciais e no investimento entre os dois blocos.



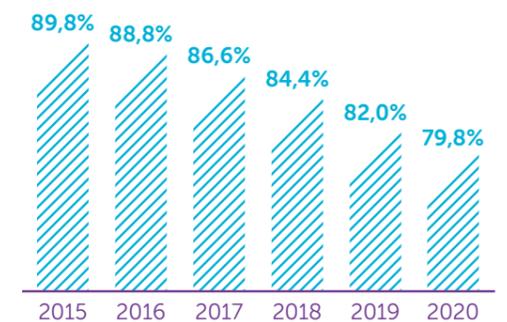
Taxa de Crescimento do PIB (% face ao período homólogo) Fonte: FMI



Exportação Bens e Serviços (% face ao período homólogo) Fonte: FMI



Investimento (% do PIB) Fonte: FMI



Dívida Pública Bruta (% do PIB) Fonte: FMI

ECONOMIA ASIÁTICA

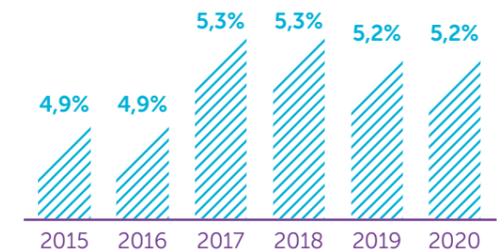


A economia japonesa deverá crescer em torno de 1,1% em 2019, reflectindo fundamentalmente o apoio fiscal adicional à economia, incluindo medidas para contrabalançar o efeito negativo do aumento dos impostos sobre o consumo planeado para Outubro de 2019.

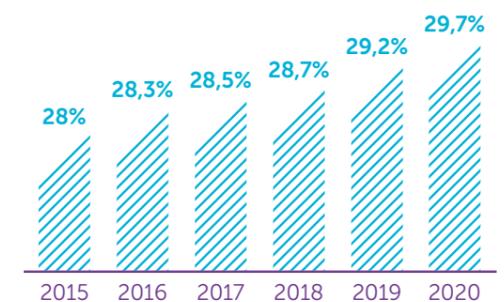
A China deverá crescer em 2019 a um ritmo idêntico ao de 2018, na ordem dos 6,3%-6,6%, impulsionado pela procura interna e pelo crescimento do sector dos serviços. O clima de tensão comercial com os EUA poderá prejudicar o crescimento da economia chinesa, embora os apoios do lado da política fiscal e monetária garantam a continuação do crescimento económico do país. No entanto, existe um receio generalizado relativamente à quebra do modelo de crescimento das economias asiáticas, sustentado nos apoios estatais e num forte endividamento privado. Esta situação será ainda mais preocupante face à possibilidade de um aumento das taxas de juro.

Por sua vez, a Índia prepara-se para aumentar a sua taxa de crescimento em 2019 (7,6% face aos 7,3% em 2018), beneficiando da redução dos preços do petróleo e de pressões sobre a sua política monetária e taxa de inflação inferiores às previstas. A procura interna e o crescimento das exportações são os grandes impulsionadores da economia indiana.

De acordo com o FMI, o crescimento dos países emergentes e em desenvolvimento na Ásia deverá cair de 6,5% em 2018 para 6,3% em 2019 e 6,4% em 2020.



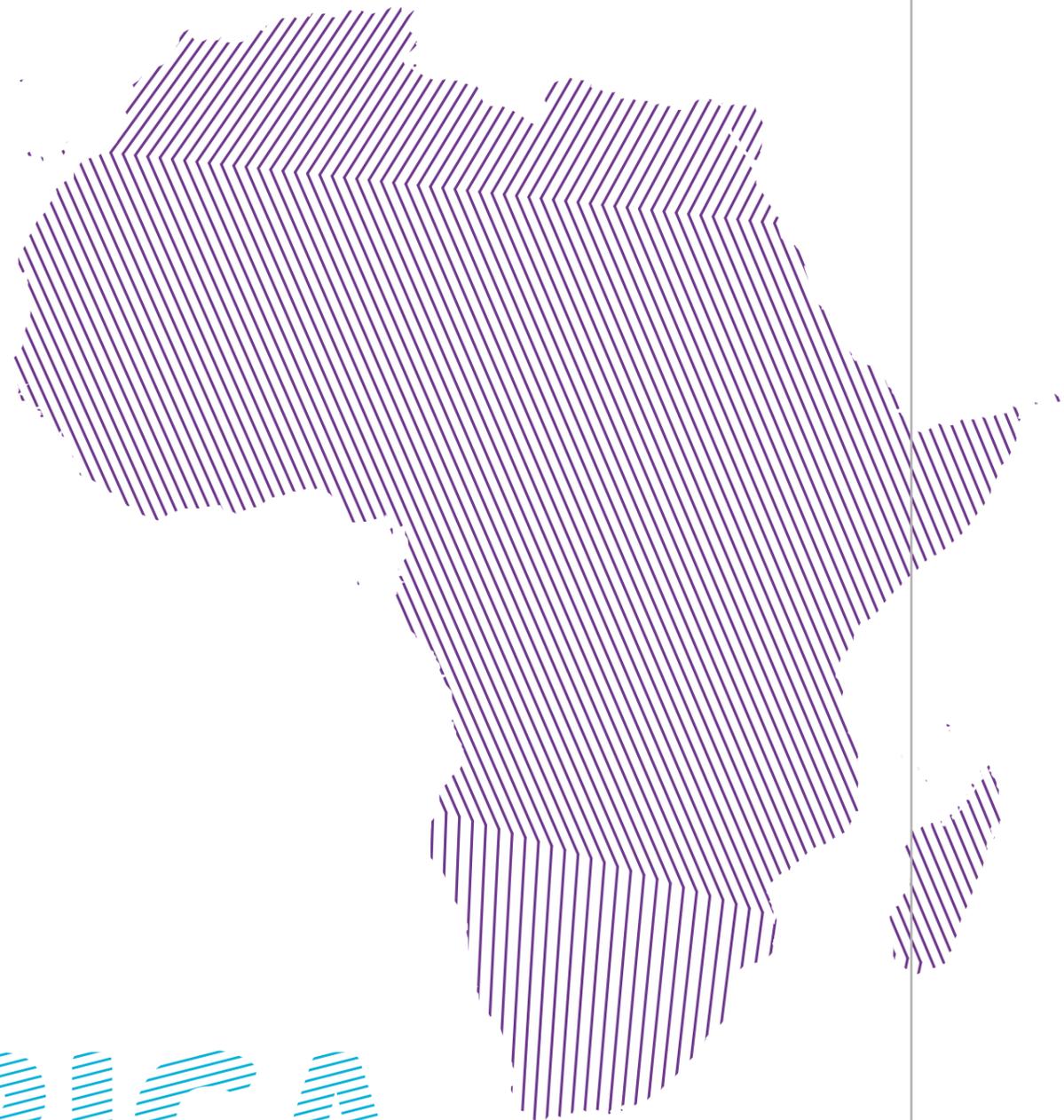
Taxa de Crescimento do PIB: ASEAN-5 (% face ao período homólogo) Fonte: FMI



Investimento: ASEAN-5 (% do PIB) Fonte: FMI



Exportação Bens e Serviços: ASEAN-5 (% face ao período homólogo) Fonte: FMI



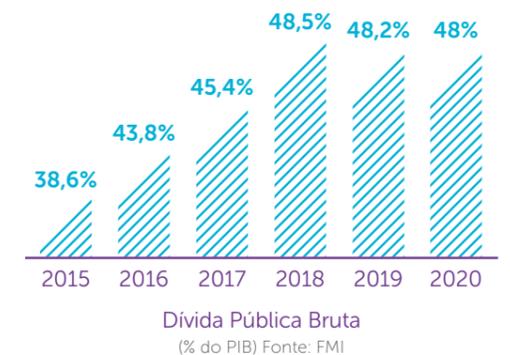
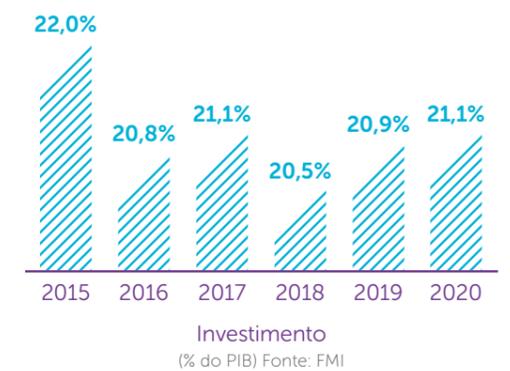
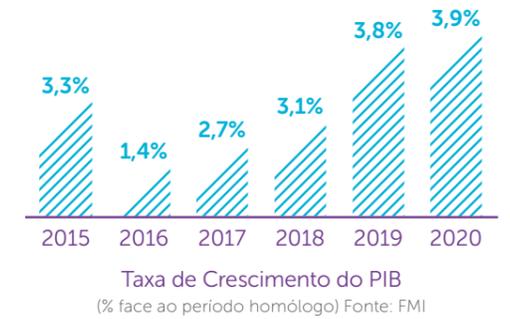
ÁFRICA SUBSAARIANA

Em 2018, continuou a verificar-se a recuperação do ritmo de crescimento económico da região, apesar do abrandamento da actividade em algumas das principais economias da região, em particular Angola, Nigéria e África do Sul.

O continente foi naturalmente afectado pela envolvente externa mais exigente, caracterizada por um comércio internacional moderado, mercados financeiros envoltos em incerteza e adversos ao risco, e um Dólar Norte-Americano valorizado face às principais moedas quer de países desenvolvidos quer de mercados emergentes.

A região foi igualmente afectada pela redução do preço das *commodities* (por exemplo: metais e produtos agrícolas) nos mercados internacionais, em resultado da redução da procura global, bem como pela redução do preço do barril de petróleo a partir do último trimestre de 2018.

Em 2019, será fundamental a adopção de medidas para a captação de Investimento Directo Estrangeiro (IDE), facilitando o acesso a capitais estrangeiros, a diversificação das fontes de receita e o investimento em infra-estruturas.



Principais Desafios em 2019

Tendo em consideração os riscos que se colocam à estabilidade e crescimento da economia mundial, bem como a margem de actuação reduzida para muitos países, é fundamental que sejam implementadas tanto políticas nacionais como acordos multilaterais de forma a evitar a desaceleração do ritmo de crescimento global. A criação de condições para o crescimento sustentável no médio-prazo e para a maior inclusão financeira deverão ser prioridades partilhadas a nível global.

Caso as principais economias mundiais consigam resolver os seus diferendos sem a introdução de mais barreiras proteccionistas e exista uma recuperação dos indicadores de confiança, poderá ser gerado um ciclo de crescimento em que os vários países e regiões se ajudam mutuamente, alimentando um ciclo económico virtuoso. Contudo, existem diversos riscos e incertezas que poderão prejudicar o normal funcionamento da economia mundial, nomeadamente a existência de tensões comerciais e um sentimento de desconfiança e incerteza nos vários mercados bolsistas.

Tensões Comerciais

Caso as negociações entre os EUA e a China não sejam bem sucedidas e continuem a ser implementadas medidas proteccionistas entre os dois países, existirá um aumento dos custos dos bens importados, tendo como consequência um aumento dos custos de aquisição para os consumidores. Maiores níveis de incerteza sobre a política comercial e preocupações sobre a escalada de retaliações

irá certamente reduzir o investimento privado e baixar os níveis de produtividade. Por sua vez, ao baixarem os níveis de rentabilidade do tecido empresarial irá certamente existir uma quebra no sentimento de confiança dos mercados bolsistas, alimentando também por esta via uma quebra do ciclo económico.

Mercados Financeiros

A escalada de tensões comerciais, juntamente com as incertezas ao nível da política fiscal de Itália, da possibilidade do Reino Unido sair da União Europeia sem um acordo claro entre as partes, da saúde orçamental de várias economias emergentes e das próprias economias europeias e dos Estados Unidos da América, têm abalado o sentimento de confiança no seio dos mercados bolsistas, contribuindo para o declínio do preço das acções.

Outros Factores Relevantes

Existe um outro conjunto de factores que poderão provocar uma desaceleração do ritmo de crescimento económico mundial, nomeadamente a pressão sobre a dívida dos EUA, que levou em 2018 ao encerramento por diversos dias consecutivos de vários serviços públicos, bem como o aumento potencial das taxas de juro, que irá comprometer a capacidade de várias economias emergentes em cumprir com o serviço da sua dívida, entrando em situação de incumprimento e vendo-se obrigadas a recorrer a programas de ajuda externa.

Prioridades para 2019

De acordo com o estágio de maturidade e desenvolvimento dos países, a discussão sobre as políticas a adoptar em 2019 poderá ser relativamente diferenciada. No caso das economias desenvolvidas, o foco deverá ser colocado na implementação de políticas que reforcem o aumento da produtividade e dos níveis de participação no mercado de trabalho (nomeadamente por parte de mulheres e camadas mais jovens da população), bem como na promoção de níveis adequados de segurança social para as camadas da população mais fragilizadas. Em termos de política monetária deverá ser assegurado o controlo das taxas de inflação, enquanto a política fiscal deverá assegurar a criação de margens orçamentais necessárias para períodos de crescimento mais reduzido.

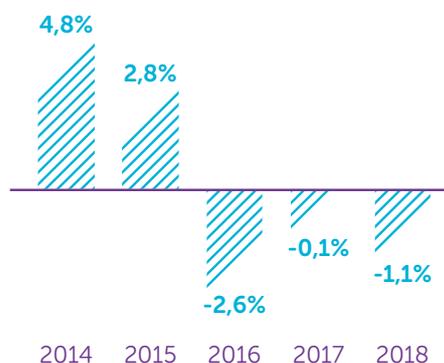
Os mercados emergentes e países em desenvolvimento têm sido testados por condições externas desafiantes, como consequência de tensões comerciais, do aumento das taxas de juro nos EUA, da valorização do Dólar Norte-Americano, da fuga de capitais e da volatilidade dos preços do petróleo. Um problema adicional poderá ser o elevado nível de endividamento do sector privado, tanto ao nível das empresas como das famílias. A política fiscal deverá assegurar que os níveis de dívida pública se mantêm controlados, ao mesmo tempo que políticas de apoio social devem ser implementadas e alargadas a mais camadas da população, promovendo deste modo o reforço da inclusão social, da procura interna e das bases para o crescimento económico. Para as economias de baixos rendimentos e altamente

dependentes de recursos naturais, deverá existir igualmente um esforço significativo no sentido da diversificação das suas fontes de receita, contribuindo para a sustentabilidade do seu crescimento no médio/ longo prazo.

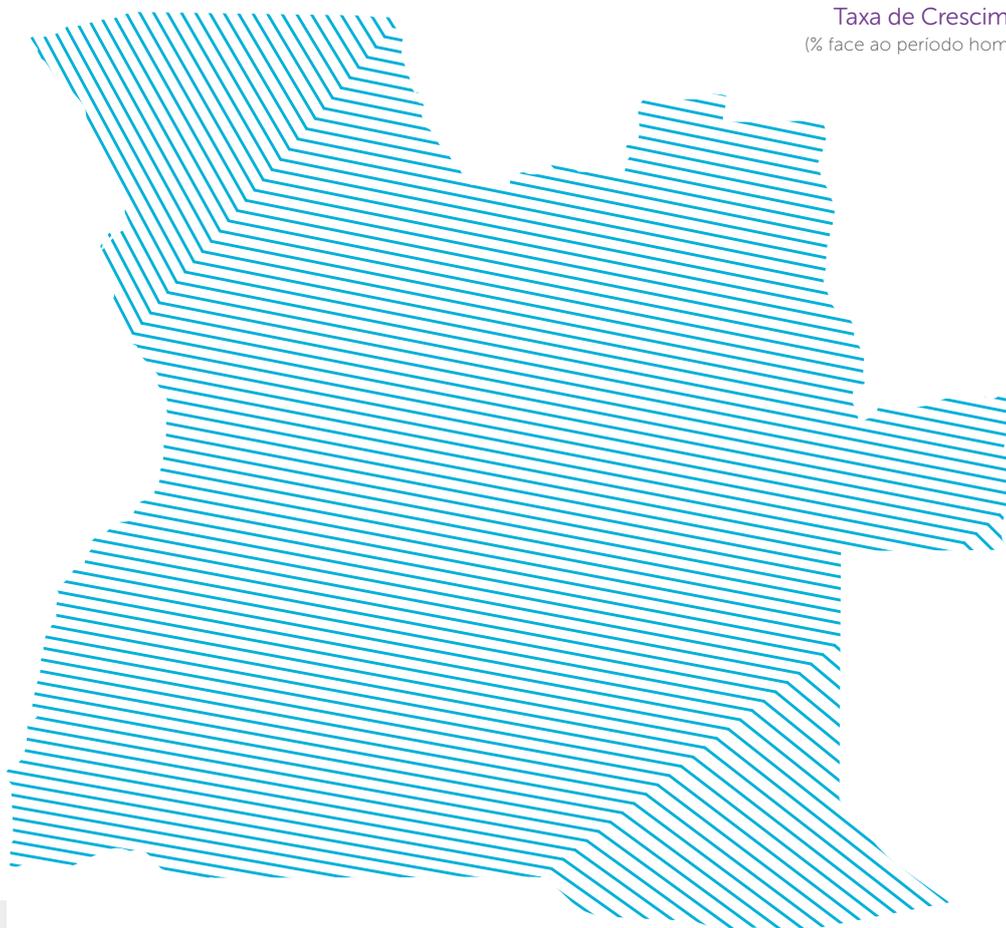
- **Cooperação multilateral, no sentido de resolver as divergências em matéria de barreiras tarifárias**
- **Continuação das reformas regulamentares no sector financeiro**
- **Reforço da supervisão sobre situações de corrupção e evasão fiscal**
- **Mitigação dos impactos (humanitários e financeiros) das alterações climáticas (por exemplo: altas temperaturas, tempestades, seca)**

2.2. Economia de Angola

Em 2018, a economia angolana continuou a ser significativamente afectada pela quebra da produção petrolífera no mercado internacional, ficando evidente a dependência de Angola face ao sector petrolífero. Para dar resposta a estes desequilíbrios, o Executivo Angolano aprovou em 2018 o Programa de Estabilização Macroeconómica (PEM) e o Plano de Desenvolvimento Nacional 2018-2022.



Taxa de Crescimento do PIB
(% face ao período homólogo) Fonte: INE



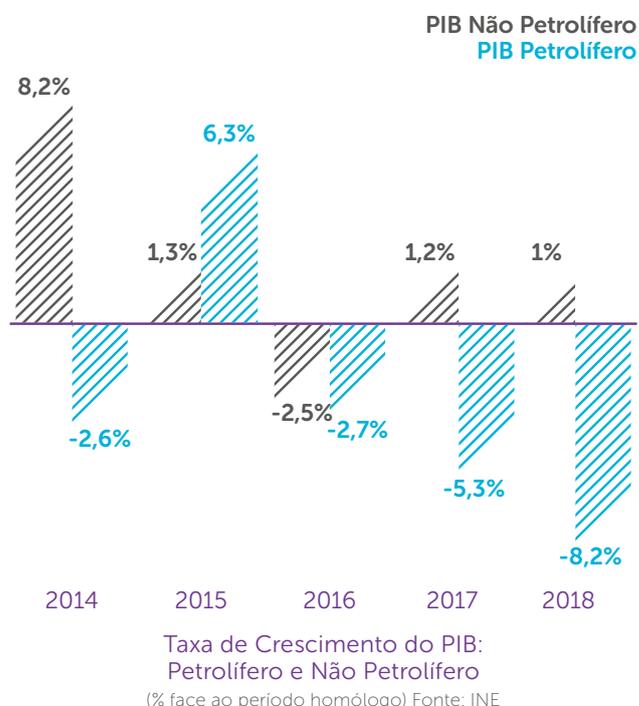
Crescimento da Economia Nacional

A trajetória de recessão económica iniciada em 2016 teve como causa principal a redução da produção petrolífera e os seus consequentes desequilíbrios provocados na economia nacional. Por este motivo, o Executivo Angolano deu continuidade aos seus esforços de restauração da estabilidade macroeconómica e recuperação do crescimento económico do país. Neste sentido, foi aprovado em 2018 o Programa de Estabilização Macroeconómica (PEM), bem como um amplo conjunto de medidas que constituem o Plano de Desenvolvimento Nacional 2018-2022.

De acordo com o Orçamento Geral do Estado (OGE) para 2018, formulado com base num preço médio do barril de petróleo na ordem dos 50 USD, tinha sido prevista uma taxa de crescimento do PIB de 4,9%. Esta expectativa de crescimento estava sustentada na evolução positiva do sector petrolífero (6,1%) e do sector não petrolífero (4,4%). Contudo, este valor para a taxa de crescimento da economia nacional viria a ser revisto em baixa, para uma nova contracção na ordem dos 1,1%.

Este movimento negativo é explicado por um lado, pela continuação da queda dos níveis de produção petrolífera e por outro lado, pelo menor dinamismo dos sectores não petrolíferos.

Deste modo, apesar do preço médio do barril de petróleo ao longo de 2018 se ter situado nos 72 USD, 43% acima dos 50 USD previstos no OGE para 2018, em termos reais, o desempenho da produção petrolífera em Angola tem ficado abaixo do previsto. Face ao fraco desempenho do sector petrolífero nos primeiros seis meses do ano, a produção petrolífera diária para 2018 foi revista em baixa, em cerca de 10%, passando de 1.698 milhões de barris/ dia para 1.524 milhões de barris/ dia.



Produção Petrolífera (1.000 barris/ dia)



Fonte: Relatório de Fundamentação: Proposta de Orçamento Geral do Estado 2019

**Programa de Estabilização Macroeconómica (PEM)
& Plano de Desenvolvimento Nacional 2018-2022**

Promover a diversificação da economia

Fomentar o crescimento inclusivo

Reduzir a pobreza e a desigualdade

Reduzir as vulnerabilidades fiscais

Fortalecer a sustentabilidade da dívida pública

Reduzir a taxa de inflação

**Implementar um regime cambial flexível para assegurar
a estabilidade das Reservas Internacionais Líquidas**

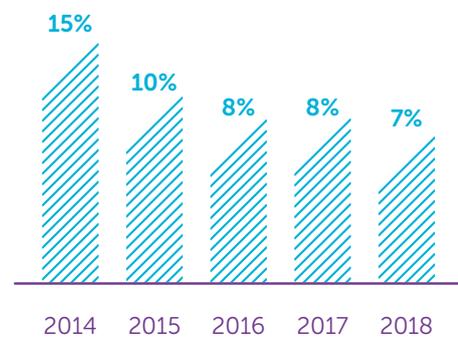
Assegurar a estabilidade do sector financeiro

**Fortalecer o combate ao branqueamento de capitais
e financiamento ao terrorismo**

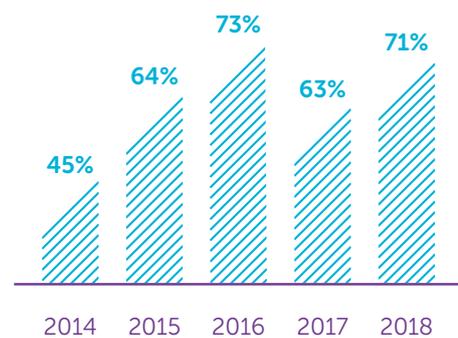
Por sua vez, as perspectivas de crescimento para o sector não petrolífero demonstram uma evolução positiva, apontando para um crescimento na ordem dos 1%, nível que, ainda assim, se mantém abaixo dos 4,4% previstos no OGE para 2018. Para este comportamento positivo contribuíram maioritariamente os sectores da energia, agricultura e construção, cujas taxas de crescimento rondaram em 2018, 30%, 3% e 2%, respectivamente.

Apesar da evolução positiva do sector não petrolífero, é fundamental que continue a existir um investimento sólido sobre o processo de diversificação da actividade económica de Angola, a qual continua extremamente exposta ao desempenho do sector petrolífero. Actualmente, o sector petrolífero representa cerca de 70% das receitas fiscais e mais de 95% das exportações de Angola.

Associado ao processo de transformação da economia nacional, é expectável que o governo angolano foque igualmente a sua atenção sobre o controlo da dívida pública, colocando-a numa trajectória descendente. Para tal, será fundamental motivar o sector privado para contribuir para este processo, aumentando os seus níveis de investimento e reduzindo os custos públicos.



Investimento Total
(% do PIB) Fonte: FMI



Dívida Pública

(% do PIB) Fonte: Relatório de Fundamentação: Proposta de Orçamento Geral do Estado 2019

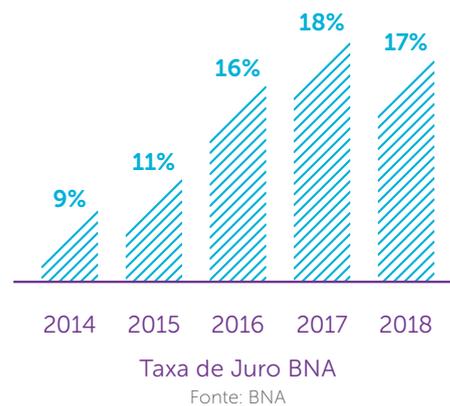
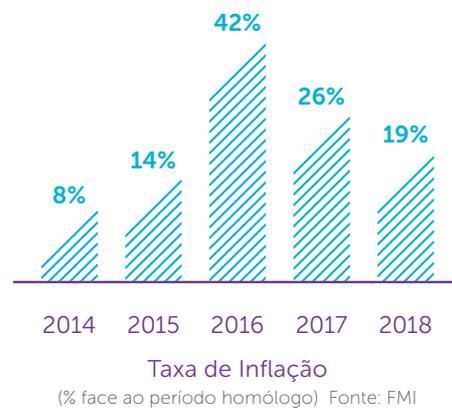
Taxa de Inflação

A queda do preço do petróleo em 2016 desencadeou uma enorme instabilidade sobre o nível geral de preços em Angola. Nesse mesmo ano, a taxa de inflação atingiu os 42%.

Em 2017, foi iniciado um esforço de normalização da taxa de inflação, com esta a diminuir para 26%. Embora este esforço de estabilização da taxa de inflação tenha permitido uma redução da inflação média mensal de 3% para 2%, implicou igualmente uma redução significativa do nível das Reservas Internacionais Líquidas (RIL).

Em Janeiro de 2018, e tendo em conta a urgência na correcção dos desequilíbrios do mercado cambial flexível, com bandas de flutuação e a necessidade de preservação das reservas internacionais, o BNA implementou um regime cambial flexível com bandas de flutuação. Como resultado, assistiu-se a uma desaceleração da taxa de inflação homóloga, tendo-se fixado em 19%, no final de 2018.

A taxa de inflação mensal registou uma aceleração bastante acentuada desde o início de 2018, tendo evoluído dos 1,2% em Agosto para os 4,98% em Setembro. Apesar desta trajectória ascendente, a taxa de inflação média (1,4%) sofreu um decréscimo, quando comparada com as observadas nos anos de 2017 (2%) e 2016 (3%).



Esta redução significativa da taxa de inflação é resultado da combinação entre uma política monetária restritiva e uma execução da despesa pública que tem ficado longe dos níveis orçamentados, em virtude da dificuldade de obtenção de financiamento.

Como consequência das condições de liquidez mais restritivas, em 2018 o BNA voltou a reduzir o Coeficiente de Reservas Obrigatórias em Moeda Nacional de 21% para 19%, e para 17% no que se refere aos depósitos do sector privado, do Governo Central e dos Governos Locais. De igual forma, a taxa directora de juros (taxa de juro BNA) foi reduzida para 16,5%.

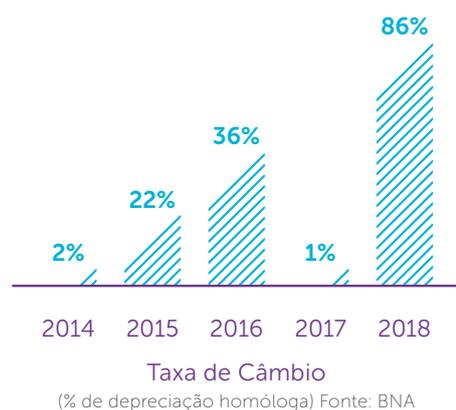
Neste seguimento, e no que diz respeito à política monetária, a base monetária em moeda nacional, registou um crescimento de 5% face aos valores registados no final de 2017, enquanto o agregado monetário M2 (referência para a determinação da taxa de inflação), em moeda nacional, apresentou em 2018 um crescimento de 24%.

Taxa de Câmbio

O novo regime cambial tem contribuído para a estabilização do quadro macroeconómico, a dinamização da economia nacional e a regularização de operações cambiais em atraso. Neste contexto, em 2018 observou-se uma desvalorização do Kwanza face ao Dólar Norte-Americano de aproximadamente 86%. De acordo com a Proposta de Orçamento Geral do Estado, também o diferencial entre as taxas de câmbio informal e de referência do Kwanza registou uma descida acentuada, de 150% em Janeiro de 2018 para 33,9% em Agosto do mesmo ano, convergindo assim para o objectivo dos 20%.



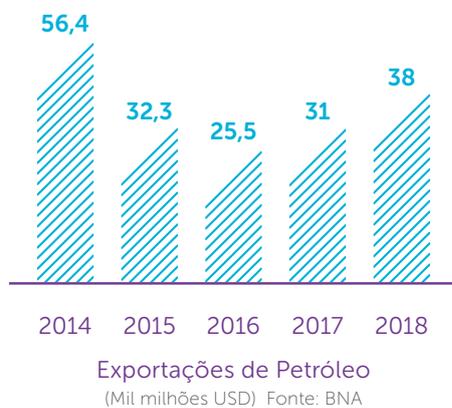
Evolução dos Agregados Monetários (% face ao período homólogo) Fonte: BNA



Taxa de Câmbio (% de depreciação homóloga) Fonte: BNA

Comércio Externo

Após 3 anos consecutivos de défices correntes externos (8,9%, 3,0% e 0,5% do PIB em 2015, 2016 e 2017, respectivamente), a posição externa da economia registou melhorias significativas em 2018. As estimativas para 2018 apontam para um saldo positivo na ordem dos 3,7% do PIB, em resultado do aumento do preço do petróleo.



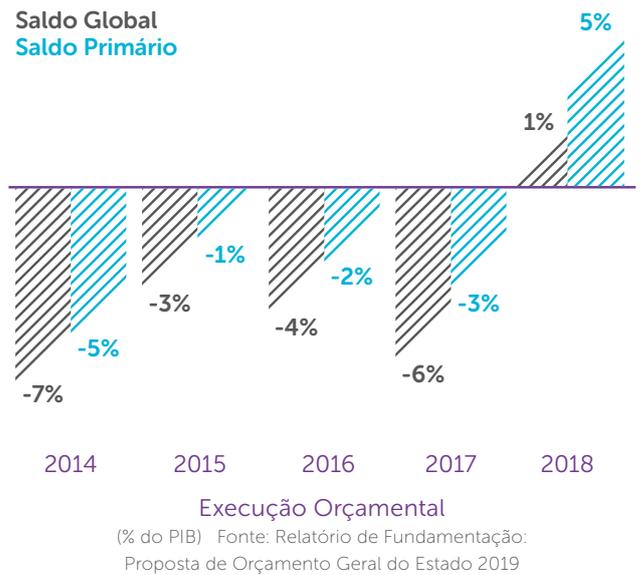
Apesar da evolução positiva do saldo da Balança Comercial, a Balança de Pagamentos mantém o seu registo negativo de 0,3% do PIB, representando no entanto uma melhoria face ao défice global de 3,8% de 2017. Este registo negativo da Balança de Pagamentos é fundamentalmente explicado pelo reduzido Investimento Directo Estrangeiro, elevados custos da dívida pública e pelos fracos níveis de aquisição de dívida pública de Angola por parte de investidores estrangeiros.

Adicionalmente, as Reservas Internacionais Líquidas diminuíram para valores próximos dos 10 mil milhões de USD, até o final de 2018, contra os 13,4 mil milhões de USD no final de 2017. Ainda assim, o valor de 2018 ficou acima do limite mínimo desejável indicado pelo FMI, equivalente a 6 meses de importação. Esta evolução das RIL é explicada pelo aumento da venda de moeda estrangeira por parte do BNA, diminuindo assim a lista de pedidos de transferência que estavam em espera ao longo dos últimos anos.

Política Fiscal

O exercício de 2018 ficou marcado pelo regresso dos saldos global e primário a terrenos positivos, os quais atingiram 0,6% e 4,8% do PIB, respectivamente. Estes valores situam-se acima das previsões colocadas no OGE para 2018 (-3,4% e 0,7% do PIB). Face aos défices global (6,3% do PIB) e primário (3,0% do PIB) registados em 2017, é notório o esforço que tem vindo a ser realizado pelo Executivo Angolano em matéria fiscal.

O superavit primário, que em 2018 deverá rondar os 4,8% do PIB, permitirá ao país fazer cumprir os pagamentos dos juros da dívida pública, que se devem aproximar dos 4,2% do PIB. Este diferencial de 0,6% permite prosseguir com a redução do



endividamento público. Importa referir que para este saldo primário positivo muito tem contribuído o aumento das receitas públicas, provenientes, em grande medida, do sector petrolífero.

Nos primeiros seis meses do ano, as vendas de petróleo traduziram-se numa receita de 1.562,1 mil milhões de AOA, montante que supera em 15,6% o montante previsto inicialmente. Por outro lado, as receitas dos restantes sectores ficaram-se pelos 821,2 mil milhões de AOA, 7,7% abaixo das perspectivas iniciais.

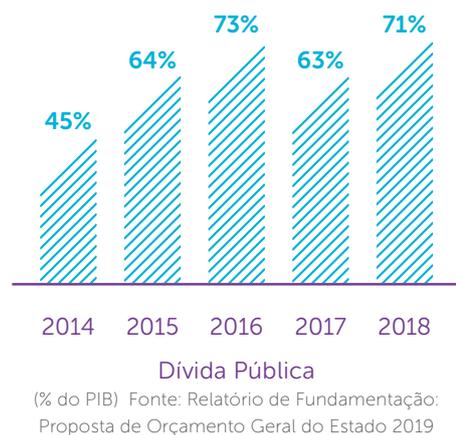
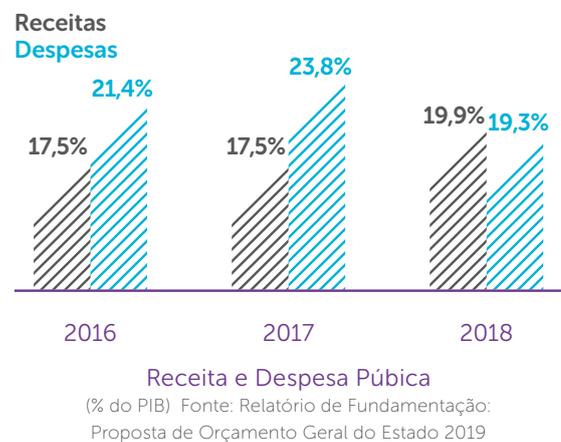
Na óptica da despesa, conclui-se que a despesa primária (a qual não tem em consideração os juros da dívida pública) foi apenas executada em 77,5% do valor inicialmente previsto para este período, correspondendo a cerca de 1.385,0 mil milhões de AOA. Também as despesas de capital não atingiram os níveis esperados, tendo sido realizadas em menos de 40%.

No que diz respeito às taxas de juro dos títulos públicos, observou-se um decréscimo de 7 p.p. no primeiro semestre de 2018 (de 24% para 17% para Bilhetes de Tesouro a 365 dias). Por outro lado, o volume de captação de financiamento interno teve um desvio de 50% face ao programado. No entanto, este desvio no financiamento obtido foi preenchido pelo excedente da receita petrolífera angariada para este mesmo período.

Apesar da redução da taxa de juro dos Bilhetes do Tesouro, os encargos com juros aumentaram em 14,9%, quando comparados com o primeiro semestre de 2017. O impacto da desvalorização do Kwanza sobre a dívida externa e interna indexada poderá ajudar a explicar esta aceleração da despesa com o pagamento de juros.

O stock da dívida pública ascendia a 20.319,96 mil milhões de AOA em 2018, o equivalente a 70,5% do PIB.

No âmbito do Plano de Desenvolvimento Nacional 2018-2022, foram conduzidas análises da trajetória fiscal prevista para este período, as quais permitem assegurar a solvência da dívida pública a médio-longo prazo. De acordo com esta apreciação técnica, a queda do preço do petróleo, a criação consecutiva de défices primários e a depreciação da taxa de câmbio constituíram as principais razões para este crescimento anormal da dívida pública.



Prioridades da Economia em 2019

O Plano Nacional de Desenvolvimento para o período 2018-2022 estabelece como principais prioridades: a recuperação macroeconómica, o crescimento económico inclusivo, a diversificação económica sustentável e a melhoria do bem-estar da população. Para tal, o Executivo Angolano definiu 6 eixos de acção prioritária.



Desenvolvimento Humano e Bem-Estar

Melhorar o bem-estar dos cidadãos, reduzir as desigualdades e a pobreza, e promover maior qualidade de vida das famílias em Angola.



Desenvolvimento Económico Sustentável, Diversificado e Inclusivo

Recuperar a estabilidade macroeconómica e sustentabilidade das finanças públicas, promover a competitividade das empresas, diversificar a actividade económica e assegurar a sustentabilidade ambiental.



Infra-Estruturas Necessárias ao Desenvolvimento

Melhorar as infra-estruturas de transporte, melhorar o transporte e distribuição de energia, melhorar as infra-estruturas de água e saneamento, e melhorar as infra-estruturas de comunicações.



Consolidação da Paz, Reforço do Estado Democrático, Boa Governação, Reforma do Estado e Descentralização

Melhorar as bases da democracia e da sociedade civil, modernizar a Administração Pública e aumentar a capacidade e qualidade de bens e serviços públicos.



Desenvolvimento Harmonioso do Território

Assegurar o desenvolvimento harmonioso e melhorar o ordenamento do território e desenvolvendo uma urbanização sustentável e de qualidade.



Garantia da Estabilidade e Integridade Territorial de Angola e Reforço do seu Papel no Contexto Internacional e Regional

Garantir a segurança da nação e das pessoas, reforçar o papel de Angola a nível internacional e aprofundar parcerias estratégicas na esfera internacional.

Riscos para a Economia em 2019

Não obstante o compromisso de Angola em retomar o crescimento económico, as projecções e as reformas que se pretendem implementar não estão isentas de riscos e incertezas, sendo que o FMI elencou os seguintes principais riscos como sendo aqueles que poderão desviar adversamente a economia do país.

— Preço internacional do petróleo mais baixo do que o esperado

— Desvios ou atrasos na aplicação de políticas e reformas

— Demora no tratamento do crédito malparado

— Insuficiência no ajustamento do mercado cambial

— Quebra continuada na produção de petróleo



O BANCO ECONÓMICO

- 3.1. Actividade em 2018
- 3.2. Capital Humano
- 3.3. Marketing e Comunicação
- 3.4. Responsabilidade Social
- 3.5. Prémios e Reconhecimento
- 3.6. Tecnologia, Transformação e Inovação

3.1.

Actividade em 2018

Banca Comercial

O Banco Económico através das suas áreas de negócio tem procurado disponibilizar uma oferta de valor cada vez mais próxima, personalizada e digital junto dos seus Clientes, e respectivos segmentos.

O Programa de Transformação Digital do Banco Económico tem como principal objectivo, não apenas colocar o Cliente no centro da actuação do Banco, mas igualmente torná-lo parte da solução, compreendendo aquelas que poderão ser as melhores formas de responder às suas necessidades reais.

O Banco Económico assume a visão de ser um parceiro financeiro de referência em Angola, com objectivos ambiciosos para o desenvolvimento da sua actividade. As equipas do Banco estão devidamente preparadas para aconselhar todos os segmentos sobre as melhores soluções de investimento e ajudar a identificar as opções de produtos e serviços financeiros mais adequadas para cada perfil de Cliente.

De forma a garantir este atendimento mais próximo e personalizado, o Banco dispõe de diversas unidades de negócio: Direcção Financeira Internacional, Direcção Comercial Empresas, Direcção TOP *Corporate e Oil & Gas*, Direcção de Institucionais, Direcção Comercial Rede, Direcção de *Private Banking*, Direcção *Affluent*, Direcção de *Leasing* e Direcção de Banca de Investimento. Estas Direcções de Negócio acompanham diariamente quatro segmentos distintos de Clientes:

 Particulares

 *Private*

 Umoxi (*Affluent*)

 Empresas

Oferta por Segmento

O Banco Económico define-se pelo conceito de Banco relacional, pretendendo ser o parceiro de referência dos empreendedores e empresários - para os apoiar nos seus negócios e projectos - e dos consumidores angolanos, para antecipar e apresentar as melhores soluções para as suas necessidades financeiras e bancárias.

Clientes Particulares Clientes Umoxi

01. Soluções para o dia-a-dia

Cartões multicaixa, Cartões de crédito, Contas à ordem, Contas poupança.

02. Serviços

EconomicoNet, EconomicoNet APP, EconomicoDirecto, ADC, Transferências, Cheques, Taxa de circulação.

03. Poupança

Depósitos a prazo, Solução de protecção cambial.

04. Crédito

Crédito pessoal e habitação, *Leasing*.

05. Seguros

Empregados domésticos, Protecção família, Auto moto, Vida, Viagem e Saúde.

Cientes Empresa

01. Tesouraria

Contas à ordem, Soluções para cobranças, Pagamentos, Aplicações financeiras, Protecção cambial.

02. Crédito

Produtos de crédito de curto-prazo, médio/ longo prazo, Garantias bancárias.

03. Serviços

EconomicoNet *Corporate*, EconomicoNet *APP*, Recolha e transporte de Valores.

04. Soluções Especializadas

Acompanhamento personalizado a grandes, médias e pequenas empresas e negócios, Institucionais, Oil & Gas, Sala de Mercados, Banca de Investimento e Gestão de Fundos.

05. Seguros

Transporte de mercadorias, Saúde Grupo, Automóvel Frotas, Acidentes de Trabalho, Viagem, Multirisco industrial.

Cientes *Private*

01. Investimento

A equipa especializada em gestão de activos de *Private Banking* do Banco Económico realiza uma análise completa do perfil financeiro de cada Cliente, do seu contexto profissional e pessoal, dos planos de vida que pretende traçar, bem como dos objectivos que pretende atingir. Com base nesta avaliação, é apresentada uma estratégia de investimento, em linha com o perfil de risco do investidor, tendo em conta o prazo para atingir os seus objectivos e as respectivas expectativas de rentabilidade.

02. Financiamento

A equipa de consultores de *Private Banking* do Banco Económico revela uma atenção permanente às expectativas financeiras dos seus Clientes, de modo a ajudá-los a encontrar soluções de financiamento adaptadas às especificidades de cada um dos seus projectos.

03. Assessoria Financeira

As equipas especializadas, multidisciplinares e totalmente dedicadas da Direcção da Banca de Investimento do Banco Económico, asseguram aos Clientes *Private* o acesso aos mais elevados níveis de aconselhamento financeiro para a gestão do seu património.

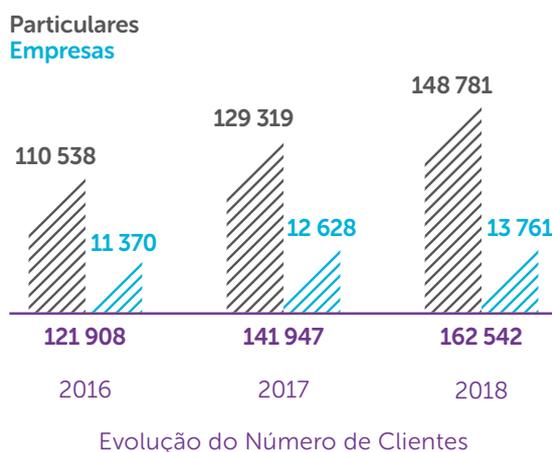
04. Seguros

Vida e saúde, embarcação, acidentes pessoais, viagem, multirisco habitação, seguro automóvel e empregados domésticos. Adicionalmente, os Clientes *Private* têm ainda à sua disposição os Cofres de Valores *Private Banking*, que consistem numa cómoda opção para proteger e guardar documentos e objectos pessoais de maior valor.

Banca Comercial

Durante o exercício de 2018, o Banco Económico continuou a reforçar o seu posicionamento no sector bancário de Angola, através do lançamento de campanhas de marketing para novos produtos e serviços, bem como novas soluções tecnológicas ao nível da banca que concedem ao cliente maior comodidade nas suas operações bancárias diárias.

Este investimento tem-se traduzido numa evolução muito positiva da base de Clientes do Banco. Após ter crescido 16% em 2017, voltou a apresentar um crescimento muito satisfatório em 2018 (15%), tendo sido alcançado um total de 162.542 Clientes. Os Clientes Particulares representavam em 2018 cerca de 92% da base total.



15%

Crescimento
da base
de Clientes
face a 2017

Cobertura Geográfica

Em 2018, o Banco Económico continuou a apresentar uma estrutura de distribuição capaz de responder às exigências e necessidades dos seus Clientes, disponibilizando um atendimento próximo e personalizado. De forma complementar à sua estratégia de transformação digital, disponibilizando a realização de operações à distância e através de múltiplos canais, o Banco Económico continua igualmente a apostar na sua rede física de distribuição, mantendo a ligação no terreno com os seus Clientes.

80 Pontos de Atendimento

56 Agências

12 Centros de Empresa

6 Postos

3 Centros Umoxi

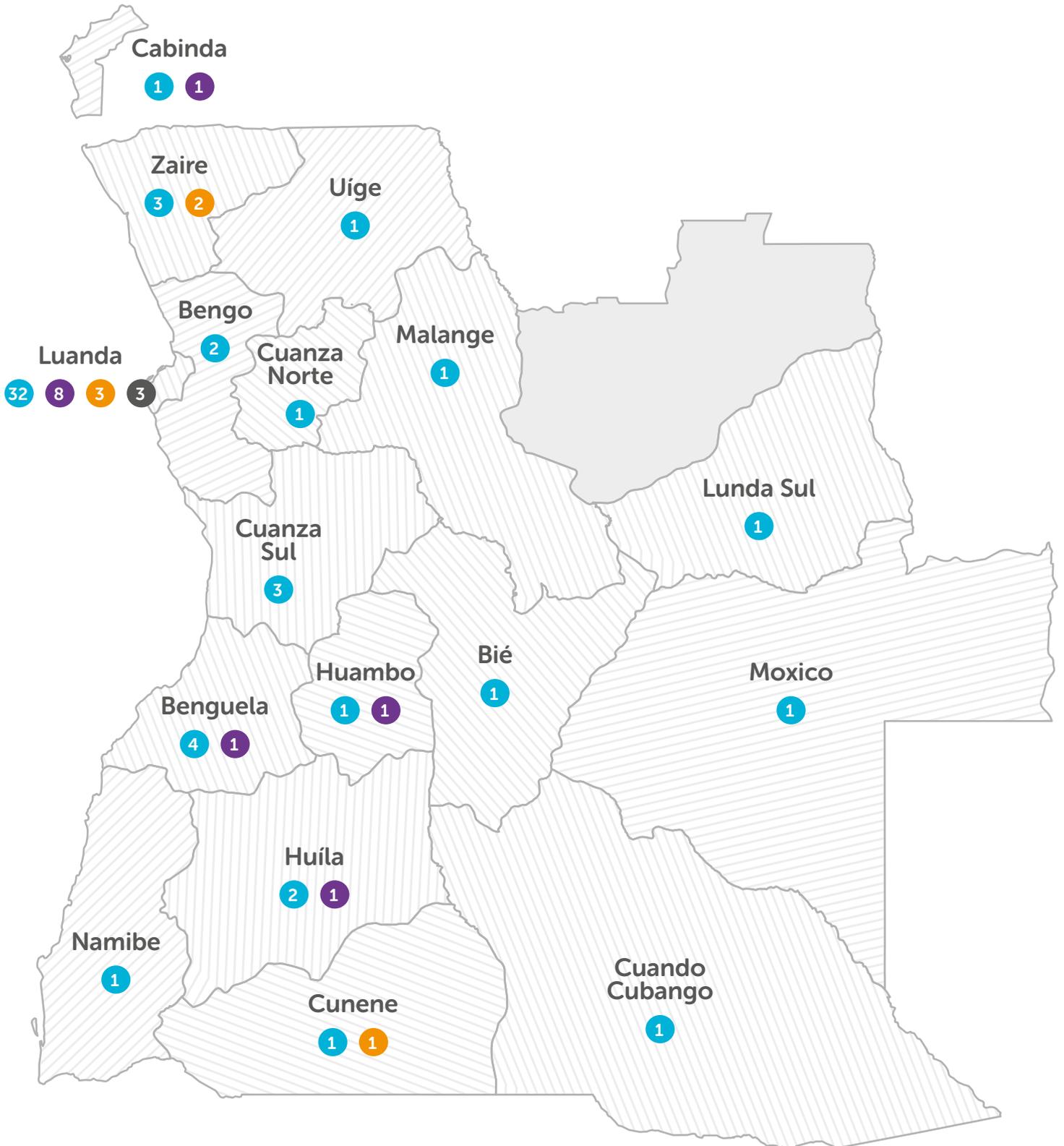
O Banco Económico terminou o ano de 2018 com 80 pontos de atendimento, assegurando uma abrangência nacional e a presença nas principais cidades de Angola.

Adicionalmente, o Banco dispõe ainda de:

- 1 Centro *Private*
- 1 Centro *TOP Corporate* e *Oil & Gas*
- 1 Centro *Institucional*

Pontos de Atendimento

- Agência
- Centro de Empresa
- Posto
- Centro Umoxi



Agências Luanda

Agência Maianga

Rua Merien N.º Gouabi n.º 92, r/c

Luanda – Angola

Tel: +244 222 693645; 923 166245

Fax: +244 222 334973

Agência Valódia

Avenida Comandante Valódia n.º 244

Luanda – Angola

Tel: +244 222 693654; 923 166254

Fax: +244 222 447971

Agência Alfândega de Luanda

Avenida 4 de Fevereiro,

Largo Diogo Cão

Edifício da Alfândega

Luanda – Angola

Tel: +244 222 693623; 923 166223

Fax: +244 222 311279

Agência Porto Pesqueiro

Estrada direita do Cacucaco Km4

Porto Pesqueiro – Boavista

Luanda – Angola

Tel: +244 222 693628; 923 166228

Fax: +2244 84 15 29

Agência Mutamba

Rua do 1.º Congresso do MPLA

n.º27/31

Ingombota

Luanda – Angola

Tel: +244 222 693621; 923 166221

Fax: +244 222 69 36 98

Private

Rua do 1.º Congresso do MPLA

n.º8, Piso 21

Ingombota

Luanda – Angola

Tel: +244 222 69 36 00



Centro Umoxi Mutamba

Rua do 1.º Congresso do MPLA

n.º27

Ingombota

Luanda – Angola

Tel: +244 222 69 36 00

Agência Rainha Ginga

Rua Rainha Ginga n.º4,RC

Ingombota

Luanda – Angola

Tel: +244 222 693651; 923 166251

Fax: +244 222 339882

Posto Fayol

Rua da Cavalaria, Fayol Logística

(Junto ao INEA)

Bairro Palanca – Kilamba Kiaxi

Tel: +244 222 633638; 923 166238

Fax: +244 222 26 04 27



Agência Talatona

Avenida Talatona,
Centro Empresarial Kissama
Bairro Talatona – Luanda-Sul
Tel: +244 222 693644 ; 923 166244
Fax: +244 222 693 673

Agência N'Dunduma

Rua N'dunduma nº319 A
Bairro Miramar,
Município Sambizanga
Tel: +244 222 693648; 923 166248
Fax: +244 222 431 302

Agência Vila-Alice

Rua Eugénio de Castro nº100
Luanda – Angola
Tel: +244 222 693658; 923 166258
Fax: +244 222 69 36 98

Agência Torre

Rua Marechal Brós Tito nº 35/37
Luanda – Angola
Tel: +244 222 693624; 923 166224
Fax: +244 222 69 36 81

Centro Empresas Miramar

Rua Marechal Brós Tito nº 35/37
Luanda – Angola
Tel: +244 222 69 36 00; 923 166 200

Centro Umoxi Torre

Rua Marechal Brós Tito nº 35/37
Luanda – Angola
Tel: +244 222 69 36 00

Agência Bairro Operário

Rua Comandante Bula nº51 R/C
Luanda – Angola
Tel: +244 222 693626; 923 166226

Agência Viana Vila

Rua 11 de Novembro
Viana
Tel: +244 222 693657; 923 166257

Agência Viana Industrial

Zona industrial de Viana,
Estrada Nacional Luanda Catete ao Km 23
Pólo Industrial de Viana
Tel: +244 222 693655; 923 166255
Fax: +244 222 337 620

Agência Ho Chi Minh

Avenida Ho Chi Minh
Tel: +244 222 693640; 923 166240
Fax: +244 222 693 664

Agência Bairro Popular

Rua Machado Saldanha,
Bairro Neves Bendinha
Luanda – Angola
Tel: +244 222 693627; 923 166227

Agência Almeida Garret

Rua Fernão de Sousa nr.57,
Edifício Condomínio Bengo
Bairro Vila Alice
Tel: +244 222 693607; 923 166207

Agência Clt

Centro de logística Talatona
Via CA3 loja nº J
Talatona, Luanda – Angola
Tel: +244 222 693632; 923 166232

Centro de Empresas CLT

Centro de logística Talatona
Via CA3 loja nº J
Talatona, Luanda – Angola
Tel: +244 222 693693; 923 166293

Agência Morro Bento

Avenida 21 de Janeiro,
Edifício Prenda Mat, Loja S/ Nº
Morro Bento I
Comuna do Futungo
Município da Samba
Tel: +244 693646 ; 923 166246

Agência Patriota

Urbanização do Patriota, Benfica
Benfica – Município de belas
Luanda – Angola
Tel: +244 222 693643; 923 166243

Centro Empresas Patriota

Estrada do Lar do Patriota,
Edifício Galerias do Patriota,
Loja G1
Benfica – Município de belas
Luanda – Angola
Tel: 244 923 16 62 71

Centro de Empresas Viana Park

Estrada de Calumbo, Município de Viana,
no pavilhão nº 2 de Viana Park
Quarteirão nº1
Tel: +244 222 693694; 923 166294

Agência Estalagem

Estrada de Viana Km. 12
Viana
Tel: +244 222 693637; 923 166237

Agência Dolce Vita

Condomínio Dolce Vita, Via S/8
Talatona
Tel: +244 222 693635; 923 166235

Centro Umoxi Dolce Vita

Condomínio Dolce Vita, Via S/8
Talatona
Tel: +244 222 693635; 923 166235

Agência Filda

Condomínio Vila de Luanda,
Torre Menongue
Município do Cazenga
Tel: +244 222 693639; 923 166239

Agência Viana Park

Quilometro 12, Município de Viana
na zona de Calumbo,
dentro do centro comercial de Viana Park
Tel: +244 222 693656; 923 166256

Agência Cacuaco

Estrada principal, vila de Cacuaco
em frente a Igreja.
Bairro Mulemba, comuna do Kikolo
Tel: +244 222 693608; 923 166208

Agência Zango

Estrada principal de Calumbo,
próximo a bomba da Pumangol.
Zango 1
Tel: +244 222 693660; 923 166260

Centro de Empresas Zango

Estrada principal de Calumbo
próximo a bomba da Pumangol.
Zango 1
Tel: +244 222 693614; 923 166214

Agência Tourada

Rua Ngola Mbandi,
Bairro Calemba
Maianga
Tel: +244 222 693653; 923 166253

Agência Bairro Azul

Rua da Samba nº46/48 r/
Bairro Azul
Tel: +244 222 693625; 923166225

Agência Caxito

Rua da Administração Provincial
ao lado do SIAC.
Via principal a entrada de Caxito
Tel: +244 222 693661; 923 166261

Agência Mulemba

Rua Direita de Cacuaco,
Zona Industrial da Mulemba
Frente para Induve
Tel: +244 222 693647; 923 166247

Centro de Empresas Mulemba

Rua Direita de Cacuaco,
Zona Industrial da Mulemba
Frente para Induve
Tel: +244 222 693647; 923 166247

Agência Rocha Pinto

Avenida 21 de Janeiro,
Bairro rocha pinto distrito da Maianga
(depois da ponte da Fapa)
Tel: +244 222 693652; 923 166252

Agência Sede

Calçada Domingos Tehakanga nº18
Mutamba
Tel: +244 222 693620; 923 166220

Centro de Empresas Alvalade Centro de Empresas Baixa

Rua do 1º Congresso do MPLA nº8, piso 20
Ingombota
Luanda – Angola
Tel: 244 222 69 36 00; 923 166 200

Agência Xyami

Avenida Pedro de Castro Van-Dúnen Loy
Estrada projecto Nova Vida.
Shopping Xyami – Loja 0.02
Tel: +244 222 693659; 923 166259

Posto SME

Rua Rainha Ginga nº 29/31,
Edifício Sonangol
Ingombota
Tel: +244 222 69 36 00

Agências Províncias

Agência Lubango

Rua Pinheiro Chagas,
Hoje Ya Henda nº57/59
Lubango – Huila
Tel: +244 693670; 923 166270
Fax: +244 261 22 50 20/21

Centro de Empresas Lubango

Rua Pinheiro Chagas,
Hoje Ya Henda nº57/59
Lubango – Huila
Tel: +244 693670; 923 166270
Fax: +244 261 22 50 20/21

Agência Benguela

Rua Dr. António José de Almeida nº132/136
Benguela
Tel: +244 222 693669; 923 166269
Fax: +244 272 23 59 15

Centro de Empresas Benguela

Rua Dr. António José de Almeida nº132/136
Benguela
Tel: +244 222 693669; 923 166269
Fax: +244 272 23 59 15

Agência Alfândega de Santa Clara

Município de Namacumbe
Edifício da Alfândega
Ondjiva – Cunene
Tel: +244 222 693681; 923 166281
Fax: +244 26 52 23 046

Agência Alfândega do Soyo

Rua Marcelo Caetano.
Zaire – Soyo
Tel: +244 222 693683; 923 166283

Agência Base Kwanda

Base do Kwanda
Zaire – Soyo
Tel: +244 222 693684; 923166284

Agência Lobito Shoprite

Rua Silveira Pereira, Largo 1º de Maio
Bairro da Caponte-Lobito
Loja nº4/5
Benguela – Lobito
Tel: +244 222 693667; 923 166267
Fax: +244 272 22 64 77

Agência Cabinda

Rua Comendador Henrique Serrano R/C, Edifício
Bairro Marien Guabi
Cabinda
Tel: +244 222 693682; 923 166282
Fax: +244 231 224884

Centro de Empresas Cabinda

Rua Comendador Henrique Serrano R/C, Edifício
Bairro Marien Guabi
Cabinda
Tel: +244 222 693682; 923 166282
Fax: +244 231 224884

Agência Soyo

Rua Principal da Baixa da Cidade
Zaire – Soyo
Tel: +244 222 693685; 923 166285
Fax: +222 23 22 78 140

Agência Ekuikui

Largo do Mercado Municipal
Edifício S/N
Huambo
Tel: +244 222 693662; 923 166262

Centro de Empresas Huambo

Largo do Mercado Municipal
Edifício S/N
Huambo
Tel: +244 222 693662; 923 166262

Agência Ondjiva

Avenida 11 de Novembro
Ondjiva - Cunene
Tel: +244 222 693678; 923 166278
Ondjiva-Cunene

Agência Lubango Shoprite

Avenida Agostinho Neto
Bairro Comandante cowboy
Huila-Lubango
Tel: +244 222 693672; 923 166272

Posto Base do Kwanda

Rua direita do Kikala Kiaku
Porto do Soyo
Zaire – Soyo
Tel: +244 222 693686; 923 166286

Agência Mbanza Congo

Rua Comandante Dangeroux,
Bairro Sagrada Esperança, Zona 1
Zaire – Soyo
Tel: +244 222 693687; 923 166287

Agência Uige

Rua Dr. António Agostinho Neto,
Centro da cidade, Talhão 235
Uige
Tel: +244 222 693664 ; 923 166264

Agência Catete

Rua da administração municipal,
antes do INSS.
Município de Icolo e Bengo
Bengo
Tel: +244 222 693631; 923 166231

Agência Panguila

Bairro do Panguila,
Comuna da Barra do Dande
Bengo
Tel : +244 222 693649 ; 923 166249

Agência Waku Kungo

Avenida de Cuba
Município do Waku Kungo
Kwanza Sul
Tel: +244 222 693689; 923 166289

Agência Kuito

Rua Joaquim Kapango nº1573,
Bairro centro urbano
Kuito – Bié
Tel: +244 222 693663; 923 166263

Agência Porto Amboim

Rua José Sabino, Zona B,
Município de Porto Amboim
Kwanza Sul
Tel: +244 222 693679; 923 166279

Agência Sumbe

Bairro Chingo,
Avenida Principal Xidade do Sumbe
Kwanza Sul
Tel: +244 222 693680; 923 166280

Agência Lobito Colina

Rua 15 de Agosto,
Zona comercial
Benguela – Lobito
Tel: +244 222 693665 ; 923 166265

Centro de Empresas Benguela

Rua 15 de Agosto,
Zona comercial
Benguela – Lobito
Tel: +244 222 693665 ; 923 166265

Agência Lobito Retail Park

Zona industrial do Lobito, Bairro da Luz
Centro Lobito Retail Park talhão nº456 e 457
Benguela – Lobito
Tel: +244 222 693668; 923 166268

Agência Luena

Rua Comandante N´zage/Rua da OMA
Bairro N´zage
Móxico – Luena
Tel: +244 222 693673; 923 166273

Agência Menongue

Estrada Marginal do Hospital,
em frente ao edifício dos correios
Menongue – Kuando Kubango
Tel: +244 222 693676; 923 166276

Agência Malange

Avenida Comandante Dangereux s/n
Malange
Tel: +244 222 693675; 923 166275

Agência Namibe

Rua Kahumba r/c e 1º andar,
defronte a Praça H Geraldo
Namibe
Tel: +244 222 693677; 923 166277



Agência Saurimo

Bairro Agostinho Neto
Saurimo – Lunda Sul
Tel: +244 222 693674; 923 166274

Agência N´Dalatando

Rua Doutor António Agostinho Neto,
Município do Cazengo S/N
(estrada direita para Malange)
Tel: +244 222 6936330; 923 166230

Por uma questão de atendimento, o Centro de empresas Benguela está dividido entre Agência Benguela e Agência Lobito Colina.

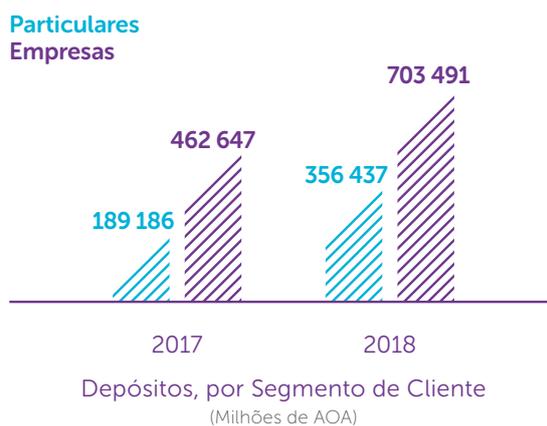
2018 em Números

Depósitos de Clientes

O exercício de 2018 ficou marcado pelo crescimento significativo do montante de depósitos do Banco Económico, que apresentou um crescimento de 63%, fixando-se em 1.059 mil milhões de AOA, face aos 651 mil milhões de AOA em 2017.

Este movimento é justificado quer pelo aumento dos depósitos de Clientes Particulares (88%), quer dos Clientes Empresa (52%). Actualmente, os depósitos dos Clientes Empresa representam 66% do montante total de depósitos do Banco.

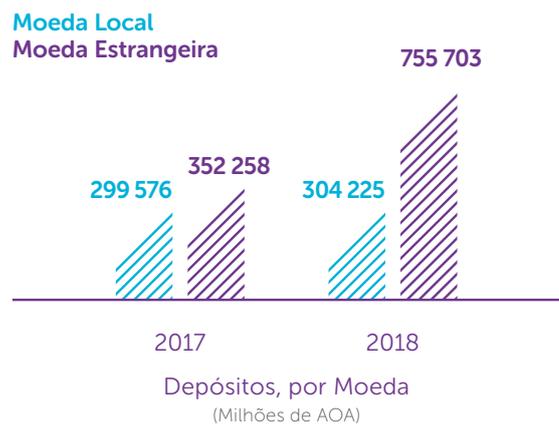
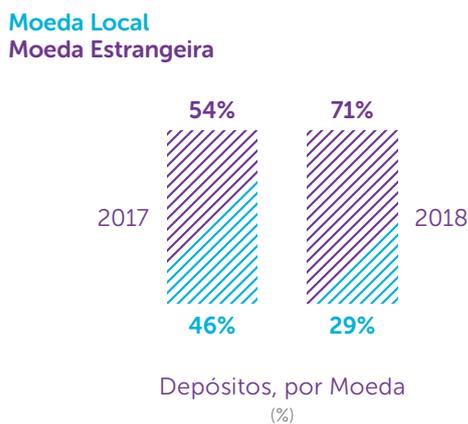
Este comportamento dos depósitos em 2018 demonstra em grande medida a confiança dos Clientes na marca Banco Económico, bem como os resultados do investimento contínuo na oferta de produtos e serviços inovadores e na consolidação dos canais de distribuição do Banco.



Por sua vez, este crescimento do montante de depósitos em 2018 é igualmente explicado quer pelo aumento dos Depósitos à Ordem (77%), quer pelo aumento dos Depósitos a Prazo (50%), existindo actualmente uma distribuição equitativa entre estes dois produtos.

O volume de depósitos em moeda nacional apresentou em 2018 um crescimento na ordem dos 2%.

Neste sentido, o crescimento dos depósitos em 2018 fica fundamental associado ao crescimento dos depósitos denominados em Moeda Estrangeira, em resultado da forte desvalorização da moeda nacional face ao Dólar Norte-Americano e também ao aumento das disponibilidades em moeda estrangeira.

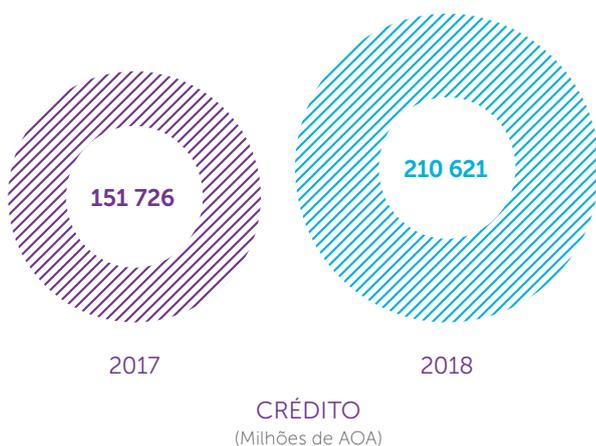


Crédito a Clientes

Em 2018, verificou-se um aumento do montante de crédito concedido, materializando um crescimento de 39% e fixando-se em 211 mil milhões de AOA, face aos 152 mil milhões de AOA em 2017.

Este movimento é justificado quer pelo aumento do crédito concedido a Clientes Particulares (52%), quer a Clientes Empresa (26%). Actualmente, o crédito concedido a Clientes Empresa representa 90% do total da carteira de crédito concedido.

Este comportamento da carteira de crédito, vem demonstrar o posicionamento do Banco Económico enquanto financiador e parceiro dos cidadãos e das empresas angolanas, contribuindo desta forma como um importante dinamizador da actividade económica de Angola.

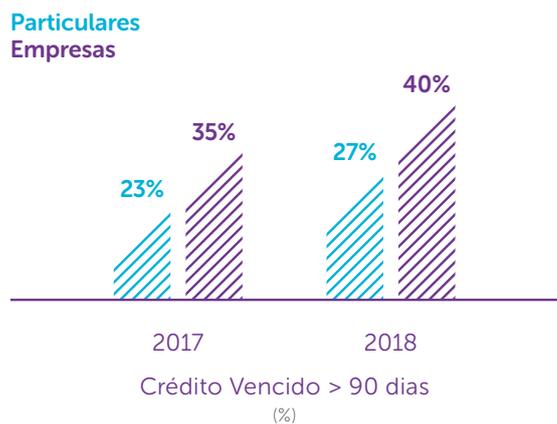
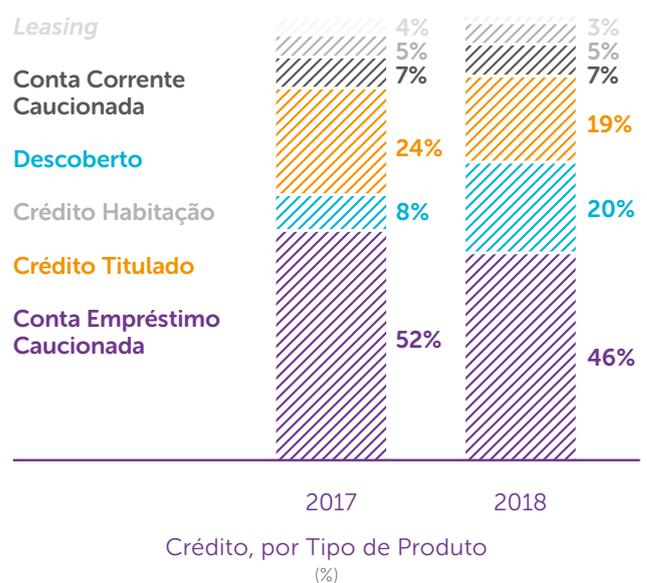


Tendo em consideração os produtos de crédito disponibilizados pelo Banco Económico, constata-se um crescimento muito acentuado nos seguintes produtos: Descobertos Bancários (230%), Crédito ao Consumo (124%), Contas Correntes Caucionadas (29%) e Crédito Habitação (22%).

Em 2018, o crédito em Moeda Nacional, que representa cerca de 75% da carteira de crédito do Banco, registou um crescimento de 16%. Por sua vez, o crédito em Moeda Estrangeira apresentou um aumento de 82%, na sequência da forte desvalorização do Kwanza face ao Dólar Norte-Americano.

A qualidade da carteira de crédito apresentou uma ligeira deterioração, na medida em que o rácio de crédito vencido a mais de noventa dias passou de 34% em 2017 para 39% em 2018. Este aumento é justificado pelo aumento do rácio quer para Clientes Particulares (+4 p.p.), quer para Clientes Empresa (+5 p.p.).

O crescimento dos depósitos conduziu a uma redução do rácio de transformação, passando de 21% em 2017 para 20% em 2018.



Pilares de Actuação Comercial

Para o exercício de 2019, a estratégia das áreas de negócio encontra-se devidamente alinhada com a estratégia definida pelo Banco Económico para os seus pilares estratégicos: Clientes, Colaboradores, Tecnologia e Digitalização, e Risco e Deontologia.

— Clientes

Disponibilizar um atendimento próximo e cada vez mais digital, continuando o Banco Económico a ser uma referência no mercado relativamente à qualidade dos produtos e serviços disponibilizados.

Desta forma, o Banco será capaz de aumentar a sua base de Clientes, apostando quer na captação de novos, quer na retenção dos actuais.

— Colaboradores

À semelhança de anos anteriores, o Banco Económico continuará a investir nos seus Colaboradores, sendo este um dos activos mais importantes da instituição. A disponibilização de acções de capacitação continuará a ser uma realidade com o objectivo de enriquecer a sua experiência e contribuir para o seu crescimento e desenvolvimento profissional.

O Banco Económico acredita que quanto mais regular for a capacitação dos seus Colaboradores, maior será o impacto sobre o nível de satisfação e fidelização dos Clientes.

— Tecnologia e Digitalização

O Banco Económico, e as suas áreas de negócio em particular, continuarão a materializar o processo de transformação digital do Banco, através da introdução de produtos e serviços tecnologicamente inovadores e da presença em múltiplos canais em simultâneo e em tempo real.

Desta forma, os diferentes segmentos do Banco irão usufruir de um atendimento mais próximo, simples, digital e flexível. A automatização de procedimentos será igualmente uma área de foco, agilizando a relação com o Cliente.

— Risco e Deontologia

O Banco Económico pretende continuar a desenvolver toda a sua actividade e investimentos com base no respeito por todos os princípios de ética, bem como cumprindo o enquadramento regulamentar e políticas internas em vigor.

O crescimento e desenvolvimento da actividade do Banco deverá ser sempre realizado de forma sustentável e numa perspectiva de longo-prazo.

Canais Directos

Desde 2014 que a estratégia de prestação de serviços do Banco Económico passa pela distribuição multicanal, com crescente importância dos canais directos, que têm vindo a ser desenvolvidos sob as marcas *EconomicoDirecto* (para o *contact center*) e *EconomicoNet* (para os demais canais não presenciais).

Esta visão evoluiu ao longo do exercício de 2018 para a omnicanalidade, permitindo que uma transacção ou evento iniciados num determinado canal, possa ser prosseguido nos restantes canais.

A estratégia multicanal é uma das iniciativas pertencentes ao Programa de Transformação Digital do Banco, visando a digitalização de toda a actividade do Banco Económico.

Neste contexto, o Banco tem investido de forma crescente no desenvolvimento da sua plataforma de distribuição multicanal, visando providenciar o melhor serviço digital bancário em Angola, 24 horas por dia, 7 dias por semana.

De forma complementar ao conceito omnicanal, o Banco Económico tem actualmente em curso o desenvolvimento de *apps* específicas por segmento, tendo inclusivamente sido iniciada uma solução para o segmento Universitário.

Novos Serviços e Desenvolvimentos em 2018

O ano 2018 marcou o lançamento de novas funcionalidades com o intuito de promover a digitalização de processos, aumentando desta forma a taxa de penetração na base dos Clientes do Banco e permitindo a consolidação da sua estratégia de desenvolvimento de serviços multicanal.

Neste âmbito, os canais existentes - *EconomicoNet CORPORATE* (empresas), o *EconomicoNet (Particulares)* e o *EconomicoNet App (Mobile)* - foram enriquecidos com inúmeras funcionalidades, das quais se destacam as seguintes:

- Enriquecimento e inovação nos serviços disponíveis
- Melhoria da informação e comunicação com o Cliente
- Usabilidade, simplicidade e redesenho da experiência de utilização dos canais
- Facilidade na adesão e manutenção do serviço (por exemplo: substituição de password)
- Digitalização de Processos e Procedimentos

Adicionalmente, foram iniciados vários projectos que pretendem assegurar a melhoria contínua dos serviços já disponibilizados, devendo estes ser lançados comercialmente ao longo do ano 2019.

Em 2018, foi também desenvolvido e lançado o novo serviço "Recebimento Fácil", direccionado para empresas que efectuem pagamentos regulares de produtos e serviços. Este serviço permite às empresas disponibilizarem aos seus Clientes o pagamento de facturas em qualquer ATM, TPA ou Internet *Banking* do seu Banco. Através deste serviço a empresa diversifica de forma simples os seus canais de recebimento, permitindo aos Clientes pagar de forma mais fácil, cómoda e segura. Enquanto parceiro tecnológico e de negócio, o Banco Económico permite deste modo que as empresas do país beneficiem de maior rapidez nos recebimentos, maior facilidade de reconciliação de recebimentos, maior facilidade na gestão de tesouraria e maior segurança no processo de recebimento. Este serviço está disponível através do *EconomicoNet CORPORATE*.

De forma transversal a todos os desenvolvimentos tecnológicos do Banco, tem sido garantida a aplicação da tecnologia mais recente disponível no mercado, bem como assegurados os mais elevados padrões de segurança. Neste sentido, a plataforma multicanal *EconomicoNet* suporta actualmente cinco serviços:

Canal	Segmento	Utilizador
<i>EconomicoNet CORPORATE</i>	Empresas e Institucionais	Cliente
<i>EconomicoNet</i>	Particulares	
<i>EconomicoNet App</i>	Todos	
<i>Consult@Cartão</i>	Empresas e Institucionais	Beneficiário do cartão
<i>EconomicoNet Balcão</i>	Todos	Colaboradores do Banco

É neste contexto que, o Banco assistiu mais uma vez em 2018 ao reconhecimento do seu esforço e investimento, quer em termos de inovação e tecnologia, quer na maior proximidade com os seus Clientes.

A qualidade do serviço de *Mobile Banking* foi novamente reconhecida pela prestigiada publicação internacional *Global Banking & Finance Review*, tendo o serviço *EconomicoNet App* sido distinguido pelo segundo ano consecutivo com o prémio "*Best Mobile Banking Application Angola 2018*". O prémio distingue a superior qualidade de usabilidade, funcionalidade e desempenho do serviço de *Mobile Banking* do Banco, considerado, por esta entidade, o melhor do mercado angolano, em 2017 e 2018.

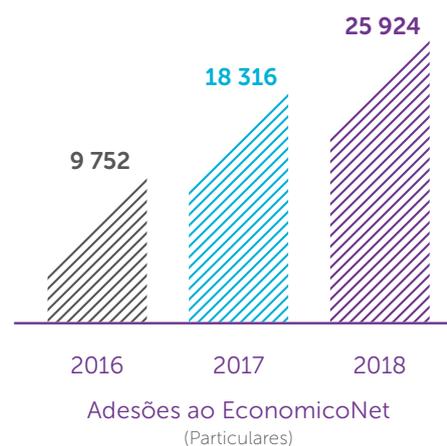
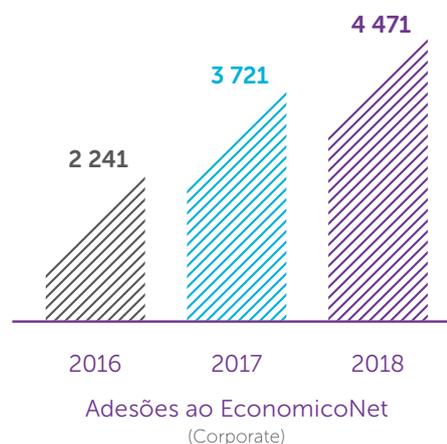
Canais Directos em Números

Adesões ao EconómicoNet

No final de 2018, o serviço de *Internet Banking* para empresas (EconómicoNet CORPORATE) atingiu as 4.471 adesões acumuladas, o que representa um crescimento de 20% face a Dezembro de 2017, tendo a transaccionalidade crescido 41%, com aproximadamente 134.000 transacções financeiras realizadas, face às 95.000 transacções executadas em 2017.

No serviço EconómicoNet (*Internet Banking* para Particulares), o número de adesões cresceu 42%, face ao final de 2017, totalizando 25.924 adesões acumuladas. A transaccionalidade cresceu 63%, com o número de transacções executadas a atingir as 157.645, face às 96.524 em 2017.

Face ao investimento e dedicação do Banco Económico para garantir uma maior proximidade e um melhor serviço junto dos seus Clientes, é com naturalidade que o Banco assiste também ao crescimento da taxa de penetração dos serviços EconómicoNet. Nos Clientes Particulares cresceu de 14% para 17%, entre 2017 e 2018, respectivamente, enquanto nos Clientes Empresa e Institucionais aumentou de 29%, em 2017, para 32%, em 2018.



Meios de Pagamento

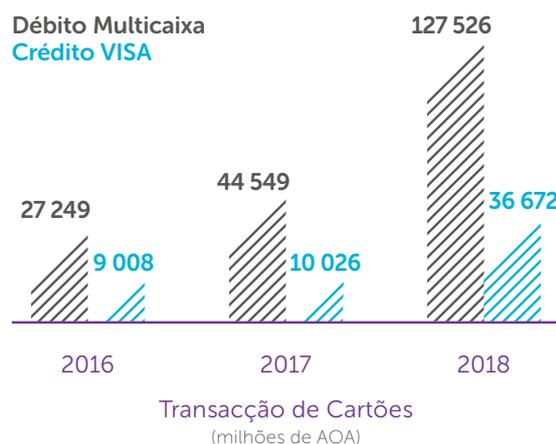
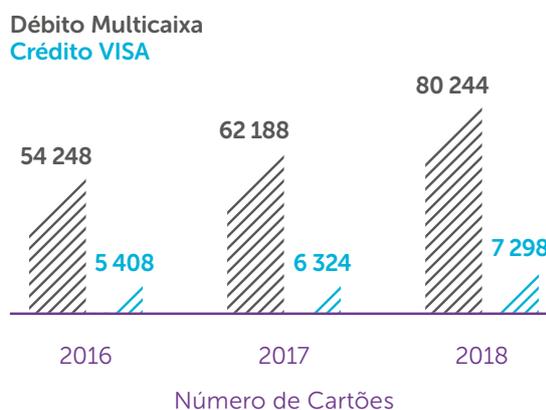
Em 2018, manteve-se a trajectória de crescimento no que diz respeito a cartões, ATMs e TPAs/ POSs, dando assim continuidade ao plano estratégico para o triénio 2018-2020, que passa pela renovação de plataformas, processos e pelo reforço da oferta.

Novos Serviços e Desenvolvimentos em 2018

No seguimento do investimento tecnológico que o Banco Económico tem vindo a realizar, foi implementada em 2018 uma nova aplicação de cartões de débito e terminais (Tranzway ACT), que veio permitir a disponibilização de novos serviços nos cartões de débito e a gestão mais eficaz e eficiente dos Terminais de Pagamento Automático e ATMs.

Na sequência desta evolução, o Banco está igualmente a investir na implementação de uma nova aplicação para a gestão de cartões pré-pagos e de crédito, e respectivos interfaces com a aplicação WAY4 da EMIS. Estes desenvolvimentos irão permitir uma gestão mais eficaz tanto a nível operacional e processual como a nível da oferta deste tipo de produtos.

No âmbito do Programa de Transformação Digital da actividade, o Banco encontra-se a substituir as suas aplicações de suporte ao negócio de pagamentos electrónicos, visando o reforço do seu modelo operacional e da oferta nos negócios de emissão e *acquiring*.



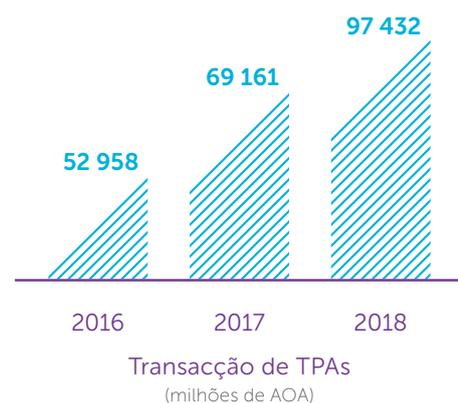
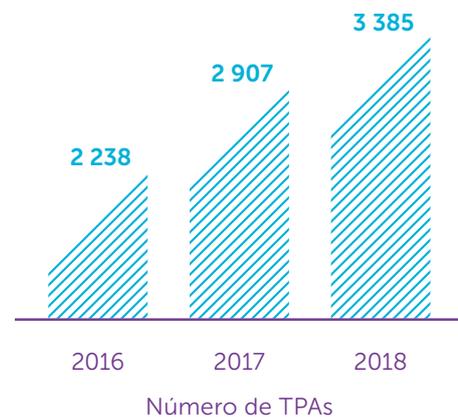
Cartões de Débito e Crédito

Face a 2017, os cartões de débito Multicaixa registaram um crescimento de 29% relativamente ao número de cartões em circulação e de 186% em termos de transaccionalidade, tendo sido atingido um valor de 127.524 milhões de AOA.

Relativamente aos cartões de crédito VISA, o crescimento foi de 16% no número de cartões e de 266% na transaccionalidade, atingindo um montante de 36.672 milhões de AOA.

Terminais de Pagamento Automático

No que respeita aos terminais de pagamento automático (TPA), continuou a verificar-se em 2018 o crescimento do número de TPAs, passando de 2.907, em 2017, para 3.385 em 2018, materializando um crescimento de 17%. O valor transaccionado registou igualmente um crescimento significativo na ordem dos 31%, atingindo 97.432 milhões de AOA, em 2018.



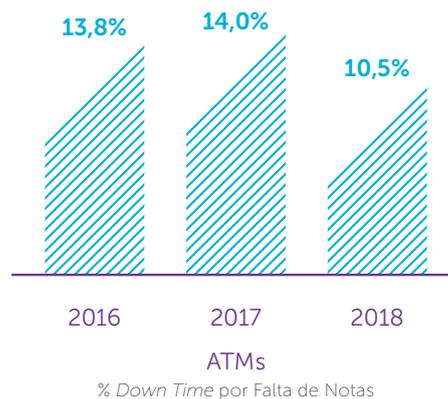
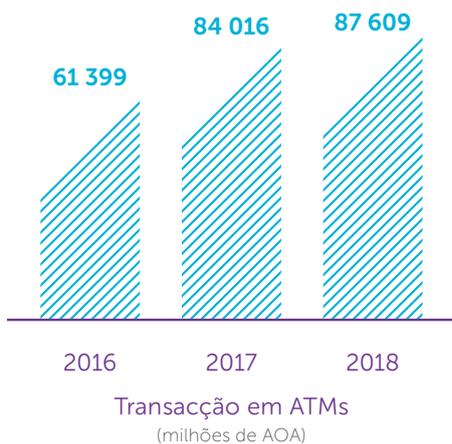
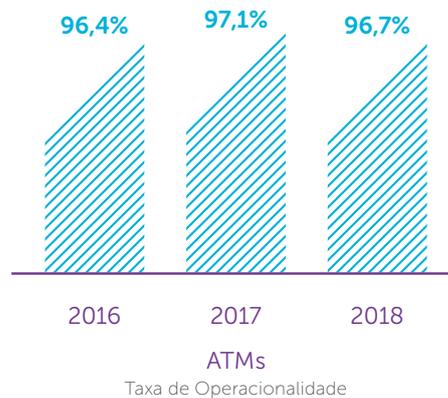
ATMs | Caixas Automáticas

O parque de Caixas Automáticas do Banco Económico cresceu em quatro unidades em 2018, tendo sido atingindo um total de 92 ATMs.

Relativamente às transacções financeiras realizadas, registou-se um crescimento de aproximadamente 4,3% do valor das transacções realizadas, atingindo um valor de 87.609 milhões

de AOA. Destaca-se igualmente uma melhoria no indicador de *Down Time* por falta de notas, que passou de 14% em 2017, para 11% em 2018.

Por fim, o Banco Económico iniciou o seu programa de renovação do parque de ATMs, com o objectivo de substituir algumas das caixas automáticas mais antigas do Banco.

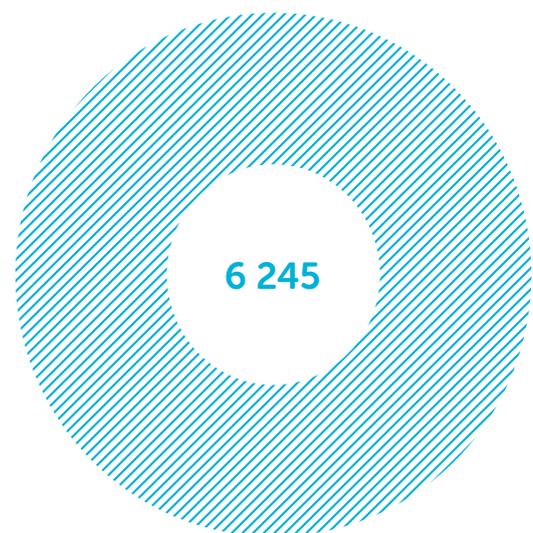


Banca Seguros

O exercício de 2018 representa o quarto ano consecutivo do projecto de *bancassurance* com a Tranquilidade Corporação Angolana de Seguros, reforçando os conhecimentos adquiridos pela rede de distribuição sobre os produtos e as respectivas coberturas, melhorando a capacidade de aconselhamento e mantendo o foco no reforço da dinamização comercial.

Após em 2017 ter existido um crescimento do volume de vendas em prémios face ao ano transacto, o volume total de vendas de seguros durante o exercício de 2018 apresentou uma quebra de 24%, passando de 6.245 milhões de AOA para 4.772 milhões de AOA, entre 2017 e 2018, respectivamente.

Em 2018, e considerando a base de Clientes Activos do Banco Económico, a taxa de penetração de seguros evoluiu positivamente em relação ao ano transacto, tendo-se fixado em aproximadamente 8% (face aos 5% em 2017).



2016



2018

Volume Total de Vendas de Seguros
(milhões de AOA)

Banca de Investimento

Num cenário macroeconómico adverso e muito desafiante para a área de *Corporate & Investment Banking*, a Direcção de Banca de Investimento (DBI) focou a sua actividade no apoio aos projectos de investimento que melhor se enquadram na aposta governamental de inversão do ciclo e estímulo ao crescimento económico.

Assessoria e Financiamentos Estruturados

Neste sentido, o Banco Económico deu prioridade ao sector da agricultura e agro-indústria, pecuária, pescas e piscicultura, exploração de recursos naturais não-petrolíferos (madeiras, rochas ornamentais e outros minerais), indústria transformadora, turismo e serviços.

Esta estratégia procurou canalizar os recursos financeiros disponíveis para sectores com maior potencial de crescimento, baseados na exploração sustentada dos recursos naturais de Angola, no fomento da produção nacional para abastecimento do mercado doméstico e substituição de importações, bem como na exportação de alguns produtos com vantagens competitivas para os mercados regionais e internacionais.

Apesar de ao longo dos últimos anos ter existido uma redução da percentagem do PIB originada pelo sector petrolífero e diamantes, este espaço tem sido preenchido fundamentalmente pelos sectores dos serviços (por exemplo: comércio e distribuição, construção) e não por sectores produtivos (por exemplo: agricultura, pescas, indústria), os quais continuam com uma expressão reduzida no PIB nacional.

Paralelamente, a Direcção de Banca de Investimento reforçou o seu apoio às áreas comerciais do Banco, numa estratégia de maior proximidade às necessidades dos Clientes e de capacidade de resposta às suas expectativas. Desta forma, a oferta de produtos de crédito é sempre precedida de uma criteriosa avaliação dos projectos e dos seus promotores, numa relação equilibrada em que o Cliente deve assegurar a gestão, viabilidade e sustentabilidade do seu negócio, e aportar capitais próprios de modo a não depender exclusivamente do financiamento bancário.

De forma complementar à sua função de financiador, o Banco Económico assume-se como parceiro e assessor financeiro dos seus Clientes, estabelecendo uma relação de médio e longo prazo, visando o sucesso dos seus negócios e garantindo o cumprimento das responsabilidades financeiras assumidas para com o Banco e os demais *stakeholders* do projecto.

Para contrabalançar a redução da actividade na área dos grandes projectos de investimento, a Direcção de Banca de Investimento reforçou a sua aposta no financiamento às Micro, Pequenas e Médias Empresas (MPMES) ao abrigo do Programa Angola Investe. A Direcção de Banca de Investimento é responsável pela gestão deste programa de apoio aos empresários angolanos, bem como pela organização e estruturação dos financiamentos. Adicionalmente, o Banco realiza a monitorização da execução operacional dos projectos com o apoio de consultores externos especializados e o acompanhamento institucional com as entidades governamentais (MINEC, INAPEM, FGC).

Até 2018, a Direcção de Banca de Investimento aprovou 32 projectos ao abrigo do PAI, com um financiamento total de 19,3 mil milhões de AOA. Embora o PAI tenha sido descontinuado durante o ano 2018, mantém-se a continuidade da execução dos projectos já aprovados, com garantia pública concedida pelo Fundo de Garantia de Crédito (FGC) e com bonificação de juros por parte do Estado.



Número de Projectos Aprovados por Sector (2018)

15 Agricultura, Pecuária e Pesca

4 Sector Produtivo

11 Indústria Transformadora e Extractiva

1 Materiais de Construção

1 Turismo

Projectos Angola Investe, por Província



Associada à imagem de solidez e confiança do Banco Económico, e apesar da retracção das intenções de investimento externas, a Direcção de Banca de Investimento continua a fazer um trabalho significativo no acompanhamento de investidores internacionais interessados em investir em Angola, prestando informação detalhada sobre a realidade económica, financeira, fiscal, legal e regulamentar do país, incluindo o *procurement* de oportunidades de parceria local e internacional.

Para colmatar a contínua necessidade de apoio à economia angolana e às MPMEs, o Ministério da Economia e Planeamento (MEP), está a estruturar um novo Programa de Apoio ao Crédito (PAC), com características semelhantes às do Angola Investe. Prevê-se que o novo Programa seja lançado durante o primeiro semestre de 2019, estando já o Banco Económico em negociações para assegurar a sua participação neste programa.

Mercado de Capitais

Através da área de Mercado de Capitais, a Direcção de Banca de Investimento acompanhou as principais iniciativas no lançamento do novo Mercado de Bolsa de Títulos do Tesouro (MBTT), com a integração das emissões de títulos públicos (Obrigações e Bilhetes do Tesouro) na nova Central de Valores Mobiliários (CEVAMA).

Em 2018, o Banco aumentou significativamente o montante de activos sob custódia, tendo mais do que duplicado o valor atingido em 2017.

Actualmente, a Direcção assegura aos seus Clientes uma oferta completa e integrada de serviços de Mercado de Capitais, quer de mercado primário (organização de ofertas públicas e privadas de valores mobiliários, de rendimento fixo e variável), quer de mercado secundário (intermediação de valores mobiliários em mercado organizado), estando o Banco registado na Comissão de Mercado de Capitais e credenciado na BODIVA, como Membro Negociador e Liquidador.

Na sequência da alteração da política cambial por parte do Banco Nacional de Angola, verificaram-se sucessivas desvalorizações da moeda nacional face ao dólar norte-americano, o que incentivou a procura por instrumentos de Dívida Pública, nomeadamente de Títulos do Tesouro Indexados (OTTX).

Durante o exercício de 2018, a Direcção de Banca de Investimento realizou operações de intermediação em títulos de dívida pública em moeda nacional, nos mercados BODIVA, no valor total de 46,7 mil milhões de AOA.



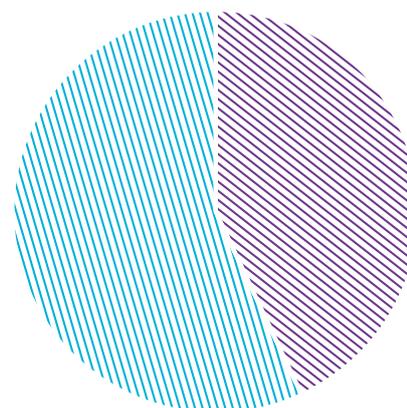
Para além das transacções realizadas no mercado regulamentado da BODIVA (Mercado de Bolsa de Títulos do Tesouro – MBTT), a Direcção canalizou um montante significativo de compras de títulos públicos por parte dos Clientes, para investimento em Obrigações do Tesouro (OT) e em títulos de maturidade mais curta, até um ano, (Bilhetes do Tesouro – BT) através da participação nos leilões do mercado primário.

Em 2018, a BODIVA registou um considerável incremento do volume de negócios, em virtude dos agentes económicos terem procurado cobrir o risco de desvalorização cambial através do investimento em títulos de dívida pública, com preferência pelas emissões indexadas à taxa de câmbio (USD-AOA). Neste sentido, durante o ano de 2018, a BODIVA registou mais de 3.800 negócios, um aumento de 83% face a 2017, num total de 767,4 mil milhões de AOA negociados.

Analisando a tipologia dos negócios realizados ao longo do ano, em termos de número de negócios, verifica-se uma ligeira predominância de negócios sobre Obrigações do Tesouro (57%) face aos Bilhetes do Tesouro (43%).

43%
Obrigações do Tesouro

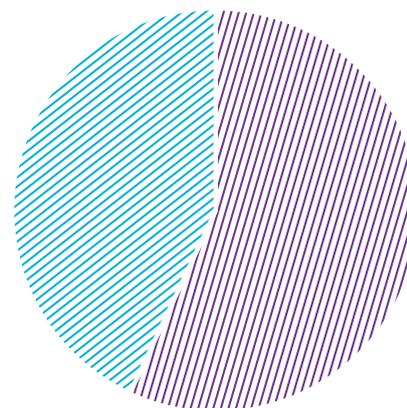
57%
Bilhetes do Tesouro



Número de Negócios por Produto

57%
Mercado Primário

43%
Mercado Secundário



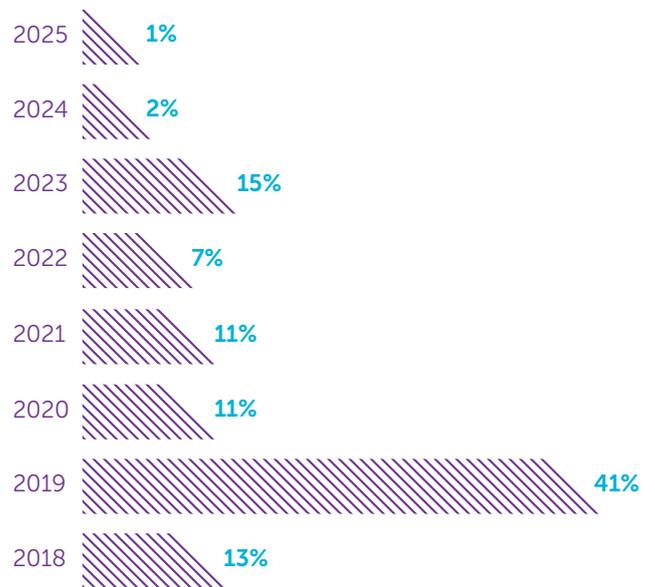
Número de Negócios por Mercado

Quando se considera a distribuição por montante negociado, é clara a predominância das Obrigações do Tesouro que representam 90% do valor negociado na BODIVA.

As maturidades até 3 anos foram as mais procuradas representando mais de 60% da procura, tendo-se verificado um maior número de negócios executados por parte de Clientes particulares.

Ao longo de 2018, o número de contas abertas junto da CEVAMA (Central de Valores Mobiliários da BODIVA) sofreu também um acréscimo significativo, tendo aumentado de 244 contas em 2016 para mais de 6.000.

No final do ano 2018, o Banco Económico tinha 118 contas abertas e activas, o que representa um peso de 3% no total das contas abertas na CEVAMA. A evolução das carteiras de Clientes à guarda do Banco e do volume de negócios do mercado de capitais traduz um crescimento sustentado das transacções e das receitas desta área de negócio.



Montantes Negociados por Maturidade

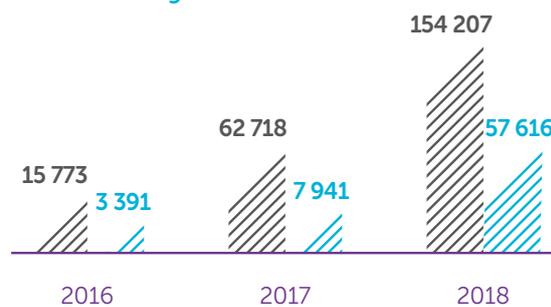


Montantes Negociados por Tipo de Cliente

Desde a migração dos títulos da Central do BNA (SIMER) para a Central da BODIVA (CEVAMA), o número de Clientes do Banco triplicou, o valor das transacções cresceu de forma exponencial (x17) e o *Turnover* (Transacções/ *Stock* Títulos) aumentou de 12% em 2017 para 37% em 2018, potenciando as receitas desta nova área de negócio.

Estes números vêm demonstrar não só o bom desempenho do Banco Económico em 2018, mas igualmente a crescente confiança que os actuais e potenciais Clientes têm vindo a depositar sobre o Banco.

Montante sob Custódia
Volume de Negócio



Montantes sob Custódia e Volume de Negócios
(Milhões de AOA)



Número de Contas Abertas na CEVAMA

Gestão de Activos

Fundos de Pensões - Económico SGFP

A Económico Fundos de Pensões – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A. (“Económico SGFP”) tem como principal missão contribuir para o porvir dos Participantes e Beneficiários dos Fundos de Pensões sob sua gestão, garantindo o seu direito a uma reforma condigna e benefícios futuros, através da gestão cuidada e eficiente das suas contribuições.

A actividade da Sociedade Gestora é complementar à da segurança social pública, oferecendo aos associados, participantes e beneficiários a possibilidade de constituição de patrimónios autónomos (Fundos de Pensões) que garantam, no futuro, o direito inalienável da pessoa humana a uma pensão de reforma condigna, no culminar da sua vida activa e da sua carreira contributiva para a sociedade.

A Sociedade tem também como missão contribuir para o progresso das empresas, potenciando a valorização dos seus Colaboradores e fomentando o desenvolvimento económico e social do País, em estrito respeito pelas regras de ética e deontologia profissional.

A Sociedade iniciou a sua actividade em Abril de 2009, está registada junto da Autoridade Angolana de Regulação e Supervisão de Seguros (“ARSEG”) desde 2 de Março de 2009, sob o nº 56143 e tem como principais accionistas o Banco Económico, S.A. e a GNB – Gestão de Activos, SGPS, S.A. do Grupo Novo Banco (Portugal).

Em Setembro de 2018, em Assembleia Geral, para dotar a Sociedade dos meios financeiros e margem de solvência para o crescimento da sua actividade, os accionistas decidiram aumentar o seu capital de AOA 105 milhões para AOA 1.000 milhões, por subscrição reservada aos accionistas, já realizada, sendo a estrutura accionista actual, a seguinte:

EFP SGFP - Estrutura Accionista Em 31.Dez.2018

Accionistas	Nº de Acções	Valor Nominal	%
Banco Económico, S.A.	9 620	962 200	96,2%
GNB – Gestão de Activos, SGPS, S.A	370	36 800	3,7%
Accionistas singulares	10	1 000	0,1%
TOTAL	10 000	1 000 000	100%

Decidiram também reforçar a governação corporativa através da criação de uma Comissão Executiva que passou a assegurar a gestão corrente e operacional da Sociedade.

Crescimento Sustentado numa Conjuntura Desafiante

Em 31 de Dezembro de 2018, a Sociedade geria cinco Fundos de Pensões, sendo dois abertos e três fechados:

Fundos de Pensões em Gestão

Fundos de Pensões	Data de Constituição	Data de Transferência	Tipo de Fundo	Plano de Pensões
Fundo de Pensões Besa Opções Reforma	1-fev-10	-	Aberto	Contribuição Definida
Fundo de Pensões 1-5-10 Por Dia	1-jul-01	1-dez-13	Aberto	Contribuição Definida
Fundo de Pensões dos Trabalhadores da ENE	1-mai-08	1-fev-14	Fechado	Benefício Definido
Fundo de Pensões dos Trabalhadores do MINPET	1-jan-03	1-abr-14	Fechado	Benefício Definido
Fundo de Pensões dos Trabalhadores da UNITEL	1-dez-07	1-fev-14	Fechado	Contribuição Definida

Apesar da legislação sobre os Fundos de Pensões ter sido criada, em Angola, há quase duas décadas com a publicação do Regulamento dos Fundos de Pensões (Decreto nº 25/98 de 7 de Agosto), não tem sido fácil a implementação da segurança social privada. Em 2018, numa conjuntura de forte redução da actividade económica, o sector dos Fundos de Pensões conheceu bastantes dificuldades, pois a crise financeira reflecte-se nas novas adesões aos Fundos - ao nível empresarial e individual - e também, nos constrangimentos e atrasos das empresas associadas, na realização das suas contribuições.

Apesar disso, a Económico SGFP continuou a sua evolução positiva, de crescimento sustentado da sua actividade, em colaboração com os seus accionistas e a ARSEG, consolidando a sua presença no mercado. De realçar o significativo aumento dos valores em gestão que ascenderam, em Dezembro, a AOA 13,8 mil milhões, que compara com AOA 7,5 mil milhões no final de 2017 (aumento anual de 58%, considerando o crescimento médio do último triénio).

Valor das Carteiras dos Fundos em Gestão

Fundos de Pensões	2016	2017	2018	CAGR 18/16
Fundo de Pensões Besa Opções Reforma	957 023	1 326 393	1 969 589	43%
Fundo de Pensões 1-5-10 Por Dia	98 166	97 352	115 031	8%
Fundo de Pensões dos Trabalhadores da ENE, EP	3 020 116	2 929 547	3 049 806	0%
Fundo de Pensões dos Trabalhadores do MINPET	1 458 285	1 499 087	1 987 449	17%
Fundo de Pensões dos Trabalhadores da UNITEL	-	1 609 455	6 702 348	-
TOTAL	5 533 731	7 461 834	13 824 223	58%

Em sincronia com esta evolução, a Económico SGFP tem conseguido uma evolução positiva das suas receitas, as quais têm vindo a crescer de forma consistente, ao longo dos últimos anos:

Valor das Comissões de Gestão

Comissões de Gestão	2016	2017	2018	CAGR 18/16
Fundo de Pensões Besa Opções Reforma	15 610	18 499	25 184	27%
Fundo de Pensões 1-5-10 Por Dia	1 411	1 468	1 630	7%
Fundo de Pensões dos Trabalhadores da ENE, EP	86 073	83 492	84 535	-1%
Fundo de Pensões dos Trabalhadores do MINPET	6 273	10 501	13 930	49%
Fundo de Pensões dos Trabalhadores da UNITEL	-	-	51 700	-
TOTAL	92 346	93 993	150 165	28%

Em termos de adesões, destacamos o Fundo da Unitel (+290 Participantes), compensando a redução nos restantes, particularmente no Fundo da ENE (-166 participantes). Esta evolução reflecte o perfil da população activa dos Associados, sendo a primeira uma empresa mais jovem e em crescimento, e outra com uma população estabilizada e com maior crescimento dos beneficiários, à medida que atingem a idade de reforma.



Fundos de Investimento - Económico SGOIC

A Económico Fundos de Investimento – Sociedade Gestora de Organismos de Investimento Colectivo, S.A. (“Económico SGOIC”) tem como principal missão, na vertente dos Fundos de Investimento Imobiliário (FII), a gestão do património imobiliário dos seus Clientes, incluindo a promoção, comercialização, arrendamento, gestão e manutenção técnicas, e demais actividades abrangidas pela regulamentação aplicável, visando o desenvolvimento de projectos de construção de edifícios com fracções de diferentes tipologias, usos e dimensões.

A Económico SGOIC cumpre, em Angola, um papel relevante na valorização do património imobiliário, contribuindo para o desenvolvimento económico e social do País, em respeito pelas regras de ética e deontologia profissional, oferecendo uma melhor qualidade de vida e permitindo potenciar a valorização dos investimentos dos seus Clientes.

A Económico SGOIC é uma instituição financeira, não bancária, autorizada pelo Ministro das Finanças por Despacho de 7 de Janeiro de 2008, constituída em 14 de Março de 2008 e que iniciou a actividade em 21 de Abril do mesmo ano. Está matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Luanda sob o n.º 263-08 e registada junto da Comissão do Mercado de Capitais (CMC) desde 21 de Abril de 2008, sob o n.º 05/GSC-DJR/04-08.

A Sociedade tem como objecto social a instituição, organização e gestão de Organismos de Investimento Colectivo (fundos de investimento, mobiliários e imobiliários, sociedades de investimento imobiliário, entre outras) de acordo com as normas que regulam esta actividade.

Da sua estrutura accionista actual fazem parte como detentores de participações qualificadas, o Banco Económico, S.A. e o GNB – Gestão de Activos SGPS, S.A. (subsidiária do Grupo Novo Banco, de Portugal, para a área de gestão de activos) e um accionista individual.

EFI SGOIC - Estrutura Accionista em 31.Dez.2018

Accionistas	Nº de Acções	Valor Nominal	%
Banco Económico, S.A.	640	56 700	64,0%
GNB – Gestão de Activos, SGPS, S.A	350	31 500	35,0%
Accionistas singulares	10	1 800	1,0%
TOTAL	1 000	90 000	100%

Gestão de Fundos Imobiliários

A Económico SGOIC em reconhecida experiência de gestão de fundos de investimento imobiliário (FII), tendo gerido dois Fundos cuja liquidação ocorreu no exercício de 2018:

BESA Valorização

Fundo de Investimento Imobiliário Fechado

BESA Património

Fundo de Investimento Imobiliário Fechado

O Fundo BESA Valorização foi constituído em 10 de Agosto de 2012, tendo como Depositário o Banco Económico. No decurso da sua actividade, concentrou os seus investimentos no mercado de promoção imobiliária, maioritariamente nos segmentos habitacional e de escritórios. O Fundo foi objecto de liquidação e partilha em 22 de Fevereiro de 2018.

O BESA Património iniciou a sua actividade em 13 de Dezembro de 2008, como fundo fechado, com a duração inicial de 5 anos. Em 2013, por deliberação da Assembleia de Participantes, foi decidida a prorrogação do seu prazo por um período adicional de 3 anos.

O objectivo do Fundo era alcançar, a longo prazo, uma valorização do capital investido pelos Participantes, através da constituição e gestão de uma carteira diversificada de activos. O Fundo focou-se na promoção de empreendimentos imobiliários, tais como projectos de construção e de reabilitação de imóveis, para revenda ou arrendamento, bem como na aquisição de imóveis, fracções autónomas, direitos

de propriedade ou direitos de natureza obrigacional (direitos de superfície, de uso, de gozo e de fruição) para revenda, arrendamento ou outras formas de exploração onerosa.

À data da liquidação, 13 de Julho de 2018, os activos do Fundo encontravam-se concentrados no mercado de escritórios mas tendo também em carteira fracções de habitação. O Fundo encerrou com uma ligeira valorização face ao capital inicial embora nos últimos 4 anos (2014-2018) tenha sofrido o forte impacto da conjuntura económica e financeira adversa, em Angola, resultado da queda dos preços do petróleo no mercado internacional, com resultados muito negativos na evolução do sector imobiliário que entrou em profunda crise.

O ano de 2018 foi ainda muito desafiante, caracterizado pela tendência de redução dos preços dos activos imobiliários, penalizando bastante os Fundos de Investimento pelo impacto na desvalorização dos activos e pela forte redução da actividade comercial, nomeadamente das transacções de compra e venda de imóveis. Nesta conjuntura, a Sociedade Gestora procurou rentabilizar os activos dos Fundos e fazer face aos custos fixos da sua detenção, dinamizando o segmento do arrendamento comercial (habitação e escritórios), mas adoptando uma gestão prudente e conservadora, até à sua liquidação.

Gestão de Carteiras de Imóveis

Depois da liquidação dos Fundos e até à integração dos activos em gestão em novos FII a constituir, a Económico SGOIC orientou a sua actividade para a prestação de serviços de gestão, comercialização, manutenção e conservação dos imóveis ao Banco Económico, seu principal accionista, e ao Grupo ENSA, este na qualidade de beneficiário único da liquidação dos Fundos e actual detentor do seu património.

Sendo o Banco Económico uma instituição financeira, não dispondo de recursos técnicos e humanos especializados para a gestão e manutenção destes activos e garantir a sua rentabilização e conservação, detendo na sua esfera patrimonial imóveis recebidos em dação em cumprimento de mutuários e não afectos à sua actividade bancária pretendeu, desta forma, mantê-los sob gestão da Económico SGOIC.

Os serviços prestados permitem manter e potenciar o valor de mercado dos bens imóveis do Banco, assegurar a sua adequada manutenção e possibilitar a sua comercialização ou transferência para novos Fundos a constituir, com sujeição à regulação da CMC. Esta solução permite também relançar a actividade da Económico SGOIC no quadro do seu objecto social e integra-se num conjunto de iniciativas, onde se destaca o projecto de constituição e gestão de um novo Fundo de Investimento Imobiliário Fechado que vai incluir parte significativa dos activos que actualmente integram a carteira de imóveis do Banco.

A Sociedade Gestora pretende também expandir a sua actividade para a gestão de outra tipologia de OIC, nomeadamente de Fundos de Investimento Mobiliário (FIM), estando previsto, durante o ano de 2019, o lançamento de um Fundo de Tesouraria cuja entidade comercializadora e depositária será o Banco Económico.

3.2.

Capital Humano

Visão Geral

Em 2018, a Direcção de Capital Humano deu continuidade ao seu objectivo de acompanhamento e implementação das melhores práticas do sector, tornando o Banco Económico num Banco de referência em matéria de gestão dos seus recursos humanos.

O Banco tem investido de forma contínua na capacitação dos seus Colaboradores, contribuindo para o desenvolvimento de competências e para a criação de novas oportunidades de carreira.

Associado a este objectivo, registou-se em 2018 a continuação do processo de consolidação de processos internos implementados em anos anteriores, tornando o Banco mais próximo e eficiente no apoio e nos serviços prestados aos seus Colaboradores.

Por considerar que os seus Colaboradores são um dos activos mais importantes do Banco Económico, as actividades da Direcção de Capital Humano focaram-se na implementação

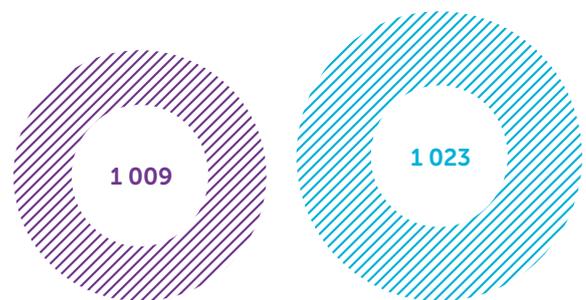
de um conjunto de projectos de suporte às actividades do Banco, nomeadamente associados à actualização de ferramentas de trabalho e de capacitação e reforço de competências. Neste âmbito, foi realizada uma reestruturação completa do seu plano de formação, tendo sido implementado um programa de formação comportamental e técnica, bem como definidas políticas estruturantes com o objectivo de reforçar a cultura do Banco.

Adicionalmente, existiu um investimento na melhoria das condições de trabalho e na promoção de uma cultura de meritocracia, garantindo assim elevados níveis de competência e motivação, e reforçando os valores do Banco Económico.

No que se refere ao âmbito das actividades de cada área que constitui a Direcção de Capital Humano, existiu a preocupação e o cuidado para que os vários projectos em curso fossem executados de forma sólida e consistente, que garantissem um impacto positivo na instituição e que estivessem alinhados com a visão estratégica do Banco.

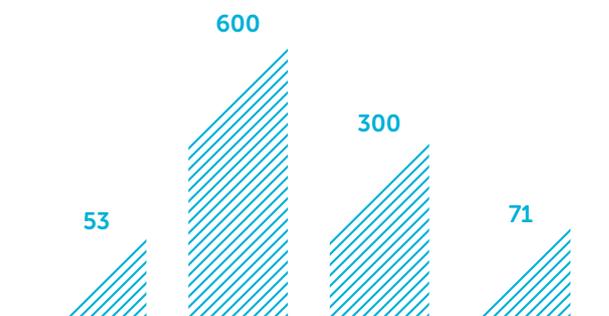
Capital Humano em 2018

Em 2018, existiu um crescimento de 2% do número de Colaboradores do Banco, tendo sido alcançado um total de 1.023 Colaboradores. Adicionalmente, fica evidente a aposta do Banco Económico na qualificação e capacitação dos seus recursos humanos, na medida em que 55% possuem uma licenciatura e 12% se encontram actualmente a frequentar um curso universitário.



2017 2018

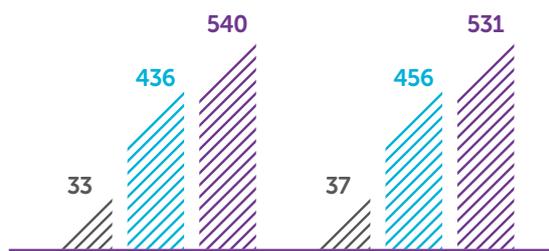
Número de Colaboradores



<25 anos 26-35 anos 36-45 anos >45 anos

Colaboradores por Faixa Etária (2018)

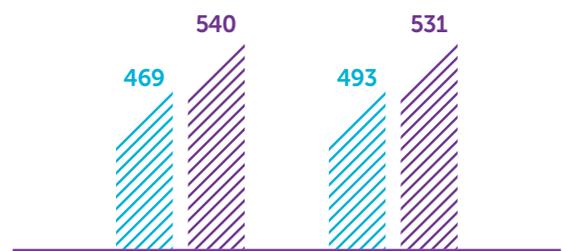
Administração e Suporte Direções Centrais e de Suporte Direções Comerciais



2017 2018

Colaboradores por Área Funcional

Áreas Comerciais Áreas Centrais e Suporte



2017 2018

Colaboradores por Área Funcional

Em 2018, registou-se uma manutenção da distribuição dos Colaboradores quer por género quer por nacionalidade, sendo que 55% dos Colaboradores são do género masculino e 97% dos Colaboradores são de nacionalidade angolana. O Banco confirma a sua multiculturalidade ao integrar Colaboradores provenientes de diversos países como Reino Unido, Cabo Verde, São-Tomé e Príncipe, Índia, Moçambique e Portugal.

Qualificação dos Colaboradores (2018)

31%
Ensino Médio

1%
Bacharelato

12%
Frequência Universitária

55%
Licenciatura

Colaboradores por Género

45%
Colaboradores do Género Feminino

55%
Colaboradores do Género Masculino

Colaboradores por Nacionalidade

3%
Colaboradores de Outras Nacionalidades

97%
Colaboradores de Nacionalidade Angolana

Acolhimento e Integração

O Acolhimento e Integração são parte integrante das etapas do processo de socialização organizacional do Colaborador, tendo por objectivo que este conheça a cultura e os valores da instituição, bem como o que é esperado de si enquanto elemento do Banco.

Tendo em consideração a importância deste processo, durante o exercício de 2018, o Banco Económico procedeu a uma revisão da sua política de Acolhimento e Integração, por forma a criar as melhores condições de acolhimento aos seus novos Colaboradores, bem como contribuir para o desenvolvimento efectivo de um sentimento de pertença.

Entende-se por “Acolhimento” o primeiro contacto do Colaborador enquanto membro efectivo do Banco, sendo que é nesta fase que o Colaborador é apresentado à cultura e aos valores da instituição, dando-se início ao seu processo de “Integração”. Este último tem como objectivo que os novos Colaboradores adquiram conhecimentos profundos sobre a sua função e o seu posicionamento no interior do Banco, sendo este um processo naturalmente mais demorado e contínuo.

O processo de Acolhimento e Integração é obrigatório para todos os novos Colaboradores que sejam admitidos no Banco Económico, e encontra-se dividido em 3 momentos principais:

Pré-entrada: interacção com o novo Colaborador entre o momento em que este aceita a proposta do Banco Económico e a sua entrada efectiva.

Entrada: interacção com o Colaborador nos seus primeiros dias de trabalho no Banco Económico, existindo um processo de acolhimento no Banco e de acolhimento na função.

Integração: interacção com o Colaborador durante os seus primeiros 6 meses de actividade dentro do Banco Económico.

A Direcção de Capital Humano é responsável por despoletar um conjunto de acções de modo a assegurar que o acolhimento e a integração dos novos Colaboradores seja realizado de acordo com o respectivo enquadramento funcional. De modo a garantir um processo que seja o mais próximo e personalizado possível, o Banco Económico definiu três tipologias de processo:

Geral: Considera todos os Colaboradores admitidos para exercerem funções no Banco, à excepção da Banda de Gestão e dos Colaboradores que irão ser alocados às restantes províncias.

Banda de Gestão: Considera todos os Colaboradores admitidos para exercerem funções de Direcção, independentemente da respectiva área de actividade.

Províncias: Considera todos os Colaboradores admitidos para exercerem funções nas províncias, onde o Banco Económico detém presença através das suas agências.

Adicionalmente, e de forma transversal a todos os novos Colaboradores, o processo de acolhimento e integração é igualmente composto por um conjunto de formações obrigatórias em temas relevantes quer para o desempenho das respectivas funções quer para a capacitação em temas cruciais à sustentabilidade e boa imagem do Banco: FATCA, AML, Princípios de *Compliance*, Risco Operacional e Reputacional, entre outros.

Estágio Profissionalizante

O Banco Económico está constantemente à procura de novos talentos e profissionais capazes de acrescentar valor à actividade do Banco. Neste sentido, disponibiliza Estágios Profissionalizantes que consistem na passagem de um novo Colaborador por várias direcções consideradas relevantes para a sua função, com os seguintes objectivos: i) promover uma melhor integração do Colaborador; ii) tomar conhecimento das áreas de negócio e consolidar os seus conhecimentos com base na realidade do Banco e, iii) conhecer as práticas, metodologias e procedimentos dos processos comerciais nas áreas de negócio e operacionais, com base nas particularidades do mercado e do Banco.

A duração do Estágio Profissionalizante é variável, e definida com base na experiência do Colaborador, bem como o número de direcções que deverá percorrer, sendo esta informação definida na ficha de registo do Estágio Profissionalizante.

Avaliação de Desempenho

O Banco Económico assume uma cultura assente na meritocracia. Neste sentido, o processo de avaliação de desempenho assume uma importância primordial, contribuindo para o desenvolvimento e crescimento dos seus Colaboradores e, em consequência, da sua actividade. O Banco dispõe de um ciclo de avaliação de desempenho suficientemente definido, sólido e transparente.

O processo de avaliação de desempenho assume especial importância, uma vez que actua como pedra basilar do desenvolvimento pessoal e profissional dos Colaboradores, fomenta a motivação dos mesmos e contribui para a avaliação do grau de cumprimento dos objectivos propostos. Por sua vez, a existência de Colaboradores motivados e devidamente capacitados irá promover o crescimento da actividade e dos resultados do Banco Económico.

De modo a assegurar a máxima transparência ao longo de todo este processo, a Direcção de Recursos Humanos inicia o Ciclo de Avaliação de Desempenho realizando uma comunicação a todos os Colaboradores do Banco. Nesta comunicação são discriminadas as datas a considerar para a realização de cada etapa da avaliação, bem como eventuais alterações às competências a avaliar. O Banco Económico tem implementado um processo formal de avaliação de desempenho que abrange todo o Banco, designado por Ciclo de Avaliação de Desempenho.

Ciclo de Avaliação de Desempenho

I. Revisão de Competências

Processo de revisão dos critérios do formulário de avaliação do Colaborador, bem como as competências comportamentais e técnicas sujeitas a avaliação.

II. Avaliação de Chefias

Os Colaboradores podem preencher um questionário de respostas fechadas, voluntário e anónimo, sobre o desempenho da sua chefia directa.

III. Auto-Avaliação

Os Colaboradores devem preencher um formulário de auto-avaliação, que tem como propósito a reflexão sobre o seu desempenho, os pontos fortes e as oportunidades de melhoria.

IV. Avaliação *Top-Down*

A chefia directa/ avaliador preenche o formulário de avaliação do Colaborador, tendo em consideração a análise do desempenho demonstrado pelo avaliado.

V. Reunião de Alinhamento e Entrevista de Avaliação

Reuniões realizadas para validar as classificações atribuídas ao Colaborador na etapa de Avaliação *Top-Down*. Estas reuniões têm o propósito de garantir o alinhamento entre avaliadores.

VI. Revisão de Chefia de 2º Nível

Validação das classificações atribuídas durante as fases anteriores.

VII. Reunião de Harmonização

Após o fecho das avaliações, a Direcção de Capital Humano realiza um conjunto de reuniões com os avaliadores de cada Direcção, que têm o propósito de analisar os resultados da avaliação, identificar as actividades de melhoria adequadas ao Colaborador e detectar eventuais situações de incoerências.

VIII. Comunicação da Avaliação e Elaboração do Plano de Desenvolvimento Pessoal

Agendamento de uma reunião presencial, onde é comunicado ao Colaborador o resultado final da avaliação de competências. Na reunião de avaliação deve ser elaborado o Plano de Desenvolvimento Pessoal do Colaborador.

IX. Confirmação da Avaliação

O Colaborador deve confirmar formalmente que tomou conhecimento do resultado da avaliação de Competências.

X. Reunião de Acompanhamento Semestral

Semestralmente, deve ser realizada uma reunião de acompanhamento com o Colaborador. Esta reunião tem como propósito a análise do desempenho do Colaborador durante o primeiro semestre do ano, bem como a identificação de áreas de melhoria para o segundo semestre do ano.

Formação e Desenvolvimento

O Banco Económico reconhece que o desenvolvimento e actualização de conhecimentos e competências individuais dos Colaboradores são condições primordiais para a respectiva satisfação e realização profissional, bem como para o crescimento sustentável da instituição. Desta forma, o Banco procedeu à revisão da sua política de formação com o objectivo de se tornar uma referência nesta área, incrementando a sua capacidade de atracção e retenção de talentos e otimizando o seu investimento na capacitação dos seus recursos humanos.

O Banco Económico defende uma cultura de desenvolvimento e aprendizagem, baseada nos seguintes pilares:

01. Aprendizagem

Promover a aprendizagem de forma transversal a todos os Colaboradores do Banco, com o objectivo de potenciar o crescimento dos Colaboradores, permitindo uma evolução da carreira com integração, promoções e mobilidade interna.

02. Promoção de Talento

Desenvolvimento do talento, compreendendo qual o percurso de carreira que o Colaborador deverá prosseguir nos anos seguintes. Contempla igualmente a promoção do talento interno através da adopção de eixos de progressão como a mobilidade interna, valorizando os Colaboradores e aumentando a sua motivação.

03. Integridade e Coesão

Integrar os profissionais nos objectivos do Banco e da área funcional onde são colocados.

04. Espírito Crítico

Melhorar o desempenho profissional, motivando e fomentando o espírito de equipa, o espírito de iniciativa, o espírito crítico e a qualidade do trabalho a desenvolver.

05. Satisfação do Cliente

Potenciar os Colaboradores para que estes possam dar resposta às necessidades dos Clientes e contribuir para a eficiência, eficácia e qualidade dos serviços prestados pelo Banco.

06. Cultura Formativa e Informativa

Contribuir para a melhoria dos desempenhos individuais, realização pessoal, cultural e profissional, preparando os Colaboradores para o desempenho de diversas funções.

De forma a assegurar o cumprimento dos objectivos estratégicos da instituição, o Banco Económico estipulou um conjunto de princípios orientadores que servem de base à operacionalização da Política de Formação do Banco:

Alinhamento Estratégico

Alinhamento da Política com as necessidades e objectivos do negócio, garantindo programas formativos orientados para o desenvolvimento e desempenho de excelência nas diferentes funções e/ ou níveis.

Valorização do Colaborador

Foco na motivação e enriquecimento profissional, valorizando as suas necessidades e processos de aprendizagem específicos.

Formação Contínua

Desenvolvimento da oferta formativa segundo diferentes níveis de detalhe, complexidade e por temas, devendo estes estar devidamente ajustados aos segmentos identificados e dirigidos de forma efectiva às necessidades do Banco e dos seus Colaboradores.

Formação Experiencial

Foco na formação experiencial em detrimento de uma formação meramente expositiva, teórica e em sala, potenciando os conhecimentos dos Colaboradores através de acções de cariz prático.

Accountability

Possibilidade de medir os resultados reais da formação, através de modelos de avaliação que verificam a aquisição de conhecimentos.

A Política de Formação do Banco foi estruturada em dois percursos formativos (Comercial e Direcções Centrais) que respondem às necessidades de desenvolvimento de competências específicas para cada nível de carreira, sendo estas: Competências Técnicas, Comportamentais e Conhecimento de negócio. Com o objectivo de potenciar os resultados das acções de capacitação, estas têm sido desenvolvidas em cinco formatos distintos:

Formação Presencial

Sessões de formação tradicionalmente realizadas em salas de formação

E-Learning

Acções de formação que se realizam via plataformas informáticas, não havendo lugar ao encontro presencial entre formadores e formandos.

On-the-Job

Formação desenvolvida directamente no local de trabalho do Colaborador à medida das necessidades específicas do seu contexto laboral.

Experiencia

Formações realizadas através da aplicação prática de conceitos que deverão ser apreendidos.

Acções de Dinamização

Acções de formação do tipo experiencial que permitem o desenvolvimento de competências através de actividades práticas, como por exemplo jogos.

A construção do Plano Anual de Formação do Banco Económico está assente num exercício de diagnóstico das necessidades sentidas por todas as áreas do Banco relativamente à existência de acções de formação.

Adicionalmente às necessidades de formação resultantes do diagnóstico efectuado junto de todos os responsáveis das diferentes Áreas/ Serviços do Banco e, em função de especificidades muito concretas e direccionadas de aprendizagem, o Plano Anual de Formação do Banco Económico incorpora:

Formações Exigidas por Lei

Formações sobre gestão de risco, sistema de controlo interno e de branqueamento de capitais e financiamento ao terrorismo.

Formações Propostas pelas Áreas Transversais do Banco

Formações solicitadas i) na sequência de necessidades identificadas para a obtenção de determinadas competências específicas de forma a cumprir com os objectivos da Direcção, ii) para a aquisição de conhecimentos sobre novos processos, novos produtos e serviços a prestar pelo Banco ou, iii) para a aquisição de conhecimentos sobre novos aplicativos informáticos em implementação no Banco.

Formações Propostas pelo Conselho de Administração do Banco

Formações centradas nos objectivos estratégicos e de desenvolvimento do Banco, sendo solicitadas na sequência de necessidades identificadas para a obtenção de determinadas competências específicas

Solicitações Individuais dos Colaboradores

Correspondem às indicações de formação por parte dos Colaboradores do Banco, revelando a necessidade de actualização ou mesmo de aquisição de novos conhecimentos



Aumento
do Volume
de Horas de
Formação
Face a 2017

O Plano Anual de Formação é aprovado pelo Conselho de Administração, juntamente com a Comissão de Gestão de Recursos Humanos. Após a aprovação deste Plano de Formação, a Direcção de Recursos Humanos comunica e publica o mesmo junto de toda a estrutura interna do Banco à medida que se aproximam as datas de realização das respectivas acções de formação.

Durante o exercício de 2018, as estatísticas das acções de formação desenvolvidas pelo Banco Económico demonstram que esta é efectivamente uma área prioritária para a instituição, assegurando deste modo o desenvolvimento das competências profissionais e pessoais dos Colaboradores do Banco.

	2017	2018
Área de Gestão	987	1 974
Área de Coordenação	1 495	3 474
Área Técnica/ Especializada	3 494	5 199
Área Operacional	1 813	2 995
Área de suporte	163	144

Volume de Horas de Formação

Excel, SAP, Técnicas Bancárias, ORACLE, Finanças, Recuperação de Crédito, Auditoria, Metodologia Agile, Cálculo Financeiro, Análise Financeira de Bancos, Gestão de Activos e Passivos...

Exemplos de Conteúdos Programáticos para 2019

- Cálculo Financeiro em Ambiente de Incerteza
- Análise e Técnicas de Recuperação de Crédito
- Análise Económico-Financeira das Empresas
- Gestão de Risco na Banca Governação de Risco em Sistemas de Informação
- *Trade Finance*
- Auditoria Interna
- Legislação, Contrato e Hipotecas

De modo complementar ao desenvolvimento do Plano Anual de Formação, o Banco Económico encontra-se empenhado na implementação/ reestruturação de alguns projectos que visam o reforço da capacitação contínua dos Colaboradores, integrando-os de forma mais eficaz na instituição e dando-lhes as bases para o desenvolvimento das suas carreiras no Banco.

Projecto “Balcão Escola”

O investimento do Banco Económico em formação e desenvolvimento ficou igualmente comprovado pela reestruturação do projecto “Balcão Escola”, o qual teve o seu início em 2005. Na sua génese, este projecto estava vocacionado para os novos Colaboradores que integravam as áreas comerciais do Banco. Em 2018, o referido projecto foi adaptado no sentido de se ajustar a uma nova realidade, na medida em que o recrutamento do Banco está actualmente mais vocacionado para Áreas internas/ de suporte, do que para Áreas comerciais, como acontecia em 2005.

Programa “+Talento”

Aliado ao projecto “Balcão Escola” surge, em 2018, o Programa “+ Talento”. Este programa formativo, que deverá ter a duração de 2 anos, pretende reforçar a cultura do Banco, estando agendado o seu início para Abril de 2019.

Este Programa encontra-se assente em três pilares de actuação: i) ADN Banco Económico: Promover um sentimento de pertença e maior alinhamento entre os Colaboradores e a forma de actuação do Banco, ii) Gestão e Liderança: Desenvolver competências de liderança e, iii) Foco no Cliente: Construir uma cultura de serviço de excelência junto dos Clientes do Banco Económico, reforçando a sua marca e posicionamento.

Benefícios aos Colaboradores

De forma complementar ao vencimento dos Colaboradores e ao investimento do Banco na formação e desenvolvimento dos mesmos, o Banco Económico tem igualmente proporcionado um conjunto de benefícios para os seus Colaborares e membros do seu agregado familiar.

O Banco Económico encontra-se focado em continuar a valorizar os seus Colaboradores e garantir o seu bem-estar, na medida em que estes constituem um dos principais activos da instituição.

Seguro de Saúde

O Seguro de Saúde Tranquilidade Advance Care abrange todos os Colaboradores do Banco Económico e os membros do seu agregado familiar. Este seguro compreende as coberturas de ambulatório, internamento, medicamentos, evacuação médica e repatriamento, maternidade e assistência em viagem, e engloba uma rede de prestadores em Angola, Portugal, África do Sul e Namíbia.

Crédito a Habitação

O Banco Económico possibilita aos seus Colaboradores o acesso a crédito a habitação com condições mais vantajosas, incluindo a aquisição de habitação própria, de terreno para construção, construção e realização de obras de conservação, beneficiação e ampliação de habitação própria permanente, entre outras possibilidades.

Crédito *Leasing*

O Banco Económico possibilita aos seus Colaboradores o acesso a crédito *leasing* com condições mais vantajosas, incluindo a aquisição de veículos novos para uso próprio, geradores novos para uso próprio e veículos ou geradores usados, em situações de retoma fruto do incumprimento por parte dos Clientes e/ ou veículos da frota do Banco.

Crédito ao Consumo

O Banco Económico possibilita aos seus Colaboradores o acesso a crédito ao consumo com condições mais vantajosas, incluindo a aquisição de bens e equipamento de utilização corrente e natureza não luxuosa.

3.3. Marketing e Comunicação

O Banco Económico tem vindo a desenvolver uma sólida estratégia de marketing, para comunicar os projectos do banco aos diferentes segmentos de clientes, parceiros, *stakeholders* e à sociedade angolana.

Com recurso a uma equipa especializada e multidisciplinar, o marketing do Banco Económico activa diversos instrumentos de comunicação para divulgação de campanhas institucionais, programas de responsabilidade social corporativa, lançamentos de novos produtos e serviços.

É também no departamento de marketing que se estruturam e desenvolvem as actividades de âmbito cultural, que são apresentadas na Galeria Banco Económico e no auditório do banco.

Comunicação Externa

Depósito Aniversário

Depósito alusivo ao aniversário do Banco Económico, para Clientes particulares e empresas. Este depósito, com uma maturidade de 3 meses, era constituído por taxas crescentes desde 4% (1º mês) até 22% (3º mês).



Depósito Rendimento Flexível

O conceito de poupança ainda enfrenta alguns desafios no mercado angolano.

Em linha com os objectivos do Banco em ser um agente activo na promoção da maior inclusão e literacia financeira em Angola, este depósito privilegiou modalidades de subscrição de maior prazo, de forma a estimular a constituição de poupanças mais sustentáveis, com uma taxa de rentabilidade mais atractiva.

Com uma taxa de rentabilidade até 12%, permitia o acesso imediato a um limite de descoberto na conta à ordem, para os casos em que o Cliente necessita de liquidez de forma inesperada.

Este depósito a prazo traduz mais um passo no compromisso assumido pelo Banco Económico em criar produtos e serviços inovadores e competitivos, que geram valor acrescentado para os Clientes e contribuem para o desenvolvimento da indústria bancária de Angola.

RENDIMENTO FLEXÍVEL

O DEPÓSITO A PRAZO SEMPRE DISPONÍVEL

Aplicação com taxa até 12%*, que garante a rentabilidade da sua poupança em caso de necessidade de liquidez imediata.

*Há limites de aplicação.

Banco Económico
Somos futuro.

DP Mundial

GANHE COMO UM CAMPEÃO

SUBSCREVA O DEPÓSITO QUE CRESCE ATÉ 18% SE ACERTAR NA SELECÇÃO VENCEDORA. RENOVA O CAPITAL APLICADO A TAXAS CRESCENTES ATÉ 20%* E AINDA PODE GANHAR UMA BOLA OFICIAL**.

Depósito a prazo a 9 meses
Exclusivo para novos fundos***

	1.º Investimento	2.º Investimento	3.º Investimento
A partir de 30.000 tzs	7,00%	10,00%	18,00%

Também disponível para subscrição online.

Banco Económico
Somos futuro

18 até

Para mais informações, ligue EconómicoCerto 222 693 810 / 923 544 244 ou consulte www.bancoeconomico.ao

Depósito Mundial

O Banco Económico inspirou-se no campeonato do Mundo de Futebol de 2018 para lançar o Depósito a Prazo Mundial, com uma maturidade de nove meses, com uma taxa crescente até 18% e com possibilidade de bonificação de mais de 2% na renovação do depósito.

O Banco desenvolveu uma forte campanha audiovisual, no sentido de aumentar o impacto da mesma, nomeadamente: televisão, rádio, imprensa escrita, meios digitais, agências do Banco e *Outdoors*

Crédito Pessoal

Este produto de crédito pessoal entrou em comercialização em Agosto de 2018, tendo como principal objectivo reforçar a oferta de crédito do Banco Económico, dando assim resposta às necessidades de consumo por parte de Clientes Particulares (nomeadamente, pertencentes ao segmento de retalho e *affluent*). Adicionalmente, com este produto, o Banco pretendeu reforçar os níveis de fidelização dos seus Clientes actuais, atrair novos Clientes e potenciar negócios de *cross-selling*, nomeadamente através da captação de salários, canais de transaccionalidade e seguros.

**CRÉDITO PESSOAL
O FUTURO TEM
A FORMA
DO SEU SONHO**

Para todos os seus projectos, pequenos ou grandes, conte com o Crédito Pessoal do Banco Económico. Conheça aqui as condições e continue a sonhar alto.

Para mais informações consulte o seu gestor.
Banco Económico, S.A. 222 493 810 | 923 500 268
www.bancoeconomico.ao

B BancoEconómico
Somos futuro

Depósito Raízes

Depósito a prazo exclusivo para clientes das agências localizadas fora de Luanda, criado para facilitar o acesso a produtos de poupança a grupos da população de menor renda ou com menor propensão a poupar.

Com esta aplicação de poupança a prazo, o Banco visou captar novos clientes, fomentar o hábito de poupança e marcar uma maior presença local do Banco em cada província com uma comunicação local apelativa aos hábitos e raízes tradicionais.

DEPÓSITO RAÍZES

A POUPANÇA À MEDIDA DA NOSSA PROVÍNCIA

O Banco Económico criou um depósito especial para as famílias da nossa terra.

Poupe a partir de 10 000 Kz



Depósito Saldos Xyami

Oferta especial para o balcão Xyami durante o período da campanha de saldos Xyami - Nova Vida de 14 de Setembro a 21 de Outubro de 2018, com benefícios especiais para novos clientes e depósito a prazo promocional para novos recursos.

O produto contou também com a oferta de *smartphones* a cada 50ª subscrição e desconto de saldo pela contratação de seguro Auto.



DEPÓSITO Saldos XYAMI

APROVEITE ESTA OPORTUNIDADE

Depósito a prazo a 90 dias, com juros até 11% (TANB)* pagos no primeiro dia. Subscrição válida de 14 de Setembro a 21 de Outubro de 2018.

Exclusivo para novos fundos.

OUTRAS OFERTAS

- Isenção de comissão de manutenção de conta até ao final de 2018 para novos clientes
- Desconto de 5% na subscrição do Seguro Auto Valor ou Prestígio

**TANB taxa anual nominal fixada

Para mais informações, contacte o seu gestor, figure EconómicoDirecto 222 693 610 / 923 166 266

Banco Económico
Somos futuro

HABILITE-SE A GANHAR UM SMARTPHONE
Oferta limitada a 1000 unidades



RECEBIMENTO FÁCIL
O SERVIÇO QUE FACILITA A GESTÃO DA TESOURARIA DA SUA EMPRESA

O Recebimento Fácil

Serviço que permite às empresas submeter através do EconómicoNet a informação necessária, para gestão dos dados de pagamentos para os seus clientes, permitindo que estes fiquem disponíveis para pagamento no banco económico e em todos os canais da Rede Multicaixa.

Deste modo, o Banco Económico desenvolveu uma solução completa, que isenta as empresas dos custos inerentes ao desenvolvimento de ferramentas de gestão de tesouraria, tornando-se o único Banco com uma solução totalmente integrada.

Seguro Empleados Domésticos

Seguro de Accidentes Personais destinado a garantir aos empregados domésticos, motoristas, entre outras pessoas que prestem serviço no domicilio dos nossos clientes, um nível de protecção em caso de ocorrências que resultem em despesas com tratamentos médicos, morte ou invalidez permanente e incapacidade temporária por internamento hospitalar.

Este produto teve como objectivos do Banco de alargar a base de produtos de seguros e conferir um leque de produtos de protecção adicionais que confirmam conforto financeiro aos clientes.

SEGURO EMPREGADOS DOMÉSTICOS

PROTEJA QUEM CUIDA DO SEU LAR

B BancoEconómico
Somos futuro

The advertisement features a woman in a blue apron and a man in a dark suit and cap, both smiling. The woman is holding a red bucket with cleaning supplies, including a spray bottle and gloves. The background is a light, textured purple.

Fundo de Pensões Unitel

O Fundo de Pensões dos Trabalhadores da Unitel é uma opção complementar à Segurança Social que garante o acesso a uma poupança futura, salvaguardando a qualidade de vida do colaborador na idade da reforma.

Trata-se de um Fundo Fechado, reservado aos Colaboradores, e com um Plano de Pensões Contributivo, isto é, com os Colaboradores e a UNITEL como únicos financiadores do Fundo, contribuindo em conjunto, mensalmente, para a criação e acréscimo do seu património.



Feiras e Eventos

De forma complementar à realização de campanhas promocionais dos produtos e serviços, o Banco Económico desenvolveu igualmente diversas acções como a participação e apoio a feiras e eventos que permitem fazer *brand awareness* no mercado, a presença de quadros do banco em conferências e congressos, bem como a realização

de iniciativas próprias; estas acções possibilitam o reforço da estratégia da marca como banca relacional, procurando momentos de proximidade com os seus clientes e potenciais clientes em ambientes distintos.

01. Congresso da Ordem dos Médicos

Realizado de 25 a 26 de Janeiro de 2018, no Centro de Convenções de Talatona, no qual o Banco participou como patrocinador e expositor.



02. 1º Congresso do Sindicato dos Médicos em Angola

Congresso dirigido a médicos e estudantes de medicina, destinado à apresentação pública do projecto de Estatuto do Sindicato. Teve lugar no dia 27 de Janeiro de 2018, no Royal Plaza Hotel, com o patrocínio do Banco Económico.



03. Sessão solene do 1º Congresso de Produção Nacional

Evento que decorreu no dia 13 de Abril, na Casa de Viana, destinado à apresentação ao Congresso do programa da Confederação Empresarial de Angola "CEA" e da campanha "1000 Projectos". O Banco esteve presente enquanto patrocinador do Congresso.



04. Feira Internacional de Benguela

Feira que teve lugar nos dias 16 e 20 de Maio, no estádio de Ombaka. O Banco participou neste evento como expositor, promovendo o depósito a prazo Mundial e soluções de *Leasing*.



05. Feira Internacional das Embaixadas

Realizou-se no Museu das Forças Armadas, entre os dias 24 e 26 de Maio, e contou com o apoio institucional do Banco Económico. Esta foi a 2ª edição da FIE, em alusão ao 55º aniversário da Fundação da Organização da Unidade Angolana.



06. Feira Internacional da Banana (FEIBA)

Realizou-se entre os dias 14 e 16 de Junho, na província do Bengo. O Banco participou neste evento como expositor, promovendo a abertura de contas e o depósito a prazo Mundial.



07. 1º Congresso de Produção Nacional

Evento que se realizou entre os dias 27 e 28 de Junho na Casa de Viana, organizado pela CEA, com o objectivo de apoiar e promover o relançamento do programa de diversificação da economia nacional.



08. VIII Fórum Banca

Encontro anual da banca, realizado a 29 de Junho no Hotel Epic SANA, em Luanda. "Qual o melhor regime cambial para Angola?" foi o tema em destaque na edição deste ano, que reuniu profissionais e autoridades ligadas ao sector, empresários e quadros superiores.



09. Expo-Kongo

Realizou-se entre os dias 5 e 8 de Julho, na cidade de Mbanza Kongo, província do Zaire, evento no qual o Banco prestou apoio institucional.



10. Feira Internacional de Luanda (FILDA)

Feira multi-sectorial que se realizou pela primeira vez na ZEE (zona económica especial), entre os dias 10 e 14 de Julho. O Banco participou neste evento como expositor, promovendo a abertura de contas, o depósito a prazo Mundial e soluções de *Leasing*.



11. Expo-Huíla

A Expo-Huíla decorreu entre os dias 8 e 12 de Agosto, na cidade do Lubango.



12. Patrocínio *Workshop Creating new Opportunities*

Participação enquanto patrocinador institucional na UK Angola Chamber of Commerce, no dia 28 de Agosto.



UK ANGOLA
Chamber of Commerce

13. Feira de Emprego na Universidade Agostinho Neto

Realizada em Luanda entre os dias 3 e 5 de Setembro, com o objectivo de captar recém-formados e estagiários.



14. Feira de Emprego Jobartis

Feira que se realizou no HCTA, entre os dias 7 e 9 de Setembro, com o objectivo de captar recém-formados e estagiários.



15.
**Feira Académica
Universidade Católica de Angola**

Evento realizado entre os dias 10 e 14 de Setembro, cujo principal objectivo se centrou na abertura de novas contas por parte dos participantes e na promoção da banca digital.



16.
Feira do Investidor – CMC

Feira que decorreu entre os dias 3 e 5 Outubro na mediateca de Luanda.



17.
**II Jornadas Científico Metodológicas
da Força Aérea Nacional**

Estas jornadas decorreram entre os dias 18 e 19 Outubro, na base Aérea da Catumbela (Benguela).



18.
Fórum Mercado de Capitais

Evento patrocinado pelo Banco, com o tema “O papel dos Investidores na Diversificação da Economia” realizado no dia 20 de Novembro no Centro de Convenções de Talatona.



19. ABANC, Formação sobre a IFRS 9

Destinada a todos os Bancos associados, em parceria com a KPMG, esta formação teve lugar nos dias 21 e 22 de Novembro de 2018, tendo contado com a cedência do espaço do Auditório Banco Económico.



20. Conferência sobre a Transformação Digital na Banca

Promovida pela Revista Economia & Mercado, esta conferência contou com o patrocínio do Banco, tendo acontecido no dia 28 Novembro, no Hotel Trópico em Luanda.



21. Jazz no Kubico/ Fusion 2018

Movimento artístico alternativo realizado em Luanda, que juntou artistas nacionais e internacionais de diversos sectores. O Banco participou neste evento enquanto patrocinador.



22. Clube Ténis de Luanda

O Banco tem contribuído para o financiamento de obras mais profundas por parte deste Clube de Ténis, tirando simultaneamente partido deste espaço para a divulgação da sua marca.



23. Recital de Poesia As Rosas e as Delícias

Recital de poesia organizado pelo Movimento Levarte e apoiado pelo Banco Económico, exclusivo para mulheres no dia 15 de Março em comemoração ao Março Mulher.



24. Mês da Francofonia Curtas Metragens

O Banco Económico apoiou a *Alliance Française* na organização de um festival de cinema de curtas metragens francófonas com o objectivo celebrar o mês da francofonia



25. Café com Livro

Dentro das comemorações do mês da mulher, o Banco Económico apoiou o Movimento Levarte na organização da primeira edição da iniciativa "CAFÉ COM LIVRO que teve como tema "Representação do Feminismo na Escrita Literária".



26. Show Room de Arte Untitled 01

Exposição de arte contemporânea colectiva, patente de 21 de Março a 20 de Abril, com obras e artistas em sistema de rotatividade que permitiu assegurar uma exibição cultural mais dinâmica, reunindo mais de 40 obras de mais de 20 artistas, com estéticas e técnicas diversificadas, e diferentes níveis de experiência.



27. Yog'Arte

O Banco Económico realizou mais uma actividade inovadora para promover o bem-estar, numa sessão muito especial de fusão de *Yoga* com arte, proporcionando uma partilha de aspectos fundamentais para o universo feminino, para alcançar uma maior autoconsciência e qualidade de vida.



28. Modernismo Africano Arquitectura da Independência

O Banco e o *Goethe-Institut* Angola, apresentaram de 28 Abril a 25 de Maio a exposição fotográfica que integrou imagens de 80 edifícios de cinco países africanos e retratou a modernidade, a busca de identidade e a ousadia arquitectónica inspiradas pelas conquistas das suas independências.



29. 2º Edição Golf Tournament Invitational

O banco realizou a 22 de Setembro a 2ª edição do Torneio de Golf no "*Golf Resort Mangais*" com o objectivo de gerar um momento de convívio, em contexto desportivo, e estimular uma modalidade que está a registar cada vez mais praticantes em Angola. O dia terminou com uma cerimónia de entrega dos prémios, na Galeria do Banco Económico, num cocktail com muita animação.



30. Expo Wakpon

A *Alliance Française* de Luanda, apresentou a 19 de Junho, uma exposição inovadora de arte contemporânea, baseada na tecnologia de realidade aumentada que integrou 10 representações de panos africanos que escondiam mais de 40 obras de artistas contemporâneos de África, apenas visíveis através de uma aplicação criada pela Fundação Zinsou.



31. Exposição Ser Cidade

Exposição colectiva, que juntou quatro dos mais conceituados artistas contemporâneos de Angola - Cristiano Mangovo, Nelo Teixeira, Ricardo Kapuka e Paulo Kussy- e dois novos talentos angolanos, em torno de uma reflexão sobre o conceito existencial de cidade.



32. Exposição Panorama

Primeira exposição individual de Mónica de Miranda a ser exibida em Angola. A mostra integrou um total de 33 peças de fotografia, algumas delas inéditas com temáticas relacionadas com as geografias afectivas, poéticas de pertença e os processos de construção da identidade.



33. Show Cooking Chef Ricardo Helton

O Banco Económico organizou a 7 de Dezembro, um evento exclusivo para clientes Umoxi, em comemoração ao aniversário deste segmento. A experiência gastronómica apoiou-se numa fusão de *Art & Gourmet*.



3.4.

Responsabilidade Social

O Banco Económico assume um compromisso com os seus Colaboradores, mas igualmente com a sociedade civil de Angola.

O Banco Económico assume-se como uma instituição de referência no âmbito do desenvolvimento de acções de responsabilidade social, com o objectivo de apoiar quer os seus Colaboradores quer a sociedade civil em geral. Neste sentido, e com o objectivo de realizar vários projectos sociais, o Banco Económico constituiu um Fundo de Solidariedade que é financiado através de contribuições mensais por parte dos seus Colaboradores. Adicionalmente, a esta contribuição financeira mensal, os Colaboradores do Banco Económico participam de forma activa e voluntária em diversas acções de responsabilidade social. Durante o ano 2018, o Banco realizou diversos projectos que impactaram na área da Saúde, Educação, Desporto, Meio Ambiente, Cultura e Artes.

... A Missão Social do Banco Económico consiste em Criar Valor para um Futuro Sustentável em Angola.

 Educação

 Saúde

 Cultura e Artes

 Meio Ambiente

 Colaboradores

Educação 43,8 milhões de AOA

Bolsas de Estudo Externas

Este projecto tem por objectivo garantir o acesso a educação de qualidade, ajudar a reduzir a taxa de abandono escolar e contribuir para a criação de quadros em Angola, ajudando as pessoas com mais dificuldades financeiras. Em 2018, foram disponibilizadas 100 bolsas de estudo



Soletrar Angola

Este projecto pretende estimular o conhecimento linguístico dos alunos, incentivar o gosto pela leitura e colmatar as dificuldades sentidas a nível académico. Na 4ª edição deste concurso participaram 18 escolas, tendo os participantes de soletrar correctamente o maior número de palavras e os seus significados.



Aprendizes do Bem

Este projecto é resultado do empenho de cinco jovens do Município do Cazenga que decidiram criar uma escola, contando com o apoio do Banco Económico desde 2016. Actualmente, frequentam a escola 342 crianças e 40 adultos. No âmbito das várias actividades dinamizadas pelo Banco, foi desenvolvida a iniciativa "Económico regresso às aulas" em prol das crianças dos projectos "Aprendizes do Bem" e "Debaixo da Tenda". Cada criança recebeu um kit escolar composto por caderno, lápis, lapiseira, afia-lápis, borracha e um jogo. Para a escola foram oferecidos apagadores, giz e marcadores.



Saúde ²⁷ milhões de AOA

Gota a Gota dê Vida a Quem Precisa

Desde 2016, o Banco Económico desenvolve em parceria com o Instituto Nacional de Sangue, campanhas de doação de sangue, quer em Luanda quer nas restantes províncias, contribuindo para a redução do número de mortes. Foram realizadas até 2018, 11 campanhas sendo que o ano de 2018 foi o melhor ano em termos de litros de sangue recolhido.



Instituto Angolano de Controlo de Câncer

Em parceria com a empresa de construção Zinia S.A, o Banco custeou a construção de um reservatório de água para toda a unidade hospitalar, bem como a remodelação da sala de espera da unidade pediátrica.



Cerimónia Dia do Dador

Em parceria com o Instituto Nacional de Sangue, foi realizada uma actividade no cine Atlântico sobre o tema "Faça a diferença na vida de alguém, dê sangue e partilhe a vida".



Apadrinhamento do Hospital Municipal de Cacuaco

Protocolo com o Hospital, com o objectivo de mitigar as dificuldades sentidas, doando material com uma regularidade semestral e material gastável com uma periodicidade trimestral. O Banco Económico acordou também dinamizar várias actividades ao longo do ano (por exemplo: Festa de Natal), bem como realizar visitas ao Hospital.



Cultura e Artes

6,9
milhões de AOA

Visitas Banco Económico

Este projecto tem por objectivo proporcionar às crianças do projecto "Aprendizes do Bem" a realização de visitas (por exemplo: Museu da Moeda), fomentando valores éticos, morais e educativos, ampliando horizontes e demonstrando que no futuro elas poderão "ser aquilo que quiserem".



Gala Miss Mundo Angola

Esta gala representou um concurso de beleza, cuja vencedora participou no "Miss World", realizado na China, sendo este o maior evento de beleza e cultura do Mundo. De referir que, 10% das receitas de bilheteira foram deslocadas para ajudar a ANCAA (Associação Nacional de Cegos e Ambíopes de Angola), uma instituição dedicada ao apoio de pessoas portadoras de cegueira.



Meio Ambiente 2,0 milhões de AOA

Jardim Banco Económico

O projecto "Jardim Banco Económico" consistiu na recuperação e manutenção do jardim localizado na travessa adjacente ao Edifício Sede.



Natal Sustentável

O Banco Económico propôs um Natal mais ecológico, sensibilizando os Colaboradores e a sociedade civil para hábitos de consumo mais sustentáveis e para a importância da reciclagem. O Banco construiu uma árvore de Natal com seis metros de altura, reutilizando mais de 700 garrafas de plástico. Adicionalmente, o Banco promoveu diversos espectáculos e concertos.

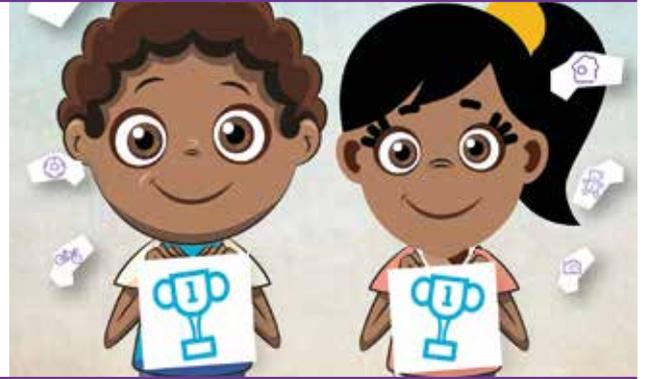


Colaboradores

145,47
milhões de AOA

Poupança Staff Kids

Com o objectivo de promover a educação financeira dos Colaboradores e seus filhos, o Banco Económico presenteou estes últimos com um produto poupança júnior. Actualmente, existem 741 contas abertas.



Consultório Médico

De forma a facilitar o acesso mais rápido e mais próximo a cuidados de saúde, o Banco Económico criou em 2016 o seu próprio Consultório Médico. Em 2018, foram realizadas 432 consultas.



Dia Mundial da Luta Contra o HIV

Companha de sensibilização sobre o vírus da SIDA no auditório do Banco, alertando os participantes para a necessidade do uso de preservativo. Foi também realizada uma peça teatral, desenvolvida através da parceria com o Grupo Henrique Artes.



Museu Regional da Huíla

O Banco Económico procedeu ao patrocínio de 1.000 catálogos denominados "A Herança Secular dos Povos do Sul de Angola", os quais pretendem divulgar todo o acervo cultural do museu e de toda a região.



Celebração Dia de África

De forma a celebrar o dia de África (25 de Maio), o Banco convidou os seus Colaboradores a participarem num conjunto de actividades que se realizaram no Edifício Sede do Banco Económico.



Por um Ano em Forma

O Banco Económico em parceria com a Samora Fit desenvolveu o projecto "Por um ano em forma", com o objectivo de incentivar os Colaboradores à prática desportiva e à adopção de hábitos de vida saudáveis. Foram realizadas 3 actividades em 2018, envolvendo Colaboradores, familiares e sociedade civil.



Ginásio Banco Económico

O Ginásio Corporativo Banco Económico foi criado com o objectivo de promover a prática de exercício físico. Este ginásio é gerido em parceria com a Samora Fit, sendo que os Colaboradores do Banco pagam apenas um valor simbólico, o qual é revertido para o Fundo de Solidariedade do Banco Económico.



Grupo Desportivo Recreativo e Cultural

O Grupo Desportivo Recreativo e Cultural do Banco organizou em 2018 um torneio interno de futsal, bem como um torneio externo envolvendo equipas de outras instituições bancárias.



Sendo os Colaboradores do Banco Económico os principais agentes de responsabilidade social, bem como a força motriz da própria instituição, foram igualmente desenvolvidas em 2018 diversas actividades focadas quer nos seus familiares, nas áreas de Desporto, Cultura e Artes, Literacia Financeira, Social e Saúde.

Mês da Criança

No mês da criança (Junho) foi realizada uma actividade para os filhos dos Colaboradores do Banco, envolvendo a participação de 300 crianças. Esta actividade implicou um custo de 180 mil AOA, totalmente custeado pelo Banco.

Projectos Habitacionais do Estado

O Banco Económico abraçou o projecto definido pelo Estado Angolano, de forma a que todos os Colaboradores possam adquirir uma habitação própria. Adicionalmente, o Banco proporcionou o acesso a crédito habitação com condições mais vantajosas para os seus Colaboradores, sendo que 450 Colaboradores concorreram para a aquisição de habitação própria.

Exposição Fotográfica Banco Económico

Concurso de fotografia dirigido a todos os Colaboradores do Banco, em que o vencedor teve como prémio um *Workshop* de Fotografia Profissional. Foi realizado um leilão às fotografias expostas, tendo o valor arrecadado sido doado integralmente à "Casa dos Rapazes do Huambo". Esta instituição acolhe actualmente 55 crianças, para além da ajuda que proporciona a crianças de rua.

Apoio no Falecimento

O Banco proporcionou apoio aos seus Colaboradores no momento do falecimento de um familiar directo (mãe, pai, cônjuge e filhos). O Banco apoia igualmente os familiares do Colaborador, em caso de falecimento do mesmo. Em 2018, recaíram sobre o Banco, custos no total de 2,7 milhões de AOA.

Voucher Natal

O Banco Económico ofereceu um presente a todos os seus Colaboradores, nomeadamente um cartão para compras nas lojas Kero ou Nosso Super no valor de 20.000 AOA. Esta iniciativa teve um custo para o Banco na ordem dos 20,4 milhões de AOA.

Transporte Interno Colectivo

Tendo em conta o trânsito que se faz sentir em Luanda, bem como a ausência de transportes públicos, o Banco criou um transporte interno colectivo. Este transporte é constituído por 6 carros distribuídos por 5 rotas. O custo anual desta iniciativa é de 72,0 milhões de AOA.

Apoio aos Colaboradores

Esta ajuda aos Colaboradores e seus familiares é realizada por via de créditos solidários (valor cedido por um período de 1 ano sem juros) e fundos perdidos (valor cedido sem possibilidade de retorno). O Fundo de Solidariedade concedeu aproximadamente 1,3 milhões de AOA.

Visita à Assembleia Nacional

Realização de uma visita guiada ao Edifício Sede da Assembleia Nacional com o objectivo de formar os participantes sobre os Órgãos de Soberania da República de Angola. Esta iniciativa envolveu 26 crianças descendentes dos Colaboradores do Banco e teve um custo de 39 mil AOA para o Fundo de Solidariedade.

3.5. Prémios e Reconhecimento

Em 2018, o Banco Económico continuou a ser reconhecido como um Banco centrado no Cliente. O Banco tem sido premiado pela reestruturação da sua organização, revitalização da sua imagem e pelo financiamento de grandes projectos em Angola. O Banco Económico tem-se destacado também pelo seu pioneirismo na área da responsabilidade social empresarial e inclusão financeira, bem como na evolução dos seus canais digitais e desenvolvimento de soluções tecnológicas mais avançadas.

2016

“Best Internet Bank Angola”

Global Banking & Finance Review Awards

“Best Bank Governance”

Capital Finance International Awards (CFI.co)



2017

“Best Mobile Banking Application Angola”

Global Banking & Finance Review Awards

“Best Bank Governance”

Capital Finance International Awards (CFI.co)



2018

“Best Mobile Banking Application Angola”

Global Banking & Finance Review Awards



3.6.

Tecnologia, Transformação e Inovação

Visão Geral

O Banco Económico tem vindo a consolidar o seu posicionamento no mercado através da adopção de uma estratégia de segmentação dos seus Clientes, desenvolvendo produtos e serviços cada vez mais digitais e personalizados às necessidades específicas de cada tipologia de Cliente e procurando antecipar as suas tendências de consumo.

Paralelamente a esta estratégia de segmentação, e de reforço das suas políticas, processos, metodologias e de gestão da qualidade, o Banco Económico tem vindo a concretizar investimentos significativos na vertente tecnológica, nomeadamente na modernização da sua infra-estrutura, sistemas de suporte e canais digitais.

O trabalho desenvolvido pelo Banco tem contribuído para o crescimento e fortalecimento do seu modelo operacional e do atendimento prestado aos Clientes. O objectivo será continuar a gerar valor de forma a: i) ser capaz de reter e extrair mais valor dos Clientes actuais e, ii) atrair novos Clientes, pertencentes aos diversos segmentos.

Neste seguimento, ao longo de 2018, o Banco Económico definiu a sua estratégia de inovação digital: B.digital. Esta estratégia pretende reformular e reinventar a marca, o posicionamento e o modo de actuação do Banco, tornando-o uma referência no sistema bancário angolano no que respeita à inovação e oferta digital.



B Digital

Programa de Transformação Digital do Banco Económico

Tendo em consideração a visão do Banco Económico e a avaliação do mercado onde actua, assim como do seu posicionamento actual e dos seus concorrentes, foram definidas as seguintes prioridades estratégicas:

Atrair Novos Clientes com especial atenção nos segmentos *Affluent*, *“Up mass-market”* e PME, proporcionando experiências distintas, inovadoras e disruptivas.

Capturar Mais Valor da base de Clientes, disponibilizando produtos e serviços inovadores alicerçados em soluções digitais.

Aumentar a Retenção de Clientes tornando a relação com os Clientes mais próxima e, sobretudo, mais activa.

Diferenciar a Marca construindo a identidade digital do Banco Económico.

Melhorar a Eficiência Operacional através da simplificação, automatização e desmaterialização de processos, e consequente redução de custos operacionais.

Reforçar os Canais Digitais desenvolvendo produtos cada vez mais personalizados e que permitam a realização de operações à distância e em múltiplos canais.

Reduzir Custos resultantes da capacidade de servir novos Clientes através da actual rede de agências e reduzir o *“cost-to-serve”* pela indução de comportamentos de *self-service*.

De forma a endereçar estas prioridades estratégicas, foram definidas três áreas de actuação principais: i) Eficácia Comercial, ii) Canais Digitais, e iii) Eficiência operacional.

A transformação digital do Banco exige que diversos pilares da organização sejam endereçados, alavancando a componente tecnológica para potenciar o negócio e a actividade. Neste sentido, e para que o Programa de Transformação Digital seja uma realidade efectiva para o Banco Económico, foram identificados 7 pilares fundamentais: abordagem à digitalização, modelo orgânico, equipa e competências, metodologias de trabalho, cultura, parcerias/ *fintechs* e relação com outras entidades (por exemplo: BNA, EMIS, Telco).

Em 2018, destaca-se igualmente o projecto de modernização do actual *core* bancário Flexcube (Oracle), introduzindo novos desenvolvimentos e funcionalidades, com ganhos significativos de eficiência operacional, redução de risco e eficácia comercial.

Relativamente à segurança da infra-estrutura, e no âmbito do melhoramento do controlo de acessos à rede, o Banco redefiniu uma solução mais robusta de *firewalls* para equipamentos. Adicionalmente, foi aprovada a Política Global de Segurança de Informação e nomeado um coordenador para o Núcleo de Segurança de Informação, que terá como função assegurar a conformidade da Política e proporcionar um ambiente adequado para o desenvolvimento do plano de gestão da segurança de informação. De forma complementar a esta política, foram elaboradas diversas normas e políticas de segurança de informação que deverão ser aprovadas ao longo de 2019. Em 2018, o Banco esteve também empenhado na execução e validação dos controlos obrigatórios da SWIFT Customer Security Program 2018, de modo a estar em conformidade com as normas definidas pela mesma.

Abertura de Conta Totalmente Digital

Maior Eficiência, Simplicidade, Rapidez e Comodidade

Os primeiros resultados do Programa de Transformação Digital do Banco Económico já se fizeram sentir em 2018 através da disponibilização do EconomicoNet e EconomicoNet App.

Mais recentemente, o Banco deu um novo passo em frente através da adopção de uma nova solução tecnológica que veio simplificar significativamente o processo de abertura de conta. Este passou a ser um processo inovador e totalmente desmaterializado, onde os tradicionais formulários em papel foram substituídos por documentos digitais, os quais passam a ser assinados pelos Clientes com recurso a uma caneta digital.

Os benefícios deste novo processo de abertura de contas são evidentes. Permite maior eficácia, simplicidade, rapidez e oferece maior comodidade aos Clientes quando se deslocam a uma agência para abrir a sua conta, proporcionando uma experiência de excelência num processo tradicionalmente penoso. Para além destes benefícios, este novo modelo permite também total mobilidade às equipas comerciais do Banco Económico, que passam a poder efectuar a abertura de contas no local de preferência do Cliente, sem que este tenha a necessidade de se deslocar às agências do Banco.

FUTURO DIGITAL

O universo digital é onnipresente na civilização global, palco de todas as tecnologias. As plataformas da área financeira disseminam conhecimento e facultam meios para as mais sofisticadas operações bancárias, ligando pessoas e empresas de modo fácil, rápido e seguro. Assegurando proximidade, fomentam a criação de riqueza com uma subtil combinação entre desejo e realidade.



SISTEMA DE CONTROLO INTERNO

4.1. Visão Geral

4.2. Função *Compliance*

4.3. Função de Auditoria Interna

4.4. Função Risco

4.1.

Visão Geral

O Banco reconhece que, no contexto actual, o sucesso das instituições não depende apenas da perspicácia dos gestores para o negócio, mas igualmente da capacidade de adaptação a novas tendências e exigências, mantendo elevados padrões de integridade e conformidade. Neste sentido, o Banco Económico dispõe de um Sistema de Controlo Interno robusto e devidamente alinhado com as melhores práticas internacionais.

O Banco encontra-se determinado a garantir que conduz a sua actividade em conformidade com os mais altos padrões éticos, colocando em prática métodos de actuação e comportamentos que permitam assegurar que os serviços do Banco não são usados como plataforma para operações fora das normas legais e regulamentares que regem a instituição.

Neste sentido, adicionalmente às funções de fiscalização do Conselho Fiscal e do Auditor Independente, o Banco Económico, em linha com a regulamentação em vigor, implementou a Função Risco, Função *Compliance* e Função de Auditoria Interna.

Função Risco

A Função Risco visa identificar, avaliar, acompanhar e reportar todos os riscos materialmente relevantes a que o Banco Económico se encontra exposto, quer interna como externamente, de modo a que os mesmos se mantenham em níveis adequados e não afectem negativamente a situação patrimonial do Banco. Para tal, o Banco dispõe de uma estrutura sólida para a prevenção e controlo de riscos, constituída pelo Comité de Risco, Comité de Tesouraria, Comité de Controlo, Direcção de Risco e Controlo de Crédito, Direcção de *Compliance*, Direcção de Auditoria Interna, Direcção de Controlo Interno e Risco Operacional e Gabinete de Gestão de Risco.

Função *Compliance*

A Função *Compliance* é responsável por assegurar que o Banco Económico e todos os membros dos seus Órgãos Sociais, Directores e Colaboradores, cumprem escrupulosamente todas as exigências legais, estatutárias, operacionais, éticas e de conduta que lhes são aplicáveis. Adicionalmente, deverá garantir o cumprimento da Política de *Compliance* do Banco, bem como avaliar os processos de prevenção e detecção de actividades criminosas, incluindo a prevenção do branqueamento de capitais e do financiamento ao terrorismo (BC/ FT). No âmbito das suas funções deve ainda planear, desenvolver e manter uma relação efectiva com as entidades reguladoras.

Função de Auditoria Interna

A Função de Auditoria Interna actua de forma permanente e independente de qualquer outra função ou unidade, e tem como missão proporcionar ao Conselho de Administração uma garantia independente sobre a qualidade e eficácia dos processos e sistemas de controlo interno, de gestão dos riscos e de governação. A actuação das equipas de auditoria interna está alicerçada nos princípios dispostos no Aviso nº 2/2013 do Banco Nacional de Angola e em documentos normativos internos, nomeadamente: Código de Conduta, Regulamento Interno de Auditoria e Manual de Auditoria Interna.

Neste sentido, as diversas funções, direcções, políticas e procedimentos implementados pelo Banco Económico têm contribuído para uma melhoria contínua do Sistema de Controlo Interno do Banco, que se encontra devidamente alinhado com as melhores práticas internacionais, bem como para a protecção do valor da instituição, da sua solvência e reputação.

Principais desenvolvimentos em 2018

Tendo em consideração o foco do Banco Económico no fortalecimento do seu Sistema de Controlo Interno, foram desenvolvidas, em 2018, as seguintes actividades/ iniciativas:

Políticas e Procedimentos

1

Revisão do Catálogo de Processos do Banco;

2

Revisão do Catálogo das Políticas/ Manuais e Regulamentos do Banco;

3

Formalização e aprovação da Política de Conflito de Interesse, Política de Transacções com Partes Relacionadas e Código de Conduta;

Código de Conflito de Interesses

Esta política assenta nos seguintes princípios: i) Garantir que os Colaboradores, no desenvolvimento das suas funções, não actuam em benefício próprio, ii) Assegurar a segregação de funções de forma a evitar situações de conflitos de interesses e contribuir para que as mesmas sejam desempenhadas correctamente, iii) Garantir que o Colaborador se abstém do uso de informação privilegiada.

Política de Transacções com Partes Relacionadas

Esta política assenta nos seguintes princípios: i) Promover a transparência e o pleno respeito no âmbito de actuação com as partes relacionadas, ii) Garantir a formalização de processos, especificando as principais condições obrigatórias e necessárias para a análise das Partes relacionadas e, iii) Zelar pela divulgação tempestiva e clara das Demonstrações Financeiras da sociedade com detalhe suficiente para a identificação das Partes relacionadas e das condições fundamentais para a realização das transacções.

Código de Conduta

O Banco Económico tem como missão criar valor para os Clientes, através da oferta de produtos e serviços financeiros de qualidade, observando rigorosos padrões de conduta e responsabilidade corporativa, garantindo assim uma gestão transparente e isenta.

Formação

1

De acordo com o Plano Anual de Formação, foi reforçada a capacitação dos Colaboradores sobre as matérias de *Compliance* e Branqueamento de Capitais e Financiamento ao Terrorismo, tendo o Banco formado 926 Colaboradores sobre estes temas.

2

Realização de *workshops* sobre *Compliance* e AML.

3

Revisão e aprovação da Política de Formação do Banco.

Sistemas

1

Implementação de solução para monitorização do risco de AML.

2

Aquisição da aplicação de suporte para documentação de processos e monitorização das oportunidades de melhoria.

Reportes

1

Submissão de reportes de gestão e regulamentação, nomeadamente:

— Reporte à Administração Central Tributária de Clientes com estatuto FATCA.

— Reportes periódicos regulamentares (CMC e BNA).

— Reporte anual de Governança Corporativa à CMC e de Governança Corporativa e Sistema de Controlo Interno ao BNA.

2

Resposta aos questionários de KYC das entidades nacionais e internacionais.

Áreas de Foco em 2019



Promover a formação e certificação dos Colaboradores das Áreas de Controlo



Elaborar um plano de comunicação e sensibilização, transversal a todo o Banco, para enraizar a cultura de *Compliance*



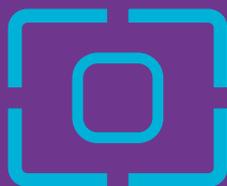
Consolidar o plano de transformação do Banco, para garantir a automatização de processos



Garantir a formalização e revisão periódica de políticas e processos



Instituir a avaliação do Risco de Branqueamento de Capitais e Financiamento ao Terrorismo do Banco



Robustecer e aprofundar os processos de controlo do risco de Branqueamento de Capitais e Financiamento ao Terrorismo



Implementar um canal de denúncias sobre potenciais violações identificadas ao Código de Conduta

4.2.

Função *Compliance*

De acordo com o Banco Nacional de Angola, e no âmbito do Sistema de Controlo Interno das instituições financeiras, estas devem instituir na sua estrutura de governação, a Função *Compliance* e a respectiva posição de *Compliance Officer*.

No sentido de fortalecer e adequar as instituições financeiras aos padrões internacionais sobre o Branqueamento de Capitais e Financiamento ao Terrorismo (BC/ FT), a Lei nº 34/11 estabelece a necessidade de implementar e rever periodicamente o sistema de Prevenção e Combate ao Branqueamento de Capitais e Financiamento ao Terrorismo.

Em 2018, de modo a reforçar as competências desta função de controlo interno, e de acordo com as exigências regulamentares e boas práticas internacionais, o Banco Económico continuou a adequar os seus processos da Função *Compliance*, bem como a desenvolver um conjunto de iniciativas integradas no plano estratégico do Banco.

Neste sentido, em Maio de 2018, o Banco deu início a um processo de reestruturação da Função *Compliance*, assente em 8 pilares de intervenção.

1 Suporte à Administração do Banco

A Administração deve acompanhar de forma reiterada a implementação e consolidação de todos os processos e programas conducentes ao fortalecimento da Função *Compliance* Avaliação de Riscos.

2 Avaliação de Riscos

O Banco deve continuar a identificar, avaliar e monitorizar os riscos inerentes aos processos com impactos potencialmente negativos para os objectivos da instituição.

3 Código de Conduta e Políticas de Compliance

O Banco deve continuar a desenvolver esforços no sentido de uniformizar o seu ambiente de trabalho através da divulgação e comunicação das suas Políticas, normas e procedimentos internos, de forma a assegurar o pleno funcionamento das suas actividades, dentro dos padrões aceitáveis de ética e conduta.

4 Formação e Comunicação

O Banco deve adoptar uma estratégia de comunicação institucional (interna e externa) que promova o conhecimento dos valores, das normas, políticas e procedimentos internos. Deverá igualmente investir na formação e desenvolvimento do capital humano para uma melhor absorção da cultura de *Compliance*.

5 Controlos Internos

O Banco deve reforçar e consolidar os mecanismos de controlo, para o alcance dos objectivos de negócio, a fiabilidade da informação financeira e o cumprimento das normas regulamentares.

6 Canal de Denúncia

O Banco deve proporcionar a oportunidade de Colaboradores e parceiros poderem denunciar situações de potencial violação ao Código de Conduta, nomeadamente condutas inadequadas de Colaboradores ou terceiros que agem em nome da instituição.

7 Due Diligence

O Banco deve concluir o processo de avaliação detalhada das informações das contrapartes (Clientes, representantes, fornecedores, Colaboradores) antes, durante e depois da contratação.

8 Monitorização

A Direcção de *Compliance* deve assegurar uma monitorização rotineira e permanente da actividade das várias áreas do Banco de modo a garantir que estas continuam a cumprir as normas e procedimentos internos, preservando a boa imagem e reputação do Banco.

O Banco providencia periodicamente a todos os Colaboradores, formação em temas relacionados com a Função *Compliance*, nomeadamente:

- Risco de Branqueamento de Capitais e Financiamento ao Terrorismo
- Legislação aplicável em sede de prevenção e repressão do Branqueamento de Capitais e combate ao Financiamento do Terrorismo
- Procedimentos de identificação e comunicação das operações suspeitas às entidades adequadas
- Sistema de Controlo Interno e de avaliação de risco no âmbito da Prevenção de Branqueamento de Capitais e de Financiamento ao Terrorismo

Cultura de Compliance

Reconhecendo a importância de manter como princípio de actuação um comportamento de integridade, honestidade, conformidade e transparência, o Banco Económico tem investido no cumprimento dos princípios de gestão do risco de *Compliance* por parte das várias áreas. Pretende-se assim, fomentar uma verdadeira cultura de *Compliance* no exercício da actividade do Banco.

Princípios da Cultura de Compliance

Compromisso

Todos os Colaboradores e membros dos Órgãos Sociais do Banco, devem cumprir com qualquer legislação de índole nacional e internacional que lhe sejam aplicáveis, com impacto na sua actividade, bem como no controlo de riscos que poderão implicar o pagamento de sanções.

Ética

Os Colaboradores do Banco e Órgãos da Administração, pautam o seu desempenho profissional pelos elevados padrões de integridade e honestidade pessoal, cumprindo todas as disposições legais, regulamentares e internas em vigor.

Transparência

O Banco dispõe de um conjunto de códigos, normativos, processos e procedimentos devidamente divulgados que conduzem a sua relação com os Clientes, Colaboradores e *stakeholders*, de modo a garantir a eficiência e qualidade dos produtos e serviços prestados.

Estratégia

Alinhamento da política de *Compliance* à estratégia e aos objectivos de longo prazo do Banco.

Profissionalismo

Os Colaboradores devem desempenhar as suas funções com elevados níveis de competências técnicas, de modo eficiente, neutral em respeito absoluto pelos interesses dos Clientes e do Banco.

Diligência

Os Colaboradores devem agir de modo criterioso e prudente, de acordo com o princípio da repartição de riscos, privilegiando o estrito interesse dos parceiros, Clientes e fornecedores.

Monitorização

O Banco dispõe de um processo constante para acompanhar o funcionamento do Programa de *Compliance*, garantindo que este funciona de acordo com o planeado.

Estrutura Organizacional

Com o objectivo de consolidar o desenvolvimento do Sistema de Controlo Interno do Banco, e em linha com as boas práticas de mercado, em 2018, a Comissão Executiva decidiu rever o posicionamento estratégico da Função *Compliance* no Banco, através da fusão da área de Controlo Interno e da Direcção de *Compliance*.

A nova Direcção reporta à Comissão de Controlo Interno do Conselho de Administração e tem como principais atribuições:

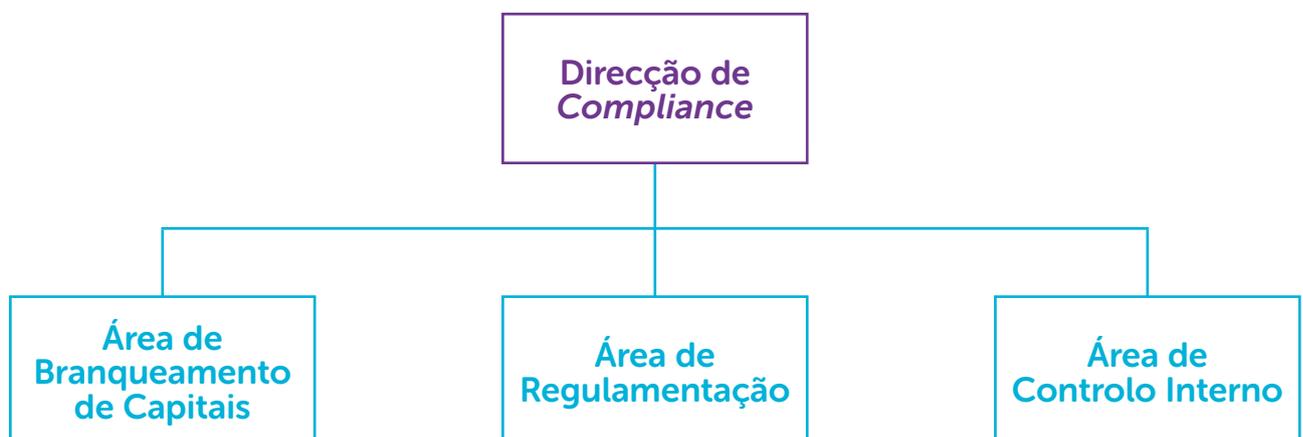
Assegurar, em conjunto com as demais Direcções, a adequação, o fortalecimento e o funcionamento do Sistema de Controlo Interno do Banco, além de actuar

sobre a prevenção de actividades e condutas que coloquem em risco a imagem do Banco.

Reforçar a consciência e a cultura de *Compliance*, transparência e responsabilidade.

A Direcção do Banco Económico possui autoridade e independência para desenvolver as suas responsabilidades, acesso a toda a informação relevante que esteja na posse do Banco, bem como autoridade para conduzir as diligências que sejam necessárias para a identificação de quaisquer riscos, contingências ou quebras de cumprimento do enquadramento regulamentar em vigor.

A Direcção de *Compliance* é constituída por uma equipa de 14 Colaboradores, que suportam a seguinte estrutura organizacional:



Responsabilidades da Direcção de Compliance

- Definir e implementar processos de forma a identificar e avaliar o risco resultante do não cumprimento das obrigações legais e dos deveres da instituição.
- Estabelecer processos para a rectificação dos incumprimentos detectados.
- Definir e implementar um plano de trabalho que restrinja as actividades a efectuar e proponha a abordagem de acordo com o risco envolvido.
- Manter o registo permanente e actualizado das normas a que o Banco está sujeito, internas e externas, acompanhado pela identificação dos responsáveis por garantir o seu cumprimento, e do registo dos incumprimentos detectados.
- Controlar os processos de prevenção e detecção de actividades criminosas, nomeadamente a prevenção do Branqueamento de Capitais e o Financiamento de Terrorismo.
- Assegurar que qualquer pedido de informação da Unidade de Informação Financeira ou de qualquer outra entidade de supervisão ou fiscalização é respondido prontamente.
- Participar em todos os tipos de procedimentos administrativos ou judiciais relativamente aos dados recolhidos em notificações efectuadas.
- Produzir periodicamente relatórios sobre os indícios ou situações concretas de incumprimento das regras de conduta no relacionamento com os Clientes, bem como de situações que possam sujeitar a instituição ou os seus Colaboradores a processos de transgressão.
- Gerir planos de formação para os Colaboradores e para as entidades que suportam a dinamização do negócio.
- Documentar, de forma adequada, todos os processos associados à sua área de intervenção.
- Desenvolver abordagens, em conjunto com outras funções da instituição, de forma a obter conformidade entre os normativos internos e externos.
- Elaborar, anualmente, um relatório referente à efectividade do sistema de controlo interno e de avaliação de risco da instituição, no âmbito da prevenção de branqueamento de capitais e do financiamento do terrorismo.

Área de Branqueamento de Capitais

A Área de Branqueamento de Capitais tem como missão validar e autorizar os processos de abertura de contas, através da análise de *Know your client* dos Clientes. Adicionalmente, deve ainda monitorizar as transacções nacionais e internacionais, bem como analisar as restantes contrapartes (Colaboradores, fornecedores e bancos correspondentes). Por fim, no âmbito das suas funções é ainda responsável pela elaboração de relatórios a serem reportados à UIF.

Área de Regulamentação

A Área de Regulamentação deve zelar pelo cumprimento de normativos em vigor, bem como de normas legais do Banco (por exemplo: Política de Conflito de Interesses, Código de Conduta). Adicionalmente, tem ainda como missão monitorizar o processo de tratamento de reclamações de Clientes, bem como acompanhar o processo de lançamento de novos produtos.

Área de Controlo Interno

A Área de Controlo Interno deve elaborar as Políticas/ Manuais/ Regulamentos da área, bem como acompanhar os supervisores e auditores em matérias relativas ao Sistema de Controlo Interno do Banco. Tem ainda como missão monitorizar as oportunidades de melhoria determinadas pelo Auditor Externo e Interno. Por fim, deve ainda realizar a gestão dos acessos nas aplicações de negócio.

Monitorização em 2018

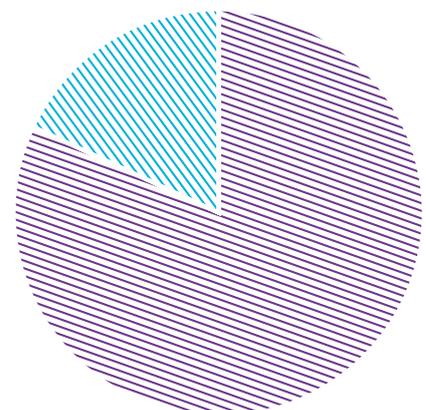
Tendo em consideração as responsabilidades atribuídas à Direcção de *Compliance*, apresentam-se de seguida os processos de monitorização efectuados ao longo do exercício de 2018.

I. Análise de KYC

Em 2018, no âmbito da abertura de contas, efectuou-se a revisão da lista de documentos necessários, bem como a alteração do formulário para o efeito. De acordo com a matriz de risco definida para aceitação de Clientes, a Direcção de *Compliance* analisa e autoriza os Clientes de alto risco. No período em análise, a Direcção autorizou a abertura de 10.453 contas de Clientes particulares e empresas.

82%
Particulares

18%
Empresas



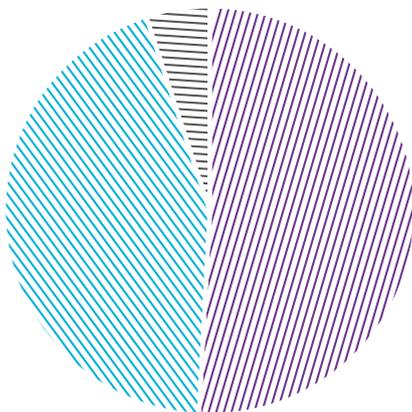
Abertura de Contas

II. Análise de Outras Contrapartes

(Know your employee / Know your partner/ Know your suppliers)

Neste ponto foram analisados os candidatos a Colaboradores, fornecedores, Clientes dos nossos Clientes (beneficiários de operações) e os Bancos correspondentes, registando-se um total de 1.356 processos.

- 51%**
Clientes/ Beneficiário
- 44%**
Bancos Correspondentes
- 5%**
Colaboradores



III. Análise de *Know your Transactions*

A nível das transacções efectuou-se em 2018 a monitorização das seguintes operações:

Operações de levantamento e depósito superior a 15.000 usd: foram analisadas 3.143 declarações, tendo sido reportadas 4.361 transacções à UIF.

Operações de Estrangeiro (OPE)/ Cartas de Crédito (CC): foram analisadas 10.825 transacções para OPE e 1.114 transacções para CC.

IV. Reportes

No âmbito da monitorização do cumprimento das obrigações de reporte ao BNA, à UIF e às restantes entidades reguladoras foram produzidos em 2018 os seguintes relatórios:

- Relatório anual da Função *Compliance*
- Relatório diário das transacções de levantamento e depósito igual ou superior a 15.000 USD
- Relatório anual sobre Governança Corporativa e Sistema de Controlo Interno
- Questionário de auto-avaliação de AML e *Compliance*

Adicionalmente, a Direcção de *Compliance* monitorizou todos os reportes que as restantes áreas submeteram às entidades reguladoras.

V. Diplomas

A Direcção de *Compliance* efectuou o acompanhamento da implementação de 34 Diplomas regulamentares, com destaque para:

- Instrutivo nº 09/2018 Limites de Operações Cambiais e Mercadoria
- Instrutivo nº 10/2018 sobre o Atraso de Envio de Informação Periódica
- Instrutivo n.º 13/2018 sobre Prevenção de Branqueamento de Capitais e do Financiamento do Terrorismo nas Operações de Comércio Internacional
- Instrutivo nº 14/2018 sobre Remuneração dos Depósitos dos Colaterais Associados às Cartas de Crédito

47%	Instrutivos
26%	Directivas
18%	Avisos
6%	Leis/ Decretos
3%	Instruções CMC



Diplomas Legais

VI. Conferências/ Workshops

Durante o ano 2018, os Colaboradores da Direcção de *Compliance* participaram em diversas conferências e *workshops* sobre *Compliance* e AML, assegurando o alinhamento contínuo com as melhores práticas internacionais:

- 1º Congresso Internacional de *Compliance* pela *World Compliance Association*
- Conferência de *Compliance* da ACCPA 2018
- Conferências sobre Branqueamento de Capitais: ENAD
- IVº Encontro de Auditoria, Gestão de Risco e *Compliance* dos Bancos Centrais dos Países de Língua Portuguesa

VII. Gestão de Reclamações

Relativamente ao acompanhamento do processo de tratamento de reclamações, o Banco registou em 2018 um total de 88 reclamações, sendo que 90% se referem a transferências em moeda estrangeira.

VIII. Produtos e Serviços

Em 2018, a Direcção procedeu à análise de 19 produtos, que após a validação da conformidade dos mesmos, foram submetidos à aprovação do BNA para licenciamento. Destacam-se os seguintes produtos:

- Depósito Rendimento Flexível
- Conta Poupança Staff Kids
- Rendimento Internacional

4.3. Função de Auditoria Interna

A Direcção de Auditoria Interna tem por missão, garantir a avaliação autónoma e objectiva, da efectividade, eficácia e adequação do Sistema de Controlo Interno do Banco, considerando o risco associado a cada actividade.

A Direcção de Auditoria Interna actua de forma permanente e independente de qualquer outra função ou unidade, com a missão de proporcionar ao Conselho de Administração do Banco uma garantia sobre a qualidade e eficácia dos processos e sistemas de controlo interno, de gestão dos riscos (actuais ou emergentes) e de governação, contribuindo assim para a protecção do valor da organização, da sua solvência e reputação.

Para tal, é garantido às equipas de Auditoria Interna do Banco Económico o acesso completo e livre a toda a informação

de que necessitam para realizar a sua missão, devendo relacionar-se com todos os órgãos do Banco, bem como com as entidades subsidiárias do Grupo Banco Económico.

A actuação das equipas de auditoria interna está alicerçada nos princípios dispostos no Aviso n.º2/2013 do Banco Nacional de Angola e nos documentos internos aprovados pelo Órgão de Administração, nomeadamente: Código de Conduta, Regulamento Interno de Auditoria e Manual de Auditoria Interna, estes últimos elaborados com base nos standards internacionais para o exercício profissional de auditoria interna emitidos pelo Institute of Internal Auditors (IIA).

A Direcção de Auditoria encontra-se organizada através da seguinte estrutura:



Função de Auditoria Interna

Responsabilidades da Direcção de Auditoria Interna

Garantir uma opinião independente sobre o Sistema de Controlo Interno ao Órgão de Administração.

Examinar e avaliar de forma periódica se o Sistema de Controlo Interno, definido e implementado pelos responsáveis das diversas estruturas e actividades do Banco, são adequados e garantem que:

- Os riscos são devidamente identificados e geridos;
- A informação de gestão, financeira e operacional é correcta, confiável e tempestiva;
- As acções dos Colaboradores estão em conformidade com as políticas, normas, procedimentos, leis e regulamentos aplicáveis;
- Os recursos são adquiridos de forma económica, têm uma utilização eficiente e são adequadamente protegidos;
- Os programas, planos e objectivos são satisfatoriamente cumpridos;
- É garantida uma abordagem de qualidade e melhoria contínua dos processos de controlo do Banco;
- Os requisitos legais e regulamentares são identificados e devidamente tratados.

Avaliar os modelos de risco, no âmbito da utilização de sistemas de notações internas, de acordo com os requisitos regulamentares existentes.

Acompanhar e monitorizar as acções adoptadas pela gestão, no que respeita à implementação das recomendações efectuadas e correcção das deficiências detectadas.

Elaborar proposta do plano estratégico da função, enquadrado na estratégia global do Banco e no plano global das acções a realizar.

Realizar trabalhos de investigação de fraude interna e externa.

Formalizar os critérios subjacentes à sua avaliação de políticas e processos.

Elaborar um plano para cada acção específica, considerando um exame abrangente de todos os aspectos ligados ao controlo interno.

Suportar documentalmente as conclusões das acções de auditoria e actualizar, em conformidade, o conjunto de informação de carácter permanente associada aos processos auditados.

Registrar, documentar e elaborar relatórios de prestação de informação de forma adequada para todas as deficiências detectadas

Emitir recomendações na sequência das suas acções, com posterior acompanhamento das medidas correctivas

Englobar na sua actuação a avaliação das funções de gestão do risco, de *compliance* e da qualidade da prestação de informação ao Órgão de Administração

Implementar e manter um programa de melhoria contínua da sua actividade que assegure o funcionamento da Função de Auditoria Interna de acordo com as normas profissionais de auditoria interna, os requisitos regulamentares para a função e o alinhamento com as expectativas dos Órgãos de Administração e das restantes partes interessadas

Participar na fase de testes e implementação de projectos ou iniciativas diversas adoptadas pelo Banco

Centralizar o processo de certificação de migração de dados e de aplicações

Auditorias e Inspecções

Comprovando os elevados níveis de rigor, seriedade e exigência que caracterizam a Direcção de Auditoria Interna do Banco Económico, o exercício de 2018 ficou marcado pela realização de 78 relatórios de auditoria, 19 relatórios de acompanhamento e 25 acções de inspecção repartidas pelas três áreas da Direcção.



Área de Auditoria a Sistemas de Informação



Área de Auditoria



Área de Inspecção

<p>Follow-up e conclusão do Plano de 2017</p> 	<p>Segurança de Informação</p> 	<p>Governança Corporativa</p> 
<p>Função Risco</p> 	<p>Governança do processo de Operações Cambiais</p> 	<p>Cartões de Crédito</p> 
<p>Governança do Risco Operacional</p> 	<p>Centros de Empresas e Postos de Atendimento</p> 	<p>Monitorização do plano de implementação dos diversos projectos</p> 
<p>Revisão de acessos físicos e lógicos</p> 	<p>Agências</p> 	<p>SGA</p> 
<p>Gestão de fornecedores</p> 	<p>Gestão Orçamental</p> 	<p>Tesourarias</p> 
<p>Governança do processo de contencioso laboral</p> 	<p>Logística de aprovisionamento e património</p> 	<p>Produtos disponibilizados aos Clientes</p> 
<p>Gestão Fiscal</p> 	<p>Testes de aceitação aos aplicativos implementados</p> 	<p>Avaliação da monitorização à prevenção de BC/ FT</p> 

4.4.

Função Risco

A Função Risco do Banco Económico tem por objectivo identificar, avaliar, acompanhar e reportar todos os riscos materialmente relevantes a que o Banco se encontra sujeito, quer interna como externamente, de modo a que os mesmos se mantenham em níveis adequados, não afectando negativamente a situação patrimonial da instituição.

Compete ao Gabinete de Gestão de Risco garantir o suporte à Comissão Executiva nas políticas e práticas de gestão de risco, centralizando em si a coordenação de todas as actividades necessárias.

Tendo em consideração a dimensão e abrangência de actuação do Banco Económico, bem como a realidade multidisciplinar associada às suas actividades, este encontra-se exposto a diferentes tipologias de riscos, variando em natureza, origem e tipo de impacto na actividade do Banco. Consideram-se assim materialmente relevantes os seguintes riscos:

— Risco Estratégico

— Risco de Concentração

— Risco Operacional

— Risco de Crédito

— Risco Reputacional

Adicionalmente aos riscos acima mencionados, a Direcção Financeira Internacional é ainda responsável pela gestão dos seguintes riscos:

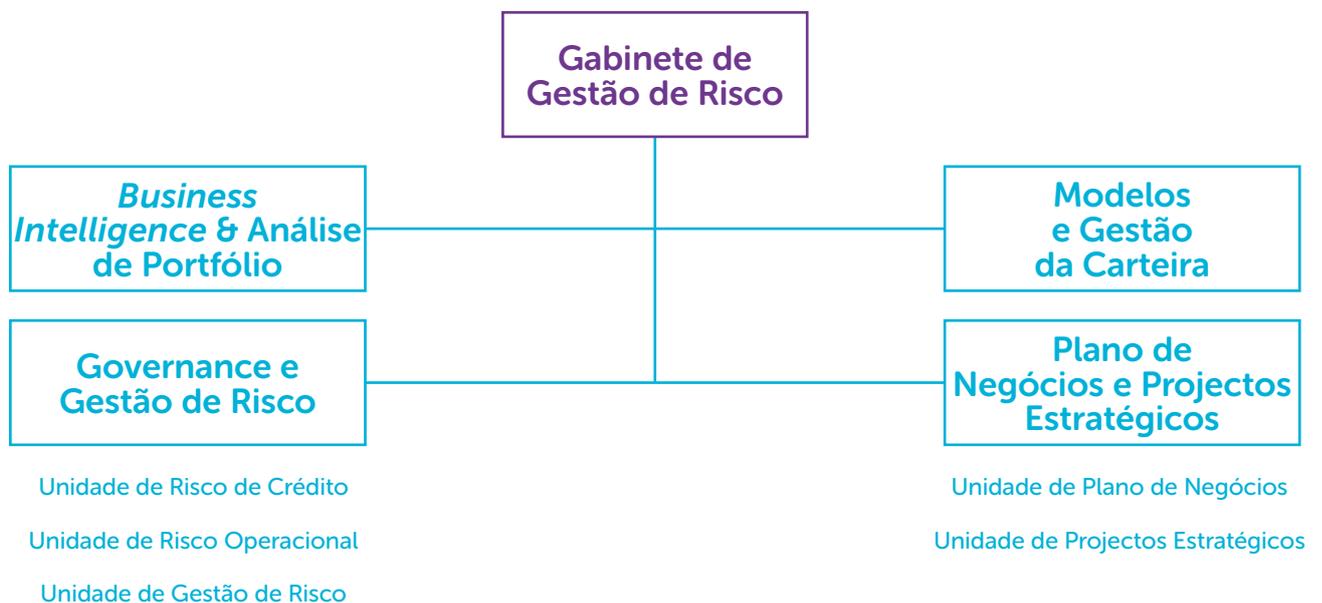
Risco de Mercado

Risco de Liquidez

Risco de Contraparte

De acordo com as melhores práticas e normas regulamentares, a Função Risco tem como principais objectivos monitorizar indicadores chave de gestão de risco, avaliar a adequação da governação e avaliar a eficácia das medidas de mitigação dos riscos.

Face à dimensão da instituição e à abrangência do seu âmbito de actuação, e tendo em consideração a relevância da prevenção e controlo dos riscos inerentes à actividade bancária, o Banco Económico dispõe de estruturas complementares ao Gabinete de Gestão de Risco, nomeadamente: Comité de Risco, Comité de Tesouraria, Comité de Controlo, Direcção de Risco e Controlo de Crédito, Direcção de *Compliance*, Direcção de Auditoria Interna, Direcção de Controlo Interno, Risco Operacional e Direcção Financeira Internacional.



Monitorização de Indicadores

Tendo em consideração as responsabilidades da Função Risco, foi realizado ao longo de 2018 um conjunto alargado de acções de monitorização aos vários tipos de risco a que o Banco Económico se encontra exposto. Estas acções tiveram como propósito acompanhar diversos indicadores e respectivos limites de exposição, tendo em consideração o perfil de risco e os limites de alerta previamente estabelecidos pelo Banco.

Risco Reputacional

- Referências negativas na comunicação social
- Informação disponibilizada para *Stakeholders* (R&C)
- Nível de Satisfação dos Clientes (particulares e empresas)
- Número médio de dias para tratar reclamações de clientes
- Número de processos disciplinares com impacto directo na reputação do Banco
- Número de processos judiciais contra colaboradores do Banco impostos por pessoas externas ao Banco
- Número de Deficiências Auditadas que tenham impacto directo no cliente
- Número de Multas BNA
- Número de Multas das restantes instituições governamentais
- Número de Actividades de Responsabilidade Social (Trimestralmente)
- Número de ataques informáticos com sucesso
- Taxa de Operacionalidade da Rede ATM
- Disponibilidade dos canais electrónicos
- Nível Médio de Serviço da Rede de Balcões
- Número de dias para tratamento de transferências internacionais acima do SLA

Risco Taxa de Juro

- Sensibilidade do Valor Económico
- Sensibilidade da Margem Financeira

Risco de Crédito

- Rácio de cobertura das garantias reais
- Cobertura do crédito vencido > 90 dias por provisões
- Rácio de crédito em incumprimento > 90 dias
- Cobertura do crédito vencido > 180 dias por provisões

Risco de Liquidez

- Limite de *funding* no mercado interbancário
- Rácio de depósitos
- Rácio de disponibilidade imediata
- Rácio de observação de 1M a 3M
- Rácio de observação de 1M a 3M para Moeda Estrangeira

Risco de Contraparte

- Aplicação em contrapartes

Risco Cambial

- Análise de sensibilidade às taxas de câmbio
- Exposição Cambial

Risco de Concentração

- Depósitos por entidade (cliente / grupo económico)
- Cedências por contraparte (em função do FPR do Banco)
- Crédito por Cliente
- Rácio de Concentração (HHI)
- Crédito por Grupo Económico
- Rácio de Grandes Riscos
- Crédito por Sector

Risco Operacional

- Quantidade de Estornos
- Movimentos em Aberto Contas Nostro
- Quantidade de Falhas e Sobras de Caixa
- % Reconciliação GL Flex/DWH
- Número de Operações com Erros de Sincronização
- KRI que ultrapassam limite de activação / Total de KRI

Risco Estratégico

- Tendências Económicas
- Projecção PIB v Actual
- Índice de Inflação
- Modelo de Negócios e Planeamento Estratégico
- Rentabilidade dos Fundos Próprios (ROE)
- Rentabilidade dos Activos (ROA)
- Quota de Mercado (depósitos)
- Outros Riscos
- Risco de Segurança Física



MODELO DE GESTÃO DE RISCO

- 5.1. Visão Geral
- 5.2. Risco Estratégico
- 5.3. Risco Reputacional
- 5.4. Risco Operacional
- 5.5. Risco de *Compliance*
- 5.6. Risco de Crédito
- 5.7. Risco de Contraparte
- 5.8. Risco de Liquidez
- 5.9. Risco de Mercado
- 5.10. Risco de Concentração

5.1.

Visão Geral

Em 2018, o Banco Económico continuou focado em acompanhar de forma próxima os diversos riscos inerentes à actividade do Banco, garantindo uma gestão e um tratamento efectivo dos mesmos. O Modelo de Gestão de Riscos do Banco é constituído por um conjunto integrado de políticas, procedimentos, limites, controlos e sistemas, com o objectivo de identificar, avaliar, monitorizar e controlar os principais riscos a que o Banco se encontra exposto.

Modelo de Gestão de Risco

O Modelo de Gestão de Risco apresenta-se como uma das componentes do Sistema de Controlo Interno, sendo essencial para o desenvolvimento, rentabilidade e sustentabilidade do negócio, assegurando a conformidade com os requisitos e definições legais, uma correcta determinação de fundos próprios e uma gestão de liquidez adequados à exposição aos diversos riscos inerentes à actividade financeira.

Neste sentido, o Banco Económico dispõe de uma Política de Gestão de Risco devidamente sólida, que estabelece um conjunto de princípios orientadores de suporte à gestão e monitorização dos riscos materialmente relevantes no âmbito da sua actividade.

Esta política incorpora, por um lado, as directrizes regulamentares emanadas pelos órgãos de supervisão nacionais, em particular os requisitos estabelecidos pelo BNA no Aviso nº 02/2013, de 19 de Abril, relativos à Função de Gestão do Risco e, por outro, os princípios e boas práticas de gestão de riscos definidos pelo Comité de Supervisão Bancária de Basileia. Deste modo, o Banco Económico assegura a eficácia

e adequação da sua Política de Gestão de Risco à realidade pluridisciplinar a que o Banco está exposto.

Para a definição de uma adequada estratégia de gestão dos riscos, o Banco definiu o seu Perfil de Risco, o qual corresponde aos riscos e níveis de risco a que o Banco pretende estar exposto. O Perfil de Risco do Banco tem como principais vectores o seu posicionamento estratégico, as suas características estruturais e o seu grau de aceitação de risco. O perfil de risco define os indicadores de apetite e tolerância a cada um dos riscos do Banco. Adicionalmente, cada uma das áreas responsáveis pela gestão de riscos dispõe ainda de um conjunto adicional de indicadores, os quais são controlados e monitorizados de forma regular.

O Modelo de Gestão de Risco do Banco permite uma gestão efectiva e mais eficaz dos riscos, nomeadamente:

- Uniformização e formalização de requisitos para identificação, avaliação, monitorização e controlo de riscos
- Cumprimento de políticas e limites de exposição ao risco definidos pelo Banco
- Resposta ao contexto de mercado, através da melhoria da gestão e prevenção dos riscos, diminuindo as perdas relativas ao risco não esperado

A implementação do Modelo de Gestão de Risco, e em particular das Funções Risco e *Compliance*, permite efectuar uma gestão integrada dos diversos riscos a que o Banco se encontra exposto, direccionando de forma adequada as respectivas acções de prevenção e mitigação.

Neste contexto, o Banco definiu um conjunto de valores estruturais com o objectivo de minimizar a sua exposição ao risco, nomeadamente:

- Condução do negócio com integridade e independência face a outras funções
- Cumprimento com os objectivos de negócio, projecções de crescimento e de rentabilidade
- Comunicação com os Clientes de forma objectiva, transparente e clara
- Manutenção de uma relação aberta e cooperativa para com os reguladores

Princípios Orientadores

No sentido de nortear a implementação e execução diária do Modelo de Gestão de Risco, o Banco Económico definiu um conjunto de princípios orientadores alinhados com o Comité de Basileia, COSO e as melhores práticas de mercado.

01. Universalidade

Desenvolver um ambiente de gestão de risco em toda a organização, assegurando que a estratégia e políticas gerais de gestão do risco são eficazmente difundidas e assimiladas pelos Colaboradores;

02. Totalidade

Identificar, mensurar, controlar e mitigar todos os riscos

inerentes aos produtos e áreas de negócio, numa base individual ou de portfólio, bem como caracterizar, executar e monitorizar os controlos que os mitigam;

03. Adequabilidade

Adaptar o Modelo de Gestão de Risco à dimensão, natureza e complexidade da actividade do Banco. Deve ser assegurado que todos os Colaboradores estão aptos a desempenhar de forma eficaz e eficiente as funções atribuídas e que compreendem e promovem os princípios éticos e profissionais que regem o Banco;

04. Independência

Estabelecer um modelo de governação que assegure um Modelo de Gestão de Risco independente, permitindo aferir, avaliar e reportar os seus resultados ao Conselho de Administração para a tomada de decisões;

05. Segregação de Funções

Promover uma clara segregação de funções entre as áreas de negócio e de risco. Esta segregação abrange a diferenciação de recursos afectos e a independência hierárquica e funcional das duas funções e dos elementos que as desempenham, sendo também espelhada no ciclo de vida das operações;

06. Tempestividade

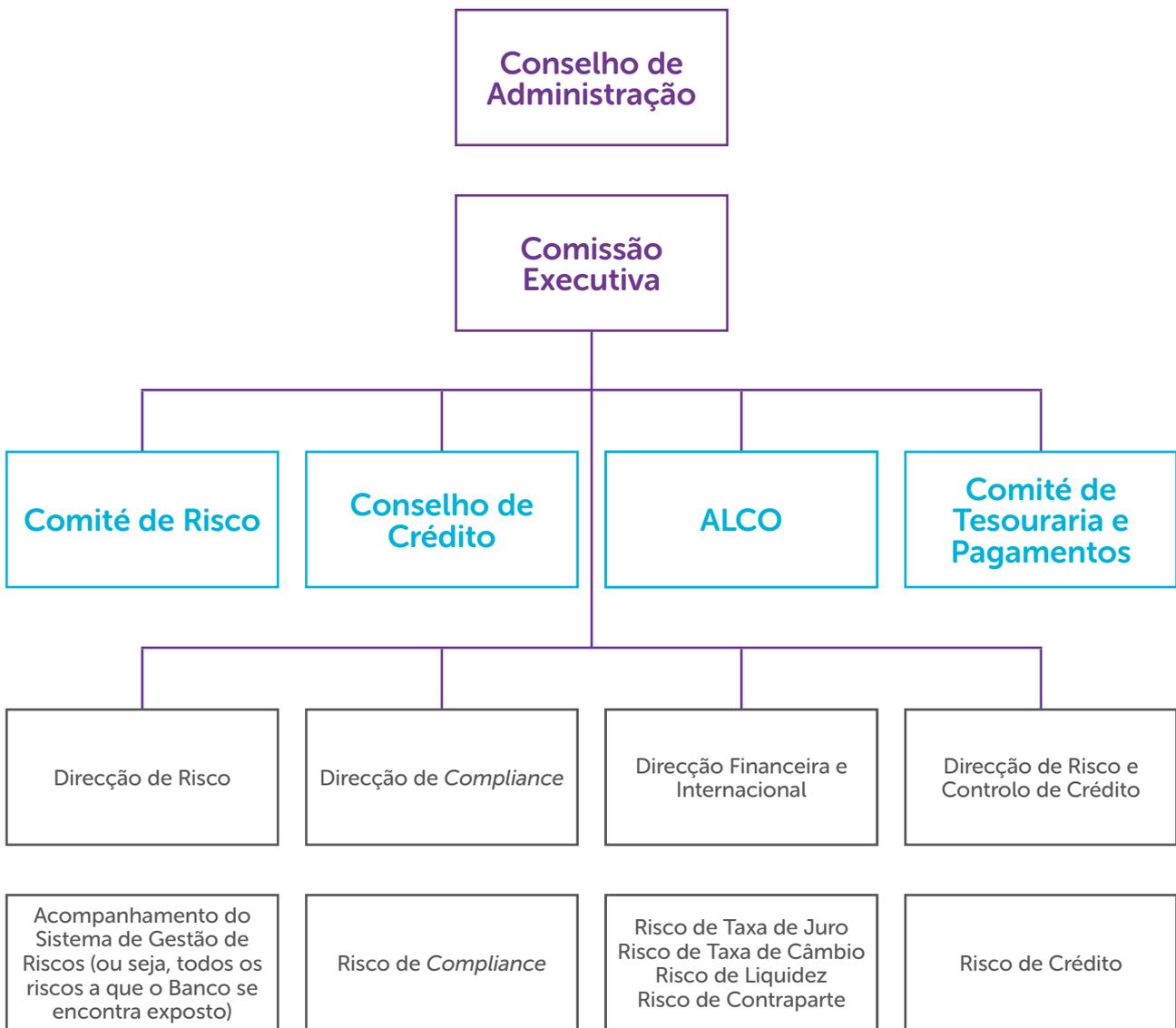
Assegurar que as actividades no âmbito da gestão do risco e do controlo interno respeitam as regras e os prazos definidos, tendo que ser imediatamente reportado qualquer atraso que se verifique;

07. Homogeneidade e Transparência

Garantir a homogeneidade e transparência na aplicação dos processos definidos, através da documentação/ formalização dos procedimentos.

Modelo de Governação

Tendo por base a estrutura orgânica do Banco Económico, bem como a necessidade de garantir a correcta implementação da Política de Gestão de Risco, o Banco definiu um modelo de governação para a gestão de riscos, contemplando a participação de um conjunto diversificado de Órgãos.



Órgão Social
 Órgão Colegial
 Órgão de Estrutura

As actividades recorrentes de gestão e mitigação de riscos são da responsabilidade de todos os Gestores, Colaboradores e Funcionários do Banco, sendo naturalmente suportados pelos mecanismos e funções do Sistema de Controlo Interno.

Ciclo de Gestão de Riscos

No sentido de garantir uma gestão eficaz e eficiente dos diversos riscos aos quais o Banco se encontra exposto foi definido de forma clara o Ciclo de Gestão de Riscos, sendo este constituído por 6 actividades complementares: i) Estratégia, ii) Identificação, iii) Avaliação, iv) Mitigação, v) Monitorização e, vi) Comunicação.



01. Estratégia

Definição da estratégia, objectivos e perfil de risco do Banco, bem como análise de factores internos ou externos que possam implicar a necessidade de revisão do Modelo de Gestão de Risco.

Intervenientes: Comissão Executiva, Comité de Risco, Direcção Financeira e Internacional

02. Identificação

Identificação das necessidades de concepção, implementação ou alteração do Modelo de Gestão de Risco, bem como identificação de novas origens e causas de risco decorrentes de alterações ocorridas no contexto da instituição.

Intervenientes: Comité de Risco, Direcção Financeira e Internacional

03. Avaliação

Concepção e execução das metodologias de avaliação de risco inerente e residual. Esta fase engloba ainda a análise de custo-benefício ou estudos prévios das necessidades de revisão e concepção do Modelo de Gestão de Risco, com base na sua importância, complexidade e esforço de implementação.

Intervenientes: Direcção de Riscos, Direcção de Risco e Controlo de Crédito, Direcção Financeira, Direcção de Compliance

04. Mitigação

Desenho detalhado e documentação das alterações a implementar para assegurar a mitigação das insuficiências detectadas. Planeamento, execução e implementação das alterações ao Modelo de Gestão de Risco desenhadas previamente.

Intervenientes: Direcção de Riscos, Direcção de Risco e Controlo de Crédito, Direcção Financeira, Direcção de Compliance

05. Monitorização

Monitorização das subcomponentes do Modelo de Gestão de Risco, através da análise crítica das avaliações internas e externas efectuadas, e do acompanhamento de indicadores e planos de acção definidos para corrigir as insuficiências detectadas. Esta fase engloba ainda a sistematização dos resultados obtidos e a documentação da opinião sobre a eficácia e adequação do Modelo de Gestão de Risco.

Intervenientes: Comissão Executiva, Direcção de Riscos, Direcção de Risco e Controlo de Crédito, Direcção Financeira, Direcção de Compliance

06. Comunicação

Definição dos planos de comunicação e formação associados ao Modelo de Gestão de Risco e elaboração de relatórios e pareceres para reportar, interna e externamente, as conclusões quanto à adequação e eficácia do Modelo de Gestão de Risco.

Intervenientes: Comissão Executiva, Direcção de Riscos

Tipologia de Riscos

Tendo em consideração a realidade multidisciplinar associada às actividades do Banco Económico, este encontra-se exposto a diferentes tipologias de riscos, variando em natureza, origem e tipo de impacto na actividade do Banco. Neste sentido, são considerados materialmente relevantes os seguintes riscos:

- Risco Estratégico

- Risco Reputacional

- Risco Operacional

- Risco de *Compliance*

- Risco de Crédito

- Risco de Contraparte

- Risco de Liquidez

- Risco de Mercado

- Risco de Concentração

5.2.

Risco Estratégico

RISCO ESTRATÉGICO: risco de impacto actual ou potencial nos proveitos, capital, reputação do Banco ou capacidade de sobrevivência decorrente de mudanças no ambiente envolvente, de decisões estratégicas adversas, implementação inadequada de decisões ou devido à falta de capacidade de resposta às mudanças sociais, económicas ou tecnológicas.

O Risco Estratégico é classificado pelo Banco de acordo com as seguintes categorias:

01. Tendências Económicas

Riscos decorrentes de alterações na situação macroeconómica;

02. Modelo de Negócios e Planeamento Estratégico

Riscos decorrentes de uma realidade distinta face às expectativas de rentabilidade, objectivos e custos;

03. Solvabilidade, Liquidez e Planeamento de Capital

Desafios para a solvabilidade, gestão de liquidez e riscos para cumprir com os requisitos de capital;

04. Competição

Entrada de novos concorrentes no mercado ou novos produtos lançados por concorrentes existentes. Expansão ou diversificação de concorrentes em diferentes geografias. Inovação ou mudanças competitivas (como novas tecnologias ou modelos de negócios disruptivos) que resultem na diminuição da rentabilidade;

05. Regulação

Risco para o negócio, capital ou sustentabilidade do Banco devido a mudanças regulamentares;

06. Reputação

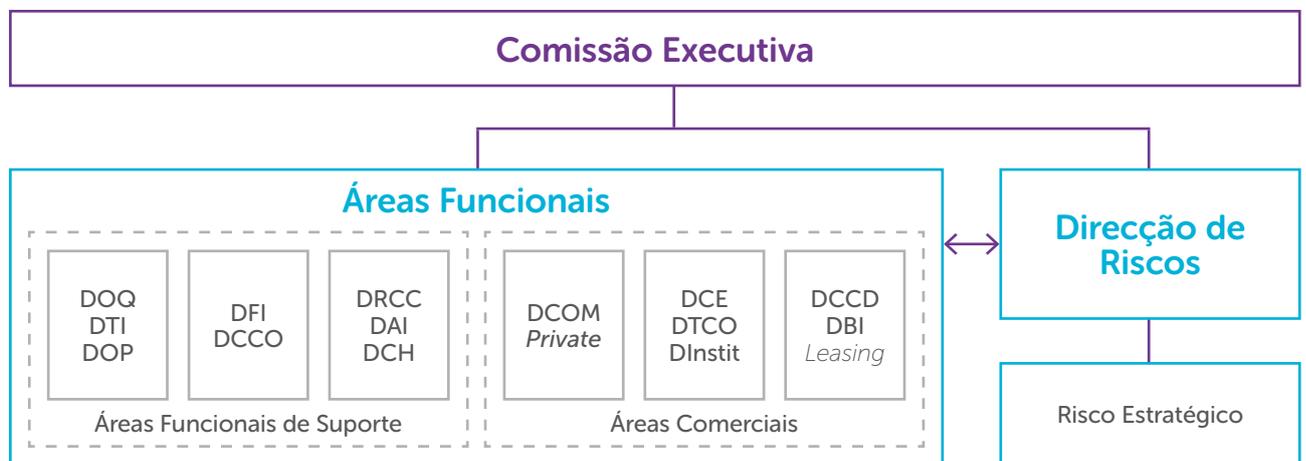
Gestão de reclamações de Clientes e do uso da comunicação social e de rede sociais para gerir a forma como o Banco é percebido no mercado;

07. Outros Riscos

Risco representado por fraudes em grande escala, segurança física, risco de agitação social, risco relacionado com activos fixos.

Modelo de Governação

A gestão do Risco Estratégico do Banco Económico envolve a articulação entre várias funções organizacionais, nomeadamente: Conselho de Administração, Comissão Executiva, Direcção de Riscos e Direcções Funcionais (isto é, áreas funcionais de suporte e áreas comerciais).



DOQ: Dir. de Organização e Qualidade

DTI: Dir. de Tecnologias de Informação

DOP: Dir. de Operações

DFI: Dir. Financeira Internacional

DCCO: Dir. Contabilidade e Controlo Orçamental

DRCC: Dir. de Risco e Controlo de Crédito

DAI: Dir. de Auditoria Interna

DCH: Dir. de Capital Humanos

DCOM: Dir. Comercial

Private: *Private Banking*

DCE: Dir. Comercial Empresas

DTCO: Dir. TOP Corporate e Oil & Gas

DInstit: Dir. de Institucionais

DCCD: Dir. de Cartões e Canais Directos

DBI: Dir. Banca de Investimento

01. Responsabilidades da Comissão Executiva

A Comissão Executiva tem a responsabilidade final pela gestão de risco estratégico, sendo igualmente responsável pela implementação efectiva da estrutura de gestão de risco.

- Estabelecer e assegurar implementação da estrutura de gestão do risco estratégico;
- Obter o compromisso dos accionistas para as estratégias previstas para o Banco;
- Assegurar a segregação do plano estratégico para áreas de negócio e áreas não-comerciais;
- Assegurar a execução adequada do plano estratégico, através da atribuição de recursos adequados para realizar todas as funções e tarefas necessárias;
- Aprovar a implementação e acompanhar os resultados do sistema de avaliação de desempenho.

02. Responsabilidades das Direcções Funcionais

As Direcções Funcionais apoiam a Comissão Executiva na formulação e implementação de estratégias e contribuem para os processos de planeamento e gestão estratégica.

- Auxiliar a Comissão Executiva na formulação de estratégias no que diz respeito às áreas sob a sua responsabilidade;
- Garantir que as suas actividades departamentais estão em conformidade com os objectivos estratégicos do Banco;
- Garantir que as práticas de gestão de risco e controlos do departamento são consistentes com a estrutura de gestão de risco estratégico do Banco, e que as políticas departamentais, processos, procedimentos e recursos humanos estão em pleno funcionamento;
- Rever anualmente as suas políticas e modelos de governação;
- Realizar análises de desempenho regulares, monitorizando o desempenho departamental face aos resultados desejados e recomendando acções correctivas.

03. Responsabilidades da Função de Risco Estratégico

Esta função é actualmente desempenhada pela Direcção de Riscos, e tem como propósito apoiar o Conselho de Administração e a Comissão Executiva na gestão dos riscos estratégicos do Banco.

- Coordenar com as diversas direcções funcionais o desenvolvimento do Plano Estratégico de Negócios;
- Identificar, avaliar e reportar riscos estratégicos colocados ao Banco através do Relatório de Risco Estratégico;
- Executar testes de esforço para fins de planeamento estratégico e de gestão do risco;
- Acompanhar e avaliar a implementação do plano estratégico, apresentando os resultados trimestralmente;

- Auxiliar a Comissão Executiva e direcções funcionais a gerir alterações necessárias à implementação de novas estratégias;
- Reportar à Comissão Executiva sobre deficiências de risco estratégico.

Processo de Gestão de Risco Estratégico

O processo de gestão de Risco Estratégico do Banco Económico considera a existência de dois elementos-chave: i) Planeamento Estratégico (isto é, o Plano de Negócios) e, ii) Monitorização e Avaliação de Desempenho.



Planeamento Estratégico

O Banco Económico prepara o Plano de Negócios com o propósito de definir o caminho/ foco do Banco para um período a 3 anos e estabelecer objectivos de médio-longo prazo. O Plano de Negócios é desta forma uma peça complementar ao planeamento financeiro.

O Plano de Negócios possibilita ao Banco a identificação e avaliação de riscos potenciais, como por exemplo o risco representado pela exigência de provisões adicionais, pela deterioração em determinados sectores da economia, pelas alterações do apoio financeiro fornecido pelo Estado ou pelas mudanças nos requisitos regulamentares de reservas. É revisto anualmente, no sentido de garantir a sua efectiva adequabilidade e de forma a antecipar quaisquer actualizações que sejam necessárias.

O Risco Estratégico pode afectar a rentabilidade global, o crescimento, a estabilidade e a própria existência do Banco. A sua monitorização possibilita ao Banco a avaliação do desempenho das estratégias implementadas.

Monitorização e Avaliação de Desempenho

A Comissão Executiva, com o apoio da Função de Risco Estratégico, assegura a monitorização e controlo eficaz das estratégias definidas. Por sua vez, é utilizado o Sistema

de Objectivos e Incentivos (SOI) de forma a monitorizar a implementação e avaliação do Plano de Negócios. Adicionalmente, o Banco Económico definiu um conjunto alargado de indicadores para monitorizar os riscos estratégicos mais relevantes.

Modelo de Negócios e Planeamento Estratégico

- *Return-on-Equity* (ROE)
- *Return-on-Assets* (ROA)
- Volume de Depósitos
- Rácio de Transformação
- Volume de Comissionamento
- Montante de Custos
- Produto Bancário
- Carteira de Crédito
- Imobilizado

Competição, Regulação & Reputação

- Lacunas na oferta de produtos
- Produtos lançados pelo Banco e por Bancos concorrentes
- Quota de mercado
- Expansão geográfica
- Inovação tecnológica disruptiva
- Análise de quebras e ataques aos sistemas informáticos
- Análise de alterações ao contexto regulamentar
- Análise de reclamações e notícias negativas

Tendências Económicas

- Projecção do PIB vs. PIB actual
- Taxa de inflação
- Taxa de câmbio USD/ AOA
- Projecções do preço do petróleo
- Taxas de juro
- Política monetária
- Disponibilidade de USD

Outros Riscos

- Análise do risco de segurança física
- Risco de fraude e branqueamento de capitais
- Número de queixas relacionadas, por exemplo com subornos e cobranças irregulares
- Análise dos relatórios de *Compliance* e Auditoria Interna
- Monitorização do comportamento e desempenho de pessoas chave (*key man risk*)

Processos de Suporte

De forma complementar ao processo de gestão do Risco Estratégico, o Banco Económico dispõe ainda de outros processos de suporte, nomeadamente:

01. Planeamento de Capital

O Planeamento de Capital é um elemento crucial no planeamento estratégico, na medida em que um planeamento inadequado pode conduzir à interrupção das operações e impedir a implementação das metas estratégicas. Tendo em consideração a necessidade de capitais actuais e futuros, o Banco monitoriza os seguintes indicadores de Solvabilidade e Liquidez: rácio de solvabilidade, rácio de financiamento do BNA, rácio de activos de longa duração/ financiamento de curto prazo, requisitos de capital e perfil dos activos e passivos em USD.

02. Apoio dos Sistemas de Informação de Gestão

Existência de uma articulação próxima entre a Direcção de Riscos e as Direcções de Organização e Qualidade, Tecnologias de Informação, Desenvolvimento de Oferta, Risco e Controlo e, Contabilidade e Controlo Orçamental. Deste modo, o Banco dispõe de um controlo mais amplo sobre a qualidade de dados para gestão financeira e gestão de riscos, bem como de modelos e ferramentas para análises e relatórios de risco.

03. Testes de Esforço

Os resultados dos testes de esforço disponibilizam informação de suporte à tomada de decisão, permitindo determinar se a estratégia implementada continua a ser adequada ou se uma alteração na estratégia ou reversão da decisão estratégica se justifica. O Banco realiza os seguintes testes de esforço: i) análise de sensibilidade, ii) teste de esforço inverso e, iii) análise de cenários.

5.3.

Risco Reputacional

RISCO REPUTACIONAL: a reputação desempenha desde sempre um papel fundamental na sustentabilidade de qualquer instituição financeira. O Risco Reputacional é definido como a probabilidade de ocorrência de eventos com impacto negativo nos resultados ou no capital do Banco, decorrentes da percepção desfavorável em relação à imagem da instituição por parte dos Clientes, contrapartes, accionistas, investidores e reguladores.

Tendo em consideração a necessidade de acompanhar as expectativas e níveis de confiança dos vários interlocutores internos e externos do Banco, a Direcção de Riscos adopta os seguintes princípios:

— **01.** Identificação do risco decorrente da percepção negativa sobre o Banco por parte dos seus *stakeholders* e avaliação quantitativa e qualitativa do seu efeito potencial;

— **02.** Monitorização das relações mantidas com os Clientes e das transacções registadas através dos relatórios de actividade produzidos pelas Direcções/ Gabinetes;

— **03.** Criação e implementação de mecanismos de mitigação do impacto de riscos reputacionais;

— **04.** Registo e controlo de variáveis caracterizadoras da reputação do Banco, garantindo a sua conformidade com o nível de tolerância estabelecido e mitigando atempadamente potenciais desvios.

Compete igualmente aos Colaboradores gerir as actividades da sua Direcção de forma a, proactivamente, evitarem riscos reputacionais para o Banco. É da sua competência respeitar a legislação, normas e regulamentos locais em vigor, assim como os procedimentos e as políticas internas implementadas para o desenvolvimento da sua actividade.

Modelo de Governação

01. Responsabilidades da Comissão Executiva

- Garantir a adequação e eficiência da política de gestão do Risco Reputacional
- Aprovar e indicar as acções apropriadas com base nas indicações das diferentes Direcções (ex.: Marketing e Comunicação, Organização e Qualidade, Capital Humano, Auditoria Interna, *Compliance*, Tecnologias de Informação, Controlo Interno, Jurídico, Direcção de Riscos), de forma a promover uma imagem e reputação positiva do Banco

02. Direcção de Riscos

- Determinar as fontes e os níveis de reputação
- Monitorizar o nível de risco reputacional
- Reportar os resultados das acções de monitorização, bem como determinar medidas de contingência

03. Responsabilidades de Outras Áreas

- Determinar qualitativa e quantitativamente as referências negativas na comunicação social
- Seleccionar fonte(s) de informação
- Disponibilizar meios e/ ou ferramentas que permitam avaliar o nível de satisfação dos Clientes
- Avaliar o número de dias necessários para o Banco contactar o Cliente após apresentação de uma reclamação
- Disponibilizar meios e/ou ferramentas que permitam avaliar o nº médio de dias necessários para processar transferências internacionais
- Medir o número de processos disciplinares
- Medir o número de processos judiciais em conjunto com a Direcção Jurídica
- Avaliar e quantificar o número de deficiências detectadas com impacto directo no Cliente

- Avaliar e quantificar o número de multas impostas pelo regulador
- Medir o número de ataques informáticos
- Medir a disponibilidade dos canais electrónicos de acordo com o *uptime* da infra-estrutura
- Medir o número de processos judiciais em conjunto com a Direcção de Recursos Humanos

Gestão de Reclamações

A qualidade do serviço prestado é considerado um factor fundamental para a satisfação e fidelização dos Clientes do Banco. Neste sentido, e de forma a garantir o melhor acompanhamento possível aos seus Clientes, o Banco Económico dispõe de uma área de qualidade dedicada à análise e monitorização de reclamações.

O Banco Económico adoptou um sistema de gestão e monitorização de reclamações, que assenta no seguinte modelo:

- **01.** Disponibilização de diversos canais para a entrega de reclamações: agências do Banco, carta, telefone, portal do BNA, email e livro de reclamações;
- **02.** Gestão centralizada das reclamações dos Clientes;
- **03.** Registo de todas as reclamações em sistema, permitindo gerir as diferentes etapas, monitorizar o tempo de resposta e produzir informação estatística;
- **04.** Formalização de processos e procedimentos de forma a garantir uma resposta atempada ao Cliente;
- **05.** Capacitação dos Colaboradores sobre normas de transparência, protecção do consumidor e legislação relevante;
- **06.** Reporte periódico de informação estatística quer ao Conselho de Administração quer ao BNA.

Em 2018, o Banco Económico continuou a primar pela qualidade do seu serviço ao Cliente, verificando-se ...

26%

Redução do Número de Reclamações

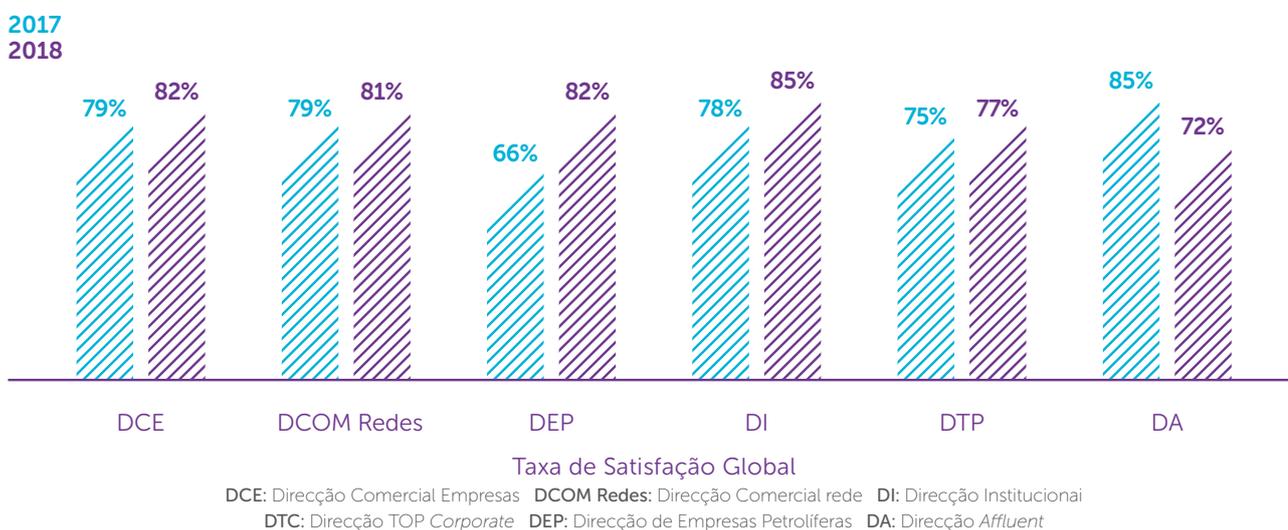
17%

Redução do Tempo Médio de Resposta

Inquérito de Satisfação

O Inquérito de Satisfação a Clientes insere-se no âmbito da política de qualidade de serviço do Banco Económico, tendo por objectivo auscultar a opinião dos Clientes, bem como definir acções de melhoria contínua do atendimento e serviços prestados.

O inquérito é composto por questões específicas sobre os serviços prestados pela estrutura comercial e por questões sobre a satisfação global com o Banco.



De um modo geral, existiu um aumento dos níveis de satisfação dos Clientes com o serviço prestado pelas diversas Direcções. Como resultado, existiu um aumento do nível de satisfação global de 77% para 80%, tendo sido atingida a meta definida para 2018.



77%

Níveis de
Satisfação dos
Clientes 2017



80%

Níveis de
Satisfação dos
Clientes 2018

5.4. Risco Operacional

RISCO OPERACIONAL: consiste na probabilidade de ocorrência de impactos negativos nos resultados ou no capital, decorrentes de perdas resultantes de falhas ou inadequação de processos internos, pessoas, sistemas, fraudes internas ou externas ou inoperacionalidade das estruturas.

O Risco Operacional engloba também o Risco de Sistemas de Informação, que corresponde à possível ocorrência de impactos negativos resultantes da inadequação dos sistemas de informação às necessidades do Banco no que diz respeito ao processamento, segurança, controlo, disponibilidade e continuidade.

Política de Risco Operacional

A Política de Risco Operacional estabelece um conjunto de princípios orientadores de suporte à gestão e monitorização do Risco Operacional a que o Banco Económico está exposto. Esta Política incorpora, por um lado, as directrizes regulamentares definidas pelos órgãos de supervisão responsáveis e por outro, os princípios e as boas práticas de gestão de risco, que visam assegurar a sua adequação à realidade do Banco.

A Política de Risco Operacional do Banco Económico tem em devida consideração a legislação nacional, em particular o Aviso nº 05/2016, Aviso nº 07/2016 e Instrutivo 28/2016 que estabelecem o requisito de fundos próprios regulamentares a considerar no âmbito do Risco Operacional e o modelo de governação deste risco.

Neste âmbito, a definição de metodologias e processos relativos à prevenção, identificação, avaliação, monitorização,

controlo e mitigação do risco operacional são da responsabilidade da Direcção de Riscos.

Modelo de Governação

O Banco Económico tem vindo a reforçar a sua cultura de risco operacional, estabelecendo de forma clara o modelo de governação e as responsabilidades de cada área, promovendo um sistema de controlo interno adequado, bem como a articulação entre os diversos Órgãos e Direcções do Banco.

01. Responsabilidades da Comissão Executiva

- Proceder à análise do Banco Económico e da sua envolvente macroeconómica
- Assegurar a implementação e monitorização das políticas de risco operacional por parte das Direcções
- Decidir quanto à manutenção, aumento ou diminuição da exposição do Banco ao risco
- Aprovação de políticas de Risco Operacional

02. Responsabilidades da Direcção de Riscos

- Garantir a existência de políticas e processos para a gestão de Risco Operacional
- Garantir a revisão da política e dos processos de Risco Operacional

- Garantir que o lançamento de novos produtos, processos, actividades e sistemas são avaliados adequadamente quanto ao Risco Operacional inerente
- Assegurar que o Banco possui planos de contingência e de continuidade de negócios que mantenham a capacidade de operação em função de interrupção parcial ou total da actividade
- Estabelecer e disseminar por todo o Banco a definição de Risco Operacional, assim como critérios e procedimentos para a sua identificação, avaliação, controlo, monitorização, mitigação e reporte, de forma tempestiva

03. Responsabilidades da Direcção de Auditoria Interna

- Validar globalmente o sistema de gestão do Risco Operacional, definindo critérios de avaliação claros
- Auditar o funcionamento do sistema de gestão do Risco Operacional a nível de cada área/ Direcção e do GGR
- Reportar os resultados das acções de auditoria e o estado de implementação e cumprimento das recomendações eventualmente efectuadas
- Reportar as falhas/ fragilidades identificadas no sistema de gestão de Risco Operacional e as respectivas recomendações de melhoria
- Partilhar o resultado das auditorias para que o GGR promova a implementação de medidas adicionais ao robustecimento do sistema de controlo interno, reavalie o grau de exposição ao risco operacional dos processos auditados e identifique potenciais eventos de risco operacional não reportados

04. Responsabilidades da Direcção de Organização e Qualidade

- Gerir o Catálogo de processos do Banco em articulação com o GGR
- Documentar os processos que constituem a base do trabalho de mapeamento de riscos e controlos
- Garantir a actualização dos processos após a implementação das medidas definidas
- Publicar as medidas definidas em normativo interno

05. Responsabilidades da Direcção de Informática

- Providenciar o suporte necessário à disponibilização da ferramenta de risco operacional
- Apoiar na automatização do cálculo dos KRI e KCI e dos relatórios, quando for solicitado pelo GGR
- Alertar para riscos e falhas de controlo ao nível dos sistemas de informação

06. Responsabilidades da Direcção de Contabilidade e Controlo Orçamental

- Garantir a fiabilidade de toda a informação utilizada e reportada

07. Responsabilidades do Comité de Risco

- Aprovar e complementar os relatórios emitidos pelo GGR
- Reportar à Comissão Executiva toda a informação relevante para a definição de políticas e sobre o estado do Sistema de Gestão do Risco Operacional
- Analisar os relatórios e as propostas de mitigação de risco emitidas pela Direcção de Riscos
- Analisar e decidir quais as áreas/ processos que deverão ser alvo de intervenção

Princípios Orientadores

Em matéria de Risco Operacional, a Direcção de Riscos adopta os seguintes princípios orientadores:

- **01.** Desenvolvimento de uma cultura de Risco Operacional;
- **02.** Identificação regular de riscos operacionais a que os produtos, actividades, processos e sistemas do Banco se encontram expostos;

—
03. Desenvolvimento e implementação de políticas, processos e procedimentos para a gestão do risco operacional;

—
04. Desenvolvimento, implementação e manutenção de um modelo de gestão do Risco Operacional integrado nos processos de gestão de risco do Banco, que assegura os princípios de identificação, avaliação, monitorização, controlo e mitigação de risco, sendo este aprovado e revisto periodicamente pelo Conselho de Administração;

—
05. Implementação de um processo regular de monitorização do perfil de Risco Operacional e exposição a perdas;

—
06. Desenvolvimento de processos e procedimentos que visam controlar e mitigar os riscos operacionais incorridos;

—
07. Avaliação da severidade e da frequência da ocorrência de cada um dos riscos afectos a cada um dos processos do Banco, identificando oportunidades claras de melhoria para os processos mais expostos ao risco identificado;

—
08. Estabelecimento de procedimentos e controlos que garantam a efectividade e o desempenho das tarefas, a integridade da informação e o cumprimento dos requisitos regulatórios;

—
09. Definição de planos de contingência que garantam a conclusão de todos os processos operacionais em casos de situações extremas;

—
10. Divulgação de informações suficientes que permitam ao mercado avaliar a abordagem do Banco para a gestão do Risco Operacional.

Modelo de Gestão do Risco Operacional

O Modelo de Gestão do Risco Operacional encontra-se

baseado no mapeamento de riscos e controlos, na análise de informação recolhida nos questionários de avaliação (dados qualitativos) e no registo de eventos (dados quantitativos).

Adicionalmente, compreende ainda a monitorização das actividades de identificação e gestão do risco, a produção de reportes de risco operacional e as técnicas de mitigação do mesmo.

01. Identificação

O Banco garante a identificação e aferição da presença de eventos de Risco Operacional inerente a produtos, actividades, operações, processos e sistemas no sentido de garantir que os riscos e incentivos inerentes são devidamente compreendidos. Adicionalmente, o Banco recolhe e guarda eventos que resultaram numa efectiva perda financeira para uma futura análise e melhoria de procedimentos.

02. Monitorização e Reporte

O Banco implementa um processo de monitorização regular dos perfis de risco, exposições materiais a perdas, detecção de comportamentos suspeitos (os quais são investigados de forma atempada e rigorosa), bem como implementa mecanismos de reporte apropriados no sentido de suportar uma gestão proactiva do risco operacional. O processo de monitorização é realizado de forma a avaliar a eficiência da abordagem ao risco operacional, identificar pontos fracos ao nível de gestão e melhorar a robustez do ambiente de controlo.

03. Controlo e Mitigação

O Banco garante o desenvolvimento de um ambiente de controlo baseado em políticas, processos, sistemas e controlos internos apropriados, bem como implementa processos e procedimentos de mitigação de risco. A partir de situações de fraude confirmadas, ou potenciais, são robustecidos os controlos que previnem a reincidência destes eventos.

Decorrente da necessidade de catalogar todos os processos, riscos e controlos do Banco, a Direcção de Riscos efectua uma análise periódica dos mesmos. A totalidade dos processos de negócio, riscos e controlos encontram-se totalmente documentados, como forma de suportar a sua monitorização periódica.

5.5.

Risco de *Compliance*

RISCO DE COMPLIANCE: probabilidade de ocorrência de eventos com impactos negativos nos resultados ou no capital, como consequência de violações ou inconformidades relativamente a leis, regulamentação, contratos, princípios de ética e conduta e práticas instituídas. Estes impactos podem traduzir-se por exemplo em sanções de carácter legal ou regulamentar, na limitação de oportunidades de negócio ou na impossibilidade de exigir o cumprimento de obrigações contratuais.

Ao longo dos últimos anos, a crescente complexidade das actividades e operações praticadas pelas instituições financeiras têm conduzido os organismos de supervisão e regulação a desenvolver um conjunto de iniciativas relacionadas com as temáticas de Controlo Interno.

Desta forma, a Política de *Compliance* do Banco define os princípios e procedimentos de gestão de Risco de *Compliance* de forma a promover a homogeneização de comportamentos e práticas, assegurando o cumprimento integral da legislação, regras, códigos e normativos em vigor.

Modelo de Governação

A Direcção de *Compliance* é constituída por uma equipa de 14 Colaboradores, dedicados ao cumprimento dos normativos que regulam a Função de *Compliance* nomeadamente o Aviso Nº 22/2012 e Aviso nº02/ 2013, do Banco Nacional de Angola.

Responsabilidades da Direcção de *Compliance*

- Definir e implementar processos de forma a identificar e avaliar o risco resultante do não cumprimento das obrigações legais e dos deveres da instituição
- Estabelecer processos para a rectificação dos incumprimentos detectados
- Definir e implementar um plano de trabalho que determine as actividades a efectuar
- Manter o registo permanente e actualizado das normas a que o Banco está sujeito, internas e externas, acompanhado pela identificação dos responsáveis por garantir o seu cumprimento, e do registo dos incumprimentos detectados
- Controlar os processos de prevenção e detecção de actividades criminosas, nomeadamente a prevenção do branqueamento de capitais e o financiamento ao terrorismo
- Assegurar que qualquer pedido de informação da Unidade de Informação Financeira ou de qualquer outra entidade de supervisão ou fiscalização é respondido prontamente
- Produzir periodicamente relatórios acerca dos indícios ou situações concretas de incumprimento das regras de conduta no relacionamento com os Clientes, bem como de situações que possam sujeitar a instituição ou os seus Colaboradores a processos de transgressão
- Gerir planos de formação para os Colaboradores e para as entidades que suportam a dinamização do negócio
- Documentar, de forma adequada, todos os processos associados à sua área de intervenção
- Desenvolver abordagens, em conjunto com outras funções da instituição, de forma a obter conformidade entre os normativos internos e externos
- Elaborar, anualmente, um relatório referente à efectividade do sistema de controlo interno e de avaliação de risco da instituição, no âmbito da prevenção de branqueamento de capitais e do financiamento do terrorismo



Gestão do Risco de Compliance

Os processos e procedimentos para a gestão e controlo do Risco de *Compliance* encontram-se devidamente descritos e formalizados através do manual de processos do Banco. Os principais procedimentos para o acompanhamento do Risco de *Compliance* são:

01. Inventariar Necessidades

Efectuar pesquisas diárias de forma a identificar possíveis alterações ao quadro legal aplicável ao Banco. Esta actividade visa identificar legislação emergente e garantir o ajustamento da organização a novas normas;

02. Analisar as Necessidades Identificadas

Interpretar a legislação identificada, reconhecendo as implicações e os impactos sobre as actividades do Banco. Para cada requisito é definida a probabilidade de ocorrência de incumprimento, sendo igualmente calculada a exposição ao risco, em função da respectiva probabilidade de ocorrência;

03. Classificar as Necessidades

Após a identificação e análise das necessidades de *Compliance*, a Direcção de *Compliance* deve identificar quais os impactos a nível do Banco, designadamente qual o nível de abrangência em termos de processos, pessoas e necessidades tecnológicas, bem como planear as actividades necessárias à sua implementação;

04. Ajustar a Organização

Este ajustamento tem por objectivo garantir o cumprimento das necessidades de *Compliance* identificadas e analisadas previamente. Para tal, são definidas as adaptações a nível dos processos, pessoas e tecnologia, existindo o envolvimento de diversas Direcções do Banco. Nesta fase, deve existir igualmente a comunicação interna, disseminando as alterações implementadas e, podendo existir a necessidade de realizar sessões de capacitação aos Colaboradores;

05. Monitorizar as Actividades

Elaborar o plano de monitorização das actividades do Banco, devendo esta monitorização ter um carácter preventivo e correctivo. Existem igualmente auditorias à adequação e cumprimento de normas, bem como a produção de relatórios de resultados das monitorizações efectuadas;

06. Sistematizar e Reportar

A Direcção de *Compliance* assegura a sistematização e reporte dos eventos relacionados com o Risco de *Compliance*, centralizando todos os relatórios de inspecção e monitorização, com o objectivo de identificar recomendações, oportunidades de melhoria ou correcções;

07. Inspeção por parte de Entidades Reguladoras

A Direcção de *Compliance* centraliza as notificações provenientes de entidades reguladoras externas de forma a coordenar a inspecção com a Direcção ou Gabinete a ser inspecionado, reunindo os documentos e as informações relevantes para a inspecção.

5.6.

Risco de Crédito

RISCO DE CRÉDITO: risco associado à possibilidade de uma instituição financeira incorrer em perdas financeiras, resultantes do incumprimento das obrigações contratuais por parte dos tomadores nas suas respectivas operações de crédito.

O objectivo da gestão de Risco de Crédito consiste na maximização dos resultados gerados pela instituição financeira, mantendo a exposição a este risco em níveis considerados desejáveis e aceitáveis, face aos objectivos de crescimento definidos para o seu negócio e respeitando as exigências regulamentares a que se encontra sujeita.

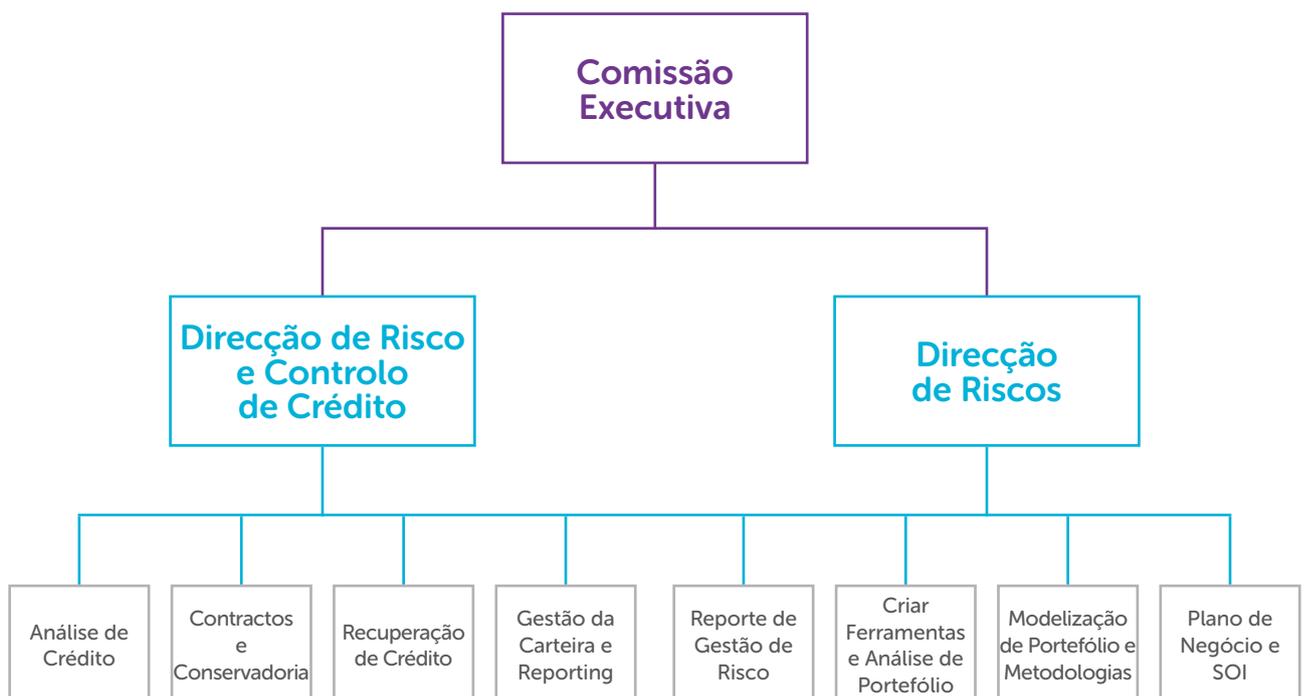
Política do Risco de Crédito

A Política de Risco de Crédito tem como principais objectivos:

- **01.** Garantir o alinhamento com a estratégia de crédito do Banco;
- **02.** Assegurar o cumprimento das regras e procedimentos que regem o processo de aprovação de operações de crédito do Banco Económico;
- **03.** Garantir o cumprimento de regras e regulamentação do BNA em matéria de Risco de Crédito;
- **04.** Monitorizar a implementação de modelos de gestão de Risco de Crédito em conformidade com a regulamentação relevante do BNA.

Modelo de Governação

A Direcção de Risco e Controlo de Crédito é responsável pela gestão de Risco de Crédito incluindo todos os aspectos da análise de crédito, elaboração de contratos de crédito, recuperação de crédito e publicação de relatórios de crédito. A Direcção de Riscos é responsável pela criação e revisão de políticas de Risco de Crédito e Concentração, controlo do risco e gestão global da carteira.



01. Responsabilidades da Comissão Executiva

- Analisar e aprovar a Política de Risco de Crédito, assegurando a sua implementação e cumprimento
- Aprovar limites e tolerância para monitorização de Risco de Crédito e de Concentração
- Analisar e aprovar os objectivos gerais da DRCC e GGR com relação à gestão do risco de crédito
- Rever e decidir sobre as propostas de crédito específicas apresentadas no Conselho de Crédito
- Garantir que a análise de crédito é efectuada conforme a Política de Crédito
- Garantir que o Conselho de Crédito e Comité de Risco ocorrem numa base periódica
- Garantir a implementação eficaz das suas recomendações para corrigir/ melhorar a gestão de risco no Banco

02. Responsabilidades da Direcção de Risco e Controlo de Crédito

- Desenvolver processos e procedimentos para identificar, quantificar, monitorizar e controlar o risco de crédito em todos os produtos e áreas de negócio
- Em colaboração com o GGR preparar, rever e actualizar periodicamente a Política de Risco de Crédito
- Garantir que a função de análise de Risco de Crédito é gerida de forma eficiente
- Garantir que os critérios de aprovação de risco de crédito são cumpridos conforme a Política de Crédito
- Gerir o Risco de Concentração da carteira de crédito conforme a Política de Crédito
- Garantir que os limites e tolerâncias são efectivamente monitorizados e implementados
- Enviar regularmente a informação de crédito do Banco à CIRC, conforme determinado pela regulamentação do BNA
- Gerir e implementar a função de recuperação de crédito, incluindo a prestação de apoio ao processo legal
- Reportar periodicamente informação sobre a carteira de crédito e gestão de risco
- Organizar as reuniões do Conselho de Crédito (Conselho de Crédito Ordinário e Conselho de Crédito Especial)

03. Responsabilidades da Direcção de Riscos

- Em conjunto com DRCC, preparar, rever e actualizar periodicamente a Política de Crédito
- Estabelecer a estratégia de crédito do Banco, em colaboração com as Direcções Comerciais e DRCC
- Preparar os modelos de *pricing* para os produtos de crédito. Desenvolver e rever a modelos de *scoring* e *rating* de crédito, juntamente com a DRCC
- Garantir que os limites e tolerâncias de risco são efectivamente monitorizados e implementados
- Monitorizar e avaliar os limites de Risco de Concentração
- Estabelecer e acompanhar os processos de recuperação de crédito junto das Direcções Comerciais
- Identificar as necessidades relacionadas com ferramentas analíticas, modelos, sistemas para suportar a DRCC e promover o seu desenvolvimento e disponibilidade

Estratégia de Crédito

O Banco Económico é um dos maiores Bancos em Angola, detendo uma base de Clientes diversificada que inclui Clientes de retalho e empresas. O Banco tem como objectivo continuar a melhorar a rentabilidade dos empréstimos concedidos aos seus Clientes.

Crédito a Empresas

Expandir a base de Clientes:

desenvolver novas relações com Clientes empresa, quer no segmento de pequenas e médias empresas como no segmento grandes empresas.

Fortalecer as relações de crédito com os Clientes existentes:

continuar a apoiar activamente os Clientes existentes que apresentam bons modelos de negócio e orientados para o crescimento.

Desenvolver novos produtos de crédito:

aumentar a oferta de produtos de crédito explorando novos produtos ou criando maior flexibilidade em termos das características dos produtos, de modo a responder às necessidades dos Clientes e a diversificar o perfil de risco para o Banco.

Disponibilizar preços competitivos

actualizar o preço de crédito do Banco com regularidade, considerando a evolução das condições do mercado.

Promover soluções rentáveis em produtos de crédito:

o Banco Económico continuará a ser uma instituição relevante no sector financeiro, apoiando o financiamento das exportações e fornecendo divisas, tendo em consideração a alocação de divisas efectuada pelo BNA.

Redução do crédito malparado e incumprimento:

Um factor importante da estratégia de crédito é o foco no processo de recuperação e minimização das perdas para melhorar a rentabilidade. A estratégia do Banco inclui a formação dos Colaboradores e a aquisição de ferramentas que permitam a melhor avaliação do risco na fase de concessão e monitorização do crédito. O Banco Económico continuará a investir na sua equipa especializada de recuperação de crédito e nos seus processos de reestruturação de crédito no sentido de evitar incumprimentos e minimizar perdas

Crédito ao retalho

Relativamente a este segmento de Clientes, a estratégia do Banco está direccionada para a classe média-alta e indivíduos de alto rendimento. O Banco tem realizado esforços no sentido de aumentar a sua base de Clientes, oferecendo produtos com condições atraentes. O Banco pretende aumentar os empréstimos concedidos na vertente de *leasing* de automóveis, cartões de crédito e crédito ao consumo.

Principais Orientações para a Concessão de Crédito

- Com o objectivo de reduzir o nível de incumprimento e melhorar a recuperação de montantes vencidos, o Banco definiu as seguintes orientações:
- Restringir novos créditos a Clientes com histórico de incumprimento no Banco
- Restringir a concessão de crédito aos Clientes sob investigação por parte da Direcção Jurídica, *Compliance* ou Auditoria Interna
- Restringir a concessão de crédito aos Clientes que estejam sob investigação do BNA ou outras autoridades nacionais
- Actualizar, com regularidade mínima mensal, a lista de incumpridores do BNA na plataforma CIRC

Gestão do Risco de Crédito

O processo de concessão de crédito no Banco Económico respeita um conjunto de regras e princípios de segregação de poderes. Este processo envolve as seguintes actividades:

01. Pedido de Crédito/ Concessão

- As Direcções Comerciais do Banco iniciam o processo através do preenchimento de uma proposta de crédito que será submetida para análise e revisão da Direcção de Risco e Controlo de Crédito. Este pedido deverá conter toda a informação necessária e actualizada do Cliente, a caracterização da operação e informação quantitativa e qualitativa da operação.
- Antes de qualquer submissão à Direcção de Risco e Controlo de Crédito, as Direcções Comerciais são ainda responsáveis por realizar uma pré-validação da capacidade de reembolso do Cliente, bem como avaliar o histórico de reembolsos do Cliente relativamente a outros empréstimos no Banco.

02. Análise de Risco de Crédito (Avaliação)

A Direcção de Risco e Controlo de Crédito é responsável pela análise de Risco de Crédito do Banco, dispondo de uma equipa de analistas especializados na avaliação e análise de pedidos de crédito. O processo de análise de crédito inclui os seguintes passos:

- Analisar toda a informação relevante submetida pelas Direcções Comerciais
- Analisar a informação do Cliente gerida pelo BNA através do CIRC
- Assegurar que a documentação obrigatória do Cliente se encontra no processo e devidamente actualizada
- Solicitar informação adicional às Direcções Comerciais, sempre que seja necessário para a tomada de decisões

A análise de crédito é suportada por modelos de avaliação de risco especificamente desenvolvidos para cada segmento de crédito. Os analistas de crédito do Banco Económico procedem regularmente às seguintes análises:

- Avaliação de risco das empresas devedoras com periodicidade mínima anual
- Avaliação de risco dos devedores particulares com mais de USD 0,5M, ou equivalente em Kwanzas, com periodicidade mínima anual
- Avaliação de garantias com periodicidade mínima anual

O Modelo de Gestão de Risco de Crédito encontra-se devidamente alinhado com a regulamentação sobre imparidade do Banco Nacional de Angola. Este modelo atribui a cada crédito um determinado *rating*, tendo por base a informação do Cliente, e da respectiva operação, recolhida em questionários de análise qualitativa e quantitativa.

Ponderador de Risco	Nível de Risco	Rating	Tomada de Decisão
1 – 2	Insuficiente	G	Rejeitar Pedido
2 – 3	Muito Fraco	F	
3 – 4	Fraco	E	
4 – 5	Médio – Baixo	D	Aceitar Pedido
5 – 6	Médio		
6 – 7	Médio – Alto	C	
7 – 8	Bom	B	
8 – 9	Muito bom	A	

A cada variável analisada é atribuída uma pontuação e um ponderador de risco global. A avaliação é caracterizada em diferentes grupos desde “Insuficiente” a “Muito Bom”. O risco médio das operações é calculado numa escala de 1 a 10, com base na média de risco de cada variável e o ponderador das variáveis.

03. Tomada de Decisão

- A decisão de aprovação ou rejeição da proposta de crédito é realizada através do Conselho de Crédito do Banco, que é composto pela Direcção de Risco e Controlo de Crédito, Direcções Comerciais e Comissão Executiva.
- Após a sua análise, a DRCC emite uma das seguintes recomendações: i) emitir parecer favorável nas condições propostas, ii) emitir parecer desfavorável nas condições propostas, iii) emitir parecer favorável, mas com restrições ou propondo novas condições.

04. Acompanhamento

- A carteira de crédito global deverá ser mantida em conformidade com a estratégia de limites de exposição, diversificação e cobertura por garantias e provisões.
- Cada operação, Cliente ou grupo de Clientes é acompanhado, individualmente, com o objectivo de

monitorizar a evolução da probabilidade de recebimento de *cash-flows* futuros esperados e a adopção de medidas que minimizem a probabilidade de ocorrência de perdas decorrentes de uma evolução desfavorável da situação financeira do Cliente.

- As garantias recebidas são reavaliadas periodicamente e a exposição ao risco é recalculada decorrente de oscilações no valor das garantias. Adicionalmente, todos os Colaboradores têm o dever de informar relativamente a qualquer factor que indicie incumprimento ou de eventual redução da capacidade de um Cliente para cumprir os seus compromissos com o Banco.
- O Banco acompanha os indícios de incumprimento dos seus Clientes, tais como, incumprimento na Banca, desvalorização de garantias, existência de cheques emitidos a descoberto, alterações no contexto socioeconómico que possam impactar negativamente a capacidade de reembolso do Cliente.

05. Recuperação

- O Banco garante um processo de acompanhamento do crédito vencido através da área de recuperação de crédito. Esta área deverá gerir as responsabilidades de um Cliente, incluindo todas as operações e o crédito vincendo, bem como avaliar o potencial de recuperação de montantes em dívida através de renegociação ou execução de garantias existentes
- O Banco define rigorosamente as características de operações de renegociação e reestruturação de crédito, assegurando que não se verifica à data da revisão dos contratos qualquer situação de incumprimento que possa significar um agravamento do risco com impacto ao nível das provisões
- Por sua vez, após a recuperação, renegociação ou reestruturação de uma operação de crédito, a Direcção de Risco e Controlo de Crédito mantém a operação sob vigilância

Iniciativas e Indicadores

Definição de Limites e Tolerâncias

Definição de indicadores de risco de crédito e de concentração permitindo acompanhar a cobertura das operações por garantias reais, a cobertura do crédito vencido por via das provisões, e a exposição de depósitos e concessão de crédito do Banco a grupos económicos, Clientes e sectores.

Produção de Relatórios

- Provisões/ Imparidade
- Informação sobre a carteira de crédito
- Informação sobre a exposição por Cliente
- Relatório de crédito sobre o risco e follow-up de crédito
- Mapas de incumprimento
- Informação para monitorização de Clientes irregulares
- Informação sobre a evolução de crédito em incumprimento e definição de acções correctivas
- Resumo dos indicadores de risco de concentração e visão global da carteira em termos de Clientes e sectores
- Visão global da carteira de crédito
- Visão geral do crédito em incumprimento, utilizado pelas Direcções Comerciais para acompanhar o estado de cada Cliente/ progresso de recuperação

Realização de Testes de Esforço

Os testes de esforço são simulações aplicadas à carteira de crédito do Banco de forma a avaliar os efeitos potenciais nas condições financeiras do Banco. Os resultados dos testes de esforço disponibilizam informação de suporte à tomada de decisão, permitindo determinar se a estratégia implementada continua a ser adequada ou se uma alteração na estratégia ou reversão de decisões anteriores são necessárias.

5.7.

Risco de Contraparte

RISCO DE CONTRAPARTE: possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento, pela contraparte, das suas respectivas obrigações financeiras nos termos contratados e que reduzam a capacidade da instituição de resolver os seus compromissos, com impacto directo na redução de ganhos ou rentabilidade no Banco Económico.

A gestão do risco de contraparte consiste no processo de identificação e avaliação de riscos existentes ou potenciais, e na sua efectiva monitorização e controlo, conduzidos através de políticas, processos e de limites consistentes com a estratégia e metodologia definidas pelo Banco.

Neste contexto, o Banco estabeleceu limites de exposição e uma metodologia de controlo ao risco de contraparte, considerando possíveis impactos negativos na sua actividade.

Princípios Orientadores

Tendo em consideração a necessidade de responder às expectativas e níveis de confiança dos vários interlocutores internos e externos do Banco, bem como de forma a cumprir com o enquadramento legal em vigor (em particular, Aviso 2/2013 e Aviso 9/ 2016), o Banco definiu os seguintes princípios:

- **01.** Foco na necessidade de geração de valor para os accionistas do Banco;
- **02.** Assegurar uma base de contrapartes equilibrada para apoiar a estratégia de crescimento do Banco;
- **03.** Manter a rentabilidade dos investimentos no nível mais elevado possível;
- **04.** Diversificar os investimentos ao nível de contrapartes e o tipo de instrumentos;
- **05.** Cumprir com as normas estabelecidas pelo supervisor do sistema bancário angolano.

Modelo de Governação

Para a correcta aplicação das políticas e procedimentos associados ao Risco de Contraparte, o Banco Económico definiu a estrutura organizacional e responsabilidades dos vários Órgãos envolvidos na definição, controlo e mensuração do Risco de Contraparte.



01. Responsabilidades da Comissão Executiva

- Promover a gestão do Risco de Contraparte, objectivando o envolvimento e os incentivos necessários para manter as boas práticas nos processos de definição, aprovação e execução da política de gestão do mesmo
- Aprovar a estrutura organizacional para a gestão do Risco de Contraparte, bem como a respectiva política, limites e estratégia de gestão, de acordo com os objectivos do Banco Económico
- Aprovar a política e estratégia de gestão do Risco de Contraparte, bem como o plano de contingência
- Garantir o cumprimento das exigências dos órgãos reguladores e supervisores

02. Responsabilidades da Direcção Financeira Internacional

- Estabelecer e propor à Comissão Executiva a política, os processos, as directrizes, os instrumentos e as estratégias de gestão do Risco de Contraparte, de acordo com as recomendações internas e dos órgãos reguladores e supervisores
- Propor à Comissão Executiva limites de exposição por contraparte
- Preparar planos de contingência na eventualidade da exposição ao Risco de Contraparte ser superior ao estabelecido

03. Responsabilidades da Direcção de Riscos

- Assegurar a aplicação efectiva de um sistema de gestão de riscos integrado, através do acompanhamento contínuo da sua adequação e eficácia, bem como da aplicação de medidas para corrigir eventuais deficiências do modelo de gestão do Risco de Contraparte
- Aconselhar a Comissão Executiva, reportando informação sobre o Risco de Contraparte e identificando medidas para corrigir eventuais deficiências detectadas

- Implementar e manter um processo de identificação dos factores que, para o Risco de Contraparte, possam afectar a capacidade do Banco para materializar a sua estratégia global e atingir os objectivos definidos
- Desenvolver, implementar e manter um processo de avaliação da probabilidade de ocorrência de perdas e da respectiva magnitude em relação ao Risco de Contraparte
- Estabelecer políticas e procedimentos que sistematizem as tarefas que são desempenhadas por cada função risco
- Identificar necessidades relativas a instrumentos de análise, modelos, ferramentas e sistemas para suporte à Direcção de Riscos e promover o seu desenvolvimento e disponibilização

Posicionamento em 2018

Ao longo dos últimos anos, o sistema bancário angolano tem atravessado um período de deterioração da qualidade de crédito, com implicações directas na política de gestão de contrapartes e no seu nível de exposição.

Como resultado da degradação creditícia surge a redução da capacidade de contratar serviços de correspondência bancária, reduzindo dessa forma o número e a qualidade de correspondentes bancários.

Verifica-se uma concentração considerável das operações do Banco, em virtude do número relativamente reduzido de contrapartes presentes em carteira do Banco. Aproximadamente 2311 Milhões de USD, divididos entre operações de mercado monetário interbancário e mercado de capitais, encontram-se concentrados em 9 contrapartes. Este montante representa cerca de 44% do activo total do Banco Económico.

Mercado Monetário Interbancário

As operações em mercado monetário interbancário representam cerca de 23% do activo total do Banco Económico.

Exposição por Contraparte no MMI

(Milhões USD)

Entidade	Exposição
BNA	606
Novo Banco	213
BAI Europa	131
BPA Europa	95
Standard Bank	59
Mashreq Bank	13
Byblos Europa	12
BCP Suisse	1
TOTAL	1 130

Mercado de Capitais

A carteira de títulos é constituída com títulos de dívida pública – República de Angola, que representam aproximadamente 21% do activo total do Banco Económico.

Exposição por Emitente no MC

(Milhões USD)

Entidade	Exposição
República de Angola	601
TOTAL	601

De forma a acompanhar a exposição ao Risco de Contraparte são produzidos diversos relatórios como: i) Posição Diária de Liquidez, ii) Mapa de Risco de Liquidez e, iii) Relatório de Liquidez.

Modelo de Gestão do Risco de contraparte

No Banco Económico o risco de contraparte é gerido por meio de metodologias e modelos consistentes com as melhores práticas de mercado e compatíveis com a complexidade das actividades da instituição.

01. Identificação de Contraparte

Identificar as contrapartes com as quais o Banco pretende estabelecer relação de correspondência bancária e realizar investimentos em produtos de mercado monetário interbancário ou mercado de capitais. A selecção de contraparte, apesar de também estar condicionada às oportunidades de

negócio, obedece a critérios qualitativos como: a qualidade dos seus accionistas (e últimos beneficiários), a qualidade dos seus gestores principais e a qualidade dos seus activos e da sua solvabilidade. Apenas após a identificação e selecção criteriosa da contraparte são definidos os limites de exposição.

02. Definição do Limite de Exposição

O limite de exposição às contrapartes está estabelecido de acordo com os limites dos grandes riscos definidos pelo BNA no seu instrutivo nº 09/2016 que estabelece um limite máximo de exposição à contraparte de 25% dos Fundos Próprios Regulamentares. Os limites de exposição são estabelecidos em Kwanzas para as contrapartes nacionais e em Dólares dos Estados Unidos para as contrapartes estrangeiras.

03. Gestão do risco

A gestão do Risco de Contraparte deve garantir que toda a exposição ao mesmo está de acordo com os limites previamente estabelecidos e aprovados pela Comissão Executiva.

04. Monitorização e Reporte

Recorrendo aos padrões definidos pelas políticas internas do Banco Económico, a Direcção Financeira Internacional é responsável pelo acompanhamento, mensuração e reporte do Risco de Contraparte.

Adicionalmente, o Banco dispõe de ferramentas complementares ao seu processo de gestão do Risco de Contraparte, nomeadamente:

— **Análise de Cenários de Stress:** testa o nível de incumprimento das operações em mercado monetário interbancário, nível de incumprimento em mercado de capitais e desvalorização dos colaterais

— **Plano de Contingência:** accionado sempre que existe uma clara e persistente dificuldade de cumprimento dos limites de exposição, avaliando a necessidade de aumento do colateral exigido à contraparte, a diversificação das aplicações por contraparte e a cobertura das aplicações recorrendo a derivados de crédito

5.8.

Risco de Liquidez

RISCO DE LIQUIDEZ: possibilidade de uma instituição não ser capaz de honrar seus compromissos na data de vencimento, ou fazê-lo com elevadas perdas. Adicionalmente ao risco de taxa de juro e reputacional, a existência de problemas de liquidez poderá implicar também o problema de contágio para o sistema financeiro.

Define-se gestão de liquidez como o conjunto de processos que visam garantir a capacidade de pagamento da instituição, considerando o planeamento financeiro, os limites de riscos e a optimização dos recursos disponíveis. A gestão de liquidez constitui uma das mais importantes actividades para as instituições que operam no mercado financeiro.

Neste sentido, o Banco Económico dispõe de uma política de gestão da liquidez coerente com a sua estrutura de financiamento, bem como uma política de contingência capaz de responder aos momentos de ruptura eminente.

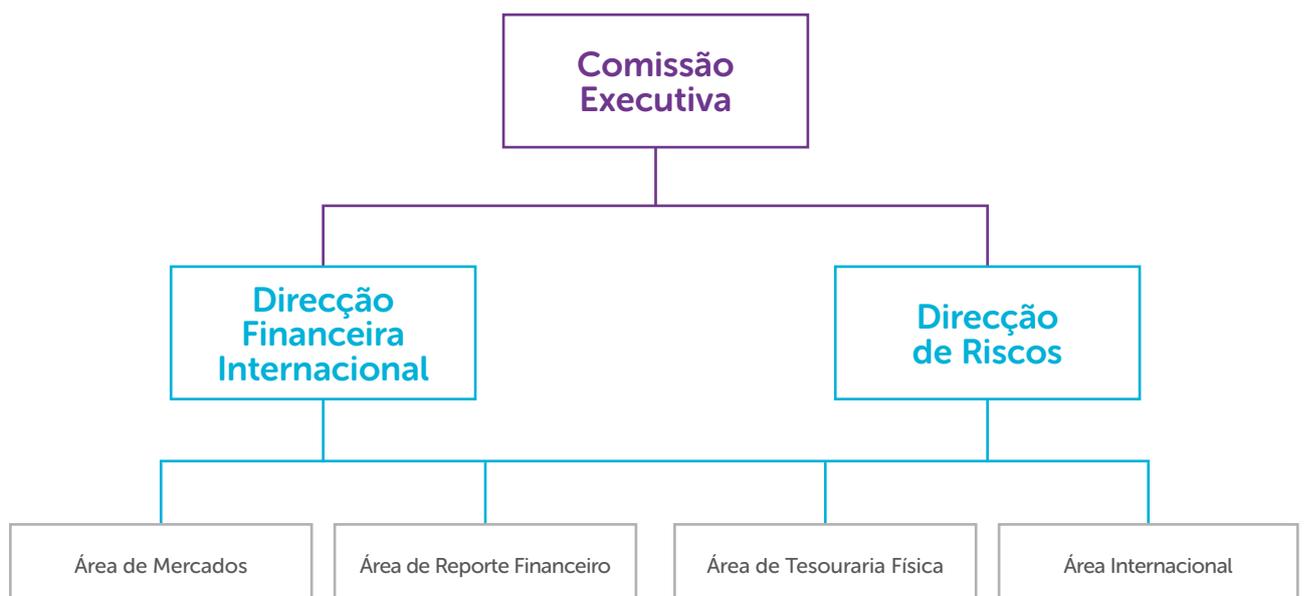
Estas políticas determinam a metodologia de identificação, mensuração e controlo do risco de liquidez, de forma a que o Banco consiga gerir a sua exposição e reduzir a probabilidade de ocorrência de problemas relativos à falta de liquidez.

Princípios Orientadores

- **01.** Assegurar uma base de financiamento equilibrada para apoiar a estratégia de crescimento das instituições;
- **02.** Manter o custo de refinanciamento o mais baixo possível.
- **03.** Garantir que o Banco está sempre em posição de cumprir as suas obrigações perante os seus Clientes;
- **04.** Cumprir com as normas estabelecidas pelo supervisor do sistema bancário angolano.

Modelo de Governação

O Banco Económico possui uma estrutura, modelo de governação e responsabilidades bem definidas para uma correcta aplicação das políticas e procedimentos utilizados na mensuração e controlo do Risco de Liquidez do Banco.



01. Responsabilidades da Comissão Executiva

- Assegurar que o Banco mantém níveis adequados e suficientes de liquidez
- Promover a gestão do Risco de Liquidez, objectivando o envolvimento e os incentivos necessários para manter as boas práticas nos processos de definição, aprovação e execução da política de gestão do mesmo
- Aprovar a estrutura organizacional para a gestão do Risco de Liquidez, bem como a respectiva política, limites e estratégia de gestão, de acordo com os objectivos do Banco Económico
- Aprovar a política e estratégia de gestão do Risco de Liquidez, bem como o plano de contingência de liquidez
- Garantir o cumprimento das exigências dos órgãos reguladores e supervisores

02. Responsabilidades da Direcção Financeira Internacional

- Definir a política de gestão dos limites do Risco de Liquidez em colaboração com a Direcção de Riscos
- Estabelecer procedimentos para a gestão dos limites do Risco de Liquidez garantindo o cumprimento da estratégia financeira do Banco
- Preparar planos de contingência para responder a situações de adversidade
- Fazer o acompanhamento regular da posição de liquidez do Banco e monitorizar os eventos internos e externos que possam resultar num impacto adverso no nível de liquidez
- Propor à Direcção de Riscos actualizações necessárias às políticas e procedimentos de gestão da liquidez do Banco
- Manter a Comissão Executiva regularmente informada sobre a evolução da posição de liquidez do Banco

- Manter os Colaboradores responsáveis pela gestão de liquidez devidamente informados e actualizados sobre os procedimentos

03. Responsabilidades da Direcção de Riscos

- Definir a política de gestão dos limites do Risco de Liquidez em estreita colaboração com a Direcção Financeira e Internacional
- Propor mecanismos de acompanhamento
- Manter a Comissão Executiva regularmente informada sobre a evolução dos limites do Risco de Liquidez do Banco
- Reportar ao regulador os relatórios obrigatórios sobre o cumprimento dos limites de Risco de Liquidez
- Assegurar a aplicação efectiva de um sistema integrado de gestão de riscos, através do acompanhamento contínuo da sua adequação e eficácia, bem como da aplicação de medidas para corrigir eventuais deficiências do modelo de gestão do Risco de Liquidez
- Aconselhar a Comissão Executiva, reportando a exposição a diversos riscos e identificando acções correctivas
- Desenvolver, implementar e manter um processo de avaliação da probabilidade de ocorrência de perdas e da respectiva magnitude em relação a cada risco
- Identificar necessidades relativas a instrumentos de análise, modelos, ferramentas e sistemas para suporte à Direcção de Riscos e promover o seu desenvolvimento e disponibilização

Princípios Orientadores

No âmbito do Risco de Liquidez, são especialmente acompanhadas as seguintes iniciativas:

- 01.** Definição do manual de gestão de liquidez do Banco e revisão periódica do mesmo;

02. Definição do nível de solvência adequado, através de ferramentas e medidas focadas em atingir uma rentabilidade compatível com o consumo de recursos próprios;

03. Implementação, avaliação e análise de indicadores de exposição ao Risco de Liquidez e respectivos limites, alinhados com a estratégia do Banco e produção de relatórios periódicos;

04. Definição e implementação de um plano de liquidez que incorpora uma visão estratégica e prospectiva do que será a evolução do balanço e dos mercados por forma a assegurar a gestão das necessidades e excedentes de tesouraria gerados pela sua actividade. Este plano de liquidez está sustentado numa estrutura de financiamento desejada para a evolução prevista dos activos e passivos, bem como na definição de um conjunto de acções para cumprir com essa estrutura;

05. Monitorização da aplicação dos fundos existentes, de modo a cumprir e assegurar os níveis de liquidez adequados e necessários para uma correcta posição de liquidez do Banco;

06. Gestão activa da posição de liquidez intra-diária e dos riscos associados à capacidade de cumprimento das suas obrigações, tanto em condições normais de actividade como em condições de crise de liquidez;

07. Definição e realização de testes de *stress* tendo por base cenários que permitam testar a resiliência do plano de liquidez do Banco e antecipar acções de mitigação face a uma eventual crise de liquidez;

08. Elaboração de um Plano de Contingência de Liquidez, definindo responsáveis pela monitorização dos eventos indicativos de potenciais crises de liquidez e as acções a realizar em caso de crise de liquidez;

09. Incorporação dos custos, benefícios e riscos de liquidez nos preços internos do Banco. Este factor deve ser considerado na análise do desempenho dos produtos, serviços e unidades de negócio e na aprovação de novos produtos e serviços;

10. Promoção e preservação de relações com fontes de financiamento diversificadas que sustentem o financiamento regular;

11. Identificação dos principais factores que asseguram a capacidade de financiamento do Banco, garantindo a monitorização regular dos respectivos indicadores.

Optimização de Liquidez

Adicionalmente aos diversos relatórios de monitorização utilizados (ex.: Posição diária de liquidez, Mapa de Risco de Liquidez, Relatório de Liquidez), o Banco Económico tem procurado implementar um conjunto de medidas de optimização dos fluxos de tesouraria, de forma a mitigar os factores potenciadores do Risco de Liquidez, evitando assim perdas financeiras para o Banco.

01. Medidas ao Nível da Estrutura de Financiamento

- Aumentar os recursos de Clientes e diversificar a base de Clientes, através da captação de novos Clientes e captação de recursos de grandes empresas
- Disponibilizar de novos produtos financeiros para captar novos Clientes e novos recursos, alargando a maturidade média dos recursos de Clientes
- Encontrar fontes de financiamento alternativas de médio e longo prazo

02. Medidas ao Nível da Estrutura de Investimento

- Assumir uma política de concessão de crédito relativamente mais restritiva, face à captação de novos recursos de Clientes
- Promover a melhoria da qualidade do crédito, através da adopção de critérios de avaliação do risco de crédito mais apertados, diminuindo o risco de incumprimento
- Reforçar das garantias reais na concessão créditos, diminuindo a exposição ao Cliente
- Promover a utilização de alternativas de investimento mais rentáveis e com maior capacidade de gerar liquidez

Estas medidas, permitirão aumentar a qualidade do crédito e a sua rentabilidade, tendo um impacto directo sobre o desempenho da liquidez do Banco e por conseguinte sobre a robustez da sua actividade.

Gestão do Risco de Liquidez

A escolha dos modelos de gestão do Risco de Liquidez do Banco Económico encontra-se alinhada com o enquadramento legal do sistema financeiro, bem como com as políticas internas do Banco. A gestão do Risco de Liquidez é efectuada no Banco Económico recorrendo a dois modelos distintos: Modelo de Fluxos de Caixa e Índices de Liquidez.

Fluxos de Caixa

O modelo de Fluxos de Caixa visa identificar os *gaps* ou desfasamentos no fluxo de caixa temporal de todos os activos e passivos, de acordo com as respectivas características das operações. A análise de fluxos de caixa é utilizada na avaliação da liquidez do Banco, uma vez que permite mapear todos os activos e passivos num determinado horizonte temporal.

Os Fluxos de Caixa de activos e passivos são agrupados em bandas temporais, com o Banco a garantir que possui activos suficientes para cobrir os respectivos passivos em cada banda temporal. Adicionalmente, o Banco realiza testes de aderência das projecções efectuadas, no sentido de procurar mensurar a aderência da projecção e tomar medidas visando à convergência dos valores projectados com a liquidez efectiva e, conseqüentemente, aumentar a segurança das previsões

Índices de Liquidez

Os Índices de Liquidez permitem análises comparativas entre períodos diferentes ou em relação a outras instituições com o mesmo perfil. O Banco Económico aplica os seguintes Índices de Liquidez:

- Reservas Mínimas Obrigatórias
- Activos Líquidos/ Passivos Totais
- Activos Líquidos/ Passivos de Curto Prazo
- (Disponibilidades + Aplicações)/ Passivo de Curto Prazo
- Activos Líquidos/ Activos Totais
- Crédito/ Depósitos
- Financiamento no Mercado Monetário Interbancário/ Financiamento Total

5.9.

Risco de Mercado

RISCO DE MERCADO: possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições detidas pelo Banco Económico em produtos cambiais, produtos de taxa de juro, acções e mercadorias (*commodities*).

A gestão do Risco de Mercado é um processo contínuo de identificação, avaliação, monitorização e controlo da exposição decorrente de posições detidas em produtos cambiais, produtos taxa de juro, acções e mercadorias, com o objectivo de estas serem mantidas dentro dos limites regulatórios e dos limites internos definidos pelo Banco.

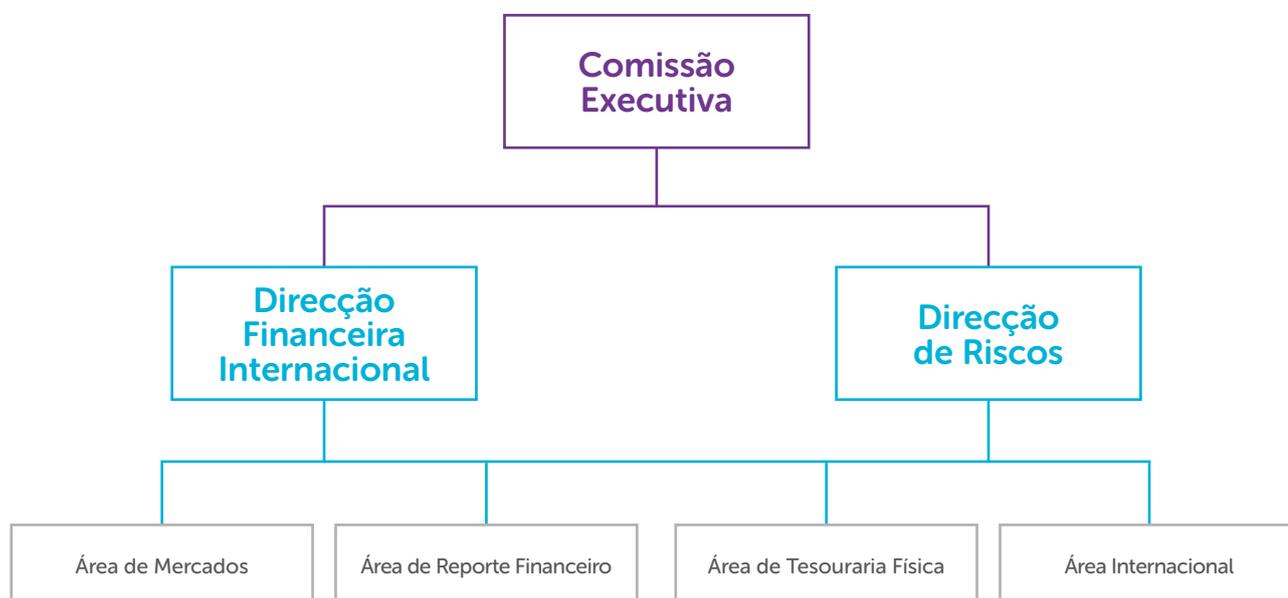
O processo de gestão de Risco de Mercado exige a observação da natureza das suas principais operações, dos produtos e serviços oferecidos, do grau de exposição ao mesmo e a procura do alinhamento com as melhores práticas, normas e demais regulamentos aplicáveis.

Princípios Orientadores

- **01.** Adoptar posições conservadoras em relação aos riscos envolvidos nas operações, assumindo cenários adversos;
- **02.** Manter a transparência na gestão do Risco de Mercado;
- **03.** Identificar com antecedência os riscos inerentes a novas actividades e produtos;
- **04.** Acompanhar as informações e tendências de mercado com vista à mitigação dos riscos;
- **05.** Basear-se nas recomendações do BNA, procurando solidificar os processos internos de gestão de risco;
- **06.** Adoptar, por meio de *benchmarking* com outros Bancos, as melhores práticas de mercado;
- **07.** Ajustar, posicionar e manter a estrutura de gestão de risco ajustada à dimensão e características do Banco.

Modelo de Governação

De forma a garantir a correcta aplicação das políticas e procedimentos utilizados na mensuração e gestão de Risco de Mercado por parte do Banco, foram determinados os órgãos responsáveis pela definição, controlo e mensuração deste risco.



01. Responsabilidades da Comissão Executiva

- Promover o processo de gestão do Risco de Mercado, definindo o envolvimento e os incentivos necessários para manter as boas práticas nos processos de definição, aprovação e execução das directrizes de gestão deste risco
- Aprovar a estrutura organizacional para a gestão do Risco de Mercado
- Aprovar as directrizes, a política e a estratégia para a gestão do Risco de Mercado
- Garantir o cumprimento das exigências dos órgãos reguladores e supervisores

02. Responsabilidades da Direcção Financeira Internacional

- Propor para aprovação da Comissão Executiva a política, os limites, as directrizes e os instrumentos de gestão do Risco de Mercado
- Ser responsável pela implementação da estrutura de gestão do Risco de Mercado, com funções e responsabilidades claramente definidas e instrumentos apropriados que possibilitem a identificação, avaliação, gestão e a comunicação do Risco de Mercado
- Estabelecer padrões e procedimentos de gestão de risco, em conformidade com as recomendações do BNA

- Avaliar, documentar e informar a Comissão Executiva e os Órgãos Supervisores sobre a gestão do Risco de Mercado
- Assegurar a revisão da política de gestão do Risco de Mercado
- Avaliar as características dos novos produtos e os respectivos riscos envolvidos

03. Responsabilidades da Direcção de Riscos

- Assegurar a aplicação efectiva de um sistema integrado de gestão de riscos, através do acompanhamento contínuo da sua adequação e eficácia, bem como da aplicação de medidas para corrigir eventuais deficiências do modelo de gestão do Risco de Mercado
- Aconselhar a Comissão Executiva, reportando a exposição a diversos riscos e identificando acções correctivas
- Propor mecanismos de acompanhamento
- Desenvolver, implementar e manter um processo de avaliação da probabilidade de ocorrência de perdas e da respectiva magnitude em relação a cada risco
- Estabelecer políticas e procedimentos que sistematizem as tarefas que são desempenhadas por cada função risco
- Identificar necessidades relativas a instrumentos de análise, modelos, ferramentas e sistemas para suporte à Direcção de Riscos e promover o seu desenvolvimento e disponibilização

Modelo de Gestão do Risco de Mercado

A gestão do Risco de Mercado é efectuada recorrendo a dois modelos distintos, sendo ambos monitorizados regularmente.

01. Análise de Posições Expostas ao Risco

A análise de posições consiste no apuramento dos montantes expostos, por intervalos de maturidades, aos Riscos de

Mercado sob gestão. É feita uma análise do *mismatch* dos activos e passivos que compõem a estrutura do balanço e são apurados os valores em risco resultantes do:

- Desnívelamento de taxas de juro sob a condição de remuneração do activo superior à remuneração do passivo
- Montantes em risco resultante do *repricing* dos activos e dos passivos

Contudo, a monitorização e controlo das posições não fornece uma visão completa face à real exposição aos diversos factores de risco. Por este motivo, o Banco Económico complementa esta medida com outras ferramentas de controlo do Risco de Mercado, nomeadamente com a análise de sensibilidade.

02. Análise de Sensibilidade

A análise de sensibilidade demonstra o impacto que a mudança de um determinado factor de risco gera sobre os resultados do Banco Económico.

As análises de sensibilidade são uma métrica particularmente importante para a gestão do Risco de Mercado visto que pequenas mudanças nos factores de risco podem gerar perdas/ ganhos significativos nos resultados da instituição.

Com este modelo pretende-se avaliar os impactos no Banco sobre o seu valor actual ou valor económico das suas posições e no seu retorno face a possíveis alterações num conjunto de variáveis de mercado consideradas como factores de risco. Fazem parte destas variáveis de mercado com relevância para o Banco Económico:

- Taxas de Juro
- Taxas de Câmbio
- Preços de Mercado dos Instrumentos Financeiros
- Medidas de Expansão e Contração da Oferta Monetária

Processo de Gestão de Risco de Mercado

O processo de gestão do Risco de Mercado pode ser definido em 4 etapas:

01. Identificação dos Factores de Risco

A Direcção Financeira Internacional e o Gabinete de Gestão de Riscos são responsáveis pela identificação de factores potenciadores de riscos específicos a que o Banco está exposto, com o objectivo de avaliar os possíveis impactos sobre a estrutura dos activos/ passivos, resultante da alteração ou variação destes factores de risco.

02. Mensuração do Risco de Mercado

A Direcção Financeira Internacional é responsável pelo acompanhamento e mensuração dos factores de Risco de Mercado, recorrendo aos modelos definidos pelo Banco.

De acordo com o tipo de instrumento e o modelo adoptado é quantificado o montante exposto ao Risco de Mercado, avaliando-se de seguida o limite definido. A Direcção Financeira Internacional é responsável pela informação de mercado utilizada nos modelos, assim como a informação contabilística.

03. Adequação aos Limites de Risco estabelecidos

Os limites de Risco de Mercado são definidos pela Direcção Financeira Internacional e aprovados pela Comissão Executiva.

Terminada a fase de quantificação dos montantes de exposição ao risco, este é comparado com os limites definidos internamente pelo Banco, sendo que através desta análise será possível concluir se o Banco se situa dentro dos limites de risco definidos e redefinir a abordagem futura (ou seja, assumir um risco maior, contenção ou medidas de correcção).

04. Reporte do Risco de Mercado

Compete à Direcção Financeira Internacional o reporte da evolução dos riscos específicos sob a sua gestão, sendo da responsabilidade do Gabinete de Gestão de Riscos a elaboração de relatórios que evidenciem a gestão global do risco do Banco Económico.

Neste âmbito, o relatório de Gestão do Risco de Mercado é realizado com uma periodicidade mínima mensal e reportado à Comissão Executiva.

5.10.

Risco de Concentração

RISCO DE CONCENTRAÇÃO: exposição ou grupo de exposições com o potencial de produzir perdas significativas (em relação ao capital, activos totais, ou níveis de risco global) que ameaçam a capacidade da instituição em manter as suas principais operações.

Desta forma, a gestão do Risco de Concentração consiste num conjunto de processos de identificação e definição de indicadores de tolerância ao risco, de forma a não exceder o limite global de cada contraparte ou carteira.

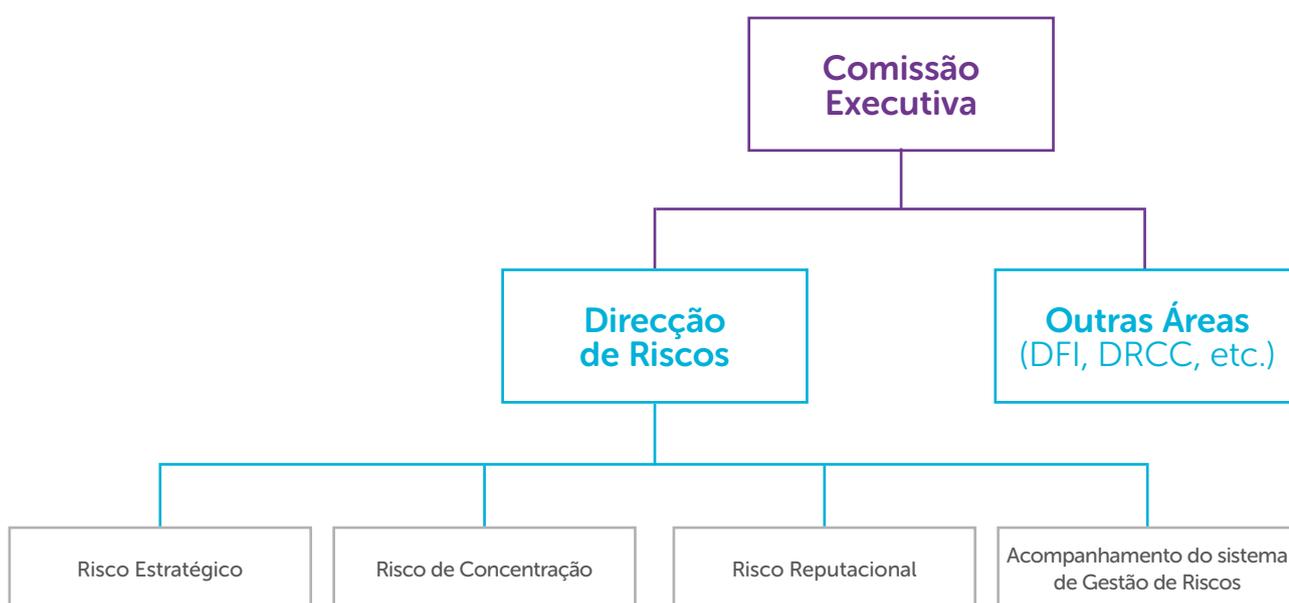
A concentração de risco poderá acarretar impactos consideráveis sobre a estabilidade financeira de uma instituição, nos casos em que se verifique por exemplo incumprimento por parte de Clientes, falência de empresas ou mobilização massiva de depósitos para a concorrência.

De modo a combater e antecipar eventuais situações de instabilidade financeira, a gestão do Risco de Concentração no Banco Económico considera os seguintes elementos chave:

- **01.** Assegurar o financiamento equilibrado para apoiar a estratégia de crescimento do Banco;
- **02.** Garantir que o Banco define com precisão os limites e sublimites de concentração da sua carteira;
- **03.** Garantir a diversificação da exposição da carteira;
- **04.** Lidar e responder com antecipação a eventuais situações de incumprimento;
- **05.** Cumprir com os seguintes requisitos legais: Aviso do BNA nº2/2013, nº7/2016 e nº9/2016.

Modelo de Governação

De forma a garantir a correcta aplicação dos procedimentos para mensuração e gestão do Risco de Concentração, o Banco Económico definiu e formalizou a estrutura organizacional responsável pela gestão desta tipologia de risco.



01. Responsabilidades da Comissão Executiva

- Assegurar que o Banco Económico mantém níveis adequados de Fundos Próprios Regulamentares, tendo em consideração os limites definidos para o Risco de Concentração
- Promover o processo de gestão do Risco de Concentração, definindo o envolvimento e os incentivos necessários para manter as boas práticas nos processos de definição, aprovação e execução das directrizes da gestão deste risco
- Aprovar a estrutura organizacional para a gestão do Risco de Concentração
- Aprovar a política, as estratégias de gestão do Risco de Concentração, bem como o plano de contingência

02. Responsabilidades da Direcção de Riscos

- Indicar os limites para os rácios de concentração
- Monitorizar e avaliar o Risco de Concentração
- Realizar testes de *stress*
- Fornecer *feedback* sobre os resultados obtidos e sugerir medidas de contingência

03. Responsabilidades de Outras Áreas

- Cooperar na elaboração de procedimentos de Risco de Concentração e que se correlacionem com as suas áreas de actividade
- Partilhar a informação necessária à gestão do Risco de Concentração
- Cooperar na definição dos limites e respectiva base de cálculo

A prudência na gestão de Risco de Concentração inclui procedimentos, que de forma organizada e metódica, mantêm os níveis de concentração abaixo dos limites definidos, ou soluções que compensem o eventual incumprimento dos riscos concentrados. As acções a tomar, caso os níveis de concentração se encontrem acima dos limites definidos, são: redução da exposição ao risco através da venda de crédito; congelamento da concessão de crédito a segmentos onde se verifique maior concentração; dinamização da venda de crédito aos restantes segmentos; aumento do capital próprio.

Processos de Suporte

De forma complementar ao processo de gestão do Risco de Concentração, o Banco Económico dispõe ainda de outros processos de suporte, nomeadamente:

01. Testes de Esforço

Os testes de esforço são simulações aplicadas à carteira de activos e passivos por forma a avaliar os efeitos potenciais nas condições financeiras do Banco. Por conseguinte, a análise aos cenários de concentração constitui um aspecto fundamental na gestão do risco.

02. Informação de Gestão

Para medir e monitorizar o Risco de Concentração, o Banco garante a qualidade da informação de gestão armazenada, permitindo medir os níveis de concentração, tais como os detalhes relativos a Carteiras de Crédito (Cliente, contrato, tipo de crédito, taxas de juro, datas, montantes, risco BNA, *rating*, moeda), Carteiras de Depósitos (Cliente, contrato, tipo de depósito, taxas de juro, datas, montantes, moeda) ou informações de Balanço.

03. Plano de Contingência

Para os casos de ocorrência de crises pontuais ou crónicas de concentração de risco, o Banco Económico está preparado para implementar o seu Plano de Contingência. Este Plano de Contingência deverá ser accionado quando não forem cumpridos os limites na gestão de concentração.

MODERNIDADE

Num mundo em constante mudança, importa estabelecer objetivos de progresso, alicerçados em critérios de modernidade, que nos liguem hoje e sempre ao futuro. Preferir um banco que entende as expectativas dos clientes e lhes adianta soluções inovadoras é uma decisão acertada. Escolher bem agora é garantir a estabilidade e a confiança no rumo de amanhã.



INFORMAÇÃO FINANCEIRA

6.1. Informação Financeira Individual

6.2. Informação Financeira Consolidada

Caminho de Crescimento...

Durante o ano de 2018, e num contexto macroeconómico desafiante, verificou-se um aumento significativo dos resultados do Banco Económico, reflectindo uma vez mais a confiança dos Clientes no Banco e nos seus Colaboradores.

Margem Financeira

32 262

milhões de AOA

(+181% face a 2017)

Activo Total

1 357 610

milhões de AOA

(+47% face a 2017)

Produto Bancário

143 295

milhões de AOA

(+413% face a 2017)

Crédito Concedido

210 621

milhões de AOA

(+39% face a 2017)

Resultado Líquido

36 374

milhões de AOA

(+505% face a 2017)

Recursos de Clientes

1 059 122

milhões de AOA

(+62% face a 2017)

...Orientado para o Futuro

Cost-to-Income

17%

(-52 p.p. face a 2017)

Return-on-Equity (ROE)

50%

(+45 p.p. face a 2017)

Rácio de Solvabilidade

21%

(+5 p.p. face a 2017)

Return-on-Assets (ROA)

3%

(+3 p.p. face a 2017)

Rácio de Transformação

20%

(-1 p.p. face a 2017)

6.1.

Informação

Financeira Individual

Balanço

	2017 Milhares AOA	2018 Milhares AOA	Varição	2017 Milhares USD	2018 Milhares USD	Varição	Notas
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	138 549 166	194 901 353	41%	835 016	631 552	-24%	14
Disponibilidades em outras instituições de crédito	34 755 931	53 976 813	55%	209 469	174 905	-17%	15
Aplicações em Bancos centrais e em outras instituições de crédito	81 968 105	109 871 667	34%	494 010	356 025	-28%	16
Carteira de títulos	148 723 508	181 917 398	22%	896 335	589 479	-34%	17
Crédito a Clientes	178 835 613	124 537 742	-30%	1 077 816	403 548	-63%	18
Activos não correntes detidos para venda	5 155 788	27 548	-99%	31 073	89	-100%	19
Outros activos tangíveis	45 324 533	42 123 013	-7%	273 164	136 494	-50%	20
Activos intangíveis	2 144 991	3 763 903	75%	12 928	12 196	-6%	21
Investimentos em associadas e empreendimentos conjuntos	1 517 075	2 480 184	63%	9 143	8 037	-12%	22
Outros activos	283 681 147	644 010 772	127%	1 709 705	2 086 831	22%	23
ACTIVO	920 099 641	1 357 610 391	47%	5 548 660	4 399 156	-21%	

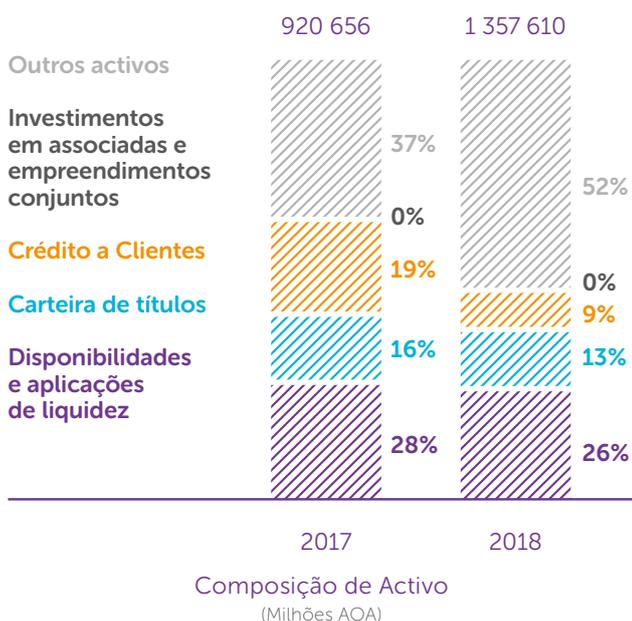
	2017 Milhares AOA	2018 Milhares AOA	Varição	2017 Milhares USD	2018 Milhares USD	Varição	Notas
Recursos de Bancos centrais e de outras instituições de crédito	119 894 301	29 334 097	-76%	722 586	95 053	-87%	24
Recursos de Clientes e outros empréstimos	651 833 602	1 059 122 420	62%	3 928 507	3 431 946	-13%	25
Passivos financeiros detidos para negociação	1 157	-	-	7	-	-	
Passivos subordinados	71 111 361	132 262 143	86%	428 578	428 578	0%	26
Provisões	4 671 044	13 100 684	180%	28 152	42 451	51%	27
Passivos por impostos correntes	24 843	5 057 634	20 258%	150	16 389	10 846%	28
Outros passivos	28 701 550	45 877 808	60%	172 980	148 661	-14%	29
PASSIVO	876 237 859	1 284 754 786	47%	5 280 959	4 163 077	-21%	

	2017 Milhares AOA	2018 Milhares AOA	Varição	2017 Milhares USD	2018 Milhares USD	Varição	Notas
Capital Social	72 000 000	72 000 000	0%	433 934	233 306	-46%	30
Reservas de justo valor	(0)	-	-	(0)	-	-	31
Outras reservas	23 903 096	24 504 329	3%	144 061	79 403	-45%	31
Resultados transitados	(57 497 422)	(60 023 010)	4%	(346 529)	(194 497)	-44%	31
Resultado líquido	6 012 325	36 374 286	505%	36 235	117 866	225%	
FUNDOS PRÓPRIOS	44 417 999	72 855 605	64%	267 701	236 079	-12%	

	2017 Milhares AOA	2018 Milhares AOA	Varição	2017 Milhares USD	2018 Milhares USD	Varição	Notas
PASSIVO E FUNDOS PRÓPRIOS	920 655 858	1 357 610 391	47%	5 548 660	4 399 156	-21%	

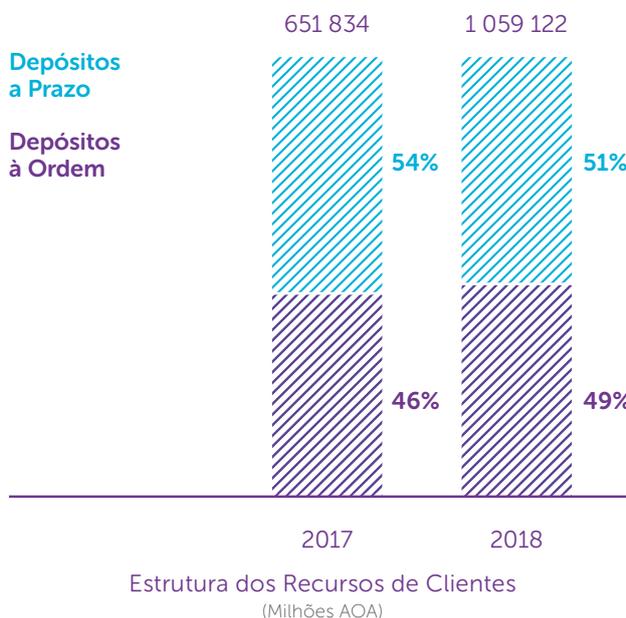
Análise de Balanço

No final de 2018, o activo líquido do Banco Económico cifrou-se em 1 357 610 milhões de AOA, reflectindo um aumento de 47% face ao período homólogo. Este incremento resultou de uma variação positiva de rubricas como: disponibilidades e aplicações de liquidez (+41%), carteira de títulos (+22%) e, investimentos em associadas e empreendimentos conjuntos (+63%).



A redução do montante de crédito a clientes de 178 836 milhões de AOA em 2017 para 124 538 milhões de AOA em 2018 resultou de um contexto de maior incerteza, risco, subida das taxas de juro e deterioração da qualidade do crédito, dificultando a sua concessão. Neste contexto, o peso do crédito a Clientes no total do activo do Banco, diminuiu aproximadamente 10 pontos percentuais.

Por sua vez, em 2018, os recursos captados de Clientes registaram um crescimento muito significativo na ordem dos 62%, face aos valores captados em 2017, tendo sido atingido um valor de 1 059 122 milhões de AOA. Embora este movimento seja maioritariamente explicado pelo crescimento dos depósitos em moeda estrangeira (+115%) em resultado da desvalorização do Kwanza face ao Dólar Norte-Americano, é também um sinal de confiança na sustentabilidade e seriedade do Banco Económico por parte dos Clientes do Banco, na medida em que os depósitos em moeda nacional também cresceram face aos valores de 2017 (+2%).



Carteira de Crédito	2017 Milhares AOA	2018 Milhares AOA	Variação	2017 Milhares USD	2018 Milhares USD	Variação
CRÉDITO INTERNO VIVO	82 373 250	110 577 645	34%	496 452	358 312	-28%
Empresas						
Créditos em conta corrente	10 975 568	12 227 549	11%	66 148	39 622	-40%
Empréstimos	57 749 400	52 405 670	-9%	348 047	169 814	-51%
Descobertos	202 404	24 980 958	12 242%	1 220	80 947	6 536%
Locação financeira	2 817 802	2 773 224	-2%	16 982	8 986	-47%
Particulares						
Habitação	5 253 019	8 802 026	68%	31 659	28 522	-10%
Consumo e outros	5 375 058	9 388 218	75%	32 395	30 421	-6%
CRÉDITO INTERNO VENCIDO	69 352 259	100 043 336	44%	417 976	324 177	-22%
Empresas						
Empréstimos	45 803 252	65 990 885	44%	276 050	213 835	-23%
Créditos em conta corrente	4 072 006	7 118 719	75%	24 541	23 067	-6%
Descobertos	11 802 385	16 671 029	41%	71 131	54 020	-24%
Locação financeira	3 824 539	3 370 293	-12%	23 050	10 921	-53%
Particulares						
Habitação	1 816 875	3 192 334	76%	10 950	10 344	-6%
Consumo e outros	2 033 202	3 700 076	82%	12 254	11 990	-2%
QUALIDADE DO CRÉDITO						
Total de Crédito Particulares	14 478 154	25 082 654	73%	87.258	81.277	-7%
Total de Crédito Empresas	137 247 355	185 538 327	35%	827.170	601.212	-27%
Imparidades Clientes Particulares	1.329.335	6.489.473	388%	8.012	21.028	162%
Imparidades Clientes Empresas	19.930.026	79.593.766	299%	120.115	257.913	115%
Total Imparidade	21.259.361	86.083.239	305%	128.127	278.941	118%
% Cobertura Particulares	9%	26%	17 p.p.	9%	26%	17 p.p.
% Cobertura Empresas	15%	43%	28 p.p.	15%	43%	28 p.p.
% Cobertura Total	14%	41%	27 p.p.	14%	41%	27 p.p.

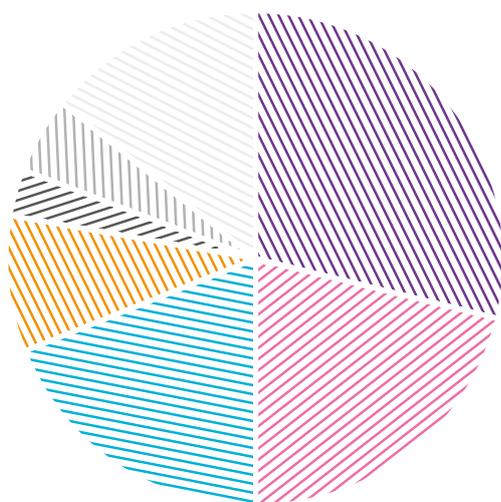
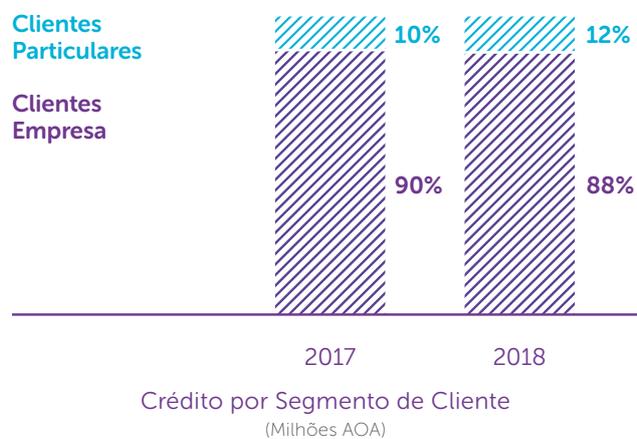
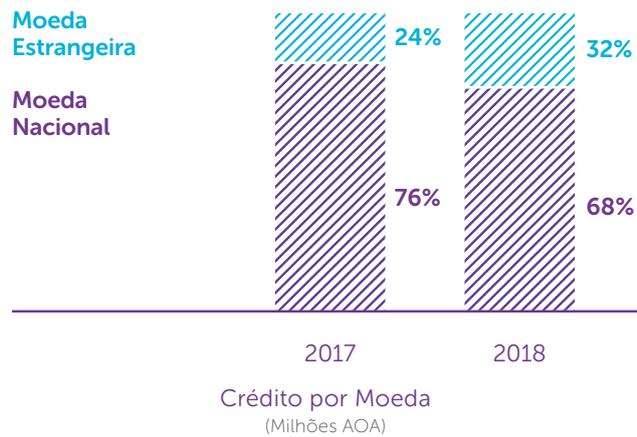
Carteira de Crédito

Em 2018, o volume da carteira de crédito registou um crescimento de 39%, passando de 151 725 milhões de AOA para 210 621 milhões de AOA, entre 2017 e 2018, respectivamente.

Por tipologia de moeda, em 2018, constata-se um aumento do crédito concedido em Moeda Nacional em aproximadamente 25%, reflectindo o apoio do Banco Económico quer no financiamento de Clientes particulares quer no financiamento da actividade empresarial de Angola.

Por sua vez, o crédito em Moeda Estrangeira registou um aumento exponencial (82%) entre 2017 e 2018. No entanto, este aumento é explicado pela forte desvalorização do Kwanza face ao Dólar Norte-Americano. A este nível, de referir que, analisando o crédito efectivamente em USD constata-se uma contracção de 2%. Este efeito é, no entanto, compensado pelo crescimento do crédito denominado em EUR (8%) e em AOA (25%).

Por segmento de Cliente, verificou-se um crescimento considerável do volume de crédito concedido, quer para Clientes Empresa (35%) quer para Clientes Particulares (73%), representando um aumento global da carteira de crédito de 39%, face a 2017.



Crédito por Sector de Actividade

- 29%** Actividades imobiliárias, alugueres e serviços prestados às empresas
- 21%** Indústrias transformadoras
- 19%** Comércio por grosso e a retalho
- 9%** Outras actividades de serviços colectivos, sociais e pessoais
- 5%** Habituação
- 3%** Transportes, armazenagem e comunicações
- 14%** Outros finalidades

Qualidade de Crédito

Num contexto de elevada incerteza, risco e de aumento das taxas de juro, o exercício de 2018 caracterizou-se por uma deterioração da qualidade da carteira de crédito do Banco Económico. Neste sentido, o rácio de crédito vencido sobre o crédito total registou um aumento de 3,4 p.p., uma vez que o crescimento do crédito concedido (39%) não foi suficiente para compensar o crescimento de crédito vencido (68%).

Por sua vez, as perdas por imparidade registaram igualmente um aumento significativo de 303%, reflectindo-se num aumento de 27 p.p. do rácio de cobertura total, entre 2017 e 2018.

	2017 Milhares AOA	2018 Milhares AOA	Varição	2017 Milhares USD	2018 Milhares USD	Varição
TOTAL DE CRÉDITO	151 725 509	210 620 981	39%	914.428	682.489	-25%
Particulares	14 478 154	25 082 654	73%	87.258	81.277	-7%
Empresas	137 247 355	185 538 327	35%	827.170	601.212	-27%
CRÉDITO VENCIDO	24 276 081	40 860 470	68%	146.308	132.403	-10%
% CRÉDITO VENCIDO	16%	19%	3 p.p.	16%	19%	3 p.p.
TOTAL DE IMPARIDADES	21.259.361	86.083.239	305%	128.127	278.941	118%
Particulares	1.329.335	6.489.473	388%	8.012	21.028	162%
Empresas	19.930.026	79.593.766	299%	120.115	257.913	115%
% COBERTURA TOTAL	14%	41%	27 p.p.	14%	41%	27 p.p.
% Cobertura Particulares	9%	26%	17 p.p.	9%	26%	17 p.p.
% Cobertura Empresas	15%	43%	28 p.p.	15%	43%	28 p.p.

Recursos de Clientes

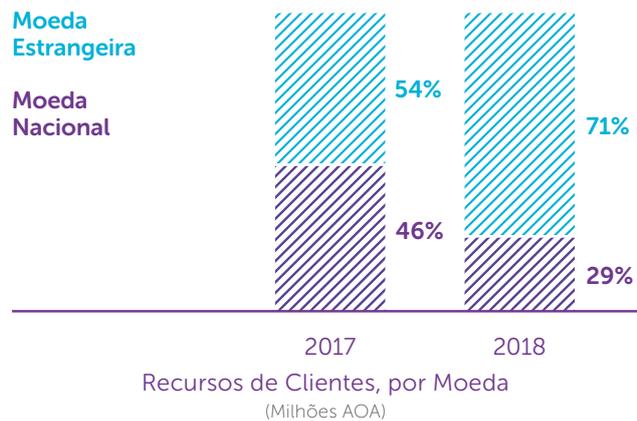
Em 2018, a carteira de depósitos era composta de forma equitativa entre Depósitos à Ordem e Depósitos a Prazo, totalizando 1 059 milhões de AOA.

Para ambas as tipologias de depósito, registou-se um crescimento face a 2017, nomeadamente 74% para os Depósitos à Ordem e 53% para Depósitos a Prazo.



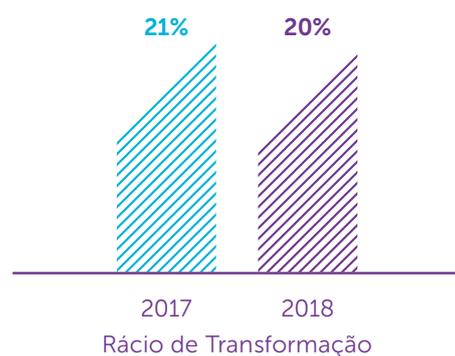
Em 2018, os depósitos em moeda estrangeira passaram a assumir um peso predominante na carteira global de depósitos do Banco (71%).

Embora o crescimento dos recursos captados pelo Banco seja maioritariamente explicado pelo crescimento dos depósitos em moeda estrangeira (+115%) em resultado da desvalorização do Kwanza face ao Dólar Norte-Americano, existiu igualmente um acréscimo dos depósitos em moeda nacional face aos valores de 2017 (+2%). Este é um sinal muito positivo para o Banco, contribuindo para a sua sustentabilidade a longo prazo.



Em 2018, o Banco registou um montante de depósitos em moeda estrangeira e em moeda nacional de 755 681 milhões de AOA e 303 441 milhões de AOA, respectivamente.

Neste contexto, e face à evolução do crédito concedido, o Rácio de Transformação manteve-se praticamente inalterado, passando de 21% em 2017 para 20% em 2018.

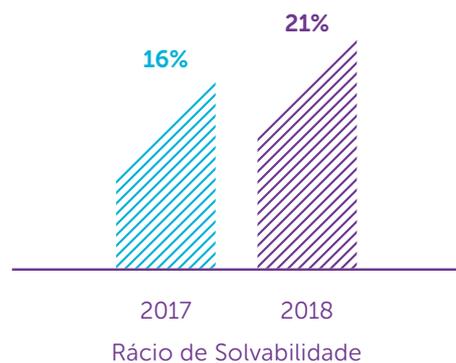
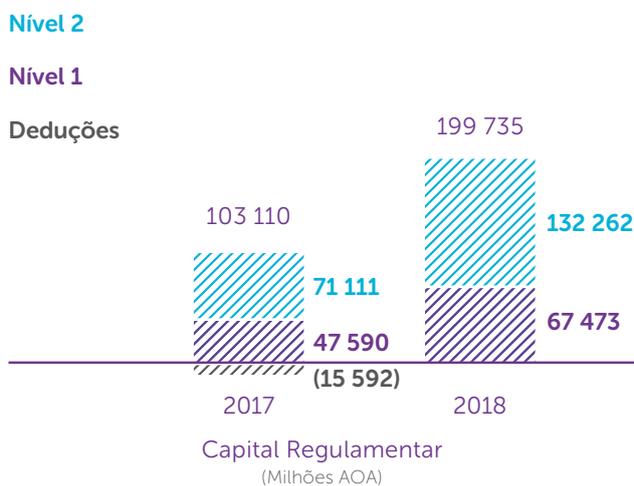


Fundos Próprios

Os Capitais Próprios do Banco Económico em 2018 atingiram 72 856 milhões de AOA, representando um crescimento de 64%, face a 2017.

Tendo em conta o crescimento do montante de activos de risco em 2018, passando de 66 499 milhões de AOA para 96 100 milhões de AOA, face a 2017, constatou-se igualmente um crescimento muito significativo dos níveis de capital regulamentar (94%).

Paralelamente, o Rácio de Solvabilidade, que é calculado em linha com o Instrutivo nº 02/2016 do Banco Nacional de Angola, registou um crescimento de 5 p.p.. Deste modo, em 2018, o Rácio de Solvabilidade permaneceu consideravelmente acima do limite mínimo exigido pelo BNA, ou seja limite mínimo de 10%.



Demonstração de Resultados

	2017 Milhares AOA	2018 Milhares AOA	Variação	2017 Milhares USD	2018 Milhares USD	Variação	Notas
Juros e rendimentos similares	51 723 050	66 618 611	29%	311 727	215 869	-31%	5
Juros e encargos similares	(40 251 116)	(34 356 181)	-15%	(242 588)	(111 327)	-54%	5
MARGEM FINANCEIRA	11 471 934	32 262 429	181%	69 140	104 542	51%	-
Rendimentos de serviços e comissões	8 506 130	14 683 856	73%	51 265	47 581	-7%	6
Encargos com serviços e comissões	(411 140)	(745 077)	81%	(2 478)	(2 414)	-3%	6
Resultados de activos e passivos financeiros avaliados ao justo valor através de resultados	(23)	(222 797)	-	(0)	(722)	-	7
Resultados de activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	433 306	(0)	-	2 611	(0)	-	8
Resultados cambiais	3 789 171	97 886 100	2 483%	22 837	317 187	1 289%	9
Outros resultados de exploração	4 134 436	(569 600)	-114%	24 918	(1 846)	-107%	10
PRODUTO DA ACTIVIDADE BANCÁRIA	27 923 814	143 294 911	413%	168 293	464 328	176%	-
Custos com Pessoal	(9 146 276)	(12 668 298)	39%	(55 123)	(41 050)	-26%	11
Fornecimentos e serviços de terceiros	(7 786 884)	(8 591 035)	10%	(46 930)	(27 838)	-41%	12
Depreciações e amortizações do exercício	(2 239 524)	(2 579 890)	15%	(13 497)	(8 360)	-38%	20 21
Provisões líquidas de anulações	(280 034)	(584 306)	109%	(1 688)	(1 893)	12%	27
Imparidade para outros activos financeiros líquida de reversões e recuperações	-	(142 145)	-	-	(461)	-	16 17
Imparidade para crédito a Clientes líquida de reversões e recuperações	(2 224 675)	(58 602 894)	2 534%	(13 408)	(189 895)	1 316%	18 27
Provisões e Perdas Imparidade para outros activos líquida de reversões e recuperações	(4 405 900)	(19 156 752)	4 620%	(2 446)	(62 075)	2 438%	23
Resultados de Associadas e Empreendimentos Conjuntos	171 804	419 834	144%	1 035	1 360	31%	22
RESULTADOS ANTES DE IMPOSTOS	6 012 325	41 389 424	588%	36 235	134 117	270%	-
Impostos sobre resultados	-	(5 015 138)	-	-	(16 251)	-	-
Correntes	-	(5 015 138)	-	-	(16 251)	-	28
Diferidos	-	-	-	-	-	-	-
RESULTADO LÍQUIDO	6 012 325	36 374 287	505%	36 235	117 866	225%	-

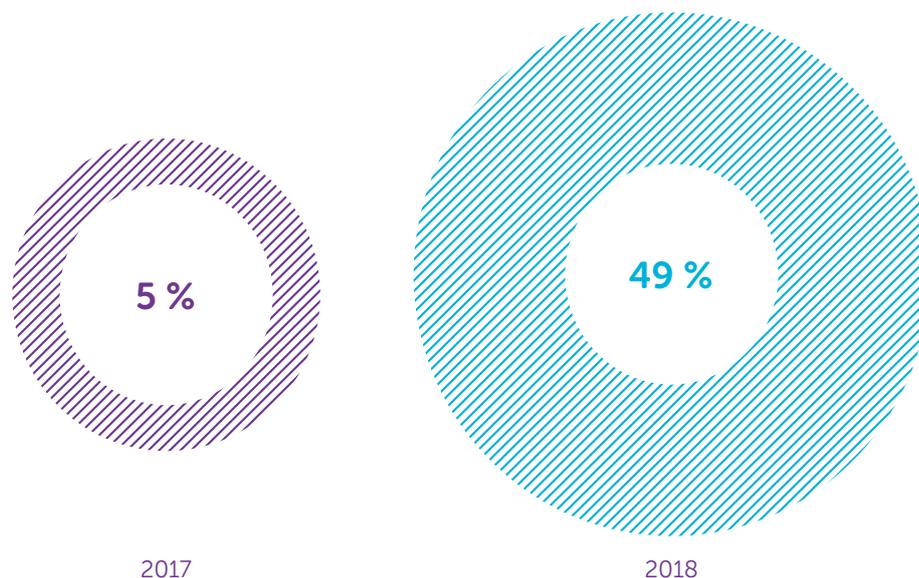
Evolução de Resultados

Em 2018, o resultado líquido do Banco Económico registou um crescimento exponencial face ao exercício transacto, passando de 6 012 milhões de AOA em 2017 para 36 274 milhões de AOA em 2018 (ou seja, um crescimento de 505%). Não obstante o excelente resultado obtido em 2018, este é fundamentalmente explicado por questões cambiais, na medida em que a rubrica de "Resultados Cambiais" verificou um crescimento de 2 483%, passando de 3 789 milhões de AOA para 97 886 milhões de AOA.

Decorrente da análise da demonstração de resultados é ainda possível constatar a evolução bastante favorável da Margem Financeira, que cresceu de forma expressiva (181%), face ao resultado de 2017. Deste modo, e tendo igualmente em consideração o crescimento da margem complementar, foi possível o Banco Económico apresentar um crescimento significativo do seu Produto Bancário, que atingiu o valor de 143 295 milhões de AOA, traduzindo-se numa taxa de crescimento de 413%, comparativamente com o exercício de 2017.

Relativamente aos custos, constata-se em 2018 uma aceleração dos custos com pessoal (39%), custos com fornecimentos e serviços externos (10%) e dos custos com depreciações e amortizações (15%). É igualmente relevante realçar o crescimento acentuado da rubrica "Imparidade para crédito a Clientes líquida de reversões e recuperações" (2 534%), fruto do ambiente de maior incerteza e deterioração da qualidade da carteira de crédito.

O crescimento muito significativo das receitas do Banco Económico face à evolução das rubricas de custos, permitiu ao Banco uma melhoria muito significativa do rácio *cost-to-income*, o qual passou de 69% em 2017 para 17% em 2018.



Return-on-Equity (ROE)

Paralelamente, o Banco Económico registou em 2018 um aumento da rentabilidade dos capitais do Banco, apresentando um ROE de 49%, ou seja mais 44 pontos percentuais face ao verificado no exercício transacto.

Margem Financeira e Complementar

Em 2018, o Banco Económico reforçou a sua capacidade de gerar rendimentos, tendo apresentado uma evolução muito satisfatória da sua margem financeira, que cresceu 181% entre 2017 e 2018. Este movimento é explicado não apenas pelo crescimento dos juros e rendimentos (+29% face a 2017), bem como pela capacidade de reduzir o montante de juros e encargos (-15% face a 2017). Adicionalmente, destaca-se o facto de, o proveito com o crédito concedido

(ou seja, 21 026 milhões de AOA) ser ligeiramente inferior ao custo com a remuneração dos recursos de Clientes (ou seja, 26 539 milhões de AOA).

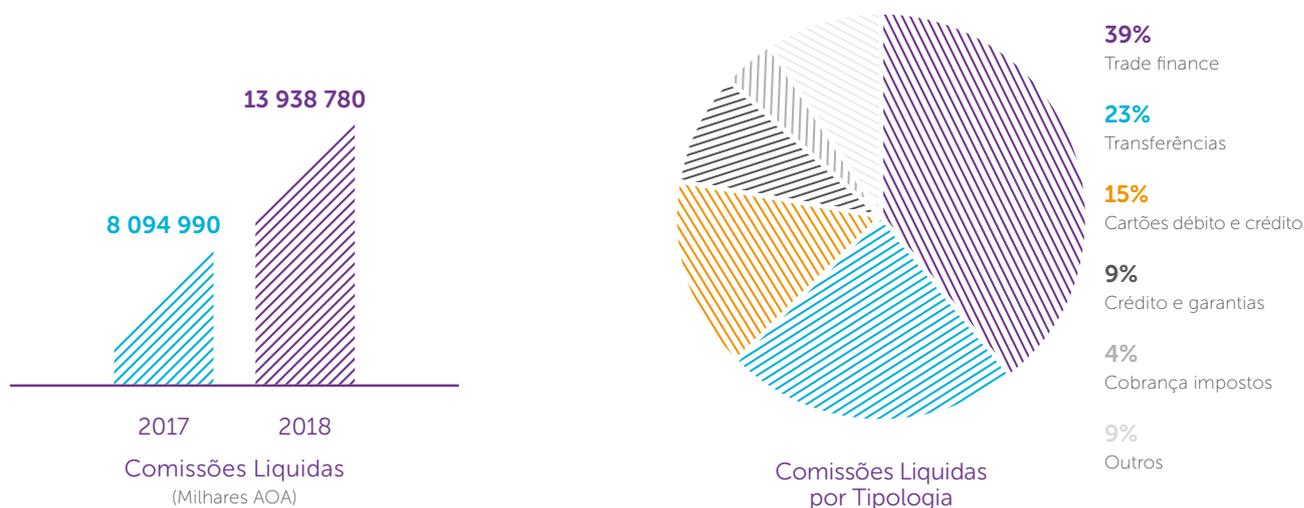
Relativamente à margem complementar, destaca-se o crescimento da rubrica de comissões líquidas (ou seja, diferença entre rendimentos e encargos de serviços e comissões) na ordem dos 72%, face a 2017.

	2017 Milhares AOA	2018 Milhares AOA	Variação	2017 Milhares USD	2018 Milhares USD	Variação
JUROS E RENDIMENTOS SIMILARES	51 723 050	66 618 611	29%	311 727	215 869	-31%
Juros de crédito	20 442 631	21 026 268	3%	123 205	68 133	-45%
Juros de disponibilidades e aplicações em instituições de crédito	1 010 737	1 351 309	34%	6 092	4 379	-28%
Juros de títulos	10 431 547	12 492 620	20%	62 869	40 481	-36%
Outros juros e proveitos similares	19 838 135	34 870 197	60%	119 562	102 877	-14%
JUROS E ENCARGOS SIMILARES	40 251 116	34 356 181	-15%	242 588	111 327	-54%
Juros de recursos de bancos centrais	11 115 988	1 492 356	-87%	66 994	4 836	-93%
Juros de recursos de Clientes	24 222 241	26 538 568	10%	145 984	85 995	-41%
Juros de passivos subordinados	3 573 514	5 446 515	52%	21 537	17 649	-18%
Outros juros e custos similares	1 339 373	878 743	-34%	8 072	2 847	-65%
MARGEM FINANCEIRA	11 471 934	32 262 429	181%	69 140	104 542	51%
Rendimentos de serviços e comissões	8 506 130	14 683 856	73%	51 265	47 581	-7%
Encargos com serviços e comissões	(411 140)	(745 077)	81%	(2 478)	(2 414)	-3%
Resultados de activos e passivos financeiros avaliados ao justo valor através de resultados	(23)	(222 797)	-	(0)	(722)	-
Resultados de activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	433 306	(0)	-	2 611	(0)	-
Outros resultados de exploração	4 134 436	(569 600)	-114%	24 918	(1 846)	-107%
MARGEM COMPLEMENTAR	12 662 709	13 146 382	4%	76 316	42 599	-44%

Evolução do Comissionamento

Este crescimento das comissões líquidas é fundamentalmente explicado pelo crescimento dos rendimentos relativos a operações sobre títulos (511%), gestão de meios de pagamento (174%), créditos documentários (101%), banca e seguros (92%) e cartões (73%).

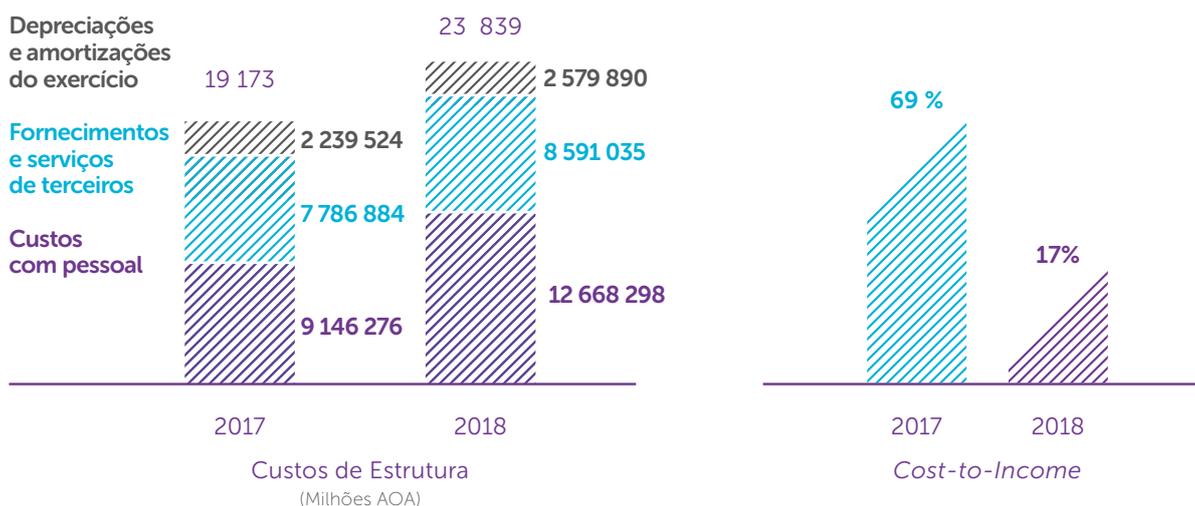
	2017 Milhares AOA	2018 Milhares AOA	Variação	2017 Milhares USD	2018 Milhares USD	Variação
RENDIMENTOS DE SERVIÇOS E COMISSÕES	8 506 130	14 683 856	73%	51 265	47 581	-7%
Operações Sobre títulos	25 324	154 830	511%	153	502	229%
Garantias Prestadas	265 394	166 863	-37%	1 599	541	-66%
Gestão de Meios de Pagamento	1 230 925	3 368 642	174%	7 419	10 916	47%
Comissões sobre Empréstimos e similares	1 042 362	1 201 362	15%	6 282	3 893	-38%
Créditos Documentários	2 840 532	5 117 147	80%	17 119	16 581	-3%
Cartões	1 664 533	2 882 516	73%	10 032	9 340	-7%
Bancasseguros	53 220	102 026	92%	321	331	3%
Proveitos por Serviços prestados ao Estado	558 000	650 018	16%	3 363	2 106	-37%
Outros Serviços	825 840	1 040 453	26%	4 977	3 371	-32%
ENCARGOS COM SERVIÇOS E COMISSÕES	(411 140)	(745 077)	81%	(2 478)	(2 414)	-3%
Gestão de Meios de Pagamento	(1 638)	(1 407)	-14%	(10)	(5)	-54%
Cartões	(403 214)	(692 434)	72%	(2 430)	(2 244)	-8%
Outros Serviços	(6 288)	(51 236)	715%	(38)	(166)	338%



Custos de Estrutura

Uma parte significativa dos custos de estrutura é representada pelos custos com pessoal, que representavam em 2018 aproximadamente 53% dos custos de estrutura totais, sendo este um valor superior ao verificado em 2017 (48%).

Em 2018, e face aos valores de 2017, registou-se uma melhoria muito substancial do rácio *Cost-to-income*, tendo sido reduzido de 69% para 17%, justificado por um aumento considerável do produto bancário (391%) que cresceu a um nível mais acelerado que os custos (24%). Este movimento reflecte não só a boa dinâmica do negócio do Banco Económico, mas igualmente a preocupação do Banco em tornar-se cada vez eficiente e em promover uma melhor utilização dos seus recursos.



	2017 Milhares AOA	2018 Milhares AOA	Variação	2017 Milhares USD	2018 Milhares USD	Variação
CUSTOS DE ESTRUTURA	19 172 684	23 839 224	24%	115 551	77 248	-33%
Custos com pessoal	9 146 276	12 668 298	39%	55 123	41 050	-26%
Fornecimentos e serviços de terceiros	7 786 884	8 591 035	10%	46 930	27 838	-41%
Depreciações e amortizações do exercício	2 239 524	2 579 890	15%	13 497	8 360	-38%

6.2.

Informação Financeira Consolidada

Balanço

	2017 Milhares AOA	2018 Milhares AOA	Varição	2017 Milhares USD	2018 Milhares USD	Varição	Notas
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	138 549 167	194 901 353	41%	835 016	631 552	-24%	14
Disponibilidades em outras instituições de crédito	34 944 313	53 976 813	55%	210 604	174 905	-17%	15
Aplicações em Bancos centrais e em outras instituições de crédito	81 968 105	109 871 667	34%	494 010	356 025	-28%	16
Carteira de títulos	148 723 508	181 983 244	22%	896 335	589 693	-34%	17
Crédito a Clientes	178 818 324	124 537 742	-30%	1 077 712	403 548	-63%	18
Activos não correntes detidos para venda	5 155 788	27 548	-99%	31 073	89	-99%	19
Outros activos tangíveis	45 486 377	42 283 390	-7%	274 140	137 014	-50%	20
Activos intangíveis	2 146 429	3 764 847	75%	12 936	12 199	-6%	21
Investimentos em associadas e empreendimentos conjuntos	433 968	530 587	63%	2 615	1 719	-34%	22
Outros activos	283 873 662	644 385 487	127%	1 710 866	2 088 046	22%	23
ACTIVO	920 099 641	1 356 262 677	47%	5 545 308	4 394 789	-21%	

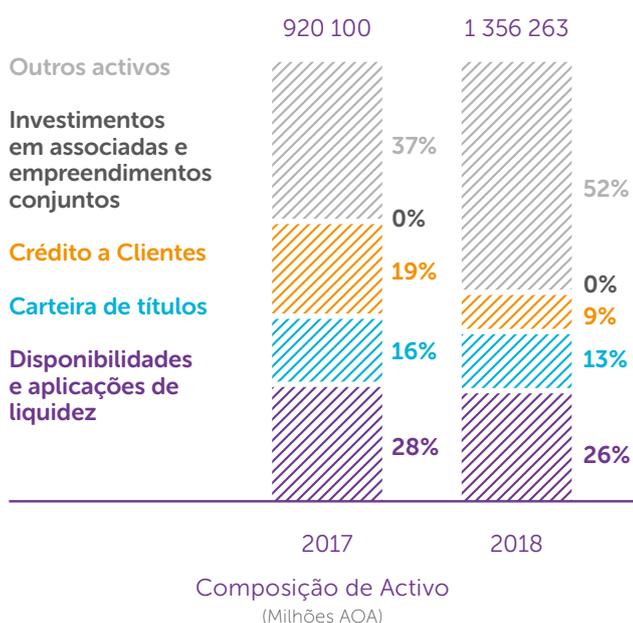
	2017 Milhares AOA	2018 Milhares AOA	Variação	2017 Milhares USD	2018 Milhares USD	Variação	Notas
Recursos de Bancos centrais e de outras instituições de crédito	119 894 301	29 333 360	-76%	722 586	95 051	-87%	24
Recursos de Clientes e outros empréstimos	649 811 984	1 056 201 043	62%	3 916 323	3 422 479	13%	25
Passivos financeiros detidos para negociação	1 157	-	-	7	-	-	
Passivos subordinados	71 111 361	132 262 143	86%	428 578	428 578	0%	26
Provisões	4 592 128	13 275 926	189%	27 676	43 019	55%	27
Passivos por impostos correntes	491 310	5 315 573	982%	2 961	17 224	482%	28
Outros passivos	29 060 051	46 233 268	59%	175 141	149 813	-14%	29
PASSIVO	874 962 292	1 282 621 312	47%	5 273 271	4 156 164	-21%	

	2017 Milhares AOA	2018 Milhares AOA	Variação	2017 Milhares USD	2018 Milhares USD	Variação	Notas
Capital Social	72 000 000	72 000 000	0%	433 934	233 306	-46%	30
Reservas de justo valor	-	-	-	(0)	-	-	31
Outras reservas	23 903 096	24 504 329	3%	144 061	79 403	-45%	31
Resultados transitados	(57 495 285)	(60 023 010)	4%	(346 516)	(194 497)	-44%	31
Resultado líquido	6 008 847	36 396 624	505%	36 214	117 938	226%	
Fundos Próprios atribuível aos accionistas	44 416 658	72 877 943	64%	267 693	236 151	-12%	
Interesses que não controlam	720 692	763 422	6%	101 452	238 996	136%	31
FUNDOS PRÓPRIOS	45 137 350	73 641 365	63%	369 145	475 147	29%	

	2017 Milhares AOA	2018 Milhares AOA	Variação	2017 Milhares USD	2018 Milhares USD	Variação	Notas
PASSIVO E FUNDOS PRÓPRIOS	920 099 641	1 356 262 678	47%	5 545 308	4 394 789	-21%	

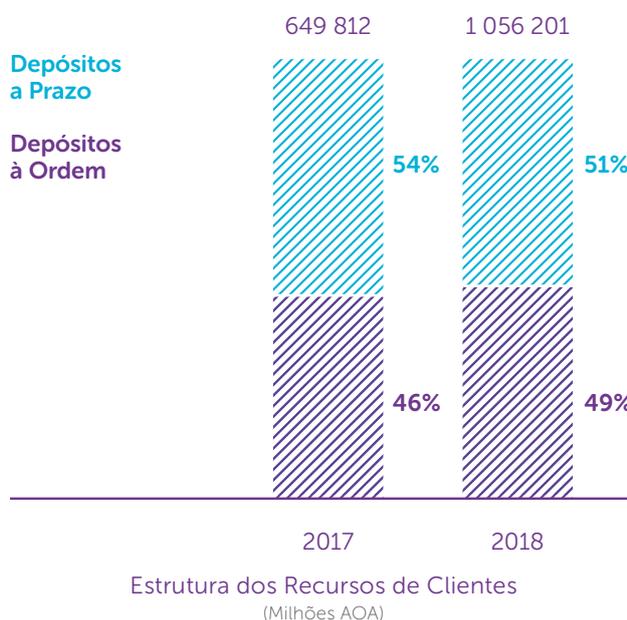
Análise de Balanço

No final de 2018, o activo líquido do Banco Económico cifrou-se em 1 356 263 milhões de AOA, reflectindo um aumento de 47% face ao período homólogo. Este incremento resultou de uma variação positiva de rubricas como: disponibilidades e aplicações de liquidez (+41%), carteira de títulos (+22%) e, investimentos em associadas e empreendimentos conjuntos (+63%).



A redução do montante de crédito a clientes de 178 818 milhões de AOA em 2017 para 124 538 milhões de AOA em 2018 resultou de um contexto de maior incerteza, risco, subida das taxas de juro e deterioração da qualidade do crédito, dificultando a sua concessão. Neste contexto, o peso do crédito a Clientes no total do activo do Banco, diminuiu aproximadamente 10 pontos percentuais.

Por sua vez, em 2018, os recursos captados de Clientes registaram um crescimento muito significativo na ordem dos 62%, face aos valores captados em 2017, tendo sido atingido um valor de 1 056 201 milhões de AOA. Embora este movimento seja maioritariamente explicado pelo crescimento dos depósitos em moeda estrangeira (+115%) em resultado da desvalorização do Kwanza face ao Dólar Norte-Americano, é também um sinal de confiança na sustentabilidade e seriedade do Banco Económico por parte dos Clientes do Banco, na medida em que os depósitos em moeda nacional também cresceram face aos valores de 2017 (+2%).



Carteira de Crédito	2017 Milhares AOA	2018 Milhares AOA	Variação	2017 Milhares USD	2018 Milhares USD	Variação
CRÉDITO INTERNO VIVO	82 373 250	110 577 645	34%	496 452	358 312	-28%
Empresas						
Créditos em Conta Corrente	10 975 568	12 227 549	11%	66 148	39 622	-40%
Empréstimos	57 749 400	52 405 670	-9%	348 047	169 814	-51%
Descobertos	202 404	24 980 958	12 242%	1 220	80 947	6 536%
Locação Financeira	2 817 802	2 773 224	-2%	16 982	8 986	-47%
Particulares						
Habitação	5 253 019	8 802 026	68%	31 659	28 522	-10%
Consumo e outros	5 375 058	9 388 218	75%	32 395	30 421	-6%
CRÉDITO INTERNO VENCIDO	69 352 259	100 043 336	44%	417 976	324 177	-22%
Empresas						
Empréstimos	45 803 252	65 990 885	44%	276 050	213 835	-23%
Créditos em conta corrente	4 072 006	7 118 719	75%	24 541	23 067	-6%
Descobertos	11 802 385	16 671 029	41%	71 131	54 020	-24%
Locação financeira	3 824 539	3 370 293	-12%	23 050	10 921	-53%
Particulares						
Habitação	1 816 875	3 192 334	76%	10 950	10 344	-6%
Consumo e outros	2 033 202	3 700 076	82%	12 254	11 990	-2%
QUALIDADE DO CRÉDITO						
Total de Crédito Particulares	14 478 154	25 082 654	73%	87.258	81.277	-7%
Total de Crédito Empresas	137 247 355	185 538 327	35%	827.170	601.212	-27%
Imparidades Clientes Particulares	1.329.335	6.489.473	388%	8.012	21.028	162%
Imparidades Clientes Empresas	19.930.026	79.593.766	299%	120.115	257.913	115%
Total Imparidade	21.259.361	86.083.239	305%	128.127	278.941	118%
% Cobertura Particulares	9%	26%	17 p.p.	9%	26%	17 p.p.
% Cobertura Empresas	15%	43%	28 p.p.	15%	43%	28 p.p.
% Cobertura Total	14%	41%	27 p.p.	14%	41%	27 p.p.

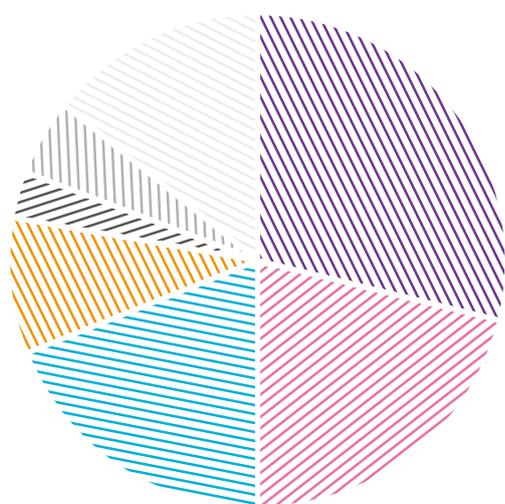
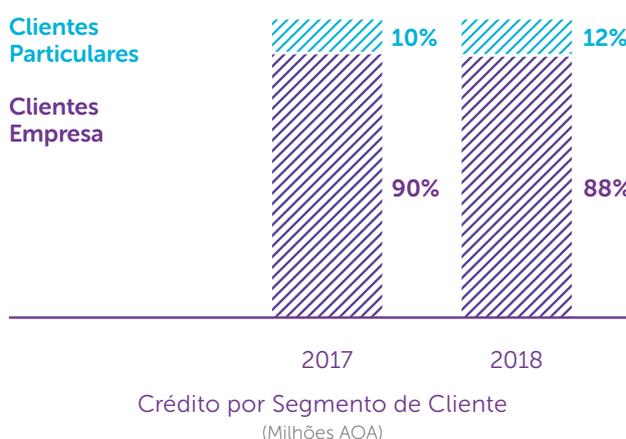
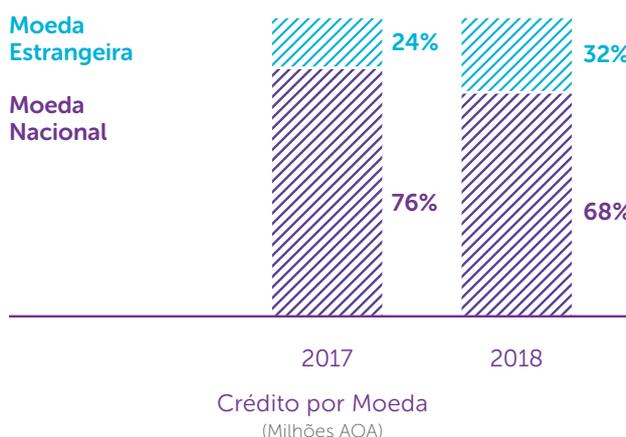
Carteira de Crédito

Em 2018, o volume da carteira de crédito registou um crescimento de 39%, passando de 151 725 milhões de AOA para 210 621 milhões de AOA, entre 2017 e 2018, respectivamente.

Por tipologia de moeda, em 2018, constata-se um aumento do crédito concedido em Moeda Nacional em aproximadamente 25%, reflectindo o apoio do Banco Económico quer no financiamento de Clientes particulares quer no financiamento da actividade empresarial de Angola.

Por sua vez, o crédito em Moeda Estrangeira registou um aumento exponencial (82%) entre 2017 e 2018. No entanto, este aumento é explicado pela forte desvalorização do Kwanza face ao Dólar Norte-Americano. A este nível, de referir que, analisando o crédito efectivamente em USD constata-se uma contracção de 2%. Este efeito é, no entanto, compensado pelo crescimento do crédito denominado em EUR (8%) e em AOA (25%).

Por segmento de Cliente, verificou-se um crescimento considerável do volume de crédito concedido, quer para Clientes Empresa (35%) quer para Clientes Particulares (73%), representando um aumento global da carteira de crédito de 39%, face a 2017.



Crédito por Sector de Actividade

- 29%** Actividades imobiliárias, alugueres e serviços prestados às empresas
- 21%** Indústrias transformadoras
- 19%** Comércio por grosso e a retalho
- 9%** Outras actividades de serviços colectivos, sociais e pessoais
- 5%** Habituação
- 3%** Transportes, armazenagem e comunicações
- 14%** Outros finalidades

Qualidade de Crédito

Num contexto de elevada incerteza, risco e de aumento das taxas de juro, o exercício de 2018 caracterizou-se por uma deterioração da qualidade da carteira de crédito do Banco Económico. Neste sentido, o rácio de crédito vencido sobre o crédito total registou um aumento de 3,4 p.p., uma vez que o crescimento do crédito concedido (39%) não foi suficiente para compensar o crescimento de crédito vencido (68%).

Por sua vez, as perdas por imparidade registaram igualmente um aumento significativo de 303%, reflectindo-se num aumento de 27 p.p. do rácio de cobertura total, entre 2017 e 2018.

	2017 Milhares AOA	2018 Milhares AOA	Varição	2017 Milhares USD	2018 Milhares USD	Varição
TOTAL DE CRÉDITO	151 725 506	210 620 981	39%	914.428	682.489	-25%
Particulares	14 478 154	25 082 654	73%	87.258	81.277	-7%
Empresas	137 247 355	185 538 327	35%	827.170	601.212	-27%
CRÉDITO VENCIDO	24 276 081	40 860 470	68%	146.308	132.403	-10%
% CRÉDITO VENCIDO	16%	19%	3 p.p.	16%	19%	3 p.p.
TOTAL DE IMPARIDADES	21.259.361	86.083.239	305%	128.127	278.941	118%
Particulares	1.329.335	6.489.473	388%	8.012	21.028	162%
Empresas	19.930.026	79.593.766	299%	120.115	257.913	115%
% COBERTURA TOTAL	14%	41%	27 p.p.	14%	41%	27 p.p.
% Cobertura Particulares	9%	26%	17 p.p.	9%	26%	17 p.p.
% Cobertura Empresas	10%	43%	28 p.p.	15%	43%	28 p.p.

Recursos de Clientes

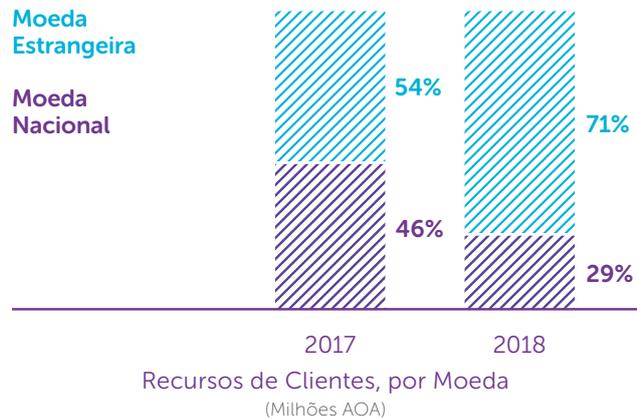
Em 2018, a carteira de depósitos era composta de forma equitativa entre Depósitos à Ordem e Depósitos a Prazo, totalizando 1 056 milhões de AOA.

Para ambos as tipologias de depósito, registou-se um crescimento face a 2017, nomeadamente 74% para os Depósitos à Ordem e 53% para Depósitos a Prazo.



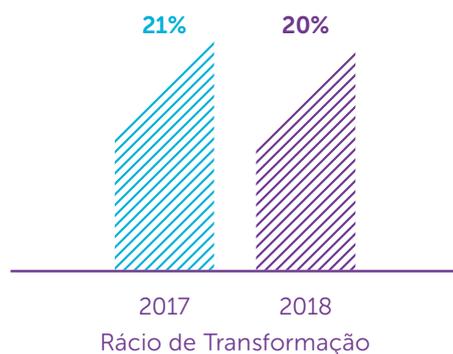
Em 2018, os depósitos em moeda estrangeira passaram a assumir um peso predominante na carteira global de depósitos do Banco (71%).

Embora o crescimento dos recursos captados pelo Banco seja maioritariamente explicado pelo crescimento dos depósitos em moeda estrangeira (+115%) em resultado da desvalorização do Kwana face ao Dólar Norte-Americano, existiu igualmente um acréscimo dos depósitos em moeda nacional face aos valores de 2017 (+2%). Este é um sinal muito positivo para o Banco, contribuindo para a sua sustentabilidade a longo prazo.



Em 2018, o Banco registou um montante de depósitos em moeda estrangeira e em moeda nacional de 755 681 milhões de AOA e 300 520 milhões de AOA, respectivamente.

Neste contexto, e face à evolução do crédito concedido, o Rácio de Transformação manteve-se praticamente inalterado, passando de 21% em 2017 para 20% em 2018.

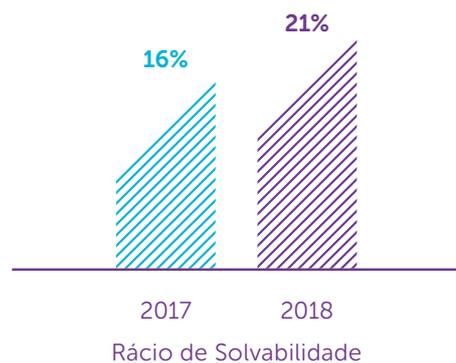
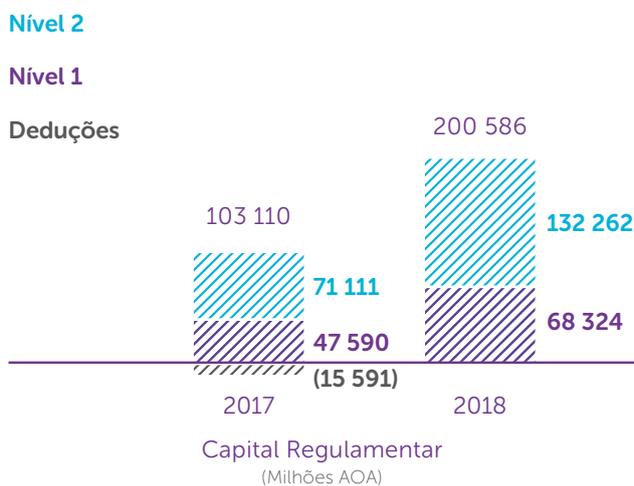


Fundos Próprios

Os Capitais Próprios do Banco Económico em 2018 atingiram 73 641 milhões de AOA, representando um crescimento de 63%, face a 2017.

Tendo em conta o crescimento do montante de activos de risco em 2018, passando de 66 499 milhões de AOA para 96 100 milhões de AOA, face a 2017, constatou-se igualmente um crescimento muito significativo dos níveis de capital regulamentar (94%).

Paralelamente, o Rácio de Solvabilidade, que é calculado em linha com o Instrutivo nº 02/2016 do Banco Nacional de Angola, registou um crescimento de 5 p.p.. Deste modo, em 2018, o Rácio de Solvabilidade permaneceu consideravelmente acima do limite mínimo exigido pelo BNA, ou seja limite mínimo de 10%.



Demonstração de Resultados

	2017 Milhares AOA	2018 Milhares AOA	Variação	2017 Milhares USD	2018 Milhares USD	Variação	Notas
Juros e rendimentos similares	51 723 050	66 619 850	29%	311 727	215 873	-31%	5
Juros e encargos similares	(40 237 161)	(34 320 011)	-15%	(242 504)	(111 209)	-54%	5
MARGEM FINANCEIRA	11 485 889	32 299 839	181%	69 224	104 663	51%	-
Rendimentos de serviços e comissões	9 217 675	15 171 829	65%	55 554	49 162	-12%	6
Encargos com serviços e comissões	(444 963)	(745 077)	67%	(2 682)	(2 414)	-10%	6
Resultados de activos e passivos financeiros avaliados ao justo valor através de resultados	(23)	(222 797)	-	(0)	(722)	-	7
Resultados de activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	433 306	(0)	-	2 611	(0)	-	8
Resultados cambiais	3 787 503	99 060 840	2 515%	22 827	319 517	1 300%	9
Outros resultados de exploração	4 099 509	(753 096)	-118%	24 707	(2 440)	-117%	10
PRODUTO DA ACTIVIDADE BANCÁRIA	28 578 896	144 811 537	407%	172 241	467 766	172%	-
Custos com Pessoal	(9 469 980)	(13 106 136)	38%	(57 074)	(42 469)	-26%	11
Fornecimentos e serviços de terceiros	(7 963 341)	(8 942 801)	12%	(47 994)	(28 978)	-40%	12
Depreciações e amortizações do exercício	(2 265 560)	(2 634 205)	16%	(13 654)	(8 536)	-37%	20 21
Provisões líquidas de anulações	(280 034)	(689 204)	14%	(1 688)	(1 032)	-39%	27
Imparidade para outros activos financeiros líquida de reversões e recuperações	-	(142 145)	-	-	(461)	-	16 17
Imparidade para crédito a Clientes líquida de reversões e recuperações	(2 188 584)	(58 580 559)	2 577%	(13 190)	(189 823)	1 339%	18 27
Provisões e Perdas Imparidade para outros activos líquida de reversões e recuperações	(405 900)	(19 156 752)	4 620%	(2 446)	(59 629)	2 438%	23
Resultados de Associadas e Empreendimentos Conjuntos	87 132	181 566	108%	525	588	12%	22
RESULTADOS ANTES DE IMPOSTOS	6 092 629	41 741 302	585%	36 719	135 257	268%	-
Impostos sobre resultados	-	-	-	-	-	-	-
Correntes	(57 293)	(5 232 148)	9 032%	(345)	(16 954)	4 810%	-
Diferidos	(57 293)	(5 232 148)	9 032%	(345)	(16 954)	4 810%	28
RESULTADO APÓS IMPOSTOS E ANTES DE INTERESSES QUE NÃO CONTROLAM	6 035 336	36 509 154	505%	36 374	118 303	225%	-
INTERESSES QUE NÃO CONTROLAM	(26 489)	(112 531)	325%	(160)	(365)	128%	31
RESULTADO LÍQUIDO ATRIBUÍVEL AOS ACCIONISTAS	6 008 847	36 396 623	505%	36 374	117 938	226%	-

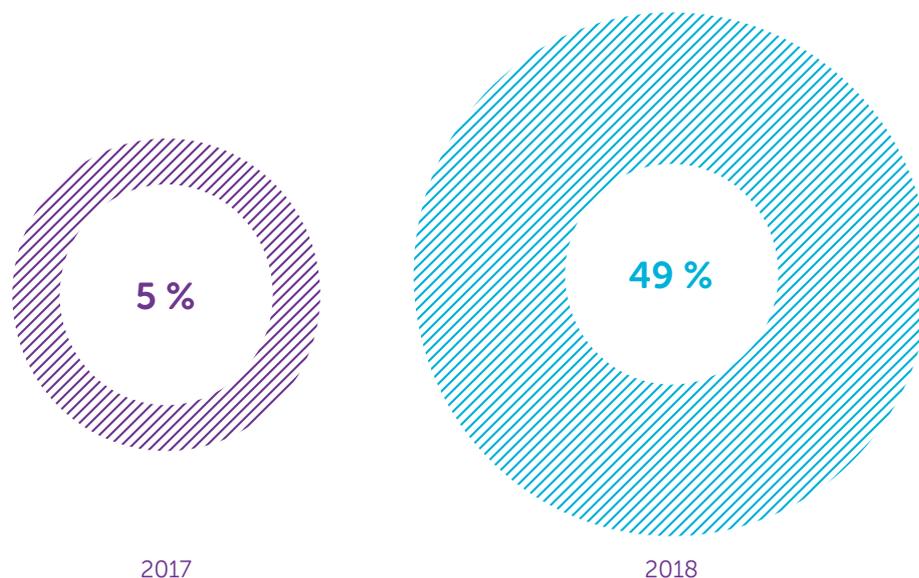
Evolução de Resultados

Em 2018, o resultado líquido do Banco Económico registou um crescimento exponencial face ao exercício transacto, passando de 6 092 milhões de AOA em 2017 para 36 397 milhões de AOA em 2018 (ou seja, um crescimento de 505%). Não obstante o excelente resultado obtido em 2018, este é fundamentalmente explicado por questões cambiais, na medida em que a rubrica de "Resultados Cambiais" verificou um crescimento de 2 503%, passando de 3 788 milhões de AOA para 99 061 milhões de AOA.

Decorrente da análise da demonstração de resultados é ainda possível constatar a evolução bastante favorável da Margem Financeira, que cresceu de forma expressiva (181%), face ao resultado de 2017. Deste modo, e tendo igualmente em consideração o crescimento do margem complementar, foi possível o Banco Económico apresentar um crescimento significativo do seu Produto Bancário, que atingiu o valor de 144 812 milhões de AOA, traduzindo-se numa taxa de crescimento de 407%, comparativamente com o exercício de 2017.

Relativamente aos custos, constata-se em 2018 uma aceleração dos custos com pessoal (38%), custos com fornecimentos e serviços externos (12%) e dos custos com depreciações e amortizações (16%). É igualmente relevante realçar o crescimento acentuado da rubrica "Imparidade para crédito a Clientes líquida de reversões e recuperações" (2 577%), fruto do ambiente de maior incerteza e deterioração da qualidade da carteira de crédito.

O crescimento muito significativo das receitas do Banco Económico face à evolução das rubricas de custos, permitiu ao Banco uma melhoria muito significativa do rácio *cost-to-income*, o qual passou de 69% em 2017 para 17% em 2018.



Return-on-Equity (ROE)

Paralelamente, o Banco Económico registou em 2018 um aumento da rentabilidade dos capitais do Banco, apresentando um ROE de 49%, ou seja mais 44 pontos percentuais face ao verificado no exercício transacto.

Margem Financeira e Complementar

Em 2018, o Banco Económico reforçou a sua capacidade de gerar rendimentos, tendo apresentado uma evolução muito satisfatória da sua margem financeira, que cresceu 181% entre 2017 e 2018. Este movimento é explicado não apenas pelo crescimento dos juros e rendimentos (+29% face a 2017), bem como pela capacidade de reduzir o montante de juros e encargos (-15% face a 2017). Adicionalmente, destaca-se o facto de, o proveito com o crédito concedido

(ou seja, 21 026 milhões de AOA) ser ligeiramente inferior ao custo com a remuneração dos recursos de Clientes (ou seja, 26 539 milhões de AOA).

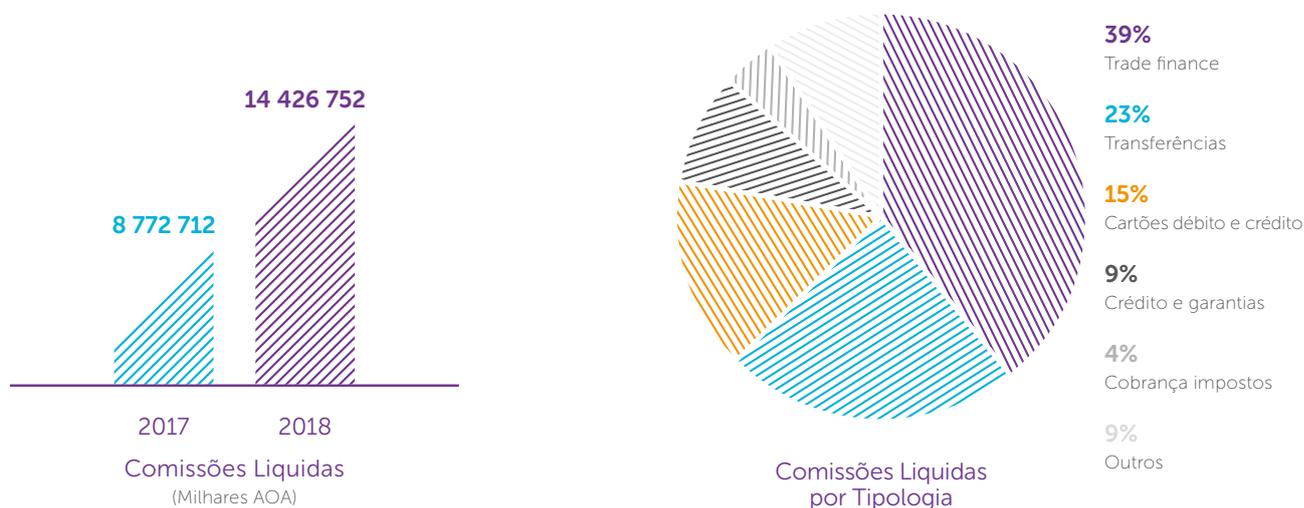
Relativamente à margem complementar, destaca-se o crescimento da rubrica de comissões líquidas (ou seja, diferença entre rendimentos e encargos de serviços e comissões) na ordem dos 72%, face a 2017.

	2017 Milhares AOA	2018 Milhares AOA	Varição	2017 Milhares USD	2018 Milhares USD	Varição
JUROS E RENDIMENTOS SIMILARES	51 723 050	66 619 851	29%	311 727	215 873	-31%
Juros de crédito	20 442 631	21 023 584	3%	123 205	68 133	-45%
Juros de disponibilidades e aplicações em instituições de crédito	1 024 692	1 351 309	32%	6 176	4 379	-29%
Juros de títulos	10 417 592	12 496 545	20%	62 785	40 493	-36%
Outros juros e proveitos similares	19 838 135	31 748 413	60%	119 562	102 877	-14%
JUROS E ENCARGOS SIMILARES	40 237 161	34 320 012	-15%	242 504	111 209	-54%
Juros de recursos de bancos centrais	11 115 988	1 492 356	-87%	66 994	4 836	-93%
Juros de recursos de Clientes	24 208 286	26 502 398	9%	145 900	85 878	-41%
Juros de passivos subordinados	3 573 514	5 446 515	52%	21 537	17 649	-18%
Outros juros e custos similares	1 339 373	878 743	-34%	8 072	2 847	-65%
MARGEM FINANCEIRA	11 485 889	32 299 839	181%	69 224	104 663	51%
Rendimentos de serviços e comissões	9 217 675	15 171 829	65%	55 554	49 162	-12%
Encargos com serviços e comissões	(444 963)	(745 077)	67%	(2 682)	(2 414)	-10%
Resultados de activos e passivos financeiros avaliados ao justo valor através de resultados	(23)	(222 797)	-	(0)	(722)	-
Resultados de activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	433 306	-	-	2 611	(0)	-
Outros resultados de exploração	4 099 509	(753 096)	-118%	24 707	(2 440)	-110%
MARGEM COMPLEMENTAR	13 305 504	13 450 859	1%	80 190	43 586	-46%

Evolução do Comissionamento

Este crescimento das comissões líquidas é fundamentalmente explicado pelo crescimento dos rendimentos relativos a operações sobre títulos (511%), gestão de meios de pagamento (174%), créditos documentários (101%), bancasseguros (92%) e cartões (73%).

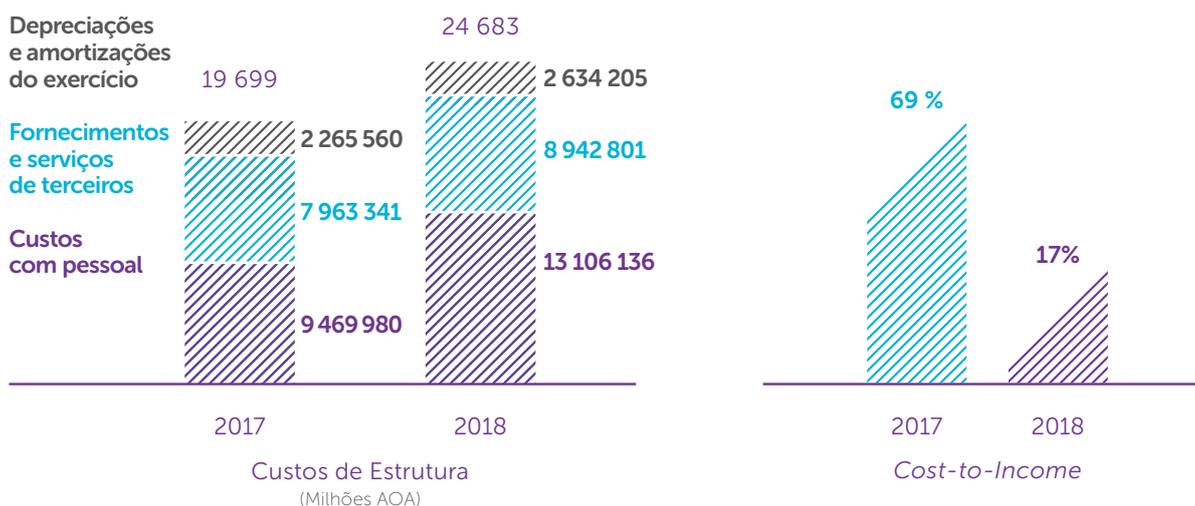
	2017 Milhares AOA	2018 Milhares AOA	Variação	2017 Milhares USD	2018 Milhares USD	Variação
RENDIMENTOS DE SERVIÇOS E COMISSÕES	9 217 675	15 171 829	65%	55 554	49 117	-12%
Operações sobre títulos	25 324	154 830	511%	153	502	229%
Garantias Prestadas	265 394	166 863	-37%	1 599	309	-66%
Gestão de Meios de Pagamento	1 230 925	3 368 642	174%	7 419	10 916	47%
Comissões sobre Empréstimos e similares	1 023 437	1 201 362	17%	6 168	3 893	-37%
Créditos Documentários	2 887 959	5 117 147	77%	17 405	16 581	-5%
Cartões	1 708 742	2 882 516	69%	10 298	9 340	-9%
Bancasseguros	53 220	102 026	92%	321	331	3%
Proveitos por Serviços prestados ao Estado	558 000	650 018	16%	3 363	2 106	-37%
Outros Serviços	1 464 673	1 528 426	3%	8 827	4 908	-484%
ENCARGOS COM SERVIÇOS E COMISSÕES	(444 963)	(745 077)	67%	(2 682)	(2 414)	-10%
Gestão de Meios de Pagamento	(1 638)	(1 407)	-14%	(10)	(5)	-54%
Cartões	(403 214)	(692 434)	72%	(2 430)	(2 244)	-8%
Outros Serviços	(40 111)	(51 236)	28%	(242)	(166)	-31%



Custos de Estrutura

Uma parte significativa dos custos de estrutura é representada pelos custos com pessoal, que representavam em 2018 aproximadamente 53% dos custos de estrutura totais, sendo este um valor superior ao verificado em 2017 (48%).

Em 2018, e face aos valores de 2017, registou-se uma melhoria muito substancial do rácio Cost-to-income, tendo sido reduzido de 69% para 17%, justificado por um aumento considerável do produto bancário (391%) que cresceu a um nível mais acelerado que os custos (24%). Este movimento reflecte não só a boa dinâmica do negócio do Banco Económico, mas igualmente a preocupação do Banco em tornar-se cada vez eficiente e em promover uma melhor utilização dos seus recursos.



	2017 Milhares AOA	2018 Milhares AOA	Variação Milhares AOA	2017 Milhares USD	2018 Milhares USD	Variação Milhares USD
CUSTOS DE ESTRUTURA	19 698 881	24 683 142	25%	118 722	79 982	-33%
Custos com pessoal	9 469 980	13 106 136	38%	57 074	42 469	-26%
Fornecimentos e serviços de terceiros	7 963 341	8 942 801	12%	47 994	28 978	-40%
Depreciações e amortizações do exercício	2 265 560	2 634 205	16%	13 654	8 536	-37%



ESTRATÉGIA E EVOLUÇÃO DA ACTIVIDADE PARA 2019

7.1. A Nossa Estratégia

7.2. Perspectivas de Evolução

7.1.

A Nossa Estratégia

Para alcance do crescimento e da sustentabilidade a longo prazo, o Banco Económico assentou em 4 pilares fundamentais as suas linhas de orientação estratégica.

Clientes

- 1**
Assegurar a antecipação e resposta às expectativas e necessidades dos Clientes, reforçando os níveis de qualidade de serviço e eficiência operacional.
- 2**
Aumentar a captação e retenção de Clientes, aumentando a base de Clientes e estabelecendo relações de confiança e longo-prazo.
- 3**
Promover a oferta de produtos e serviços digitais, inovadores, personalizados e com taxas de juro competitivas.
- 4**
Continuar um investimento sólido no *Marketing* do Banco Económico, com o objectivo de dinamizar todos os segmentos de mercado.

Colaboradores

- 1**
Continuar o investimento em acções de formação, promovendo o crescimento e desenvolvimento profissional dos Colaboradores do Banco.
- 2**
Identificar oportunidades de melhoria às actuais condições de trabalho dos Colaboradores do Banco, bem como continuar a disponibilizar benefícios complementares ao seu vencimento .
- 3**
Continuar a promover uma cultura de meritocracia, assegurando elevados níveis de competência, satisfação e motivação dos Colaboradores.

A estratégia do Banco Económico assenta numa abordagem segmentada ao mercado, através de uma oferta multiespecialista, utilizando a comunicação externa como factor de promoção da marca, dos produtos e serviços, diferenciada através da qualidade e dos valores.

Risco e Deontologia

1

Continuação de uma política de financiamento maioritariamente assente em depósitos de Clientes, mantendo a sustentabilidade do Banco.

2

Manter políticas prudentes de investimento e de risco, assegurando uma gestão rigorosa e com foco no longo prazo.

3

Monitorização continuada sobre os níveis de cumprimento e respeito pelo enquadramento legal e políticas internas em vigor .

Tecnologia e Digitalização

1

Expansão do investimento na actualização e modernização dos sistemas e aplicações do Banco, permitindo um atendimento mais digital e próximo.

2

Continuação do programa de transformação digital do Banco, nomeadamente a estratégia multicanal, melhorando a experiência do Cliente.

3

Aumentar a eficiência operacional do Banco, nomeadamente através do desenvolvimento de soluções de automatização de procedimentos .

4

Posicionar o Banco como líder na oferta de produtos e serviços digitais aos Clientes do sector bancário em Angola.

7.2.

Perspectivas de Evolução

A actual conjuntura macroeconómica irá determinar uma redução progressiva da rentabilidade recorrente do sector financeiro.

Efeitos da Conjuntura Económica

1

A redução do nível de taxas de juro introduzida pela actual política monetária irá determinar a médio prazo uma redução das margens financeiras do sector.

2

O Banco Nacional de Angola limitou os valores máximos a cobrar pela prestação de serviços financeiros, o que se traduzirá numa redução acentuada do nível de comissões do sector com reflexo maioritariamente em 2020.

3

O elevado nível de inflação e o aumento da regulação, coloca de forma consistente uma pressão para o aumento dos custos operacionais.

Para colmatar os efeitos adverso da actual situação económica e financeira, será necessário adequar o plano estratégico de modo a reforçar o Banco Económico com um dos principais bancos do sistema.

Adequação do Plano Estratégico

1

Para colmatar os efeitos adverso da actual situação económica e financeira, será necessário adequar o plano estratégico de modo a reforçar o Banco Económico com um dos principais bancos do sistema.

2

Utilização das novas tecnologias para promoção e distribuição de produtos e serviços financeiros, como forma de entrada em novos mercados de forma ágil e com maior capilaridade.

3

Contenção de custos operativos através da optimização de processos e estruturas .

4

Reforçar continuamente a qualidade através do aumento do conhecimento e da melhoria e digitalização dos processos.



APROVAÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

8.1. Proposta de aplicação de Resultados

8.1.

Relatório e Contas e Aplicação de Resultados

O Conselho de Administração é responsável pela preparação, integridade e objectividade das demonstrações financeiras individuais e consolidadas e demais informações contidas neste relatório.

Dentro das boas práticas de Governo Corporativo, o Conselho de Administração declara que não tem conhecimento de quaisquer aspectos que obstem a sua convicção que:

- O Banco e as suas subsidiárias dispõem de sistemas internos de controlo contabilístico e administrativo para assegurar que os respectivos activos sejam salvaguardados e que as respectivas operações e transacções sejam executadas e escrituradas em conformidade com as normas e procedimentos adoptados.
- As Demonstrações financeiras individuais e consolidadas referentes ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2018 e 2017, auditadas e preparadas em conformidade com o normativo em vigor em Angola, dão uma imagem verdadeira e apropriada do Activo, Passivo, Fundos próprios, Resultados e dos Fluxos de caixa em termos Individuais e consolidados.
- O Relatório de gestão expõe fielmente a evolução dos negócios, o desempenho e a posição financeira em termos individual e consolidado no exercício de 2018 e 2017.

Nos termos da sua competência estatutária, o Conselho de Administração apresenta à Assembleia Geral a proposta de incorporação dos resultados do exercício de 2018 conforme segue:

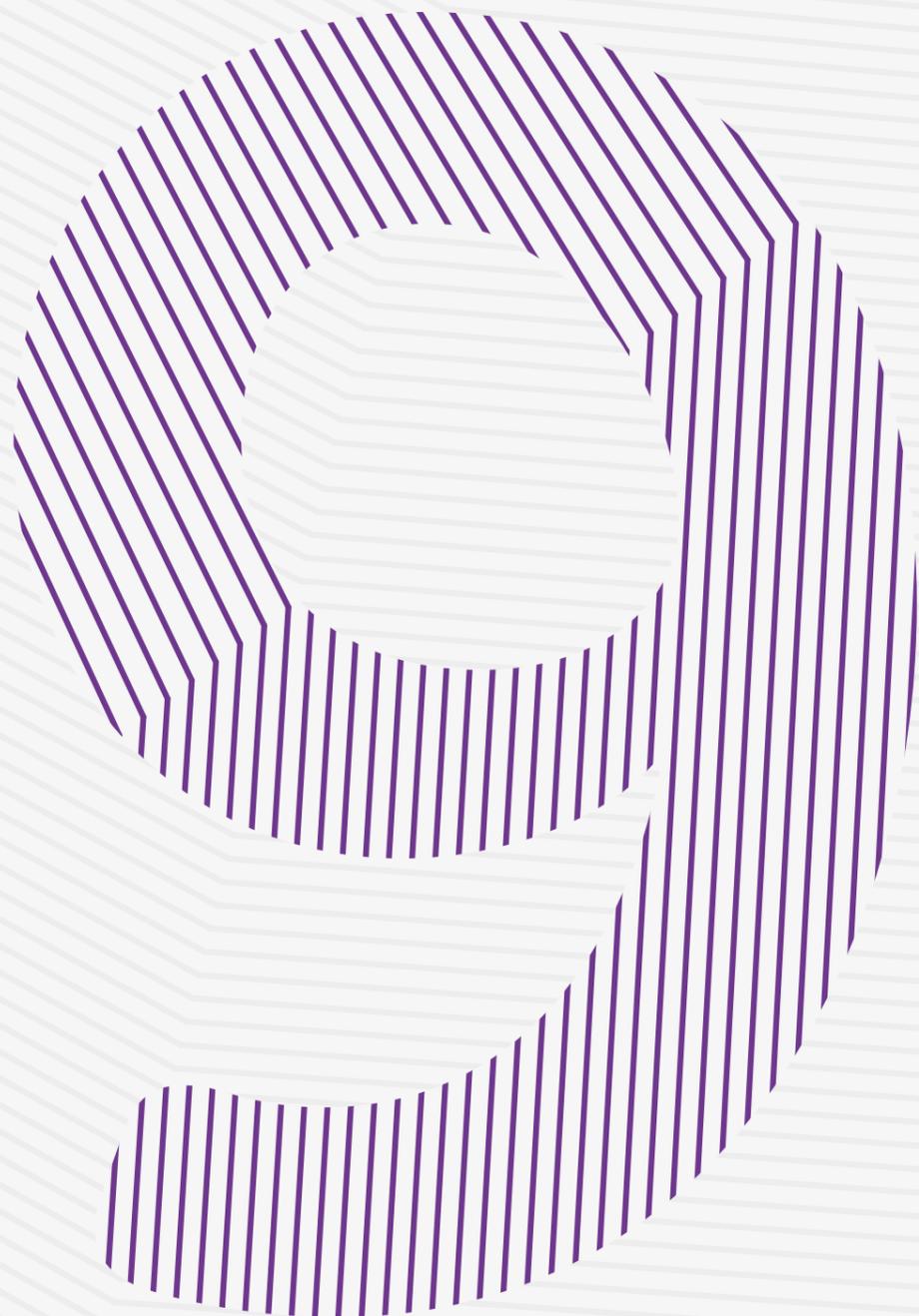
- Para reserva legal o equivalente a 10% do resultado líquido do ano no montante de AOA 3.637.428.675,72.
- Para resultados transitados o montante de AOA 32.736.858.081,45.

Em virtude da operação de venda de activos ao Grupo ENSA se encontrar em incumprimento desde Dezembro de 2018, do Ministério das Finanças e do Banco Nacional de Angola terem informado o Banco Económico que esta operação deve ser substituída por uma operação de aumento de capital e do Banco Nacional de Angola ter determinado a realização de uma operação de aumento de capital no montante de AOA 416 mil milhões a realizar até 30 de Junho de 2020, ainda sujeita à negociação dos termos de liquidação antecipada da operação com o Grupo ENSA e do resultado do programa de avaliação da qualidades de activos, o Conselho de Administração apresenta à Assembleia Geral a referida proposta de aumento de capital.

O Conselho de Administração manifesta o seu agradecimento pela confiança dos seus Clientes, Fornecedores e Accionistas, pela lealdade e dedicação dos seus Colaboradores e pela cooperação das Autoridades Governamentais e de Supervisão.

Luanda, 6 de Agosto de 2019

O Conselho de Administração



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS, NOTAS ANEXAS E PARECERES

- 9.1. Demonstrações Financeiras
- 9.2. Anexo às Demonstrações Financeiras
- 9.3. Relatório e Parecer do Conselho Fiscal
- 9.4. Relatórios do Auditor Independente

9.1.

Demonstrações Financeiras

Balanço Individual

Em 31 de Dezembro de 2018 e 31 de Dezembro de 2017.

(milhares de kwanzas)

ACTIVO	Notas	31/12/2018	31/12/2017 Reexpresso (Nota 2)
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	14	194 901 353	138 549 166
Disponibilidades em outras instituições de crédito	15	53 976 813	34 755 931
Aplicações em bancos centrais e em outras instituições de crédito	16	109 871 667	81 968 105
Activos financeiros ao justo valor através de resultados	17	4 392 478	1 635
Activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	17	99 862	119 236 292
Investimentos ao custo amortizado	17	177 425 058	29 485 581
Crédito a clientes	18	124 537 742	178 835 613
Activos não correntes detidos para venda	19	27 548	5 155 788
Outros activos tangíveis	20	42 123 013	45 324 533
Activos intangíveis	21	3 763 903	2 144 991
Investimentos em associadas e empreendimentos conjuntos	22	2 480 184	1 517 075
Outros activos	23	644 010 772	283 681 147
Op. Cedência Activos Grupo ENSA		638 575 571	275 282 668
Outros		5 435 201	8 398 479
TOTAL DO ACTIVO		1 357 610 391	920 655 858

(milhares de kwanzas)

PASSIVO E CAPITAL PRÓPRIO	Notas	31/12/2018	31/12/2017 Reexpresso (Nota 2)
Recursos de bancos centrais e de outras instituições de crédito	24	29 334 097	119 894 301
Recursos de clientes e outros empréstimos	25	1059 122 420	651 833 602
Passivos financeiros detidos para negociação	17	-	1 157
Passivos subordinados	26	132 262 143	71 111 361
Provisões	27	13 100 684	4 671 044
Passivos por impostos correntes	28	5 057 634	24 843
Outros passivos	29	45 877 808	28 701 550
TOTAL DO PASSIVO		1 284 754 786	876 237 859
Capital Social	30	72 000 000	72 000 000
Reservas de justo valor	31	(0)	(0)
Outras reservas	31	24 504 329	23 903 096
Resultados transitados	31	(60 023 011)	(57 497 422)
Resultado líquido do exercício		36 374 287	6 012 325
TOTAL DOS CAPITAIS PRÓPRIOS		72 855 605	44 417 999
TOTAL DO PASSIVO E DOS CAPITAIS PRÓPRIOS		1 357 610 391	920 655 858

Balanço Consolidado

Em 31 de Dezembro de 2018 e 31 de Dezembro de 2017.

(milhares de kwanzas)

ACTIVO	Notas	31/12/2018	31/12/2017 Reexpresso (Nota 2)
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	14	194 901 353	138 549 166
Disponibilidades em outras instituições de crédito	15	53 976 813	34 944 313
Aplicações em bancos centrais e em outras instituições de crédito	16	109 871 667	81 968 105
Activos financeiros ao justo valor através de resultados	17	4 392 478	1 635
Activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	17	99 862	119 236 292
Investimentos ao custo amortizado	17	177 490 904	29 485 581
Crédito a clientes	18	124 537 742	178 818 324
Activos não correntes detidos para venda	19	27 548	5 155 788
Outros activos tangíveis	20	42 283 390	45 486 378
Activos intangíveis	21	3 764 847	2 146 429
Investimentos em associadas e empreendimentos conjuntos	22	530 587	433 968
Outros activos	23	644 385 487	283 873 662
Op. Cedência Activos Grupo ENSA		638 575 571	275 282 668
Outros		5 809 916	8 590 994
TOTAL DO ACTIVO		1 356 262 677	920 099 641

(milhares de kwanzas)

PASSIVO E CAPITAL PRÓPRIO	Notas	31/12/2018	31/12/2017 Reexpresso (Nota 2)
Recursos de bancos centrais e de outras instituições de crédito	24	29 333 360	119 894 301
Recursos de clientes e outros empréstimos	25	1056 201 043	649 811 984
Passivos financeiros detidos para negociação		-	1 157
Passivos subordinados	26	132 262 143	71 111 361
Provisões	27	13 275 926	4 592 128
Passivos por impostos correntes	28	5 315 573	491 310
Outros passivos	29	46 233 268	29 060 051
TOTAL DO PASSIVO		1 282 621 312	874 962 292
Capital Social	30	72 000 000	72 000 000
Outras reservas	31	24 504 329	23 903 096
Resultados transitados	31	(60 023 011)	(57 495 285)
Resultado líquido do exercício		36 396 625	6 008 847
Capital próprio atribuível aos accionistas		72 877 942	44 416 658
Interesses que não controlam	31	763 422	720 692
TOTAL DOS CAPITALS PRÓPRIOS		73 641 365	45 137 350
TOTAL DO PASSIVO E DOS CAPITALS PRÓPRIOS		1356 262 677	920 099 641

Demonstração dos Resultados Individuais

Dos exercícios findos em 31 de dezembro 2018 e 2017.

(milhares de kwanzas)

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS INDIVIDUAIS	Notas	31/12/2018	31/12/2017 Reexpresso (Nota 2)
Juros e rendimentos similares	5	66 618 611	51 723 050
Op. Cedência Activos Grupo ENSA	5	31 748 413	19 838 135
Outros	5	34 870 197	31 884 915
Juros e encargos similares		(34 356 181)	(40 251 116)
Outros		(33 477 439)	(38 911 743)
Op. Cedência Activos Grupo ENSA	5	(878 743)	(1 339 373)
MARGEM FINANCEIRA		32 262 429	11 471 934
Rendimentos de serviços e comissões	6	14 683 856	8 506 130
Encargos com serviços e comissões	6	(745 077)	(411 140)
Resultados de activos e passivos financeiros avaliados ao justo valor através de resultados	7	(222 797)	(23)
Resultados de activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	8	(0)	433 306
Resultados cambiais - Outros	9	(221 019 549)	3 741 485
Resultados cambiais - Grupo ENSA	9	318 905 649	47 686
Outros resultados de exploração	10	(569 600)	4 134 436
PRODUTO DA ACTIVIDADE BANCÁRIA		143 294 911	27 923 814
Custos com pessoal	11	(12 668 298)	(9 146 276)
Fornecimentos e serviços de terceiros	12	(8 591 035)	(7 786 884)
Depreciações e amortizações do exercício	20 e 21	(2 579 890)	(2 239 524)
Provisões líquidas de anulações	27	(584 306)	(280 034)
Imparidade para outros activos financeiros líquida de reversões e recuperações	16,17 e 27	(142 145)	-
Imparidade para crédito a clientes líquida de reversões e recuperações	18 e 27	(58 602 894)	(2 224 675)
Imparidade para outros activos líquida de reversões e recuperações	23 e 27	(19 156 752)	(405 900)
Resultados de associadas e empreendimentos conjuntos	22	419 834	171 804
RESULTADO ANTES DE IMPOSTOS DE OPERAÇÕES EM CONTINUAÇÃO		41 389 425	6 012 325
Impostos sobre os resultados		(5 015 138)	-
Correntes	28	(5 015 138)	-
Diferidos		-	-
RESULTADO APÓS IMPOSTOS DE OPERAÇÕES EM CONTINUAÇÃO		36 374 287	6 012 325
Resultado de operações descontinuadas e/ou em descontinuação		-	-
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		36 374 287	6 012 325
Número médio de acções ordinárias emitidas		72 000 000	72 000 000
Resultados por acção básico	13	0,51	0,08
Resultados por acção diluído	13	0,51	0,08

Demonstração dos Resultados Consolidados

Dos exercícios findos em 31 de dezembro 2018 e 2017.

(milhares de kwanzas)

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS CONSOLIDADOS	Notas	31/12/2018	31/12/2017 Reexpresso (Nota 2)
Juros e rendimentos similares	5	66 619 851	51 723 050
Op. Cedência Activos Grupo ENSA	5	31 748 413	19 838 135
Outros	5	34 871 437	31 884 915
Juros e encargos similares	5	(34 320 012)	(40 237 161)
Outros	5	(33 441 269)	(38 897 788)
Op. Cedência Activos Grupo ENSA	5	(878 743)	(1 339 373)
MARGEM FINANCEIRA		32 299 839	11 485 889
Rendimentos de serviços e comissões	6	15 171 829	9 217 675
Encargos com serviços e comissões	6	(745 077)	(444 963)
Resultados de activos e passivos financeiros avaliados ao justo valor através de resultados	7	(222 797)	(23)
Resultados de activos financeiros disponíveis para venda	8	(0)	433 306
Resultados cambiais - Outros	9	(219 844 807)	3 739 817
Resultados cambiais - Grupo ENSA	9	318 905 649	47 686
Outros resultados de exploração	10	(753 096)	4 099 509
PRODUTO DA ACTIVIDADE BANCÁRIA		144 811 539	28 578 896
Custos com pessoal	11	(13 106 136)	(9 469 980)
Fornecimentos e serviços de terceiros	12	(8 942 801)	(7 963 341)
Depreciações e amortizações do exercício	20 e 21	(2 634 205)	(2 265 560)
Provisões líquidas de anulações	27	(689 204)	(280 034)
Imparidade para crédito a clientes líquida de reversões e recuperações	18 e 27	(58 580 559)	(2 188 584)
Imparidade para outros activos financeiros líquida de reversões e recuperações	16,17 e 27	(142 145)	-
Imparidade para outros activos líquida de reversões e recuperações	23 e 27	(19 156 752)	(405 900)
Resultados de associadas e empreendimentos conjuntos	22	181 566	87 132
RESULTADO ANTES DE IMPOSTOS DE OPERAÇÕES EM CONTINUAÇÃO E DE INTERESSES QUE NÃO CONTROLAM		41 741 304	6 092 629
Impostos sobre os resultados		(5 232 148)	(57 293)
Correntes	28	(5 232 148)	(57 293)
Diferidos		-	-
RESULTADO APÓS IMPOSTOS E ANTES DE INTERESSES QUE NÃO CONTROLAM		36 509 156	6 035 336
Interesses que não controlam	31	(112 531)	(26 489)
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO ATRIBUÍVEL AOS ACCIONISTAS		36 396 625	6 008 847
Número médio de acções ordinárias emitidas		72 000 000	72 000 000
Resultados por acção básico	13	0,51	0,08
Resultados por acção diluído	13	0,51	0,08

Demonstração do Rendimento Integral Individual

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017.

(milhares de kwanzas)

DEMONSTRAÇÃO DO RENDIMENTO INTEGRAL INDIVIDUAL	Notas	31/12/2018	31/12/2017 Reexpresso (Nota 2)
Resultado Líquido do Exercício		36 374 287	6 012 325
Reserva de justo valor		-	79 567
Outros movimentos		-	(117 656)
		-	(38 089)
TOTAL DO RENDIMENTO INTEGRAL DO EXERCÍCIO		36 374 287	5 974 236

Demonstração do Rendimento Integral Consolidada

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017.

(milhares de kwanzas)

DEMONSTRAÇÃO DO RENDIMENTO INTEGRAL CONSOLIDADA	Notas	31/12/2018	31/12/2017 Reexpresso (Nota 2)
Resultado Líquido do Exercício		36 396 625	6 008 847
Reserva de justo valor		-	79 567
Outros movimentos		-	(117 656)
		-	(38 089)
TOTAL DO RENDIMENTO INTEGRAL DO EXERCÍCIO		36 396 625	5 970 758

(milhares de kwanzas)

Demonstrações de Alterações nos Fundos Próprios Individuais

Em 31 de Dezembro de 2018 e 31 de Dezembro de 2017.

DEMONSTRAÇÕES DE ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PRÓPRIOS INDIVIDUAIS	Capital	Prémios de Emissão	Acções Próprias	Reservas e Resultados transitados				Resultados Exercício	Total Fundos Próprios
				Reservas de Justo Valor	Outras reservas	Resultados transitados	Total		
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016	72 000 000	-	-	(79 567)	23 903 096	(49 055 486)	(25.231.956)	(4 329 024)	42 439 020
Ajustamento com efeitos transitados									
Imparidade sobre iSUC a recuperar	-	-	-	-	-	(3 995 257)	(3 995 257)	-	(3 995 257)
Outro rendimento integral									
Alterações de justo valor líquidas de imposto	-	-	-	79 567	-	-	79 567	-	79 567
Resultado Líquido do Exercício	-	-	-	-	-	-	-	6 012 325	6 012 325
Total do rendimento integral do exercício	-	-	-	79 567	-	-	79 567	6 012 325	6 091 892
Constituição de Reservas	-	-	-	-	-	(4 329 024)	(4 329 024)	4 329 024	-
Outros Movimentos	-	-	-	-	-	(117 656)	(117 656)	-	(117 656)
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 REEXPRESSO	72 000 000	-	-	-	23 903 096	(57 497 422)	(33 594 325)	6 012 325	44 417 999
Aplicação Resultado em Reservas	-	-	-	-	601 233	5 411 092	6 012 325	(6 012 325)	-
Adopção IFRS 9									
Alteração apuramento imparidade (Nota 4)	-	-	-	-	-	(7 936 681)	(7 936 681)	-	(7 936 681)
SALDO EM 1 DE JANEIRO DE 2018	72 000 000	-	-	-	24 504 329	(60 023 011)	(35 518 682)	-	36 481 318
Resultado Líquido do Exercício	-	-	-	-	-	-	-	36 374 287	36 374 287
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018	72 000 000	-	-	-	24 504 329	(60 023 011)	(35 518 682)	36 374 287	72 855 605

(milhares de kwanzas)

Demonstrações de Alterações nos Fundos Próprios Consolidados

Em 31 de Dezembro de 2018 e 31 de Dezembro de 2017.

DEMONSTRAÇÕES DE ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PRÓPRIOS CONSOLIDADOS	Capital	Reservas e Resultados transitados				Interesses que não controlam	Resultados Exercício	Total Fundos Próprios
		Reservas de Justo Valor	Outras reservas	Resultados transitados	Total			
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016	72 000 000	(79 567)	23 903 096	(49 055 485)	(25 231 956)	583 663	(4 326 888)	43 024 820
Ajustamento com efeitos transitados								
Imparidade sobre iSUC a recuperar	-	-	-	(3 995 257)	(3 995 257)	-	-	(3 995 257)
Outro rendimento integral								
Alterações de justo valor líquidas de imposto	-	79 567	-	-	79 567	-	-	79 567
Resultado Líquido do Exercício	-	-	-	-	-	-	6 008 847	6 008 847
Total do rendimento integral do exercício	-	79 567	-	-	79 567	-	6 008 847	6 088 414
Interesses que não controlam	-	-	-	-	-	137 028	-	137 028
Constituição de Reservas	-	-	-	(4 326 888)	(4 326 888)	-	4 326 888	-
Outros Movimentos	-	-	-	(117 656)	(117 656)	-	-	(117 656)
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017	72 000 000	-	23 903 096	(57 495 286)	(33 592 190)	583 663	6 008 847	45 000 321
Aplicação Resultado em Reservas	-	-	601 233	5 407 615	6 008 847	-	(6 008 847)	-
Adopção IFRS 9								
Alteração apuramento imparidade (Nota 4)	-	-	-	(7 935 338)	(7 935 338)	-	-	(7 935 338)
SALDO EM 1 DE JANEIRO DE 2018	72 000 000	-	24 504 329	(60 023 011)	(35 518 681)	583 663	-	37 064 983
Resultado Líquido do Exercício	-	-	-	-	-	-	36 396 625	36 396 625
Total do rendimento integral do exercício	-	-	-	-	-	-	36 396 625	36 396 625
Interesses que não controlam	-	-	-	-	-	179 759	-	179 759
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018	72 000 000	-	24 504 329	(60 023 011)	(35 518 681)	763 422	36 396 625	73 641 367

Demonstração de Fluxos de Caixa Individual

Em 31 de Dezembro de 2018 e 31 de Dezembro de 2017.

FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES OPERACIONAIS	Notas	31/12/2018	31/12/2017 Reexpresso (Nota 2)
Juros, comissões e outros proveitos equiparados recebidos		54 193 926	44 521 313
Juros, comissões e outros custos equiparados pagos		(64 597 167)	(50 895 977)
Pagamentos a empregados e fornecedores		(21 259 333)	(16 933 160)
FLUXOS DE CAIXA ANTES DAS ALTERAÇÕES NOS ACTIVOS E PASSIVOS OPERACIONAIS		(31 662 575)	(23 307 824)
(Aumentos)/Diminuições de activos e passivos operacionais:			
Aplicações em bancos centrais e em outras instituições de crédito		(27 903 562)	(25 897 565)
Activos financeiros ao justo valor através de resultados		(4 390 843)	-
Activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral		19 618 436	14 351 158
Investimentos ao custo amortizado:			
Títulos de dívida		-	-
Crédito a clientes		5 876 389	-17 777 236
Activos não correntes detidos para venda		27 548	4 134 436
Recursos de bancos centrais e de outras instituições de crédito		(90 560 204)	(147 691 061)
Recursos de clientes e outros empréstimos		238 535 696	(18 412 341)
Passivos não correntes detidos para venda		-	-
Outros activos		(45 605 279)	223 703 815
Outros passivos		17 176 258	23 537 600
FLUXO CAIXA LÍQUIDOS DAS ACTIVIDADES OPERACIONAIS, ANTES DOS IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO		81 111 864	32 640 982
Impostos sobre o rendimento		-	-
FLUXOS DE CAIXA LÍQUIDOS DAS ACTIVIDADES OPERACIONAIS		81 111 864	32 640 982

FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO	Notas	31/12/2018	31/12/2017 Reexpresso (Nota 2)
Dividendos recebidos		55 000	-
Aquisições de outros activos tangíveis, líquidas de alienações		621 630	888 810
Aquisições de activos intangíveis, líquidas de alienações		(1 618 911)	1 157 396
Aquisições de participações em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos, líquidas de alienações		850 000	-
FLUXOS DE CAIXA LÍQUIDOS DAS ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO		81 019 583	34 687 188

FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO	Notas	31/12/2018	31/12/2017 Reexpresso (Nota 2)
Aumentos/(Reduções) de capital social		-	-
Distribuição de dividendos		-	-
Emissão de passivos subordinados, líquida de reembolsos e compras		-	-
Remuneração paga relativa a passivos subordinados		(5 446 515)	(3 573 514)
FLUXOS DE CAIXA LÍQUIDOS DAS ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO		75 573 068	31 113 674

VARIAÇÃO DE CAIXA E SEUS EQUIVALENTES	Notas	31/12/2018	31/12/2017 Reexpresso (Nota 2)
Caixa e seus equivalentes no início do período		173 305 098	142 191 424
Variação líquida em caixa e seus equivalentes		75 573 068	31 113 674
Caixa e seus equivalentes no fim do período		248 878 166	173 305 098
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA:			
Caixa e Disponibilidades em bancos centrais	14	194 901 353	138 549 166
Disponibilidades em outras instituições financeiras	15	53 976 813	34 755 931
		248 878 166	173 305 098

Demonstração de Fluxos de Caixa Consolidado

Em 31 de Dezembro de 2018 e 31 de Dezembro de 2017.

FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES OPERACIONAIS	Notas	31/12/2018	31/12/2017 Reexpresso (Nota 2)
Juros, comissões e outros proveitos equiparados recebidos		54 193 926	44 521 313
Juros, comissões e outros custos equiparados pagos		(64 597 167)	(50 895 977)
Pagamentos a empregados e fornecedores		(21 259 3339)	(16 933 160)
FLUXOS DE CAIXA ANTES DAS ALTERAÇÕES NOS ACTIVOS E PASSIVOS OPERACIONAIS		(31 662 575)	(23 307 824)
(Aumentos)/Diminuições de activos e passivos operacionais:			
Aplicações em bancos centrais e em outras instituições de crédito		(27 903 562)	(25 897 565)
Activos financeiros ao justo valor através de resultados		(4 390 843)	-
Activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral		19 618 436	14 351 158
Investimentos ao custo amortizado:			
Títulos de dívida		-	-
Crédito a clientes		5 876 389	(17 777 236)
Activos não correntes detidos para venda		27 548	4 134 436
Recursos de bancos centrais e de outras instituições de crédito		(90 560 204)	(147 691 061)
Recursos de clientes e outros empréstimos		238 535 696	(18 412 341)
Passivos não correntes detidos para venda		-	-
Outros activos		(45 605 279)	223 892 195
Outros passivos		17 176 258	23 537 600
FLUXO CAIXA LÍQUIDOS DAS ACTIVIDADES OPERACIONAIS, ANTES DOS IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO		81 111 864	32 829 361
Impostos sobre o rendimento		-	-
FLUXOS DE CAIXA LÍQUIDOS DAS ACTIVIDADES OPERACIONAIS		81 111 864	32 829 361

FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO	Notas	31/12/2018	31/12/2017 Reexpresso (Nota 2)
Dividendos recebidos		55 000	-
Aquisições de outros activos tangíveis, líquidas de alienações		621 630	888 810
Aquisições de activos intangíveis, líquidas de alienações		(1 807 293)	1 157 396
Aquisições de participações em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos, líquidas de alienações		850 000	-
FLUXOS DE CAIXA LÍQUIDOS DAS ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO		80 831 201	34 875 567

FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO	Notas	31/12/2018	31/12/2017 Reexpresso (Nota 2)
Aumentos/(Reduções) de capital social		-	-
Distribuição de dividendos		-	-
Emissão de passivos subordinados, líquida de reembolsos e compras		-	-
Remuneração paga relativa a passivos subordinados		(5 446 515)	(3 573 514)
FLUXOS DE CAIXA LÍQUIDOS DAS ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO		75 384 687	31 302 053

VARIAÇÃO DE CAIXA E SEUS EQUIVALENTES	Notas	31/12/2018	31/12/2017 Reexpresso (Nota 2)
Caixa e seus equivalentes no início do período		173 493 479	142 191 426
Varição líquida em caixa e seus equivalentes		75 384 687	31 302 053
Caixa e seus equivalentes no fim do período		248 878 166	173 493 479
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA:			
Caixa e Disponibilidades em bancos centrais	14	194 901 353	138 549 166
Disponibilidades em outras instituições financeiras	15	53 976 813	34 944 313
		248 878 166	173 493 479

9.2.

Anexo às Demonstrações Financeiras

Para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2018

Nota 1

Nota Introdutória

O Banco Económico, SA é um banco comercial universal que opera e tem sede social em Angola, na Rua do 1º Congresso, Nº 27, Ingombota, Luanda. Para o efeito possui as indispensáveis autorizações das entidades Angolanas competentes, nomeadamente a concedida pelo Banco Nacional de Angola ("BNA" ou "Banco Central").

As demonstrações financeiras individuais ("BE" ou "Banco") e consolidadas ("Grupo BE" ou "Grupo") do Banco Económico agora apresentadas reportam-se à actividade até 31 de Dezembro de 2018.

O BE passou a assumir a nova designação, em 28 de Outubro de 2014, após as medidas de saneamento aplicadas pelo BNA. O BE surge da redenominação do Banco Espírito Santo Angola S.A., originalmente criado em Agosto de 2001, tendo iniciado a sua actividade operacional em 24 de Janeiro de 2002. Desde o seu início o BE assume-se como uma instituição bancária de capitais privados de direito angolano e o seu objecto social é a actividade bancária universal nos termos e na amplitude permitida por lei.

As demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de Dezembro de 2018 foram aprovadas para emissão em reunião do Conselho de Administração em 5 de Agosto de 2019. A sua aprovação final está ainda sujeita a concordância

da Assembleia Geral de Accionistas, sendo a expectativa do Conselho de Administração que as mesmas sejam aprovadas sem alterações significativas.

Nota 2

Políticas Contabilísticas

2.1 Bases de Apresentação

No âmbito do disposto no Aviso nº 6/2016 de 22 de Junho, do Banco Nacional de Angola, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas do BE foram preparadas a partir dos registos contabilísticos do Banco e das empresas incluídas na consolidação, os quais foram preparados de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro. Devem entender-se como fazendo parte daquelas normas, as Normas Internacionais de Relato Financeiro ("IFRS" – International Financial Reporting Standards) emitidas pelo International Accounting Standard Board ("IASB"), as Normas Internacionais de Contabilidade ("IAS"), emitidas pelo International Accounting Standards Committee ("IASC") e respectivas interpretações – IFRIC e SIC, emitidas, respectivamente, pelo International Financial Reporting Interpretation Committee ("IFRIC") e pelo Standards Interpretation Committee ("SIC"), em vigor para exercícios iniciados em 1 de janeiro de 2018. De ora em diante, o conjunto daquelas normas e interpretações serão designados genericamente por "IFRS".

Os IFRS incluem as normas contabilísticas emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e as interpretações emitidas pelo International Financial Reporting Interpretation Committee (IFRIC), e pelos respectivos órgãos antecessores.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas do Banco Económico agora apresentadas reportam-se à actividade até 31 de Dezembro de 2018. As demonstrações financeiras estão expressas em milhares de Kwanzas, arredondado ao milhar mais próximo e, apesar das incertezas divulgadas na Nota 36, foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, de acordo com o princípio do custo histórico, com excepção dos activos e passivos registados ao seu justo valor, nomeadamente instrumentos financeiros derivados, activos e passivos financeiros ao justo valor através dos resultados e activos financeiros justo valor através de outro rendimento integral.

As políticas contabilísticas utilizadas pelo Grupo na sua preparação são consistentes com as utilizadas na preparação das demonstrações financeiras com referência a 31 de dezembro de 2017, excepto no que se refere ao entendimento do Banco quanto à implementação da IFRS 9 e à recuperabilidade do reembolso do imposto liquidado indevidamente, para o qual o Banco continua a não obter resposta por parte da Autoridade Geral Tributária ("AGT"), neste sentido, o Banco optou por registar

os impactos de IFRS 9 apenas a 1 de Janeiro de 2018 e a imparidade para a totalidade do valor a receber da AGT no exercício de 2017, reexpressando o comparativo. Estas alterações são apresentadas de seguida.

Reembolso do imposto liquidado indevidamente

O Banco reclassificou, com referência a 31 de dezembro de 2017, o registo de um saldo devedor no montante de AOA 3.995.257 milhares, registado anteriormente a deduzir na rubrica de Outros passivos, relativo a imposto de selo que o Banco liquidou indevidamente sobre contratos de crédito cujos direitos económicos foram transmitidos à Grupo ENSA, para a rubrica de Outros activos. Adicionalmente, de forma a reflectir a melhor expectativa de recuperabilidade dos saldos àquela data. O Banco procedeu ao registo de imparidade correspondente à totalidade do montante com referência a 31 de Dezembro 2017.

Os impactos no balanço e na demonstração de resultados Individual e Consolidado a 31 de Dezembro de 2017 decorrente da alteração acima mencionada são apresentados como segue:

Demonstrações Financeiras Individuais

(milhares de kwanzas)

BALANÇO	Notas	31/12/2017 Publicado	Reclassificação do Imposto para Outros Activos	Registo de imparidade sobre o imposto a receber	31/12/2017 Reexpresso
ACTIVO					
Outros activos	23	283 681 147	3 995 257	(3 995 257)	283 681 147
PASSIVO					
Outros passivos	29	24 706 293	3 995 257		28 701 550
FUNDOS PRÓPRIOS					
Resultados transitados	31	53 502 164		3 995 257	57 497 422

Demonstrações Financeiras Consolidadas

(milhares de kwanzas)

BALANÇO	Notas	31/12/2017 Publicado	Reclassificação do Imposto para Outros Activos	Registo de imparidade sobre o imposto a receber	31/12/2017 Reexpresso
ACTIVO					
Outros activos	31	283 873 662	3 995 257	(3 995 257)	283 873 662
PASSIVO					
Outros passivos	31	25 064 794	3 995 257		29 060 051
FUNDOS PRÓPRIOS					
Resultados transitados	31	53 500 029		3 995 257	57 495 285

O BNA, a Associação Angolana de Bancos ("ABANC") e o Conselho de Administração do Banco são da opinião que não se encontram cumpridos os requisitos previstos na IAS 29 – Relato financeiro em economias hiperinflacionárias ("IAS 29") para que a economia Angolana seja considerada hiperinflacionária à data de 31 de Dezembro de 2018 e 2017 e, conseqüentemente, foi decidido não aplicar as disposições constantes naquela Norma às demonstrações financeiras naquelas datas.

2.2 Bases de Consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas agora apresentadas reflectem os activos, passivos, rendimentos, gastos, outros rendimentos integrais e fluxos de caixa do Banco Económico e das suas subsidiárias (Grupo ou Grupo BE) e os resultados atribuíveis ao Grupo referentes às participações financeiras em associadas.

As políticas contabilísticas foram aplicadas de forma consistente por todas as subsidiárias e associadas do Grupo, relativamente aos exercícios cobertos por estas demonstrações financeiras consolidadas.

Subsidiárias

Subsidiárias são entidades (incluindo fundos de investimento) controladas pelo Grupo. O Grupo controla uma entidade quando está exposto ou tenha direitos à variabilidade do retorno proveniente do seu envolvimento com esta entidade, podendo apoderar-se do mesmo através do poder que detém sobre esta entidade (controlo de facto) e tendo a capacidade de afectar esses retornos variáveis através do poder que exerce sobre as actividades relevantes da entidade. Conforme estabelecido na IFRS 10, o Grupo procede à análise do objectivo e da estruturação do modo como as operações de uma entidade são desenvolvidas na avaliação de controlo sobre esta. As empresas subsidiárias são consolidadas integralmente desde o momento que o Grupo assume o controlo sobre as suas actividades até ao momento que esse controlo cessa. A participação de terceiros em 31 de Dezembro de 2018 empresas é apresentada na rubrica de interesses que não controlam.

As perdas acumuladas de uma subsidiária são atribuídas aos interesses que não controlam nas proporções detidas, o que poderá implicar o reconhecimento de interesses que não controlam de valor negativo.

Numa operação de aquisição por etapas (step acquisition) que resulte na aquisição de controlo, qualquer participação minoritária anteriormente detida é reavaliada ao justo

valor por contrapartida de resultados aquando do cálculo do *goodwill*. No momento de uma venda parcial, da qual resulte a perda de controlo sobre uma subsidiária, qualquer participação minoritária remanescente retida é reavaliada ao justo valor na data da venda e o ganho ou perda resultante dessa reavaliação é registado por contrapartida de resultados.

A entidade identificada como adquirente ou incorporante, integra os resultados da entidade/ negócio adquirido desde a data da aquisição, ou seja, desde a data da tomada de controlo. O tratamento contabilístico de fusões por incorporação, entre entidades sob controlo comum, segue os mesmos princípios – realiza-se a integração dos activos e passivos da entidade a incorporar, pelos valores que se encontram apresentados nas demonstrações financeiras consolidadas da entidade que possui o controlo sobre as duas entidades, no nível mais elevado da cadeia de participações financeiras do Grupo (o "predecessor"). A diferença entre o valor contabilístico dos activos e passivos incorporados e o valor do investimento financeiro é reconhecida como reserva de fusão.

Associadas

São classificadas como associadas todas as empresas sobre as quais o Grupo detém o poder de exercer influência significativa sobre as suas políticas financeiras e operacionais, embora não detenha o seu controlo. Normalmente é presumido que o Grupo exerce influência significativa quando detém o poder de exercer mais de 20% dos direitos de voto da associada, mas menos de 50% dos mesmos.

Mesmo quando os direitos de voto sejam inferiores a 20%, poderá o Grupo exercer influência significativa através da participação na gestão da associada ou na composição dos órgãos de Administração com poderes executivos.

Os investimentos em associadas são registados nas demonstrações financeiras consolidadas do Banco pelo método da equivalência patrimonial, desde o momento que o Grupo adquire a influência significativa até ao momento em que a mesma termina. O valor de balanço dos investimentos em associadas inclui o valor do respetivo *goodwill* determinado nas aquisições e é apresentado líquido de eventuais perdas por imparidade. O Banco Económico realiza testes de imparidade para os seus investimentos em associadas, sempre que se verifiquem indícios de imparidade. As perdas de imparidade contabilizadas em períodos anteriores podem ser reversíveis, até ao limite das perdas acumuladas.

Numa operação de aquisição por etapas (step acquisition) que resulte na aquisição de influência significativa, qualquer participação anteriormente detida é reavaliada ao justo valor por contrapartida de resultados aquando da primeira aplicação do método da equivalência patrimonial.

Quando o valor das perdas acumuladas incorridas por uma associada e atribuíveis ao Grupo iguala ou excede o valor contabilístico da participação e de quaisquer outros interesses de médio e longo prazo nessa associada, o método da equivalência patrimonial é interrompido, exceto se o Grupo tiver a obrigação legal ou construtiva de reconhecer essas perdas ou tiver realizado pagamentos em nome da associada.

Ganhos ou perdas na venda de partes de capital em empresas associadas são registados por contrapartida de resultados mesmo que dessa venda não resulte a perda de influência significativa. Os dividendos atribuídos pelas associadas reduzem o valor de balanço registado pelo Grupo.

Goodwill

O *goodwill* representa a diferença entre o custo de aquisição da participação assim determinado e o justo valor atribuível aos activos, passivos e passivos contingentes adquiridos.

Em conformidade com o disposto na IFRS 3, o Grupo mensura o *goodwill* como a diferença entre o justo valor de aquisição do negócio, incluindo o justo valor de qualquer participação minoritária anteriormente detida, e o justo valor atribuível aos activos adquiridos e passivos assumidos e quaisquer instrumentos de capital próprio emitidos. Os justos valores são determinados na data de aquisição. Os custos directamente atribuíveis à aquisição são reconhecidos no momento da compra em custos do exercício.

Na data de aquisição, o Grupo reconhece como interesses que não controlam os valores correspondentes à proporção do justo valor dos activos adquiridos e passivos assumidos sem a respectiva parcela de *goodwill*. Assim, o *goodwill* reconhecido nestas demonstrações financeiras consolidadas corresponde apenas à parcela atribuível aos accionistas do Banco.

O *goodwill* positivo é registado no activo pelo seu valor de custo e não é amortizado, de acordo com a IFRS 3 – Concentrações de Atividades Empresariais. No caso de investimentos em associadas, o *goodwill* está incluído no respetivo valor de balanço determinado com base no método da equivalência patrimonial. O *goodwill* negativo é reconhecido directamente em resultados no período em que a aquisição ocorre. As perdas de imparidade do *goodwill* não são reversíveis no futuro.

O valor recuperável do *goodwill* registado no activo é revisto anualmente, independentemente da existência de sinais de imparidade. As eventuais perdas por imparidade determinadas são reconhecidas na demonstração dos resultados. O valor recuperável corresponde ao menor de entre o valor de uso e o valor de mercado deduzido dos custos de venda. Na determinação do valor de uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados com base numa taxa que reflecte as condições de mercado, o valor temporal e os riscos do negócio.

Transações com interesses que não controlam

A aquisição de interesses que não controlam da qual não resulte uma alteração de controlo sobre uma subsidiária, é contabilizada como uma transacção com accionistas e, como tal, não é reconhecido *goodwill* adicional resultante desta transacção. A diferença entre o custo de aquisição e o valor de balanço dos interesses que não controlam adquiridos é reconhecida directamente em reservas. De igual forma, os ganhos ou perdas decorrentes de alienações de interesses que não controlam, das quais não resulte uma perda de controlo sobre uma subsidiária, são sempre reconhecidos por contrapartida de reservas.

Os ganhos ou perdas decorrentes da diluição ou venda de uma parte da participação financeira numa subsidiária, com perda de controlo, são reconhecidos pelo Grupo na demonstração dos resultados.

Saldos e transações eliminadas na consolidação

Saldos e transações entre empresas do Grupo, incluindo quaisquer ganhos ou perdas não realizadas resultantes de operações intragrupo, são eliminados no processo de consolidação, excepto nos casos em que as perdas não realizadas indicem a existência de imparidade que deva ser reconhecida nas contas consolidadas.

2.3 Principais Políticas Contabilísticas

Transacções em moeda estrangeira

As transacções em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional (Kwanza) à taxa de câmbio em vigor na data da transacção. Os activos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira, são convertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio em vigor na data de balanço. As diferenças cambiais resultantes da conversão são reconhecidas em resultados. Os activos e passivos não monetários denominados em moeda estrangeira e registados ao custo histórico são convertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio em vigor na data da transacção. Os activos e passivos não monetários registados ao justo

valor são convertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio em vigor na data em que o justo valor é determinado e reconhecido por contrapartida de resultados, com excepção daqueles reconhecidos em activos financeiros ao justo valor através de reservas, cuja diferença é registada por contrapartida de capitais próprios.

As taxas de câmbio em vigor às datas em análise, Dezembro de 2018 e 2017, são as seguintes:

MOEDA	Notas	Taxas Câmbio 31/12/2018	Taxas Câmbio 31/12/2017
Libra Esterlina	GBP	390,079	223,084
Dólar Americano	USD	308,607	165,924
Franco Suíço	CHF	314,664	169,612
Coroa Sueca	SEK	34,516	20,128
Coroa Norueguesa	NOK	35,481	20,101
Coroa Dinamarquesa	DKK	47,416	26,621
Dólar Canadiano	CAD	226,834	131,737
Iene Japonês	JPY	2,799	1,469
Euro	EUR	353,015	185,400
Dólar Namibiano	NAD	21,468	13,951
Rand	ZAR	21,344	13,451

Resultados por acção

Os resultados por acção básicos são calculados dividindo o resultado líquido atribuível a accionistas do Banco pelo número médio ponderado de acções ordinárias em circulação, excluindo o número médio de acções próprias detidas pelo Banco.

Para o resultado por acção diluído, o número médio de acções ordinárias em circulação é ajustado de forma a reflectir o efeito de todas as potenciais acções ordinárias tratadas como diluidoras. Emissões contingentes ou potenciais são tratadas como diluidoras quando a sua conversão para acções faz decrescer o resultado por acção.

Se o resultado por acção for alterado em resultado de uma emissão a prémio ou desconto ou outro evento que altere o número potencial de acções ordinárias ou alterações nas políticas contabilísticas, o cálculo do resultado por acção para todos os períodos apresentados é ajustado retrospectivamente.

2.4 Alterações de Políticas Contabilísticas - Adopção do IFRS 9

O Banco e as suas subsidiárias adoptaram na preparação das demonstrações financeiras individuais referentes a 31 de dezembro de 2018, as normas contabilísticas emitidas pelo IASB e as interpretações do IFRIC de aplicação obrigatória desde 1 de janeiro de 2018

Nestas demonstrações financeiras o Banco aplicou pela primeira vez a IFRS 9 e a IFRS 15, de aplicação obrigatória para períodos iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2018. O Banco não adoptou antecipadamente qualquer outra norma ou interpretação.

IFRS 9 Instrumentos Financeiros

A IFRS 9 é de aplicação obrigatória e substitui a IAS 39 para períodos iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2018. O Banco não reexpressou a informação comparativa com referência a 2017, utilizando assim a possibilidade prevista na IFRS 9. Desta forma, a informação comparativa com referência a 2017 é apresentada de acordo com a IAS 39 e não é comparável com a informação apresentada com referência a 2018.

No âmbito da adoção da IFRS 9, os impactos da transição foram reconhecidos directamente em resultados transitados em 1 de janeiro de 2018, conforme divulgado na Nota 4, às demonstrações financeiras.

Alterações à classificação e mensuração

Para determinar a classificação e mensuração, a IFRS 9 requer que todos os activos financeiros, excepto instrumentos de capital e derivados, sejam analisados com base numa combinação do modelo de negócio do Banco para os gerir e as características dos fluxos de caixa contratualizados.

As categorias de mensuração previstas na IAS 39 para os instrumentos financeiros (i) justo valor através de resultados; (ii) disponíveis para venda; (iii) detidos até à maturidade e (iv) custo amortizado foram substituídas por: (i) Activos financeiros ao custo amortizado; (ii) Activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral; (iii) Activos financeiros ao justo valor através de resultados; (iv) Activos financeiros ao justo valor através de resultados mandatório.

A contabilização de passivos financeiros mantém-se semelhante ao previsto na IAS 39, excepto quanto ao tratamento de ganhos e perdas resultantes do risco de crédito da própria entidade relacionados com passivos financeiros mensurados ao justo valor através de resultados, os quais são apresentados em outro rendimento integral sem reclassificação subsequente na demonstração de resultados.

No âmbito da IFRS 9, os derivados embutidos não são destacados do activo financeiro principal, mas são classificados com base no modelo de negócio e nos termos contratuais. A contabilização de derivados embutidos em passivos financeiros e em contratos não financeiros não alterou face à IAS 39.

Alterações ao cálculo da imparidade

A adopção da IFRS 9 alterou significativamente a forma de cálculo de imparidade do Banco, substituindo o modelo de perdas incorridas previsto na IAS 39, pelo modelo de perda esperada preconizado na IFRS 9.

A IFRS 9 define que uma entidade deve reconhecer uma provisão para perdas de crédito previstas relativamente aos activos financeiros como sendo créditos a clientes, outros instrumentos de dívida não reconhecidos ao justo valor através de resultados, compromissos de concessão de empréstimos e contratos de garantia financeira. A entidade deve mensurar a provisão para perdas por uma quantia equivalente às perdas de crédito esperadas num prazo de doze meses se não se tiver verificado um aumento significativo do risco de crédito desde o momento do reconhecimento do activo. Caso o activo financeiro cumpra as regras de classificação de um activo financeiro comprado ou criado em imparidade de crédito, a provisão para perdas deve ser equivalente às perdas de crédito ao longo da respectiva duração do activo.

2.5 Alteração de Estimativas Contabilísticas

A preparação de demonstrações financeiras de acordo com os IFRS requer que o Banco efectue julgamentos e estimativas e utilize pressupostos que afectam a aplicação das políticas contabilísticas e os montantes de proveitos, custos, activos e passivos. Alterações em tais pressupostos ou diferenças destes face à realidade poderão ter impactos sobre as actuais estimativas e julgamentos. As áreas que envolvem um maior nível de julgamento ou complexidade, ou onde são utilizados pressupostos e estimativas significativos na preparação das demonstrações financeiras encontram-se analisadas na Nota 3.

Contudo, importa salientar que no âmbito da adopção da IFRS 9, os impactos encontram-se divulgados na Nota 4, às demonstrações financeiras.

2.6 Outros activos Financeiros: Aplicações de Liquidez, Títulos, Crédito a Clientes e Outros Activos

Até 1 de janeiro de 2018, o Banco classificava os activos financeiros em activos financeiros ao custo amortizado, ao justo valor através de resultados, disponíveis para venda e detidos até à maturidade.

Desde 1 de janeiro de 2018, o Banco classifica os activos financeiros no momento da sua aquisição em função do modelo de negócio considerado e das características dos fluxos de caixa contratuais desses activos. Essa classificação determina a forma como o activo passa a ser mensurado após o seu reconhecimento inicial:

- Ao custo amortizado: se for incluído num modelo de negócio cujo objectivo é somente a obtenção dos fluxos de caixa contratuais, sendo que os mesmos correspondem somente a pagamentos de capital e juros sobre o montante de capital em dívida (SPPI solely payments of principal and interest);
- Ao justo valor através de outro rendimento integral: se for incluído num modelo de negócio cujo objectivo é a obtenção dos fluxos de caixa contratuais e/ou venda e os fluxos de caixa contratuais se enquadrarem no âmbito SPPI. Adicionalmente pode-se optar irrevogavelmente, no reconhecimento inicial, por apresentar em capital próprio as alterações subsequentes no justo valor de um investimento num instrumento de capital;
- Ao justo valor através de resultados: engloba residualmente todos os outros instrumentos que não estão em (i) e (ii), e os que a empresa opte por designar, no reconhecimento inicial, desta forma.

Reconhecimento e mensuração inicial e desreconhecimento

Estes activos financeiros são inicialmente reconhecidos ao seu justo valor acrescido dos custos de transacção, excepto nos casos de activos financeiros ao justo valor através de resultados, em que os custos de transacção são directamente reconhecidos em resultados.

Os activos financeiros são desreconhecidos do balanço quando (i) os direitos contratuais do Banco relativos aos respectivos fluxos de caixa expiraram, (ii) o Banco transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção, ou (iii) não obstante o Banco ter retido parte, mas não substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção, o controlo sobre os activos foi transferido. Quando uma operação mensurada ao justo valor através de outro rendimento integral é desreconhecida, o ganho ou perda acumulada previamente reconhecida em outro rendimento integral é reclassificado para resultados. No caso específico dos instrumentos de capital, o ganho ou perda acumulado previamente reconhecido em outro capital próprio não é reclassificado para resultados, sendo transferido entre rubricas de Fundos próprios.

As Aplicações de liquidez e Crédito a clientes são registadas na data em que o montante da transacção é adiantado à contraparte. As aquisições e alienações de títulos são reconhecidos na data da negociação (trade date), ou seja, na data em que o Banco se compromete a adquirir ou alienar o activo.

Activos financeiros ao custo amortizado ou ao justo valor através de outro rendimento integral

De acordo com a Norma IFRS 9 - Instrumentos Financeiros, para um activo financeiro ser classificado e mensurado ao custo amortizado ou ao justo valor através de outro rendimento integral, é necessário que:

- as cláusulas contratuais devem dar origem a fluxos de caixa que correspondem somente a pagamentos de capital e juros sobre o montante em dívida (SPPI solely payments of principal and interest). Para efeitos do teste SPPI, o capital é o justo valor do activo financeiro no momento do reconhecimento inicial. Os fluxos contratuais que são SPPI são consistentes com um acordo de empréstimo básico. Cláusulas contratuais que introduzam exposição a riscos ou volatilidade dos fluxos de caixa contratuais que não estejam relacionados com um contrato básico de empréstimo, como a exposição a alterações nos preços de ações ou de mercadorias, não dão origem a fluxos de caixa contratuais que são apenas pagamentos relativos a capital e a juros calculados sobre o montante de capital em dívida. Nestes casos, os activos financeiros devem ser mensurados ao justo valor através de resultados;
- O modelo de negócio do activo financeiro seja receber somente os fluxos contratuais até à maturidade (activo ao custo amortizado) ou receber os fluxos contratuais até à maturidade e obter mais-valia na venda (activo ao justo valor através de outro rendimento integral). A avaliação dos modelos de negócio do activo financeiro é fundamental para a sua classificação. O Banco determina os modelos de negócio por grupos de activos financeiros de acordo com a forma como são geridos para atingir um determinado objectivo de negócio. Os modelos de negócio do Banco determinam se os fluxos de caixa vão ser gerados através da obtenção somente dos fluxos de caixa contratuais, da venda de activos financeiros ou ambos. No reconhecimento inicial de um activo financeiro, o Banco determina se o mesmo faz parte de um modelo de negócio existente ou se reflecte um novo modelo de negócio. O Banco reavalia os seus modelos de negócio em cada período de reporte, de forma a determinar se ocorrerem alterações dos modelos de negócio desde o último período de reporte.

Os requisitos acima referidos não são aplicáveis a contas a receber de locações, que cumprem os critérios definidos na IAS 17 - Locações.

Activos financeiros que sejam subsequentemente mensurados ao custo amortizado ou ao justo valor através de outro rendimento integral estão sujeitos a imparidade.

Os activos financeiros ao custo amortizado são inicialmente registados ao justo valor, subsequentemente são mensurados ao custo amortizado com base na taxa de juro efetiva. Os juros, calculados à taxa de juro efectiva, e os dividendos são reconhecidos na demonstração dos resultados.

Os activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral são inicialmente registados ao justo valor e subsequentemente também mensurados ao justo valor sendo, no entanto, as respectivas variações reconhecidas em reservas (outro rendimento integral) até que os activos sejam desreconhecidos, momento em que o valor acumulado dos ganhos e perdas potenciais registados em reservas é transferido para resultados na rubrica de resultados de activos financeiros ao justo valor através de resultados. No caso específico dos instrumentos de capital, o ganho ou perda acumulado previamente reconhecido em outro rendimento integral não é reclassificado para resultados, sendo transferido entre rubricas de fundos próprios. Contudo, os dividendos recebidos destes instrumentos de capital, são reconhecidos em resultados do exercício.

Activos financeiros registados ao justo valor através de resultados

Um activo registado ao justo valor através de resultados apresenta as seguintes características: (i) os fluxos de caixa contratuais não são SPPI (justo valor através de resultados mandatório); (ii) é detido num modelo de negócio que não tenha como objectivo a obtenção somente dos fluxos de caixa contratuais ou a obtenção dos fluxos de caixa contratuais e venda; (iii) é designado ao justo valor através de resultados, como resultado da aplicação da *fair value option*.

Estes activos são mensurados ao justo valor, e os respectivos ganhos ou perdas na reavaliação são reconhecidos em resultados.

O justo valor dos activos financeiros cotados é determinado com base na cotação de fecho (*bid-price*), no preço da última transacção efectuada ou no valor da última cotação (*bid*) conhecida. Na ausência de cotação, o Banco estima o

justo valor utilizando (i) metodologias de avaliação, tais como a utilização de preços de transacções recentes, semelhantes e realizadas em condições de mercado, técnicas de fluxos de caixa descontados e modelos de avaliação de opções customizados de modo a reflectir as particularidades e circunstâncias do instrumento e (ii) pressupostos de avaliação baseados em informações de mercado.

Imparidade

O Banco reconhece imparidade para perdas de crédito esperadas ("ECLs") para os seguintes instrumentos de dívida: (i) Aplicações de liquidez, (ii) Carteira própria de títulos, (iii) Crédito a clientes; (iv) Outros activos financeiros; (v) Garantias Prestadas; (vi) Crédito Documentários de Importação; (vii) Linhas de Crédito não utilizadas.

Consideram-se no âmbito de cálculo de imparidade os instrumentos de dívida, activos que estejam classificados em custo amortizado ou justo valor através de outro rendimento integral. As perdas por imparidade identificadas são registadas por contrapartida de resultados, sendo subsequentemente revertidas por resultados caso, num período posterior, o montante da perda estimada diminua.

A abordagem seguida para o cálculo da imparidade distingue-se entre o cálculo de perdas esperadas a 12 meses (*Stage 1*) e o cálculo de perdas esperadas *lifetime*. Para determinação de perdas esperadas *lifetime* a abordagem considera a projecção dos *cash-flows* contratuais (*Stage 2*) ou o valor actual das recuperações esperadas (*Stage 3*). Assim, o modelo de cálculo de imparidade por *Stage* sintetiza-se da seguinte forma:

STAGE	CRITÉRIOS DE MARCAÇÃO – IFRS 9	ECL
Stage 3	– Alinhado com a nova definição de Incumprimento / <i>Default</i> ¹	<i>Lifetime</i>
Stage 2	– Clientes com indícios ou <i>triggers</i> de imparidade activos; – Clientes que após a saída de <i>Default</i> ainda se encontrem dentro do período de quarentena (12 meses); – Clientes com utilizações de linhas de crédito acima do limite aprovado; – Clientes com taxa de imparidade resultante de análise individual igual ou superior a 10% e inferior a 25%.	<i>Lifetime</i>
Stage 1	– Clientes que não cumpram nenhum dos critérios apresentados acima.	12 meses

A alocação dos contratos a cada *stage* determina se o cálculo da ECL deve ser realizado com base numa abordagem a 12 meses ou *lifetime*.

Classificação em stage 3

A classificação em *stage 3* é assente no critério de marcação de *default*.

Classificação em stage 2

A classificação em *stage 2* está assente na observação de um aumento significativo do nível de risco de crédito, sendo que a norma geral obriga a que este aumento de risco seja medido através da comparação de PDs residuais *lifetime* Forward looking à data de reporte com as estimadas na contratação, para a mesma maturidade residual.

Uma vez que o Banco não dispõe de modelos de *rating* e *scoring* com a maturidade necessária, a classificação em *stage 2* é feita com base em *triggers* objectivos observados com base na informação disponível.

Classificação em stage 1

A classificação de exposições em *Stage 1* decorre da ausência de indícios activos de classificação em *Stage 3* e em *Stage 2*.

O Banco calcula imparidade, em base colectiva ou individual, para a base de incidência mediante uma classificação inicial do respectivo grau de risco *Stage 1, 2* ou *3* no modelo de análise coletiva, abordagem *going concern* ou *gone concern* no modelo de análise individual.

Se para determinado crédito não existe evidência objetiva de imparidade numa ótica individual, esse crédito é incluído num grupo de créditos com características de risco de crédito semelhantes (segmento da carteira de crédito), o qual é avaliado coletivamente mediante a aplicação de fatores de risco estimados para o segmento respectivo da exposição análise da imparidade numa base coletiva. As exposições que são avaliadas individualmente e para as quais, decorrente dessa análise, é identificada uma perda por imparidade, o valor apurado correspondente prevalece sobre a imparidade apurada em análise coletiva.

Relativamente aos critérios de materialidade, a IFRS 9 não introduz nenhum requisito específico, pelo que o Banco optou por manter os critérios definidos no modelo de IAS 39.

De forma a identificar as exposições individualmente significativas o Banco definiu o montante de fundos próprios da instituição como o referencial para a identificação de exposições significativas. Os critérios definidos pelo Banco para a identificação de clientes ou grupos económicos individualmente significativos são os seguintes:

SEGMENTO	CRITÉRIO
Clientes/grupos económicos em stage 2 e 3	0,25% do montante de fundos próprios contabilísticos
Clientes/grupos económicos em stage 1	1% do montante de fundos próprios contabilísticos

No âmbito da análise da imparidade numa base colectiva, as exposições são agrupadas com base em características semelhantes de risco de crédito em função da avaliação de risco definida pelo Banco. Para cada um desses grupos homogéneos de risco são estimados fatores de risco e, em seguida, aplicados no âmbito do cálculo de imparidade.

Contudo, importa salientar que a implementação do modelo de imparidade foi recentemente concluída pelo Banco com algumas limitações, designadamente: (i) ao nível dos critérios qualitativos e quantitativos de aferição de degradação significativa de risco de crédito face à data de originação; (ii) a não incorporação de informação forward looking e custos de recuperação no cálculo da estimativa da perda esperada, (iii) no processo de compilação de dados para aplicação do modelo. Adicionalmente, o processo de apuramento das perdas por imparidade apresenta uma elevada intervenção manual com transformação da informação de base, e consequentemente elevado risco operacional. Para as limitações descritas anteriormente, a Administração encontra-se a delinear o plano de acção a concretizar no decorrer de 2019.

Processo de análise individual

— Análise individual do cliente

As perdas do cliente deverão ser estimadas a 12 meses ou *lifetime* de acordo com o *stage* do cliente. Se o cliente se encontrar em *stage 1* será apurada uma perda a 12 meses (análise colectiva), caso contrário, o analista deverá responder a um conjunto de questões para aferir a classificação *going concern* ou *gone concern* do cliente.

Tendo por base a informação disponível, o analista efectua uma análise com o objectivo de definir o cenário de recuperação mais adequado perante a situação individual de cada cliente de acordo com os cenários de recuperação, nomeadamente quanto às suas operações de crédito, aos colaterais existentes e a sua capacidade de mitigação, ao histórico do seu comportamento com o Banco, etc. O analista terá a responsabilidade de documentar as principais características do processo de recuperação seleccionado através de um questionário adaptado ao cenário / cenários que forem seleccionados.

A frequência de revisão das análises individuais deverá depender do *stage* em que o cliente está classificado, da seguinte forma: (i) As análises de clientes classificados em *stage 2* e *3* deverão ser revistas trimestralmente; (ii) As análises de clientes classificados em *stage 1* deverão ser revistas pelo menos uma vez por ano;

— Classificação em *gone concern* / *going concern*

Os clientes classificados em *stage 2* ou *3* deverão ser sujeitos a uma análise de classificação em *gone concern* / *going concern*, que irá determinar a estratégia de recuperação a considerar. Para este efeito, deverão ser considerados os seguintes critérios para classificação no estado *gone concern*: (i) Atrasos em pagamentos superiores a 18 meses; (ii) Fluxos de caixa operacionais futuros baixos ou negativos; (iii) A execução de colateral é crítica para a recuperação da dívida; (iv) Existe um grau significativo de incerteza em torno da estimativa dos fluxos de caixa futuros. Tal seria o caso se o EBITDA dos dois anos anteriores tiver sido negativo ou se os planos de negócios dos anos anteriores tenham falhado (devido a discrepâncias materiais no backtesting); (v) Não existe informação suficiente para efectuar uma análise de *going concern*.

Política abate de operações de crédito ao activo

Os activos são desreconhecidos quando expiram os direitos contratuais do Banco ao recebimento dos seus fluxos de caixa, ou quando Banco tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção.

Cientes não significativos (de acordo com os critérios de materialidade do modelo)

- Não exista qualquer processo de execução/ insolvência/ falência/ injunção em curso, em que o Banco preveja recuperar qualquer montante;
- Não existam perspectivas de celebrar um acordo de reestruturação da dívida;
- Não tenham existido quaisquer pagamentos efectuados pelo cliente nos últimos 12 meses;
- Não existam perspectivas de venda de activos do cliente ou de terceiros, para liquidação de responsabilidades junto do Banco.

Após a decisão em sede de Conselho de Crédito sobre a incobrabilidade de um crédito, deve ser remetida informação à Direcção de Operações, incluindo uma lista de todas as operações abrangidas pela referida decisão, no sentido de proceder ao seu registo no Sistema Core do Banco.

Os créditos abatidos ao activo devem ser sujeitos a uma reconciliação periódica que permita controlar o montante incluído em contas extrapatrimoniais, onde, de acordo com os requisitos legais, devem permanecer registados pelo prazo mínimo de 10 anos e enquanto não estiverem esgotados todos os procedimentos para cobrança.

2.7 Passivos Financeiros

Um instrumento financeiro é classificado como passivo financeiro quando existe uma obrigação contratual de uma liquidação a ser efectuada mediante a entrega de dinheiro ou outro activo financeiro, independente da sua forma legal.

Os passivos financeiros não derivados incluem recurso de instituições de crédito e de clientes, empréstimos, responsabilidades representadas por títulos, outros passivos subordinados e vendas a descoberto.

Os passivos financeiros são inicialmente reconhecidos ao justo valor e subsequentemente ao custo amortizado. Os custos de transacção associados fazem parte da taxa de juro efectiva. Os juros reconhecidos pelo método da taxa de juro efectiva são reconhecidos em margem financeira.

As mais e menos valias apuradas no momento da compra de outros passivos financeiros são reconhecidas em Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados no momento em que ocorrem.

O Banco classifica os seus passivos financeiros que não garantias e compromissos, mensurados ao custo amortizado, com base no método da taxa efectiva ou ao justo valor através de resultados.

2.8 Instrumentos de Capital

Um instrumento financeiro é classificado como instrumento de capital quando não existe uma obrigação contratual de a sua liquidação ser efectuada mediante a entrega de dinheiro ou de outro activo financeiro a terceiros, independentemente da sua forma legal, evidenciando um interesse residual nos activos de uma entidade após a dedução de todos os seus passivos.

Os custos de transacção directamente atribuíveis à emissão de instrumentos de capital são registados por contrapartida do capital próprio como uma dedução ao valor da emissão. Os valores pagos e recebidos pelas compras e vendas de instrumentos de capital são registados no capital próprio, líquidos dos custos de transacção.

Os rendimentos de instrumentos de capital (dividendos) são reconhecidos quando o direito ao seu recebimento é estabelecido e deduzidos ao capital próprio.

2.9 Níveis de Justo valor

Nível 1 - Cotações em mercado activo - valorização com base em preços observáveis em mercados activos divulgados através de fornecedores de conteúdos financeiros tais como a Reuters e a Bloomberg;

Nível 2 - Dados observáveis de mercado - valorização de instrumentos financeiros, que não tendo mercado activo, são mensurados através de técnicas de valorização baseadas em dados de mercado para instrumentos com características idênticas ou similares, incluindo preços observáveis no mercado para instrumentos em que se tenha verificado reduções significativas no volume de transacções. Devem ser também considerados neste nível, os instrumentos financeiros mensurados com base em modelos internos que utilizem maioritariamente dados observáveis no mercado e os instrumentos mensurados através de preços de compra indicativos de terceiros ("bids") baseados em dados observáveis no mercado;

Nível 3 - Outras técnicas de valorização - deve incluir (i) títulos não cotados valorizados com recurso a modelos internos, não existindo no mercado um consenso geralmente aceite sobre os parâmetros a utilizar, e (ii) títulos valorizados através de preços de compra indicativos baseados em modelos teóricos, divulgados por terceiros e considerados fidedignos.

2.10 Outros Activos Tangíveis

Reconhecimento e mensuração

Os outros activos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das respectivas amortizações acumuladas e perdas por imparidade. O custo inclui despesas que sejam directamente atribuíveis à aquisição dos bens.

Custos subsequentes

Os custos subsequentes são reconhecidos como um activo separado apenas se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros. As despesas com manutenção e reparação são reconhecidas como custo à medida que são incorridas, de acordo com o princípio da especialização dos exercícios.

Amortizações

As amortizações dos activos tangíveis são calculadas pelo método das quotas constantes, de acordo com os seguintes períodos de vida útil esperada:

NÚMERO DE ANOS	
Edifícios próprios	8 a 50
Transporte	3 a 5
Mobiliário e material	4 a 8
Máquinas e ferramentas	4 a 5
Equipamento informático	4 a 8
Instalações interiores	1 a 10
Equipamento de segurança	1 a 8
Beneficiações em edifícios próprios e arrendados	5 a 8

Quando existe indicação de que um activo possa estar em imparidade, a IAS 36 – Imparidade de activos exige que o seu valor recuperável seja estimado, devendo ser reconhecida uma perda por imparidade sempre que o valor líquido de um activo exceda o seu valor recuperável. As perdas por imparidade são reconhecidas na demonstração dos resultados.

O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o seu preço de venda líquido e o seu valor de uso, sendo este calculado com base no valor actual dos fluxos de caixa estimados futuros que se esperam vir a obter do uso contínuo do activo e da sua alienação no fim da sua vida útil.

2.11 Activos Intangíveis

Software

Os custos incorridos com a aquisição e software a terceiras entidades são capitalizados, assim como as despesas adicionais suportadas pelo Banco necessárias à sua implementação. Estes custos são amortizados linearmente pelo período da vida útil estimado, a qual se situa normalmente 5 e 10 anos.

Encargos com projectos de investigação e desenvolvimento

Os custos directamente relacionados com o desenvolvimento de aplicações informáticas, sobre os quais seja expectável que estes venham a gerar benefícios económicos futuros para além de um exercício, são reconhecidos e registados como activos intangíveis.

Todos os restantes encargos relacionados com os serviços informáticos são reconhecidos como custos quando incorridos.

2.12 Empréstimo de Títulos e Transacções com Acordo de Recompra

Títulos vendidos com acordo de recompra (*repos*) por um preço fixo ou por um preço que iguala o preço de venda acrescido de um juro inerente ao prazo da operação não são desconhecidos do balanço. O correspondente passivo é contabilizado em valores a pagar a outras instituições de crédito ou a clientes, conforme apropriado. A diferença entre o valor de venda e o valor de recompra é tratada como juro e é diferida durante a vida do acordo, através do método da taxa efectiva.

Títulos comprados com acordo de revenda (*reverse repos*) por um preço fixo ou por um preço que iguala o preço de compra acrescido de um juro inerente ao prazo da operação não são reconhecidos no balanço, sendo o valor de compra registado como empréstimos a outras instituições de crédito ou clientes, conforme apropriado. A diferença entre o valor de compra e o valor de revenda é tratada como juro e é diferido durante a vida do acordo, através do método da taxa efectiva.

Os títulos cedidos através de acordos de empréstimo não são desconhecidos do balanço, sendo classificados e valorizados em conformidade com a política contabilística referida na Nota 2.4. Os títulos recebidos através de acordos de empréstimo não são reconhecidos no balanço.

2.13 Investimentos em Subsidiárias e Associadas

Os investimentos em subsidiárias e associadas são contabilizados nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas do Banco ao método de equivalência patrimonial deduzido de quaisquer perdas por imparidade.

As empresas associadas são entidades nas quais o Banco tem influência significativa, mas não exerce controlo sobre a sua política financeira e operacional. Presume-se que o Banco exerce influência significativa quando detém o poder de exercer mais de 20% dos direitos de voto da associada. Caso o Banco detenha, directa ou indirectamente, menos de 20% dos direitos de voto, presume-se que o Banco não possui influência significativa, excepto quando essa influência possa ser claramente demonstrada.

A existência de influência significativa por parte do Banco é normalmente demonstrada por uma ou mais das seguintes formas:

- representação no Conselho de Administração ou órgão de direcção equivalente;
- participação em processos de definição de políticas, incluindo a participação em decisões sobre dividendos ou outras distribuições;
- transacções materiais entre o Banco e a participada;
- intercâmbio de pessoal de gestão; e
- fornecimento de informação técnica essencial.

Imparidade

O valor recuperável dos investimentos em subsidiárias e associadas é avaliado sempre que existam sinais de evidência de imparidade. As perdas de imparidade, em contas individuais, são apuradas tendo por base a diferença entre o valor recuperável dos investimentos em subsidiárias ou associadas e o seu valor contabilístico. As perdas por imparidade identificadas são registadas por contrapartida de resultados, sendo subsequentemente revertidas por resultados caso se verifique uma redução do montante da perda estimada, num período posterior. O valor recuperável é determinado com base no maior entre o valor em uso dos activos e o justo valor deduzido dos custos de venda, sendo calculado com recurso a metodologias de avaliação, suportadas em técnicas de fluxos de caixa descontados, considerando as condições de mercado, o valor temporal e os riscos de negócio.

2.14 Activos não Correntes detidos para venda e Operações descontinuadas

Os activos não correntes, grupos de activos não correntes detidos para venda (grupos de activos em conjunto com os respectivos passivos, que incluem pelo menos um activo não corrente) e operações descontinuadas são classificados como detidos para venda quando existe a intenção de alienar os referidos activos e passivos e os activos ou grupos de activos estão disponíveis para venda imediata e a sua venda é muito provável.

O Banco também classifica como activos não correntes detidos para venda os activos não correntes ou grupos de activos adquiridos apenas com o objectivo de venda posterior, que estão disponíveis para venda imediata e cuja venda é muito provável.

Imediatamente antes da sua classificação como activos não correntes detidos para venda, a mensuração de todos os activos não correntes e todos os activos e passivos incluídos num grupo de activos para venda é efectuada de acordo com as IFRS aplicáveis. Após a sua reclassificação, estes activos

ou grupos de activos são mensurados ao menor entre o seu custo e o seu justo valor deduzido dos custos de venda.

As operações descontinuadas e as subsidiárias adquiridas exclusivamente com o objectivo de venda no curto prazo são consolidadas até ao momento da sua venda.

O Banco classifica igualmente em activos não correntes detidos para venda os imóveis detidos por recuperação de crédito, que se encontram mensurados inicialmente pelo menor entre o seu justo valor líquido de custos de venda e o valor contabilístico do crédito existente na data em que foi efectuada a dação ou arrematação judicial do bem.

O justo valor é baseado no valor de mercado (nível 2), sendo este determinado com base no preço expectável de venda obtido através de avaliações periódicas efectuadas pelo Banco.

A mensuração subsequente destes activos é efectuada ao menor do seu valor contabilístico e o correspondente justo valor, líquido dos custos de venda, não sendo sujeitos a amortização. Caso existam perdas não realizadas, estas são registadas como perdas de imparidade por contrapartida de resultados do exercício.

2.15 Locações

O Banco classifica as operações de locação como locações financeiras ou locações operacionais, em função da sua substância e não da sua forma legal, cumprindo os critérios definidos na IAS 17 Locações.

São classificadas como locações financeiras as operações em que os riscos e benefícios inerentes à propriedade de um activo são substancialmente transferidos para o locatário. Todas as restantes operações de locação são classificadas como locações operacionais.

Locações operacionais

Os pagamentos efetuados pelo Banco à luz dos contratos de locação operacional são registados em custos.

Locações financeiras

(i) Como locatário

Os contratos de locação financeira são registados na data do seu início, no activo e no passivo, sendo capitalizadas ao menor entre o justo valor dos bens locados e os pagamentos mínimos de locação contratualizados. As rendas são constituídas (i) pelo encargo financeiro que é debitado em resultados e (ii) pela amortização financeira do capital que é deduzida ao passivo. Os encargos financeiros são

reconhecidos como custos ao longo do período da locação, a fim de produzirem uma taxa de juro periódica constante sobre o saldo remanescente do passivo em cada período.

(ii) Como locador

Os contratos de locação financeira são registados no balanço como créditos concedidos pelo valor equivalente ao investimento líquido realizado nos bens locados, juntamente com qualquer valor residual não garantido estimado.

Os juros incluídos nas rendas debitadas aos clientes são registados como proveitos enquanto as amortizações de capital, também incluídas nas rendas, são deduzidas ao valor do crédito concedido a clientes. O reconhecimento dos juros reflecte uma taxa de retorno periódica constante sobre o investimento líquido remanescente do locador.

2.16 Impostos sobre Lucros

Os impostos sobre lucros registados em resultados incluem o efeito dos impostos correntes e impostos diferidos.

Imposto corrente

O imposto é reconhecido na demonstração dos resultados, excepto quando relacionado com itens que sejam movimentados em capitais próprios, facto que implica o seu reconhecimento em capitais próprios. Os impostos correntes correspondem ao valor que se apura relativamente ao rendimento tributável do período, utilizando a taxa de imposto em vigor ou substancialmente aprovada pelas autoridades à data de balanço e quaisquer ajustamentos aos impostos de exercícios anteriores.

Com a publicação da Lei 19/14 que entrou em vigor em 1 de Janeiro de 2015, o imposto Industrial é objecto de liquidação provisória numa única prestação a ser efectuada no mês de Agosto, apurada através da aplicação de uma taxa de 2% sobre o resultado derivado das operações de intermediação financeira, apurados nos primeiros seis meses do exercício fiscal anterior, excluídos os proveitos sujeitos a imposto sobre aplicação de capitais, independentemente da existência de matéria colectável no exercício.

Imposto diferido

Os impostos diferidos reconhecidos nos capitais próprios decorrentes da reavaliação de activos financeiros disponíveis para venda e de derivados de cobertura de fluxos de caixa são posteriormente reconhecidos em resultados no momento em que forem reconhecidos em resultados os ganhos e perdas que lhes deram origem. Os impostos diferidos são calculados, de acordo com o método do passivo

com base no balanço, sobre as diferenças temporárias entre os valores contabilísticos dos activos e passivos e a sua base fiscal, utilizando as taxas de imposto aprovadas ou substancialmente aprovadas à data de balanço e que se espera que venham a ser aplicadas quando as diferenças temporárias se reverterem.

Os impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias tributáveis com excepção do *goodwill*, não dedutível para efeitos fiscais, das diferenças resultantes do reconhecimento inicial de activos e passivos que não afectem quer o lucro contabilístico quer o fiscal, e de diferenças relacionadas com investimentos em subsidiárias na medida em que não seja provável que se revertam no futuro.

Os activos por impostos diferidos são reconhecidos quando é provável a existência de lucros tributáveis futuros que absorvam as diferenças temporárias dedutíveis para efeitos fiscais (incluindo prejuízos fiscais reportáveis).

O Banco procede à compensação dos activos e passivos por impostos diferidos sempre que: (i) tenha o direito legalmente executável de compensar activos por impostos correntes e passivos por impostos correntes; e (ii) os activos e passivos por impostos diferidos se relacionarem com impostos sobre o rendimento lançados pela mesma autoridade fiscal sobre a mesma entidade tributável ou diferentes entidades tributáveis que pretendam liquidar passivos e activos por impostos correntes numa base líquida, ou realizar os activos e liquidar os passivos simultaneamente, em cada período futuro em que os passivos ou activos por impostos diferidos se esperem que sejam liquidados ou recuperados.

2.17 Benefícios aos Empregados

Pensões

Planos de contribuição definida

A Lei nº 07/04, de 15 de Outubro, que revogou a Lei nº 18/90, de 27 de Outubro, que regulamenta o sistema de Segurança Social de Angola, prevê a atribuição de pensões de reforma a todos os trabalhadores Angolanos inscritos na Segurança Social. O valor destas pensões é calculado com base numa tabela proporcional ao número de anos de trabalho, aplicada sobre a média dos salários ilíquidos mensais recebidos nos períodos imediatamente anteriores à data em que o trabalhador cessar a sua actividade.

De acordo com o Decreto nº 7/99, de 28 de Maio, as taxas de contribuição para este sistema são de 8% para a entidade empregadora e de 3% para os trabalhadores.

Por deliberação do Conselho de Administração do Banco, em 1 de Fevereiro de 2010, o BE aderiu, com um plano colectivo constituído pelos seus colaboradores efectivos, ao fundo de pensões aberto e de contribuição definida, BESA Opções de Reforma.

Na sequência dessa adesão os colaboradores efectivos do BE que ao completarem 60 anos e tiverem pelo menos cinco anos de antiguidade no Banco, irão beneficiar de um complemento da reforma do INSS (Instituto Nacional de Segurança Social), que receberão através de uma entrega única ou através de uma pensão (opcional). São excepção os casos de invalidez. O Fundo não cobre quaisquer benefícios de saúde. O BE passou a contribuir com uma percentagem fixa da massa salarial dos seus colaboradores, podendo esta ser acrescida de 50% do valor que cada colaborador vier a contribuir voluntariamente até ao limite de 5% do vencimento de cada colaborador.

A responsabilidade pelas contribuições a efectuar pelo BE, como Associado, não tem efeito retroactivo à data de adesão ao Fundo. Assim, e pelas características deste Fundo, os custos anuais do Banco resultante desta contribuição corresponderão ao valor efectivamente contribuído em cada ano, reconhecidos em resultados do exercício na rubrica Custos Administrativos e de Comercialização – Pessoal.

Para os planos de contribuição definida, as responsabilidades relativas ao benefício atribuível aos colaboradores do Banco são reconhecidas como um gasto do exercício quando devidas. Contribuições pagas antecipadamente são reconhecidas como um activo se estiver disponível uma restituição ou redução de pagamentos futuros.

Planos de benefício definido

A responsabilidade líquida do Banco relativa ao plano de pensões de benefício definido é calculada separadamente para cada plano através da estimativa do valor de benefícios futuros que cada colaborador deve receber em troca do seu serviço no período corrente e em períodos passados. O benefício é descontado de forma a determinar o seu valor actual, sendo aplicada a taxa de desconto correspondente à taxa de obrigações de alta qualidade de sociedades com maturidade semelhante à data do termo das obrigações do plano. A responsabilidade líquida é determinada após a dedução do justo valor dos activos do plano.

As responsabilidades do Banco com pensões de benefício definido são calculadas anualmente, com base no Método da Unidade de Crédito Projectada.

O proveito/custo de juros com o plano de pensões é calculado pelo Banco multiplicando o activo/responsabilidade líquido

com pensões de reforma (responsabilidades deduzidas do justo valor dos activos do fundo) pela taxa de desconto utilizada para efeitos da determinação das responsabilidades com pensões de reforma. Nessa base, o proveito/custo líquido de juros inclui o custo dos juros associado às responsabilidades com pensões de reforma e o rendimento esperado dos activos do Fundo, ambos mensurados com base na taxa de desconto utilizada no cálculo das responsabilidades.

Os ganhos e perdas de re-mensuração, nomeadamente (i) os ganhos e perdas actuariais, resultantes das diferenças entre os pressupostos actuariais utilizados e os valores efectivamente verificados (ganhos e perdas de experiência) e das alterações de pressupostos actuariais e (ii) os ganhos e perdas decorrentes da diferença entre o rendimento esperado dos activos do fundo e os valores obtidos, são reconhecidos por contrapartida de capital próprio na rubrica de outro rendimento integral. Em 31 de Dezembro de 2018 e 2017 o Banco não tem qualquer plano de benefício definido activo.

Benefícios de longo prazo aos empregados

A responsabilidade líquida do Grupo relativa a benefícios de longo prazo a empregados é o montante de benefício futuro que se estima os empregados que irão usufruir em troca do seu serviço no período corrente e em períodos passados. Esse benefício é descontado para determinar o seu valor presente. As re-mensurações são reconhecidas nos resultados do exercício.

Benefícios associados à cessação de funções

Os benefícios associados à cessação de funções são reconhecidos como custo, no momento que ocorrer mais cedo, entre o momento em que o Banco já não pode retirar a oferta desses benefícios ou no momento em que o grupo reconhece custos associados a uma reestruturação. Se não é expectável que os benefícios sejam líquidos no prazo até 12 meses, então são descontados.

Benefícios de curto prazo aos empregados

Os benefícios de curto prazo a empregados são registados como custo assim que o serviço associado tiver sido prestado. É reconhecido um passivo pelo montante expectável a ser liquidado, se o grupo tiver uma obrigação presente, legal ou construtiva, de pagar este montante como resultado de um serviço prestado no passado pelo colaborador e essa obrigação possa ser fíavelmente estimada.

Crédito a colaboradores

De acordo com a IFRS 9 - Instrumentos Financeiros, todos os instrumentos financeiros devem ser registados ao justo valor no momento em que são reconhecidos em balanço.

Os créditos a colaboradores encontram-se registados ao seu valor nominal, que é superior ao valor de mercado, pois são remunerados a uma taxa inferior aos créditos de um cliente bancário sem qualquer ligação ao Banco.

O Banco efectua o cálculo do justo valor do crédito aos colaboradores, e para tal apura qual a taxa de juro de mercado que o Banco está a praticar no momento em que o crédito foi concedido ao colaborador. Uma vez que a taxa de juro de mercado é superior à que o colaborador tem, o justo valor do seu crédito será menor do que o seu valor nominal, pelo que o seu valor de balanço tem de ser ajustado, para que reflecta o justo valor (à data da concessão).

Mais uma vez de acordo com o IFRS 9, no momento do reconhecimento inicial de um instrumento financeiro se o seu justo valor for diferente do montante pago/recebido, a diferença deverá ser registada de imediato em resultados do exercício.

No entanto a IAS 19 - Benefícios aos Empregados, permite um tratamento diferente, pois assume que este benefício (taxa de juro inferior ao mercado) faz parte da remuneração do colaborador. Desta forma, o valor que resulta da diferença entre o valor nominal (quantia desembolsada) e o justo valor do crédito é reconhecida na rubrica outros activos (por contrapartida da redução do valor do crédito concedido) e é depois reconhecida em resultados na rubrica de custos com o pessoal durante o período mais curto entre (i) a duração do crédito ou (ii) o número de anos que medeia entre a data de concessão do crédito e a data legal em que o colaborador se reforma.

2.18 Provisões

São reconhecidas provisões quando (i) o Banco tem uma obrigação presente (legal ou decorrente de práticas passadas ou políticas publicadas que impliquem o reconhecimento de certas responsabilidades), (ii) seja provável que o seu pagamento venha a ser exigido e (iii) quando possa ser feita uma estimativa fiável do valor dessa obrigação.

A mensuração das provisões tem em conta os princípios definidos na IAS 37 no que respeita à melhor estimativa do custo expectável, ao resultado mais provável das acções em curso e tendo em conta os riscos e incertezas inerentes ao processo.

Nos casos em que o efeito do desconto é material, provisões correspondentes ao valor actual dos pagamentos futuros esperados, descontados a uma taxa que considera o risco associado à obrigação.

As provisões são revistas no final de cada data de reporte e ajustadas para reflectir a melhor estimativa, sendo revertidas por contrapartida de resultados na proporção dos

pagamentos que não sejam prováveis.

As provisões são desreconhecidas através da sua utilização para as obrigações para as quais foram inicialmente constituídas ou nos casos em que estas deixem de se observar.

2.19 Rédito

Reconhecimento de Juros

Os resultados referentes a juros de instrumentos financeiros activos e passivos mensurados ao custo amortizado são reconhecidos nas rubricas de juros e rendimentos similares ou juros e encargos similares (margem financeira), pelo método da taxa de juro efectiva. Os juros à taxa efectiva de activos financeiros disponíveis para venda também são reconhecidos em margem financeira assim como dos activos e passivos financeiros ao justo valor através de resultados.

A taxa de juro efectiva corresponde à taxa que desconta os pagamentos ou recebimentos futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro (ou, quando apropriado, por um período mais curto) para o valor líquido actual de balanço do activo ou passivo financeiro.

Para a determinação da taxa de juro efectiva, o Banco procede à estimativa dos fluxos de caixa futuros considerando todos os termos contratuais do instrumento financeiro (por exemplo opções de pagamento antecipado), não considerando eventuais perdas por imparidade. O cálculo inclui as comissões pagas ou recebidas consideradas como parte integrante da taxa de juro efectiva, custos de transacção e todos os prémios ou descontos directamente relacionados com a transacção, excepto para activos e passivos financeiros ao justo valor através de resultados.

Os juros e proveitos similares incluem o juro de activos financeiros para os quais foi reconhecida imparidade. Os juros de activos financeiros classificados no *Stage 3* são apurados pelo método da taxa de juro efectiva aplicado ao valor líquido de balanço. Quando o activo deixa de ser incluído no *Stage 3*, o juro passa a ser calculado com base no valor bruto de balanço.

Para os instrumentos financeiros derivados, com excepção daqueles que forem classificados como instrumentos de cobertura do risco de taxa de juro, a componente de juro não é autonomizada das alterações no seu justo valor, sendo classificada como Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados. Para derivados de cobertura do risco de taxa de juro e associados a activos financeiros ou passivos financeiros reconhecidos na categoria de *Fair Value Option*, a componente de juro é reconhecida em juros e rendimentos similares ou em juros e encargos similares (margem financeira).

Reconhecimento de dividendos

Os dividendos (rendimento de instrumentos de capital) são reconhecidos quando o direito de receber o seu pagamento é estabelecido.

Reconhecimento de rendimentos de serviços e comissões

Os rendimentos de serviços e comissões são reconhecidos como rédito de contratos com clientes na medida em que as obrigações de performance são satisfeitas: (i) Os rendimentos de serviços e comissões obtidos na execução de um ato significativo, como por exemplo comissões na sindicância de empréstimos, são reconhecidos em resultados quando o acto significativo tiver sido concluído; (ii) Os rendimentos de serviços e comissões obtidos à medida que os serviços são prestados são reconhecidos em resultados no exercício a que se referem; (iii) Os rendimentos de serviços e comissões que são uma parte integrante da taxa de juro efectiva de um instrumento financeiro são registados em resultados pelo método da taxa de juro efectiva.

2.20 Resultados em Operações Financeiras

Os resultados em operações financeiras incluem os ganhos e perdas gerados por activos e passivos financeiros ao justo valor através de resultados, nomeadamente das carteiras de negociação e de outros activos e passivos ao justo valor através de resultados, incluindo derivados embutidos e dividendos associados a estas carteiras.

Estes resultados incluem igualmente as valias nas vendas de activos financeiros disponíveis para venda, e de activos financeiros detidos até à maturidade. As variações de justo valor dos instrumentos financeiros derivados de cobertura e dos instrumentos cobertos, quando aplicável a relações de cobertura de justo valor, também aqui são reconhecidas.

2.21 Caixa e seus Equivalentes

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, a caixa e seus equivalentes englobam os valores registados no balanço com maturidade inferior a três meses a contar da data de balanço, onde se incluem a caixa e as disponibilidades em outras instituições de crédito.

A Caixa e equivalentes de caixa excluem os depósitos de natureza obrigatória realizados junto dos Bancos Centrais.

2.22 Garantias Financeiras e Compromissos

Garantias financeiras são contratos que obrigam o Banco a efectuar pagamentos específicos de forma a reembolsar o detentor por uma perda incorrida em virtude de um devedor falhar o cumprimento de um pagamento. Compromissos são

compromissos firmes com o objectivo de fornecer crédito ao abrigo de condições pré-determinadas.

Passivos que decorrem de garantias financeiras ou compromissos dados para fornecer um empréstimo a uma taxa de juro abaixo do valor de mercado são inicialmente reconhecidos ao justo valor, sendo o justo valor inicial amortizado durante o período de vida útil da garantia ou compromisso. Subsequentemente o passivo é registado ao mais alto entre o valor amortizado e o valor presente de qualquer pagamento expectável para liquidar.

Nota 3 Principais Estimativas e julgamentos utilizados na elaboração das Demonstrações Financeiras

As IFRS estabelecem uma série de tratamentos contabilísticos e requerem que o Conselho de Administração efectue julgamentos e faça as estimativas necessárias para decidir qual o tratamento contabilístico mais adequado. As principais estimativas contabilísticas e julgamentos utilizados na aplicação dos princípios contabilísticos pelo Banco são apresentadas nesta Nota, tendo como objectivo melhorar o entendimento de como a sua aplicação afecta os resultados reportados do Banco e a sua divulgação. Uma descrição alargada das principais políticas contabilísticas utilizadas pelo Banco é apresentada na Nota 2 às demonstrações financeiras.

3.1 Imparidade dos Activos Financeiros ao custo amortizado e ao justo valor através de outro rendimento integral

Os julgamentos críticos com maior impacto nos montantes reconhecidos de imparidade dos activos financeiros ao custo amortizado e ao justo valor através de outro rendimento integral são os seguintes:

- Avaliação do modelo de negócio: a classificação e a mensuração dos activos financeiros dependem dos resultados do teste SPPI e da definição do modelo de negócio. O Banco determina o modelo de negócio em função da forma como quer gerir os activos financeiros e os objectivos de negócio. O Banco monitoriza se a classificação do modelo de negócio

é apropriada com base na análise do desreconhecimento antecipado dos activos ao custo amortizado ou ao justo valor através de outro rendimento integral, avaliando se é necessária uma alteração prospectiva da mesma;

- Aumento significativo do risco de crédito: como referido na política 2.6, a determinação da transferência de um activo do *stage 1* para o *stage 2* para efeitos de determinação da respectiva imparidade é efetuada com base no aumento significativo do seu risco de crédito, sendo que a IFRS 9 não define objectivamente o que constitui um aumento significativo no risco de crédito;
- Classificação de exposição em *default*: a definição interna de exposição em *default*, conforme referido na política 2.6, define critérios qualitativos para a aferição do estado de *default unlikely to pay*, critérios esses que estão replicados na definição interna implementada pelo Banco Económico e que se traduzem em julgamentos sobre a elevada probabilidade do mutuário não cumprir as suas obrigações dentro das condições contratualmente acordadas.
- Definição de grupos de activos com características de risco de crédito semelhantes: quando as perdas de crédito esperadas são mensuradas num modelo colectivo, os instrumentos financeiros são agrupados com base nas mesmas características de risco. O Banco monitoriza a adequação das características de risco de crédito de forma a assegurar que é efectuada a devida reclassificação dos activos, em caso de alteração das características de risco de crédito;
- Modelos e pressupostos utilizados: o Banco utiliza vários modelos e pressupostos na mensuração da estimativa das perdas de crédito esperadas. O julgamento é aplicado na identificação do modelo mais apropriado para cada tipologia de activos assim como para determinar os pressupostos utilizados nestes modelos, incluindo os pressupostos relacionados com os principais drivers de risco de crédito. Adicionalmente, em cumprimento com a regulamentação da IFRS 9 que explicita a necessidade do resultado de imparidade considerar múltiplos cenários, foi implementada uma metodologia de incorporação de cenarização nos parâmetros de risco. Assim, o cálculo de imparidade coletiva considera diversos cenários com uma ponderação específica, com base na metodologia interna definida sobre cenarização - definição de múltiplas perspetivas de evolução macroeconómica, com probabilidade de ocorrência relevante.

3.2 Justo valor dos Instrumentos Financeiros derivados e outros

Activos e Passivos Financeiros valorizados ao justo valor

O justo valor é baseado em cotações de mercado, quando disponíveis, e na ausência de cotação é determinado com base na utilização de preços de transacções recentes semelhantes e realizadas em condições de mercado, ou com base em metodologias de avaliação baseadas em técnicas de fluxos de caixa futuros descontados considerando as condições de mercado, o valor temporal, a curva de rentabilidade e factores de volatilidade. Estas metodologias podem requerer a utilização de pressupostos ou julgamentos na estimativa do justo valor.

Consequentemente, a utilização de diferentes metodologias ou de diferentes pressupostos ou julgamentos na aplicação de determinado modelo, poderia originar resultados financeiros diferentes daqueles reportados.

3.3 Impostos sobre os Lucros

Para determinar o montante global de impostos sobre os lucros foi necessário efectuar determinadas interpretações e estimativas. Existem diversas transacções e cálculos para os quais a determinação dos impostos a pagar é incerta durante o ciclo normal de negócios.

Outras interpretações e estimativas poderiam resultar num nível diferente de impostos sobre os lucros, correntes e diferidos, reconhecidos no exercício.

As Autoridades Fiscais têm a possibilidade de rever o cálculo da matéria colectável efectuado pelo Banco durante um período de cinco anos. Desta forma, é possível que haja correcções à matéria colectável, resultantes principalmente de diferenças na interpretação da legislação fiscal, que pela sua probabilidade, o Conselho de Administração considera que não terão efeito materialmente relevante ao nível das demonstrações financeiras.

Nota 4 Divulgação dos Impactos Transição para IFRS 9

Iremos apresentar em seguida os impactos da adopção da IFRS 9 nas Demonstrações Financeiras, incluindo o efeito de alteração do modelo de imparidade no cálculo de perdas de crédito incorridas em IAS 39 para o modelo em perdas de crédito esperadas no modelo de IFRS 9.

A reconciliação dos saldos a 1 de Janeiro de 2018, apresentados em IAS 39 para os saldos apresentados na IFRS 9 é como segue:

(milhares de kwanzas)

ACTIVOS FINANCEIROS	Ref.	Mensuração IAS 39		Remensuração		Mensuração IFRS 9	
		Categoria	Valor	Reclassificação	ECL	Valor	Categoria
Caixa e disponibilidades em bancos centrais		CA	138 549 166	-	-	138 549 166	CA
Caixa			7 256 158				
Disponibilidades no Banco Central			131 293 009				
Disponibilidades em outras instituições de crédito		CA	34 755 931	-	-	34 755 931	CA
Aplicações em bancos centrais e em outras instituições de crédito	(E)	CA	81 968 105	-	(115 831)	81 852 274	CA
Activos financeiros ao justo valor através de resultados			-	-	-	-	
Activos financeiros disponíveis para venda		JVORI	119 236 292	-119 236 292	-	-	
Acções em disponíveis para venda	(A)	JVORI	102 125	-102 125	-	-	
Títulos dívida em disponíveis para venda	(B)	JVORI	119 134 167	-119 134 167	-	-	
Investimentos detidos até à maturidade	(C)	CA	29 485 581	-29 485 581	-	-	
Activos financeiros detidos para negociação		JVR	1 635	-	-	1 635	JVR
Crédito a clientes		CA	178 835 613	-48 369 465	(2 625 184)	127 840 965	CA
Crédito a clientes	(E)	CA	130 466 148	0	(2 625 184)	127 840 965	
Crédito titulado	(D)	CA	48 369 465	-48 369 465	-	-	
Activos não correntes detidos para venda			5 155 788	-	-	5 155 788	
Outros activos tangíveis			45 324 533	-	-	45 324 533	
Activos intangíveis			2 144 991	-	-	2 144 991	
Investimentos em associadas e empreendimentos conjuntos			1 517 075	-	-	1 517 075	
OUTROS ACTIVOS	(E)	CA	283 681 147	-	(608 447)	283 072 700	AC
Acções registadas como justo valor por outro rendimento integral	(A)	-	-	102 125	-	102 125	JVORI
Títulos de dívida ao Custo Amortizado	(B)(C)(D)(E)	-	-	196 989 213	(1 656 722)	195 332 491	CA
TOTAL ACTIVOS			920 655 858	-	(5 006 184)	915 649 675	
Recursos de bancos centrais e de outras instituições de crédito		CA	119 894 301	-	-	119 894 301	CA
Recursos de clientes e outros empréstimos		CA	651 833 602	-	-	651 833 602	CA
Passivos financeiros detidos para negociação			1 157	-	-	1 157	
Provisões	(E)		4 671 044	-	2 930 498	7 601 543	
Passivos subordinados		CA	71 111 361	-	-	71 111 361	CA
Passivos por impostos correntes			24 843	-	-	24 843	
Outros Passivos		CA	28 701 550	-	-	28 701 550	CA
TOTAL PASSIVO			876 237 859	-	2 930 498	879 168 357	

Legenda: CA - Custo amortizado; JVR - Justo valor através de resultados; JVORI - Justo valor através de outro rendimento integral

A

A 1 de Janeiro de 2018, o Banco optou por designar as acções, anteriormente designados como activos financeiros disponíveis para venda, para activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral.

B

A partir de 1 de janeiro de 2018, o Banco classificou a carteira títulos de dívida registada como disponíveis para venda como títulos de dívida ao custo amortizado. Esses instrumentos cumprem com o critério SPPI, não foram negociados e foram mantidos com a intenção de recolher fluxos de caixa e sem a intenção de vender até terem maturado em Agosto de 2018.

C

A 1 de janeiro de 2018, o Banco não possuía instrumentos de dívida que não cumprissem o critério dos SPPI dentro da sua carteira detida até à maturidade, e atendendo ao

modelo de negócio classificou todos esses instrumentos como títulos de dívida mensurados ao custo amortizado.

D

A 1 de janeiro de 2018, o Banco tinha na sua carteira de crédito a clientes, crédito titulado no montante de AOA 48.369 milhões (incorporando juros), registados ao custo amortizado. O Banco, atendendo ao modelo de negócio, registou a dívida em títulos de dívida ao custo amortizado, dado que o instrumento cumpria com os requisitos SPPI.

E

Correspondem aos impactos de reforço de imparidade/provisões associados ao novo modelo de apuramento de perdas esperadas, o detalhe é apresentado no último quadro da presente nota.

O impacto da transição para IFRS 9 em resultados transitados, em termos individuais e consolidados, é como segue:

(milhares de kwanzas)

CAPITAL PRÓPRIO	Demonstrações Financeiras Consolidadas Resultados Transitados	Demonstrações Financeiras Consolidadas Resultados Transitados
Resultados transitados a 01/01/2018 - IAS 39	(52 086 328)	(57 495 286)
Reconhecimento de imparidade de decorrente da IFRS 9 (ver quadro seguinte)	(7 936 682)	(7 935 338)
Resultados transitados a 01.01.2019 - após adopção IFRS 9	(60 023 011)	(65 430 624)
IMPACTO TRANSITAÇÃO IFRS 9 EM RESULTADOS TRANSITADOS	(7 936 681)	(7 935 337)

Decorrente da imaterialidade entre o valor do reconhecimento de imparidade nas Demonstrações Financeiras Consolidadas e Individuais, será apresentado abaixo unicamente os impactos nas Demonstrações Financeiras Individuais.

A tabela seguinte reconcilia a imparidade para créditos a clientes e provisões para garantias financeiras segundo a IAS 39 e IAS 37, respectivamente com as imparidades apuradas segundo a IFRS 9.

(milhares de kwanzas)

COMPONENTE	Nota	Imparidade	Remensuração	Imparidade IFRS9
ACTIVO				
Aplicações de liquidez	16	-	(115 831)	(115 831)
Títulos de dívida ao CA	17	-	(1 656 722)	(1 656 722)
Crédito a clientes	18	(21 259 361)	(2 625 184)	(23 884 545)
Outros activos	23	(2 440 193)	(608 447)	(3 048 640)
		(23 699 555)	-(5 006 184)	(28 705 738)
PASSIVO				
Garantias financeiras	27	(834 880)	2 751	(832 129)
Cartas de crédito à importação	27	(2 138 351)	(2 225 993)	(4 364 344)
Outros compromissos		-	(707 256)	(707 256)
		(2 973 231)	(2 930 498)	(5 903 729)
TOTAL		(26 672 786)	(7 936 682)	(34 609 467)

Nota 5

Margem Financeira

O valor desta rubrica é composto em termos individuais por:

INDIVIDUAL	31/12/2018			31/12/2017		
	De activos/ passivos ao custo amortizado e activos disponíveis para venda	De activos/ passivos ao justo valor através de resultados	Total	De activos/ passivos ao custo amortizado e activos disponíveis para venda	De activos/ passivos ao justo valor através de resultados	Total
JUROS E RENDIMENTOS SIMILARES						
JUROS E RENDIMENTOS SIMILARES - GRUPO ENSA	31 748 413	-	31 748 413	19 838 135	-	19 838 135
Juros de crédito	21 026 268	-	21 026 268	20 442 631	-	20 442 631
Juros de disponibilidades e aplicações em instituições de crédito	1 351 309	-	1 351 309	1 010 737	-	1 010 737
Juros de títulos	12 475 647	16 973	12 492 620	10 431 547	-	10 431 547
JUROS E RENDIMENTOS SIMILARES - OUTROS	34 853 224	16 973	34 870 197	31 884 915	-	31 884 915
	66 601 637	16 973	66 618 611	51 723 050	-	51 723 050
JUROS E ENCARGOS SIMILARES						
JUROS E RENDIMENTOS SIMILARES - GRUPO ENSA	878 743	-	878 743	1 339 373	-	1 339 373
Juros de recursos de bancos centrais	1 492 356	-	1 492 356	11 115 988	-	11 115 988
Juros de recursos de clientes	23 916 640	2 621 928	26 538 568	23 121 513	1 100 728	24 222 241
Juros de passivos subordinados	5 446 515	-	5 446 515	3 573 514	-	3 573 514
JUROS E ENCARGOS SIMILARES - OUTROS	30 855 511	2 621 928	33 477 439	37 811 015	1 100 728	38 911 743
	31 734 253	2 621 928	34 356 181	39 150 388	1 100 728	40 251 116
MARGEM FINANCEIRA	34 867 384	(2 604 955)	32 262 429	12 572 663	(1 100 728)	11 471 934

E em termos consolidados:

CONSOLIDADO	31/12/2018			31/12/2017 (milhares de kwanzas)		
	De activos/ passivos ao custo amortizado e activos disponíveis para venda	De activos/ passivos ao justo valor através de resultados	Total	De activos/ passivos ao custo amortizado e activos disponíveis para venda	De activos/ passivos ao justo valor através de resultados	Total
JUROS E RENDIMENTOS SIMILARES						
JUROS E RENDIMENTOS SIMILARES - GRUPO ENSA	31 748 413	-	31 748 413	19 838 135	-	19 838 135
Juros de crédito	21 023 584	-	21 023 584	20 442 631	-	20 442 631
Juros de disponibilidades e aplicações em instituições de crédito	1 351 309	-	1 351 309	1 024 692	-	1 024 692
Juros de títulos	12 479 572	16 973	12 496 545	10 417 592	-	10 417 592
JUROS E RENDIMENTOS SIMILARES - OUTROS	34 854 464	16 973	34 871 437	31 884 915	-	31 884 915
	66 602 878	16 973	66 619 851	51 723 050	-	51 723 050
JUROS E ENCARGOS SIMILARES						
JUROS E RENDIMENTOS SIMILARES - GRUPO ENSA	878 743	-	878 743	1 339 373	-	1 339 373
Juros de recursos de bancos centrais	1 492 356	-	1 492 356	11 115 988	-	11 115 988
Juros de recursos de clientes	23 880 470	2 621 928	26 502 398	23 107 558	1 100 728	24 208 286
Juros de passivos subordinados	5 446 515	-	5 446 515	3 573 514	-	3 573 514
JUROS E ENCARGOS SIMILARES - OUTROS	30 819 341	2 621 928	33 441 269	37 797 060	1 100 728	38 897 788
	31 698 084	2 621 928	34 320 012	39 136 432	1 100 728	40 237 161
MARGEM FINANCEIRA	34 904 794	(2 604 955)	32 299 839	12 586 617	(1 100 728)	11 485 889

A margem do Banco durante o exercício de 2018 evoluiu de forma positiva, essencialmente devido a três efeitos: (i) a liquidação do financiamento de liquidez obtido junto do Banco Nacional de Angola, em Março de 2017, que permitiu a redução significativa dos custos com juros de recursos de Bancos centrais; (ii) aumento do investimento em títulos de dívida, que originou uma melhoria na margem dos títulos; (iii) efeito positivo na margem associada à operação de cedência de activos ao Grupo ENSA decorrente da desvalorização do Kwanza face ao US Dólar.

Importa salientar que a margem do Banco em 2017 encontrava-se fortemente penalizada devido ainda aos efeitos dos financiamentos de liquidez obtidos junto do Banco Nacional de Angola, em face do aumento da taxa de juro de cedência de fundos do Banco Central no período de 13% para 20%.

A rubrica de juros de crédito inclui o montante de AOA 14.390.602 milhares (2017: AOA 7.130.553 milhares) relativos a proveitos de crédito com sinais de imparidade (análise individual e colectiva), contudo os juros mencionados apresentam imparidade de AOA 3.599.278 milhares.

Adicionalmente, a rubrica de juros de crédito inclui também AOA 3.786.012 milhares relativos a contratos alvo de reestruturação.

Estes valores correspondem essencialmente a contratos, que apesar de terem indícios, não estão ainda vencidos. A recuperabilidade destes valores é analisada no âmbito do processo de imparidade, que incide sobre a probabilidade de recuperação de valores vencidos.

As rubricas de juros de crédito a clientes incluem o montante positivo de AOA 96.962 milhares relativo a comissões e outros proveitos contabilizados de acordo com a taxa de juro efectiva.

A rubrica de Juros e proveitos similares – Grupo ENSA diz respeito exclusivamente ao montante de juros periodificados sobre o valor dos activos a receber do Grupo ENSA no âmbito da operação de transmissão de direitos económicos sobre Activos, conforme referido na Nota 36.

A rubrica de Juros e custos similares – Grupo ENSA concerne essencialmente aos valores a liquidar ao Grupo ENSA, por conta dos montantes recuperados de activos envolvidos na operação acima referida.

Nota 6

Resultados de Serviços e Comissões

O valor desta rubrica é composto em termos individuais por:

(milhares de kwanzas)

INDIVIDUAL	31/12/2018	31/12/2017
RENDIMENTOS DE SERVIÇOS E COMISSÕES	14 683 856	8 506 130
Operações Sobre títulos	154 830	25 324
Garantias Prestadas	166 863	265 394
Gestão de Meios de Pagamento	3 368 642	1 230 925
Comissões sobre Empréstimos e similares	1 201 362	1 042 362
Créditos Documentários	5 117 147	2 840 532
Cartões	2 882 516	1 664 533
Bancasseguros	102 026	53 220
Proveitos por Serviços prestados ao Estado	650 018	558 000
Outros Serviços	1 040 453	825 840
ENCARGOS COM SERVIÇOS E COMISSÕES	(745 077)	(411 140)
Gestão de Meios de Pagamento	(1 407)	(1 638)
Cartões	(692 434)	(403 214)
Outros Serviços	(51 236)	(6 288)
	13 938 780	8 094 990

E em termos consolidados:

(milhares de kwanzas)

CONSOLIDADO	31/12/2018	31/12/2017
RENDIMENTOS DE SERVIÇOS E COMISSÕES	15 157 917	9 217 675
Cobrança de Valores	-	4 422
Operações Sobre títulos	154 830	25 324
Garantias Prestadas	166 863	265 394
Gestão de Meios de Pagamento	3 368 642	1 230 925
Comissões sobre Empréstimos e similares	1 201 362	1 023 437
Créditos Documentários	5 117 147	2 887 959
Cartões	2 882 516	1 708 742
Bancasseguros	102 026	53 220
Proveitos por Serviços prestados ao Estado	650 018	558 000
Gestão de Activos	474 061	808 591
Outros Serviços	1 040 453	651 660
ENCARGOS COM SERVIÇOS E COMISSÕES	(745 077)	(444 963)
Gestão de Meios de Pagamento	(1 407)	(1 638)
Cartões	(692 434)	(403 214)
Outros Serviços	(51 236)	(40 111)
	14 412 841	8 772 712

Durante o exercício de 2018, verificou-se um crescimento do comissionamento, maioritariamente influenciado por três componentes: (i) aumento do número de transferências e ajustamento do preçário ao efeito de desvalorização do Kwanza, permitindo os dois efeitos um aumento significativo dos proveitos com o comissionamento; (ii) aumento do número de operações de crédito, associados a crédito documentário à importação, efectuados pelo Banco e conseqüente ajustamento de preçário; (iii) aumento de transacções com cartões (débito e crédito) e ajustamento de preçário durante o exercício.

Nota 7

Resultados de Activos Financeiros ao Justo Valor através de Resultados

O valor desta rubrica em termos individuais e consolidados é composto por:

	31/12/2018			31/12/2017 (milhares de kwanzas)		
	Proveitos	Custos	Total	Proveitos	Custos	Total
OBRIGAÇÕES E OUTROS TÍTULOS DE RENDIMENTO FIXO						
De emissores públicos	-	222 797	(222 797)	1 653	1 676	(23)
	-	222 797	(222 797)	1 653	1 676	(23)
TOTAL	-	222 797	(222 797)	1 653	1 676	(23)

Em 2018, esta rubrica apresenta um resultado negativo de AOA 222,8 milhões decorrente da desvalorização da carteira de títulos valorizados ao justo valor através de resultados, os quais foram adquiridos em mercado secundário no decorrer de 2018.

Nota 8

Resultados de Activos Financeiros ao Justo Valor através de outro Rendimento Integral

O valor desta rubrica em termos individuais e consolidados é composto por:

	31/12/2018			31/12/2017 (milhares de kwanzas)		
	Proveitos	Custos	Total	Proveitos	Custos	Total
OBRIGAÇÕES E OUTROS TÍTULOS DE RENDIMENTO FIXO						
De emissores públicos	-	-	-	477 272	43 966	433 306
	-	-	-	477 272	43 966	433 306

O resultado apurado em 2017, diz respeito à venda de títulos em mercado secundário.

Nota 9

Resultados Cambiais

O valor desta rubrica é em termos individuais composto por:

(milhares de kwanzas)

INDIVIDUAL	31/12/2018	31/12/2017
Reavaliação cambial	(225 659 422)	431 562
Operações Cambiais	4 639 873	3 309 923
RESULTADOS CAMBIAIS - OUTROS	(221 019 549)	3 741 485
RESULTADOS CAMBIAIS - GRUPO ENSA	318 905 649	47 686
	97 886 100	3 789 171

E em termos consolidados:

(milhares de kwanzas)

CONSOLIDADO	31/12/2018	31/12/2017
Reavaliação cambial	(224 484 680)	429 894
Operações Cambiais	4 639 873	3 309 923
RESULTADOS CAMBIAIS - OUTROS	(219 844 807)	3 739 817
RESULTADOS CAMBIAIS - GRUPO ENSA	318 905 649	47 686
	99 060 841	3 787 503

Esta rubrica inclui os resultados decorrentes da reavaliação cambial de activos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira de acordo com a política contabilística descrita na Nota 2.2.

Os resultados cambiais apurados em 2018 estão essencialmente relacionados com a reavaliação cambial dos activos e passivos no balanço, denominados em moeda estrangeira, em resultado da desvalorização do AOA face a outras moedas, nomeadamente EUR e USD, ao invés do exercício de 2017 onde os resultados derivam essencialmente, dos ganhos obtidos pelo Banco em operações com clientes, desde transferências, a negócios com cartas de crédito.

A reavaliação cambial tem origem essencialmente no apuramento de valores com a operação de cedência de activos ao Grupo ENSA referida na Nota 36.

É de ressaltar que o efeito cambial da reavaliação dos valores a receber da operação de transmissão de direitos

económicos sobre Activos em 2018 (ver nota 36), é de AOA 303.123.034 milhares em termos de Capital e AOA 15.782.614 milhares em termos de juros a receber, totalizando AOA 318.905.649 milhares, sendo em 2017 em termos de Capital AOA 41.452 milhares e AOA 6.234 milhares em termos de juros a receber, totalizando o montante de AOA 47.686 milhares.

Decorrente do efeito cambial acima apresentado, associado à operação de transmissão de direitos económicos sobre activos, o Banco encontra-se a 31 de Dezembro de 2018 em incumprimento do Aviso n.º 6/2018 quanto ao limite de posição cambial, nomeadamente o facto do Banco não poder exceder uma posição cambial global de 10% dos seus Fundos Próprios Regulamentares. Importa salientar que este incumprimento decorre da desvalorização cambial do Kwanza face ao US Dólar, moeda na qual o Banco se encontra largamente exposto decorrente da operação acima mencionada, conforme mencionado na Nota 36.

Nota 10

Outros Resultados de Exploração

O valor desta rubrica é composto em termos individuais, por:

(milhares de kwanzas)

INDIVIDUAL	31/12/2018	31/12/2017
OUTROS PROVEITOS / (CUSTOS) DE EXPLORAÇÃO		
Impostos directos e indirectos	(1 296 489)	(458 758)
Quotizações e donativos	(22 405)	(22 962)
Outros	749 296	4 616 156
	(569 598)	4 134 436

E em termos consolidados:

(milhares de kwanzas)

CONSOLIDADO	31/12/2018	31/12/2017
OUTROS PROVEITOS / (CUSTOS) DE EXPLORAÇÃO		
Impostos directos e indirectos	(1 347 715)	(477 306)
Quotizações e donativos	(22 405)	(37 605)
Outros	617 024	4 614 420
	(753 096)	4 099 509

A 31 de dezembro de 2018 e 2017 a rubrica de impostos inclui o montante de AOA 850 milhões e AOA 185 milhões, respectivamente, referentes a IAC suportado. Adicionalmente, na rubrica de Outros encontra-se incluído um ganho de AOA 424 milhões associados a responsabilidades de garantias bancárias maturadas durante o exercício e não exercidas pelas contrapartes, assim como, um outro ganho associado ao desreconhecimento de juros associados a duas opções de recompra contratadas com o Grupo ENSA, as quais não exercidas pelo Banco, gerando um proveito de AOA 1.084 milhões.

Em 2017, importa mencionar que montante significativo registado na rubrica de Outros resultados de exploração corresponde a imóveis recebidos em dação, no âmbito de resolução de processos de crédito, desreconhecido do activo no valor de AOA 4.719 milhões.

Nota 11

Custos com Pessoal

O valor desta rubrica é composto em termos individuais por:

(milhares de kwanzas)

INDIVIDUAL	31/12/2018	31/12/2017
Vencimentos e salários	10 890 369	7 582 667
Remunerações	7 187 103	4 866 712
Subsidio de Férias	683 431	468 309
Subsidio de Natal	607 347	424 569
Subsidio de Almoço	147 493	144 008
Remuneração Variável	2 264 995	1 679 068
Encargos sociais obrigatórios	632 761	354 419
Outros custos	1 145 168	1 209 190
	12 668 298	9 146 276

E em termos consolidados:

(milhares de kwanzas)

CONSOLIDADO	31/12/2018	31/12/2017
Vencimentos e salários	11 268 195	7 864 549
Remunerações	7 437 120	5 060 199
Subsidio de Férias	703 328	486 494
Subsidio de Natal	626 542	440 280
Subsidio de Almoço	151 912	147 108
Remuneração Variável	2 349 292	1 730 468
Encargos sociais obrigatórios	658 997	369 457
Outros custos	1 178 944	1 235 974
	13 106 136	9 469 980

O aumento significativo dos Custos com Pessoal deve-se em grande parte, à rubrica de Remuneração decorrente do aumento de salários ocorrido, assim como o aumento significativo da componente de remuneração variável.

O número de colaboradores do Banco, considerando os efectivos e os contratados a termo, apresenta a seguinte desagregação por categoria profissional, em termos individuais:

(milhares de kwanzas)

INDIVIDUAL	31/12/2018	31/12/2017
Funções directivas	85	86
Funções de chefia	164	158
Funções específicas	333	313
Funções administrativas e outras	441	452
	1 023	1 009

Em termos consolidados:

(milhares de kwanzas)

CONSOLIDADO	31/12/2018	31/12/2017
Funções directivas	85	86
Funções de chefia	173	158
Funções específicas	347	313
Funções administrativas e outras	448	452
	1 053	1 009

O justo valor dos créditos a colaboradores até Dezembro de 2018 e 2017 ascende a AOA 2.555.320 milhares e AOA 2.054.815 milhares, respectivamente, e o ajustamento efectuado à mesma data, entre margem financeira e custos com pessoal ascendeu a AOA 171.691 milhares e AOA 168.720 milhares, respectivamente.

Conforme referido na nota 2.14, o Banco tem um plano de contribuição definida, ou seja, atribui uma percentagem ou montante fixo, a todos os participantes incluídos no plano que será rentabilizado até ao momento do reembolso previsto por lei. Este custo é reconhecido como custo com pessoal.

Não carece de nenhum estudo actuarial, como acontece no benefício definido.

Os participantes no plano de pensões do Banco Económico são desagregados da seguinte forma:

(milhares de kwanzas)

	31/12/2018	31/12/2017
Activos	823	799
Reformados e sobreviventes	41	2
	844	801

* Os valores apresentados dizem respeito somente ao Associado Banco Económico.

O total de participantes no fundo em 31 de Dezembro de 2018 é 967 e em 2017 é de 907.

A evolução do valor do fundo de pensões, unicamente associados ao plano de contribuição definido, nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2018 e 2017 pode ser analisada como segue:

(milhares de kwanzas)

	31/12/2018*	31/12/2017
Saldos do fundo no início do exercício	1 328 192	957 023
Rendimento real do fundo	389 703	61 083
Contribuições do Grupo	296 379	221 375
Contribuições dos participantes	4 702	108 220
Pensões pagas pelo fundo	(50 865)	(19 509)
Outros	-	-
SALDOS DO FUNDO NO FIM DO EXERCÍCIO	1 968 111	1 328 192

*Nota: Carteira de Activos Global do Fundo (não só do Banco Económico).

Os activos do fundo de pensões e que são utilizados pelo Banco ou representativos de títulos emitidos por entidades relacionadas do Banco, podem ser analisados como segue:

(milhares de kwanzas)

	31/12/2018	31/12/2017
Obrigações	692 132	-
Aplicações em bancos e outras OIC's	736 718	1 013 491
Imóveis	539 261	314 701
	1 968 111	1 328 192

Os montantes apresentados dizem respeito à carteira de Activos Global do Fundo, os quais incluem participantes que não são colaboradores do Banco.

A 31 de Dezembro de 2018, os activos do fundo de pensões, repartidos entre com e sem cotação de mercado podem ser analisados como segue:

(milhares de kwanzas)

	Activos do Fundo	Com cotação de mercado	Sem cotação de mercado
Obrigações	692 132		692 132
Imóveis	539 261	-	539 261
Aplicações em bancos e outras OIC's	736 718	-	736 718
TOTAL	1 968 111	-	1 968 111

*Nota: Carteira de Activos Global do Fundo (não só do Banco Económico).

Nota 12

Fornecimentos e Serviços de Terceiros

O valor desta rubrica, é composto em termos individuais por:

(milhares de kwanzas)

INDIVIDUAL	31/12/2018	31/12/2017
Rendas e alugueres	809 143	923 975
Publicidade e publicações	652 796	473 857
Comunicações e expedição	687 682	600 065
Conservação e reparação	393 612	350 970
Deslocações e representação	516 781	497 575
Água, energia e combustíveis	217 680	277 343
Transporte de valores	885 672	719 366
Material de consumo corrente	297 720	255 025
Serviços Informáticos	584 252	372 507
Serviços de Limpeza	126 256	106 224
Seguros	1 133 141	1 177 287
Judiciais, contencioso e notariado	236 104	87 925
Consultoria e auditoria	832 069	799 954
Segurança e vigilância	660 950	678 862
Outros custos	557 176	465 947
	8 591 035	7 786 884

E em termos consolidados:

(milhares de kwanzas)

CONSOLIDADO	31/12/2018	31/12/2017
Rendas e alugueres	809 143	950 113
Publicidade e publicações	653 285	473 977
Comunicações e expedição	695 901	603 507
Conservação e reparação	393 612	356 940
Deslocações e representação	516 781	501 392
Água, energia e combustíveis	222 414	280 085
Transporte de valores	1 048 821	756 922
Material de consumo corrente	310 741	260 049
Serviços Informáticos	584 252	372 507
Serviços de Limpeza	126 256	106 570
Seguros	1 137 578	1 179 221
Judiciais, contencioso e notariado	236 104	105 844
Consultoria e auditoria	970 468	838 748
Segurança e vigilância	677 690	678 862
Outros custos	559 754	498 604
	8 942 801	7 963 341

Comparando com o período homólogo, a rubrica de Fornecimentos de serviços de terceiros registou um crescimento de 10,33%, essencialmente explicado pelo ajustamento dos preços, mas dentro do processo de contenção de custos em implementação no Banco. As rubricas que mais cresceram, em termos homólogos, foram associados a: (i) publicidade, decorrente do ajustamento de preços face à inflação registada; (ii) transporte de valores, também associado ao aumento dos preços dos combustíveis; (iii) serviços informáticos, decorrente de melhorias ao nível dos diversos sistemas informáticos do Banco; e (iv) custos judiciais, em virtude dos processos de recuperação de crédito em curso.

Nota 13

Resultados por Acção

Resultados por Acção Básicos

De acordo com a Nota 2.3, os Resultados por acção básicos são calculados efectuando a divisão do resultado atribuível aos accionistas do Banco pelo número médio ponderado de acções ordinárias em circulação durante o ano, excluindo desta forma as acções próprias detidas pelo Banco.

Em termos individuais:

(milhares de kwanzas)

INDIVIDUAL	31/12/2018	31/12/2017
RESULTADO LÍQUIDO ATRIBUÍVEL AOS ACCIONISTAS DO BANCO	36 374 287	6 012 325
(-) Remuneração das obrigações perpétuas	-	-
(+) Ganhos e perdas realizados registados em reservas	-	-
RESULTADO LÍQUIDO ATRIBUÍVEL AOS ACCIONISTAS DO BANCO AJUSTADO	36 374 287	6 012 325
Número médio ponderado de acções ordinárias emitidas	72 000 000	72 000 000
Número médio ponderado de acções próprias em carteira		
NÚMERO MÉDIO DE ACÇÕES ORDINÁRIAS EM CIRCULAÇÃO	72 000 000	72 000 000
RESULTADO POR ACÇÃO BÁSICO ATRIBUÍVEL AOS ACCIONISTAS DO BANCO	0,51	0,08

Em termos consolidados:

(milhares de kwanzas)

CONSOLIDADO	31/12/2018	31/12/2017
RESULTADO LÍQUIDO ATRIBUÍVEL AOS ACCIONISTAS DO BANCO	36 396 625	6 008 847
(-) Remuneração das obrigações perpétuas	-	-
(+) Ganhos e perdas realizados registados em reservas	-	-
RESULTADO LÍQUIDO ATRIBUÍVEL AOS ACCIONISTAS DO BANCO AJUSTADO	36 396 625	6 008 847
Número médio ponderado de acções ordinárias emitidas	72 000 000	72 000 000
Número médio ponderado de acções próprias em carteira		
NÚMERO MÉDIO DE ACÇÕES ORDINÁRIAS EM CIRCULAÇÃO	72 000 000	72 000 000
RESULTADO POR ACÇÃO BÁSICO ATRIBUÍVEL AOS ACCIONISTAS DO BANCO	0,51	0,08

Resultados por Acção Diluídos

Os resultados por acção diluídos são calculados ajustando o efeito de todas as potenciais acções ordinárias diluidoras ao número médio ponderado de acções ordinárias em circulação e ao resultado líquido atribuível aos Accionistas do

Banco. Em 31 de Dezembro de 2018, o resultado por acção diluído, considerando o efeito das acções próprias é de 0,51 (2017: 0,08).

Nota 14

Caixa e Disponibilidades em Bancos Centrais

O valor desta rubrica é composto em termos individuais e consolidados por:

(milhares de kwanzas)

	31/12/2018	31/12/2017
Caixa	7 953 668	7 256 158
Depósitos em bancos centrais	186 947 685	131 293 009
Banco Nacional de Angola	186 947 685	131 293 009
	194 901 353	138 549 166

A rubrica de Depósitos à ordem no Banco Central reflecte os saldos originados pelo regime de constituição de Reservas mínimas obrigatórias em vigor no país na data do Balanço e é constituída por depósitos não remunerados junto do BNA. Tais disponibilidades visam cumprir o disposto no instrutivo 10 / 2018, de 19 de Julho de 2018, do BNA, que se resume da seguinte forma:

(milhares de kwanzas)

RESERVAS MÍNIMAS		Moeda Nacional	Moeda Estrangeira
Taxas sobre Base de Incidência			
Governo Central, Governos Locais e Administradores Municipais	Apuramento Diário	17%	100%
Outros Sectores	Apuramento Semanal	17%	15%
		194 901 353	138 549 166

A isenção do cumprimento das reservas obrigatórias de que beneficiou o Banco Económico no período de adopção das medidas de saneamento implementadas pelo Banco Nacional de Angola em Agosto de 2014 estenderam-se a todo o período de reestruturação e consequente recuperação do Banco Económico, cujas decisões e sua materialização prolongaram-se até ao ano de 2017. Neste contexto, o esforço para o cumprimento regular do nível legal de reservas obrigatórias foi sendo feito de forma faseada, mediante os resultados positivos do processo de recuperação e a evolução da tesouraria. Os resultados positivos alcançados do processo de recuperação e a estabilidade de tesouraria conseguidos permitiram sanar o incumprimento em moeda nacional em 2017. Quanto ao cumprimento das reservas

obrigatórias em moeda estrangeira continuou a ser feito de forma faseada, sustentada pelas decisões do regulador no início do processo de reestruturação, conforme exposto inicialmente. Porém, a situação de incumprimento das reservas obrigatórias em Moeda estrangeira ficou completamente sanada a partir de 24 de Agosto de 2018 na sequência do vencimento de activos em dólares americanos com impacto positivo sobre a tesouraria em moeda estrangeira.

Nota 15

Disponibilidades em outras Instituições de Crédito

O saldo da rubrica Depósitos é composto em termos individuais, quanto à sua natureza, como segue:

(milhares de kwanzas)

INDIVIDUAL	31/12/2018	31/12/2017
Disponibilidades em outras instituições de crédito no país		
Cheques a cobrar	138 556	1 796 061
	138 556	1 796 061
Disponibilidades em outras instituições de crédito no estrangeiro		
Depósitos à ordem	53 838 257	32 959 871
	53 838 257	32 959 871
	53 976 813	34 755 931

E em termos consolidados:

(milhares de kwanzas)

CONSOLIDADO	31/12/2018	31/12/2017
Disponibilidades em outras instituições de crédito no país		
Cheques a cobrar	138 556	1 984 443
	138 556	1 984 443
Disponibilidades em outras instituições de crédito no estrangeiro		
Depósitos à ordem	53 838 257	32 959 871
	53 838 257	32 959 871
	53 976 813	34 944 313

O aumento do valor das Disponibilidades em outras instituições de crédito no estrangeiro deveu-se à gestão de liquidez por parte do Banco, por necessidades de tesouraria no início do ano de 2019, nomeadamente liquidações de cartas de crédito. Importa salientar que, nos últimos anos o Banco económico foi dos mais activo no mercado de créditos documentários à importação sendo que tal envolvimento representou um esforço considerável de tesouraria.

O valor de disponibilidades em outras instituições de crédito no país – cheques a cobrar, respeita a cheques que se encontram a aguardar compensação à data de apresentação do Balanço, sendo enviados para cobrança nos primeiros dias úteis subsequentes à data de referência.

Nota 16

Aplicações em Bancos Centrais e em outras Instituições de Crédito

Esta rubrica a 31 de Dezembro de 2018 e 2017, em termos individuais e consolidados, é analisada como segue:

(milhares de kwanzas)

	31/12/2018	31/12/2017
Aplicações em instituições de crédito no estrangeiro		
Mercado monetário interbancário	110 106 444	81 968 105
	110 106 444	81 968 105
Perdas por imparidade	(234 778)	-
	109 871 667	81 968 105

O valor das aplicações em instituições de crédito no estrangeiro inclui os valores de juros a receber acrescidos, até à data de apresentação do Balanço.

O escalonamento das aplicações em bancos centrais e outras instituições de crédito por prazos residuais de vencimento, a 31 de Dezembro de 2018 e 2017, é como segue:

(milhares de kwanzas)

	31/12/2018	31/12/2017
Até 3 meses	103 923 057	81 968 105
De 3 meses a um ano	6 183 387	-
	110 106 444	81 968 105

As aplicações em Bancos centrais e outras Instituições de Crédito no estrangeiro, em 31 de Dezembro de 2018 venciam juro à taxa média ponderada de 1,63% (31 de Dezembro de 2017: 0,43%), sendo estas taxas de mercado onde o Banco opera.

Os movimentos ocorridos em perdas por imparidade em Aplicações de liquidez são detalhadas, em termos individuais e consolidados como se segue:

(milhares de kwanzas)

	31/12/2018	31/12/2017
Saldo inicial	-	-
Dotações	234 778	-
Utilizações	-	-
Reversões	(115 831)	-
Efeito Transição IFRS 9 (Nota 4)	115 831	-
Variação Cambial	-	-
SALDO FINAL	234 778	-

Importa salientar que o Banco apura a imparidade das contra-partes financeiras com base no *rating* externo divulgado pelas empresas de notações, ajustamento o nível de risco atribuído à maturidade das operações face a cada data de referência.

O montante apresentado como efeito transição IFRS 9, corresponde à imparidade apurada a 1 de Janeiro de 2018 reconhecidas em Resultados transitados.

Nota 17

Carteira de Títulos

Esta rubrica em 31 de Dezembro de 2018 e 2017 é analisada, em termos individuais, é como segue:

(milhares de kwanzas)

INDIVIDUAL	31/12/2018	31/12/2017
ACTIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA		
Acções	-	128 542
Obrigações de rendimento fixo	-	119 134 167
Imparidade	-	(26 417)
	-	119 236 292
INVESTIMENTOS DETIDOS ATÉ À MATURIDADE		
Obrigações rendimento fixo de emissores públicos	-	29 485 581
	-	29 485 581
JUSTO VALOR ATRAVÉS DE RESULTADOS		
Obrigações rendimento fixo de emissores públicos	4 392 478	478
	4 392 478	478
JUSTO VALOR ATRAVÉS DE OUTRO RENDIMENTO INTEGRAL		
Acções	99 862	-
	99 862	-
CUSTO AMORTIZADO		
Obrigações rendimento fixo de emissores públicos	179 104 977	-
Imparidade	(1 679 919)	-
	177 425 058	-
TOTAL DA CARTEIRA DE TÍTULOS	181 917 398	148 722 351

Em termos consolidados é como segue:

(milhares de kwanzas)

CONSOLIDADO	31/12/2018	31/12/2017
ACTIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA		
Acções	-	128 542
Obrigações de rendimento fixo	-	119 134 167
Imparidade	-	(26 417)
	-	119 236 292
INVESTIMENTOS DETIDOS ATÉ À MATURIDADE		
Obrigações rendimento fixo de emissores públicos	-	29 485 581
	-	29 485 581
JUSTO VALOR ATRAVÉS DE RESULTADOS		
Obrigações rendimento fixo de emissores públicos	4 392 478	1 635
	4 392 478	1 635
JUSTO VALOR ATRAVÉS DE OUTRO RENDIMENTO INTEGRAL		
Acções	99 862	-
	99 862	-
CUSTO AMORTIZADO		
Obrigações rendimento fixo de emissores públicos	179 171 898	-
Imparidade	(1 680 994)	-
	177 490 904	-
TOTAL DA CARTEIRA DE TÍTULOS	181 983 244	148 723 508

Os movimentos ocorridos na imparidade na carteira de títulos mensurado ao custo amortizado, individual e consolidado, são apresentados como segue:

(milhares de kwanzas)

31/12/2018	Stage 1	Total
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017	-	-
Impacto de transição para IFRS 9 (Nota 4)	1 656 722	1 656 722
SALDO EM 1 DE JANEIRO DE 2018	1 656 722	1 656 722
Dotações	1 734 276	1 734 276
Reversões	(1 711 079)	(1 711 079)
Utilizações (alienações)	-	-
Variações Cambiais	-	-
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018	1 679 919	1 679 919

As taxas de remuneração médias, bem como as moedas em que os Títulos e valores mobiliários estão contratados e expressos, encontram-se detalhadas infra:

CARTEIRA	Natureza	Moeda	Taxa Juro Média Ponderada
Custo Amortizado	Obrigações do Tesouro	USD	4,83%
Custo Amortizado	Obrigações do Tesouro	AOA	5,67%
Justo valor através de resultados	Obrigações do Tesouro	USD	8,25%
TOTAL			

(milhares de kwanzas)

	Nominal	Custo Amortizado	Proveitos a Receber	Prémio / Desconto	Imparidade	Valor de Balanço 2018
	123 442 800	123 480 347	2 113 272	-	(1 554 221)	124 039 398
	54 187 500	51 781 610	2 130 246	(400 498)	(125 698)	53 385 660
	4 629 105	4 375 504	16 973	-	-	4 392 478
	182 259 405	179 637 462	4 260 491	(400 498)	(1 679 919)	181 817 536

Os instrumentos financeiros existentes na carteira de títulos do Banco são os seguintes:

(milhares de kwanzas)

CÓDIGO ISIN	Descrição	Tipo	Carteira	Valor de Balanço
AOTNOI311L18	Obrigação Tesouro	Obrigação do Tesouro	Custo amortizado	650 579
AOTNOI411L18	Obrigação Tesouro	Obrigação do Tesouro	Custo amortizado	601 240
AOTNOI511L18	Obrigação Tesouro	Obrigação do Tesouro	Custo amortizado	904 268
XS1819680288	Obrigação Tesouro	Obrigação do Tesouro	Justo Valor através de resultados	4 392 478
AOTNOI5R0M17	Obrigação Tesouro	Obrigação do Tesouro	Custo amortizado	2 915 870
AOTNR2429L16	Obrigação Tesouro	Obrigação do Tesouro	Custo amortizado	47 919 523
AOTNR2425F16	Obrigação Tesouro	Obrigação do Tesouro	Custo amortizado	394 180
AOTNME216G18	Fomento Empresarial	Obrigação do Tesouro	Custo amortizado	30 886 029
AOTNME316G18	Fomento Empresarial	Obrigação do Tesouro	Custo amortizado	30 974 079
AOTNME416G18	Fomento Empresarial	Obrigação do Tesouro	Custo amortizado	31 051 123
AOTNME516G18	Fomento Empresarial	Obrigação do Tesouro	Custo amortizado	31 128 167
				181 817 536
	BVDA	Acção	Justo valor através de outro rendimento integral	-
	EMIS	Acção	Justo valor através de outro rendimento integral	89 981
	SWIFT	Acção	Justo valor através de outro rendimento integral	9 881
				99 862
				181 917 398

De acordo com a política contabilística descrita na Nota 2.3, o Banco avalia regularmente se existe evidência objectiva de imparidade na sua carteira de títulos seguindo os critérios de julgamento descritos na Nota 3.1.

Conforme descrito na Nota 36, em Març o de 2017 foram entregues em dação ao BNA títulos no valor de 14.662 milhões de Kwanzas.

A 31 de Dezembro de 2018 e a 31 de Dezembro de 2017, o escalonamento da carteira de títulos por prazos residuais de vencimento, é como segue:

(milhares de kwanzas)

	Inferior a três meses	Entre três meses e um ano	De um a cinco anos	Mais de cinco anos	Duração indeterminada	Total
JUSTO VALOR ATRAVÉS DE RESULTADOS						
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo						
	-	-	-	4 392 478	-	4 392 478
JUSTO VALOR ATRAVÉS DE OUTRO RENDIMENTO INTEGRAL						
Acções	-	-	-	-	99 862	99 862
Custo Amortizado						
OBRIGAÇÕES E OUTROS TÍTULOS DE RENDIMENTO FIXO						
	-	-	126 398 796	52 706 181	-	179 104 977
SALDO A 31 DE DEZEMBRO DE 2018	-	-	126 398 796	57 098 659	99 862	183 597 317

Importa referir que a rubrica de Custo amortizado, a 31 de Dezembro de 2018, contém o valor de AOA 47.428.300 milhares referente a capital e AOA 999.159 milhares referente a juro corrido, relativos a Obrigações emitidas pelo Estado no âmbito da transmissão de direitos económicos sobre activos, as quais apresentam os ISINs: AOTNR2429L16 e AOTNR2425F16 e têm maturidade no ano de 2040 e cupão de juro anual de 5% (ver Nota 36).

Nota 18

Crédito a Clientes

Esta rubrica a 31 de Dezembro de 2018 e 2017, é analisada, em termos individuais, como segue:

(milhares de kwanzas)

INDIVIDUAL	31/12/2018	31/12/2017
CRÉDITO INTERNO VIVO		
A empresas		
Créditos em conta corrente	12 227 549	10 975 568
Empréstimos	52 405 670	57 749 400
Descobertos	24 980 958	202 404
Locação financeira	2 773 224	2 817 802
A particulares		
Habitação	8 802 026	5 253 019
Consumo e outros	9 388 218	5 375 058
	110 577 645	82 373 250
CRÉDITO INTERNO VENCIDO		
A empresas		
Empréstimos	65 990 885	45 803 252
Créditos em conta corrente	7 118 719	4 072 006
Descobertos	16 671 029	11 802 385
Descontos e outros créditos titulados por efeitos	-	-
Locação financeira	3 370 293	3 824 539
<i>Factoring</i>	-	-
Outros créditos	-	-
A particulares		
Habitação	3 192 334	1 816 875
Consumo e outros	3 700 076	2 033 202
	100 043 336	69 352 259
OUTROS CRÉDITOS TITULADOS	-	48 369 465
	210 620 981	200 094 974
Perdas por imparidade	(86 083 239)	(21 259 361)
	124 537 742	178 835 613

E em termos consolidados:

(milhares de kwanzas)

CONSOLIDADO	31/12/2018	31/12/2017
CRÉDITO INTERNO VIVO		
A empresas		
Créditos em conta corrente	12 227 549	10 975 568
Empréstimos	52 405 670	57 749 400
Descobertos	24 980 958	202 404
Locação financeira	2 773 224	2 817 802
A particulares		
Habitação	8 802 026	5 253 019
Consumo e outros	9 388 218	5 375 058
	110 577 645	82 373 250
CRÉDITO INTERNO VENCIDO		
A empresas		
Empréstimos	65 990 885	45 803 252
Créditos em conta corrente	7 118 719	4 018 626
Descobertos	16 671 029	11 802 385
Descontos e outros créditos titulados por efeitos	-	-
Locação financeira	3 370 293	3 824 539
<i>Factoring</i>	-	-
Outros créditos	-	-
A particulares		
Habitação	3 192 334	1 816 875
Consumo e outros	3 700 076	2 033 202
	100 043 336	69 298 879
OUTROS CRÉDITOS TITULADOS	-	48 369 465
	210 620 981	200 041 594
Perdas por imparidade	(86 083 239)	(21 223 270)
	124 537 742	178 818 324

Importa referir que a rubrica de Outros Créditos Titulados, no valor global de AOA 48.369.465 milhares a 31 de Dezembro de 2017, relativos à obrigação emitida pelo Estado no âmbito da transmissão de direitos económicos sobre activos (ver Nota 36), a qual tem maturidade no ano de 2040 e cupão de juro anual de 5%, foi transferida para a Carteira de títulos no âmbito da adopção da IFRS 9, conforme descrito na Nota 4.

Importa salientar, que os vinte maiores clientes em termos de crédito, directo e indirecto, totalizam AOA 132.266.007 milhares, o que corresponde a cerca de 64,87% dos Fundos Próprios Regulamentares, encontrando-se de acordo com o Aviso n.9/2016 do BNA.

O escalonamento do crédito a clientes por prazos de vencimento a 31 de Dezembro de 2018 e 2017, é como segue:

(milhares de kwanzas)

	31/12/2018	31/12/2017
Até 3 meses	71 333 007	34 701 350
De 3 meses a um ano	17 780 454	13 290 798
De um a cinco anos	24 788 213	34 560 607
Mais de cinco anos	83 126 246	107 205 628
Duração indeterminada	13 593 061	10 336 591
	210 620 981	200 094 974

Os movimentos ocorridos nas perdas por imparidade evidenciadas no activo como correcção aos valores do crédito foram os seguintes:

(milhares de kwanzas)

	31/12/2018	31/12/2017
Saldo inicial	21 259 361	18 320 515
Dotações	63 319 432	12 583 423
Utilizações	-	(90 328)
Reversões	(8 119 674)	(10 347 064)
Efeito Transição IFRS 9 (ver nota 4)	2 625 184	-
Diferenças de câmbio e outras	6 998 936	792 816
SALDO FINAL	86 083 239	21 259 361

A distribuição do crédito a clientes por tipo de taxa é como segue:

(milhares de kwanzas)

	31/12/2018	31/12/2017
Taxa fixa	169 614 271	161 143 139
Taxa variável	41 006 709	38 951 835
	210 620 981	200 094 974

Por geografia:

(milhares de kwanzas)

2018 ANGOLA	Exposição	Imparidade
Imparidade Individual	159 334 359	77 971 336
Imparidade Colectiva	51 286 622	8 111 903
TOTAL	210 620 981	86 083 239

(milhares de kwanzas)

2017 ANGOLA	Exposição	Imparidade
Imparidade Individual	178 846 988	18 201 584
Imparidade Colectiva	21 247 986	3 057 777
TOTAL	200 094 974	21 259 361

Nota 19

Activos não Correntes detidos para Venda

Esta rubrica apresenta-se como segue em termos individuais e consolidados:

(milhares de kwanzas)

ACTIVOS NÃO CORRENTES DETIDOS PARA VENDA	31/12/2018	31/12/2017
Imóveis	-	5 141 259
Equipamento	27 548	14 529
Outras imobilizações	-	-
	27 548	5 155 788
Perdas por imparidade	-	-
	27 548	5 155 788

Esta rubrica é quase exclusivamente composta por imóveis e equiparados, que não são parte integrante das instalações do Banco, nem se destinam à prossecução do seu objecto social, tendo a sua origem em dações em cumprimento de contratos de crédito e instalações do Banco descontinuadas. Adicionalmente, existem também viaturas recuperadas no âmbito da concessão de crédito em operações de Leasing.

A variação verificada nesta rubrica em 2018, está relacionada com a reclassificação destes imóveis para a rubrica de Outros

Activos, decorrente do facto dos processos de venda não terem apresentado desenvolvimentos significativos, não sendo expectável que os mesmos seja concluídos no prazo de 12 meses. O movimento dos activos não correntes detidos para venda durante o exercício 2018 é como segue:

O valor de AOA 5.141.259 milhares apresentado nos Outros movimentos corresponde à transferência de bens imóveis para a rubrica de Outros activos – imóveis (Nota 23) decorrente do Banco não considerar expectável a sua alienação no prazo de 12 meses.

(milhares de kwanzas)

	31/12/2018	31/12/2017
Saldo inicial	5 155 788	414 534
Entradas	13 019	4 741 254
Vendas	-	-
Outros movimentos	(5 141 259)	-
SALDO FINAL	27 548	5 155 788

Nota 20

Outros Activos Tangíveis

Esta rubrica a 31 de Dezembro de 2018 e a 2017, é apresentada, em termos individuais como segue:

(milhares de kwanzas)

INDIVIDUAL	31/12/2018	31/12/2017
IMÓVEIS		
De serviço próprio	44 696 397	45 282 275
Obras em imóveis arrendados	2 200 789	2 465 588
	46 897 187	47 747 863
EQUIPAMENTO		
Equipamento informático	2 266 994	2 037 157
Instalações interiores	1 605 467	1 610 772
Mobiliário e material	1 793 311	1 764 357
Equipamento de segurança	1 991 397	1 809 713
Máquinas e ferramentas	571 818	500 161
Material de transporte	1 704 030	1 611 864
	9 933 016	9 334 023
IMOBILIZADO EM CURSO		
Obras em imóveis arrendados		
Imóveis	12 762	92 807
Equipamento	280 710	83 608
	293 472	176 415
	57 123 675	57 258 301
DEPRECIACÃO ACUMULADA		
Relativas ao exercício corrente	(2 223 353)	(2 239 524)
Relativas a exercício anteriores	(11 933 768)	(10 004 858)
Relativas a bens transferidos	430 280	-
	(13 726 841)	(11 933 768)
Imparidade	(1 273 820)	-
	42 123 013	45 324 533

E em termos consolidados:

(milhares de kwanzas)

CONSOLIDADO	31/12/2018	31/12/2017
IMÓVEIS		
De serviço próprio	44 696 397	45 282 275
Obras em imóveis arrendados	2 200 789	2 465 588
	46 897 186	47 747 863
EQUIPAMENTO		
Equipamento informático	2 283 187	2 037 157
Instalações interiores	1 605 467	1 610 772
Mobiliário e material	1 803 222	1 965 146
Equipamento de segurança	1 991 397	1 809 713
Máquinas e ferramentas	571 902	500 161
Material de transporte	1 930 782	1 611 864
	10 185 958	9 534 813
IMOBILIZADO EM CURSO		
Obras em imóveis arrendados		
Imóveis	12 762	92 807
Equipamento	280 710	83 608
	293 472	176 415
	57 376 615	57 459 091
DEPRECIACÃO ACUMULADA		
Relativas ao exercício corrente	(2 337 393)	(1 945 994)
Relativas a exercício anteriores	(11 972 713)	(10 026 719)
Relativas a bens transferidos	490 702	-
	(13 819 405)	(11 972 713)
Imparidade	(1 273 820)	-
	42 283 390	45 486 378

O Banco no decorrer de 2016 iniciou um processo de legalização dos activos imobiliários, no entanto, a extensão e complexidade deste procedimento não permitiu a sua conclusão até 31 de Dezembro de 2018.

O valor de activos imobiliários não legalizados à data de 31 de Dezembro de 2018 é de AOA 4.817.038 milhares (Dezembro de 2017 AOA 41.609.779 milhares), e corresponde a 25 de 45 imóveis afectos à actividade do Banco.

De salientar que o Banco, durante o exercício de 2018, registou imparidade sobre os imóveis, no montante de AOA 1.274 milhares, montante esse obtido através da análise de avaliações de peritos independentes.

Os movimentos da rubrica Outros activos tangíveis, durante o ano de 2018, são analisados em termos individuais como segue:

(milhares de kwanzas)

	Saldo em 01/01/2018	Aquisições/ Dotações	Alienações/ Abates	Transferências e alterações de perímetro	Imparidade	Saldo em 31/12/2018
IMÓVEIS						
De serviço próprio	45 282 275	125 853	(6 247)	(705 483)	(1 273 820)	43 422 578
Obras em imóveis arrendados	2 465 588	30 152	(321 328)	26 377	-	2 200 789
	47 747 863	156 004	(327 575)	(679 106)	(1 273 820)	45 623 366
EQUIPAMENTO						
Equipamento informático	2 037 157	194 718	(1 866)	36 985	-	2 266 994
Instalações interiores	1 610 772	(4 081)	(8 662)	7 438	-	1 605 467
Mobiliário e material	1 764 357	28 953	-	-	-	1 793 310
Equipamento de segurança	1 809 713	192 433	(10 750)	-	-	1 991 397
Máquinas e ferramentas	500 161	70 836	-	821	-	571 818
Material de transporte	1 611 864	9 978	(51 795)	133 984	-	1 704 030
	9 334 023	492 838	(73 074)	179 229	-	9 933 016
IMOBILIZADO EM CURSO						
Obras em imóveis arrendados	-	-	-	-	-	-
Imóveis	92 807	(2 709)	-	(77 337)	-	12 762
Equipamento	83 608	370 452	-	(173 350)	-	280 710
	176 415	367 743	-	(250 686)	-	293 472
	57 258 301	1 016 586	(400 649)	(750 564)	(1 273 820)	55 849 854

(milhares de kwanzas)

AMORTIZAÇÕES ACUMULADAS	Saldo em 01/01/2018	Aquisições/ Dotações	Alienações/ Abates	Transferências e alterações de perímetro	Imparidade	Saldo em 31/12/2018
IMÓVEIS						
De serviço próprio	(2 946 751)	(1 596 373)	105 475	440 357	-	(3 997 293)
Obras em imóveis arrendados	(1 684 599)	(233 754)	120 922	(9 439)	-	(1 806 871)
	(4 631 350)	(1 830 127)	226 396	430 917	-	(5 804 164)
EQUIPAMENTO						
Equipamento informático	(1 688 360)	(169 564)	1 866	-	-	(1 856 057)
Instalações interiores	(1 125 151)	(142 146)	5 985	(637)	-	(1 261 950)
Mobiliário e material	(1 057 525)	(159 630)	-	-	-	(1 217 154)
Equipamento de segurança	(1 763 837)	(29 097)	10 750	-	-	(1 782 185)
Máquinas e ferramentas	(407 845)	(40 162)	-	-	-	(448 006)
Material de transporte	(1 259 700)	(149 421)	51 795	-	-	(1 357 325)
	(7 302 417)	(690 019)	70 396	(637)	-	(7 922 677)
	(11 933 768)	(2 520 146)	296 793	430 280	-	(13 726 841)
	45 324 533	(1 503 561)	(103 856)	(320 283)	(1 273 820)	42 123 013

E em termos consolidados:

(milhares de kwanzas)

	Saldo em 01/01/2018	Aquisições/ Dotações	Alienações/ Abates	Transferências e alterações de perímetro	Imparidade	Saldo em 31/12/2018
IMÓVEIS						
De serviço próprio	45 282 275	125 853	(6 247)	(705 483)	(1 273 820)	43 422 578
Obras em imóveis arrendados	2 465 588	30 152	(321 328)	26 377	-	2 200 789
	47 747 863	156 004	(327 575)	(679 106)	(1 273 820)	45 623 366
EQUIPAMENTO						
Equipamento informático	2 037 157	210 911	(1 866)	36 985	-	2 283 187
Instalações interiores	1 610 772	(4 081)	(8 662)	7 438	-	1 605 467
Mobiliário e material	1 965 146	28 953	(190 882)	-	-	1 803 223
Equipamento de segurança	1 809 714	192 432	(10 750)	-	-	1 991 397
Máquinas e ferramentas	500 161	70 920	-	821	-	571 902
Material de transporte	1 611 864	236 727	(51 795)	133 984	-	1 930 782
	9 534 814	735 864	(263 956)	179 229	-	10 185 958
IMOBILIZADO EM CURSO						
Imóveis	92 807	(2 709)	-	(77 337)	-	12 762
Equipamento	83 608	370 452	-	(173 350)	-	280 710
	176 415	367 743	-	(250 686)	-	293 472
	57 459 092	1 259 611	(591 531)	(750 563)	(1 273 820)	56 102 794

(milhares de kwanzas)

AMORTIZAÇÕES ACUMULADAS	Saldo em 01/01/2018	Aquisições/ Dotações	Alienações/ Abates	Transferências e alterações de perímetro	Imparidade	Saldo em 31/12/2018
IMÓVEIS						
De serviço próprio	(2 946 751)	(1 602 510)	105 475	440 357	-	(4 003 430)
Obras em imóveis arrendados	(1 682 615)	(233 754)	122 906	(9 439)	-	(1 802 903)
	(4 629 366)	(1 836 264)	228 380	430 917	-	(5 806 333)
EQUIPAMENTO						
Equipamento informático	(1 688 360)	(169 564)	1 866	-	-	(1 856 057)
Instalações interiores	(1 125 151)	(142 350)	5 985	(433)	-	(1 261 950)
Mobiliário e material	(1 098 454)	(161 796)	-	-	-	(1 260 250)
Equipamento de segurança	(1 763 838)	(29 097)	10 750	-	-	(1 782 185)
Máquinas e ferramentas	(407 845)	(40 162)	-	-	-	(448 006)
Material de transporte	(1 259 700)	(196 719)	51 795	-	-	(1 404 623)
	(7 343 347)	(739 688)	70 396	(433)	-	(8 013 072)
	(11 972 714)	(2 575 951)	298 777	430 484	-	(13 819 404)
	45 486 378	(1 316 340)	(292 754)	(320 079)	(1 273 820)	42 283 390

Os valores apresentados em Transferências e alterações de perímetro verificados nos Imóveis Próprios, nos montantes de AOA 705.483 milhares e AOA 440.357 milhares, respeita ao custo de aquisição e amortizações acumuladas respectivamente, de Imóveis transferidos para outros activos que já não se encontram afectos à actividade do Banco e para os quais não estão a ser desenvolvidos processos /esforços para a sua alienação.

Em termos de imparidade, o movimento no ano de 2018, em termos individuais e consolidados, em virtude de avaliações dos imóveis do Banco, pode ser apresentado conforme se segue:

(milhares de kwanzas)

	01/01/2018	Dotações	Reversões	Transferências	31/12/2018
IMÓVEIS	-	1 273 820	-	-	1 273 820
	-	1 273 820	-	-	1 273 820

Nota 21

Activos Intangíveis

Esta rubrica é apresentada como segue, em termos individuais:

(milhares de kwanzas)

INDIVIDUAL	31/12/2018	31/12/2017
ACTIVOS INTANGÍVEIS		
ADQUIRIDOS A TERCEIROS		
Sistema de tratamento automático de dados	4 167 658	3 177 821
Outros	1 845 158	859 547
	6 012 816	4 037 368
AMORTIZAÇÃO ACUMULADA		
Relativas ao exercício corrente	(356 537)	(272 195)
Relativas as exercícios anteriores	(1 892 376)	(1 620 181)
	(2 248 913)	(1 892 376)
	3 763 903	2 144 991
IMPARIDADE	-	-
	-	-
	3 763 903	2 144 991

E em termos consolidados:

(milhares de kwanzas)

CONSOLIDADO	31/12/2018	31/12/2017
ACTIVOS INTANGÍVEIS		
ADQUIRIDOS A TERCEIROS		
Sistema de tratamento automático de dados	4 194 071	3 204 234
Outros	1 845 158	859 547
	6 039 229	4 063 781
AMORTIZAÇÃO ACUMULADA		
Relativas ao exercício corrente	(382 006)	(272 690)
Relativas as exercícios anteriores	(1 892 376)	(1 644 662)
	(2 274 382)	(1 917 351)
	3 764 847	2 146 429
IMPARIDADE	-	-
	-	-
	3 764 847	2 146 429

Os movimentos da rubrica Activos intangíveis, durante o ano de 2018, são analisados, em termos individuais como segue:

(milhares de kwanzas)

INDIVIDUAL	Saldo em 01/01/2018	Aquisições/ Dotações	Alienações/ Abates	Transferências e alterações de perímetro	Saldo em 31/12/2018
ACTIVOS INTANGÍVEIS					
ADQUIRIDOS A TERCEIROS					
Sistema de tratamento automático de dados	3 177 821	670 542	-	319 294	4 167 658
Outros	859 546	1304 022	-	(318 410)	1 845 158
	4 037 368	1 974 564	-	884	6 012 816
Sistema de tratamento automático de dados	(1 892 376)	(356 537)	-	-	(2 248 913)
	(1 892 376)	(356 537)	-	-	(2 248 913)
IMPARIDADE	-	-	-	-	-
SALDO LÍQUIDO A 31 DE DEZEMBRO	2 144 991	1 618 027	-	884	3 763 903

E em termos consolidados:

(milhares de kwanzas)

CONSOLIDADO	Saldo em 01/01/2018	Aquisições/ Dotações	Alienações/ Abates	Transferências e alterações de perímetro	Saldo em 31/12/2018
ACTIVOS INTANGÍVEIS					
ADQUIRIDOS A TERCEIROS					
Sistema de tratamento automático de dados	3 204 234	670 542	-	319 294	4 194 071
Outros	859 547	1304 022	-	(318 410)	1 845 159
	4 063 781	1 974 564	-	884	6 039 229
Sistema de tratamento automático de dados	(1 917 351)	(357 031)	-	-	(2 274 382)
	(1 917 351)	(357 031)	-	-	(2 274 382)
IMPARIDADE	-	-	-	-	-
SALDO LÍQUIDO A 31 DE DEZEMBRO	2 146 430	1 617 533	-	884	3 764 847

As principais aquisições associados aos activos intangíveis encontram-se associados à evolução que o Banco se encontra a realizar ao nível do seu sistema core bancário.

Os valores apresentados em Transferências e alterações de

perímetro verificados deve-se à reclassificação de um conjunto de bens inicialmente registados como Outros, contudo os mesmos correspondem a componentes dos sistemas de tratamento automático de dados pelo que o efeito líquido das transferências ao nível dos activos intangíveis é muito reduzido.

Nota 22

Investimentos em Subsidiárias, Associadas e Empreendimentos Conjuntos

Os dados financeiros relativos às empresas subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos são apresentados, em termos individuais no quadro seguinte:

(milhares de kwanzas)

31/12/2018	Nº de Acções	Capital Social	Participação Directa no Capital	Valor Nominal AOA	Custo da Participação	Reservas	Resultados atribuíveis ao BE	Valor de Balanço
ECONÓMICO FUNDOS DE INVESTIMENTO - Sociedade Gestora de Organismos de Investimento Colectivo, S.A.	1 000	90 000	64,00%	57 600	57 600	882 979	403 100	1 312 714
ECONÓMICO FUNDOS DE PENSÕES - Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A.	10 000	1 000 000	96,20%	962 000	962 000	-602 291	(164 832)	636 883
Tranquilidade Angola S.A.	1 050	747 790	21,00%	157 035	363 876	45 889	181 566	530 587
					1 383 476	326 577	419 834	2 480 184
Perdas por Imparidade								-
								2 480 184

(milhares de kwanzas)

31/12/2017	Nº de Acções	Capital Social	Participação Directa no Capital	Valor Nominal AOA	Custo da Participação	Reservas	Resultados atribuíveis ao BE	Valor de Balanço
ECONÓMICO FUNDOS DE INVESTIMENTO - Sociedade Gestora de Organismos de Investimento Colectivo, S.A.	1 000	90 000	63,00%	56 700	56 700	188 433	46 696	908 714
ECONÓMICO FUNDOS DE PENSÕES - Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A.	1 000	105 000	63,00%	66 150	66 150	-	(37 688)	66 150
Tranquilidade Angola S.A.	1 050	747 790	21,00%	157 035	363 876	-47 693	162 795	608 361
					486 726	140 741	171 804	1 583 225
Perdas por Imparidade								(66 150)
								1 517 075

E em termos consolidados:

(milhares de kwanzas)

31/12/2018	Nº de Acções	Capital Social	Participação Directa no Capital	Valor Nominal AOA	Custo da Participação	Reservas	Resultados atribuíveis ao BE	Valor de Balanço
Tranquilidade Angola S.A.	1 050	747 790	21,00%	157 035	363 876	45 889	181 566	530 587
					363 876	45 889	181 566	530 587
Perdas por Imparidade								-
								530 587

(milhares de kwanzas)

31/12/2017	Nº de Acções	Capital Social	Participação Directa no Capital	Valor Nominal AOA	Custo da Participação	Reservas	Resultados atribuíveis ao BE	Valor de Balanço
Tranquilidade Angola S.A.	1 050	747 790	21,00%	157 035	363 876	(47 693)	162 795	433 968
					363 876	(47 693)	162 795	433 968
Perdas por Imparidade								-
								433 968

Resumidamente, no quadro seguinte apresenta-se os principais dados das Demonstrações Financeiras das participadas acima mencionadas:

(milhares de kwanzas)

INDICADORES FINANCEIROS DAS PARTICIPADAS	Activo	Passivo	Capital Social	Reservas	Resultados
ECONÓMICO FUNDOS DE INVESTIMENTO - Sociedade Gestora de Organismos de Investimento Colectivo, S.A.	2 608 937	557 820	90 000	1 678 755	282 360
ECONÓMICO FUNDOS DE PENSÕES - Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A.	919 046	257 142	1 000 000	(625 952)	287 855
Tranquilidade Angola S.A.	11 726 228	9 432 927	747 790	1 126 537	418 974

O movimento das perdas por imparidade relativas aos investimentos em subsidiárias e associadas foi como segue, e aplica-se unicamente em termos individuais:

(milhares de kwanzas)

	31/12/2018	31/12/2017
Saldo inicial	(66 150)	(65 100)
Dotações	-	-
Reversões	66 150	-
Flutuação Cambial	-	(1 050)
SALDO FINAL	-	(66 150)

A reversão da imparidade associada à entidade ECONÓMICO FUNDOS DE PENSÕES – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A., no montante de AOA 66.150 milhares decorre do facto da entidade apresentar à data de 31 de Dezembro de 2018 capitais próprios positivos.

Este facto decorre do aumento de capital ocorrido na sociedade Económico Fundos de Pensões, passando de um capital social de AOA 105 milhões para AOA 1.000 milhões. Este aumento de capital foi unicamente subscrito pelo Banco Económico, aumentando por essa via a percentagem detida da sociedade de 63% para 96,2%.

Nota 23

Outros Activos

A rubrica Outros activos a 31 de Dezembro de 2018 e a 2017 é analisada em termos individuais como segue:

(milhares de kwanzas)

INDIVIDUAL	31/12/2018	31/12/2017 Reexpresso (Nota 2)
Setor público administrativo	12 191 188	1 735 794
Outros devedores	8 169 529	9 218 481
Despesas com custo diferido	2 692 325	882 756
Outras operações a regularizar	255 940	298 275
Outros activos	2 677 744	2 698 624
Imóveis	5 451 036	-
Outros activos - Grupo ENSA	638 575 571	275 282 668
	670 013 333	290 116 597
Perdas por imparidade	(26 002 561)	(6 435 450)
	644 010 772	283 681 147

Em termos consolidados:

(milhares de kwanzas)

CONSOLIDADO	31/12/2018	31/12/2017 Reexpresso (Nota 2)
Setor público administrativo	12 191 188	1 735 794
Outros devedores	8 484 247	9 383 983
Despesas com custo diferido	2 752 322	909 768
Outras operações a regularizar	255 940	298 275
Outros activos	2 677 744	2 698 624
Imóveis	5 451 036	-
Outros activos - Grupo ENSA	638 575 571	275 282 668
	670 388 048	290 309 112
Perdas por imparidade	(26 002 561)	(6 435 450)
	644 385 487	283 873 662

O valor presente na rubrica de Outros activos – Grupo ENSA concerne essencialmente à Operação de transmissão de direitos económicos sobre Activos ocorrida em 2014. O valor referido é de AOA 616.673.846 milhares, em termos de capital e juro corrido, à data de 31 de Dezembro de 2018 (2017: AOA 259.024.532 milhares).

Este valor reparte-se entre AOA 563.658.811 milhares em termos de Capital e AOA 53.017.559 milhares em termos de Juro Corrido sendo em 2017, respectivamente, AOA 254.156.472 milhares e AOA 4.868.059 milhares. Durante o ano de 2017, existiram duas operações que alteraram significativamente este valor, a Liquidação do Financiamento do Banco junto do BNA, e a própria reestruturação da operação. Para melhor compreensão da operação como todo (ver Nota 36). Adicionalmente, esta rubrica apresenta registado montantes referentes a adiantamentos para imóveis, no montante de AOA 20.481.064 milhares (2017: AOA 15.343.720 milhares) e um valor de imparidade no montante de AOA 19.064.674 milhares.

O montante relativo a Imóveis variam decorrem da reclassificação de imóveis anteriormente registados em Activos não Correntes disponíveis para Venda, que por não existir evidência da sua negociabilidade foram transferidos dentro do Balanço do Banco, e de um conjunto de imóveis já não afectos à actividade bancária, tendo sido transferidos de activos

tangíveis para Outros activos dado o objectivo do Banco ser a alienação dos mesmos.

O Banco no decorrer de 2016 iniciou um processo de legalização dos activos imobiliários, no entanto, a extensão e complexidade deste procedimento não permitiu a sua conclusão até 31 de Dezembro de 2018. Este processo ainda se encontra em curso, pelo que os valores registados concernem a bens na sua maioria já regularizados, ou já legalmente na posse do Banco. O valor de imóveis nestas condições reconhecido na rubrica de outros activos à data de 31 de Dezembro de 2018 é de AOA 3.652.216 milhares.

O valor presente na rubrica sector público administrativo, apresenta uma variação significativa decorrente do Banco ter adquirido no segundo semestre de 2018 um Crédito fiscal, no montante aproximado de AOA 10.000 milhões.

O valor apresentado no quadro acima referente a Outros devedores corresponde essencialmente a valores a receber do Estado no âmbito do programa Angola Investe e um valor referente a ISUC de créditos repassados ao Grupo ENSA liquidados em excesso que se encontra totalmente em imparidade.

Os movimentos ocorridos em perdas por imparidade em Outros activos são detalhadas, em termos individuais e consolidados como se segue:

(milhares de kwanzas)

	31/12/2018	31/12/2017 Reexpresso (Nota 2)
Saldo inicial	(6 435 450)	(6 029 414)
Dotações	(19 156 751)	(405 900)
Utilizações	778 993	-
Reversões	-	-
Efeito Transição IFRS 9 - ver Nota 4	(608 447)	-
Variação Cambial	(580 906)	(136)
SALDO FINAL	(26 002 561)	(6 435 450)

O montante significativo em dotações, em 2018, decorre de conversações com o Ministério das Finanças e Banco Nacional de Angola, quanto à possibilidade de aplicar um desconto ao valor em dívida no montante de USD 61.777 milhares (AOA 19.064.674 milhares), tendo deduzido este montante ao valor a receber do GENSA registado em balanço e incorporado a respectiva perda nos resultados do exercício.

O montante significativo em dotações, em 2017, deve-se à constituição de imparidade sobre os valores a recuperar referentes a Imposto de selo sobre utilização de crédito que o Banco liquidou indevidamente nos contratos de crédito, cujos direitos económicos foram transmitidos à Grupo ENSA – Investimentos e Participações, E.P. Neste âmbito, o Banco solicitou à AGT a devolução dos montantes que ascendem a AOA 3.995.257 milhares, não tendo até à data obtido resposta.

Nota 24

Recursos de Bancos Centrais e de outras Instituições de Crédito

A rubrica de Recursos de bancos centrais e outras instituições de crédito é apresentada em termos individuais como segue:

(milhares de kwanzas)

INDIVIDUAL	31/12/2018	31/12/2017
RECURSOS DE BANCOS CENTRAIS		
Mercado monetário interbancário	1 932 211	81 218 787
	1 932 211	81 218 787
RECURSOS DE OUTRAS INSTIUIÇÕES DE CRÉDITO		
Mercado monetário interbancário	21 938 439	36 981 199
Outros recursos	5 463 447	1 694 315
	27 401 886	38 675 514
	29 334 097	119 894 301

E em termos consolidados:

(milhares de kwanzas)

CONSOLIDADO	31/12/2018	31/12/2017
RECURSOS DE BANCOS CENTRAIS		
Mercado monetário interbancário	1 932 211	81 218 787
	1 932 211	81 218 787
RECURSOS DE OUTRAS INSTIUIÇÕES DE CRÉDITO		
Mercado monetário interbancário	21 937 702	36 981 199
Outros recursos	5 463 447	1 694 315
	27 401 149	38 675 514
	29 333 360	119 894 301

Em termos de mercado geográfico é apresentada em termos individuais como segue:

(milhares de kwanzas)

INDIVIDUAL	31/12/2018	31/12/2017
NO PAÍS		
Mercado monetário interbancário	1 932 211	81 218 787
Outros recursos	5 463 447	1 694 316
	7 395 658	82 913 103
NO ESTRANGEIRO		
Depósitos	21 938 439	1 316 802
Empréstimos	-	35 664 396
	21 938 439	36 981 198
	29 334 097	119 894 301

E em termos consolidados:

(milhares de kwanzas)

CONSOLIDADO	31/12/2018	31/12/2017
NO PAÍS		
Mercado monetário interbancário	1 932 211	81 218 787
Outros recursos	5 463 447	1 694 316
	7 395 659	82 913 103
NO ESTRANGEIRO		
Depósitos	21 937 702	1 316 802
Empréstimos	-	35 664 396
	21 937 702	36 981 198
	29 333 360	119 894 301

O escalonamento dos Recursos de bancos centrais e de outras instituições de crédito por prazos residuais de vencimento, a 31 de Dezembro de 2018 e a 2017, em termos individuais é como segue:

(milhares de kwanzas)

INDIVIDUAL	31/12/2018	31/12/2017
Até 3 meses	29 334 097	37 095 916
De 3 meses a um ano	-	82 798 385
	29 334 097	119 894 301

E em termos consolidados:

(milhares de kwanzas)

CONSOLIDADO	31/12/2018	31/12/2017
Até 3 meses	29 333 360	37 095 916
De 3 meses a um ano	-	82 798 385
	29 333 360	119 894 301

Nota 25

Recursos de Clientes e outros Empréstimos

O saldo da rubrica recursos de clientes e outros empréstimos é composta, quanto à sua natureza, em termos individuais como se segue:

(milhares de kwanzas)

INDIVIDUAL	31/12/2018	31/12/2017
Depósitos à vista		
Depósitos à ordem	525 574 822	302 914 550
Depósitos a prazo		
Depósitos a prazo	452 389 341	310 938 588
Outros	-	2 638
	452 389 341	310 941 226
Depósitos indexados		
Depósitos a prazo	81 158 257	37 977 827
	1059 122 420	651 833 602

E em termos consolidados:

(milhares de kwanzas)

CONSOLIDADO	31/12/2018	31/12/2017
Depósitos à vista		
Depósitos à ordem	525 370 796	302 095 935
Depósitos a prazo		
Depósitos a prazo	449 671 989	309 735 584
Outros	-	2 638
	449 671 989	309 738 222
Depósitos indexados		
Depósitos a prazo	81 158 257	37 977 827
	1056 201 043	649 811 984

O escalonamento dos recursos de clientes e outros empréstimos por prazos residuais de vencimento a 31 de Dezembro de 2018 e a 2017, em termos individuais é como segue:

(milhares de kwanzas)

INDIVIDUAL	31/12/2018	31/12/2017
EXIGÍVEL À VISTA	525 574 822	302 914 550
EXIGÍVEL A PRAZO		
Até 3 meses	184 132 297	126 885 185
De 3 meses a um ano	342 906 907	210 790 051
De um a cinco anos	5 967 470	10 743 849
Mais de cinco anos	540 925	499 966
	533 547 598	348 919 052
	1059 122 420	651 833 602

E em termos consolidados:

(milhares de kwanzas)

CONSOLIDADO	31/12/2018	31/12/2017
EXIGÍVEL À VISTA	525 370 796	302 095 935
EXIGÍVEL A PRAZO		
Até 3 meses	184 132 297	125 682 182
De 3 meses a um ano	340 189 555	210 790 051
De um a cinco anos	5 967 470	10 743 849
Mais de cinco anos	540 925	499 966
	530 830 246	347 716 049
	1056 201 043	649 811 984

Nota 26

Passivos Subordinados

Esta rubrica é analisada como segue:

(milhares de kwanzas)

	31/12/2018	31/12/2017
Obrigações não perpétuas	132 262 143	71 111 361
	132 262 143	71 111 361

Este empréstimo, contraído junto do Novo Banco, no valor de USD 424.860 milhares, com contravalor à data de 30 de Outubro de 2014 de AOA 105.902.398 milhares, decorre da resolução de 4 de Agosto de 2014 do BNA, resultante da conversão do montante de AOA 41.595 milhões do empréstimo interbancário sénior num empréstimo subordinado em dólares norte-americanos com uma taxa de 5%, com pagamentos trimestrais, reembolsável em 10 anos, com início da liquidação no ano de 2020 na proporção de 20% do valor de capital anualmente até ao ano de 2024.

Importa ainda salientar a possibilidade de conversão futura em capital social, até ao final do prazo de reembolso, desde que a participação do titular do empréstimo se mantenha abaixo dos 19,99%.

O valor de juros a pagar a 31 de Dezembro de 2018 é de AOA 1.147.255 milhares, sendo em 31 de Dezembro de 2017 AOA 616.827 milhares, correspondendo a variação do valor de 2018 para 2017 quase na sua totalidade de reavaliação cambial dado o passivo subordinado ser em dólares americanos.

Nota 27

Provisões e Imparidades

A 31 de Dezembro de 2018 e a 2017, a rubrica Provisões apresenta os seguintes movimentos, em termos individuais:

(milhares de kwanzas)

INDIVIDUAL	Provisões para garantias e outros compromissos	Outras provisões para riscos e encargos	Total
SALDO A 31 DE DEZEMBRO DE 2016	2 618 428	1 385 594	4 004 022
Dotações	3 832 977	280 034	4 113 011
Reversões	(3 844 660)	-	(3 844 660)
Utilizações	-	-	-
Diferenças de câmbio e outras regularizações	366 486	32 185	398 671
SALDO A 31 DE DEZEMBRO DE 2017	2 973 231	1 697 813	4 671 044
Dotações	6 333 634	771 675	7 105 309
Reversões	(2 930 498)	(187 368)	(3 117 866)
Utilizações	-	-	-
Efeito Transição IFRS 9 (Nota 4)	2 930 498	-	2 930 498
Diferenças de câmbio e outras regularizações	596 056	915 644	1 511 700
SALDO A 31 DE DEZEMBRO DE 2018	9 902 921	3 197 763	13 100 684

E em termos consolidados:

(milhares de kwanzas)

CONSOLIDADO	Provisões para garantias e outros compromissos	Outras provisões para riscos e encargos	Total
SALDO A 31 DE DEZEMBRO DE 2016	2 618 428	1 368 783	3 987 211
Dotações	3 832 977	280 034	4 113 011
Reversões	(3 844 660)	-	(3 844 660)
Transferências	-	-	-
Diferenças de câmbio e outras regularizações	366 486	(29 920)	336 566
SALDO A 31 DE DEZEMBRO DE 2017	2 973 230	1 618 898	4 592 128
Dotações	6 287 361	1 247 438	7 534 799
Reversões	(2 930 498)	(558 234)	(3 488 732)
Utilizações	-	-	-
Efeito Transição IFRS 9 (Nota 4)	2 930 498	-	2 930 498
Diferenças de câmbio e outras regularizações	619 994	1 087 239	1 707 233
SALDO A 31 DE DEZEMBRO DE 2018	9 880 585	3 395 340	13 275 926

As dotações verificadas nas Outras provisões para riscos e encargos, são maioritariamente justificadas pelo registo de uma provisão para um processo de multa aplicada pelo Ministério do Ambiente no montante de AOA 600.000 milhares, enquanto que as reversões encontram-se relacionadas com o facto da entidade Económico Fundo de Pensões S.A., na qual o Banco Económico detém uma participação apresenta em 31 de Dezembro de 2018 capitais próprios positivos ao invés do verificado no final de 2017.

O saldo desta rubrica, visa a cobertura de determinadas contingências devidamente identificadas, decorrente da actividade do Banco, sendo revistas em cada data de reporte de forma a reflectir a melhor estimativa do montante e respectiva probabilidade de pagamento.

Os principais saldos são como segue, em termos individuais:

(milhares de kwanzas)

INDIVIDUAL	31/12/2018	31/12/2017
PROVISÕES PARA RESPONSABILIDADES PROVÁVEIS		
Provisões para Garantias prestadas	9 902 921	2 973 231
Provisões para participações financeiras	-	94 334
Provisões para contingência legais	908 607	165 924
Provisões para disponibilidades em OIC	-	45 016
Provisões para cartas de crédito	2 018 430	1 112 505
Provisões para Fornecedores	270 726	280 034
	13 100 684	4 671 044

E em termos consolidados:

(milhares de kwanzas)

CONSOLIDADO	31/12/2018	31/12/2017
PROVISÕES PARA RESPONSABILIDADES PROVÁVEIS		
Provisões para Garantias prestadas	9 902 921	2 973 231
Provisões para contingência legais	1 083 849	165 924
Provisões para disponibilidades em OIC	-	45 016
Provisões para cartas de crédito	2 018 430	1 112 505
Provisões para Fornecedores	270 726	295 453
	13 275 926	4 592 128

O saldo em termos consolidados, apresenta uma variação significativa quanto às provisões para contingências legais, relacionadas com contingências associadas aos Fundos nomeadamente com impostos sobre rendimentos do trabalho, assumidas pela Sociedade Gestora.

Em seguida é apresentado um movimento global de provisões e imparidade, em termos individuais:

(milhares de kwanzas)

INDIVIDUAL	Aplicações em outras instituições de crédito	Investimentos ao custo amortizado	Imparidade para outros activos financeiros	Crédito a clientes	Provisões para garantias e outros compromissos	Imparidade para créditos	Imparidade para outros activos líquidas de anulações	Provisões líquidas de anulações
NOTA	16	17		18	27		23	27
SALDO A 31 DE DEZEMBRO DE 2016	-	-	-	(18 320 515)	(2 618 428)	(20 938 943)	(6 029 414)	(1 385 594)
Dotações	-	-	-	(12 583 423)	(3 832 977)	(16 416 400)	(405 900)	(280 034)
Reversões	-	-	-	10 347 064	3 844 660	14 191 724	-	-
Utilizações	-	-	-	(90 328)	-	(90 328)	-	-
Diferenças de câmbio e outras regularizações	-	-	-	792 816	366 486	1 159 302	(136)	32 185
EFEITO DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS	-	-	-	(2 236 358)	11 683	(2 224 675)	(405 900)	(280 034)
Dotações	(234 778)	(1 734 276)	(1 969 054)	(63 319 432)	(6 333 634)	(69 653 066)	(19 156 752)	(771 675)
Reversões	115 831	1 711 079	1 826 909	8 119 674	2 930 498	11 050 172	-	187 368
Utilizações	-	-	-	-	-	-	778 993	-
Efeito Transição IFRS 9 (Nota 4)	(115 831)	(1 656 722)	(1 772 553)	(2 625 184)	(2 930 498)	(5 555 682)	(608 447)	-
Diferenças de câmbio e outras regularizações	-	-	-	(6 998 936)	(596 056)	(7 594 992)	(580 906)	(915 644)
EFEITO DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS	(118 947)	(23 197)	(142 145)	(55 199 758)	(3 403 136)	(58 602 894)	(19 156 752)	(584 306)

Em termos consolidados:

(milhares de kwanzas)

CONSOLIDADO	Aplicações em outras instituições de crédito	Investimentos ao custo amortizado	Imparidade para outros activos financeiros	Crédito a clientes	Provisões para garantias e outros compromissos	Imparidade para créditos	Imparidade para outros activos líquidas de anulações	Provisões líquidas de anulações
NOTA	16	17		18	27		23	27
SALDO A 31 DE DEZEMBRO DE 2016	-	-	-	18 318 379	2 618 428	20 936 807	(6 029 414)	(1 385 594)
Dotações	-	-	-	(12 549 467)	(3 830 842)	(16 380 309)	(405 900)	(280 034)
Reversões	-	-	-	10 347 064	3 844 660	14 191 725	-	-
Utilizações	-	-	-	90 328	-	90 328	-	-
Diferenças de câmbio e outras regularizações	-	-	-	(792 816)	(368 621)	(1 161 437)	(136)	32 185
EFEITO DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS	-	-	-	(2 202 403)	13 818	(2 188 584)	(405 900)	(280 034)
Dotações	(234 778)	(1 734 276)	(1 969 054)	(63 343 370)	(6 287 361)	(69 630 731)	(19 156 752)	(1 247 438)
Reversões	115 831	1 711 079	1 826 909	8 119 674	2 930 498	11 050 172	-	558 234
Utilizações	-	-	-	-	-	-	778 993	-
Efeito Transição IFRS 9 (Nota 4)	(115 831)	(1 656 722)	(1 772 553)	(2 625 184)	(2 930 498)	(5 555 682)	(608 447)	-
Diferenças de câmbio e outras regularizações	-	-	-	(6 998 936)	(619 994)	(7 618 930)	(580 906)	(1 087 239)
EFEITO DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS	(118 947)	(23 197)	(142 145)	(55 223 696)	(3 356 863)	(58 580 559)	(19 156 752)	(689 204)

Nota 28

Impostos

O Banco encontra-se sujeito a tributação em sede de imposto industrial, sendo considerado fiscalmente um contribuinte do Grupo A.

Os impostos sobre o rendimento (correntes ou diferidos) são reflectidos nos resultados do exercício, excepto nos casos em que as transacções que os originaram tenham sido reflectidas noutras rubricas de capital próprio. Nestas situações, o correspondente imposto é igualmente reflectido por contrapartida de capital próprio, não afectando o resultado do exercício.

O cálculo do imposto corrente dos períodos findos em 30 de Junho de cada uma das datas em análise foi apurado nos termos dos números 1 e 2 do Artigo 4.º, da Lei n.º 19 / 14, de 22 de Outubro, sendo a taxa de imposto aplicável de 30%.

As declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correcção por parte das autoridades fiscais durante um período de 5 anos, podendo resultar, devido a diferentes interpretações da legislação fiscal, em eventuais correcções ao lucro tributável dos exercícios de 2012 a 2016. No entanto, não é previsível que qualquer correcção relativa a estes exercícios venha a ocorrer e, caso ocorra, não são esperados impactos significativos nas Demonstrações financeiras.

Os prejuízos fiscais apurados em determinado exercício, conforme disposto no artigo 46.º do Código do Imposto Industrial, podem ser deduzidos aos lucros tributáveis dos três anos posteriores.

Os impostos diferidos são calculados com base nas taxas de imposto que se antecipa estarem em vigor à data da reversão das diferenças temporárias, as quais correspondem às taxas aprovadas ou substancialmente aprovadas na data de balanço.

A reconciliação da taxa de imposto, na parte respeitante ao montante reconhecido em resultados, pode ser analisada como segue, em termos individuais:

(milhares de kwanzas)

INDIVIDUAL		31/12/2018		31/12/2017
RESULTADO ANTES DE IMPOSTOS		41 389 425		6 012 325
Rendimentos excluídos de tributação	(85,5) %	(35 379 597)	30,0 %	1 802 654
(Mais)/Menos valias fiscais <i>versus</i> contabilísticas	-	-	-	-
Benefícios fiscais em rendimentos de títulos de dívida pública	-	-	-	-
Juros de empréstimos (detentores de capital ou suprimentos)	13,2 %	5 446 515	59,4 %	3 573 514
Provisões não previstas	20,1 %	8 324 284	-	-
(Proveitos)/Custos não dedutíveis	25,1 %	10 392 905	-	-
Alteração de estimativas	-	-	-	-
Alteração de taxas e base tributável decorrente de Reforma do Imposto Industrial	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-
Lucro Tributável		30 173 531		11 388 493
Prejuízo Fiscal	-	-	-	-
Prejuízo Fiscal exercícios anteriores	32,5 %	13 456 405		515 426 921
Matéria Colectável		16 717 126		-
Taxa de imposto	30,0 %	-	30,0 %	-
Imposto apurado com base na taxa de imposto		5 015 138		-
IMPOSTO APURADO	-	5 015 138	-	-
IMPOSTO DO EXERCÍCIO	-	-	-	-

Em termos consolidados:

(milhares de kwanzas)

CONSOLIDADO		31/12/2018		31/12/2017
RESULTADO ANTES DE IMPOSTOS		41 741 304		6 092 629
Rendimentos excluídos de tributação	(85,5) %	(35 379 597)	29,6 %	1 802 654
(Mais)/Menos valias fiscais <i>versus</i> contabilísticas	-	-	-	-
Benefícios fiscais em rendimentos de títulos de dívida pública	-	-	-	-
Juros de empréstimos (detentores de capital ou suprimentos)	13,2 %	5 446 515	58,7 %	3 573 514
Provisões não previstas	20,1 %	8 324 284	-	-
(Proveitos)/Custos não dedutíveis	26,0 %	10 764 393	-	-
Alteração de estimativas	-	-	-	-
Alteração de taxas e base tributável decorrente de Reforma do Imposto Industrial	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-
Lucro Tributável		30 896 898		11 468 797
Prejuízo Fiscal	-	-	-	-
Prejuízo Fiscal exercícios anteriores	32,5 %	13 456 405		515 426 921
Matéria Colectável		17 440 493		-
Taxa de imposto	30,0 %	-	30,0 %	-
Imposto apurado com base na taxa de imposto		5 232 148		-
IMPOSTO APURADO	-	5 232 148	-	-
IMPOSTO DO EXERCÍCIO	-	-	-	-

O Banco optou por não efectuar qualquer registo de imposto diferido activo, face aos resultados obtidos em exercícios passados.

Os proveitos dos títulos da dívida pública resultantes de Obrigações do Tesouro e de Bilhetes do Tesouro emitidos pelo Estado Angolano, até 31 de Dezembro de 2012, cuja emissão se encontra regulamentada pela Lei-quadro da Dívida Pública Directa (Lei n.º 16/02, de 5 de Dezembro), bem como pelos Decretos Regulamentares números 51/03 e 52/03, de 8 de Julho, gozam de isenção de todos os impostos. Tal facto é complementado pelo disposto na alínea c) do número 1 do Artigo 23º do Código do Imposto Industrial

(Lei n.º 18/92, de 3 de Julho), em vigor até 31 de Dezembro de 2014, onde é referido expressamente que não se consideram como proveitos os rendimentos que provierem de quaisquer títulos da dívida pública angolana, para efeitos do apuramento do Imposto Industrial a pagar.

Os proveitos dos títulos da dívida pública resultantes de Obrigações do Tesouro e de Bilhetes do Tesouro emitidos pelo Estado Angolano, após 31 de Dezembro de 2012 estão sujeitos a tributação em Imposto de Aplicação da Capitais, conforme definido na alínea k) do número 1 do artigo 9º do Decreto Legislativo Presidencial n.º 2/2014 de 20 de Outubro. Os rendimentos tributados em sede de Imposto de Aplicação de Capitais não estão

sujeitos a imposto Industrial, conforme disposto no artigo 47º do Código de Imposto Industrial (Lei n.º 19/14 de 12 de Outubro).

Desta forma, na determinação do lucro tributável para os períodos findos em 31 de Dezembro de cada uma das datas em análise, tais proveitos foram deduzidos ao lucro tributável.

De igual forma, o custo apurado com a liquidação de Imposto de Aplicação de Capitais, está excluído dos custos fiscalmente aceites para apuramento da matéria colectável, conforme disposto na alínea a) do número 1 do artigo 18º do Código de Imposto Industrial.

Os activos e passivos por impostos correntes reconhecidos em balanço em 31 de Dezembro de 2018 e 2017 podem ser analisados, em termos individuais, como segue:

(milhares de kwanzas)

INDIVIDUAL	31/12/2018	31/12/2017
PASSIVOS POR IMPOSTOS CORRENTES		
Impostos sobre os resultados correntes	5 015 138	-
Outros	42 496	24 843
TOTAL	5 057 634	24 843

Em termos consolidados:

(milhares de kwanzas)

CONSOLIDADO	31/12/2018	31/12/2017
PASSIVOS POR IMPOSTOS CORRENTES		
Impostos sobre os resultados correntes	5 232 148	57 293
Outros	83 425	434 017
TOTAL	5 315 573	491 310

De salientar que o Banco efectuou a liquidação do imposto sobre os resultados correntes, mencionado acima, no exercício de 2019 utilizando créditos fiscais que se encontram registados na rubrica de Outros activos (Nota 23).

Nota 29

Outros Passivos

A rubrica de Outros passivos a 31 de Dezembro de 2018 e 2017, em termos individuais é analisada como se segue:

(milhares de kwanzas)

INDIVIDUAL	31/12/2018	31/12/2017 Reexpresso (Nota 2)
Grupo ENSA	38 148 832	22 960 905
Encargos fiscais a pagar	1 011 102	235 834
Fornecedores	1 531 624	1 115 355
Contribuição para a Segurança Social	199 095	46 844
Outros	-	91 201
Operações a aguardar liquidação	3 733 113	2 583 951
Provisões para encargos com benefícios aos empregados	1 254 042	1 667 460
OUTROS PASSIVOS	45 877 808	28 701 550

E em termos consolidados:

(milhares de kwanzas)

CONSOLIDADO	31/12/2018	31/12/2017 Reexpresso (Nota 2)
Grupo ENSA	38 148 832	22 960 905
Encargos fiscais a pagar - retidos de terceiros	1 085 023	283 886
Fornecedores	1 786 476	1 115 355
Contribuição para a Segurança Social	199 095	46 844
Dividendos	3 862	3 862
Outros	-	91 201
Operações a aguardar liquidação	3 733 113	2 829 897
Provisões para encargos com benefícios aos empregados	1 276 868	1 728 101
OUTROS PASSIVOS	46 233 268	29 060 051

O valor registado na rubrica Grupo ENSA corresponde essencialmente às responsabilidades do Banco, em resultado da Operação de transmissão de direitos económicos sobre Activos. Estes valores sofreram alterações em virtude da liquidação de valores ao Grupo ENSA, bem como pela reestruturação da operação (ver Nota 36).

Estes montantes respeitam essencialmente a liquidações ocorridas nos créditos cedidos e os correspondentes

juros a pagar, totalizando a 31 de Dezembro de 2018 AOA 38.148.832 milhares, e em 2017 a AOA 22.960.905 milhares (ver Nota 36).

O valor registado como provisões para encargos com benefícios a empregados corresponde às responsabilidades adquiridas pelos colaboradores a 31 de Dezembro de 2018 respeitantes a férias e subsídio de férias.

Nota 30

Capital Social

Acções Ordinárias

Em 31 de Dezembro de 2018 e 2017, o capital social do Banco, no valor de AOA 72.000 milhões, encontrava-se representado por 72.000.000 acções ordinárias, com o valor unitário de AOA 1.000 e, com o contravalor em USD 9,90 à data da emissão, totalmente subscritas e realizadas por diferentes acionistas, de acordo com a lista infra:

(% Capital)

	31/12/2018	31/12/2017
Lektron Capital, S.A.	30,98%	30,98%
Geni, Novas Tecnologias, S.A.	19,90%	19,90%
Sonangol E.P.	16,00%	16,00%
Sonangol Vida, S.A.	16,00%	16,00%
Sonangol Holding, Lda.	7,40%	7,40%
Novo Banco, S.A.	9,72%	9,72%
	100,00%	100,00%

Nota 31

Reservas, Resultados Transitados, Outro Rendimento Integral e Interesses que não controlam

Reserva Legal

Esta rubrica é constituída integralmente pela Reserva legal, que só pode ser utilizada para cobrir prejuízos acumulados ou para aumentar o Capital.

A legislação angolana aplicável exige que a Reserva legal seja anualmente creditada com pelo menos 10% do lucro líquido anual, até à concorrência do capital social.

Os movimentos ocorridos na rubrica é apresentado em seguida, em termos individuais:

Outras Reservas e Resultados Transitados (milhares de kwanzas)

INDIVIDUAL	Reserva Legal e outras reservas	Resultados Transitados	Total Outras Reservas e Resultados Transitados
SALDO EM 1 DE JANEIRO DE 2017	23 903 096	(49 055 485)	(25 152 389)
Imparidade sobre iSUC a recuperar	-	(3 995 257)	(3 995 257)
Transferência para Resultados Transitados	-	(4 329 024)	(4 329 024)
Outros movimentos	-	(117 656)	(117 656)
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017	23 903 096	(57 497 422)	(33 594 326)
Constituição de Reservas	601 232	5 411 092	6 012 325
Adopção IFRS 9 - Nota 4	-	(7 936 681)	(7 936 681)
SALDO EM 01 DE JANEIRO DE 2018	24 504 329	(60 023 011)	(35 518 682)
Outros movimentos	-	-	-
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018	24 504 329	(60 023 011)	(35 518 682)

E em termos consolidados:

Outras Reservas e Resultados Transitados (milhares de kwanzas)

CONSOLIDADO	Reserva Legal e outras reservas	Resultados Transitados	Total Outras Reservas e Resultados Transitados
SALDO EM 1 DE JANEIRO DE 2017	23 903 096	(49 055 485)	(25 152 389)
Imparidade sobre iSUC a recuperar	-	(3 995 257)	(3 995 257)
Constituição de reservas	-	(4 326 888)	(4 326 888)
Outros movimentos	-	(117 656)	(117 656)
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017	23 903 096	(57 495 285)	(33 592 189)
Constituição de reservas	601 232	5 407 615	6 008 847
Adopção IFRS 9 - Nota 4	-	(7 935 338)	(7 935 338)
SALDO EM 01 DE JANEIRO DE 2018	24 504 329	(60 023 011)	(35 518 681)
Outros movimentos	-	-	-
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018	24 504 329	(60 023 011)	(35 518 681)

A rubrica de Outros movimentos em 2018 e em 2017 respeita a ajustamentos efectuados aos saldos de anos anteriores, associados essencialmente ao valor das participações financeiras.

Reservas de Justo Valor

As reservas de justo valor representam as mais e menos valias potenciais líquidas de imparidade reconhecida em resultados no exercício e/ou em exercícios anteriores. O valor desta reserva é apresentado líquido de imposto diferido.

Interesses que não controlam

O detalhe da rubrica de Interesses que não controlam por subsidiária é como segue:

(milhares de kwanzas)

31/12/2018	Balanço	Resultados	% Interesses que não controlam
Económico Fundos de Investimento	715 285	101 650	36,00%
Económico Fundos de Pensões	48 137	10 881	3,78%
	763 422	112 531	

(milhares de kwanzas)

31/12/2017	Balanço	Resultados	% Interesses que não controlam
Económico Fundos de Investimento	683 978	48 623	37%
Económico Fundos de Pensões	36 714	(22 134)	37%
	720 692	26 489	

Nota 32

Garantias e outros Compromissos

Esta rubrica é apresentada como segue, em termos individuais e consolidados:

(milhares de kwanzas)

	31/12/2018	31/12/2017
Garantias e avals prestados	62 192 582	79 610 231
Garantias e avals recebidos	(265 459 600)	(173 501 469)
Compromissos assumidos perante terceiros	9 836 245	8 623 408
Compromissos assumidos por terceiros	(15 515 000)	(15 515 000)
Responsabilidades relacionadas prestação de serviços bancários	154 913 107	145 215 448
Valores recebidos em depósitos	(40 883 016)	(12 441 350)
OUTRAS GARANTIAS E OUTROS COMPROMISSOS	(94 915 682)	31 991 268

Os montantes de garantias e avales prestados e os compromissos perante terceiros são analisados como segue, em termos individuais e consolidados:

31/12/2018	Stage 1		Stage 2		Stage 3		Total	
	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade
GARANTIAS E AVALES PRESTADOS								
Garantias e avales	5 804 927	130 625	3 112	169	7 744 979	6 738 975	13 553 018	6 869 769
Créditos documentários	20 822 219	229 892	10 104 762	313 517	17 712 583	1 584 673	48 639 564	2 128 083
	26 627 145	360 517	10 107 874	313 687	25 457 563	8 323 648	62 192 582	8 997 852
COMPROMISSOS PERANTE TERCEIROS								
Linhas de crédito irrevogáveis	1 216 001	6 217	2 047 690	96 075	1 303 822	682 407	4 567 513	784 699
Linhas de crédito revogáveis	1 904 655	15 743	3 129 452	78 274	234 625	26 353	5 268 732	120 370
	3 120 656	21 960	5 177 142	174 349	1 538 447	708 760	9 836 245	905 069

(milhares de kwanzas)

01/01/2018	Stage 1		Stage 2		Stage 3		Total	
	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade
GARANTIAS E AVALES PRESTADOS								
Garantias e avales	8 567 867	91 636	-	-	3 271 867	747 896	11 839 734	839 532
Créditos documentários	12 897 444	219 886	32 131 544	2 058 686	22 741 510	2 078 214	67 770 497	4 356 786
	21 465 311	311 522	32 131 544	2 058 686	26 013 376	2 826 110	79 610 231	5 196 318
COMPROMISSOS PERANTE TERCEIROS								
Linhas de crédito irrevogáveis	1 216 001	4 095	2 046 385	35 176	1 303 822	7 022	4 566 208	46 293
Linhas de crédito revogáveis	693 123	35 176	3 129 452	556 999	234 625	20 731	4 057 200	612 907
	1 909 124	39 271	5 175 837	592 175	1 538 447	27 753	8 623 408	659 199

(milhares de kwanzas)

As garantias e os avales prestados são operações bancárias que não se traduzem por mobilização de fundos por parte do Banco.

Os créditos documentários são compromissos irrevogáveis, por parte do Banco, por conta dos seus clientes, de pagar / mandar pagar um montante determinado ao fornecedor de uma dada mercadoria ou serviço, dentro de um prazo estipulado, contra a apresentação de documentos referentes à expedição da mercadoria ou prestação do serviço. A condição de irrevogável consiste no facto de não ser viável o seu cancelamento ou alteração sem o acordo expresso de todas as partes envolvidas.

Os compromissos revogáveis e irrevogáveis apresentam acordos contratuais para a concessão de crédito com os clientes do Banco (por exemplo linhas de crédito não utilizadas) os quais, de forma geral, são contratados por prazos fixos ou com outros requisitos de expiração e, normalmente, requerem o pagamento de uma comissão. Substancialmente todos os compromissos de concessão de crédito em vigor requerem que os clientes mantenham determinados requisitos verificados aquando da contratação dos mesmos.

Não obstante as particularidades destes compromissos, a apreciação destas operações obedece aos mesmos princípios básicos de uma qualquer outra operação comercial, nomeadamente o da solvabilidade, do cliente, do negócio que lhe está subjacente, sendo que o Banco requer que estas operações sejam devidamente colateralizadas quando necessário. Uma vez que é expectável que a maioria dos mesmos expire sem ter sido utilizado, os montantes indicados não representam necessariamente necessidades de caixa futuras.

Os instrumentos financeiros contabilizados como Garantias e outros compromissos estão sujeitos aos mesmos procedimentos de aprovação e controlo aplicados à carteira de crédito nomeadamente quanto à avaliação da adequação das provisões constituídas tal como descrito na política contabilística presente na Nota 3.3 a exposição máxima de crédito é representada pelo valor nominal que poderia ser perdido relativo aos passivos contingentes e outros compromissos assumidos pelo Banco na eventualidade de incumprimento pelas respectivas contrapartes, sem ter em consideração potenciais recuperações de crédito ou colaterais.

O Banco presta serviços de custódia, gestão de património, gestão de investimentos e serviços de assessoria que envolvem a tomada de decisões de compra e venda de diversos tipos de instrumentos financeiros. Para determinados serviços prestados são estabelecidos objectivos e níveis de rentabilidade para os activos sob gestão.

Adicionalmente, as responsabilidades evidenciadas em contas extrapatrimoniais relacionadas com a prestação de serviços bancários são como segue:

(milhares de kwanzas)

	31/12/2018	31/12/2017
Depósito e guarda de valores	154 267 737	144 870 571
Valores recebidos para cobrança	89 197	53 954
Crédito securitizado sob gestão (<i>servicing</i>)	-	-
Outras responsabilidades por prestação de serviços	556 174	290 923
	154 913 107	145 215 448

O Banco, no âmbito da actividade fiduciária procede à custódia de valores de clientes. O reconhecimento nas rubricas extrapatrimoniais encontra-se descrito na política contabilística da Nota 2.19.

Nota 33

Transacções com Partes Relacionadas

Uma parte relacionada é uma pessoa ou entidade relacionada com a entidade que está a preparar as suas demonstrações financeiras.

Entende-se por parte relacionada:

A.

Uma pessoa ou um membro íntimo da sua família é relacionado com uma entidade relatora se tiver o controlo ou controlo conjunto da entidade relatora, se tiver uma influência significativa sobre a entidade relatora ou se for membro do pessoal chave da gerência da entidade relatora ou de uma empresa-mãe dessa entidade relatora;

B.

Uma entidade é relacionada com uma entidade relatora se estiver cumprida qualquer uma das seguintes condições:

- A entidade e a entidade relatora são membros de um mesmo grupo (o que implica que as empresas-mãe, subsidiárias e subsidiárias colegas estão relacionadas entre si);
- Uma entidade é associada ou constitui um empreendimento comum da outra entidade (ou é associada ou constitui um empreendimento comum de um membro de um grupo a que pertence a outra entidade);
- Ambas as entidades são empreendimentos comuns da mesma parte terceira;
- Uma entidade representa um empreendimento comum da entidade terceira e a outra entidade é associada da entidade terceira;
- A entidade é um plano de benefícios pós-emprego a favor dos empregados da entidade relatora ou de uma entidade relacionada com a entidade relatora. Se uma entidade relatora for ela própria um plano desse tipo, os empregadores promotores são também relacionados com a entidade relatora;
- A entidade é controlada ou conjuntamente controlada por uma pessoa identificada na alínea a);
- Uma pessoa identificada na alínea (a)(i) detém uma influência significativa sobre a entidade ou é membro do pessoal chave da gerência da entidade (ou de uma empresa-mãe da entidade).

O valor das transacções do Banco com subsidiárias e associadas em 31 de Dezembro de 2018 e em 2017, assim como os respectivos custos e proveitos reconhecidos no período em análise, resume-se como segue, em termos individuais:

(milhares de kwanzas)

31/12/2018	Activos	Passivos	Garantias	Proveitos	Custos
EMPRESAS SUBSIDIÁRIAS					
Economico Fundos Investimento	-	(2 313 557)	-	(101)	34 574
Economico Fundos Pensões	-	(614 336)	-	(3 026)	976
	-	(2 927 892)	-	(3 128)	35 550
EMPRESAS ASSOCIADAS					
Tranquilidade	906	(7 784 318)	-	(305)	1 841 970
	906	(7 784 318)	-	(305)	1 841 970

(milhares de kwanzas)

31/12/2017	Ativos	Passivos	Garantias	Proveitos	Custos
EMPRESAS SUBSIDIÁRIAS					
Economico Fundos Investimento	-	(2 016 573)	-	(131)	13 960
Economico Fundos Pensões	53 380	(16 510)	-	(52)	-
	53 380	(2 033 082)	-	(184)	13 960
EMPRESAS ASSOCIADAS					
Tranquilidade	128 473	(5 377 207)	-	(533)	116 947
	128 473	(5 377 207)	-	(533)	116 947

E em termos consolidados:

(milhares de kwanzas)

31/12/2018	Activos	Passivos	Garantias	Proveitos	Custos
EMPRESAS ASSOCIADAS					
Tranquilidade	906	(7 784 318)	-	(305)	1 841 970
	906	(7 784 318)	-	(305)	1 841 970

(milhares de kwanzas)

31/12/2017	Activos	Passivos	Garantias	Proveitos	Custos
EMPRESAS ASSOCIADAS					
Tranquilidade	128 473	(5 377 207)	-	(533)	116 947
	128 473	(5 377 207)	-	(533)	116 947

Em 31 de Dezembro de 2018 e 2017, o montante global dos activos e passivos do Banco que se referem a operações realizadas com accionistas, para além das acima referidas, resume-se como segue:

Activos										(milhares de kwanzas)
31/12/2018	Aplicações em instituições de crédito	Crédito	Títulos	Outros	Total	Garantias	Passivos	Proveitos	Custos	
ACCIONISTAS										
NOVO BANCO S.A.	65 594 357	-	-	-	65 594 357	-	(132 259 487)	485 110	(6 846 303)	
GENI	-	-	-	-	-	-	(102 884 464)	(115)	(1 478 723)	
LEKTRON CAPITAL SA	-	-	-	-	-	-	(437 368)	-	-	
FUNDO DE PENSÕES										
BESA OPCOES DE REFORMA	-	-	-	-	-	-	(739 597)	89	(47 567)	
TOTAL	65 594 357	-	-	-	65 594 357	-	(236 320 917)	485 084	(8 372 593)	

Activos										(milhares de kwanzas)
31/12/2017	Aplicações em instituições de crédito	Crédito	Títulos	Outros	Total	Garantias	Passivos	Proveitos	Custos	
ACCIONISTAS										
NOVO BANCO S.A.	14 150 615	-	-	-	14 150 615	-	(106 775 758)	119 434	(5 211 768)	
GENI	-	-	-	-	-	-	(12 286 873)	1 098	(399 763)	
LEKTRON CAPITAL SA	-	-	-	-	-	-	(437 426)	38	-	
FUNDO DE PENSÕES										
BESA OPCOES DE REFORMA	-	-	-	-	-	-	(1 017 150)	1 207	(30 459)	
TOTAL	14 150 615	-	-	-	14 150 615	-	(120 517 205)	121 778	(5 641 990)	

Importa salientar que a variação ocorrida ao nível dos Passivos com o Novo Banco S.A. decorre da desvalorização cambial do Kwanza face ao US Dólar dado que o passivo subordinado se mantém em USD 424.860 milhares.

Os custos com remunerações e outros benefícios atribuídos ao pessoal chave da gestão do Banco (de curto e longo prazo) são apresentados como segue:

Conselho de Administração				(milhares de kwanzas)	
31/12/2018	Comissão Executiva	Outros Elementos	Total	Outro pessoal chave da gestão	Total
31 DE DEZEMBRO DE 2018					
Remunerações e outros benefícios de curto prazo	1 307 461	12 909	1 320 370	2 169 986	3 490 356
Remunerações variáveis	776 627	-	776 627	568 651	1 345 279
SUB TOTAL	2 084 088	12 909	2 096 997	2 738 638	4 835 635
Benefícios de longo prazo e outros encargos sociais	43 038	-	43 038	120 332	163 369
TOTAL	2 127 126	12 909	2 140 035	2 858 969	4 999 004
31 DE DEZEMBRO DE 2017					
Remunerações e outros benefícios de curto prazo	307 117	3 970 298	4 277 415	1 587 991	5 865 406
Remunerações variáveis	852 457	504 132	1 356 589	283 566	1 640 155
SUB TOTAL	1 159 574	4 474 429	5 634 004	1 871 557	7 505 561
Benefícios de longo prazo e outros encargos sociais	221 645	759 970	981 615	396 113	1 377 728
TOTAL	1 381 219	5 234 400	6 615 619	2 267 670	8 883 289

Considera-se "Outro pessoal chave da gestão" os Directores Coordenadores e os Directores Executivos.

Todas as transacções efectuadas com partes relacionadas são realizadas a preços normais de mercado, obedecendo ao princípio do justo valor.

Nota 34

Justo Valor de Activos e Passivos Financeiros

O justo valor tem como base as cotações de mercado, sempre que estes se encontrem disponíveis. No entanto, o mercado financeiro local é pouco dinâmico e o maior número de transacções financeiras ainda é feito em OTC (mercado de balcão) existindo um número reduzido de operações efectuadas na Bolsa de Valores (BODIVA). Tal realidade faz com que as cotações de mercado, na maioria das vezes, não representam o valor efectivo dos activos/ou títulos avaliados tendo em conta a realidade em que a instituição opera.

Neste contexto e com a informação de mercado disponível, o justo valor obtido encontra-se influenciado pelos parâmetros utilizados no modelo de avaliação, que necessariamente incorporam algum grau de subjectividade, e reflecte exclusivamente o valor atribuído aos diferentes instrumentos financeiros.

O justo valor dos activos e passivos financeiros para o Banco é apresentado como se segue, em termos individuais:

INDIVIDUAL 31/12/2018	Custo de Aquisição / Custo Amortizado líquido de imparidade	Valorizados ao Justo Valor			Total Valor de Balanço	Justo Valor
		Cotações de mercado (Nível 1)	Modelos de valorização com parâmetros observáveis no mercado (Nível 2)	Modelos de valorização com parâmetros não observáveis no mercado (Nível 3)		
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	194 901 353	-	-	-	194 901 353	194 901 353
Disponibilidades em outras instituições de crédito	53 976 813	-	-	-	53 976 813	53 976 813
Aplicações em bancos centrais e em outras instituições de crédito	109 871 667	-	-	-	109 871 667	109 871 667
Justo valor através de resultados	-	4 392 478	-	-	4 392 478	4 392 478
Títulos	-	4 392 478	-	-	4 392 478	4 392 478
Obrigações de emissores públicos	-	4 392 478	-	-	4 392 478	4 392 478
Derivados	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-
Justo valor através de outro rendimento integral	99 862	-	-	-	99 862	99 862
Títulos	99 862	-	-	-	99 862	99 862
Ações	99 862	-	-	-	99 862	99 862
Custo Amortizado	177 425 058	-	-	-	177 425 058	177 425 058
Obrigações de emissores públicos	177 425 058	-	-	-	177 425 058	177 425 058
Crédito a clientes	124 537 742	-	-	-	124 537 742	118 131 089
Outros activos	644 010 772	-	-	-	644 010 772	644 010 772
ACTIVOS FINANCEIROS	1304 823 265	4 392 478	-	-	1309 215 743	1302 809 091
Recursos de bancos centrais e de outras instituições de crédito	29 334 097	-	-	-	29 334 097	29 334 097
Responsabilidades representadas por títulos	-	-	-	-	-	-
Passivos financeiros detidos para negociação	-	-	-	-	-	-
Recursos de outras instituições de crédito	-	-	-	-	-	-
Recursos de clientes e outros empréstimos	977 964 163	-	81 158 257	-	1059 122 420	1059 122 420
Passivos subordinados	132 262 143	-	-	-	132 262 143	132 262 143
Outros passivos	45 877 808	-	-	-	45 877 808	45 877 808
PASSIVOS FINANCEIROS	1185 438 211	-	81 158 257	-	1266 596 468	1266 596 468

(milhares de kwanzas)

E em termos consolidados:

CONSOLIDADO 31/12/2018	Custo de Aquisição / Custo Amortizado líquido de imparidade	Valorizados ao Justo Valor			Total Valor de Balanço	Justo Valor
		Cotações de mercado (Nível 1)	Modelos de valorização com parâmetros observáveis no mercado (Nível 2)	Modelos de valorização com parâmetros não observáveis no mercado (Nível 3)		
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	194 901 353	-	-	-	194 901 353	194 901 353
Disponibilidades em outras instituições de crédito	53 976 813	-	-	-	53 976 813	53 976 813
Aplicações em bancos centrais e em outras instituições de crédito	109 871 667	-	-	-	109 871 667	109 871 667
Justo valor através de resultados	-	4 392 478	-	-	4 392 478	4 392 478
Títulos	-	4 392 478	-	-	4 392 478	4 392 478
Obrigações de emissores públicos	-	4 392 478	-	-	4 392 478	4 392 478
Derivados	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-
Justo valor através de outro rendimento integral	99 862	-	-	-	99 862	99 862
Títulos	99 862	-	-	-	99 862	99 862
Ações	99 862	-	-	-	99 862	99 862
Custo Amortizado	177 490 904	-	-	-	177 490 904	177 490 904
Obrigações de emissores públicos	177 490 904	-	-	-	177 490 904	177 490 904
Crédito a clientes	124 537 742	-	-	-	124 537 742	118 131 089
Outros activos	644 385 487	-	-	-	644 385 487	644 385 487
ACTIVOS FINANCEIROS	1305 263 827	4 392 478	-	-	1309 656 305	1303 249 652
Recursos de bancos centrais e de outras instituições de crédito	29 333 360	-	-	-	29 333 360	29 333 360
Responsabilidades representadas por títulos	-	-	-	-	-	-
Passivos financeiros detidos para negociação	-	-	-	-	-	-
Recursos de outras instituições de crédito	-	-	-	-	-	-
Recursos de clientes e outros empréstimos	975 042 786	-	81 158 257	-	1056 201 043	1056 201 043
Passivos subordinados	132 262 143	-	-	-	132 262 143	132 262 143
Outros passivos	46 233 268	-	-	-	46 233 268	46 233 268
PASSIVOS FINANCEIROS	1182 871 557	-	81 158 257	-	1264 029 814	1264 029 814

(milhares de kwanzas)

E em 2017, em termos individuais e consolidados, respectivamente:

INDIVIDUAL 31/12/2017	Custo de Aquisição / Custo Amortizado líquido de imparidade	Valorizados ao Justo Valor			Total Valor de Balanço	Justo Valor
		Cotações de mercado (Nível 1)	Modelos de valorização com parâmetros observáveis no mercado (Nível 2)	Modelos de valorização com parâmetros não observáveis no mercado (Nível 3)		
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	138 549 166	-	-	-	138 549 166	138 549 166
Disponibilidades em outras instituições de crédito	34 755 931	-	-	-	34 755 931	34 755 931
Aplicações em bancos centrais e em outras instituições de crédito	81 968 105	-	-	-	81 968 105	81 968 105
Justo valor através de resultados	-	-	1 635	-	1 635	1 635
Derivados	-	-	1 635	-	1 635	1 635
Outros	-	-	1 635	-	1 635	1 635
Justo valor através de outro rendimento integral	102 125	-	-	-	102 125	102 125
Títulos	102 125	-	-	-	102 125	102 125
Ações	102 125	-	-	-	102 125	102 125
Custo Amortizado	148 619 748	-	-	-	148 619 748	148 619 748
Obrigações de emissores públicos	148 619 748	-	-	-	148 619 748	148 619 748
Crédito a clientes	178 835 613	-	-	-	178 835 613	174 976 056
Outros activos	283 681 147	-	-	-	283 681 147	283 681 147
ACTIVOS FINANCEIROS	866 511 835	-	1 635	-	866 513 470	862 653 914
Recursos de bancos centrais e de outras instituições de crédito	119 894 301	-	-	-	119 894 301	119 894 301
Responsabilidades representadas por títulos	-	-	-	-	-	-
Passivos financeiros detidos para negociação	-	-	1 157	-	1 157	1 157
Recursos de outras instituições de crédito	-	-	-	-	-	-
Recursos de clientes e outros empréstimos	613 855 775	-	37 977 827	-	651 833 602	651 833 602
Passivos subordinados	71 111 361	-	-	-	71 111 361	71 111 361
Outros passivos	28 701 550	-	-	-	28 701 550	28 701 550
PASSIVOS FINANCEIROS	833 562 987	-	37 978 984	-	871 541 971	871 541 971

(milhares de kwanzas)

Valorizados ao Justo Valor

(milhares de kwanzas)

CONSOLIDADO 31/12/2017	Custo de Aquisição / Custo Amortizado líquido de imparidade		Cotações de mercado (Nível 1)	Modelos de valorização com parâmetros observáveis no mercado (Nível 2)	Modelos de valorização com parâmetros não observáveis no mercado (Nível 3)	Total Valor de Balanço	Justo Valor
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	138 549 167		-	-	-	138 549 167	138 549 167
Disponibilidades em outras instituições de crédito	34 944 313		-	-	-	34 944 313	34 944 313
Aplicações em bancos centrais e em outras instituições de crédito	81 968 105		-	-	-	81 968 105	81 968 105
Justo valor através de resultados	-		-	1 635	-	1 635	1 635
Derivados	-		-	1 635	-	1 635	1 635
Outros	-		-	1 635	-	1 635	1 635
Justo valor através de outro rendimento integral	102 125		-	-	-	102 125	102 125
Títulos	102 125		-	-	-	102 125	102 125
Ações	102 125		-	-	-	102 125	102 125
Custo Amortizado	148 619 748		-	-	-	148 619 748	148 619 748
Obrigações de emissores públicos	148 619 748		-	-	-	148 619 748	148 619 748
Crédito a clientes	178 818 324		-	-	-	178 818 324	174 976 056
Outros activos	283 873 662		-	-	-	283 873 662	283 873 662
ACTIVOS FINANCEIROS	866 875 443		-	1 635	-	866 877 078	863 034 811
Recursos de bancos centrais e de outras instituições de crédito	119 894 301		-	-	-	119 894 301	119 894 301
Responsabilidades representadas por títulos	-		-	-	-	-	-
Passivos financeiros detidos para negociação	-		-	1 157	-	1 157	1 157
Recursos de outras instituições de crédito	-		-	-	-	-	-
Recursos de clientes e outros empréstimos	611 834 157		-	37 977 827	-	649 811 984	649 811 984
Passivos subordinados	71 111 361		-	-	-	71 111 361	71 111 361
Outros passivos	29 060 051		-	-	-	29 060 051	29 060 051
PASSIVOS FINANCEIROS	831 899 870		-	37 978 984	-	869 878 854	869 878 854

O Banco utiliza a seguinte hierarquia de justo valor, com três níveis na valorização de instrumentos financeiros (activos ou passivos), a qual reflecte o nível de julgamento, a observabilidade dos dados utilizados e a importância dos parâmetros aplicados na determinação da avaliação do justo valor do instrumento, de acordo com o disposto na IFRS 13:

Nível 1

O justo valor é determinado com base em preços cotados não ajustados, capturados em transacções em mercados activos envolvendo instrumentos financeiros idênticos aos instrumentos a avaliar. Existindo mais que um mercado activo para o mesmo instrumento financeiro, o preço relevante é o que prevalece no mercado principal do instrumento, ou o mercado mais vantajoso para os quais o acesso existe;

Nível 2

O justo valor é apurado a partir de técnicas de avaliação suportadas em dados observáveis em mercados activos, sejam dados directos (preços, taxas, spreads, entre outras informações) ou indirectos (derivados), e pressupostos de valorização semelhantes aos que uma parte não relacionada usaria na estimativa do justo valor do mesmo instrumento financeiro. Inclui ainda instrumentos cuja valorização é obtida através de cotações divulgadas por entidades independentes, mas cujos mercados têm liquidez mais reduzida; e,

Nível 3

O justo valor é determinado com base em dados não observáveis em mercados activos, com recurso a técnicas e pressupostos que os participantes do mercado utilizariam para avaliar os mesmos instrumentos, incluindo hipóteses acerca dos riscos inerentes, à técnica de avaliação utilizada e aos inputs utilizados e contemplados processos de revisão da acuidade dos valores assim obtidos.

O Banco considera um mercado activo para um dado instrumento financeiro, na data de mensuração, dependendo do volume de negócios e da liquidez das operações realizadas, da volatilidade relativa dos preços cotados e da prontidão e disponibilidade da informação, devendo, para o efeito verificar as seguintes condições mínimas:

- Existência de cotações diárias frequentes de negociação no último ano;
- As cotações acima mencionadas alteram-se com regularidade;

- Existem cotações executáveis de mais do que uma entidade;
- Um parâmetro utilizado numa técnica de valorização é considerado um dado observável no mercado se estiverem reunidas as condições seguintes:
 - Se o seu valor é determinado num mercado activo;
 - Se existe um mercado OTC e é razoável assumir-se que se verificam as condições de mercado activo, com a excepção da condição de volumes de negociação; e,
 - O valor do parâmetro pode ser obtido pelo cálculo inverso dos preços dos instrumentos financeiros e ou derivados onde os restantes parâmetros necessários à avaliação inicial são observáveis num mercado líquido ou num mercado OTC que cumprem com os parágrafos anteriores.

As principais metodologias e pressupostos utilizados na estimativa do justo valor dos activos e passivos financeiros registados no balanço ao custo amortizado são analisados como segue:

Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais, Disponibilidades em outras Instituições de Crédito e Aplicações em Bancos Centrais e em outras Instituições de Crédito

Estes activos são de liquidez elevada e de muito curto prazo pelo que o valor de balanço é uma estimativa razoável do seu respectivo justo valor.

Activos e Passivos Financeiros ao justo valor através de resultados, justo valor através de outro rendimento integral.

Estes instrumentos financeiros estão contabilizados ao justo valor. O justo valor tem como base as cotações de mercado (*Bid-price*), sempre que estas se encontrem disponíveis. Caso estas não existam, o cálculo do justo valor assenta na utilização de modelos numéricos, baseados em técnicas de desconto de fluxos de caixa que, para estimar o justo valor, utilizam as curvas de taxa de juro de mercado ajustadas pelos factores associados, predominantemente o risco de crédito e o risco de liquidez, determinados de acordo com as condições de mercado e prazos respectivos.

As taxas de juro de mercado são apuradas com base em informação difundida pelos fornecedores de conteúdos

financeiros [Reuters, Bloomberg ou outros] mais concretamente as que resultam das cotações dos *swaps* de taxa de juro. Os valores respeitantes às taxas de muito curto prazo são obtidos de fonte semelhante, mas referentes ao mercado monetário interbancário. As taxas de juro para os prazos específicos dos fluxos de caixa são determinadas por métodos de interpolação adequados. As mesmas curvas de taxa de juro são ainda utilizadas na projecção dos fluxos de caixa não determinísticos como por exemplo os indexantes.

Custo Amortizado

O Banco detém na sua carteira de investimentos ao custo amortizado, um conjunto de obrigações em moeda nacional e Estrangeira que representam um valor significativo dos seus investimentos, tendo o Banco como o objectivo a captação de fluxos financeiros no médio longo prazo. Contudo, o Banco considera para que a quase totalidade dos títulos que detém em carteira não identifica mercado activo que permita apurar o referido justo valor, considerando nesse caso o custo amortizado como uma aproximação de justo valor.

Crédito a Clientes

O justo valor do crédito a clientes é estimado com base na actualização dos fluxos de caixa esperados de capital e de juros, considerando que as prestações são pagas nas datas contratualmente definidas. Os fluxos de caixa futuros esperados das carteiras de crédito homogéneas, como por exemplo o crédito à habitação, são estimados numa base de portfólio. As taxas de desconto utilizadas são as taxas actuais praticadas para empréstimos com características similares.

Outros Activos

Actualmente o Banco têm um valor a receber do Grupo ENSA contraído junto do Novo Banco, com maturidade residual superior a 5 anos, com taxa de juro de 7% contudo o Banco dado a especificidade do activo considera dado o prazo residual muito longo prazo não existir dados de mercado razoáveis para o apuramento do justo valor, desta forma o activo encontra-se apresentado pelo seu valor contabilístico, adicionalmente o seu justo valor encontra-se em análise conforme mencionado na Nota 36.

Recursos de Bancos Centrais e outras Instituições de Crédito

O justo valor destes passivos é estimado com base na actualização dos fluxos de caixa esperados de capital e juros, considerando que os pagamentos de prestações ocorrem nas datas contratualmente definidas.

Tendo em conta que as taxas de juro aplicáveis são renovadas por períodos inferiores a um ano, assim como a maturidade destes recursos, não existem diferenças materialmente relevantes no seu justo valor.

Recursos de Clientes e outros Empréstimos

O justo valor destes instrumentos financeiros é estimado com base na actualização dos fluxos de caixa esperados de capital e de juros. A taxa de desconto utilizada é a que reflecte as taxas praticadas para os depósitos com características similares à data do balanço. Considerando que as taxas de juro aplicáveis são renovadas por períodos inferiores a um ano, não existem diferenças materialmente relevantes no seu justo valor.

Responsabilidades representadas por Títulos e Passivos Subordinados

O justo valor é baseado em cotações de mercado quando disponíveis; caso não existam, é estimado com base na actualização dos fluxos de caixa esperados de capital e juros no futuro para estes instrumentos. Caso estas não existam, o cálculo do justo valor assentou na utilização de modelos numéricos, baseados em técnicas de desconto de fluxos de caixa que, para estimar o justo valor, utilizam as curvas de taxa de juro de mercado ajustadas pelos factores associados, predominantemente o risco de crédito e a margem comercial, esta última apenas no caso de emissões colocadas nos clientes não institucionais do Banco.

Atualmente o Banco têm um passivo subordinado contraído junto do Novo Banco, com maturidade residual superior a 5 anos, com taxa de juro de 5% contudo o Banco considera que a taxa de remuneração do título é similar à taxa de mercado paga pelo Banco para maturidades e moeda similares, pelo que considera não existirem diferenças materialmente relevantes entre o seu justo valor e o valor contabilístico. Os principais parâmetros utilizados, durante os exercícios de 2018 e 2017 nos modelos de valorização foram os seguintes:

Curvas de Taxas de Juro

As taxas de curto prazo apresentadas reflectem os valores indicativos praticados em mercado monetário, sendo que para o longo prazo os valores apresentados representam as cotações para *swap* de taxa de juro para os respectivos prazos:

	31/12/2017			31/12/2018 (%)		
	AOA	EUR	USD	AOA	EUR	USD
Overnight	17,77%	n.a.	1,43%	16,75%	n.a.	2,38%
1 mês	18,27%	-0,37%	1,56%	16,81%	-0,36%	2,50%
3 meses	18,92%	-0,33%	1,69%	17,09%	-0,31%	2,81%
6 meses	20,16%	-0,27%	1,84%	17,35%	-0,24%	2,88%
9 meses	21,90%	-0,22%	n.a.	17,82%	-0,19%	n.a.
1 ano	23,08%	-0,19%	2,11%	17,99%	-0,12%	3,01%

Câmbios e Volatilidades Cambiais

Seguidamente apresentam-se as taxas de câmbio (Banco Nacional de Angola) à data de balanço e as volatilidades implícitas (*at the money*) para os principais pares de moedas, utilizadas na avaliação dos derivados:

Cambial	Volatilidade (%)						
	31/12/2017	31/12/2018	1 mês	3 meses	6 meses	9 meses	1 ano
AOA/USD	165,924	308,607	0,32%	1,66%	4,47%	5,72%	13,99%
AOA/EUR	185,400	353,015	1,26%	2,22%	4,44%	5,07%	15,06%
3 meses	18,92%	18,92%	18,92%	-0,33%	1,69%	17,09%	-0,31%
6 meses	20,16%	20,16%	20,16%	-0,27%	1,84%	17,35%	-0,24%
9 meses	21,90%	21,90%	21,90%	-0,22%	n.a.	17,82%	-0,19%
1 ano	23,08%	23,08%	23,08%	-0,19%	2,11%	17,99%	-0,12%

Relativamente às taxas de câmbio, o grupo utiliza nos seus modelos de avaliação a taxa *spot* observada no mercado no momento da avaliação.

Nota 35

Gestão de Riscos da Actividade

O Banco está sujeito a riscos de diversa ordem no âmbito do desenvolvimento da sua actividade. A gestão dos riscos é efectuada de forma centralizada em relação aos riscos específicos de cada negócio.

A política de gestão de risco do Banco visa a manutenção regular da adequação dos seus capitais próprios à actividade desenvolvida, assim como a correspondente avaliação do perfil de risco/retorno por segmento de negócio.

Neste âmbito, assume uma particular relevância o acompanhamento e controlo dos principais tipos de riscos - estratégico, crédito, mercado, liquidez, imobiliário, operacional e reputacional - a que se encontra sujeita a actividade do Banco.

Principais Categorias de Risco

Estratégico – Os elementos-chave da estratégia envolvem a definição de áreas de crescimento do negócio, metas de rentabilidade, liquidez e gestão de capital. A estratégia do banco é definida pelo CEO e Comissão Executiva. "Risco estratégico" significa o risco de impacto actual ou potencial nos proveitos, capital, reputação do Banco, ou capacidade de sobrevivência, decorrente de mudanças no ambiente, de decisões estratégicas adversas, implementação inadequada de decisões, ou a falta de capacidade de resposta às mudanças sociais, económicas ou tecnológicas.

Crédito – O risco de crédito encontra-se associado ao grau de incerteza de recuperação do investimento e do seu retorno, por incapacidade quer de um devedor (e do seu garante, se existir), provocando deste modo uma perda financeira para o credor. O risco de crédito encontra-se patente em títulos de dívida ou outros saldos a receber.

Mercado – O conceito de risco de mercado reflecte a perda potencial que pode ser registada por uma determinada carteira em resultado de alterações de taxas (de juro e de câmbio) e/ou dos preços dos diferentes instrumentos financeiros que a compõem, considerando quer as correlações existentes entre eles, quer as respectivas volatilidades. Assim, o Risco de Mercado engloba o risco de taxa de juro, cambial e outros riscos de preço.

Liquidez – O risco de liquidez reflecte a incapacidade de o Banco cumprir com as suas obrigações associadas a passivos

financeiros a cada data de vencimento, sem incorrer em perdas significativas decorrentes de uma degradação das condições de acesso ao financiamento (risco de financiamento) e/ou de venda dos seus activos por valores inferiores aos valores habitualmente praticados em mercado (risco de liquidez de mercado).

Imobiliário - O risco imobiliário resulta de possíveis impactos negativos nos resultados ou nível de capital do Banco, devido a oscilações no preço de mercado dos bens imobiliários.

Operacional – Como risco operacional entende-se a perda potencial resultante de falhas ou inadequações nos processos internos, nas pessoas ou nos sistemas, ou ainda as perdas potenciais resultantes de eventos externos.

Reputacional – A reputação desempenha um papel fundamental na sustentabilidade de qualquer Banco. A Gestão do Risco Reputacional é na sua essência uma forma de proteger o Banco face a potenciais ameaças de reputação e servir de alerta ou aviso para a possibilidade de ocorrer uma crise com impactos na percepção e expectativas do meio envolvente do Banco.

Organização Interna

De acordo com o enquadramento regulamentar definido pelo BNA, o Banco Económico estabeleceu um Sistema de Gestão de Risco, com um conjunto integrado de políticas e processos, incluindo procedimentos, limites, controlos e sistemas, de modo a identificar, avaliar e monitorizar informações sobre diferentes riscos.

Neste contexto, em 2017, o Banco Económico criou o Gabinete de Gestão de Risco (GGR). O GGR coordena e fornece supervisão sobre as políticas de gestão de risco e práticas de governo de risco, bem como, cria ferramentas e modelos para gestão de risco e análise de carteira. Desta forma, o objectivo das funções do GGR inclui a cobertura de diferentes áreas de risco como, Risco Estratégico, Risco Reputacional, Risco de Concentração e Gestão de Capital.

Compete ao Gabinete de Gestão de Riscos, através da gestão e monitorização dos riscos acima enumerados, dar suporte à Comissão Executiva nas políticas e práticas da gestão de risco, centralizando em si a coordenação das actividades de gestão de risco.

Avaliação de Riscos

Risco de Crédito

Os modelos de risco de crédito desempenham um papel essencial no processo de decisão de crédito. Assim, o processo de decisão de operações da carteira de crédito baseia-se num conjunto de políticas recorrendo a modelos de *scoring* para as carteiras de clientes Particulares e Negócios e de *rating* para o segmento de Empresas.

As decisões de crédito dependem das classificações de risco e do cumprimento de diversas regras sobre a capacidade financeira e o comportamento dos proponentes. Existem modelos de *scoring* relativo para as principais carteiras de crédito a particulares, designadamente crédito à habitação e

crédito individual, contemplando a necessária segmentação entre clientes e não clientes (ou clientes recentes).

No domínio do crédito a empresas, são utilizados modelos de *rating* interno para empresas de média e grande dimensão, diferenciando o sector da construção e o terceiro sector dos restantes sectores de actividade, enquanto para clientes Empresários em nome individual (ENI) e Microempresas é aplicado o modelo de *scoring* de Negócios.

Seguidamente apresenta-se a informação relativa à exposição do Banco ao risco de crédito para Dezembro de 2018, em termos individuais e consolidados respectivamente:

(milhares de kwanzas)

INDIVIDUAL 31/12/2018	Valor contabilístico bruto	Imparidade	Valor contabilístico líquido
PATRIMONIAIS	1 425 745 558	(114 049 631)	1 311 695 927
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	194 901 353	-	194 901 353
Disponibilidades em outras instituições de crédito	53 976 813	-	53 976 813
Aplicações em bancos centrais e em outras instituições de crédito	110 106 444	(234 778)	109 871 667
Justo valor através de resultados	4 392 478	-	4 392 478
Justo valor através de outro rendimento integral	148 996	(49 134)	99 862
Custo Amortizado	179 104 977	(1 679 919)	177 425 058
Crédito a clientes	210 620 981	(86 083 239)	124 537 742
Investimentos em associadas e empreendimentos conjuntos	2 480 184	-	2 480 184
Outros activos	670 013 333	(26 002 561)	644 010 772
EXTRAPATRIMONIAIS	72 028 827	(9 902 921)	62 125 906
Garantias e avales	13 553 018	(7 527 478)	6 025 540
Créditos documentários	48 639 564	(2 018 430)	46 621 134
Compromissos perante terceiros	9 836 245	(357 013)	9 479 232
TOTAL	1 497 774 385	(123 952 552)	1 373 821 834

O valor apresentado referente a Garantias e avales e Créditos documentários é o valor contratualizado sem aplicação de factores de conversão em exposição patrimonial.

(milhares de kwanzas)

CONSOLIDADO 31/12/2018	Valor contabilístico bruto	Imparidade	Valor contabilístico líquido
PATRIMONIAIS	1 424 236 523	(114 049 631)	1 310 186 892
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	194 901 353	-	194 901 353
Disponibilidades em outras instituições de crédito	53 976 813	-	53 976 813
Aplicações em bancos centrais e em outras instituições de crédito	110 106 444	(234 778)	109 871 667
Justo valor através de resultados	4 392 478	-	4 392 478
Justo valor através de outro rendimento integral	148 996	(49 134)	99 862
Custo Amortizado	179 170 824	(1 679 919)	177 490 904
Crédito a clientes	210 620 981	(86 083 239)	124 537 742
Investimentos em associadas e empreendimentos conjuntos	530 587	-	530 587
Outros activos	670 388 048	(26 002 561)	644 385 487
EXTRAPATRIMONIAIS	72 028 827	(9 902 921)	62 125 906
Garantias e avales	13 553 018	(7 527 478)	6 025 540
Créditos documentários	48 639 564	(2 018 430)	46 621 134
Compromissos perante terceiros	9 836 245	(357 013)	9 479 232
TOTAL	1 496 265 350	(123 952 552)	1 372 312 798

O valor apresentado referente a Garantias e avales e Créditos documentários é o valor contratualizado sem aplicação de factores de conversão em exposição patrimonial.

E em 31 de Dezembro de 2017, em termos individuais e consolidados respectivamente:

(milhares de kwanzas)

INDIVIDUAL 31/12/2017	Valor contabilístico bruto	Imparidade	Valor contabilístico líquido
PATRIMONIAIS	891 756 517	(23 725 972)	868 030 545
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	138 549 166	-	138 549 166
Disponibilidades em outras instituições de crédito	34 755 931	-	34 755 931
Aplicações em bancos centrais e em outras instituições de crédito	81 968 105	-	81 968 105
Activos financeiros disponíveis para venda	119 262 709	(26 417)	119 236 292
Investimentos detidos até a maturidade	29 485 581	-	29 485 581
Activos financeiros detidos para negociação	1 635	-	1 635
Crédito a clientes	200 094 974	(21 259 361)	178 835 613
Investimentos em associadas e empreendimentos conjuntos	1 517 075	-	1 517 075
Outros activos	286 121 340	(2 440 193)	283 681 147
EXTRAPATRIMONIAIS	79 610 231	(2 973 231)	76 637 000
Garantias e avales	11 023 753	(834 880)	10 188 873
Créditos documentários	68 586 478	(2 138 351)	66 448 127
Compromissos perante terceiros	-	-	-
TOTAL	971 366 748	(26 699 203)	944 667 545

(milhares de kwanzas)

CONSOLIDADO 31/12/2017	Valor contabilístico bruto	Imparidade	Valor contabilístico líquido
PATRIMONIAIS	888 560 734	(21 249 688)	867 311 046
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	138 549 167	-	138 549 167
Disponibilidades em outras instituições de crédito	34 944 313	-	34 944 313
Aplicações em bancos centrais e em outras instituições de crédito	81 968 105	-	81 968 105
Activos financeiros disponíveis para venda	119 262 709	(26 417)	119 236 292
Investimentos detidos até a maturidade	29 485 581	-	29 485 581
Activos financeiros detidos para negociação	1 635	-	1 635
Crédito a clientes	200 041 594	(21 223 270)	178 818 324
Investimentos em associadas e empreendimentos conjuntos	433 968	-	433 968
Outros activos	283 873 662	-	283 873 662
EXTRAPATRIMONIAIS	79 610 231	(2 973 231)	76 637 000
Garantias e avales	11 023 753	(834 880)	10 188 873
Créditos documentários	68 586 478	(2 138 351)	66 448 127
Compromissos perante terceiros	-	-	-
TOTAL	968 170 965	(24 222 919)	943 948 046

O valor presente na rubrica de Outros Activos concerne aos valores a receber no âmbito da Operação com o Grupo ENSA (ver Nota 36).

Relativamente ao nível da qualidade do risco de crédito dos activos financeiros, em Dezembro de 2018 é como segue, em termos individuais e consolidados, respectivamente:

(milhares de kwanzas)

INDIVIDUAL 31/12/2018	Origem do rating	Nível de rating	Exposição bruta	Imparidade	Exposição liquida
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	Rating Externo	B-	186 947 685	-	186 947 685
		Sem Rating	7 953 668	-	7 953 668
Disponibilidades em outras instituições de crédito	Rating Externo	A	34 178	-	34 178
		B-	9 256 494	-	9 256 494
		BB+	0	-	0
		BBB-	12 163 919	-	12 163 919
		CCC	22 228 709	-	22 228 709
		Sem Rating	10 293 512	-	10 293 512
Aplicações em bancos centrais e em outras instituições de crédito	Rating Externo	BBB-	6 183 387	(2 835)	6 180 552
		B-	34 836 931	(63 611)	34 773 320
		CCC	43 365 649	(162 188)	43 203 461
		Sem Rating	25 720 478	(6 145)	25 714 333
Justo valor através de resultados	Rating Externo	B-	4 392 478	-	4 392 478
Justo valor através de outro rendimento integral	Rating Externo	Sem Rating	148 996	(49 134)	99 862
Custo Amortizado	Rating Externo	B-	179 104 977	(1 679 919)	177 425 058
Crédito a Clientes	Rating interno	Baixo	111 054 541	(38 109 738)	72 944 802
		Médio	5 528 421	(1 696 840)	3 831 582
		Elevado	94 283 135	(46 521 777)	47 761 358
Investimentos em associadas e empreendimentos conjuntos	Rating Externo	Sem Rating	2 480 184	-	2 480 184
Outros activos	Rating Externo	B-	606 176 993	(19 064 674)	587 112 319
		Sem Rating	63 836 339	(6 937 887)	56 898 452
TOTAL			1 425 990 675	(114 294 747)	1 311 695 927

(milhares de kwanzas)

CONSOLIDADO 31/12/2018	Origem do rating	Nível de rating	Exposição bruta	Imparidade	Exposição líquida
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	Rating Externo	B-	186 947 685	-	186 947 685
		Sem Rating	7 953 668	-	7 953 668
Disponibilidades em outras instituições de crédito	Rating Externo	A	34 178	-	34 178
		B-	9 256 494	-	9 256 494
		BB+	0	-	0
		BBB-	12 163 919	-	12 163 919
		CCC	22 228 709	-	22 228 709
		Sem Rating	10 293 512	-	10 293 512
Aplicações em bancos centrais e em outras instituições de crédito	Rating Externo	BBB-	6 183 387	(2 835)	6 180 552
		B-	34 836 931	(63 611)	34 773 320
		CCC	43 365 649	(162 188)	43 203 461
		Sem Rating	25 720 478	(6 145)	25 714 333
Justo valor através de resultados	Rating Externo	B-	4 392 478	-	4 392 478
Justo valor através de outro rendimento integral	Rating Externo	Sem Rating	148 996	(49 134)	99 862
Custo Amortizado	Rating Externo	B-	179 170 823	(1 679 919)	177 490 904
Crédito a Clientes	Rating interno	Baixo	111 054 541	(38 109 738)	72 944 802
		Médio	5 528 421	(1 696 840)	3 831 582
		Elevado	94 283 135	(46 521 777)	47 761 358
Investimentos em associadas e empreendimentos conjuntos	Rating Externo	Sem Rating	530 587	-	530 587
Outros activos	Rating Externo	B-	606 176 993	(19 064 674)	587 112 319
		Sem Rating	64 211 054	(6 937 887)	57 273 167
TOTAL			1 424 481 639	(114 294 747)	1 310 186 892

E em 2017, em termos individuais e consolidados, respectivamente:

(milhares de kwanzas)

INDIVIDUAL 31/12/2017	Origem do rating	Nível de rating	Exposição bruta	Imparidade	Exposição liquida
Caixa e disponibilidades em bancos centrais		B-	131 293 008	-	131 293 008
		Sem Rating	7 256 158	-	7 256 158
Disponibilidades em outras instituições de crédito	Rating Externo	A	13 340	-	13 340
		B	5 455 633	-	5 455 633
		B-	20 771 673	-	20 771 673
		BB+	32 066	-	32 066
		BBB-	443 477	-	443 477
		Sem Rating	8 039 742	-	8 039 742
Aplicações em bancos centrais e em outras instituições de crédito	Rating Externo	B	8 694 982	-	8 694 982
		B-	8 687 472	-	8 687 472
		Sem Rating	64 585 651	-	64 585 651
Justo valor através de resultados	Rating Externo	B-	1 635	-	1 635
Justo valor através de outro rendimento integral	Rating Externo	Sem Rating	128 542	(26 417)	102 125
Custo Amortizado	Rating Externo	B-	148 619 748	-	148 619 748
Crédito a Clientes	Rating Externo	B-	48 369 465	-	48 369 465
	Rating interno	Baixo	75 051 520	(8 088 624)	66 962 897
		Médio	9 125 522	(367 213)	8 758 309
		Elevado	67 548 467	(12 803 524)	54 744 943
Investimentos em associadas e empreendimentos conjuntos	Rating Externo	Sem Rating	1 517 075	-	1 517 075
Outros activos	Rating Externo	B-	259 024 532	-	259 024 532
		Sem Rating	31 092 065	(6 435 450)	24 656 615
TOTAL			895 751 773	-27 721 229	868 030 545

(milhares de kwanzas)

CONSOLIDADO 31/12/2017	Origem do rating	Nível de rating	Exposição bruta	Imparidade	Exposição líquida
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	Rating Externo	B-	131 293 008	-	131 293 008
		Sem Rating	7 256 159	-	7 256 159
Disponibilidades em outras instituições de crédito	Rating Externo	A	13 340	-	13 340
		B	5 455 633	-	5 455 633
		B-	20 771 673	-	20 771 673
		BB+	32 066	-	32 066
		BBB-	443 477	-	443 477
		Sem Rating	8 228 124	-	8 228 124
Aplicações em bancos centrais e em outras instituições de crédito	Rating Externo	B	8 694 982	-	8 694 982
		B-	8 687 472	-	8 687 472
		Sem Rating	64 585 651	-	64 585 651
Justo valor através de resultados	Rating Externo	B-	1 635	-	1 635
Justo valor através de outro rendimento integral	Rating Externo	B-	128 542	(26 417)	102 125
Custo Amortizado	Rating Externo	Sem Rating	148 619 748	-	148 619 748
Crédito a Clientes	Rating Externo	B-	48 369 465	-	48 369 465
	Rating interno	Baixo	74 998 140	(8 052 533)	66 945 607
		Médio	9 125 522	(367 213)	8 758 309
		Elevado	67 548 467	(12 803 524)	54 744 943
Investimentos em associadas e empreendimentos conjuntos	Rating Externo	Sem Rating	433 968	-	433 968
Outros activos	Rating Externo	B-	259 024 532	-	259 024 532
		Sem Rating	24 849 130	-	24 849 130
TOTAL			888 560 734	(21 249 688)	867 311 047

A atribuição dos níveis de risco foi efectuada utilizando primordialmente a S&P, sendo as restantes agências utilizadas quando necessário.

Adicionalmente, em termos internos, o *rating* foi calculado com base no modelo interno do Banco.

A desagregação do crédito a clientes por *stage*, com referência a 31 de Dezembro e 1 de Janeiro de 2018 é o seguinte:

SEGMENTO	31/12/2018	Stage 1	
		On Balance	Off Balance
Colaboradores	Exposição	3 943 909	277 617
	Imparidade	166 987	-
Empresas	Exposição	13 634 912	28 157 609
	Imparidade	521 710	382 477
Estado	Exposição	2 793 553	-
	Imparidade	24 894	-
Particulares	Exposição	10 092 098	608 859
	Imparidade	99 173	-
TOTAL	Exposição	30 464 472	29 044 085
	Imparidade	812 764	382 477

SEGMENTO	01/01/2018	Stage 1	
		On Balance	Off Balance
Colaboradores	Exposição	5 919 239	-
	Imparidade	261 667	-
Empresas	Exposição	9 100 408	22 002 271
	Imparidade	153 234	350 948
Estado	Exposição	4 457 613	-
	Imparidade	14 548	-
Particulares	Exposição	2 393 199	-
	Imparidade	103 360	-
TOTAL	Exposição	21 870 460	22 002 271
	Imparidade	532 810	350 948

	Stage 2		Stage 3		Stage 4		(milhares de kwanzas)
	On Balance	Off Balance	On Balance	Off Balance	On Balance	Off Balance	
	113 984	-	14 497	-	4 072 391	277 617	
	30 953	-	7 426	-	205 366	-	
	17 051 985	15 283 711	149 089 960	27 699 726	179 776 857	71 141 046	
	2 279 384	488 036	76 760 250	9 032 408	79 561 344	9 902 921	
	-	-	5 524 837	-	8 318 390	-	
	-	-	7 528	-	32 422	-	
	528 964	1 305	7 832 280	-	18 453 343	610 164	
	201 418	-	5 983 516	-	6 284 107	-	
	17 694 934	15 285 016	162 461 574	27 699 726	210 620 981	72 028 827	
	2 511 755	488 036	82 758 720	9 032 408	86 083 239	9 902 921	

	Stage 2		Stage 3		Stage 4		(milhares de kwanzas)
	On Balance	Off Balance	On Balance	Off Balance	On Balance	Off Balance	
	79 563	-	5 093	-	6 003 896	-	
	26 822	-	790	-	289 279	-	
	54 521 097	32 131 544	57 838 528	26 013 376	121 460 033	80 147 191	
	7 499 707	2 698 919	13 822 801	2 853 863	21 475 743	5 903 729	
	-	-	2 612 908	-	7 070 521	-	
	-	-	6 138	-	20 686	-	
	3 976 098	-	4 159 776	-	10 529 074	-	
	216 534	-	1 778 943	-	2 098 837	-	
	58 576 759	32 131 544	64 616 305	26 013 376	145 063 523	80 147 191	
	7 743 063	2 698 919	15 608 672	2 853 863	23 884 545	5 903 729	

A matriz de transferência de stages entre 1 de Janeiro de 2018 e 31 de Dezembro de 2018 é a que se apresenta de seguida:

STAGE 01/01/2018	31/12/2018			Total
	Stage 1	Stage 2	Stage 3	
Stage 1	470 888	293 326	4 240 596	5 004 810
Stage 2	29 181	270 769	7 761 892	8 061 842
Stage 3	-	37 112	78 464 469	78 501 581
Exposições Novas em 2018	695 171	2 398 584	1 324 172	4 417 927
TOTAL	1 195 241	2 999 791	91 791 128	95 986 160

O detalhe do montante de exposição bruta de crédito e do montante de imparidade constituída para as exposições analisadas individualmente e colectivamente, por segmento, com referência a 31 de Dezembro e 1 de Janeiro de 2018, é apresentado como segue:

31/12/2018 ON BALANCE	Imparidade Individual		Imparidade colectiva		Total	
	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade
Colaboradores	-	-	4 072 391	205 366	4 072 391	205 366
Empresas	154 712 406	74 321 991	25 064 450	5 239 352	179 776 857	79 561 344
Estado	-	-	8 318 390	32 422	8 318 390	32 422
Particulares	4 621 952	3 649 345	13 831 391	2 634 762	18 453 343	6 284 107
TOTAL	159 334 359	77 971 336	51 286 622	8 111 903	210 620 981	86 083 239

31/12/2018 OFF BALANCE	Imparidade Individual		Imparidade colectiva		Total	
	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade
Colaboradores	-	-	-	2 098	-	2 098
Empresas	39 350 749	9 374 374	32 152 500	525 578	71 503 249	9 899 953
Estado	-	-	-	-	-	-
Particulares	-	-	-	871	-	871
TOTAL	39 350 749	9 374 374	32 152 500	528 547	71 503 249	9 902 921

01/01/2018 ON BALANCE	Imparidade Individual		Imparidade colectiva		Total <small>(milhares de kwanzas)</small>	
	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade
Colaboradores	-	-	3 949 081	289 279	3 949 081	289 279
Empresas	83 591 897	16 825 581	46 584 937	4 650 162	130 176 834	21 475 743
Estado	2 533 314	5 951	4 537 207	14 735	7 070 521	20 686
Particulares	2 678 522	774 804	7 850 552	1 324 032	10 529 074	2 098 837
TOTAL	88 803 732	17 606 336	62 921 777	6 278 209	151 725 509	23 884 545

01/01/2018 OFF BALANCE	Imparidade Individual		Imparidade colectiva		Total <small>(milhares de kwanzas)</small>	
	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade
Colaboradores	-	-	-	1 102	-	1 102
Empresas	33 994 342	4 243 109	46 152 850	1 657 929	80 147 191	5 901 038
Estado	-	-	-	-	-	-
Particulares	-	-	-	1 589	-	1 589
TOTAL	33 994 342	4 243 109	46 152 850	1 660 620	80 147 191	5 903 729

A repartição por sectores de actividade da exposição ao risco de crédito, para 31 de dezembro de 2018, encontra-se apresentada como segue, em termos individuais e consolidados, respectivamente:

(milhares de kwanzas)

31/12/2018	Crédito a clientes				Imparidade		
	Vincendo	Vencido	Garantias prestadas	Exposição total	Peso relativo	Valor	Imparidade/Exposição total
EMPRESAS	92 387 400	93 150 926	78 660 018	264 198 344	91,33%	90 287 748	93,29%
Agricultura, produção animal, caça e silvicultura, Pesca	991 404	215 792	-	1 207 197	0,42%	71 338	0,07%
Indústrias transformadoras	11 582 041	29 353 538	805 251	41 740 829	14,43%	20 879 401	21,57%
Indústrias alimentares, das bebidas e do tabaco	118 069	17 934	711 631	847 634	0,29%	12 825	0,01%
Indústrias metalúrgicas de base e de produtos metálicos	309 326	3 206	-	312 532	0,11%	218 772	0,23%
Construção	1 806 562	3 033 873	8 964 995	13 805 430	4,77%	8 411 395	8,69%
Comércio por grosso e a retalho	27 725 051	12 734 734	51 195 756	91 655 542	31,68%	15 962 882	16,49%
Alojamento e restauração (restaurantes e similares)	1 199 591	145	-	1 199 736	0,41%	706 337	0,73%
Transportes, armazenagem e comunicações	7 131 063	39 427	-	7 170 490	2,48%	1 845 223	1,91%
Actividades imobiliárias, alugueres e serviços prestados às empresas	19 465 692	44 212 803	1 723 135	65 401 631	22,61%	37 691 504	38,95%
Educação	2 015 578	442 990	-	2 458 568	0,85%	1 380 422	1,43%
Saúde e acção social	-	-	48 258	48 258	0,02%	1 107	0,00%
Outras actividades de serviços colectivos, sociais e pessoais	15 601 099	2 372 104	463 669	18 436 872	6,37%	2 024 444	2,09%
Organismos internacionais e outras instituições extra-territoriais	4 441 925	724 380	14 747 323	19 913 628	6,88%	1 082 101	1,12%
PARTICULARES	18 190 244	6 892 409	-	25 082 653	8,67%	6 492 441	6,71%
Consumo	1 254 425	28 964	-	1 283 389	0,44%	74 077	0,08%
Habituação	8 802 026	3 192 334	-	11 994 360	4,15%	2 393 827	2,47%
Outros fins	8 133 792	3 671 111	-	11 804 903	4,08%	4 024 537	4,16%
TOTAL	110 577 644	100 043 335	78 660 018	289 280 997		96 780 190	

E em 2017, em termos individuais e consolidados, respectivamente:

(milhares de kwanzas)

INDIVIDUAL 31/12/2017	Crédito a clientes				Imparidade		
	Vincendo	Vencido	Garantias prestadas	Exposição total	Peso relativo	Valor	Imparidade/ Exposição total
EMPRESAS	120 114 638	65 502 182	79 610 231	265 227 051	94,82%	22 307 986	8,41%
Agricultura, produção animal, caça e silvicultura, Pesca	274 603	308 182	430 947	1 013 731	0,36%	360 950	35,61%
Indústrias transformadoras	10 332 203	11 039 372	8 032 402	29 403 976	10,51%	2 766 739	9,41%
Indústrias alimentares, das bebidas e do tabaco	123 761	189 717	-	313 478	0,11%	172 209	54,94%
Indústrias metalúrgicas de base e de produtos metálicos	-	192 583	-	192 583	0,07%	134 808	70,00%
Construção	3 551 580	3 518 962	6 778 856	13 849 398	4,95%	2 784 556	20,11%
Comércio por grosso e a retalho	23 865 953	1 118 642	55 613 169	80 597 764	28,82%	5 017 550	6,23%
Alojamento e restauração (restaurantes e similares)	1 417 805	45	-	1 417 850	0,51%	855 298	60,32%
Transportes, armazenagem e comunicações	8 820 638	32 052	710 294	9 562 984	3,42%	1 765 566	18,46%
Actividades imobiliárias, alugueres e serviços prestados às empresas	17 492 302	41 711 149	1 595 879	60 799 330	21,74%	7 136 361	11,74%
Educação	103 366	2 717 641	-	2 821 006	1,01%	141 835	5,03%
Saúde e acção social	-	-	629 743	629 743	0,23%	18 892	3,00%
Outras actividades de serviços colectivos, sociais e pessoais	54 132 429	4 673 839	5 818 941	64 625 209	23,10%	1 153 220	1,78%
PARTICULARES	10 628 077	3 850 077	-	14 478 154	5,18%	1 924 607	13,29%
Consumo	1 234 486	37 729	-	1 272 215	0,45%	34 306	2,70%
Habituação	7 172 978	1 061 681	-	8 234 659	2,94%	799 641	9,71%
Outros fins	2 220 613	2 750 667	-	4 971 280	1,78%	1 090 659	21,94%
TOTAL	130 742 715	69 352 259	79 610 231	279 705 205		24 232 592	

(milhares de kwanzas)

CONSOLIDADO 31/12/2017	Crédito a clientes				Imparidade		
	Vincendo	Vencido	Garantias prestadas	Exposição total	Peso relativo	Valor	Imparidade/ Exposição total
EMPRESAS	120 061 258	65 502 182	79 610 231	265 173 671	94,82%	22 271 895	8,40%
Agricultura, produção animal, caça e silvicultura, Pesca	274 603	308 182	430 947	1 013 731	0,36%	360 950	35,61%
Indústrias transformadoras	10 332 203	11 039 372	8 032 402	29 403 976	10,51%	2 766 739	9,41%
Indústrias alimentares, das bebidas e do tabaco	123 761	189 717	-	313 478	0,11%	172 209	54,94%
Indústrias metalúrgicas de base e de produtos metálicos	-	192 583	-	192 583	0,07%	134 808	70,00%
Construção	3 551 580	3 518 962	6 778 856	13 849 398	4,95%	2 784 556	20,11%
Comércio por grosso e a retalho	23 865 953	1 118 642	55 613 169	80 597 764	28,82%	5 017 550	6,23%
Alojamento e restauração (restaurantes e similares)	1 417 805	45	-	1 417 850	0,51%	855 298	60,32%
Transportes, armazenagem e comunicações	8 820 638	32 052	710 294	9 562 984	3,42%	1 765 566	18,46%
Actividades imobiliárias, alugueres e serviços prestados às empresas	17 492 302	41 711 149	1 595 879	60 799 330	21,74%	7 136 361	11,74%
Educação	103 366	2 717 641	-	2 821 006	1,01%	141 835	5,03%
Saúde e acção social	-	-	629 743	629 743	0,23%	18 892	3,00%
Outras actividades de serviços colectivos, sociais e pessoais	54 079 049	4 673 839	5 818 941	64 571 828	23,09%	1 117 129	1,73%
PARTICULARES	10 628 077	3 850 077	-	14 478 154	5,18%	1 924 607	13,29%
Consumo	1 234 486	37 729	-	1 272 215	0,45%	34 306	2,70%
Habitação	7 172 978	1 061 681	-	8 234 659	2,94%	799 641	9,71%
Outros fins	2 220 613	2 750 667	-	4 971 280	1,78%	1 090 659	21,94%
TOTAL	130 689 335	69 352 259	79 610 231	279 651 825		24 196 502	

A concentração geográfica do risco de crédito em 31 de Dezembro de 2018 em termos individuais e consolidados, respectivamente:

INDIVIDUAL 31/12/2018	Área geográfica				(milhares de kwanzas)
	Angola	Outros países de África	Europa	Outros	Total
ACTIVOS	1 229 180 276	11 949 600	66 459 568	4 106 483	1 311 695 927
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	194 901 353	-	-	-	194 901 353
Disponibilidades em outras instituições de crédito	2 561 910	11 949 600	35 358 820	4 106 483	53 976 813
Aplicações em bancos centrais e em outras instituições de crédito	78 770 918	-	31 100 748	-	109 871 667
Justo valor através de resultados	6 451 173	-	-	-	6 451 173
Justo valor através de outro rendimento integral	99 862	-	-	-	99 862
Custo Amortizado	175 366 362	-	-	-	175 366 362
Crédito a clientes	124 537 742	-	-	-	124 537 742
Investimentos em associadas e empreendimentos conjuntos	2 480 184	-	-	-	2 480 184
Outros activos	644 010 772	-	-	-	644 010 772
PASSIVOS	1 134 334 326	-	132 262 143	-	1 266 596 468
Recursos de bancos centrais e de outras instituições de crédito	29 334 097	-	-	-	29 334 097
Recursos de clientes e outros empréstimos	1 059 122 420	-	-	-	1 059 122 420
Passivos financeiros detidos para negociação	-	-	-	-	-
Passivos subordinados	-	-	132 262 143	-	132 262 143
Outros passivos	45 877 808	-	-	-	45 877 808
TOTAL	94 845 951	11 949 600	(65 802 575)	4 106 483	45 099 459

CONSOLIDADO 31/12/2018	Área geográfica				(milhares de kwanzas)
	Angola	Outros países de África	Europa	Outros	Total
ACTIVOS	1 227 671 241	11 949 600	66 459 568	4 106 483	1 310 186 892
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	194 901 353	-	-	-	194 901 353
Disponibilidades em outras instituições de crédito	2 561 910	11 949 600	35 358 820	4 106 483	53 976 813
Aplicações em bancos centrais e em outras instituições de crédito	78 770 918	-	31 100 748	-	109 871 667
Justo valor através de resultados	6 451 173	-	-	-	6 451 173
Justo valor através de outro rendimento integral	99 862	-	-	-	99 862
Custo Amortizado	175 432 209	-	-	-	175 432 209
Crédito a clientes	124 537 742	-	-	-	124 537 742
Investimentos em associadas e empreendimentos conjuntos	530 587	-	-	-	530 587
Outros activos	644 385 487	-	-	-	644 385 487
PASSIVOS	1 131 767 671	-	132 262 143	-	1 264 029 814
Recursos de bancos centrais e de outras instituições de crédito	29 333 360	-	-	-	29 333 360
Recursos de clientes e outros empréstimos	1 056 201 043	-	-	-	1 056 201 043
Passivos financeiros detidos para negociação	-	-	-	-	-
Passivos subordinados	-	-	132 262 143	-	132 262 143
Outros passivos	46 233 268	-	-	-	46 233 268
TOTAL	95 903 570	11 949 600	(65 802 575)	4 106 483	46 157 078

E Dezembro de 2017 em termos individuais e consolidados, respectivamente:

INDIVIDUAL 31/12/2017	Área geográfica				(milhares de kwanzas)
	Angola	Outros países de África	Europa	Outros	Total
ACTIVOS	751 306 507	32 067	112 720 504	3 971 467	868 030 545
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	138 549 166	-	-	-	138 549 166
Disponibilidades em outras instituições de crédito	-	32 066	30 752 399	3 971 466	34 755 931
Aplicações em bancos centrais e em outras instituições de crédito	-	-	81 968 105	-	81 968 105
Justo valor através de resultados	1 635	-	-	-	1 635
Justo valor através de outro rendimento integral	102 125	-	-	-	102 125
Custo Amortizado	148 619 748	-	-	-	148 619 748
Crédito a clientes	178 835 613	-	-	-	178 835 613
Investimentos em associadas e empreendimentos conjuntos	1 517 075	-	-	-	1 517 075
Outros activos	283 681 145	1	1	1	283 681 147
PASSIVOS	764 766 214	-	106 775 758	-	871 541 971
Recursos de bancos centrais e de outras instituições de crédito	84 229 905	-	35 664 397	-	119 894 301
Recursos de clientes e outros empréstimos	651 833 602	-	-	-	651 833 602
Passivos financeiros detidos para negociação	1 157	-	-	-	1 157
Passivos subordinados	-	-	71 111 361	-	71 111 361
Outros passivos	28 701 550	-	-	-	28 701 550
TOTAL	(13 459 706)	32 067	5 944 747	3 971 467	(3 511 426)

CONSOLIDADO 31/12/2017	Área geográfica				(milhares de kwanzas)
	Angola	Outros países de África	Europa	Outros	Total
ACTIVOS	750 398 627	32 067	112 908 886	3 971 467	867 311 046
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	138 549 167	-	-	-	138 549 167
Disponibilidades em outras instituições de crédito	-	32 066	30 940 781	3 971 466	34 944 313
Aplicações em bancos centrais e em outras instituições de crédito	-	-	81 968 105	-	81 968 105
Justo valor através de resultados	1 635	-	-	-	1 635
Justo valor através de outro rendimento integral	102 125	-	-	-	102 125
Custo Amortizado	148 619 748	-	-	-	148 619 748
Crédito a clientes	178 818 324	-	-	-	178 818 324
Investimentos em associadas e empreendimentos conjuntos	433 968	-	-	-	433 968
Outros activos	283 873 660	1	1	1	283 873 662
PASSIVOS	763 103 096	-	106 775 758	-	869 878 854
Recursos de bancos centrais e de outras instituições de crédito	84 229 905	-	35 664 397	-	119 894 301
Recursos de clientes e outros empréstimos	649 811 984	-	-	-	649 811 984
Passivos financeiros detidos para negociação	1 157	-	-	-	1 157
Passivos subordinados	-	-	71 111 361	-	71 111 361
Outros passivos	29 060 051	-	-	-	29 060 051
TOTAL	(12 704 470)	32 067	6 133 129	3 971 467	(2 567 807)

Para efeitos de redução do risco de crédito são relevantes as garantias reais hipotecárias e os colaterais financeiros, que permitam redução directa do valor da posição. São ainda consideradas tanto as garantias de protecção pessoal com efeito de substituição na posição em risco.

Em termos de redução directa, estão contempladas as operações de crédito colateralizadas por cauções financeiras, nomeadamente, depósitos, obrigações do estado angolano, entre outros similares.

Relativamente às garantias reais hipotecárias, as avaliações dos bens são realizadas por avaliadores independentes ou por unidade de estrutura da própria Instituição, independente da área comercial. A reavaliação dos bens é efectuada pela realização de avaliações no local, por técnico avaliador, de acordo com as melhores práticas adoptadas no mercado.

A política do Banco consiste na avaliação regular da existência de evidência objectiva de imparidade na sua carteira de crédito, e está descrita na nota 2.3.

Avaliação de Riscos

Risco de Mercado

A política de gestão do risco de mercado do banco está alinhada com as melhores práticas de gestão de risco. Neste contexto, o Banco cumpre estritamente a legislação do BNA em matéria de risco, incluindo o Aviso nº 08/2016 de 16 de Maio referente ao Risco de Taxa de juro na carteira bancária (instrumentos financeiros não detidos na carteira de negociação).

No que respeita à informação e análise de risco de mercado é assegurado o reporte regular sobre as carteiras de activos financeiros. Ao nível da carteira própria, encontram-se definidos diversos limites de risco, incluindo os limites de exposição por Emitente/Contraparte e nível de qualidade de crédito (*rating*).

A avaliação do risco de taxa de juro originado por operações da carteira bancária é efectuada por análise de sensibilidade ao risco.

Com base nas características financeiras de cada contrato, é feita a respectiva projecção dos fluxos de caixa esperados, de acordo com as datas de refixação de taxa e eventuais pressupostos comportamentais considerados.

A agregação, para cada uma das moedas analisadas, dos fluxos de caixa esperados em cada um dos intervalos de tempo permite determinar os *gaps* de taxa de juro por prazo de refixação.

No seguimento das recomendações da Instrução n.º 06/2016 de 08 de Agosto, do Banco Nacional de Angola, para o cálculo da exposição ao risco de taxa de juro no balanço, os activos e passivos do Banco foram decompostos por tipo de taxa (fixa e variável) e por prazos ou momentos de refixação (ou *repricing*).

Detalhe dos activos e passivos agrupados por tipo de taxa à data de Dezembro de 2018 em termos individuais e consolidados, respectivamente:

(milhares de kwanzas)

INDIVIDUAL 31/12/2018	Exposição a Taxa fixa	Exposição a Taxa variável	Não sujeito a risco de taxa de juro	Derivados	Total
ACTIVOS	979 567 469	23 771 794	308 356 664	-	1311 695 927
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	-	-	194 901 353	-	194 901 353
Disponibilidades em outras instituições de crédito	-	-	53 976 813	-	53 976 813
Aplicações em bancos centrais e em outras instituições de crédito	109 871 667	-	-	-	109 871 667
Justo valor através de resultados	4 392 478	-	-	-	4 392 478
Justo valor através de outro rendimento integral	-	-	99 862	-	99 862
Custo Amortizado	177 425 058	-	-	-	177 425 058
Crédito a clientes	100 765 948	23 771 794	-	-	124 537 742
Investimentos em associadas e empreendimentos conjuntos	-	-	2 480 184	-	2 480 184
Outros activos	587 112 319	-	56 898 452	-	644 010 772
PASSIVOS	966 540 497	81 952 039	218 103 932	-	1266 596 468
Recursos de bancos centrais e de outras instituições de crédito	24 526 622	-	4 807 475	-	29 334 097
Recursos de clientes e outros empréstimos	771 810 969	81 952 039	205 359 412	-	1059 122 420
Passivos financeiros detidos para negociação	-	-	-	-	-
Passivos subordinados	132 262 143	-	-	-	132 262 143
Outros Passivos	37 940 764	-	7 937 044	-	45 877 808
TOTAL	13 026 972	(58 180 245)	90 252 732	-	45 099 459

(milhares de kwanzas)

CONSOLIDADO 31/12/2018	Exposição a Taxa fixa	Exposição a Taxa variável	Não sujeito a risco de taxa de juro	Derivados	Total
ACTIVOS	979 633 316	23 771 794	306 781 782	-	1310 186 892
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	-	-	194 901 353	-	194 901 353
Disponibilidades em outras instituições de crédito	-	-	53 976 813	-	53 976 813
Aplicações em bancos centrais e em outras instituições de crédito	109 871 667	-	-	-	109 871 667
Justo valor através de resultados	4 392 478	-	-	-	4 392 478
Justo valor através de outro rendimento integral	-	-	99 862	-	99 862
Custo Amortizado	177 490 904	-	-	-	177 490 904
Crédito a clientes	100 765 948	23 771 794	-	-	124 537 742
Investimentos em associadas e empreendimentos conjuntos	-	-	530 587	-	530 587
Outros activos	587 112 319	-	57 273 167	-	644 385 487
PASSIVOS	963 619 120	81 952 039	218 458 655	-	1264 029 814
Recursos de bancos centrais e de outras instituições de crédito	24 526 622	-	4 806 738	-	29 333 360
Recursos de clientes e outros empréstimos	768 889 591	81 952 039	205 359 412	-	1056 201 043
Passivos financeiros detidos para negociação	-	-	-	-	-
Passivos subordinados	132 262 143	-	-	-	132 262 143
Outros Passivos	37 940 764	-	8 292 504	-	46 233 268
TOTAL	16 014 196	(58 180 245)	88 323 127	-	46 157 078

E Dezembro de 2017 como segue em termos individuais e consolidados, respectivamente:

(milhares de kwanzas)

INDIVIDUAL 31/12/2017	Exposição a Taxa fixa	Exposição a Taxa variável	Não sujeito a risco de taxa de juro	Derivados	Total
ACTIVOS	522 214 987	152 370 650	193 443 272	1 635	868 030 545
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	-	-	138 549 166	-	138 549 166
Disponibilidades em outras instituições de crédito	-	-	34 755 931	-	34 755 931
Aplicações em bancos centrais e em outras instituições de crédito	81 968 105	-	-	-	81 968 105
Activos financeiros disponíveis para venda	-	119 134 167	102 125	-	119 236 292
Investimentos detidos até a maturidade	29 485 581	-	-	-	29 485 581
Activos financeiros detidos para negociação	-	-	-	1 635	1 635
Crédito a clientes	145 599 130	33 236 483	-	-	178 835 613
Investimentos em associadas e empreendimentos conjuntos	-	-	1 517 075	-	1 517 075
Outros activos	265 162 172	-	18 518 975	-	283 681 147
PASSIVOS	688 502 792	47 991 054	131 051 711	1 157	867 546 714
Recursos de bancos centrais e de outras instituições de crédito	118 199 985	-	1 694 316	-	119 894 301
Recursos de clientes e outros empréstimos	480 225 798	47 991 054	123 616 750	-	651 833 602
Passivos financeiros detidos para negociação	-	-	-	1 157	1 157
Passivos subordinados	71 111 361	-	-	-	71 111 361
Outros Passivos	18 965 648	-	5 740 645	-	24 706 293
TOTAL	(166 287 805)	104 379 596	62 391 561	478	483 830

(milhares de kwanzas)

CONSOLIDADO 31/12/2017	Exposição a Taxa fixa	Exposição a Taxa variável	Não sujeito a risco de taxa de juro	Derivados	Total
ACTIVOS	522 197 698	152 370 650	192 741 063	1 635	867 311 046
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	-	-	138 549 167	-	138 549 167
Disponibilidades em outras instituições de crédito	-	-	34 944 313	-	34 944 313
Aplicações em bancos centrais e em outras instituições de crédito	81 968 105	-	-	-	81 968 105
Activos financeiros disponíveis para venda	-	119 134 167	102 125	-	119 236 292
Investimentos detidos até a maturidade	29 485 581	-	-	-	29 485 581
Activos financeiros detidos para negociação	-	-	-	1 635	1 635
Crédito a clientes	145 581 840	33 236 483	-	-	178 818 324
Investimentos em associadas e empreendimentos conjuntos	-	-	433 968	-	433 968
Outros activos	265 162 172	-	18 711 490	-	283 873 662
PASSIVOS	686 481 174	47 991 054	131 410 211	1 157	865 883 597
Recursos de bancos centrais e de outras instituições de crédito	118 199 985	-	1 694 316	-	119 894 301
Recursos de clientes e outros empréstimos	478 204 180	47 991 054	123 616 750	-	649 811 984
Passivos financeiros detidos para negociação	-	-	-	1 157	1 157
Passivos subordinados	71 111 361	-	-	-	71 111 361
Outros Passivos	18 965 648	-	6 099 146	-	25 064 794
TOTAL	(164 283 476)	104 379 596	61 330 851	478	1 427 450

Detalhe dos instrumentos financeiros em função da data de maturidade residual, ao invés da data de cada *cash flow* das operações, em 31 de Dezembro de 2018, em valores nominais, individuais e consolidados, são apresentados como segue, respectivamente:

Datas de refixação / Datas de maturidade

(milhares de kwanzas)

INDIVIDUAL 31/12/2018	Até 1 mês	Entre 1 a 3 Meses	Entre 3 a 6 Meses	Entre 6 meses a 1 ano	Entre 1 a 3 anos	Entre 3 a 5 anos	Mais de 5 anos	Indeterminado	Total
ACTIVOS	388 539 236	77 788 400	25 509 537	4 544 140	106 545 005	39 170 171	662 500 756	2 639 252	1 307 236 497
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	194 901 353	-	-	-	-	-	-	-	194 901 353
Disponibilidades em outras instituições de crédito	53 976 813	-	-	-	-	-	-	-	53 976 813
Aplicações em bancos centrais e em outras instituições de crédito	76 711 227	26 982 760	6 172 140	-	-	-	-	-	109 866 127
Justo valor através de resultados	-	-	-	-	-	-	4 629 105	-	4 629 105
Justo valor através de outro rendimento integral	-	-	-	-	-	-	-	148 996	148 996
Custo Amortizado	-	-	-	-	98 015 600	32 186 400	47 428 300	-	177 630 300
Crédito a clientes	60 660 426	50 805 639	19 337 397	4 544 140	8 529 405	6 983 771	52 856 680	-	203 717 459
Investimentos em associadas e empreendimentos conjuntos	-	-	-	-	-	-	-	2 480 184	2 480 184
Outros activos	2 289 417	-	-	-	-	-	557 586 671	10 072	559 886 160
PASSIVOS	671 590 064	71 475 409	80 031 590	283 478 655	3 868 573	345 584	131 628 909	-	1 242 418 783
Recursos de bancos centrais e de outras instituições de crédito	26 745 914	-	-	-	-	-	-	-	26 745 914
Recursos de clientes e outros empréstimos	598 966 342	71 475 409	80 031 590	283 478 655	3 868 573	345 584	514 022	-	1 038 680 174
Passivos financeiros detidos para negociação	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Passivos subordinados	-	-	-	-	-	-	131 114 887	-	131 114 887
Outros passivos	45 877 808	-	-	-	-	-	-	-	45 877 808
EXPOSIÇÃO LÍQUIDA	(283 050 828)	6 312 990	(54 522 052)	(278 934 514)	102 676 431	38 824 587	530 871 847	2 639 252	64 817 714

Datas de refixação / Datas de maturidade

(milhares de kwanzas)

CONSOLIDADO 31/12/2018	Até 1 mês	Entre 1 a 3 Meses	Entre 3 a 6 Meses	Entre 6 meses a 1 ano	Entre 1 a 3 anos	Entre 3 a 5 anos	Mais de 5 anos	Indeterminado	Total
ACTIVOS	388 913 951	77 788 400	25 509 537	4 544 140	106 610 851	39 170 171	662 500 756	689 655	1 305 727 462
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	194 901 353	-	-	-	-	-	-	-	194 901 353
Disponibilidades em outras instituições de crédito	53 976 813	-	-	-	-	-	-	-	53 976 813
Aplicações em bancos centrais e em outras instituições de crédito	76 711 227	26 982 760	6 172 140	-	-	-	-	-	109 866 127
Justo valor através de resultados	-	-	-	-	-	-	4 629 105	-	4 629 105
Justo valor através de outro rendimento integral	-	-	-	-	-	-	-	148 996	148 996
Custo Amortizado	-	-	-	-	98 081 447	32 186 400	47 428 300	-	177 696 147
Crédito a clientes	60 660 426	50 805 639	19 337 397	4 544 140	8 529 405	6 983 771	52 856 680	-	203 717 459
Investimentos em associadas e empreendimentos conjuntos	-	-	-	-	-	-	-	530 587	530 587
Outros activos	2 664 132	-	-	-	-	-	557 586 671	10 072	560 260 875
PASSIVOS	669 023 409	71 475 409	80 031 590	283 478 655	3 868 573	345 584	131 628 909	-	1 239 852 129
Recursos de bancos centrais e de outras instituições de crédito	26 745 177	-	-	-	-	-	-	-	26 745 177
Recursos de clientes e outros empréstimos	596 044 964	71 475 409	80 031 590	283 478 655	3 868 573	345 584	514 022	-	1 035 758 796
Passivos financeiros detidos para negociação	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Passivos subordinados	-	-	-	-	-	-	131 114 887	-	131 114 887
Outros passivos	46 233 268	-	-	-	-	-	-	-	46 233 268
EXPOSIÇÃO LÍQUIDA	(280 109 458)	6 312 990	(54 522 052)	(278 934 514)	102 742 278	38 824 587	530 871 847	689 655	65 875 333

Em 31 de Dezembro de 2017, também em termos individuais e consolidados, respectivamente:

Datas de refixação / Datas de maturidade

(milhares de kwanzas)

INDIVIDUAL 31/12/2017	Até 1 mês	Entre 1 a 3 Meses	Entre 3 a 6 Meses	Entre 6 meses a 1 ano	Entre 1 a 3 anos	Entre 3 a 5 anos	Mais de 5 anos	Indeterminado	Total
ACTIVOS	222 031 152	214 463 622	10 541 057	1 054 144	10 179 695	11 137 067	338 693 762	6 133 979	814 234 477
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	138 549 166	-	-	-	-	-	-	-	138 549 166
Disponibilidades em outras instituições de crédito	34 755 931	-	-	-	-	-	-	-	34 755 931
Aplicações em bancos centrais e em outras instituições de crédito	21 347 606	60 533 839	-	-	-	-	-	-	81 881 446
Activos financeiros disponíveis para venda	-	116 988 035	-	-	-	-	-	102 125	117 090 160
Investimentos detidos até a maturidade	-	30 883 262	-	-	-	-	-	-	30 883 262
Activos financeiros detidos para negociação	-	-	1 635	-	-	-	-	-	1 635
Crédito a clientes	7 236 612	6 058 486	10 539 422	1 054 144	10 179 695	11 137 067	84 537 289	-	130 742 715
Investimentos em associadas e empreendimentos conjuntos	-	-	-	-	-	-	-	1 517 075	1 517 075
Outros activos	20 141 836	-	-	-	-	-	254 156 472	4 514 779	278 813 088
PASSIVOS	401 228 728	89 530 537	129 248 282	156 681 816	11 172 352	251 758	70 991 376	-	859 104 850
Recursos de bancos centrais e de outras instituições de crédito	33 957 064	6 411 125	43 861 716	35 042 012	-	-	-	-	119 271 916
Recursos de clientes e outros empréstimos	342 565 371	83 119 412	85 386 566	121 639 805	11 171 195	251 758	496 843	-	644 630 949
Passivos financeiros detidos para negociação	-	-	-	-	1 157	-	-	-	1 157
Passivos subordinados	-	-	-	-	-	-	70 494 534	-	70 494 534
Outros passivos	24 706 293	-	-	-	-	-	-	-	24 706 293
EXPOSIÇÃO LÍQUIDA	(179 197 576)	124 933 086	(118 707 224)	(155 627 672)	(992 658)	10 885 308	267 702 385	6 133 979	(44 870 373)

Datas de refixação / Datas de maturidade

(milhares de kwanzas)

CONSOLIDADO 31/12/2017	Até 1 mês	Entre 1 a 3 Meses	Entre 3 a 6 Meses	Entre 6 meses a 1 ano	Entre 1 a 3 anos	Entre 3 a 5 anos	Mais de 5 anos	Indeterminado	Total
ACTIVOS	222 166 154	214 463 622	10 541 057	1 054 144	10 179 695	11 137 067	338 693 762	5 243 386	813 478 888
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	138 549 167	-	-	-	-	-	-	-	138 549 167
Disponibilidades em outras instituições de crédito	34 944 313	-	-	-	-	-	-	-	34 944 313
Aplicações em bancos centrais e em outras instituições de crédito	21 347 606	60 533 839	-	-	-	-	-	-	81 881 446
Activos financeiros disponíveis para venda	-	116 988 035	-	-	-	-	-	102 125	117 090 160
Investimentos detidos até a maturidade	-	30 883 262	-	-	-	-	-	-	30 883 262
Activos financeiros detidos para negociação	-	-	1 635	-	-	-	-	-	1 635
Crédito a clientes	7 183 232	6 058 486	10 539 422	1 054 144	10 179 695	11 137 067	84 537 289	-	130 689 335
Investimentos em associadas e empreendimentos conjuntos	-	-	-	-	-	-	-	433 968	433 968
Outros activos	20 141 836	-	-	-	-	-	254 156 472	4 707 293	279 005 602
PASSIVOS	399 565 610	89 530 537	129 248 282	156 681 816	11 172 352	251 758	70 991 376	-	857 441 732
Recursos de bancos centrais e de outras instituições de crédito	33 957 064	6 411 125	43 861 716	35 042 012	-	-	-	-	119 271 916
Recursos de clientes e outros empréstimos	340 543 753	83 119 412	85 386 566	121 639 805	11 171 195	251 758	496 843	-	642 609 331
Passivos financeiros detidos para negociação	-	-	-	-	1 157	-	-	-	1 157
Passivos subordinados	-	-	-	-	-	-	70 494 534	-	70 494 534
Outros passivos	25 064 794	-	-	-	-	-	-	-	25 064 794
EXPOSIÇÃO LÍQUIDA	(177 399 456)	124 933 086	(118 707 224)	(155 627 672)	-992 658	10 885 308	267 702 385	5 243 387	(43 962 844)

A sensibilidade ao risco de taxa de juro do balanço, é calculada pela diferença entre o valor actual do *mismatch* de taxa de juro descontado às taxas de juro de mercado e o valor descontado dos mesmos fluxos de caixa simulando deslocações paralelas da curva de taxa de juro de mercado.

Em 31 de Dezembro de 2018, a análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros a variações de taxa de juro, em termos individuais e consolidados, respectivamente, são como segue:

INDIVIDUAL 31/12/2018	Variação das taxas de juro					
	-200 bp	-100 bp	-50 bp	+50 bp	+100 bp	+200 bp
ACTIVOS	127 380 307	63 690 153	31 845 077	(31 845 077)	(63 690 153)	(127 380 307)
Aplicações em bancos centrais e em outras instituições de crédito	192 153	96 077	48 038	(48 038)	(96 077)	(192 153)
Justo valor através de resultados	839 812	419 906	209 953	(209 953)	(419 906)	(839 812)
Justo valor através de outro rendimento integral	-	-	-	-	-	-
Custo Amortizado	14 391 317	7 195 658	3 597 829	(3 597 829)	(7 195 658)	(14 391 317)
Crédito a clientes	10 797 819	5 398 910	2 699 455	(2 699 455)	(5 398 910)	(10 797 819)
Outros activos	101 159 205	50 579 603	25 289 801	(25 289 801)	(50 579 603)	(101 159 205)
PASSIVOS	29 440 443	14 720 222	7 360 111	(7 360 111)	(14 720 222)	(29 440 443)
Recursos de bancos centrais e de outras instituições de crédito	21 397	10 698	5 349	(5 349)	(10 698)	(21 397)
Recursos de clientes e outros empréstimos	5 595 481	2 797 741	1 398 870	(1 398 870)	(2 797 741)	(5 595 481)
Passivos subordinados	23 786 863	11 893 431	5 946 716	(5 946 716)	(11 893 431)	(23 786 863)
Outros passivos	36 702	18 351	9 176	(9 176)	(18 351)	(36 702)
IMPACTO LÍQUIDO	97 939 864	48 969 932	24 484 966	(24 484 966)	(48 969 932)	(97 939 864)

(milhares de kwanzas)

Variação das taxas de juro

(milhares de kwanzas)

CONSOLIDADO 31/12/2018	-200 bp	-100 bp	-50 bp	+50 bp	+100 bp	+200 bp
ACTIVOS	127 380 307	63 690 153	31 845 077	(31 845 077)	(63 690 153)	(127 380 307)
Aplicações em bancos centrais e em outras instituições de crédito	192 153	96 077	48 038	(48 038)	(96 077)	(192 153)
Justo valor através de resultados	839 812	419 906	209 953	(209 953)	(419 906)	(839 812)
Justo valor através de outro rendimento integral	-	-	-	-	-	-
Custo Amortizado	14 391 317	7 195 658	3 597 829	(3 597 829)	(7 195 658)	(14 391 317)
Crédito a clientes	10 797 819	5 398 910	2 699 455	(2 699 455)	(5 398 910)	(10 797 819)
Outros activos	101 159 205	50 579 603	25 289 801	(25 289 801)	(50 579 603)	(101 159 205)
PASSIVOS	29 440 443	14 720 222	7 360 111	(7 360 111)	(14 720 222)	(29 440 443)
Recursos de bancos centrais e de outras instituições de crédito	21 397	10 698	5 349	(5 349)	(10 698)	(21 397)
Recursos de clientes e outros empréstimos	5 595 481	2 797 741	1 398 870	(1 398 870)	(2 797 741)	(5 595 481)
Passivos subordinados	23 786 863	11 893 431	5 946 716	(5 946 716)	(11 893 431)	(23 786 863)
Outros passivos	36 702	18 351	9 176	(9 176)	(18 351)	(36 702)
IMPACTO LÍQUIDO	97 939 864	48 969 932	24 484 966	(24 484 966)	(48 969 932)	(97 939 864)

E em 31 de Dezembro de 2017, em termos individuais e consolidados, respectivamente:

INDIVIDUAL 31/12/2017	Variação das taxas de juro					
	-200 bp	-100 bp	-50 bp	+50 bp	+100 bp	+200 bp
ACTIVOS	63 712 544	31 856 272	15 928 136	(15 928 136)	(31 856 272)	(63 712 544)
Aplicações em bancos centrais e em outras instituições de crédito	211 064	105 532	52 766	(52 766)	(105 532)	(211 064)
Activos financeiros disponíveis para venda	381 229	190 615	95 307	(95 307)	(190 615)	(381 229)
Investimentos detidos até a maturidade	94 354	47 177	23 588	(23 588)	(47 177)	(94 354)
Crédito a clientes	16 033 666	8 016 833	4 008 417	(4 008 417)	(8 016 833)	(16 033 666)
Outros activos	46 992 231	23 496 115	11 748 058	(11 748 058)	(23 496 115)	(46 992 231)
PASSIVOS	17 035 603	8 517 802	4 258 901	(4 258 901)	(8 517 802)	(17 035 603)
Recursos de bancos centrais e de outras instituições de crédito	873 486	436 743	218 372	(218 372)	(436 743)	(873 486)
Recursos de clientes e outros empréstimos	3 241 329	1 620 664	810 332	(810 332)	(1 620 664)	(3 241 329)
Passivos subordinados	12 901 023	6 450 512	3 225 256	(3 225 256)	(6 450 512)	(12 901 023)
Outros passivos	19 765	9 883	4 941	(4 941)	(9 883)	(19 765)
IMPACTO LÍQUIDO	46 676 940	23 338 470	11 669 235	(11 669 235)	(23 338 470)	(46 676 940)

(milhares de kwanzas)

CONSOLIDADO 31/12/2017	Variação das taxas de juro (milhares de kwanzas)					
	-200 bp	-100 bp	-50 bp	+50 bp	+100 bp	+200 bp
ACTIVOS	63 712 530	31 856 265	15 928 132	(15 928 132)	(31 856 265)	(63 712 530)
Aplicações em bancos centrais e em outras instituições de crédito	211 064	105 532	52 766	(52 766)	(105 532)	(211 064)
Activos financeiros disponíveis para venda	381 229	190 615	95 307	(95 307)	(190 615)	(381 229)
Investimentos detidos até a maturidade	94 354	47 177	23 588	(23 588)	(47 177)	(94 354)
Crédito a clientes	16 033 652	8 016 826	4 008 413	(4 008 413)	(8 016 826)	(16 033 652)
Outros activos	46 992 231	23 496 115	11 748 058	(11 748 058)	(23 496 115)	(46 992 231)
PASSIVOS	17 033 986	8 516 993	4 258 496	(4 258 496)	(8 516 993)	(17 033 986)
Recursos de bancos centrais e de outras instituições de crédito	873 486	436 743	218 372	(218 372)	(436 743)	(873 486)
Recursos de clientes e outros empréstimos	3 239 711	1 619 856	809 928	(809 928)	(1 619 856)	(3 239 711)
Passivos subordinados	12 901 023	6 450 512	3 225 256	(3 225 256)	(6 450 512)	(12 901 023)
Outros passivos	19 765	9 883	4 941	(4 941)	(9 883)	(19 765)
IMPACTO LÍQUIDO	46 678 544	23 339 272	11 669 636	(11 669 646)	(23 339 272)	(46 678 544)

Face aos *gaps* de taxa de juro observados, em 31 de Dezembro de 2018, uma variação positiva instantânea e paralela das taxas de juro em 200 pontos base motivaria uma variação (+/-) do valor económico esperado da carteira bancária de cerca de AOA 97.940.334 milhares (2017: AOA 46.676.940 milhares). Os resultados apresentados estão dentro dos limites fixados pelo BNA, no Aviso nº 08/2016 de 16 de Maio, para este risco específico.

Nos termos do Artigo 6º do Aviso nº 08/2016 de 16 de Maio, o Banco deverá informar o Banco Nacional de Angola sempre que se verifique uma redução potencial do valor económico igual na sua carteira bancária ou superior a 20% dos fundos próprios regulamentares. No decorrer do exercício de 2017, o Banco cumpriu com este requisito.

A carteira bancária do banco tem uma componente considerável em Moeda Estrangeira, o que torna imperioso, a luz dos regulamentos, uma análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros por moeda.

A repartição dos activos e passivos, a Dezembro de 2018, por moeda, é analisado como segue, em termos individuais e consolidados, respectivamente:

(milhares de kwanzas)

INDIVIDUAL 31/12/2018	Kwanzas	Dólares dos EUA	Euros	Outras moedas	Total
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	55 704 839	138 708 503	485 176	2 835	194 901 353
Disponibilidades em outras instituições de crédito	138 556	36 107 761	17 532 644	197 852	53 976 813
Aplicações em bancos centrais e em outras instituições de crédito	-	95 373 032	14 498 635	-	109 871 667
Justo valor através de resultados	2 059 171	4 392 002	-	-	6 451 173
Justo valor através de outro rendimento integral	89 981	-	9 881	-	99 862
Custo Amortizado	49 809 815	125 556 548	-	-	175 366 362
Crédito a clientes	87 748 129	36 249 491	540 121	-	124 537 742
Investimentos em associadas e empreendimentos conjuntos	2 480 184	-	-	-	2 480 184
Outros activos	32 067 706	611 930 359	12 707	-	644 010 772
ACTIVOS	230 098 380	1 048 317 696	33 079 164	200 687	1 311 695 927
Recursos de bancos centrais e de outras instituições de crédito	11 184 265	15 715 175	2 434 657	-	29 334 097
Recursos de clientes e outros empréstimos	303 441 446	741 522 400	14 142 514	16 060	1 059 122 420
Passivos financeiros detidos para negociação	-	-	-	-	-
Passivos subordinados	-	132 262 143	-	-	132 262 143
Outros passivos	18 769 718	26 244 398	854 089	9 603	45 877 808
PASSIVOS	333 395 429	915 744 116	17 431 261	25 663	1 266 596 468
POSIÇÃO POR MOEDA	(103 297 049)	132 573 580	15 647 903	175 024	45 099 459

(milhares de kwanzas)

CONSOLIDADO 31/12/2018	Kwanzas	Dólares dos EUA	Euros	Outras moedas	Total
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	55 704 839	138 708 503	485 176	2 835	194 901 353
Disponibilidades em outras instituições de crédito	138 556	36 107 761	17 532 644	197 852	53 976 813
Aplicações em bancos centrais e em outras instituições de crédito	-	95 373 032	14 498 635	-	109 871 667
Justo valor através de resultados	2 059 171	4 392 002	-	-	6 451 173
Justo valor através de outro rendimento integral	89 981	-	9 881	-	99 862
Custo Amortizado	49 875 661	125 556 548	-	-	175 432 209
Crédito a clientes	87 748 129	36 249 491	540 121	-	124 537 742
Investimentos em associadas e empreendimentos conjuntos	530 587	-	-	-	530 587
Outros activos	32 442 421	611 930 359	12 707	-	644 385 487
ACTIVOS	228 589 345	1 048 317 696	33 079 164	200 687	1 310 186 892
Recursos de bancos centrais e de outras instituições de crédito	11 183 528	15 715 175	2 434 657	-	29 333 360
Recursos de clientes e outros empréstimos	300 520 068	741 522 400	14 142 514	16 060	1 056 201 043
Passivos financeiros detidos para negociação	-	-	-	-	-
Passivos subordinados	-	132 262 143	-	-	132 262 143
Outros passivos	19 125 178	26 244 398	854 089	9 603	46 233 268
PASSIVOS	330 828 775	915 744 116	17 431 261	25 663	1 264 029 814
POSIÇÃO POR MOEDA	(102 239 430)	132 573 580	15 647 903	175 024	46 157 078

E em 31 de Dezembro de 2017, em termos individuais e consolidados, respectivamente:

(milhares de kwanzas)

INDIVIDUAL 31/12/2017	Kwanzas	Dólares dos EUA	Euros	Outras moedas	Total
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	83 695 781	54 687 169	164 522	1 695	138 549 166
Disponibilidades em outras instituições de crédito	-	15 731 480	18 914 566	109 885	34 755 931
Aplicações em bancos centrais e em outras instituições de crédito	-	58 818 762	23 149 342	-	81 968 105
Justo valor através de resultados	1 635	-	-	-	1 635
Justo valor através de outro rendimento integral	102 125	-	-	-	102 125
Custo Amortizado	29 425 434	119 194 315	-	-	148 619 748
Crédito a clientes	149 725 153	29 085 566	24 894	-	178 835 613
Investimentos em associadas e empreendimentos conjuntos	1 517 075	-	-	-	1 517 075
Outros activos	16 189 112	267 476 144	15 891	-	283 681 147
ACTIVOS	280 656 314	544 993 436	42 269 215	111 580	868 030 545
Recursos de bancos centrais e de outras instituições de crédito	1 696 557	117 637 295	560 449	-	119 894 301
Recursos de clientes e outros empréstimos	299 575 758	344 567 056	7 677 949	12 838	651 833 602
Passivos financeiros detidos para negociação	-	1 157	-	-	1 157
Passivos subordinados	-	71 111 361	-	-	71 111 361
Outros passivos	15 783 097	11 612 771	1 299 699	5 983	28 701 550
PASSIVOS	317 055 412	544 929 641	9 538 097	18 821	871 541 971
POSIÇÃO POR MOEDA	(36 399 098)	63 795	32 731 117	92 758	(3 511 426)

(milhares de kwanzas)

CONSOLIDADO 31/12/2017	Kwanzas	Dólares dos EUA	Euros	Outras moedas	Total
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	83 695 782	54 687 169	164 522	1 695	138 549 167
Disponibilidades em outras instituições de crédito	188 382	15 731 480	18 914 566	109 885	34 944 313
Aplicações em bancos centrais e em outras instituições de crédito	-	58 818 762	23 149 342	-	81 968 105
Justo valor através de resultados	1 635	-	-	-	1 635
Justo valor através de outro rendimento integral	102 125	-	-	-	102 125
Custo Amortizado	29 425 434	119 194 315	-	-	148 619 748
Crédito a clientes	149 707 864	29 085 566	24 894	-	178 818 324
Investimentos em associadas e empreendimentos conjuntos	433 968	-	-	-	433 968
Outros activos	16 381 626	267 476 144	15 891	-	283 873 662
ACTIVOS	279 936 815	544 993 436	42 269 215	111 580	867 311 046
Recursos de bancos centrais e de outras instituições de crédito	1 696 557	117 637 295	560 449	-	119 894 301
Recursos de clientes e outros empréstimos	297 554 140	344 567 056	7 677 949	12 838	649 811 984
Passivos financeiros detidos para negociação	-	1 157	-	-	1 157
Passivos subordinados	-	71 111 361	-	-	71 111 361
Outros passivos	16 141 597	11 612 771	1 299 699	5 983	29 060 051
PASSIVOS	315 392 294	544 929 641	9 538 097	18 821	869 878 854
POSIÇÃO POR MOEDA	(35 455 479)	63 795	32 731 117	92 758	(2 567 807)

A análise de sensibilidade do valor patrimonial dos instrumentos financeiros a variações das taxas de câmbio à data de Dezembro de 2018 é apresentada como se segue, em termos individuais e consolidados, respectivamente:

(milhares de kwanzas)

31/12/2018	-40%	-20%	-10%	-5%	+5%	+10%	+20%	+40%
MOEDA								
Dólares dos EUA	53 029 432	26 514 716	13 257 358	6 628 679	(6 628 679)	(13 257 358)	(26 514 716)	(53 029 432)
Euros	6 259 161	3 129 581	1 564 790	782 395	(782 395)	(1 564 790)	(3 129 581)	(6 259 161)
Outras moedas	-	-	-	-	-	-	-	-
IMPACTO	59 288 593	29 644 297	14 822 148	7 411 074	(7 411 074)	(14 822 148)	(29 644 297)	(59 288 593)

(milhares de kwanzas)

31/12/2017	-40%	-20%	-10%	-5%	+5%	+10%	+20%	+40%
MOEDA								
Dólares dos EUA	42 911 931	21 455 966	10 727 983	5 363 991	(5 363 991)	(10 727 983)	(21 455 966)	(42 911 931)
Euros	13 218 555	6 609 277	3 304 639	1 652 319	(1 652 319)	(3 304 639)	(6 609 277)	(13 218 555)
Outras moedas	-	-	-	-	-	-	-	-
IMPACTO	56 130 486	28 065 243	14 032 622	7 016 311	(7 016 311)	(14 032 622)	(28 065 243)	(56 130 486)

O resultado do teste apresentado corresponde ao impacto esperado (antes de impostos) nos capitais próprios, incluindo interesses minoritários, devido a uma valorização de 40% do Kwanza face às restantes moedas.

Avaliação de Riscos

Risco de Liquidez

A avaliação do risco de liquidez é feita utilizando métricas internas definidas pela gestão do Banco, incluindo a fixação dos limites de exposição.

Este controlo é reforçado com o acompanhamento mensal de análises de sensibilidade, com o objectivo de adequar o perfil de risco do Banco as exigências da sua actividade e assegurar que as suas obrigações, num cenário de crise de liquidez, são cumpridas.

O controlo dos níveis de liquidez tem como objectivo manter um nível satisfatório de disponibilidades para fazer

face às necessidades de tesouraria no curto, médio e longo prazo. O risco de liquidez é monitorizado diariamente, sendo elaborados relatórios específicos, para efeitos de controlo e acompanhamento e para o apoio à tomada de decisão em sede de comité financeiro ou em reunião de comissão executiva.

A evolução da situação de liquidez é efectuada, em particular, com base nos fluxos de caixa futuros estimados para vários horizontes temporais, tendo em conta o balanço do Banco, contudo por simplificação o Banco apresenta o quadro abaixo com base nos prazos de maturidade residuais ao invés dos fluxos de caixa futuros estimados. Aos valores apurados é adicionada a posição de liquidez do dia de análise e o montante de activos considerados altamente

líquidos existentes na carteira e disponíveis para operações de liquidez, determinando-se assim o *gap* de liquidez acumulado para vários horizontes temporais. Adicionalmente, é também realizado um acompanhamento das posições de liquidez de um ponto de vista prudencial, calculadas segundo as regras exigidas pelo Banco Nacional de Angola (Instrução n.º 06/2016 de 08 de Agosto).

Face às limitações de informação não é possível divulgar os mapas de prazos de liquidez com base nas datas de *cash flows* contratados, utilizando para o efeito os valores contabilísticos líquidos de imparidade. Neste contexto, a 31 de Dezembro de 2018, o *gap* de liquidez do balanço do Banco apresentava a seguinte estrutura, em termos individuais e consolidados, respectivamente:

Prazos Residuais

(milhares de kwanzas)

INDIVIDUAL 31/12/2018	À Vista	Até 1 Mês	Entre 1 a 3 Meses	Entre 3 a 6 Meses	Entre 6 meses a 1 ano	Entre 1 a 3 anos	Entre 3 a 5 anos	Mais de 5 anos	Indeterminado	Total	
ACTIVOS	327 223 272	73 258 528	35 718 794		7 323 843	1 988 517	70 326 292	70 916 425	722 360 209	2 580 046	1 311 695 927
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	194 901 353	-	-		-	-	-	-	-	-	194 901 353
Disponibilidades em outras instituições de crédito	53 976 813	-	-		-	-	-	-	-	-	53 976 813
Aplicações em bancos centrais e em outras instituições de crédito	9 330 566	67 323 011	27 037 538		6 180 552	-	-	-	-	-	109 871 667
Justo valor através de resultados	-	-	-		-	-	-	4 392 478	-	-	4 392 478
Justo valor através de outro rendimento integral	-	-	-		-	-	-	-	99 862	-	99 862
Custo Amortizado	-	-	-		-	-	62 621 161	62 915 002	51 888 895	-	177 425 057
Crédito a clientes	12 116 087	5 935 518	8 681 257		1 143 291	1 988 517	7 705 131	8 001 424	78 966 517	-	124 537 742
Investimentos em associadas e empreendimentos conjuntos	-	-	-		-	-	-	-	-	2 480 184	2 480 184
Outros activos	56 898 452	-	-		-	-	-	-	587 112 319	-	644 010 772
PASSIVOS	611 479 354	89 131 904	83 080 434		109 035 760	236 697 862	4 044 347	346 817	132 779 991	-	1 266 596 468
Recursos de bancos centrais e de outras instituições de crédito	29 334 097	-	-		-	-	-	-	-	-	29 334 097
Recursos de clientes e outros empréstimos	536 267 449	89 131 904	83 080 434		109 035 760	236 697 862	4 044 347	346 817	517 848	-	1 059 122 420
Passivos financeiros detidos para negociação	-	-	-		-	-	-	-	-	-	-
Passivos subordinados	-	-	-		-	-	-	-	132 262 143	-	132 262 143
Outros passivos	45 877 808	-	-		-	-	-	-	-	-	45 877 808
GAP DE LIQUIDEZ	(284 256 0839)	(15 873 376)	(47 361 639)		(101 711 917)	(234 709 345)	66 281 946	70 569 608	589 580 218	2 580 046	45 099 459
GAP ACUMULADO DE LIQUIDEZ	(284 256 083)	(300 129 459)	(347 491 098)		(449 203 014)	(683 912 359)	(617 630 413)	(547 060 805)	42 519 413	45 099 459	90 198 918

Prazos Residuais

(milhares de kwanzas)

CONSOLIDADO 31/12/2018	À Vista	Até 1 Mês	Entre 1 a 3 Meses	Entre 3 a 6 Meses	Entre 6 meses a 1 ano	Entre 1 a 3 anos	Entre 3 a 5 anos	Mais de 5 anos	Indeterminado	Total	
ACTIVOS	327 597 987	73 258 528	35 718 794		7 323 843	1 988 517	70 392 139	70 916 425	722 360 209	630 449	1 310 186 892
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	194 901 353	-	-		-	-	-	-	-	-	194 901 353
Disponibilidades em outras instituições de crédito	53 976 813	-	-		-	-	-	-	-	-	53 976 813
Aplicações em bancos centrais e em outras instituições de crédito	9 330 566	67 323 011	27 037 538		6 180 552	-	-	-	-	-	109 871 667
Justo valor através de resultados	-	-	-		-	-	-	4 392 478	-	-	4 392 478
Justo valor através de outro rendimento integral	-	-	-		-	-	-	-	99 862	-	99 862
Custo Amortizado	-	-	-		-	-	62 687 007	62 915 002	51 888 895	-	177 490 904
Crédito a clientes	12 116 087	5 935 518	8 681 257		1 143 291	1 988 517	7 705 131	8 001 424	78 966 517	-	124 537 742
Investimentos em associadas e empreendimentos conjuntos	-	-	-		-	-	-	-	-	530 587	530 587
Outros activos	57 273 167	-	-		-	-	-	-	587 112 319	-	644 385 487
PASSIVOS	608 912 700	89 131 904	83 080 434		109 035 760	236 697 862	4 044 347	346 817	132 779 991	-	1 264 029 814
Recursos de bancos centrais e de outras instituições de crédito	29 333 360	-	-		-	-	-	-	-	-	29 333 360
Recursos de clientes e outros empréstimos	533 346 071	89 131 904	83 080 434		109 035 760	236 697 862	4 044 347	346 817	517 848	-	1 056 201 043
Passivos financeiros detidos para negociação	-	-	-		-	-	-	-	-	-	-
Passivos subordinados	-	-	-		-	-	-	-	132 262 143	-	132 262 143
Outros passivos	46 233 268	-	-		-	-	-	-	-	-	46 233 268
GAP DE LIQUIDEZ	(281 314 713)	(15 873 376)	(47 361 639)		(101 711 917)	(234 709 345)	66 347 792	70 569 608	589 580 218	630 449	46 157 078
GAP ACUMULADO DE LIQUIDEZ	(281 314 713)	(297 188 089)	(344 549 728)		(446 261 645)	(680 970 989)	(614 623 197)	(544 053 589)	45 526 629	46 157 078	92 314 157

E em 2017, em termos individuais e consolidados, respectivamente:

Prazos Residuais

(milhares de kwanzas)

INDIVIDUAL 31/12/2017	À Vista	Até 1 Mês	Entre 1 a 3 Meses	Entre 3 a 6 Meses	Entre 6 meses a 1 ano	Entre 1 a 3 anos	Entre 3 a 5 anos	Mais de 5 anos	Indeterminado	Total	
ACTIVOS	213 552 110	25 646 951	102 365 326		10 421 831	120 675 146	12 778 431	19 938 051	356 518 721	6 133 978	868 030 545
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	138 549 166	-	-		-	-	-	-	-	-	138 549 166
Disponibilidades em outras instituições de crédito	34 755 931	-	-		-	-	-	-	-	-	34 755 931
Aplicações em bancos centrais e em outras instituições de crédito	-	21 347 606	60 620 499		-	-	-	-	-	-	81 968 105
Activos financeiros disponíveis para venda	-	-	-		-	119 134 167	-	-	-	102 125	119 236 292
Investimentos detidos até a maturidade	-	-	29 485 581		-	-	-	-	-	-	29 485 581
Activos financeiros detidos para negociação	-	-	-		1 635	-	-	-	-	-	1 635
Crédito a clientes	20 105 176	4 299 345	12 259 246		10 420 196	1 540 979	12 778 431	19 938 051	97 494 189	-	178 835 613
Investimentos em associadas e empreendimentos conjuntos	-	-	-		-	-	-	-	-	1 517 075	1 517 075
Outros activos	20 141 836	-	-		-	-	-	-	259 024 532	4 514 779	283 681 147
PASSIVOS	331 224 537	70 545 560	90 900 191		130 673 307	160 903 454	11 434 210	254 126	71 611 327	-	867 546 714
Recursos de bancos centrais e de outras instituições de crédito	3 011 117	30 945 946	6 411 125		43 861 716	35 664 397	-	-	-	-	119 894 301
Recursos de clientes e outros empréstimos	303 507 127	39 599 614	84 489 066		86 811 592	125 239 058	11 433 053	254 126	499 966	-	651 833 602
Passivos financeiros detidos para negociação	-	-	-		-	-	1 157	-	-	-	1 157
Passivos subordinados	-	-	-		-	-	-	-	71 111 361	-	71 111 361
Outros passivos	24 706 293	-	-		-	-	-	-	-	-	24 706 293
GAP DE LIQUIDEZ	(117 672 428)	(44 898 6099)	11 465 135		(120 251 476)	(40 228 309)	1 344 221	19 683 925	284 907 393	6 133 978	483 831
GAP ACUMULADO DE LIQUIDEZ	(117 672 428)	(162 571 036)	(151 105 902)		(271 357 378)	(311 585 686)	(310 241 466)	(290 557 541)	(5 650 147)	483 830	967 661

Prazos Residuais

(milhares de kwanzas)

CONSOLIDADO 31/12/2017	À Vista	Até 1 Mês	Entre 1 a 3 Meses	Entre 3 a 6 Meses	Entre 6 meses a 1 ano	Entre 1 a 3 anos	Entre 3 a 5 anos	Mais de 5 anos	Indeterminado	Total	
ACTIVOS	213 723 203	25 646 951	102 365 326		10 421 831	120 675 146	12 778 431	19 938 051	356 518 721	5 243 386	867 311 046
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	138 549 167	-	-		-	-	-	-	-	-	138 549 167
Disponibilidades em outras instituições de crédito	34 944 313	-	-		-	-	-	-	-	-	34 944 313
Aplicações em bancos centrais e em outras instituições de crédito	-	21 347 606	60 620 499		-	-	-	-	-	-	81 968 105
Activos financeiros disponíveis para venda	-	-	-		-	119 134 167	-	-	-	102 125	119 236 292
Investimentos detidos até a maturidade	-	-	29 485 581		-	-	-	-	-	-	29 485 581
Activos financeiros detidos para negociação	-	-	-		1 635	-	-	-	-	-	1 635
Crédito a clientes	20 087 886	4 299 345	12 259 246		10 420 196	1 540 979	12 778 431	19 938 051	97 494 189	-	178 818 324
Investimentos em associadas e empreendimentos conjuntos	-	-	-		-	-	-	-	-	433 968	433 968
Outros activos	20 141 836	-	-		-	-	-	-	259 024 532	4 707 293	283 873 661
PASSIVOS	329 561 420	70 545 560	90 900 191		130 673 307	160 903 454	11 434 210	254 126	71 611 327	-	865 883 597
Recursos de bancos centrais e de outras instituições de crédito	3 011 117	30 945 946	6 411 125		43 861 716	35 664 397	-	-	-	-	119 894 301
Recursos de clientes e outros empréstimos	301 485 509	39 599 614	84 489 066		86 811 592	125 239 058	11 433 053	254 126	499 966	-	649 811 984
Passivos financeiros detidos para negociação	-	-	-		-	-	1 157	-	-	-	1 157
Passivos subordinados	-	-	-		-	-	-	-	71 111 361	-	71 111 361
Outros passivos	25 064 794	-	-		-	-	-	-	-	-	25 064 794
GAP DE LIQUIDEZ	(115 838 217)	(44 898 609)	11 465 135		(120 251 476)	(40 228 309)	1 344 221	19 683 925	284 907 393	5 243 386	1 427 450
GAP ACUMULADO DE LIQUIDEZ	(115 838 217)	(160 736 826)	(149 271 691)		(269 523 167)	(309 751 476)	(308 407 255)	(288 723 330)	(3 815 936)	1 427 450	2 854 899

O Banco através da operação descrita na nota 36, no que respeita à liquidação do financiamento de curto prazo com o BNA, obteve melhorias significativas ao nível do seu Rácio de Liquidez, tendo sido previsto que a evolução positiva da situação financeira do Banco resultante desta operação supriria definitivamente esta insuficiência. Tal melhoria tem-se concretizado a julgar pelos indicadores apresentados.

curto-médio prazo (inferior a cinco anos) decorrente da natureza e maturidade do outro activo a receber do GENSA com maturidade de muito longo prazo. Nesse sentido, é expectativa do Banco a resolução do *gap* de liquidez acima mencionado decorrente da operação de aumento de capital mencionado na nota seguinte.

Em 31 de Dezembro de 2018, o Rácio de Liquidez calculado em conformidade com o Instrutivo 19/2016 de 30 de Agosto ascende a 174% (2017: 105%) representando uma significativa melhoria na gestão do risco de liquidez. Este instrutivo define como mínimo um rácio de 100% para a exposição em AOA e 150% para a exposição em moeda estrangeira, o que revela os progressos alcançados, contudo o Banco apresenta um *gap* de liquidez muito acentuado no

Avaliação de Riscos

Risco Imobiliário

O risco imobiliário resulta da exposição em imóveis (quer provenientes de processos de recuperação de crédito, quer propriedades de investimento), bem como de unidades de fundos imobiliários detidos na carteira de títulos.

Estas exposições são acompanhadas regularmente e são realizadas análises de cenários que procuram estimar potenciais impactos de alterações no mercado imobiliário nas carteiras de fundos de investimento imobiliário, imóveis de investimento e de imóveis dados em dação.

A exposição a imóveis e unidades de participação de fundos imobiliários a 31 de Dezembro de 2018 e em 2017 apresentava os seguintes valores, em termos individuais e consolidados:

(milhares de kwanzas)

INDIVIDUAL	31/12/2018	31/12/2017
Outros activos		
Imóveis detidos em dação de crédito	5 141 259	-
Outros imóveis não afectos à actividade bancária	309 777	-
Activos não correntes detidos para venda		
Imóveis detidos em dação de crédito	-	5 141 259
Outros activos tangíveis		
Imóveis afectos à actividade bancária	46 897 187	47 747 863
	52 348 223	52 889 122

Avaliação de Riscos

Risco Operacional

Encontra-se implementado um sistema de gestão de risco operacional que se baseia na identificação, avaliação, acompanhamento, medição, mitigação e reporte deste tipo de risco.

A Direcção de Risco Operacional do Banco exerce a função corporativa de gestão de risco operacional do Banco que é suportada pela existência de Interlocutores em diferentes unidades orgânicas que asseguram a adequada implementação da gestão de risco operacional no Banco.

Avaliação de Riscos

Relatórios e Gestão de Risco

Gestão do Risco Estratégico

No âmbito da gestão do Risco Estratégico, o Gabinete de Gestão de Riscos segue os seguintes princípios:

- Identificação dos riscos estratégicos a que o Banco está sujeito, avaliando quantitativa e qualitativamente os seus efeitos potenciais, de forma a determinar o grau de tolerância ao risco;
- Monitorização de indicadores económicos e a simulação de cenários de *stress tests*;
- Monitorização da eficácia do modelo de gestão de risco de estratégia, garantindo a manutenção da exposição conforme o grau de tolerância estabelecido e identificando oportunidades de melhoria ao nível da resposta às condições de mercado e das premissas utilizadas na tomada de decisão.

Gestão do Risco de Concentração

Em matéria de Risco de Concentração, o Banco adopta os seguintes princípios orientadores na sua actividade de gestão e mitigação:

- Definição e avaliação dos Riscos de Concentração a que o Banco está sujeito, bem como medidas de prevenção e mitigação a adoptar para cada um dos riscos identificados;
- Implementação de procedimentos adequados que permitam avaliar as necessidades de capital interno, considerando os resultados das técnicas de mitigação de risco aplicadas na gestão do nível de concentração das suas carteiras;

- Estabelecimento de limites de exposição apropriados ao risco de concentração, referentes às fontes de funding, aplicações de liquidez, posições fora de balanço, ou outros limites consistentes com a estratégia e perfil de risco global do Banco;
- Definição de procedimentos de acompanhamento regular do cumprimento dos limites definidos e medidas a adoptar em caso de desvio;
- Adequação do grau e tipo de acompanhamento do Risco de Concentração regularmente, reflectindo a actual natureza, escala e grau de diversificação da carteira.

Gestão do Risco Reputacional

No âmbito da gestão do Risco Reputacional, o Gabinete de Gestão de Riscos adopta os seguintes princípios:

- Identificação do risco decorrente da percepção negativa sobre o Banco por parte dos seus *stakeholders* e avaliação quantitativa e qualitativa do seu efeito potencial;
- Prevenção do risco através da monitorização das relações mantidas com Clientes e das transacções registadas através dos relatórios de actividade produzidos pelas demais Direcções/Gabinetes;
- Criação e implementação de mecanismos de mitigação do impacto de riscos reputacionais;
- Registo e controlo de variáveis caracterizadoras da reputação do Banco, de forma a garantir a manutenção da exposição conforme o nível de tolerância estabelecido e mitigar atempadamente potenciais desvios.

Comité de Risco

O Gabinete de Gestão de Riscos é responsável pela organização do Comité de Risco, onde se propõe a desempenhar as seguintes funções:

- De acordo com a estratégia elaborada pela Comissão Executiva, reflectir a mesma nas Políticas de Gestão de Riscos;
- Analisar os resultados dos indicadores de monitorização para cada tipologia de risco;
- Verificar a actualidade/adequação dos modelos de cálculo dos riscos;
- Inferir quanto à adequação dos fundos próprios, através da realização de exercícios de *Stress Testing* elaborados pelo GGR;

- Acompanhar a exposição a cada tipologia de risco, através dos respectivos indicadores de monitorização;
- Monitorizar a adequação do Sistema de Gestão de Riscos;
- Analisar a evolução da carteira de crédito e do crédito vencido;
- Expor as novas operações de crédito mais significativas, bem como as operações de crédito vencido mais significativas, principalmente as novas;
- Analisar a evolução das provisões/imparidades;
- Analisar as principais operações de reestruturação;
- Aprovar as linhas gerais dos manuais dos riscos e as alterações aos mesmos;
- Submeter um reporte de informação regular à Comissão Executiva e ao Conselho de Administração sobre o funcionamento dos sistemas de gestão de riscos e recomendações de melhoria aos mesmos e solicitar a tomada de decisão.

Business Intelligence & Análise de Portefólio

O Gabinete de Gestão de Riscos é responsável pelos seguintes mecanismos:

- Criar ferramentas para reporte e análise de risco.

Modelização de Portefólio e Metodologias

No âmbito da modelização de portefólio e metodologias, o Gabinete de Gestão de Riscos adopta as seguintes tarefas:

- Criar modelos para diferentes medidas de risco que permitam realizar testes de *stress* (começar com modelos simples e onde não existem)
- Criar modelo para calcular Rácio de Solvabilidade

Avaliação de Riscos

Gestão de Capital e Rácio de Solvabilidade

No decorrer do ano 2017, vigoraram duas metodologias de cálculo e prestação de informação de fundos próprios regulamentares e rácio de solvabilidade regulamentar para as instituições financeiras. Até Setembro, o pacote regulamentar do BNA em vigor era o seguinte:

- Aviso nº 05/2007 de 12 de Setembro,
- Instrutivo nº 03/2011 de 8 de Junho,
- Aviso nº 2/2015 de 26 de Janeiro,
- Aviso nº10/2014 de 5 de Dezembro.

Após Setembro entrou em vigor um novo pacote regulamentar para regular a matéria de FPR e RSR são:

- Aviso n.º 02/2016 de 15 de Junho,
- Instrutivo nº12/2016 de 08 de Agosto,
- Instrutivo nº14/2016 de 08 de Agosto,
- Instrutivo nº16/2016 de 08 de Agosto.

As instituições bancárias sob supervisão do BNA devem manter um nível de fundos próprios compatíveis com a natureza e escala das operações devidamente ponderados pelos riscos inerentes às operações, sendo o Rácio de Solvabilidade Regulamentar mínimo de 10%.

A observância do nível mínimo de capital social e FPR, assim como o Aviso n.º 2/2016, sobre o Rácio de Solvabilidade Regulamentar (RSR) das Instituições Financeiras, é condição indispensável para o funcionamento do Banco.

Segundo o pacote regulamentar publicado em 2016, os Fundos Próprios regulamentares compreendem:

- Fundos Próprios de Base – compreendem (i) capital social realizado; (ii) reservas e resultados transitados de exercícios anteriores; (iii) impostos deferidos; e (iv) outros valores autorizados pelo Banco Nacional de Angola.
- Fundos Próprios Complementares – compreendem (i) acções preferenciais remíveis; (ii) fundos e provisões genéricas; (iii) reservas provenientes da realização dos imóveis

de uso próprio; (iv) dívidas subordinadas e instrumentos híbridos de capital e dívida; e (v) outros valores autorizados pelo Banco Nacional de Angola.

- Deduções – Compreendem: (i) Capital social realizado por outras instituições financeiras, de que as instituições sejam detentoras; (ii) Instrumentos emitidos por outras instituições financeiras, de que as instituições sejam detentoras; (iii) Acções preferenciais remíveis, emitidas por outras instituições financeiras de que as instituições sejam detentoras; (iv) Dívida subordinada emitida por outras instituições financeiras de que as instituições sejam detentoras; (v) Excessos face aos limites estabelecidos no Aviso sobre limites prudenciais aos grandes riscos; (vi) Transacções incompletas desde 5 dias úteis após o segundo pagamento ou entrega até à extinção da transacção e (vii) Riscos cobertos por fundos próprios.

Medidas do BNA

RÁCIO DE SOLVABILIDADE INDIVIDUAL		31/12/2018
Base de cálculo		
Rácio de solvabilidade regulamentar (RSR)	(FPR/Requisitos de FPR) x 10% (valor em percentagem)	20,75%
Fundos próprios regulamentares (FPR)	Fundos próprios de base + fundos próprios complementares (valor em Kwanzas)	199.735.255.506
Requisitos de FPR	Requisito de FPR para risco de crédito e risco de crédito de contraparte (valor em Kwanzas)	82.853.839.571
	Requisito de FPR para risco de mercado e risco de crédito de contraparte na carteira de negociação (valor em Kwanzas)	13.378.503.546
	Requisito de FPR para risco operacional (valor em Kwanzas)	9.021.801

Medidas do BNA

RÁCIO DE SOLVABILIDADE CONSOLIDADO		31/12/2018
Base de cálculo		
Rácio de solvabilidade regulamentar (RSR)	(FPR/Requisitos de FPR) x 10% (valor em percentagem)	20,87%
Fundos próprios regulamentares (FPR)	Fundos próprios de base + fundos próprios complementares (valor em Kwanzas)	200.585.968.323
Requisitos de FPR	Requisito de FPR para risco de crédito e risco de crédito de contraparte (valor em Kwanzas)	82.712.389.088
	Requisito de FPR para risco de mercado e risco de crédito de contraparte na carteira de negociação (valor em Kwanzas)	13.378.503.546
	Requisito de FPR para risco operacional (valor em Kwanzas)	9.185.501

Contudo, importa mencionar que os rácios acima mencionados não consideram os eventos subsequentes mencionados na Nota 36 e Nota 37.

Nota 36

Factos Relevantes

Operação de Transmissão de Direitos Económicos sobre Activos

O Banco Económico resultou da redenominação do Banco Espírito Santo Angola em sequência das medidas de saneamento deliberadas pelo Banco Nacional de Angola a 20 de Outubro de 2014 e da Assembleia Geral ocorrida a 29 de Outubro de 2014.

A 4 de Agosto de 2014, o Banco Nacional de Angola deliberou a adopção de medidas extraordinárias de saneamento por parte do Banco Espírito Santo Angola, que englobaram uma avaliação detalhada da carteira de crédito, sua componente a afectar a prejuízos, identificação dos elementos patrimoniais objecto de alienação e reestruturação e a revogação da Garantia Soberana, emitida em 31 de Dezembro de 2013 pela República de Angola, através de Despacho Presidencial Interno 7/2013, de 31 de Dezembro, no montante de 5.7 mil milhões de USD (556.4 mil milhões de AOA), incluindo 0.2 mil milhões de USD para outras naturezas de activos. De acordo com o referido Despacho Presidencial, a Garantia Soberana foi emitida considerando que o Banco Espírito Santo de Angola detinha e geria uma carteira de créditos e operações respeitantes a um conjunto de entidades empresariais angolanas, constituídas por micro, pequenas e grandes empresas que correspondem a operações de importância para a implementação dos objectivos constantes no Plano Nacional de Desenvolvimento 2013-2017 e com o objectivo de proteger os interesses fundamentais para o equilíbrio do sistema financeiro angolano. Simultaneamente, o Banco Nacional de Angola nomeou dois administradores provisórios para, em conjunto com o Conselho de Administração em funções, assegurar a gestão corrente.

A 20 de Outubro de 2014, o Banco Nacional de Angola divulgou o resultado do relatório sobre a situação patrimonial do Banco, elaborado pelos administradores provisórios nomeados, e o relatório de revisão de finalidade especial apresentado pelo auditor independente expressamente contratado para o efeito, os quais identificaram necessidades de ajustamentos aos fundos próprios do Banco Espírito Santo Angola no montante total de AOA 488.780 milhões, tendo os fundos próprios se tornado negativos em AOA 383.886 milhões.

Ainda a 20 de Outubro de 2014, em resultado dos ajustamentos aos fundos próprios, o Banco Nacional de Angola deliberou a adopção das seguintes medidas de saneamento:

- Aumento do capital por conversão de parte do empréstimo interbancário sénior, no montante de AOA 360.768 milhões, seguido de uma redução dos capitais próprios dos accionistas por absorção da totalidade dos prejuízos acumulados. Com esta operação, os actuais accionistas do banco vêm as suas participações no capital social, completamente diluídas;
- Aumento de capital no montante de AOA 65.000 milhões, pelos accionistas ou por entidades por si convidadas e aceites pelo Banco Nacional de Angola, a efectuar em numerário, com vista a reconstituir o capital social e assegurar o cumprimento dos rácios prudenciais mínimos;
- Conversão do montante de AOA 7.000 milhões do empréstimo interbancário sénior em capital social do Banco, representando uma participação social de 9,9% na Instituição, conversão que fica dependente da autorização a obter por parte do titular do empréstimo interbancário sénior junto das entidades competentes para a subscrição do referido capital social;
- Conversão do montante de AOA 41.596 milhões do empréstimo interbancário sénior num empréstimo comum em dólares norte-americanos e a taxas de mercado, reembolsável em 18 meses, com garantia prestada pelo Banco sobre 50% do seu valor, mediante a entrega de um penhor sobre títulos de dívida pública;
- Conversão do montante de AOA 41.595 milhões do empréstimo interbancário sénior num empréstimo subordinado em dólares norte-americanos e a taxas de mercado, reembolsável em 10 anos, com a possibilidade de conversão futura em capital social, até ao final do prazo de reembolso, desde que a participação do titular do empréstimo se mantenha abaixo dos 19,99%. Este montante poderá ser acrescido em AOA 7.000 milhões em caso de não conversão em capital do disposto na alínea c), acima.
- Colocação no mercado de instrumentos subordinados adicionais, no montante de AOA 50.000 milhões, até 31 de Dezembro de 2015, de forma a assegurar a manutenção dos rácios regulamentares.

A 29 de Outubro de 2014, realizou-se uma Assembleia Geral universal e extraordinária, em que os administradores

provisórios informaram os accionistas das medidas de saneamento a adoptar tendo convidado os então accionistas a recapitalizar o Banco nas condições apresentadas.

Não tendo os então accionistas manifestado interesse em capitalizar o Banco nas condições referidas, para além da GENI Novas Tecnologias S.A., foram aprovadas as seguintes operações:

Aumento de capital em numerário no montante de AOA 65.000 milhões, a ser realizado pelas seguintes entidades e nas proporções já aprovadas pelo Banco Nacional de Angola:

- A sociedade GENI Novas Tecnologias SA realizar uma entrada de AOA 14.328 milhões, representativa de uma participação de 19.900% do capital social.
- A sociedade LEKTRON CAPITAL SA realizar uma entrada de AOA 22.304 milhões, representativa de uma participação de 30.978% do capital social.
- A sociedade SONANGOL EP realizar uma entrada de AOA 11.520 milhões, representativa de uma participação de 16.000% do capital social.
- A sociedade SONANGOL SA realizar uma entrada de AOA 11.520 milhões, representativa de uma participação de 16.000% do capital social.
- A sociedade SONANGOL HOLDINGS LIMITADA realizar uma entrada de AOA 5.328 milhões, representativa de uma participação de 7.400% do capital social.

Aumento de capital de AOA 7.000 milhões, mediante conversão do empréstimo sénior titulado pelo Novo Banco S.A, correspondente a uma participação de 9.722% do capital social.

Com a realização da referida Assembleia Geral foi dada como finda a intervenção do Banco Nacional de Angola, tendo sido nomeados os novos órgãos sociais e aprovada a redenominação do Banco para Banco Económico.

Com referência ao empréstimo comum, constituído em resultado das medidas de saneamento do Banco Nacional de Angola, no montante de USD 424.860 milhares, encontrava-se previsto o reembolso integral do capital a 30 de Abril de 2016. Em face das restrições cambiais vigentes, o Banco Económico acordou com o Novo Banco S.A. a alteração das condições de reembolso do empréstimo. Em resultado do aditamento contratual, datado de 29 de Abril

de 2016, foi liquidado a 30 de Abril de 2016 o montante de USD 94.667.233,65, a 13 de Junho de 2016 o montante de USD 50 milhões e a 30 de Setembro de 2016 o montante de USD 73 milhões. O valor remanescente foi liquidado em Agosto de 2018. No referido aditamento contratual, o Banco Económico reforçou as garantias a favor do Novo Banco S.A. com penhor de primeiro grau, sobre 12.300 obrigações do tesouro da República de Angola, com o valor nominal de USD 10.000 e maturidade a 15 de Agosto de 2018.

Em substituição da emissão no mercado de instrumentos subordinados adicionais, no montante de AOA 50.000 milhões, anteriormente aprovados pelo Banco Nacional de Angola, foi concretizada, em 15 de Julho de 2016, com o GRUPO ENSA - Investimentos e Participações E.P. operações de transmissão dos interesses económicos de uma carteira de créditos, de unidades de participação e de venda de activos detidos pelo Banco Económico ("Operação com o Grupo Ensa"), com referência a 31 de Dezembro de 2014, enquadradas pelos Decretos Presidenciais 196/15 e 123/16, cujos detalhes são conforme segue:

- Transmissão de direitos económicos sobre créditos directos, por assinatura e outros valores no montante de 111.886 milhões de AOA e 1.981 milhões de USD. O Banco deteve uma opção de recompra de duas operações de crédito no montante de AOA 10.286 milhões até 2018 para a qual foi acordado, com o Grupo ENSA, o não exercício em 2018. Foram também transmitidos os direitos económicos sobre créditos abatidos ao activo, no montante bruto de AOA 88.716 milhares, totalmente provisionados .
- Venda de 49.191 unidades de participação no Fundo BESA Património, correspondente a 50.2% da totalidade das unidades de participação, no montante de AOA 5.975 milhões.
- Transmissão de direitos económicos relativos a 50.000 unidades de participação do Fundo BESA Valorização, correspondente a 100% da totalidade das unidades de participação do referido Fundo, no montante de AOA 54.102 milhões.
- Alienação de diversos bens não de uso próprio e do imobilizado em curso no montante de AOA 4.975 milhões.

Tendo as referidas operações produzido efeitos jurídicos e económicos retroagidos a 31 de Dezembro de 2014, após aprovação do Banco Nacional de Angola em 31 de Outubro de 2016, o Banco procedeu ao desconhecimento dos

referidos activos nesta data no montante total de AOA 380.743 milhões (AOA 176.939 milhões e USD 1.981 milhões), com excepção dos créditos directos sobre os quais o Banco mantém a opção de recompra no montante de AOA 10.286 milhões, por contrapartida de Outros activos (ver Nota 23), os quais foram desreconhecidos 2018 após acordo de não exercício com o Grupo ENSA.

Para pagamento do preço das operações sobre os diversos activos foi acordado o seguinte calendário:

- Com a assinatura dos contratos, o pagamento de AOA 47.040 milhões, realizado mediante a entrega de títulos de dívida pública da República de Angola (registadas na Carteira de títulos - nota 17).
- Cinco pagamentos anuais e constantes do remanescente do valor em dívida a partir de 15 de Julho de 2017 (com duas parcelas - AOA 25.980 milhões e USD 396 milhões).

Sobre o valor em dívida vencem-se juros à taxa de 7%.

O Acordo de Pagamento celebrado entre as partes prevê que as cinco prestações acima referidas sejam pagas por uma das seguintes formas, a aprovar por intervenção das pessoas colectivas de direito público e/ou os respectivos órgãos de tutela, regulatórias ou outras através dos instrumentos jurídico-económicos adequados para o efeito, nos termos da legislação a todo o tempo vigente:

- pela entrega de títulos de Obrigações do Tesouro da República de Angola em moeda nacional identificados no Decreto Presidencial nº 196/15, de 8 de Outubro, no Decreto Executivo nº 656/15, de 24 de Novembro, do Ministro das Finanças, e no Decreto Presidencial nº 123/16, de 9 de Junho, ou diploma relativo ao mesmo objecto que lhe suceda, nos termos previstos na respectiva legislação respeitante a dívida pública e suas formas de transmissão, sem prejuízo do disposto na alínea iii) seguinte, que prevalece;
- em dinheiro, sem prejuízo do disposto na alínea iii) seguinte, que prevalece;
- a parcela do preço indexada a USD em cada prestação anual deverá ser paga mediante a entrega de títulos de Obrigações do Tesouro da República de Angola indexados ao câmbio AOA/USD à taxa de câmbio pelo Banco Nacional de Angola na data de cada pagamento ou, em alternativa, paga mediante depósito de USD em conta bancária do Banco Económico.

Caso se mostre impossível à GRUPO ENSA efectuar o pagamento através dos meios acima mencionados, o pagamento poderá ser feito mediante a entrega de obrigações emitidas pela ENSA em montante, número, valor nominal, taxa de juro, modo de pagamento, prazos e condições de reembolso a aprovar pelas autoridades competentes nos termos da legislação aplicável, mas nunca em condições menos vantajosas para o Banco Económico que as estabelecidas neste Acordo e nos contratos das operações.

A 20 de Março de 2017, o Banco Económico transmitiu por dação em pagamento ao Banco Nacional de Angola uma carteira de obrigações do tesouro da República de Angola no valor de AOA 14.662 milhões e valores a receber da operação de transmissão e venda de activos ao Grupo ENSA Investimentos e Participações E.P. no montante de AOA 256.963 milhões (49% do total do saldo de "Outros activos"), para liquidação integral dos financiamentos concedidos pelo Banco Nacional de Angola ao Banco Económico no montante total à data de AOA 271.625 milhões (AOA 230.372 milhões em 31 de Dezembro de 2016 – Nota 23).

A 15 de Julho de 2017, encontrava-se previsto a realização do primeiro pagamento das cinco prestações anuais de capital e juros relativas às operações de transmissão de direitos económicos e de venda de activos, no montante total de AOA 179.360 milhões (AOA 54.360 milhões e USD 749 milhões, sendo AOA 25.980 milhões e USD 396 milhões de capital e AOA 28.380 milhões e USD 352 milhões de juros), dos quais AOA 76.734 milhões devidos ao Banco Nacional de Angola por força da cedência dos direitos a receber por parte do Banco Económico, conforme referido no parágrafo anterior. Conforme referido no Despacho do Sr. Ministro das Finanças datado de 9 de Outubro de 2017, enquanto órgão de tutela da GRUPO ENSA, por forma a ajustar o plano de pagamentos ao ritmo de recuperação dos créditos e outros activos permitido pelo actual contexto económico e minimizar os valores de dívida pública a emitir futuramente para suprir eventual défice, servindo os montantes recuperados até à presente data para pagamento parcial dos juros vencidos, foi autorizada a reformulação do Acordo de Pagamento da dívida como segue:

- Realizar um pagamento equivalente a AOA 25.216 milhões, dos quais AOA 388 milhões através de títulos de dívida pública, para liquidação parcial dos juros ao Banco Económico;
- Capitalizar o remanescente dos juros não liquidados no montante de USD 201 milhões e AOA 28.380 milhões;

— Alterar o plano de pagamentos da operação de transmissão de activos de 5 anos para 24 anos, de acordo com o previsto pelo Estado para emissão de dívida pública para esta natureza de operações, mantendo-se a taxa de juro em 7%. O novo plano prevê pagamentos anuais de capital de USD 90.940 milhares e AOA 6.594.949 milhares acrescidos de juros calculados sobre o capital em dívida.

A 19 de Dezembro de 2017, foi assinado um acordo entre o Banco e o GENSA, a formalizar as condições acima apresentadas.

A 31 de Dezembro de 2018, encontrava-se previsto o pagamento da primeira das 24 prestações de capital e juros, no montante total de AOA 22.804.429 milhares e USD 314.458 milhares (sendo AOA 6.594.949 milhares e USD 90.940 milhares de capital, e AOA 16.209.480 milhares e USD 138.692 milhares de juros), dos quais USD 267.131 milhares (sendo USD 77.253 milhares de capital e USD 189.878 milhares de juros) devidos ao Banco. O restante é devido ao Banco Nacional de Angola conforme acordo de cedência de direitos referidos anteriormente.

Na presente data, o GENSA ainda não procedeu ao pagamento da referida prestação de capital e juros.

No decurso das conversações com o Ministério das Finanças e Banco Nacional de Angola, o Banco informou estas entidades da possibilidade de aplicar um desconto ao valor em dívida no montante de USD 61.777 milhares (AOA 19.064.674 milhares), tendo deduzido este montante ao valor a receber do GENSA registado em balanço e incorporado a respectiva perda nos resultados do exercício.

O Banco Nacional de Angola e o Ministério das Finanças comunicaram em Maio de 2019, ao Banco Económico e aos seus accionistas, que pretendem que a operação de venda de activos ao Grupo ENSA seja reconvertida numa operação de aumento de capital a realizar pelos actuais accionistas. Ainda no âmbito dos contactos com o Ministério das Finanças e Banco Nacional de Angola sobre esta matéria, as referidas entidades informaram a intenção de substituir substituindo o pagamento do preço pela cedência/venda dos activos ao Grupo ENSA por um este aumento de capital que compense a diferença entre o preço de venda e o valor de avaliação atual dos activos cedidos/vendidos. A 22 de Julho de 2019, o Banco Nacional de Angola notificou o Banco Económico para proceder ao referido aumento de capital a realizar até 30 de Junho de 2020, quantificado no montante de AOA 416 mil milhões mas sujeito a alteração caso venha a ser determinado algum ajustamento em função das análises ainda

em curso, incluindo do programa de avaliação da qualidade de activos em curso, de forma a garantir a reposição dos Fundos Próprios Regulamentares e a adequação do Rácio de Solvabilidade Regulamentar (RSR). Conforme referido na mesma carta, se no decurso do aumento de capital, ocorrerem alterações significativas nas perdas por imparidade cuja análise ainda se encontra em curso, o Banco deverá requerer ao Banco Nacional de Angola, a alteração proporcional do capital a realizar.

Os accionistas Sonangol EP, Sonangol Vida SA e Sonangol Holding Lda manifestou formalmente a intenção de subscrever e realizar o aumento de capital a ser aprovado na Assembleia Geral de dia 7 de Agosto de 2019, nas percentagens das suas participações ou na totalidade do montante do aumento de capital, caso os restantes accionistas não exerçam o seu direito de preferência.

Considerando que os contratos de venda dos activos com o Grupo GENSA se encontram em vigor, se desconhecem ainda os termos como os mesmos serão modificados para dar lugar à operação de aumento de capital e se encontra a ser confirmado o valor dos activos, o Banco Económico não incorporou nas demonstrações financeiras de 31 de Dezembro de 2018 o efeito em resultados que poderá resultar da alteração dos pressupostos da operação de venda de activos ao Grupo ENSA.

Por força da alteração dos pressupostos da Operação com o Grupo ENSA, tendo em conta que os accionistas Sonangol EP, Sonangol Vida SA e Sonangol Holdings Lda manifestaram, em carta emitida em 2 de Agosto de 2019, a sua intenção de subscrever e realizar o aumento de capital, a ser aprovado na Assembleia Geral de 7 de Agosto de 2019, as demonstrações financeiras foram preparadas numa óptica de continuidade das operações.

O aumento de capital necessário para compensar a alteração de pressupostos relativos à operação de venda de activos ao Grupo ENSA poderá ser diferente do referido, dependendo do momento da sua realização e da forma como o mesmo seja aplicado.

A 19 de Julho de 2019, Sonangol EP notificou o Banco Económico que a Lektron Capital SA procedeu à entrega de acções representativas de 30.978% do capital do Banco, como pagamento do empréstimo contraído pela Lektron junto da Sonangol EP. Com a referida dação em pagamento, a Sonangol EP eleva a sua participação no Banco Económico para 46.978% e o Grupo Sonangol para 70.378%

Infra um quadro resumo da evolução dos saldos relativos às operações com o Grupo ENSA nas demonstrações financeiras do Banco:

(Valores em mAOA)

RUBRICAS DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	31/12/2018	31/12/2017 Reexpresso (Nota 2)	Nota
DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS	332 216 466	14 551 192	
Margem Financeira	30 869 671	18 498 762	
Outros juros e proveitos similares	31 748 413	19 838 135	5
Outros juros e custos similares	(878 743)	(1 339 373)	5
Resultados Cambiais, associados à Operação de cedência de activos	318 905 649	47 686	9
Outros resultados exploração	1 505 821	-	10
Imparidade	(19 064 674)	(3 995 257)	23
BALANÇO	581 362 065	262 608 064	
Créditos	-	10 286 300	
Contratos de crédito com opção de recompra	-	10 286 300	18
Outros activos	619 510 897	275 282 668	
Capital	563 656 288	254 156 472	23
Juros Corridos	53 017 559	4 868 059	23
Recebimentos/Pagamentos Imóveis	1 420 660	914 417	23
Imposto de Selo suportado pelo Banco de créditos cedidos	3 995 257	3 995 257	23
Imparidade sobre o Imposto de Selo	(3 995 257)	(3 995 257)	23
Adiantamentos para imóveis	20 481 064	15 343 720	23
Imparidade para Outros Activos	(19 064 674)	-	23
Outras passivos	(38 148 832)	(22 960 905)	
Contratos de crédito com opção de recompra	-	(10 286 300)	29
Liquidações ocorridas nos créditos cedidos	(29 008 115)	(11 246 068)	29
Juros e outros custos a pagar	(1 803 530)	(1 428 537)	29
Recebimentos/Pagamentos Imóveis	(7 337 187)	-	29
Imposto de Selo suportado pelo Banco de créditos cedidos	-	-	29

Nota 37

Eventos Subsequentes

Contribuição para o Fundo de Garantia de Depósitos

O Fundo de Garantia de Depósitos ("FGD") é uma pessoa de direito público, dotada de autonomia administrativa, financeira e patrimonial, criado pelo Decreto Presidencial n.º 195/18 de 22 de Agosto de, tendo como atribuição principal a garantia do reembolso de depósitos constituídos junto de instituições financeiras bancárias domiciliadas em território nacional que e nele participem. O Banco, a exemplo da generalidade das instituições financeiras a operar em Angola, é uma das instituições participantes no FGD, abrangido pelas contribuições que resultam da aplicação de uma taxa definida anualmente pelo BNA tendo por base, essencialmente, o montante dos seus passivos elegíveis.

A contribuição anual é calculada pela aplicação de um prémio anual sobre os depósitos elegíveis do ano anterior.

De acordo com o Aviso acima referido, o BNA fixa anualmente, em normativo específico, o prémio anual até ao máximo de 0,25% até ao dia 31 de Março ou até ao último dia útil do mês de Março de cada ano, contudo a contribuição inicial de capitalização resulta da aplicação de um ponderador de 0,23% sobre os depósitos elegíveis do ano anterior em conformidade com o Aviso n.º 1/19 de 11 de Janeiro, do BNA.

Nesse sentido, o Banco efectuou o pagamento da contribuição inicial de capitalização do FGD no montante de AOA 365.238 milhares, em 12 de Março de 2019.

Alteração da Estrutura Accionista

A 19 de Julho de 2019, Sonangol EP notificou o Banco Económico que a Lektron Capital SA procedeu à entrega de acções representativas de 30.978% do capital do Banco, como pagamento do empréstimo contraído pela Lektron junto da Sonangol EP. Com a referida dação em pagamento, a Sonangol EP eleva a sua participação no banco Económico para 46.978% e o Grupo Sonangol para 70.378%.

(% Capital)

	Actual	31/12/2018
Sonangol E.P.	46,98%	16,00%
Geni, Novas Tecnologias, S.A.	19,90%	19,90%
Sonangol Vida, S.A.	16,00%	16,00%
Sonangol Holding, Lda.	7,40%	7,40%
Novo Banco, S.A.	9,72%	9,72%
Lektron Capital, S.A.	0,00%	30,98%
	100%	100%

Operações de Transmissão de Direitos Económicos e de vVenda de Activos ao GRUPO ENSA

A 31 de Dezembro de 2018, conforme mencionado na Nota 36, o GENSA não procedeu ao pagamento da referida prestação de capital e juros. No sentido, da regularização deste incumprimento o Banco encetou conversações com o Ministério das Finanças e Banco Nacional de Angola tendo as referidas entidades informado da sua intenção de substituir o pagamento do preço pela venda dos activos ao Grupo ENSA por um aumento de capital que compense a diferença entre o preço de venda e o valor de avaliação dos activos devolvidos.

Decorrente da intenção de substituição manifestada pelas entidades acima mencionadas, a 22 de Julho de 2019, o Banco Nacional de Angola notificou o Banco Económico para proceder ao referido aumento de capital a realizar até 30 de Junho de 2020, quantificado no montante de AOA 416 mil milhões, o qual se encontra sujeito a alteração caso venha a ser determinado algum ajustamento em função do programa de avaliação da qualidade de activos em curso, de forma a garantir a reposição dos Fundos Próprios Regulamentares e a adequação do Rácio de Solvabilidade Regulamentar (RSR), tendo os accionistas Sonangol EP, Sonangol Vida SA e Sonangol Holding Lda manifestado formalmente a intenção de subscrever e realizar o aumento de capital solicitado ou que venha a ser solicitado pelo BNA na percentagem da sua participação ou na totalidade do montante do aumento de capital, caso os restantes accionistas não exerçam o seu direito de preferência.

Adicionalmente, e considerando as alterações acima mencionadas, ainda se desconhecem os termos da substituição do activo a receber do GENSA pela operação de aumento de capital encontrando-se ainda a ser confirmado o valor dos activos devolvidos. Nesse sentido, o Banco Económico não incorporou nas demonstrações financeiras de 31 de Dezembro de 2018 o efeito em resultados que poderá resultar da alteração dos pressupostos da operação de venda de activos ao Grupo ENSA, contudo importa salientar que os accionistas Sonangol EP, Sonangol Vida SA e Sonangol Holding Lda manifestaram a sua intenção de subscrever e realizar o aumento de capital que venha a ser determinado pelo Banco Nacional de Angola por força da alteração os pressupostos das operações de venda de activos ao Grupo ENSA, pelo que as demonstrações financeiras foram preparadas numa óptica de continuidade das operações, apesar das incertezas referidas na Nota 36.

Nota 38

Normas Contabilísticas e Interpretações Recentemente emitidas

Novas Normas e Interpretações aplicáveis a 2018

IFRS 15 - Rédito de contratos com clientes

O IASB emitiu, a 28 de Maio de 2014, a norma IFRS 15 - Rédito de contratos com clientes, substituindo as seguintes normas e interpretações existentes: IAS 11 - Contratos de construção, IAS 18 - Rédito, IFRIC 13 - Programas de Fidelidade do Cliente, IFRIC 15 - Acordos para a Construção de Imóveis, IFRIC 18 - Transferências de Activos Provenientes de Clientes e SIC 31 Rédito - Transacções de Troca Directa Envolvendo Serviços de Publicidade.

A IFRS 15 determina um modelo baseado em 5 passos de análise por forma a determinar quando o rédito deve ser reconhecido e qual o montante. O modelo especifica que o rédito deve ser reconhecido quando uma entidade transfere bens ou serviços ao cliente, mensurado pelo montante que a entidade espera ter direito a receber. Dependendo do cumprimento de alguns critérios, o rédito é reconhecido:

- No momento preciso, quando o controlo dos bens ou serviços é transferido para o cliente; ou
- Ao longo do período, na medida em que retracta a performance da entidade. O Banco encontra-se a avaliar os impactos decorrentes da adopção desta norma.

O Banco adoptou a IFRS 15 em 1 de Janeiro de 2018 e, no âmbito do *gap analysis* realizado, a abordagem seguida para identificação do rédito decorrente de contratos com Clientes sujeitos à contabilização de acordo com os requisitos da norma teve o seu enfoque na identificação das rubricas da demonstração dos resultados que poderão apresentar registos de rédito decorrentes de contratos com Clientes.

Para as mesmas rubricas foi efectuada uma análise das comissões ou proveitos que se encontram a ser registados nas respectivas contas contabilísticas. Não tendo a referida norma impactos significativos nas demonstrações financeiras do Banco.

IFRIC 22 – Transacções em moeda estrangeira e contra-prestação de adiantamentos

O IASB emitiu, a 8 de Dezembro de 2016, a norma IFRIC 22 – Transacções em moeda estrangeira e contraprestação de adiantamentos, com data de aplicação obrigatória para períodos que se iniciem a, ou após, 1 de Janeiro de 2018.

Esta interpretação vem clarificar que na determinação da taxa de câmbio à vista a ser usada no reconhecimento inicial de um ativo, do gasto ou do rendimento (ou de parte) associados ao desreconhecimento de ativos ou passivos não monetários relacionados com um adiantamento da retribuição, a data da transação é a data na qual a entidade reconhece inicialmente o ativo ou passivo não monetário relacionado com um adiantamento da retribuição.

Se há múltiplos pagamentos ou recebimentos de um adiantamento da retribuição, a entidade deve determinar a data da transação para cada pagamento ou recebimento.

A referida norma não apresenta impactos significativos nas demonstrações financeiras do Banco.

Novas Normas e Interpretações aplicáveis a 2018 apenas se adoptadas antecipadamente

IFRS 16 - Locações

O IASB emitiu, a 13 de Janeiro de 2016, a norma IFRS 16 - Locações, substituindo o actual guidance referente às locações, nomeadamente, a IAS 17 – Arrendamentos e a IFRIC 4 – Determinar se um acordo contém uma locação.

O âmbito da IFRS 16 inclui as locações de todos os ativos, com algumas exceções. Uma locação é definida como um contrato, ou parte de um contrato, que transfere o direito de uso de um bem (o ativo subjacente) por um período de tempo em troca de um valor.

A IFRS 16 requer que os locatários contabilizem todas as locações com base num modelo único de reconhecimento no balanço (on-balance model) de forma similar como o tratamento que a IAS 17 dá às locações financeiras. A norma reconhece duas exceções a este modelo: (1) locações de baixo valor (por exemplo, computadores pessoais) e locações de curto prazo (i.e., com um período de locação inferior a 12 meses). Na data de início da locação, o locatário vai reconhecer a responsabilidade relacionada com os pagamentos da locação (i.e. o passivo da locação) e o ativo que representa o direito a usar o ativo subjacente durante o período da locação (i.e. o direito de uso – “right-of-use” ou ROU).

Os locatários terão de reconhecer separadamente o custo do juro sobre o passivo da locação e a depreciação do ROU.

A contabilização por parte do locatário permanece substancialmente inalterada face ao tratamento atual da IAS 17.

O locador continua a classificar todas as locações usando os mesmos princípios da IAS 17 e distinguindo entre dois tipos de locações: as operacionais e as financeiras.

O Banco irá reconhecer os novos activos e passivos para as suas locações operacionais de agências e suas instalações (serviços centrais). A natureza das despesas relacionadas com estas locações operacionais será alterada, uma vez que a IFRS 16 substitui despesas lineares de locações operacionais por depreciações para os activos sob direito de uso e encargos com juros relativos aos passivos de locação.

Anteriormente, o Banco reconhecia as despesas de locação operacional linearmente durante a vigência do contrato de locação, e reconhecia activos e passivos apenas na medida em que observava uma diferença no período de tempo entre os pagamentos de locação e o reconhecimento da despesa.

À data de 31 de Dezembro de 2018, o Banco encontra-se a avaliar o impacto da aplicação do novo normativo.

IFRIC 23 – “Incertezas no tratamento de imposto sobre o rendimento”:

Em junho de 2017, o IASB emitiu a IFRIC 23 Incerteza sobre diferentes tratamentos do imposto sobre o rendimento (a Interpretação) que clarifica os requisitos de aplicação e de mensuração da IAS 12 Imposto sobre o rendimento quando existe incerteza quanto aos tratamentos a dar ao imposto sobre o rendimento.

A Interpretação endereça a contabilização do imposto sobre o rendimento quando os tratamentos fiscais que envolvem incerteza e que afectam a aplicação da IAS 12. A Interpretação não se aplica a taxas ou impostos que não estejam no âmbito da IAS 12, nem inclui especificamente requisitos referentes a juros ou multas associados com a incerteza de tratamentos de impostos.

A Interpretação endereça especificamente o seguinte:

- Se uma entidade considera as incertezas de tratamentos de impostos separadamente;
- Os pressupostos que uma entidade utiliza sobre o exame de tratamentos fiscais por parte das autoridades fiscais;

- Como uma entidade determina o lucro (prejuízo) fiscal, a base fiscal, prejuízos fiscais não utilizados, créditos fiscais não utilizados e taxas fiscais;
- Como uma entidade considera as alterações de factos e de circunstâncias.

Uma entidade tem de determinar se deve considerar a incerteza sobre cada tratamento fiscal separadamente ou em conjunto com um ou mais tratamentos fiscais incertos. A abordagem que deverá ser seguida é a que melhor permita prever o desfecho da incerteza.

A Interpretação foi endossada em 23 de outubro de 2018 e é aplicável para exercícios iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2019.

O Banco não espera que a referida norma apresenta impactos decorrentes da sua adoção.

Não Aplicáveis a 2018

Melhorias anuais relativas ao ciclo 2015-2017

Nas Melhorias anuais relativas ao ciclo 2015-2017, o IASB introduziu melhorias em quatro normas cujos resumos se apresentam de seguida:

IFRS 3 Combinações de negócios – Interesse detido previamente numa operação conjunta

As alterações clarificam que, quando uma entidade obtém controlo de uma operação conjunta, deve aplicar os requisitos da combinação de negócios por fases, incluindo remensurar o interesse previamente detido nos ativos e passivos da operação conjunta para o seu justo valor.

Ao fazê-lo, o adquirente remensura o seu interesse previamente detido nessa operação conjunta.

Esta alteração é aplicável a combinações de negócios para as quais a data de aquisição seja em ou após o início do primeiro período de reporte que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2019.

IFRS 11 Acordos conjuntos - Interesse detido previamente numa operação conjunta

Uma parte que participe, mas que não tenha controlo conjunto, numa operação conjunta pode obter o controlo conjunto de uma operação conjunta cuja atividade constitua um negócio tal como definido na IFRS 3. Esta alteração vem clarificar que o interesse previamente detido não deve ser remensurado.

Esta alteração é aplicável a transações nas quais a entidade obtenha o controlo conjunto que ocorram em ou após o início do primeiro período de reporte que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2019.

IAS 12 Imposto sobre o rendimento – consequências ao nível de imposto sobre o rendimento decorrentes de pagamentos relativos a instrumentos financeiros classificados como instrumentos de capital.

Estas alterações vêm clarificar que as consequências ao nível de imposto sobre os dividendos estão associadas diretamente à transação ou evento passado que gerou resultados distribuíveis aos acionistas. Consequentemente, a entidade reconhece os impactos ao nível do imposto na demonstração dos resultados, em rendimento integral ou em outro instrumento de capital de acordo com a forma como a entidade reconheceu no passado essas transações ou eventos.

Estas alterações são aplicáveis para períodos anuais com início em ou após 1 de janeiro de 2019.

IAS 23 Custos de empréstimos – custos de empréstimos elegíveis para capitalização

A alteração veio clarificar que uma entidade trata como parte dos empréstimos globais qualquer empréstimo originalmente obtido para o desenvolvimento do ativo qualificável, quando substancialmente todas as atividades necessárias para preparar esse ativo para o seu uso pretendido ou para venda estejam completas.

As alterações são aplicáveis aos custos de empréstimos incorridos em ou após o início do período de reporte em que a entidade adota estas alterações.

Estas alterações são aplicáveis para períodos anuais que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2019.

Definição de atividade empresarial – alterações à IFRS 3

Esta alteração veio clarificar os requisitos mínimos para que se considere uma atividade empresarial, remove a avaliação se os participantes de mercado têm capacidade de substituir os elementos em falta, adiciona uma orientação para que se consiga avaliar se um processo adquirido é substantivo, restringe as definições de atividade empresarial e de output e introduz um teste opcional de justo valor da atividade empresarial.

Definição de materialidade – Alterações à IAS 1 e à IAS 8

O objetivo desta alteração foi o de tornar consistente a definição de "material" entre todas as normas em vigor e clarificar

alguns aspetos relacionados com a sua definição. A nova definição prevê que “uma informação é material se da sua omissão, de um erro ou a da sua ocultação se possa razoavelmente esperar que influencie as decisões que os utilizadores primários das demonstrações financeiras tomam com base nessas demonstrações financeiras, as quais fornecem informação financeira sobre uma determinada entidade que reporta”.

As alterações clarificam que a materialidade depende da natureza e magnitude da informação, ou de ambas. Uma entidade tem de avaliar se determinada informação, quer individualmente quer em combinações com outra informação, é material no contexto das demonstrações financeiras.

IAS 19 Alterações ao plano, cortes ou liquidação do plano

Esta alteração vem esclarecer qual o tratamento contabilístico a seguir no caso de existir uma alteração ao plano, ou de haver um corte ou a liquidação do plano.

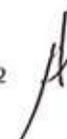
9.3.

Relatório e Parecer
do Conselho Fiscal

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DE 2018

Ao Conselho de Administração e Accionistas do
Banco Económico S.A.

1. Nos termos da Lei e dos estatutos, e no âmbito da actividade fiscalizadora apresentamos o relatório e Parecer sobre as demonstrações financeiras apresentadas pelo Conselho de Administração do Banco Económico S.A. ("Banco") relativo ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2018.
2. Acompanhamos o processo de fecho de contas do exercício e obtivemos do Conselho de Administração e do Auditor Independente (Ernst & Young Angola Lda) as informações e os esclarecimentos solicitados necessários à emissão do nosso Parecer.
3. Analisamos o Parecer sobre as Demonstrações Financeiras emitido pelo Auditor Independente (Ernst & Young Angola Lda), com o qual concordamos, nomeadamente na expressão e fundamentação das Reservas, Ênfase e Outras Matérias que aí constam.
4. Tomámos conhecimento do projecto e compromisso dos accionistas de aumento do capital de 416 mil milhões de Kwanzas passando assim de 72 mil milhões de Kwanzas para 488 mil milhões de Kwanzas.
5. A operação de recapitalização a que se refere o ponto 4 acima assenta em pressupostos que ponderam a obtenção ou manutenção do rácio de solvabilidade de 15 % e do rácio Core Tier 1 de 10 %, considerando os impactos da reversão da operação GENSA, do financiamento adicional do BNA e liquidação integral da dívida subordinada do Novo Banco.
6. Alertamos a Exma Comissão Executiva sobre a necessidade imperativa de fixar o calendário de concretização da operação de recapitalização, de forma a que a mesma não comprometa os objectivos de manutenção dos rácios acima referidos ou ainda a continuidade harmoniosa das operações e perenidade da Instituição.



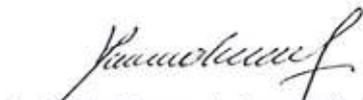
7. Assim somos de Parecer que as Demonstrações Financeiras e respectivos Anexos, lidos conjuntamente com o Parecer do Auditor Independente, apresentam de forma apropriada, a posição financeira do Banco Económico S.A. em 31 de Dezembro de 2018 e que as mesmas sejam aprovadas pelos Senhores Accionistas.
8. Gostaríamos de expressar o nosso agradecimento ao Conselho de Administração e ao Auditor Independente, Ernst & Young Angola Lda, pela disponibilidade pessoal e qualidade das informações transmitidas.

Luanda, 7 de Agosto de 2019

O Conselho Fiscal



Mazars Angola – Auditores e Consultores S.A
Representada por Dr Carlos Freitas
Presidente



Dr Mário Bruno da Conceição Ferreira Lourenço
Vogal

Dr Jacques dos Santos
Vogal

9.4.

Relatórios do Auditor Independente

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras Individuais

Ao Conselho de Administração e Accionistas
do Banco Económico, S.A.

Introdução

1. Auditámos as demonstrações financeiras anexas do Banco Económico, S.A. ("Banco"), as quais compreendem o balanço em 31 de Dezembro de 2018 (que evidencia um total de 1.357.610.391 milhares de Kwanzas e um total de capital próprio de 72.855.605 milhares de Kwanzas, incluindo um resultado líquido de 36.374.287 milhares de Kwanzas), a demonstração dos resultados, as demonstrações do rendimento integral, das alterações nos fundos próprios e dos fluxos de caixa relativas ao exercício findo naquela data e o correspondente Anexo.

Responsabilidade do Conselho de Administração pelas Demonstrações Financeiras

2. O Conselho de Administração é responsável pela preparação e apresentação de modo apropriado destas demonstrações financeiras de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro ("IFRS") e pelo controlo interno que determine ser necessário para possibilitar a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou a erro.

Responsabilidade do Auditor

3. A nossa responsabilidade é expressar uma opinião independente sobre estas demonstrações financeiras com base na nossa auditoria, a qual foi conduzida de acordo com as Normas Técnicas da Ordem dos Contabilistas e Peritos Contabilistas de Angola. Estas Normas exigem que cumpramos requisitos éticos e planeemos e executemos a auditoria para obter garantia razoável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorção material.
4. Uma auditoria envolve executar procedimentos para obter prova de auditoria acerca das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras. Os procedimentos seleccionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção material das demonstrações financeiras devido a fraude ou a erro. Ao fazer essas avaliações do risco, o auditor considera o controlo interno relevante para a preparação e apresentação apropriada das demonstrações financeiras pelo Banco a fim de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não com a finalidade de expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno do Banco. Uma auditoria inclui também avaliar a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas feitas pelo Conselho de Administração, bem como a avaliar a apresentação global das demonstrações financeiras.
5. Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião de auditoria com reservas.

Bases para a Opinião com Reservas

6. Foram realizadas, em 15 de Julho de 2016, com o Grupo ENSA - Investimentos e Participações, E.P. ("Grupo ENSA"), operações de transmissão de direitos económicos de uma carteira de créditos e de unidades de participação em fundos de investimento, assim como a venda de outros activos detidos pelo Banco, as quais tiveram efeitos retroactivos a 31 de Dezembro de 2014 ("Operação com o Grupo Ensa"). Tal como detalhado na Nota 36 do Anexo às demonstrações financeiras, os saldos decorrentes desta transacção em 31 de Dezembro de 2018 representavam 47% do total do Activo (31 de Dezembro de 2017: 30%), 3% do total do Passivo (31 de Dezembro de 2017: 3%), 48% dos juros e proveitos equiparados (31 de Dezembro de 2017: 38%) e 326% dos resultados cambiais.



Relativamente aos saldos reconhecidos no Activo, a rubrica "Outros activos", no montante de 619.510.897 milhares de kwanzas, inclui perdas por imparidade no montante de 19.064.674 milhares de Kwanzas as quais, de acordo com o Conselho de Administração do Banco resultam do montante de desconto que o Banco se encontrava disponível para conceder, atendendo ao incumprimento do plano de pagamentos acordado e ao processo de negociação em curso com o Ministério das Finanças e Banco Nacional de Angola. Ainda, conforme divulgado na mesma Nota, as referidas entidades terão informado o Banco da intenção de substituição do pagamento do montante em dívida pela Grupo ENSA por um aumento de capital que compense a diferença entre o montante em dívida e o valor de avaliação dos activos objecto da referida operação. Neste contexto, considerando que (i) os contratos celebrados com a Grupo ENSA ainda se encontram em vigor, (ii) que se desconhecem os termos em que os mesmos serão modificados para dar lugar à operação de aumento de capital referida no parágrafo 12 abaixo e (iii) que se encontra em curso o processo de confirmação do valor dos activos subjacentes à Operação com o Grupo ENSA, o Conselho de Administração do Banco, não incorporou nas demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2018 o efeito em resultados que poderá advir da eventual alteração dos pressupostos da Operação com o Grupo ENSA. Adicionalmente, no âmbito da confirmação externa dos saldos com o Grupo Ensa reconhecidos em "Outros activos" (Nota 23), não obtivemos as respectivas conciliações das diferenças de posições, tendo sido identificada uma divergência face aos registos contabilísticos do Banco no montante de 30.212.739 milhares de kwanzas, que se traduz numa potencial subavaliação do activo do Banco.

Relativamente aos saldos reconhecidos no Passivo, não obtivemos resposta ao nosso pedido de confirmação de saldos por parte do Grupo ENSA, relativamente a saldos credores incluídos na rubrica de "Outros passivos", em 31 de Dezembro de 2018, no montante de 38.148.832 milhares de Kwanzas.

Consequentemente, não nos é possível concluir quanto aos efeitos que a regularização destes assuntos possa vir a ter nas demonstrações financeiras do Banco com referência a 31 de Dezembro de 2018.

7. A carteira de Crédito a clientes do Banco, mensurada ao custo amortizado por 210.620.981 milhares de Kwanzas em 31 de Dezembro de 2018, foi objecto de análise individual no montante de 159.334.359 milhares de Kwanzas (76%) e foi objecto de análise colectiva no montante de 51.286.622 milhares de Kwanzas (24%) (conforme divulgado na Nota 18 do Anexo às demonstrações financeiras). Em 1 de Janeiro de 2018, entrou em vigor a Norma Internacional de Relato Financeiro 9 - Instrumentos financeiros ("IFRS 9") que veio estabelecer, entre outras alterações, uma nova metodologia de apuramento das perdas esperadas por imparidade na carteira de crédito. No entanto, tal como referido na Nota 2.6 do Anexo às demonstrações financeiras, a implementação do modelo de imparidade foi recentemente concluída pelo Banco condicionada pelas limitações que se encontram detalhadas na referida Nota. Consequentemente, face à informação disponível, não nos foi possível concluir quanto aos efeitos, se alguns, destas limitações nos impactos da adopção da IFRS 9 em 1 de Janeiro de 2018, nas perdas por imparidade do exercício de 2018 e nas perdas por imparidade de crédito acumuladas registadas em 31 de Dezembro de 2018, respectivamente, nos montantes de 2.625.184 milhares de Kwanzas, 55.199.758 milhares de Kwanzas e 86.083.239 milhares de Kwanzas. Adicionalmente, salienta-se que o Relatório do Auditor Independente relativo às demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de Dezembro de 2017, por nós emitido em 18 de Junho de 2018, incluía uma reserva por limitação de âmbito que afectava a nossa avaliação da razoabilidade das perdas por imparidade apuradas na análise colectiva para a carteira de crédito, pelo que a nossa opinião sobre as demonstrações financeiras do exercício é também modificada devido aos possíveis efeitos desta matéria sobre a comparabilidade dos números correspondentes.
8. As rubricas de "Outros activos tangíveis" e de "Outros activos" incluem imóveis, no montante líquido de 4.817.038 milhares de Kwanzas (2017: 41.609.779 milhares de Kwanzas) e de 3.652.216 milhares de Kwanzas (2017: 3.939.210 milhares de Kwanzas classificados em "Activos não correntes detidos para venda", respectivamente, cujo processo de legalização ainda se encontra em curso (Notas 20 e 23 do Anexo às demonstrações financeiras). Com base na informação obtida, não estamos em condições de avaliar o impacto deste assunto nas demonstrações financeiras do Banco.
9. A rubrica "Carteira de títulos" inclui títulos de dívida pública da República de Angola no montante de 48.427.460 milhares de Kwanzas (2017: 48.369.465 milhares de Kwanzas), os quais têm maturidade em 2040 e são remuneradas a taxa de juro anual de 5% (Nota 17 do Anexo às demonstrações financeiras). O Banco procedeu ao reconhecimento destes títulos no momento inicial pelo seu valor nominal, o qual pode diferir significativamente do seu justo valor. Não obtivemos, contudo, informações suficientes que nos permitam quantificar com rigor os efeitos desta situação nas demonstrações financeiras e respectivo anexo do Banco em 31 de Dezembro de 2018, que entendemos serem materiais.



10. A Associação Angolana de Bancos e o Banco Nacional de Angola expressaram uma interpretação de que não se encontra cumprida a totalidade dos requisitos previstos na IAS 29 - Relato financeiro em economias hiperinflacionárias ("IAS 29") para que a economia Angolana seja considerada hiperinflacionária no exercício findo em 31 de Dezembro de 2018 e, conseqüentemente, a Administração do Banco decidiu continuar a não aplicar as disposições constantes naquela Norma às suas demonstrações financeiras, em linha com o que havia sido a sua posição com referência a 31 de Dezembro de 2017. Em 31 de Dezembro de 2018, a taxa de inflação acumulada nos últimos três anos ultrapassava os 100%, quaisquer que sejam os índices utilizados, o que é uma condição quantitativa objectiva que nos leva a considerar, para além da existência de outras condições previstas na IAS 29, que a moeda funcional das demonstrações financeiras do Banco em 31 de Dezembro de 2018 correspondia à moeda de uma economia hiperinflacionária. Nestas circunstâncias, o Banco deveria ter apresentado as suas demonstrações financeiras naquela data atendendo àquela premissa e de acordo com as disposições previstas na IAS 29. Não obtivemos, contudo, informações suficientes que nos permitam quantificar com rigor os efeitos desta situação nas demonstrações financeiras do Banco em 31 de Dezembro de 2018, que entendemos serem materiais.

Opinião com Reservas

11. Em nossa opinião, excepto quanto aos possíveis efeitos das matérias descritas nos parágrafos 6 a 8 e excepto quanto aos efeitos das matérias descritas nos parágrafos 9 e 10, incluídos na secção "Bases para a Opinião com Reservas", as demonstrações financeiras referidas no parágrafo 1 acima apresentam de forma apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes a posição financeira do Banco Económico, S.A. em 31 de Dezembro de 2018, o seu desempenho financeiro e os seus fluxos de caixa relativos ao exercício findo naquela data, em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro ("IFRS").

Ênfases

12. Sem modificar a opinião expressa no parágrafo anterior, chamamos à atenção para as seguintes situações descritas na Nota 36 e na Nota 37 do Anexo às demonstrações financeiras:

i) Accionistas:

Em 19 de Julho de 2019, a Sonangol EP notificou o Banco que a Lektron Capital, SA procedeu à entrega de acções representativas de 30.978% do capital do Banco, como pagamento do empréstimo contraído por aquela entidade junto da Sonangol EP. Com a referida dação em pagamento, a Sonangol EP eleva a sua participação no Banco para 46.978% e o Grupo Sonangol para 70.378%, passando a assumir a posição de Accionista maioritário.

ii) Incerteza material sobre a continuidade:

Conforme referido na Nota 36, o Banco Nacional de Angola e o Ministério das Finanças terão comunicado em Maio de 2019, ao Banco e aos seus accionistas, que pretendem que a Operação com o Grupo ENSA seja reconvertida numa operação de aumento de capital a realizar pelos actuais accionistas (ver também parágrafo 6 acima). Em 22 de Julho de 2019, o Banco Nacional de Angola identificou, em carta dirigida ao Banco, a necessidade de constituição de perdas por imparidade de crédito, e indicou a necessidade da realização de um aumento de capital no montante de 416 mil milhões de kwanzas, cuja realização deverá efectivar-se até 30 de Junho de 2020, de forma a garantir a reposição dos Fundos Próprios Regulamentares e a adequação do Rácio de Solvabilidade Regulamentar (RSR). Conforme referido na mesma carta, se no decurso do aumento de capital, ocorrerem alterações significativas nas perdas por imparidade cuja análise ainda se encontra em curso, o Banco deverá requerer ao Banco Nacional de Angola, a alteração proporcional do capital a realizar. Adicionalmente, considerando a alteração dos pressupostos da Operação com o Grupo ENSA, os accionistas Sonangol EP, Sonangol Vida SA e Sonangol Holdings Lda manifestaram, em carta datada de 2 de Agosto de 2019, a intenção de subscrever o aumento de capital a ser aprovado na Assembleia Geral de 7 de Agosto de 2019, conforme convocatória do Banco. Conseqüentemente, o Conselho de Administração considera adequado o pressuposto da continuidade das operações na preparação das demonstrações financeiras.

As circunstâncias acima referidas, aliadas aos outros aspectos referidos na Nota 36 do Anexo às demonstrações financeiras, indiciam a existência de uma incerteza material que pode colocar em causa a capacidade do Banco em continuar o seu curso normal de negócios. Assim, a continuidade do Banco está dependente do apoio a prestar pelos accionistas, nomeadamente da realização do referido aumento de capital, e do sucesso das operações futuras.

Outras Matérias

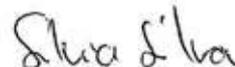
13. À data do presente relatório, encontra-se em curso o programa de Avaliação da Qualidade dos Activos com referência a 31 de Dezembro de 2018, promovido pelo Banco Nacional de Angola, do qual poderão resultar obrigações adicionais para o cumprimento de requisitos regulamentares.
14. Conforme divulgado na Nota 2.1 do anexo às demonstrações financeiras, estas referem-se quer à actividade individual (demonstrações financeiras individuais) quer à actividade consolidada (demonstrações financeiras consolidadas) do Banco. No que respeita às demonstrações financeiras consolidadas, com referência a 31 de Dezembro de 2018, será emitido um Relatório do Auditor Independente em separado.

Luanda, 7 de Agosto de 2019

Ernst & Young Angola, Lda.
Representada por:



Daniel Guerreiro
Perito Contabilista n.º 20130107



Sílvia Silva
Partner

Relatório do Auditor Independente

Ao Conselho de Administração e Accionistas
do Banco Económico, S.A.

Introdução

1. Auditámos as demonstrações financeiras consolidadas anexas do Banco Económico, S.A. ("Banco"), as quais compreendem o balanço consolidado em 31 de Dezembro de 2018 (que evidencia um total de 1.356.262.677 milhares de Kwanzas e um total de capital próprio de 73.641.365 milhares de Kwanzas, incluindo um resultado líquido de 36.396.625 milhares de Kwanzas), a demonstração dos resultados consolidados, a demonstração do rendimento integral consolidado, a demonstração das alterações nos fundos próprios consolidados e a demonstração dos fluxos de caixa consolidados relativas ao exercício findo naquela data e o correspondente Anexo.

Responsabilidade do Conselho de Administração pelas Demonstrações Financeiras

2. O Conselho de Administração é responsável pela preparação e apresentação de modo apropriado destas demonstrações financeiras de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro ("IFRS") e pelo controlo interno que determine ser necessário para possibilitar a preparação de demonstrações financeiras consolidadas isentas de distorção material devido a fraude ou a erro.

Responsabilidade do Auditor

3. A nossa responsabilidade é expressar uma opinião independente sobre estas demonstrações financeiras consolidadas com base na nossa auditoria, a qual foi conduzida de acordo com as Normas Técnicas da Ordem dos Contabilistas e Peritos Contabilistas de Angola. Estas Normas exigem que cumpramos requisitos éticos e planeemos e executemos a auditoria para obter garantia razoável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas estão isentas de distorção material.
4. Uma auditoria envolve executar procedimentos para obter prova de auditoria acerca das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras consolidadas. Os procedimentos seleccionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção material das demonstrações financeiras consolidadas devido a fraude ou a erro. Ao fazer essas avaliações do risco, o auditor considera o controlo interno relevante para a preparação e apresentação apropriada das demonstrações financeiras consolidadas pelo Banco a fim de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não com a finalidade de expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno do Banco. Uma auditoria inclui também avaliar a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas feitas pelo Conselho de Administração, bem como a avaliar a apresentação global das demonstrações financeiras consolidadas.
5. Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião de auditoria com reservas.

Bases para a Opinião com Reservas

6. Foram realizadas, em 15 de Julho de 2016, com o Grupo ENSA - Investimentos e Participações, E.P. ("Grupo ENSA"), operações de transmissão de direitos económicos de uma carteira de créditos e de unidades de participação em fundos de investimento, assim como a venda de outros activos detidos pelo Banco, as quais tiveram efeitos retroactivos a 31 de Dezembro de 2014 ("Operação com o Grupo Ensa"). Tal como detalhado na Nota 36 do Anexo às demonstrações financeiras, os saldos decorrentes desta transacção em 31 de Dezembro de 2018 representavam 47% do total do Activo (31 de Dezembro de 2017: 30%), 3% do total do Passivo (31 de Dezembro de 2017: 3%), 48% dos juros e proveitos equiparados (31 de Dezembro de 2017: 38%) e 326% dos resultados cambiais.

Relativamente aos saldos reconhecidos no Activo, a rubrica "Outros activos", no montante de 619.510.897 milhares de kwanzas, inclui perdas por imparidade no montante de 19.064.674 milhares de Kwanzas as quais, de acordo com o Conselho de Administração do Banco resultam do montante de desconto que o Banco se encontrava disponível para conceder, atendendo ao incumprimento do plano de pagamentos acordado e ao processo de negociação em curso com o Ministério das Finanças e Banco Nacional de Angola. Ainda, conforme divulgado na mesma Nota, as referidas entidades terão informado o Banco da intenção de substituição do pagamento do montante em dívida pela Grupo ENSA por um aumento de capital que compense a diferença entre o montante em dívida e o valor de avaliação dos activos objecto da referida operação. Neste contexto, considerando que (i) os contratos celebrados com a Grupo ENSA ainda se encontram em vigor, (ii) que se desconhecem os termos em que os mesmos serão modificados para dar lugar à operação de aumento de capital referida no parágrafo 12 abaixo e (iii) que se encontra em curso o processo de confirmação do valor dos activos subjacentes à Operação com o Grupo ENSA, o Conselho de Administração do Banco, não incorporou nas demonstrações financeiras consolidadas em 31 de Dezembro de 2018 o efeito em resultados que poderá advir da eventual alteração dos pressupostos da Operação com o Grupo ENSA. Adicionalmente, no âmbito da confirmação externa dos saldos com o Grupo Ensa reconhecidos em "Outros activos" (Nota 23), não obtivemos as respectivas conciliações das diferenças de posições, tendo sido identificada uma divergência face aos registos contabilísticos do Banco no montante de 30.212.739 milhares de kwanzas, que se traduz numa potencial subavaliação do activo do Banco.

Relativamente aos saldos reconhecidos no Passivo, não obtivemos resposta ao nosso pedido de confirmação de saldos por parte do Grupo ENSA, relativamente a saldos credores incluídos na rubrica de "Outros passivos", em 31 de Dezembro de 2018, no montante de 38.148.832 milhares de Kwanzas.

Consequentemente, não nos é possível concluir quanto aos efeitos que a regularização destes assuntos possa vir a ter nas demonstrações financeiras consolidadas do Banco com referência a 31 de Dezembro de 2018.

7. A carteira de Crédito a clientes do Banco, mensurada ao custo amortizado por 210.620.981 milhares de Kwanzas em 31 de Dezembro de 2018, foi objecto de análise individual no montante de 159.334.359 milhares de Kwanzas (76%) e foi objecto de análise colectiva no montante de 51.286.622 milhares de Kwanzas (24%) (conforme divulgado na Nota 18 do Anexo às demonstrações financeiras). Em 1 de Janeiro de 2018, entrou em vigor a Norma Internacional de Relato Financeiro 9 - Instrumentos financeiros ("IFRS 9") que veio estabelecer, entre outras alterações, uma nova metodologia de apuramento das perdas esperadas por imparidade na carteira de crédito. No entanto, tal como referido na Nota 2.6 do Anexo às demonstrações financeiras, a implementação do modelo de imparidade foi recentemente concluída pelo Banco condicionada pelas limitações que se encontram detalhadas na referida Nota. Consequentemente, face à informação disponível, não nos foi possível concluir quanto aos efeitos, se alguns, destas limitações nos impactos da adopção da IFRS 9 em 1 de Janeiro de 2018, nas perdas por imparidade do exercício de 2018 e nas perdas por imparidade de crédito acumuladas registadas em 31 de Dezembro de 2018, respectivamente, nos montantes de 2.625.184 milhares de Kwanzas, 55.199.758 milhares de Kwanzas e 86.083.239 milhares de Kwanzas. Adicionalmente, salienta-se que o Relatório do Auditor Independente relativo às demonstrações financeiras consolidadas do exercício findo em 31 de Dezembro de 2017, por nós emitido em 31 de Julho de 2018, incluía uma reserva por limitação de âmbito que afectava a nossa avaliação da razoabilidade das perdas por imparidade apuradas na análise colectiva para a carteira de crédito, pelo que a nossa opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas do exercício é também modificada devido aos possíveis efeitos desta matéria sobre a comparabilidade dos números correspondentes.
8. As rubricas de "Outros activos tangíveis" e de "Outros activos" incluem imóveis, no montante líquido de 4.817.038 milhares de Kwanzas (2017: 41.609.779 milhares de Kwanzas) e de 3.652.216 milhares de Kwanzas (2017: 3.939.210 milhares de Kwanzas classificados em "Activos não correntes detidos para venda", respectivamente, cujo processo de legalização ainda se encontra em curso (Notas 20 e 23 do Anexo às demonstrações financeiras). Com base na informação obtida, não estamos em condições de avaliar o impacto deste assunto nas demonstrações financeiras consolidadas do Banco.
9. A rubrica "Carteira de títulos" inclui títulos de dívida pública da República de Angola no montante de 48.427.460 milhares de Kwanzas (2017: 48.369.465 milhares de Kwanzas), os quais têm maturidade em 2040 e são remuneradas a taxa de juro anual de 5% (Nota 17 do Anexo às demonstrações financeiras). O Banco procedeu ao reconhecimento destes títulos no momento inicial pelo seu valor nominal, o qual pode diferir significativamente do seu justo valor. Não obtivemos, contudo, informações suficientes que nos permitam quantificar com rigor os efeitos desta situação nas demonstrações financeiras consolidadas e respectivo anexo do Banco em 31 de Dezembro de 2018, que entendemos serem materiais.



10. A Associação Angolana de Bancos e o Banco Nacional de Angola expressaram uma interpretação de que não se encontra cumprida a totalidade dos requisitos previstos na IAS 29 - Relato financeiro em economias hiperinflacionárias ("IAS 29") para que a economia Angolana seja considerada hiperinflacionária no exercício findo em 31 de Dezembro de 2018 e, conseqüentemente, a Administração do Banco decidiu continuar a não aplicar as disposições constantes naquela Norma às suas demonstrações financeiras consolidadas, em linha com o que havia sido a sua posição com referência a 31 de Dezembro de 2017. Em 31 de Dezembro de 2018, a taxa de inflação acumulada nos últimos três anos ultrapassava os 100%, quaisquer que sejam os índices utilizados, o que é uma condição quantitativa objectiva que nos leva a considerar, para além da existência de outras condições previstas na IAS 29, que a moeda funcional das demonstrações financeiras do Banco em 31 de Dezembro de 2018 correspondia à moeda de uma economia hiperinflacionária. Nestas circunstâncias, o Banco deveria ter apresentado as suas demonstrações financeiras consolidadas naquela data atendendo àquela premissa e de acordo com as disposições previstas na IAS 29. Não obtivemos, contudo, informações suficientes que nos permitam quantificar com rigor os efeitos desta situação nas demonstrações financeiras consolidadas do Banco em 31 de Dezembro de 2018, que entendemos serem materiais.

Opinião com Reservas

11. Em nossa opinião, excepto quanto aos possíveis efeitos das matérias descritas nos parágrafos 6 a 8 e excepto quanto aos efeitos das matérias descritas nos parágrafos 9 e 10, incluídos na secção "Bases para a Opinião com Reservas", as demonstrações financeiras consolidadas referidas no parágrafo 1 acima apresentam de forma apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes a posição financeira consolidada do Banco Económico, S.A. em 31 de Dezembro de 2018, o seu desempenho financeiro consolidado e os seus fluxos de caixa consolidados relativos ao exercício findo naquela data, em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro ("IFRS").

Ênfases

12. Sem modificar a opinião expressa no parágrafo anterior, chamamos à atenção para as seguintes situações descritas na Nota 36 e na Nota 37 do Anexo às demonstrações financeiras:

i) Accionistas:

Em 19 de Julho de 2019, a Sonangol EP notificou o Banco que a Lektron Capital, SA procedeu à entrega de acções representativas de 30.978% do capital do Banco, como pagamento do empréstimo contraído por aquela entidade junto da Sonangol EP. Com a referida dação em pagamento, a Sonangol EP eleva a sua participação no Banco para 46.978% e o Grupo Sonangol para 70.378%, passando a assumir a posição de Accionista maioritário.

ii) Incerteza material sobre a continuidade:

Conforme referido na Nota 36, o Banco Nacional de Angola e o Ministério das Finanças terão comunicado em Maio de 2019, ao Banco e aos seus accionistas, que pretendem que a Operação com o Grupo ENSA seja reconvertida numa operação de aumento de capital a realizar pelos actuais accionistas (ver também parágrafo 6 acima). Em 22 de Julho de 2019, o Banco Nacional de Angola identificou, em carta dirigida ao Banco, a necessidade de constituição de perdas por imparidade de crédito, e indicou a necessidade da realização de um aumento de capital no montante de 416 mil milhões de kwanzas, cuja realização deverá efectivar-se até 30 de Junho de 2020, de forma a garantir a reposição dos Fundos Próprios Regulamentares e a adequação do Rácio de Solvabilidade Regulamentar (RSR). Conforme referido na mesma carta, se no decurso do aumento de capital, ocorrerem alterações significativas nas perdas por imparidade cuja análise ainda se encontra em curso, o Banco deverá requerer ao Banco Nacional de Angola, a alteração proporcional do capital a realizar. Adicionalmente, considerando a alteração dos pressupostos da Operação com o Grupo ENSA, os accionistas Sonangol EP, Sonangol Vida SA e Sonangol Holdings Lda manifestaram, em carta datada de 2 de Agosto de 2019, a intenção de subscrever o aumento de capital a ser aprovado na Assembleia Geral de 7 de Agosto de 2019, conforme convocatória do Banco. Conseqüentemente, o Conselho de Administração considera adequado o pressuposto da continuidade das operações na preparação das demonstrações financeiras consolidadas.

As circunstâncias acima referidas, aliadas aos outros aspectos referidos na Nota 36 do Anexo às demonstrações financeiras, indiciam a existência de uma incerteza material que pode colocar em causa a capacidade do Banco em continuar o seu curso normal de negócios. Assim, a continuidade do Banco está dependente do apoio a prestar pelos accionistas, nomeadamente da realização do referido aumento de capital, e do sucesso das operações futuras.

Outras Matérias

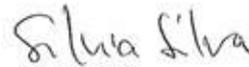
13. À data do presente relatório, encontra-se em curso o programa de Avaliação da Qualidade dos Activos com referência a 31 de Dezembro de 2018, promovido pelo Banco Nacional de Angola, do qual poderão resultar obrigações adicionais para o cumprimento de requisitos regulamentares.
14. Conforme divulgado na Nota 2.1 do anexo às demonstrações financeiras, estas referem-se quer à actividade individual (demonstrações financeiras individuais) quer à actividade consolidada (demonstrações financeiras consolidadas) do Banco. No que respeita às demonstrações financeiras individuais, com referência a 31 de Dezembro de 2018, será emitido um Relatório do Auditor Independente em separado.

Luanda, 7 de Agosto de 2019

Ernst & Young Angola, Lda.
Representada por:



Daniel Guerreiro
Perito Contabilista n.º 20130107



Sílvia Silva
Sílvia Silva
Partner



BancoEconómico
Somos futuro